

ISSN: 2238-6270
v.10, n.1, jul/2021

História e Cultura



Imagem: Fábio Ansolin, Málaga, Espanha, 2015

HISTORIOGRAFIA EM TEMPOS DE URGÊNCIA

DO HORIZONTE DE EXPECTATIVAS
AO FECHAMENTO DAS ESPERANÇAS

Organizadores:

Ma. Alice Fernandes Freyesleben
Me. Luiz Alexandre Pinheiro Kosteczka



PPGH - UNESP
Campus Franca

História e Cultura

Editora Científica

Karina Anhezini. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS/UNESP-Franca), Programa de Pós-Graduação em História

Editores

Adrielli Souza Costa. Secretaria. Doutoranda em História, UNESP/Franca.
Andrea Ramon Ruocco. Comunicação. Doutoranda em História, UNESP/Franca.
Felippe Araújo Barbosa da Silva. Artigos Livres. Mestrando em História, UNESP/Franca.
Janaina Salvador Cardoso. Dossiê. Doutoranda em História, UNESP/Franca.
Luís Roberto Manhani. Artigos Livres. Doutorando em História, UNESP/Franca.
Waslan Sabóia Araújo. Qualidade. Doutorando em História, UNESP/Franca.

Conselho Editorial

Abner Alexandre Nogueira. Artigos Livres. Doutorando em História, UNESP/Franca.
Adrielli Souza Costa. Secretaria. Doutoranda em História, UNESP/Franca.
Aline dos Santos Franco de Camargo. Dossiê. Mestranda em História, UNESP/Franca.
Ana Carolina Picoli Sotocorno. Artigos Livres. Mestranda em História, UNESP/Franca.
Ana Luiza Mendes Veríssimo. Dossiê. Mestranda em História, UNESP/Franca.
André Céspedes Pimenta. Dossiê. Mestrando em História, UNESP/Franca.
Andrea Ramon Ruocco. Comunicação. Doutoranda em História, UNESP/Franca.
Fábio Luís Cabral. Dossiê. Doutorando em História, UNESP/Franca.
Felippe Araújo Barbosa da Silva. Artigos Livres. Mestrando em História, UNESP/Franca.
Igor Moraes da Silva. Dossiê. Mestrando em História, UNESP/Franca.
Igor Alexander Webel Ramos. Artigos Livres. Mestrando em História, UNESP/Franca.
Janaina Salvador Cardoso. Dossiê. Doutoranda em História, UNESP/Franca.
Karina Rocha Campos. Tradução. Doutoranda em Linguística e Língua Portuguesa, UNESP/Araraquara.
Laura da Silva Costa. Artigos Livres. Mestranda em História, UNESP/Franca.
Letícia Malaquias Vieira. Dossiê. Mestranda em História, UNESP/Franca.
Luan Gabriel Silveira Venturini. Artigos Livres. Mestrando em História, UNESP/Franca.
Luís Felipe Barreira Dias. Dossiê. Mestrando em História, UNESP/Franca.
Luís Roberto Manhani. Artigos Livres. Doutorando em História, UNESP/Franca.
Marcelo Fidelis Kockel. Comunicação. Doutorando em História, UNESP/Franca.
Meg Monique Maria Dias Bogo. Dossiê. Doutoranda em História, UNESP/Franca.
Raul Borges de Freitas. Dossiê. Mestrando em História, UNESP/Franca.
Ricardo Sinigaglia Arruda. Artigos Livres. Doutorando em História, UNESP/Franca.
Tainá Maria Silva. Artigos Livres. Doutoranda em História, UNESP/Franca.
Viviane Ferreira Conti. Artigos Livres. Mestranda em História, UNESP/Franca.
Waslan Sabóia Araújo. Qualidade. Doutorando em História, UNESP/Franca.

Conselho Consultivo Nacional

- Profa. Dra. Ana Paula Tavares Magalhães**, Universidade de São Paulo – USP.
Prof. Dr. Ângelo Alves Carrara, Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF.
Prof. Dr. Arno Wehling, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ / Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB / Universidade Gama Filho.
Prof. Dr. Carlos Leonardo Kelmer Mathias, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ.
Prof. Dr. Carlos Martins Júnior, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS.
Profa. Dra. Consuelo Pondé de Sena, Instituto Histórico e Geográfico da Bahia – IHGBA.
Prof. Dr. Edivaldo Machado Boaventura, Universidade do Estado da Bahia – UNEB.
Profa. Dra. Izabel Andrade Marson, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.
Profa. Dra. Jacy Alves de Seixas, Universidade Federal de Uberlândia – UFU.
Prof. Dr. José Rivair Macedo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.
Profa. Dra. Kalina Vanderlei Silva, Universidade Federal de Pernambuco – UFRPE.
Prof. Dr. Lincoln Ferreira Secco, Universidade de São Paulo – USP.
Prof. Dr. Luís Alberto de Boni, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS / Universidade do Porto – UP.
Profa. Dra. Márcia Pereira da Silva, "Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP/Franca.
Profa. Dra. Margarida Maria de Carvalho, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP/Franca.
Profa. Dra. Maria Fernanda Baptista Bicalho, Universidade Federal Fluminense – UFF.
Prof. Dr. Paulo Roberto Cimó Queiróz, Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.
Prof. Dr. Pedro Paulo Abreu Funari, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.
Profa. Dra. Regina Célia Lima Caleiro, Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES.
Prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Motta, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.
Profa. Dra. Susani Silveira Lemos França, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP/Franca.
Profa. Dra. Tania Costa Garcia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP/Franca.

Conselho Consultivo Internacional

- Dr. Dom Marcus de Noronha da Costa**, Academia Portuguesa da História, Portugal.
Prof. Dr. Alejandro Bancalari Molina, Universidad de Concepción, Chile.
Prof. Dr. Claudio Rolle, Pontifícia Universidad Católica de Chile, Chile.
Prof. Dr. Darío Sánchez Vendramini, Universidad Nacional de la Rioja, Argentina.
Prof. Dr. David Treece, King's College - London, Reino Unido.
Profa. Dra. Ivani Vassoler, State University of New York Fredonia, Estados Unidos da América do Norte.
Prof. Dr. Juan Carlos Cruz Suárez, Aarhus Universitet, Dinamarca.

Prof. Dr. Juan Pablo González, Universidad Alberto Hurtado, Chile.

Prof. Dr. Julio Pinto Vallejos, Chile.

Profa. Dra. Maria-Aparecida Lopes, California State University - Fresno, Estados Unidos da América do Norte.

Prof. Dr. Rainer Guldin, Università della Svizzera Italiana, Suíça.

Profa. Dra. Regina Felix, University of North Carolina - Wilmington, Estados Unidos da América do Norte.

Prof. Dr. Roberto Di Stefano, Universidad Nacional de la Pampa, Argentina.

Prof. Dr. Santiago Castellanos, Universidad de León, Espanha.

Prof. Dr. Sven Schuster, Universidad del Rosario, Colômbia.

Prof. Dr. Tiago C. P. dos Reis Miranda, Universidade Nova de Lisboa, Portugal.

Prof. Dr. Vinicius Mariano de Carvalho, King's College London, Reino Unido.

Profa. Dra. Viviana Boch, Universidad Nacional de Cuyo, Argentina.

Apoio/Patrocínio

Conselho do Programa de Pós-graduação em História da FCHS – UNESP/Franca.

Layout e Diagramação

Layout: Andrea Ramon Ruocco.

Diagramação: Adrielli Souza Costa, Andrea Ramon Ruocco, Janaina Salvador Cardoso, Viviane Ferreira Conti.

Informações da Capa

Imagem: Fábio Ansolin, Málaga, Espanha, 2015.

Design da capa: Marcelo Fidelis Kockel.

Contatos

Endereço postal: Av. Eufrásia Monteiro Petraglia, 900 - Jd. Antonio Petraglia - Bloco III, Sala 10 - CEP 14409-160. Franca/SP, Brasil.

Telefone Institucional: +55 (16) 3706-8792.

Telefone para Suporte Técnico (STAEPE): +55 (16) 3706-8811.

E-mail: revistaelectronica.franca@unesp.br

E-mail/Secretaria: secretariahistoriaecultura@gmail.com

E-mail/Divulgação: historiaecultura.divulgacao@gmail.com

Portal/Site: <https://seer.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/>

Missão

A revista *História e Cultura* (ISSN: 2238-6270 - Qualis B3) é uma publicação eletrônica semestral editada por discentes do Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), com sede na cidade de Franca, São Paulo, Brasil.

A *História e Cultura*, atenta às pesquisas e ao debate acadêmico desenvolvido na área de História e em áreas afins, publica textos inéditos de autoria de doutores, mestres e pós-graduandos stricto sensu, redigidos em português, espanhol, francês e inglês. Além de artigos para dossiês, a revista recebe contribuições em fluxo contínuo de artigos livres, entrevistas, resenhas e traduções.

SUMÁRIO

▪ EDITORIAL.....	7
▪ HISTORIOGRAFIA EM TEMPOS DE URGÊNCIA: DO HORIZONTE DE EXPECTATIVAS AO FECHAMENTO DAS ESPERANÇAS.....	10
APRESENTAÇÃO	10
A FACILIDADE DO ACESSO (OU O ACELERADO EMPOBRECIMENTO DO GESTO DE MONTAR).....	13
O TEMPO DESCONJUNTADO: A URGÊNCIA DO CRONOCENTRISMO E UMA POSSÍVEL FORMA DE FAZER HISTÓRIA NO NOVO TEMPO DO MUNDO	29
CRISIS E IMPLICANCIAS SOCIOPOLITICAS DE LA HISTORIOGRAFÍA EN LAS DERIVAS DEL TIEMPO PRESENTE	51
UMA ESCRITORA DA HOSPITALIDADE: AS IMAGENS DA ESCUTA DE SVETLANA ALEKSIÉVITCH	72
O “PARTIDO SAQUAREMA” NA PARTILHA DA AUTORIDADE SOBRE O PASSADO: NOVA DIREITA, MOVIMENTOS MONARQUISTAS E O SABER HISTÓRICO NO OCASO DA NOVA REPÚBLICA BRASILEIRA	95
▪ ARTIGOS LIVRES E RESENHAS	127
PENSAMENTOS SOBRE TEORIA, HISTÓRIA E VERDADE: REFLEXÕES SOBRE A HISTORIOGRAFIA DO PERÍODO INDEPENDENTISTA AMERICANO.....	128
PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DA MILITÂNCIA FEMINISTA ACADÊMICA NO BRASIL E A REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS NA DÉCADA DE 90.....	148
A CULTURA VISUAL NO CAMPO POLÍTICO: UM ESTUDO DE CASO NA LITERATURA DE CORDEL	165
APROXIMAÇÕES ENTRE MICHEL FOUCAULT E O FEMINISMO PÓS-ESTRUTURALISTA DE DONNA HARAWAY, JUDITH BUTLER E MARGARET MCLAREN SOBRE A SEXUALIDADE E A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO	183
SAUDADE E MELANCOLIA: OS ÚLTIMOS SUSPIROS DA “PRINCESA ENCANTADA DA QUIMERA”	203
NOS 'ESTRATOS DO TEMPO', UMA ESCRITA DE PRÓPRIO PUNHO: IDENTIDADES E REPRESENTAÇÕES NUMA CARTA DE IMIGRANTE (ANTÔNIO PRADO/RS)	229
A GÊNESE DO FEDERALISMO NO BRASIL	251
A NOÇÃO DE HISTORIOGRAFIA DE J. G. A. POCOCK NA ÓRBITA DAS HUMANIDADES: OU SOBRE O OFÍCIO DO HISTORIADOR ENTRE A ONTOLOGIA E A AÇÃO POLÍTICA....	271
ENTRE MALDITOS E MARGINAIS: UM DEBATE SOBRE MOVIMENTOS ARTÍSTICOS BRASILEIROS (1960-1970)	292
A ESTRADA 47 E O PASSADO: O FILME E A EXPERIÊNCIA DOS EXPEDICIONÁRIOS NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL.....	320
A CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA EM UM REGIME DEMOCRÁTICO NO PENSAMENTO DE ANÍSIO TEIXEIRA	338
LIÇÕES DE MORAL E CIVISMO NO ENSINO DE HISTÓRIA: A FORMAÇÃO DO CIDADÃO IDEAL NA VISÃO DO PROFESSOR MELLO E SOUZA	369
OS USOS DO PASSADO NOS ANOS DE CHUMBO: UMA ANÁLISE ICONOGRÁFICA E ICONOLÓGICA DE UM ATLAS DE EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA (1971).....	392
AGOSTINHO JOSÉ DE OLIVEIRA MACHADO, UM BACHAREL NEGRO NO SÉCULO XIX 414	
“EM BUSCA DOS ASILOS DO IRMÃO IGNACIO”: IMPRENSA E RELIGIÃO NOS SERTÕES DO IMPÉRIO (1878)	434
DOS MERCADOS MEDIEVAIS AOS <i>SHOPPING CENTERS</i> :	
UM ESTUDO SOBRE AS DINÂMICAS TERRITORIAIS DO EMPRESÁRIO DO COMÉRCIO 458	
“AE IRMÃO, QUER SABER DO NOSSO DIA A DIA? COLA NA ESQUINA DA PERIFERIA”: REFLEXÕES SOBRE O MOVIMENTO <i>HIP-HOPE</i> E A FORMAÇÃO IDENTITÁRIA DE SUJEITO PERIFÉRICO NO EXTREMO-LESTE ORLANDINO (1990-2010)	487
NOS ENREDOS DE VIVÊNCIAS DE ADEMAR VIDAL: CONSTRUÇÕES DE AFETIVIDADES E INTELLECTUALIDADE	507

■ EDITORIAL

Viviane Ferreira Conti

Nesse primeiro número do ano de 2021, a Revista *História e Cultura*, editada pelos discentes do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, reuniu, sob o dossiê intitulado “*Historiografia em tempos de urgência: do horizonte de expectativas ao fechamento das esperanças*” e organizado por Alice F. Freyesleben e Luiz Alexandre Pinheiro Kosteczka - doutorandos pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PPGHIS-UFPR) -, cinco trabalhos dedicados a analisar diversas questões dentro da Historiografia. O leitor encontrará artigos que discutem o papel da tecnologia, das novas concepções e percepções de tempo e espaço, do testemunho e do impacto das redes sociais na escrita da História, promovendo reflexões acerca do passado e do futuro.

No primeiro artigo da seção, intitulado *A facilidade do acesso (ou o acelerado empobrecimento do gesto de montar)*, vemos uma introdução à temática do dossiê, uma vez que o autor, Rodrigo Amboni, descreve como o processo de desenvolvimento tecnológico, ao invés de alcançar o progresso almejado, transformou nosso tempo em uma grande distopia, tirando de nós a capacidade de pensar e imaginar novas possibilidades de futuro, revelando o fechamento do horizonte de expectativas.

Dando continuidade, o trabalho *O tempo desconjuntado: a urgência do cronocentrismo e uma possível forma de fazer história no novo tempo do mundo* de João Paulo Rossati, traça uma história do tempo, ou melhor, uma história das mudanças de percepção de temporalidades e como estas influenciam no processo histórico, tanto dos eventos como da escrita. Nesse sentido, aponta como o tempo é cada vez mais acelerado e o quanto há um cronocentrismo do presente, quase extinguindo a construção de um futuro. Mais uma vez, vemos o futuro como um horizonte fechado.

Em seguida, Eduardo A. Escudero em *Crisis e implicancias sociopolíticas de la historiografía en las derivas del tiempo presente*, retoma a ideia da aceleração do

tempo, apresentando alguns conceitos e mobilizando alguns autores que se dedicaram à essa reflexão. Por mais ressalvas que coloque, Escudero analisa como o “presentismo” de Hartog se relaciona com as crises da história e o capitalismo vigente.

Aproximando a história da literatura, João Camillo Grazziotin Portal nos apresenta em *Uma escritora da hospitalidade: as imagens da escuta de Svetlana Aleksievitch* um pouco do trabalho desenvolvido pela autora de *A Guerra não tem rosto de mulher* (1985) em suas obras. O ponto levantado aqui é sobre como Aleksievitch se inseriu na literatura traumática e deu voz às testemunhas dos horrores da Segunda Guerra, tendo sua escuta e escrita colaborado para a criação de uma nova imagem das vítimas e dos eventos. Segundo o autor, ainda que a escritora tenha entrevistado testemunhas, por não ser historiadora, não utilizou dos métodos da história oral. Porém, conseguiu fazer algo que muitas vezes historiadores e historiadoras não conseguiram fazer: dar um novo retrato à história, principalmente aquela sobre passados traumáticos, que dão voz às testemunhas e sensibilizam os mais diversos leitores. O artigo em questão apresenta novos caminhos do fazer histórico que se integre às possibilidades de outras áreas, a fim de suprir as “deficiências” decorrentes da disciplinarização da história.

Destacamos ainda o artigo de Vicente Silveira Detoni, *O “Partido Saquarema” na partilha da autoridade sobre o passado: nova direita, movimentos monarquistas e o saber histórico no ocaso da Nova República brasileira*, que finaliza a seção *Dossiê* mostrando o impacto do movimento monarquista na política recente e faz um chamado aos historiadores e às historiadoras sobre a comemoração do Bicentenário da Independência em 2022. Esse chamado é para que prestemos atenção à narrativa que vem sendo desenvolvida, aliada à uma desconstrução e deslegitimação da autoridade do nosso papel enquanto historiadores e historiadoras na escrita da História do Brasil, principalmente no que se refere ao passado monárquico e que provavelmente será evidenciada na comemoração da efeméride a ocorrer no próximo ano, através das redes sociais de movimentos pró-monarquia e empresas empenhadas em versões “paralelas” de produção de conteúdo histórico.

Na seção de *Artigos Livres*, ao longo de dezoito artigos encontramos ainda uma diversidade de temporalidades, temáticas, abordagens e recortes espaciais. Isso porque reúne trabalhos sobre: a educação como ferramenta para a transmissão de valores como moral, civismo e cidadania, sob a ótica de alguns cânones da Educação no Brasil ou mesmo durante os anos de chumbo; biografia e os espaços ocupados pelas mulheres na literatura, nas revistas científicas, além da produção de teorias feministas; movimentos

artísticos, cultura visual, análise cinematográfica e manifestações culturais locais; conceitualizações sobre Política; e também sobre o percurso do comércio da Idade Média à atualidade. Encontramos por trás desses trabalhos pesquisadores além da História, portanto, estabelecemos um diálogo próximo com outras áreas das Humanidades.

Por meio dessa pluralidade de temas e abordagens, buscamos instigar novas discussões e promover debates em curso entre os estudiosos da História e das outras áreas das Ciências Sociais, bem como atingir os mais variados leitores.

Nós, do Corpo Editorial da Revista *História e Cultura*,
desejamos a todos uma ótima leitura!

■ HISTORIOGRAFIA EM TEMPOS DE URGÊNCIA: DO HORIZONTE DE EXPECTATIVAS AO FECHAMENTO DAS ESPERANÇAS.

APRESENTAÇÃO

Ma. Alice Fernandes Freyesleben

Me. Luiz Alexandre Pinheiro Kosteczka

Durante uma entrevista concedida à Véronique Mortaigne em 2005, o antropólogo francês Claude Lévi-Strauss – então com 97 anos – quando perguntado sobre o futuro, respondeu:

Não me pergunte nada desse gênero. Estamos num mundo ao qual já não pertence. O que conheci, o que amei, tinha 2,5 bilhões de habitantes. O mundo atual conta com 6 bilhões de seres humanos. Ele não é mais o meu. E o do amanhã, povoado por 9 bilhões de homens e mulheres – mesmo se for o pico de população, como nos asseguram para nos consolar -, proíbe-me qualquer previsão... (LEVI-STRAUSS, 2011, p. 57).

Ao longo de sua vida, o mundo se transformou de maneira tão radical que o antropólogo se viu sem referenciais confiáveis para propor qualquer previsão futura. A ascensão definitiva da lógica neoliberal no século XXI, o monopólio, a virtualização e a constatação do colapso ambiental em curso deram forma a um período radicalmente diferente de tudo o que os seres humanos viveram até aqui. Inclusive, no que tange à própria percepção e relação com o *tempo*. A velocidade e a natureza dessa transformação apagou e planificou os mais diversos anseios revolucionários até então familiares. Nesse sentido, pode-se falar na emergência de um novo tipo de *regime de historicidade* – para usar o termo cunhado por Hartog (2013) - cuja marca indelével é a *crise* na própria ordem do *tempo*. O passado não serve mais como experiência

construtiva e “o futuro torna-se inimaginável” (BERARDI, 2019), como observou Levi-Strauss.

Em vista disso, o presente dossiê reuniu textos diversos que dialogam entre si e articulam, a partir de enfoques distintos, debates sobre como as transformações geográficas, políticas, tecnológicas, emocionais, econômicas, científicas, comportamentais, etc., que interferem no tipo de historiografia produzida em uma época marcada pela urgência.

Rodrigo Amboni analisa como a tecnologia e, sobretudo, como o monopólio informacional ideologicamente orientado para o lucro, enfraquece nosso poder cognitivo e nossa capacidade de associação. O artigo atualiza as reflexões de Walter Benjamin para delinear os traços do empobrecimento imaginativo e narrativo contemporâneo. Os conceitos de “ciberespaço” e “cibertempo” formulados por Franco Berardi são apresentados para discutir como o acelerado fluxo de informações fragmentadas, com o qual somos bombardeados cotidianamente, paralisa e anestesia os vínculos com a experiência, visto que não há *tempo* para processá-la e organizá-la.

O segundo artigo apresenta uma reflexão teórica que põe em xeque a própria historicidade da escrita historiográfica. João Paulo Rossati defende a abertura na concepção de tempo e de sujeito como condição necessária para o trabalho do historiador e apresenta a ideia “novo tempo do mundo”, proposta pelo filósofo Paulo Arantes, para lidar com a sensação fratura temporal – tal qual a metáfora do filme *Feitiço do Tempo* (1993) - marcada pela expectativa decrescente de futuro. Outro conceito central do texto é a noção de “ontologia em situação” de Ian Hacking, empregado como ferramenta de compreensão para as relações entre a contingência e a historiografia.

O artigo seguinte escrito por Eduardo A. Escudero destaca a necessidade do engajamento do historiador contemporâneo na construção de uma “epistemologia desmistificadora” capaz de reconduzir o texto histórico a um estatuto socialmente relevante. Nesse sentido, critica a “hiperespecialização” das pesquisas e a limitação dos escopos acadêmicos pouco comprometidos com a articulação, compreensão e intervenção em fenômenos globais. Todavia, Escudero alerta que a necessidade de retorno da macro-história não deve ser confundida com o reforço da figura do sujeito histórico universal eurocêntrico. Pelo contrário, o argumento do autor é que essa exigência de superação dos escritos fragmentários passa fundamentalmente pelo pensamento decolonial, suas novas epistemes e possibilidades de leitura e interpretação histórica.

Na sequência, o estudo de João Camilo G. Portal reflete sobre o lugar do testemunho no processo de escrita da história. A partir da análise da obra de Svetlana Alexievich, o autor discorre sobre a responsabilidade da escuta e da hospitalidade que subjaz o gesto de coletar testemunhos a respeito de situações traumáticas do passado. Assim, o historiador atua como uma “testemunha de segundo grau” (RICOEUR, 2012), ao imaginar e transcrever as memórias de trauma colhidas – transformando-as e sendo por elas transformado. O artigo destaca ainda a potência política da temporalidade da derrota e do inconcluso como contraponto à temporalidade da história que sempre vence – a história dos homens poderosos. Nesse sentido, o texto defende que a renovação disciplinar da prática historiográfica deve ser acompanhada de uma reformulação dos códigos linguísticos e práticas discursivas, de modo que não só a testemunha mas aquele que a escuta e a acolhe, passem a ser considerados criadores de significado.

Por fim, Vicente da Silveira Detoni analisa como a ampliação das condições de produção de histórias promovida pela expansão de espaços virtuais, como o *Twitter*, deram nova forma às disputas de poder e autoridade que sempre envolvem os usos do passado. Detoni examina estratégias adotadas pelas novas forças de direita, tais como o protagonismo histórico conferido às princesas imperiais e a apropriação do passado imperial e de datas cívicas como a Independência. De forma geral, o autor defende que a transformação do público consumidor e produtor de histórias acirrou conflitos políticos que se apropriam do passado, processam-se no presente e definem o futuro. Assim, a crise do sistema de mediadores realoca a questão da necessidade de historiadores e historiadoras participarem ativamente da disputa de quem pode falar sobre o passado. Nesse sentido, sugere que o bicentenário da Independência em 2022 será um momento crucial para este desafio.

A FACILIDADE DO ACESSO (OU O ACELERADO EMPOBRECIMENTO DO GESTO DE MONTAR)

LA FACILIDAD DE ACCESO (O EL ACELERADO EMPOBRECIMENTO DEL GESTO DE MONTAR)

Rodrigo AMBONI*

Resumo: Em *Depois do futuro*, Franco Berardi propõe que vivemos uma verdadeira mutação antropológica na infraestrutura social, que afeta tanto o psiquismo individual quanto o coletivo. Segundo ele, nossa incapacidade de absorver o excesso de informações que recebemos do ciberespaço faz do presente um tempo tão denso que o cérebro encontra dificuldades de se projetar para fora do momento presente, desembocando no que Berardi chama de *o século sem futuro*. Este ensaio propõe pensar essas questões trazidas por Berardi a partir de alguns conceitos de Walter Benjamin – em especial os de experiência, memória e história – e encontrar brechas, através de uma noção de montagem como gesto inerente ao pensamento, para articular com os espectros do passado, que rondam o século XXI, presentes que permanecem em estado de latência.

Palavras-chave: Montagem, Experiência, Ciberespaço, Franco Berardi, Walter Benjamin

Resumen: En *Después del futuro*, Franco Berardi sostiene que vivimos una verdadera mutación antropológica en la infraestructura social, que afecta tanto al psiquismo individual cuanto a lo colectivo. Según el autor, nuestra incapacidad de absorber el exceso de informaciones que recibimos del ciberespacio hace del presente un tiempo tan denso que el cerebro encuentra dificultades para proyectarse fuera del momento presente, desembocando en lo que Berardi denomina *el siglo sin futuro*. Este ensayo propone pensar estas cuestiones elaboradas por Berardi a partir de algunos conceptos de Walter Benjamin – en especial los de experiencia, memoria y historia – y encontrar fisuras a través de una noción de montaje como gesto inherente al pensamiento, para articular con los espectros del pasado, que rondan el siglo XXI, presentes que permanecen en estado de latencia.

Palabras-clave: Montaje, Experiencia, Ciberespacio, Franco Berardi, Walter Benjamin

Riqueza e rapidez, eis o que o mundo admira e a que todos almejam. Ferrovias, correio expresso, barcos a vapor e todas as possíveis facilidades da comunicação são aquilo a que o mundo culto almeja para se sofisticar e, com isso, permanecer na mediocridade. (...) Na verdade, este é o século para as cabeças capazes, para pessoas práticas e de entendimento rápido que, equipadas com uma certa destreza, sentem-se superiores à massa, mesmo não sendo elas mesmas aptas para aquilo que é supremo. Atenhamo-nos o mais que pudermos à mentalidade da qual viemos; nós, juntos talvez a alguns poucos, seremos os últimos de uma época que tão logo não retornará.

Johann Wolfgang von *Goethe*

Cartografia das redes (ou as novas configurações do poder)

* Cineasta e doutorando no Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista CNPQ. rodrigo_amboni@yahoo.com

Em 1992, Bill Gates chega a uma máxima que seria determinante para a construção do seu império, a *Microsoft*. Em uma carta para o linguista Thomas Sebeok, dialogando sobre a questão das interfaces de facilitação do acesso informático, Gates escreve: *Power is: making things easy*. Franco “Bifo” Berardi dirá que é uma frase “iluminadora sobre a própria essência do poder porque é concebida e pronunciada por uma pessoa que soube acumular poder econômico por meio da criação de tecnologias linguísticas” (BERARDI, 2019, p. 120); e irá propor que a partir daí podemos ver o poder de outro modo: se antes identificávamos o poder com a força ou com uma ação que vem de cima e impõe modelos de comportamento, agora, Bill Gates e sua máxima nos dizem “que na gênese do poder está a facilitação dos processos cognitivos, a facilitação do acesso e do percurso” (BERARDI, 2019, p. 121).

A criação da *world wide web* proporcionou um avanço significativo da internet. Como compara Bifo, antes do surgimento do *www*, a rede era um território rural repleto de pequenas estradas de terra, mas sem nenhuma rodovia. Encontrar uma página na internet nos primórdios da rede era o mesmo que procurar por um casebre perdido no meio da imensidão do campo. Não havia nenhuma simplificação do processo de comunicação direta. A *world wide web* foi uma espécie de “passagem decisiva de um universo virtual sem mapa para um universo virtual cada vez mais cartografado” (BERARDI, 2019, p. 120). Se pensarmos que a construção de rodovias favorece o fluxo de mercadorias e atende a um trânsito de pessoas voltado especialmente ao trabalho, podemos imaginar que o processo de cartografia do espaço virtual não teria outro destino (e outra finalidade) que a sua regulamentação pelo poder econômico, beneficiando o surgimento de grandes monopólios e a sua apropriação pelo mercado; afinal, rodovias são construídas para as mercadorias chegarem com maior velocidade ao seu destino. Rodovias servem para os trabalhadores chegarem mais rápido ao local de trabalho. Rodovias são grandes espaços privados (construídos com dinheiro público) destinados a acelerar e facilitar o fluxo do capital. Rodovias nos impõem um destino de partida e outro de chegada. Assim que, apesar de toda a agitação e excitação utópica dos potenciais democráticos da rede, não demorou muito para se chegar na sua face distópica:

Quando a Microsoft lançou o Windows95, o novo sistema operacional que contém o Explorer, interface de acesso à rede, a comunidade de rede alertou sobre um perigo. Delineava-se a possibilidade de uma superposição progressiva entre cartografia, interface de leitura e sistemas operacionais que possibilitam o uso das interfaces. E isso significa a penetração de uma lógica monopolizadora no universo da comunicação reticular. Estava se formando um monopólio vertical que

objetivava pôr nas mãos de um único produtor os diversos níveis da produção da comunicação. (BERARDI, 2019, p. 120)

Se antes, para procurar pelo casebre no meio da imensidão do campo era necessário um processo empírico, que implicava em tentativas e erros, relações com o espaço e com as pessoas que o habitam (quem nunca parou para pedir informações? quem nunca se deu conta, ao passar por uma árvore ou uma casa, e disse: “já passamos por aqui antes!”); agora nos relacionamos com o GPS, ou seja, com o aparelho. Se antes essas relações nos permitiam ter um contato maior com o percurso, descobrindo suas ruas, registrando na memória os lugares, os gestos de seus habitantes, enfim, um olhar sensível voltado para a percepção do mundo exterior, agora olhamos indiferentes para o interior da máquina. Trata-se de um processo de enfraquecimento da percepção do mundo exterior e do empobrecimento da experiência, tal qual já nos falava Benjamin na primeira metade do século XX, em um grau elevado e num ritmo cada vez mais acelerado. E, nesse caso, a perda está relacionada à facilidade. Facilitado o acesso, processos intuitivos e cognitivos vão sendo cada vez menos necessários: máquinas, programadas por funcionários de megacorporações, instruídos ideologicamente para nos facilitar o processo e o acesso, obtendo vantagens econômicas e políticas, faz todo o percurso por nós, retirando-nos uma potência inerente ao próprio pensamento: a montagem. E assim, entramos no buraco, ou como coloca Bifo:

Poderíamos descrever a formação das relações de poder como criação de um sistema de planos inclinados. Se formos capazes de construir planos inclinados que permitem aos fluxos sociais, econômicos, informativos deslizarem pacificamente em direção a um único orifício, então o poder se torna um orifício. “*Making things easy*” significa facilitar o percurso em direção ao orifício que constitui o acesso ao lugar onde o domínio se oculta. (BERARDI, 2019, p. 121)

Sem ter mais a necessidade de fazer o percurso ou fazendo o percurso automaticamente, sem entender, sem experienciar o processo ou o porquê de fazer esse percurso e não outro, o usuário da rede torna-se um consumidor passivo, com baixo poder cognitivo, transformado em uma estatística valiosíssima a se oferecer ao anunciante: uma mercadoria que consome mercadorias e é consumida por elas. E, também, seus dados, oferecidos à exaustão para essas empresas, tornam-se uma poderosa ferramenta de manipulação nas disputas geopolíticas em curso no planeta, que promovem golpes de estado, gigantescas manifestações populares, a quebra de grandes empresas nacionais e toda sorte de assombrosos ataques às soberanias dos países e aos direitos coletivos, como os experienciados no Brasil dos últimos anos.

Essa conexão direta, chamada de interface de facilitação, apesar de mudar a configuração do poder, nada mais é do que mais uma forma de violência e controle adquirido por um pequeno grupo de pessoas que administram grandes monopólios formados a partir de empresas que desenvolvem tecnologias de informação. “*Making things easy*” foi um processo determinante para a construção de um mundo global que foi lentamente nos oferecendo, “democraticamente”, a possibilidade de perder o poder cognitivo, o poder de associação, de montagem, de desmontagem, de aproximar e distanciar, de ver as semelhanças e as diferenças nas coisas de formas singulares e plurais. *Making things easy* inclinou tanto o mundo, que entramos todos no mesmo buraco. E nesse buraco do mundo inclinado, a terra virou plana, chata.

Uniformização das massas (ou “organizar o caos” por meio da concentração de poder)

A metáfora dos planos inclinados trazida por Bifo nos fala, por um lado, de uma condução massiva, e sutilmente forçada, em direção aos grandes monopólios que, num primeiro momento, pareciam oferecer a democratização dos meios para, alguns anos mais tarde, entendermos que se tratava de um domínio total sobre estes; e por outro lado, refere-se à articulação de um discurso homogeneizante que, dissimulado, impõe a noção de que não há outra alternativa.¹ É importante ressaltar que essa metáfora da inclinação que sugere Bifo é um complexo e difuso processo que se encontra enraizado em uma lógica capitalista que possibilitou, desde os seus primórdios, a concentração de poder e riqueza com o auxílio de consideráveis avanços tecnológicos que, por sua vez, aceleraram vertiginosamente esse processo de concentração.

Friedrich Kittler, na introdução do seu livro *Gramófone, filme, typewriter*, publicado em 1986, começa problematizando o processo de cabeamento de fibra ótica na sua República Federal Alemã:

as pessoas vão depender de um canal de comunicação que serve para qualquer mídia. Se filmes e músicas, telefonemas e textos chegam às casas por meio de cabos de fibra ótica, as mídias como a TV, o rádio, o telefone e o correio, até então separadas, se fundem, padronizadas por frequência de transmissão e formato de bits (KITTLER, 2019, p. 21)

Assim como praticamente todos os avanços tecnológicos, por trás da substituição dos cabos de cobre por cabos de fibra ótica está a sempre iminente possibilidade da guerra. Essa substituição, conforme Kittler, foi uma solução encontrada pelos estados para protegerem suas redes de comunicação de possíveis ataques a

bombas, uma vez que as explosões nucleares espalham um pulso eletromagnético que arruinaria os computadores conectados a uma rede de cobre. Mas, também, o que está por trás da instalação dos cabos de fibra ótica é a concentração da circulação de informações e até mesmo a concentração dos próprios meios de comunicação em um mesmo buraco, nesse caso em uma mesma rede de cabos. Os problemas dessa concentração, dessa inclinação exclusivamente para esses cabos, hoje são numerosos e notáveis: é possível cortar de uma só vez com toda a comunicação de um país (como está ocorrendo neste momento em Mianmar após um golpe de estado), controlar e armazenar todo o fluxo de dados dos usuários, portanto, espionar, assediar, sabotar pessoas, empresas, organizações sociais e os próprios governos, como já sabemos que está sendo feito em larga escala pelo governo norte-americano através da sua agência de segurança nacional, a NSA; além disso, essa concentração facilitou o surgimento – ironicamente em San Francisco, cidade dos grandes utopistas da era digital, onde foi fundada a Electronic Frontier Foundation² - dos grandes monopólios como google e facebook, que praticamente concentram e armazenam todos os fluxos de dados que circulam nas redes e os utilizam (comercializam) como lhes convém, sem nenhum tipo de regulamentação eficaz no que diz respeito à privacidade e a segurança dos usuários.

Para ajudar a compreender a lógica desses acontecimentos, uma boa alternativa (entre tantas outras) é retornarmos para 1928, ano do lançamento do livro *Propaganda*, de Edward Bernays. Com seus ideais de uma democracia capitalista e na crença de que o progresso salvaria a humanidade, Bernays (considerado o fundador do que hoje chamamos de relações públicas) não apenas sonhou com essa concentração de poder, essa inclinação para o mesmo ofício, como teve muitas de suas propostas colocadas em prática. Ao argumentar que nos Estados Unidos da América do início do século XX a diversidade era muito grande e os vários grupos que se formavam tinham caracteres, desejos e objetivos diferentes, Bernays consente com a necessidade de que um pequeno grupo de notáveis e bem intencionados homens deveriam conduzir essa massa informe para interesses comuns da nação. E assim ele começa o primeiro capítulo do livro, que tem o título de “Organizar o caos”:

La manipulación consciente e inteligente de los hábitos y opiniones organizados de las masas es un elemento de importancia en la sociedad democrática. Quienes manipulan este mecanismo oculto de la sociedad constituyen el gobierno invisible que detenta el verdadero poder que rige el destino de nuestro país. (BERNAYS, 2008, p. 15)

Essa proposta de homogeneização das massas, que serviu de orientação para a democracia norte-americana do século XX e também para a Alemanha nazista, consistia

basicamente em rejeitar as diversidades, as singularidades e as multiplicidades para assim construir uma sociedade homogênea, *concentrada* em torno dos mesmos objetivos – objetivos estes, claro, determinados por esses anônimos que governam nas sombras. O que mais chama a atenção ao ler Bernays hoje, em um mundo caótico e governado por esse pequeno número de homens já nem tão invisíveis³, é a naturalidade com a qual ele trata a manipulação das massas, a clareza que ele tem do funcionamento dos mecanismos de poder nesse regime autoproclamado (e publicitado como) democrático e a importância que ele dá para que esse pequeno grupo de pessoas dirijam os destinos de um país e até mesmo do mundo:

En teoría, cada ciudadano toma decisiones sobre cuestiones públicas y asuntos que conciernen a su conducta privada. En la práctica, si todos los hombres tuvieran que estudiar por sus propios medios los intrincados datos económicos, políticos y éticos que intervienen en cualquier asunto, les resultaría del todo imposible llegar a ninguna conclusión en materia alguna. Hemos permitido de buen grado que un gobierno invisible filtre los datos y resalte los asuntos más destacados de modo que nuestro campo de elección quede reducido a unas proporciones prácticas. Aceptamos de nuestros líderes y de los medios que emplean para llegar al público que pongan de manifiesto y delimiten aquellos asuntos que se relacionan con cuestiones de interés público; aceptamos de nuestros guías en el terreno moral, ya sean sacerdotes, ensayistas reconocidos o simplemente la opinión dominante, un código estandarizado de conducta social al que nos ajustamos casi siempre. (BERNAYS, 2008, p. 17)

É interessante notar que, para Bernays, o surgimento de um governo invisível só foi possível devido à invenção e desenvolvimento de meios técnicos que aumentaram a velocidade e a amplitude da circulação da informação. Esses meios foram indispensáveis para poder disciplinar a opinião pública numa sociedade que a cada dia tornava-se mais complexa e confusa: “la imprenta y el periódico, los ferrocarriles, el teléfono y el telégrafo, la radio y los aviones permiten extender las ideas velozmente, o incluso en un instante, a lo largo y ancho de Estados Unidos” (BERNAYS, 2008, p. 19). Ao comentar um artigo escrito por H. G. Wells para o jornal *The New York Times*⁴, Bernays diz que as possibilidades que oferecem os novos recursos tecnológicos de transmitir ideias instantaneamente para um grande número de pessoas localizadas em qualquer região do país, avançam tanto na esfera política quanto sobre os processos produtivos, comerciais, sociais e demais atividades e manifestações massivas, facilitando assim uma integração geográfica “de suerte que aquellos individuos que comparten las mismas ideas e intereses pueden ser asociados y disciplinados en aras de una acción común aunque vivan a miles de kilómetros de distancia” (BERNAYS, 2008, p. 20). A epígrafe deste ensaio, escrita aproximadamente 100 anos antes do livro de

Bernays, na qual Goethe menciona que é a rapidez e a riqueza o que o mundo admira e todos almejam, deixa em evidencia como os tempos atuais vinham sendo esboçados a partir de uma lógica de desenvolvimento tecnológico focada na aceleração, no encurtamento entre as distâncias e na concentração de riqueza e poder. Aquele começo de século XIX, que já vinha preparando o terreno para “cabeças capazes, para pessoas práticas e de entendimento rápido que, equipadas com uma certa destreza, sentem-se superiores à massa, mesmo não sendo elas mesmas aptas para aquilo que é supremo” (BENJAMIN, 2020, p. 19), tornou-se realidade nas mediocres cabeças dos homens brancos, milionários e sofisticados que Bernays identificou como os mais apropriados para conduzirem as sociedades (democráticas) capitalistas no início do século XX.

Aceleração dos estímulos (ou os corpos mediados pelas máquinas)

Ao pensar sobre as transformações provocadas na percepção das sociedades modernas, Benjamin traz como exemplo o espaço urbano, que é tomado pela multidão e torna-se cada vez mais complexo e acelerado. Nessa nova situação vivida nas grandes metrópoles, as experiências ópticas dos indivíduos são fortemente abaladas pelo trânsito e “mover-se através dele significa para o indivíduo sofrer uma série de choques e colisões. Nos pontos de cruzamento mais perigosos, atravessam-no vários choques nervosos em rápida sequência, como descargas de uma bateria” (BENJAMIN, 2015, p. 128). Ao comparar os transeuntes de *O homem da multidão* de Poe – que lançavam olhares no meio da multidão para todos os lados e sem motivos – com os do início do século XX, Benjamin nota que estes focam seus olhares para se orientarem no trânsito e com isso constata que “a técnica foi submetendo o sistema sensorial humano a um treino complexo” (BENJAMIN, 2015, p. 128). Com essa observação, Benjamin não apenas está pensando sobre as transformações na percepção do indivíduo moderno, como também está percebendo uma sociedade que se utiliza da tecnologia para o seu próprio disciplinamento.

No seu *Depois do futuro*, Bifo propõe uma noção de máquina externa e máquina interna. A máquina externa, que ele relaciona à época moderna, era uma máquina que agia fora do corpo e da mente, uma máquina visível no espaço urbano e das fábricas. Já a máquina interna é uma máquina biopolítica, psicofarmacológica – “que age no interior do corpo graças a potências de tipo químico, biotécnico” (BERARDI, 2019, p. 16) – e semiótica, bioinformática, “a rede como concatenação que torna possível uma deslocalização dos processos produtivos” (BERARDI, 2019, p. 16-17). A máquina

interna se entrelaça com o sistema nervoso social, com a genética do organismo humano, é “uma nanomáquina capaz de produzir mutações no agente humano” (BERARDI, 2019, p. 16). Bifo irá então identificar, nessas noções de máquinas externas e internas, uma passagem de um regime disciplinar para um regime de controle. Se no primeiro caso a máquina se constitui diante do corpo humano – ou seja, é uma máquina externa ao corpo (que se mantinha pré-técnico) e à mente –, provocando uma experiência autônoma e coisificada: “a peça que lhe cabe surge no raio de ação do operário independentemente da sua vontade. E desaparece do seu controle da mesma forma arbitrária” (BENJAMIN, 2015, p. 128), disciplinando o corpo ao ritmo uniforme e constante da máquina, portanto, regulando normativa, legal e institucionalmente o corpo e a mente; no segundo caso (que Bifo identifica com os tempos atuais e costuma usar o termo *posmodernidade*) a máquina não está mais apenas diante e sim dentro do corpo e da mente: “os corpos não podem se relacionar nem a mente se expressar sem o suporte técnico da máquina biopolítica. Por isso, não é mais necessário o processo de disciplinamento político, legislativo, violento e repressivo. O controle se dá inteiramente a partir da própria máquina interna” (BERARDI, 2019, p. 17).

A questão para Bifo é que se antes a velocidade estava concentrada nas máquinas externas, agora a velocidade se transferiu para a informação, ou seja, a velocidade foi internalizada, o que Bifo chama de automatismo psicocognitivo (se buscarmos a origem etimológica da palavra informação, *informatio, onis*, do latim, que seria algo como conceber ideia, dar forma a uma ideia, configurar uma ideia, podemos pensar na própria noção de informação como um processo interno). No modelo fordista/taylorista um grande número de operários trabalhavam de forma coordenada e sincronizada sobre fragmentos que eram recompostos e unificados pela máquina. Essa dinâmica do processo de montagem provoca um tipo de alienação estimulado por movimentos repetitivos de seres humanos que não tem a compreensão do todo (nem o acesso a ele, já que são protegidos por leis de propriedades intelectuais): essa tarefa fica a cargo da máquina e dos engenheiros que a projetaram. Por outro lado, na máquina interna, somos afetados por um acelerado fluxo de informações completamente fragmentadas as quais não temos mais a capacidade nem o tempo necessário para processar e organizar, provocando uma alienação e uma anestesia acelerada e que estamos ainda em um estágio inicial de compreensão dos seus efeitos, apesar das mostras devastadoras de sua força nos últimos anos.

Essa noção de internalização da velocidade pode ser muito significativa para entendermos a atualidade. No século XX, por intermédio da máquina externa da qual

nos fala Bifo, concretizou-se a colonização do espaço planetário: “Os meios de transporte permitiram chegar a cada centímetro do planeta, que pôde, assim, ser conhecido, marcado, esquadrinhado, submetido ao controle e à exploração” (BERARDI, 2019, p. 19). Essas máquinas não somente permitiram ao ser humano percorrer toda a superfície do planeta e deslocar-se em alta velocidade, mas também o permitiram “penetrar nas vísceras da Terra, sugar os recursos que estavam escondidos sob a crosta terrestre, ocupar cada espaço visível com produtos replicados mecanicamente” (BERARDI, 2019, p. 19). Bifo alega que enquanto havia a possibilidade de a máquina externa projetar-se por novos territórios ainda inexplorados, havia um futuro a ser conquistado, o que traz para a noção de futuro não apenas uma dimensão temporal, mas também uma dimensão espacial. Quando o espaço terrestre havia sido completamente explorado e colonizado, tudo indicava que o próximo passo seria a exploração de outros planetas. A chamada guerra fria desencadeou uma corrida espacial. Chegou-se à lua. Mas essa corrida espacial, pelo menos aparentemente, desacelerou, principalmente no que diz respeito à colonização de outros planetas, e se intensificou no que diz respeito ao desenvolvimento de satélites e outras tecnologias de comunicação alojadas no espaço, mas com sua atenção (ou sua mira) voltada para o planeta terra; e assim a direção de expansão e de desenvolvimento voltou-se para a conquista do espaço interno, do mundo interior, “iniciou-se a colonização da dimensão temporal, ou seja, do vivido, da mente, da percepção” (BERARDI, 2019, p. 19-20) e da alma. É o começo de um processo que vai desembocar no que Bifo chama de *o século sem futuro*.

O espaço interno, ao qual se refere Bifo, abarca a noção de ciberespaço e cibertempo. O ciberespaço é “a esfera de interação de várias fontes humanas e mecânicas de enunciação, a esfera da conexão entre mentes e máquinas” (BERARDI, 2019, p. 108), ou seja, é o ponto de intersecção virtual dos conteúdos gerados por inúmeros emissores, um ponto que interliga pessoas, documentos e máquinas (a intersecção do corpo orgânico com o corpo inorgânico da máquina eletrônica), e, ao que tudo indica, tem virtualmente uma capacidade de expansão ilimitada. Por outro lado, o cibertempo é a parte exclusivamente orgânica do processo, é a capacidade de elaboração mental no tempo, “o tempo necessário para que o cérebro humano possa elaborar a massa de dados informativos e de estímulos emocionais provenientes do ciberespaço” (BERARDI, 2019, p. 109). Onde há a tensão e o cruzamento entre o sempre expansivo ciberespaço e os limites do cibertempo, Bifo dirá que o que está em jogo é a sensibilidade, a empatia e a ética:

A sensibilidade é a faculdade que possibilita a compreensão empática. É a capacidade de compreender o que não pode ser dito em palavras, de compreender intuitivamente o *continuum* da vida que não pode ser traduzido em simples signos. A sensibilidade é a capacidade de interpretar signos não verbais, graças à capacidade de interpretação que provém do fluxo empático. Essa capacidade, que permitia à raça humana compreender mensagens ambíguas no contexto da relação, está certamente arrefecendo e, talvez, desaparecendo. Submetida à aceleração infinita do infoestímulo, a mente reage na forma de pânico ou de dessensibilização. Parece que está se constituindo uma geração de humanos cuja competência sensorial é reduzida. A habilidade de compreender empaticamente o outro, de interpretar sinais que não tenham sido codificados segundo um código de tipo binário, torna-se cada vez mais rara, cada vez mais frágil e incerta (BERARDI, 2019, p. 20).

Empobrecimento da experiência (ou a informação como campo de batalha)

E o buraco é mais fundo do que parece, é um buraco virtual que avança numa superfície sem fundo e atinge corpos altamente saturados de informação. Sem dúvidas o século XXI é o século em que a informática se consolidou em nossas vidas e que se desenvolveu, principalmente através das redes de internet, uma verdadeira *infomáquina* que se ocupa de nos bombardear de informações incessantemente. Informações na maior parte das vezes desconexas, fragmentadas, sem nenhum tipo de critério ou, se preferirmos, com critérios ocultos e dissimulados, que não apenas simulam realidades, mas transformam o espaço virtual num verdadeiro campo de batalha.

Walter Benjamin relacionou o empobrecimento da experiência ao desaparecimento da arte de narrar, indicando que a informação vinha se sobrepondo à narração. Para Benjamin, “a informação recebe sua recompensa no momento em que é nova; vive apenas nesse momento; deve se entregar totalmente a ele e, sem perder tempo, a ele se explicar” (BENJAMIN, 1995, p. 276), portanto, fecha-se sobre si mesma e não tem nenhuma potência já que, ao fechar-se sobre si mesma, a informação daquilo que foi nos deixa impotentes perante o acontecimento; já a narração não se esgota, “conserva a força reunida em seu âmago e é capaz de, após muito tempo, se desdobrar” (BENJAMIN, 1995, p. 276). A narrativa, compara Benjamin, é como os grãos que foram conservados hermeticamente nas pirâmides egípcias e ainda hoje conservam seu poder de germinação.

Quando Proust, na sua busca pelo tempo perdido, sugere que o passado está escondido em algum objeto material, fora dos domínios da inteligência, e que depende do acaso encontrarmos ou não esse objeto antes de morrermos, ele relega ao acaso a capacidade de um indivíduo “adquirir ou não uma imagem de si próprio, ser ou não

capaz de se apropriar da sua experiência” (BENJAMIN, 2015, p. 109). Benjamin irá questionar essa dependência do acaso proposta por Proust: “as coisas da nossa vida interior não têm, por natureza, esse caráter privado sem alternativa. Só o adquirem depois de se terem reduzido as possibilidades de os fatos exteriores serem assimilados à nossa experiência” (BENJAMIN, 2015, p. 109); e irá pensar justamente nas informações diárias repassadas pelos jornais como um bom exemplo dessa redução das nossas possibilidades. Benjamin diz que a intenção da imprensa não é fazer com que o leitor incorpore as suas informações como parte de sua própria experiência:

os princípios da informação jornalística (novidade, concisão, clareza e sobretudo a não relação das notícias umas com as outras) contribuem tanto para esse resultado quanto a paginação e o registro de linguagem (Karl Kraus não se cansou de demonstrar como o estilo dos jornais tolhe a capacidade de imaginação de seus leitores). O isolamento da informação em relação à experiência explica-se, em segundo lugar, pelo fato de a primeira não se integrar na “tradição”. Os jornais tem tiragens altas. Nenhum leitor dispõe tão facilmente de qualquer coisa que o outro “queira saber” a seu respeito. Historicamente existe uma concorrência entre as diversas formas de comunicação. Na substituição do antigo relato pela informação e desta pela sensação reflete-se a crescente redução da experiência. Todas essas formas, por seu lado, destacam-se da narrativa, que é uma das mais antigas formas de comunicação. Para ela, não era importante transmitir a pura objetividade do acontecimento, como faz a informação; integra-o na vida do contador de histórias para passá-lo aos ouvintes como experiência. Por isso, o contador de histórias deixa na experiência suas marcas, tal como o oleiro deixa as das suas mãos no vaso de barro (BENJAMIN, 2015, p. 109).

O problema da informação, que na modernidade vinha se impondo e empobrecendo o ser humano de experiências narráveis, já era um sintoma fortemente percebido por Benjamin pelo menos desde o final da década de 1920. Para ele, o desenvolvimento técnico é um dos motivos dessa nova forma de empobrecimento. Benjamin comenta que a experiência monstruosa da primeira guerra trouxe de volta pessoas mais pobres em experiências compartilháveis e que esse fenômeno não é tão estranho quanto parece em uma Europa tomada pela inflação, pela fome e que colocou, de repente, uma geração, que há poucos anos ia para a escola em carroças, em um “descampado, numa paisagem em que nada se manteve inalterado a não ser as nuvens, e no meio dela, num campo de forças de correntes e explosões destruidoras, o corpo humano, minúsculo e frágil” (BENJAMIN, 2016, p. 86). Em uma guerra na qual um arsenal de novas tecnologias tomou o protagonismo, o choque repentino que foi sentido por esses frágeis corpos humanos só poderia resultar em mudez e na incapacidade de compartilhar experiências: o que foi vivenciado nos campos de batalha, nesse novo

modelo de guerra tecnológica, não tinha nenhuma referência anterior na qual as pessoas envolvidas pudessem se apoiar. É notável o relato de 1909 feito pelo chefe do estado-maior alemão Alfred Graf von Schlieffen, com o título de *Guerra na atualidade*:

Não importa quão grandes forem os campos de batalha, nada oferecerão ao olho. Nada se vê no amplo ermo. Nenhum Napoleão, acompanhado por seu cortejo, se detém no alto da colina. Nem o melhor binóculo lhe mostraria muita coisa. Seu cavalo branco seria alvo fácil de inúmeras baterias. O general está por trás da linha de frente, numa casa com espaçosos escritórios, onde telégrafos a fio e rádio, telefones e aparelhos de sinalização estão à sua disposição. Frotas de automóveis e motocicletas, equipados para as mais longas viagens, aguardam suas ordens. Lá, numa confortável cadeira em uma mesa larga, o Alexandre moderno tem diante de si o mapa de todo o campo de batalha, de lá telegrafa ordens explosivas e lá recebe notícias de seus corpos de Exército e unidades militares, de balões ancorados e aeronaves dirigíveis, que observam os movimentos do inimigo ao longo de toda a linha de frente (SCHLIEFFEN apud ULRICH apud KITTNER, 2017, p. 264).

Para Benjamin, experiência e vivência possuem correlações e temporalidades distintas. Enquanto, por um lado, ele aproxima a vivência da informação e propõe que “o acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido” (BENJAMIN, 1994, p. 37), quer dizer, é um evento que acaba no instante mesmo que acontece; por outro lado, ao aproximar memória, experiência e narração, Benjamin propõe que um acontecimento lembrado é sem limites, “porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois” (BENJAMIN, 1994, p. 37). A experiência não apenas está vinculada à memória, mas promove (ou tem a potência de promover) uma abertura na história, uma vez que mantêm seu poder germinativo e está sempre disponível para irromper no tempo e configurar novos sentidos, novas narrativas.

Se pensarmos, a partir de Benjamin, nessa diferença de temporalidade entre experiência e vivência, narração e informação, e tentarmos trazer essas relações e os sintomas observados por ele no início do século XX (de que a informação vinha se sobrepondo à narração e nos deixando pobres em experiências narráveis) para o início do século XXI, podemos constatar que esse processo tomou proporções tais que seria possível afirmar que a nossa percepção do tempo sofreu fortes transformações. Em uma época puramente informacional, na qual prevalece a vivência em detrimento da experiência e da memória – portanto prevalece uma constante sensação de finitude, de uma novidade que se sobrepõe a outra constantemente – o presente torna-se tão denso que é muito difícil se projetar para fora dele. Ao mantermos nossa percepção temporal presa a um presente que nos satura de informações, somos privados de memória e de experiências, ficamos sem chão, em um profundo estado de inoperância e dormência. O

ritmo que as tecnologias impuseram e os constantes desenvolvimentos tecnológicos superam em muito o ritmo pelo qual somos capazes de acompanhar e absorver esses avanços. É um ritmo que se tornou central, pelo menos nas sociedades ocidentais, e, aparentemente, criou a falsa ideia de que retirou da humanidade a possibilidade de ditar o seu próprio ritmo.

A densidade do tempo (ou a dificuldade de se projetar para fora do presente)

“As impressões e as percepções sensoriais do ser humano”, escreve Valéry, “pertencem em rigor à categoria de surpresa; são testemunho de uma insuficiência do ser humano. A lembrança é um fenômeno elementar, e o seu objetivo é nos proporcionar o tempo necessário para a organização da recepção dos estímulos, que inicialmente nos faltou”. A recepção do choque é facilitada por um treino do controle dos estímulos, para o qual, em caso de necessidade, pode-se recorrer tanto ao sonho como à lembrança. Regra geral, porém – é a suposição de Freud –, esse treino está sob a alçada da consciência desperta, situada numa camada do córtex cerebral “a tal ponto desgastada pelo efeito dos estímulos que proporcionaria as melhores condições para a sua recepção”. O fato de o choque ser assim absorvido, aparado pela consciência, daria ao acontecimento que o provoca o caráter de vivência no sentido mais autêntico. E, ao incorporar esse acontecimento diretamente no registro da lembrança consciente, iria torna-lo estéril para a experiência poética. (BENJAMIN, 2015, p. 112-113).

O que temos agora, numa época de informatização total, é apenas (e não é pouca coisa) o resultado de um projeto sonhado há muito tempo. E este projeto entrou num ritmo no qual sua velocidade não é mais determinada por seres humanos e sim pelas máquinas. E chegou a um nível tão elevado de aceleração que vivemos uma distopia na qual a nossa capacidade de projetar – tanto para o futuro quanto para o passado – foi drasticamente reduzida. Para Bifo, a disparidade entre o ciberespaço (que é uma esfera objetiva que se expande na velocidade da reprodução digital, ou seja, se expande em alta velocidade) e o cibertempo (que tem o seu núcleo na subjetividade humana e, portanto, tem um ritmo mais lento, um ritmo determinado pelas limitações do corpo, ou como coloca Bifo, o ritmo do gozo e do sofrimento) provoca uma saturação da atenção que faz do presente um tempo tão denso “que o cérebro não pode se separar dele, não pode projetar sua experiência para fora do momento presente” (BERARDI, 2019, p. 109). Segundo ele, “para projetar a profundidade temporal, a mente precisa dispor os objetos mentais em perspectiva, elaborar sua relação, a sucessão, a potencialidade. A saturação do cérebro social pelos estímulos informativos tende a impedir isso. O futuro torna-se inimaginável” (BERARDI, 2019, p. 109). É por causa dessa saturação do

cérebro social que Bifo sugere que estamos vivendo uma verdadeira mutação antropológica da infraestrutura social, que afeta tanto o psiquismo individual quanto o coletivo. Para ele, não entenderemos a contemporaneidade se não levarmos em conta que nossa sociedade está em um processo de reprogramação neurológica, psíquica e relacional. E como podemos fazer para compreender essas transformações e operar sobre elas? Talvez seja necessário ainda pensarmos e operarmos em termos de montagem e anacronia, não como ferramentas utilitárias apropriadas pelo capital, estetizadas politicamente e banalizadas em larga escala, mas como gestos que nos possibilitam projetar para fora de um presente altamente saturado, dar um passo atrás, ver as falhas, os buracos, as fraturas, escavar, buscar as semelhanças profundas⁵, os sintomas, aquilo que permanece oculto e ainda opera na atualidade.

Benjamin, comenta Reyes Mate, não se assombrou com o pacto de Hitler com Stalin justamente porque ambos os regimes estavam centrados numa mesma lógica: “os socialistas não diziam que nadávamos a favor da corrente? E Lenin não havia dito que o comunismo eram os soviets mais a eletrificação? Sob essas duas estratégias se ocultava a mesma confiança no progresso” (MATE, 2010, p. 14). O assombro maior era: como não se dar conta que é ineficaz combater o fascismo utilizando-se da sua mesma ideologia e temporalidade? “A hipótese de ele se afirmar [o fascismo] reside em grande parte no fato de os seus opositores o verem como uma norma histórica, em nome do progresso” (BENJAMIN, 2016, p. 13). Reyes Mate, ao fazer uma leitura da crítica do progresso, propõe que Benjamin vai em direção a uma noção de tempo pleno, um tempo que não descarta as ausências. O presente se manifesta de duas maneiras: “presente é, por um lado, o dado, o que chegou a ser e que temos diante de nós; por outro, é aquilo que quis ser e foi malgrado. Enquanto o primeiro presente é história real, o segundo é presente só como possibilidade” (MATE, 2010, p. 92). Não é necessário ir muito longe para entender a leitura de Reyes Mate, basta pensarmos no golpe de estado que se executou no Brasil em 2016 e interrompeu violentamente um projeto em andamento. Esse passado interrompido está latente, “aquilo que foi frustrado logicamente não é objeto da história, mas faz parte de nossa atualidade, ainda que a única razão disso seja a de que o que chegou até nós e nos conforma é a reação” (MATE, 2010, p. 90) brutal a esse projeto. Ao considerar as ausências, aquilo que foi soterrado pela narrativa dos vencedores, não é somente o tempo contínuo que colapsa, mas também esse presente denso que nos impede de projetar nossas experiências para fora dele. Os espectros do passado que nunca chegaram a se efetuar ou foram interrompidos, assombram o

presente e neles contêm uma força desestabilizadora, um gérmen adormecido capaz de alterar a ordem do tempo.

O que Benjamin via no empobrecimento da experiência era um ataque direto à nossa capacidade cognitiva e interpretativa, que cria muitas barreiras a um pensamento poético, intuitivo, associativo, analógico, capaz de relacionar diferenças e semelhanças, montar, desmontar, remontar os acontecimentos, os arquivos, as ideias com pensamentos que se articulam com o passado, operam no presente e projetam possibilidades de futuro(s). Quando Bifo propõe, que “para projetar a profundidade temporal, a mente precisa dispor os objetos mentais em perspectiva, elaborar sua relação, a sucessão, a potencialidade” (BERARDI, 2019, p. 109), ele está pensando em termos de montagem. Com a saturação de informações provindas do ciberespaço, o cibertempo se prende ao presente justamente porque não tem mais a capacidade de montar. Os choques provocados por essa velocidade excessiva são cada vez maiores e acabam por nos anestesiarem e nos paralisar. Essa paralisia está relacionada a nossa incapacidade não apenas de reagir, mas de montar presentes possíveis a partir da tensão com o passado e de todas as suas ausências ainda latentes, que também nos auxiliariam a sonhar futuros. Essa paralisia não tem nenhuma relação com a pausa revolucionária na qual pensou Benjamin. Porque o que precisamos parar é o relógio. Desmontá-lo. Precisamos de tempo não apenas para processar ou absorver, mas tempo para descartar, associar, montar, desmontar. A questão da percepção do tempo hoje talvez esteja emaranhada em um grande paradoxo, porque ele, o tempo, está tão acelerado que causa a impressão de que parou. Ele está tão rápido que já não somos mais capazes de vê-lo se mover, inserimos tantos quadros por segundo no tempo, que as suas imagens pararam.⁶

Referências

BENJAMIN, Walter. *Baudelaire e a modernidade*. Tradução de João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

BENJAMIN, WALTER. *Gente Alemã. Uma série de cartas*. Tradução Daniel Martineschen. Florianópolis: Editora Nave, 2020.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*. Tradução de João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única. Obras escolhidas volume II*. Tradução Rubens Rodrigues Torres Filho e José Carlos Martins Barbosa. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1995.

BERARDI, Franco. *Depois do Futuro*. Traduzido por Regina Silva. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

BERNAYS, Edward. *Propaganda*. Traducción de Albert Fontes. España: Editorial Melusina, 2008.

KITTLER, Friedrich. *A verdade do mundo técnico. Ensaio sobre a genealogia da atualidade*. Tradução Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto, 2017.

KITTLER, Friedrich. *Gramofone, filme, typewriter*. Tradução Guilherme Gontijo Flores e Daniel Martineschen. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019.

MATE, Reyes. *Meia-noite na história. Comentários às teses de Walter Benjamin Sobre o conceito de história*. Tradução Nélio Schneider. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2011.

¹ Podemos pensar no já não tão dissimulado *slogan* do governo de Margaret Thatcher: “There is no alternative”, que basicamente propagava massivamente a ideia de que não há alternativa ao capitalismo, ao neoliberalismo, à globalização e a um mundo autorregulado pelos mercados.

² Organização sem fins lucrativos fundada na cidade de San Francisco, Califórnia, em 1990. A EFF tinha como princípios e objetivos proteger os direitos de liberdade de expressão no contexto da era digital.

³ Refiro-me aqui, por exemplo, ao diretor da empresa Tesla, Elon Musk, um dos homens mais ricos e poderosos do mundo. Tesla, inc. é uma empresa que produz automóveis elétricos e depende do lítio para a fabricação de suas baterias. Recentemente, após um golpe de estado na Bolívia, um dos países com maior concentração de lítio no mundo, Musk, ao responder a um usuário do twitter, não fez a menor questão de esconder que estava por trás da articulação desse golpe. O usuário escreve: “Você sabe o que não interessa às pessoas? O governo dos EUA organizando um golpe contra Evo Morales na Bolívia para que você possa obter lítio lá”. E Musk responde com arrogância: “Vamos dar golpe em quem quisermos! Lide com isso”.

⁴ O trecho que Bernays cita de H. G. Wells em seu livro (vale notar que se em Goethe o tom era pessimista, em Wells o tom é de grande otimismo): *Los medios de comunicación modernos —el poder que brindan la imprenta, el teléfono y la comunicación sin hilos, entre otros, de transmitir influyentes ideas estratégicas o técnicas a un gran número de centros que colaboran entre sí, y posibilitar prontas respuestas y diálogos efectivos— han inaugurado un nuevo mundo de procesos políticos. Ideas y frases pueden ahora dotarse de una efectividad mayor que la de cualquier gran personalidad y más poderosa que cualquier interés sectorial. Es posible transmitir el designio que nos une y protegerlo contra tergiversaciones o traiciones. Es posible elaborarlo y desarrollarlo con paso firme y extensamente sin que se den malentendidos personales, locales o sectoriales.*

⁵ Ver *A doutrina das semelhanças* de Walter Benjamin.

⁶ Princípio de câmera lenta no cinema. Quanto mais quadros por segundo inserirmos na imagem, maior será o seu tempo de duração e cada vez mais lento será o movimento.

O TEMPO DESCONJUNTADO: A URGÊNCIA DO CRONOCENTRISMO E UMA POSSÍVEL FORMA DE FAZER HISTÓRIA NO NOVO TEMPO DO MUNDO

THE TIME DISJOINT: THE URGENCY OF CHRONOCENTRISM AND A POSSIBLE WAY OF MAKING HISTORY IN THE NEW WORLD TIME

João Paulo ROSSATTI*

Resumo: Este artigo tem alguns objetivos fundamentais. O primeiro é apresentar um argumento dialético em relação ao conceito de heterocronia, isto é, mostrar como os muitos tempos experimentados encontram seu limite no capitalismo tardio e, portanto, carregam sua negação dentro si mesmos, engolidos que são por um *cronocentrismo* impositivo. O segundo argumento, mais direto, visa apresentar o novo tempo do mundo, para tal empreitada seguimos o trabalho do filósofo Paulo Arantes. Em conjunto, estas duas seções nos permitirão propor a categoria de *ontologia em situação*, cujo emprego possibilita ao historiador uma compreensão relacional entre: o seu tempo, a sua experiência e o tempo por ele estudado.

Palavras chave: heterocronia, homocronia, novo tempo do mundo, ontologia em situação.

Abstract: This article has some fundamental goals. The first is to present a dialectical argument in relation to the concept of heterochrony, that is, to show how the many times experienced find their limit in late capitalism and, therefore, carry their negation within themselves, swallowed up by an imposing chronocentrism. The second, more direct argument, aims to present the new time of the world, for this endeavor we follow the work of the philosopher Paulo Arantes. Together, these two sections will allow us to propose the category of *ontology in a situation*, whose use allows the historian a relational understanding between his time, his experience, and the time he studies.

Keywords: heterochrony, homochrony, new world time, ontology in situation.

Introdução

Em seu *O tempo desconjuntado* (*Time out of joint* no original) Philip K. Dick conta a história de Ragle Gumm. Este vive numa pequena cidade norte-americana no ano de 1959 – também o ano de publicação do livro. Sua fonte de renda é um tanto estranha, ele vive com a premiação de um concurso de jornal que paga diariamente certa quantia aos acertadores. Sua vida, portanto, é baseada na repetição incessante de desvendar os enigmas e ganhar o dinheiro. Contudo, algo parece incomodar Ragle, pois coisas estranhas começam a acontecer a ele; a mais estranha delas, sem dúvidas, é a

* Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Mato Grosso e mestre pela mesma instituição. E-mail: jrossatti@gmail.com. Cabe ressaltar que este artigo é fruto do desdobramento de algumas reflexões desenvolvidas em minha tese de doutorado.

substituição de certos objetos por um pedaço de papel com o seu nome escrito (“vaso de flores”, por exemplo), tal como no quadro de René Magritte *Personagem caminhando em direção ao horizonte*, apenas o nome das coisas e não as próprias coisas aparecem a Ragle. O limite entre realidade e devaneio, em Philip Dick, sulca a modelagem *prêt-à-porter* partilhada através do laço social. As coisas se complicam ainda mais quando o protagonista encontra uma sala subterrânea abandonada com uma lista telefônica cujos telefones não *existem* e ao tentar sair da cidade ele simplesmente não consegue por que inúmeras coisas diferentes o impedem de seguir seu rumo. Ao final descobrimos que na verdade Ragle vive no futuro (os anos 1950 são apenas um facilitador mnemônico para o seu real propósito) e os enigmas por ele resolvidos são as localizações onde as bombas atômicas lançadas pelo inimigo (os EUA estão em guerra) cairão. Sua vida foi “construída” nos anos 1950 por que este fora o *tempo* mais feliz de sua vida.

Para além de uma análise da narrativa propriamente dita, o que interessa neste artigo é pensar uma subquestão que paira sob a história do livro: afinal, como a realidade experimentada influencia a sensação de tempo desarticulado que vivemos? Isto é, como devemos compreender as camadas sedimentares de tempo, que muitas vezes se sobrepõe, e, em choques violentos, irrompem sobre a superfície? Desse tema, nem um pouco banal, desponta, a nós historiadores, um objeto mais abrangente e fundamental para nossos estudos: como o tempo vivido interfere no tipo de história possível em tal ou qual época? Aprender a dialetização desse processo é fundamental.

Para responder tais questões será necessário, em primeiro lugar, compreender o tipo de tempo experimentado pelos indivíduos em sua vivência cotidiana. Nestes termos, portanto, o que deve ficar claro é, para usar um termo de Reinhart Koselleck, a prevalência de “estratos de tempo” cuja marca indelével é a sobreposição de camadas temporais que às vezes estão em pressão umas sobre as outras. A isto alguns historiadores e filósofos deram o nome de heterocronia, conceito que visa revelar a multiplicidade de tempos históricos que, por sua vez, permitem uma pluralidade de histórias narradas.

Tal encadeamento nos leva diretamente ao segundo ponto a ser desenvolvido aqui, ou seja, a tensão premente entre a heterocronia própria ao ser social/histórico e a vivência (no sentido da constituição subjetiva) em *um tempo* cuja marca mais evidente é a *uniformização* da medida temporal como demanda constituinte própria da organização capitalista. O estresse entre a heterocronia e uniformização forçada do tempo capitalista escande a pluralidade temporal e, de seu interior, abrolha o que estamos chamando aqui de *cronocentrismo*. O indício mais evidente disto é a ascensão de um tempo de

urgência, que, como assinalou Paulo Arantes, estabelece as coordenadas daquilo que ele chamou de *novo tempo do mundo*.

Apenas ao compreendermos esta base será possível apontar uma possível forma de história nesse novo tempo. Na terceira parte, o conceito que guiará a reflexão será o de *ontologia em situação* (ou *ontologia transitória*). O primeiro fora melhor desenvolvido por Vladimir Safatle e o segundo por Alain Badiou, não sem suas diferenças, é claro, mas também não sem uma convergência fundamental (afinal, Safatle foi orientando de Badiou). *Essa proposição de uma ontologia em situação como forma de compreensão do ser que se é em determinado momento histórico* (ou, como afirma Ian Hacking – outro autor fundamental aqui –, a pessoa possível em tal ou qual tempo histórico) nos parece essencial para: compreender o tipo de história possível de ser produzida em determinado momento e o tipo de sujeito possível de ser produzido em determinado período. A correlação mais evidente entre a história possível e o sujeito possível é, portanto, aquela que se dá entre o sujeito historiador – produzido temporalmente – e o objeto (lembrando que nossos objetos também podem ser sujeitos).

O que, esperamos demonstrar ao final, é que a dinamicidade epistemológica concedida pela categoria de *ontologia em situação* permite uma dupla reflexão: primeiro e mais evidente, sobre a heterocronia temporal e a multiplicidade de sujeitos históricos que devem ser compreendidos em *suas situações*; em segundo, o tipo de historiador que *chega* ao objeto com seus problemas e questões, pois ele, também, apenas *é em sua situação*. *A história possível depende, portanto, de um sujeito possível*, ou seja, os temas, os interesses, as teorias e metodologias são, elas também, temporais e localizadas em determinadas situações históricas. Portanto, é assim que devemos entrever o sujeito possível nesse novo tempo do mundo, pois ele é marcado pela urgência, pois experimenta um descolamento não apenas em relação ao passado e ao futuro, mas também ao *hoje*, aflora daí a necessidade de compreender o que ocorre *hoje “pra ontem”*. Ser historiador demanda, por isso mesmo, uma compreensão da variabilidade dos sujeitos nestes tempos de emergência e em como isso se reflete nos sujeitos/objetos estudados.

Uma heterocronia?

Na introdução de sua coletânea de ensaios sobre o tempo histórico Marlon Salomon faz, digamos assim, uma arqueologia do uso do conceito de heterocronia, desde o seu aparecimento na biologia, passando pela paleontologia e chegando até a sua

“estreia” na história. Apesar da obviedade de sua transposição para a história, somente a partir dos anos 1970 a noção começa a se fazer presente nos estudos históricos no intuito de fazer referência às “múltiplas temporalidades” (SALOMON, 2018a, p. 20-21). Inúmeros historiadores, preocupados com a fundamentação teórica de seus trabalhos, perceberam que, ao contrário do que a história científica desenvolvida no séc. XIX fazia parecer (e como a física já havia demonstrado no início do séc. XX), o tempo não é uno; ao contrário, ele é múltiplo e variável. *Isto é, não há uma homocronia, mas sim uma heterocronia.*

O tempo para a história, portanto, também se tornou um problema (no amplo sentido que o termo pode ter em nosso meio). De acordo com Enrico Gattinara, a partir dos anos 1990 a questão da multiplicidade temporal fez com que o historiador pensasse criticamente (isto é, para além da crítica às fontes) também sobre a sua concepção de tempo, pois “o tempo não é mais algo que se pode dispor” e tão pouco ele “é uma realidade física exterior e uniforme” (GATTINARA, 2018b, p. 67). O historiador está no tempo, trabalha com o tempo e através do tempo, ou seja, a conclusão mais óbvia: é preciso pensar sobre o tempo (!).

Quando se vê as coisas sob esta perspectiva fica bastante evidente que não existe um único tempo, mas sim uma multiplicidade de tempos possíveis. Isso ocorre por que há um choque entre a *nossa* ideia de tempo e a experiência de tempo dos *outros* (nossos objetos), que quanto mais distantes no tempo mais “estranhos” nos parecem. Isto significa que, em última instância, a própria relação com o tempo nunca é neutra. É comum, como fosse algo de nossa *natureza*, a tendência em considerar o tempo um fenômeno *a priori*, no sentido kantiano, como intuição universal dada pelo fenômeno apreendido (KANT, 2014, p. 45). Isto é, a experiência empírica da passagem do tempo é condicionada mais pela percepção do fenômeno do que pela contagem da coisa em-si. Nestes termos, Estevão R. Martins afirma que “o tempo (a)parece como próximo e distante: como fruto do meu pensar e agir e como resultado do pensar e agir dos outros” (MARTINS, 2018c, p. 83) – estamos falando, é claro, do tempo fenomenológico.

Por outro lado, para além da apercepção imediata do fenômeno a operacionalização do tempo, em termos absolutos, sempre foi importante para os agrupamentos humanos por motivos óbvios, as colheitas e as culturas tinham, de modo geral, *tempos* específicos que deveriam ser observados, apreendidos, contados e repetidos por aqueles que pretendessem estabelecer-se em algum lugar. Da observação por necessidade foi um “pulo” para a teologização do tempo – geralmente transformado em divindade pelos povos antigos; e assim também voltamos à fenomenologia no

mesmo “pulo”. O sentido do tempo depende da experiência cotidiana do indivíduo, a cristianização, por exemplo, alterou a relação do homem com o tempo uma vez que estabeleceu uma nova forma de relação com este, pois o colocou de face ao futuro, o fim estava próximo – a segunda vinda de Cristo era iminente – e, por isso mesmo, o que estava por vir era o que importava (WHITROW, 1993, p. 80-81). Como esse fim foi retardado cada vez mais a escatologia perdeu sua função (KOSELLECK, 2006) e uma outra concepção, a partir dos séculos XV e XVI, tomou o seu lugar: o tempo do relógio.

Segundo o historiador britânico G.J. Whitrow o relógio mecânico foi inventado, possivelmente, entre 1280 e 1300 (WHITROW, 1993, p. 121). Tal invenção acelerou a secularização do tempo cristão, pois “enquanto os sinos das Igrejas anunciavam o momento dos vários ofícios religiosos, o relógio comunal era instrumento secular que batia as horas” (WHITROW, 1993, p. 125) e determinava a então nascente jornada de trabalho. Este processo, bastante lento é verdade, estabeleceu uma nova atitude diante do tempo. O futuro deixa de ser o tempo do fim para se tornar o tempo do planejamento, do aumento da produtividade e dos lucros. Outra consequência da invenção, aperfeiçoamento e popularização do relógio mecânico (ao menos na Europa do séc. XVI em diante) foi o advento de uma concepção mecânica do tempo – em consonância com a mecanização do universo observável instituída pelos astrônomos do período. De acordo com essa concepção o tempo “flui”, segue uma direção; o que, invariavelmente, levou ao otimismo do progresso do séc. XVIII em diante (KOSELLECK, 2006; AGAMBEN, 2008).

Outro fator determinante para a concepção de tempo dominante atualmente entre nós foi o advento da indústria moderna e o desenvolvimento global do capitalismo. Estes, em conjunto, tornaram a padronização temporal algo fundamental para o seu funcionamento, pois a necessidade da cronometria estabeleceu o tempo correto da jornada de trabalho e da circulação de produtos e informações. O efeito premente de tal movimento conjugado foi uma transformação do laço social, baseado agora na uniformização global do tempo. Isto ocorreu sobretudo a partir de 1884 quando a Conferência Internacional do Meridiano, realizada em Washington nos EUA, determinou o Tempo Médio de Greenwich (GMT em inglês) como padrão de medida; nos anos 1970 um novo padrão global foi adotado quando o Tempo Coordenado Universal (UTC em inglês) entrou em vigor baseando sua medida em relógios atômicos (WHITROW, 1993, p. 185-89). De modo inegável essa pasteurização da medida temporal refletiu-se em uma disciplina do corpo em relação ao trabalho (THOMPSON, 1993).

A multiplicidade de tempos experimentados pelos sujeitos outrora foram, assim, solapados pela universalização (necessária) do tempo capitalista (aqui cabe uma observação importante: por mais que as experiências de medida temporal tenham sido variadas, a uniformidade dos padrões de medida não o foi: o período claro e o período escuro, as lunações, a sucessão de estações, a translação. Todas estas foram – e algumas ainda são – marcações naturais bastante eficientes da passagem do tempo). Contudo, se a experimentação e a análise histórica do tempo evidenciam a heterocronia, isto é, uma sobreposição de camadas temporais que se intercalam (KOSELLECK, 2014), não podemos deixar de levar em conta outro fator determinante que é a padronização da experimentação temporal no capitalismo global.

Esta última observação é determinante para o desenvolvimento do argumento aqui defendido, uma vez que ao mesmo tempo ela refuta e confirma a ideia da heterocronia. Para seguirmos, portanto, uma distinção fundamental se mostra necessária para entender porque, mesmo em um mundo cujo tempo é *uniforme* ainda podemos falar em experiência heterocrônica.

Evidentemente a experiência uniforme de tempo relaciona-se a um fenômeno maior, a globalização. O termo remete à integração, sobretudo a econômica, em que dinheiro, produtos e, em menor medida, (algumas) pessoas podem se movimentar sem restrições em um mundo cujas *fronteiras* não são mais impedimentos (o que, sabemos bem, é uma inverdade) e onde ser flexível é emblema de sucesso (HARVEY, 2014, p. 209-ss). A consequência humana para a experimentação do tempo gestada pela globalização, como afirma Zygmunt Bauman, é que “o encolhimento do espaço abole o fluxo do tempo” (BAUMAN, 1999, p. 96). A fluidez do capital globalizado gera, portanto, um epifenômeno curioso: a *abolição* da própria experiência de fluxo temporal. O que, repitamos, não significa que o tempo não possa ser experimentado de modo diferente da uniformidade global. Nesse ponto, a diferenciação entre parceiros, que nem de longe são iguais, reflete as características locais onde o fenômeno da globalização é experimentado, naquilo que Roland Robertson chamou de “*glocalização*”, isto é, a tensão entre as pressões globais sobre as organizações locais (ROBERTSON *apud* BAUMAN, 1999, p. 78). O global se impõe ao local, no entanto, isso não significa que não haja um contra movimento de pressão do local em direção ao global e isso, é claro, engloba também a experiência temporal. Ou seja, a homocronia do capital se choca com a heterocronia das experiências locais do mesmo modo que a riqueza global bate de frente com a pobreza local.

Em resumo, o tempo uniforme e a unidimensionalidade do espaço no capitalismo (resultado do ciclo de produção e consumo) esbarra na pluralidade das experiências locais. Contudo, e aqui está o essencial de nosso argumento, isso não significa que essas experiências (sobretudo quando consideradas afrontosas) sejam toleradas. Ao contrário, elas são incessantemente absorvidas – quando não extintas – pela *máquina de integração* do sistema e transformadas pelos agentes da presentificação: a mídia, a moda, a economia, a política. Nesse sentido, nos é possível falar em um novo tempo do mundo que visa conjugar o tempo desconjuntado em que *naturalmente* vivemos em um presente sempiterno.

Um novo tempo do mundo

Ao menos desde a década de 1960, mas, sobretudo, a partir dos choques econômicos da década de 70, formatou-se o que alguns apontaram como uma nova forma de experimentação temporal. A culminância do significado dessa nova experiência, contudo, só ocorreu a partir da data simbólica que marcou, para alguns, o “Fim da História”: 1989 (FUKUYAMA, 1992). Para o cientista político francês Zaki Laïdi a data precisa foi o 9 de novembro de 1989, quando o muro de Berlim foi abaixo levando consigo todo o sistema soviético. Para o autor “[...] este dia foi de liberdade, mas também de ruptura com a condição temporal solidamente interiorizada” e o efeito colateral (ou seria unilateral?) dessa mudança foi a *emergência* de um “presente que deseja então bastear-se a si próprio para enfrentar a incerteza radical do mundo em que estramos a partir desse momento.” (LAÏDI, 2001, p. 09). As consequências da passagem de um tempo de expectativas e promessas, que colapsou sobre o peso de seus próprios compromissos, para um novo tempo, marcado pela compressão, instituiu a *acontecimentalização* da interpretação eventual historiográfica que a partir daí redobra-se sobre si mesma e cujo efeito hermenêutico (im)posto aos sujeitos foi de que: “O acontecimento não está para vir. Ele está aí, exposto nas fronteiras do mundo. Temos, pois, que o pensar ao mesmo tempo que temos que o viver.” (LAÏDI, 2001, p.11; cf., DOSSE, 2013)

Podemos notar melhor como se deu essa passagem ao perceber o quanto ela é marcada pelo crescente uso de uma linguagem que remete à velocidade (a urgência, a emergência, a rapidez, o instantâneo, a mobilidade, todos estes aparecem para estampar o novo tempo com seu nobre selo de *movimento*). Como toda experiência linguageira envolve o estabelecimento de uma gramática normativa é, portanto, *legítimo* que a nossa

relação com o tempo se dê nos termos da urgência¹. A essas impressões primárias coloca-se a pergunta fundamental: mas o que é esse tempo da urgência afinal?

Para responder à pergunta proposta, vou começar por uma leitura da simples pergunta feita por Hegel há mais de dois séculos na sua *Fenomenologia do espírito*: “o que é o agora?” Para Hegel a certeza sensível, isto é, a experiência para-si do objeto, é marcada pela presença de um duplo marcador indagatório, ou seja, os dêiticos: *aqui* e *agora*. A objetividade desses marcadores da verdade da certeza sensível é, para o autor, bastante evidente e bastante complexa. Para a pergunta “que é o agora?”, nos diz Hegel, podemos anotar em uma folha de papel a resposta: “o agora é noite.” Essa resposta, contudo, não esgota o problema da imediaticidade do agora, pois se Eu não estou mais aqui e este agora a que me refiro também não, como é que se torna possível identificar o agora? A relação entre o agora e o isto é, por causa dessa ambivalência, complexa, uma vez que para Hegel é o *agora* da pergunta que foi *conservado* assim como se apresentou, mas já não está mais presente no *aqui*. Assim, a essência do aqui e do agora depende da certeza sensível (HEGEL, 2014, p. 85-6) experienciada pelo Eu no que pode ser formulado nos seguintes termos: “um agora que é noite ou um Eu para quem é noite” (HEGEL, 2014, p. 88). O agora para se configurar como experiência depende de um indicador espacial (o isto), o que significa que sua relação nunca é imediata, mas sim mediatizada e dialetizada:

A unidade especulativa do espaço e do tempo apresenta-se, primeiramente, sob a forma da circulação de dois momentos no interior de uma mesma totalidade. Não só o espaço se torna tempo, mas também o espaço se reencontra ao termo da dialética do tempo. (ARANTES, 2000, p. 30)

A complexa realização da intelecção da permanência do agora em um tempo que não é mais *agora* caracteriza, de certo modo, nossa experiência temporal como sociedade do homem-presente, pois “o tempo ‘desmorona’ imediatamente no espaço, mas com isso é engendrada uma nova determinação, o lugar” (ARANTES, 2000, p. 31) – o presente escorre por entre nossos dedos e ocupa outro espaço que não mais nossas mãos apesar de *ainda* ser presente.

Falar em presente, em termos hegelianos, significa, assim, falar daquele que é o momento da negação por excelência. O presente como conceito mostra a negatividade constitutiva tanto do futuro quanto do passado. Como exemplo dessa valência dialética do conceito, vejamos como ela aparece em uma pergunta aparentemente corriqueira: qual seria o contrário de presente? Uma consulta no dicionário de antônimos nos dá a

pista: “ontem, passado, amanhã, futuro.”² Ao seguirmos a pista hegeliana é possível dizer que o presente é ao mesmo tempo o contrário do que já foi e do que ainda será, ele: “é o ser que *sendo, não é e, não sendo, é*” (HEGEL *Apud* ARANTES, 2000, p. 31). Ou seja, o Agora é em essência uma relação negativa de dupla vetorização, “o que implica dizer que o ser do Presente é, em si mesmo, imediatamente, a negação da sua imediatez, sua supressão de si mesmo.” (ARANTES, 2000, p. 68) O presente para Hegel deve, portanto, ser entendido como o ponto de injunção e flexão da temporalidade que atravessa o Eu, porém a sua negação constitutiva, faz com que ao negar a si mesmo o presente (como figura do Agora) supere a si mesmo em um movimento perpétuo de produção. O presente, em termos metafóricos, se come a partir de dentro. O presente é o resultado da determinação da negação do agora anterior (o si mesmo como passado) e o destino da negação do agora presente (como futuro) e, em última instância, ele é a figura absoluta do limite, o vazio a ser preenchido por aquilo que permanece do passado e daquilo que é vir-a-ser do futuro.³

O curto circuito no interior desse movimento do absoluto, constitutivo da lógica hegeliana, contudo, começa a se fazer sentir quando, ainda no tempo em que Hegel vivia, mas cuja experiência plena só será sentida a partir do século XX, o espaço de experiência (o que também podemos chamar de a negação do agora anterior) e o horizonte de expectativa (a negação do agora presente como berçário do futuro) são fundidos em único conceito de experiência da modernidade (KOSELLECK, 2006, p. 269-ss) cujo efeito premente foi nuclearizado no interior do conceito de Presente que utilizamos como moeda corrente atualmente – isso se seguirmos a argumentação de François Hartog e Zaki Laïdi. Isto é, o presente não representa mais a negação em movimento do agora anterior e do vir-a-ser futuro, mas sim um *permanecer no momento mesmo de sua negatividade*.

Nisto que chamamos de novo tempo do mundo (como veremos adiante), tudo se passa como em uma grande encenação de *O anjo exterminador* de Luis Buñuel em que por mais que tentemos sair simplesmente não conseguimos. O mote dessa experiência será um *gatopardismo* oculto em que a vivência urgente do novo esconde apenas a repetição infinita de vários *agoras* interiorizados, a partir de então, como um tipo de experiência ontológica da *eterna mudança*. No entanto, o que essa experiência dissimula é o essencial de si mesma, ou seja, ela é uma falsa mudança que só passa a impressão de transformação enquanto deixa para trás todas as coisas do modo como sempre foram. Assim, nós, sem que realmente possamos sair dessa temporalidade, acabamos presos em nossa própria inércia *agorificada*, ou seja, para ainda nos

mantermos no interior das metáforas literárias, a experiência deste tempo é um *oblomovismo* que se move apenas porque está em movimento.

Essa experiência urgente de um tempo que muda constantemente (para justamente não ter de mudar) e nos arrasta consigo revela em seu anverso o seu momento trágico, a ascensão da imobilidade (ARANTES, 2014, p. 152). O paradigma dessa experiência temporal que estamos aludindo aqui pode ser melhor visualizado no filme *O feitiço do tempo* de 1993 do diretor Harold Ramis. Nele o personagem de Bill Murray, Phil Connors, é o jornalista responsável pela cobertura do Dia da Marmota (*groundhog day* no original e que dá título no original ao filme). Irritado com essa função, repetida pelo quarto ano consecutivo, o protagonista percebe que sua vida *estagnou*. As coisas ficam ainda piores *no dia seguinte* ao se dar conta de que os eventos estavam se repetindo, repetindo e repetindo. E assim continuam por, ao seguirmos o que afirma o diretor do filme, cerca de 30 ou 40 anos.⁴ Nos primeiros dias (ou seriam anos? Não sabemos, afinal este tempo não se *move*) de seu *loop* Phil aproveita a situação para agir de modo transloucado e sem nenhum cuidado com a própria vida ele comporta-se de modo destrutivo em relação a tudo, objetos, pessoas e ele mesmo, pois ao experienciar esse estranho fechamento do tempo sobre si mesmo ele parece sentir que pode tudo já que não há mais nada a perder, uma vez que no outro dia tudo estará como *sempre* foi. Contudo, essa embriaguez de liberdade logo se torna maçante e ele, ao se apaixonar por Rita (produtora da emissora em que Phil trabalha e interpretada por Andie MacDowell), percebe que entregar-se a *um* só tempo (o Agora) é devastador.

A era da emergência, como paradigma do novo tempo do mundo, não faz com que sejamos todos um pouco parecidos com o Phil inconsequente? Não estamos todos presos em um “grande dia da marmota” entregues a mais destrutiva experiência de mundo jamais vista – destruição de biomas, de povos inteiros, o aparecimento constante de pandemias e pestes, aquecimento global, etc. – com muitos de nós em total deriva?

Uma sociedade global, que destrói continuamente as pontes que unem a experiência à expectativa, tende a fechar-se sobre si mesma instituindo como gramática normativa o fenômeno narcísico típico de sujeitos que lutam desesperadamente para manter um mínimo Eu. Se Narciso acha feio tudo o que não é o espelho, e o espelho só pode refletir o agora, então é evidente que estamos todos narcisicamente refletidos nesse tempo *agorificado*. Para o homem-presente a emergência do novo tempo – em sua dupla acepção, como aquilo que emerge e como aquilo que tem pressa – marca a sua entrada na seara das coisas urgentes.

Na obra *O novo tempo do mundo*, o filósofo Paulo Arantes busca identificar o tempo do mundo como sendo o da economia-mundo europeia que se estabeleceu do século XVIII em diante, uma vez que é ela a fundadora do sistema ainda vigente de acumulação-produção-integração global (ARANTES, 2014, p. 31). O surgimento dessa economia-mundo é também o tempo da crise (do antigo regime, é claro, mas não só), do surgimento da Nação e da aceleração do conjunto socioeconômico⁵ (Arantes segue a descrição de Koselleck em *Crítica e Crise*). A consequência imediata da assimilação generalizada desse imperativo da urgência foi a instauração de um estado de crise permanente assim que o globo foi *unificado* pelas condições econômicas elencadas anteriormente (ARANTES, 2014, p. 55). A coisa toda ficou mais complicada a partir dos anos 1970 e, sobretudo, após o desmanche soviético (quando, aparentemente, a História teria chegado ao seu fim), já que a transição desse mundo bipolar – no campo político e ideológico – para uma monopolaridade indicou também a passagem de todos os habitantes dessa economia-mundo para o grande sítio de gerência de riscos: “o tempo do fim (da História) é antes de tudo um (novo) tempo de guerra. E com este último, um novo *regime de expectativas* entrará em vigor, redefinindo segundo uma redistribuição igualmente desigual de riscos e urgências.” (ARANTES, 2014, p. 63 – grifos do autor). Isto é, “o Novo Tempo do Mundo também pode ser entendido como uma Emergência Perpétua.” (ARANTE, 2014, p. 39)

Qual poderia ser, ao menos de acordo com o argumento desenvolvido por Arantes, o novo regime de expectativas desse mundo inteiramente integrado? Uma resposta possível pode ser encontrada na homocrônia global que teve como consequência que:

[...] a distância entre expectativa e experiência passou a encurtar cada vez mais e numa direção surpreendente, como se a brecha do tempo fosse reabsorvida, e se fechasse em nova chave, inaugurando uma nova era que se poderia denominar *expectativas decrescentes*, algo “vivido” em qualquer que seja o registro, alto ou baixo, e vivido em *regime de urgência*. (ARANTES, 2014, p. 67 – grifos do autor)

A ultrapassagem do futuro pelo presente marca, de acordo com Koselleck e Arantes, a assunção de dois tipos distintos de relação temporal. Primeiro a diagnose do passado, em sua acepção exemplar, deixa de ser, pouco a pouco, motivo para o estudo do passado e cede lugar a outra forma, a segunda a que nos referimos, que é a prognose, como forma de buscar um conhecimento antecipado sobre o tempo (ou seja, a ideia de que é possível controlar as variáveis do futuro). Contudo, esse futuro antecipado está cada vez mais perto devido, justamente, às *expectativas decrescentes*. A “politização

das técnicas de visualização do Horizonte” (ARANTES, 2014, p. 69)⁶ está, assim, inerentemente ligada à busca pelo controle do tempo, uma vez que o surgimento do Estado-Nação e do capitalismo moderno são umbilicalmente ligados e ambos, cada um a seu termo, dependem de um bom *fluxo* temporal para o seu andamento. O substrato que se extrai dessa união faz com que o cálculo e a gestão de riscos tornem-se o modelo normativo desse novo regime de expectativas – cujo anverso indecente é uma deflação de futuro baseado que é em um modelo que gira “em volta do princípio de precaução” (ARANTES, 2014, p. 72) isto por que: “À medida, portanto, que o globo encolhe e os horizontes temporais se reduzem a um ponto em que só existe o presente, o *horizonte do desejo* tende a zero, pelo menos na base da pirâmide (...)” (ARANTES, 2014, p. 75 – grifos do autor) Um estado de emergência constante é, desse modo, o ponto nodal de regulação da plasticidade do sujeito moderno, pois “todos estão, assim, em permanente estado de alerta, intervindo: policiais, militares, psiquiatras, humanitários, etc. Das populações à informação, tudo é fluxo a ser controlado, tudo é objeto de segurança, alimentar, sanitária, energética, etc.” (ARANTES, 2014, p. 192)

A expectativa decrescente de futuro é, desse modo, o subproduto do *tempo morto* – no amplo sentido possível – que nos resta e, de certo modo, fundamenta a nossa constituição subjetiva, pois este ao mesmo tempo em que amarra a expectativa muito próximo de si *desaparece* com a experiência. O Presente, como observou Hegel, é o vazio, mas em nossa época o paroxismo de tal ideia foi elevado à condição de Coisa, pois se o Presente aparece como a eternidade do movimento contínuo, aqueles que não conseguem (ou não podem) acompanhar o *perpetuum mobile* estarão então condenados à estagnação eterna – ao vencedor o movimento, ao perdedor a poltrona da sala de espera. Voltamos mais uma vez ao *feitiço do tempo*, pois só estão realmente integrados ao sistema aqueles que continuam a viver o mesmo dia *um dia de cada vez*, os outros que, por qualquer motivo, não puderem fazê-lo estarão condenados ao tempo morto da fila de espera – amarrados ao passado e sem poder esperar nada do futuro sem, contudo, poder aproveitar o presente, por assim dizer. Em última instância, isso significa que o movimento, ele também, passou por um processo de comodificação:

Numa virada histórica de aceleração máxima, não espanta que o tempo, assim como os demais pré-requisitos elementares da vida, como espaço, sossego, atenção etc., redescobertos ao término de seu périplo, tenha se tornado o mais importante dos ativos de luxo. (ARANTES, 2014, p. 154-55)

A onipresença do presente se transforma, em uma curiosa virada dialética, na onipresença da espera. A urgência do novo tempo torna-se, por causa disso, para todos os despossuídos, algo como “a inflação das múltiplas esperas” (ARANTES, 2014, p. 164). Condenados a filas intermináveis os proletários do século XXI esperam por emprego, por remédios, por atendimento de saúde, por aposentadoria, por assistência, para poder votar, para tirar documentos, para comer, etc. A disciplina da espera (ARANTES, 2014, p. 166), para Arantes, é o que podemos chamar de resultado biopolítico do novo regime de historicidade *presentista* – afinal, visto que cada vez mais nos retiraram o peso do passado e a expectativa do futuro, o único tempo do qual podemos de fato *esperar* algo é o tempo presente, e neste estamos *imóveis* (!):

Nos tempos que correm (sem trocadilhos), a espera tornou-se uma punição porque *imobiliza*. E pelas mesmas razões – a saber, aceleração social máxima, conforme o aumento exponencial da velocidade de rotação do capital intensifica a exploração do trabalho, que por sua vez se fragmenta e dessocializa [...]. A prova de que a velocidade é antes de tudo um fenômeno político [...] pode ser encontrada na polarização social que ela produz, reinventando verdadeiras “aristocracias da velocidade” cuja “lógica da corrida”, que no fundo é a mesma da guerra, através da qual a dominação se exerce por meio do controle do movimento, da supremacia do não lugar sobre o lugar, prosseguirá por outros meios no tempo instantâneo em que se descola o capital fictício autonomizado. O poder foi assim se tornando imponderável, e suas elites, móveis, elites da mobilidade [...]. (ARANTES, 2014, p. 152-53 – grifos do autor)

O envelhecimento precoce do futuro – ou seja, o abandono mesmo da noção de progresso – e a fluidez constituinte da experiência passada atestam a marca de um tempo imediatizado, visto que esse Presente não cansa de ultrapassar a si mesmo para esconder o fato de que, justamente, como o personagem Phil anteriormente aludido, *não consegue sair do lugar*. A urgência/emergência, para Paulo Arantes, é a marca distintiva desse tempo que ao assumir a forma mercadoria termina por atrair para seu núcleo ao mesmo tempo o que *já foi* e o que *ainda não foi*, plasmando uma única massa temporal cuja marca distintiva é a forma da aceleração constante, naquilo que podemos definir como *cronocentrismo*, isto é, *a coincidência de todos os tempos em um só*. Então o novo tempo do mundo, na definição do filósofo, é o:

[...] o que vem a ser um *estado de perpétua emergência*, quer dizer também que o seu prazo de validade se encerrou, mas, de modo algum, que aquele horizonte de expectativa tenha desaparecido do cenário, pelo contrário: anulando a distância histórica que o separava da experiência retida – não custa insistir –, o futuro inexperimentável, irreconhecível como tal, infiltrou-se inteiramente no presente,

prologando-o indefinidamente como uma necessidade tão mais necessária por coincidir com um futuro que em princípio já chegou. (ARANTES, 2014, p. 77 – grifos do autor)

Em um tempo que se encerra em si, tanto por solapar o passado quanto por “coincidir com um futuro”, o que resta ao sujeito historiador? Como dar sentido ao trabalho daquele que, por natureza, mira o passado? Na seção a seguir faremos uma breve consideração sobre o conceito de ontologia em situação, apontando para o fato de ele poder ser duplamente útil ao historiador: primeiro como categoria de compreensão situacional, isto é, como forma de reconhecer como o seu *próprio* tempo influencia os resultados e rumos da pesquisa empreendida; segundo, como categoria de compreensão temporal, ou seja, uma forma de reconhecer o tempo do *outro* (seu objeto de estudo) como diferente do seu – o que não deixa de ser um tanto óbvio, afinal. E, talvez o principal, como enfrentar o problema do choque constante da heterocronia contra a homocronia cujo resultado evidente é um *cronocentrismo* sufocante?

Uma proposta: por uma ontologia em situação

O problema, contudo, como vimos, não se encerra no simples apontamento dos vetores que condicionam a experimentação temporal ou na análise de sua constante transformação (a heterocronia), por isso cabe agora um breve apontamento sobre a consequência geral de toda essa complexa relação: o tempo vivido, o tempo como objeto e o tempo do outro. Duas perguntas que formam uma só podem ser formuladas a partir disso: afinal que tipo de ontologia histórica surge dessa relação temporal e de que forma devemos nos entender como sujeitos sociais e historiadores nesse *novo tempo*?

Acreditamos, portanto, que indicar de modo efetivo a categoria de apreensão/compreensão do tempo, o que chamamos de ontologia em situação (SAFATLE, 2019), é indispensável para se pensar enquanto sujeito historiador *no* tempo presente e em nossa relação com os tempos passado(s) e futuro(s). (Por que, como já demonstrou Koselleck com as suas categorias de experiência do tempo histórico, o passado e o futuro alteram-se na dialética dinâmica cuja inflexão é o tempo presente. Aqui ainda cabe um apontamento sobre o que pode diferenciar o que pretendemos dizer daquilo que Koselleck efetivamente disse: ele fala em categorias históricas universais para a análise da própria história⁷, aqui falamos em categoria ontológica, isto é, aquilo que me torna o ser que sou e permite um tipo de escrita da história possível em tal ou qual momento.)

Em seu livro *Ontologia histórica* o filósofo canadense Ian Hacking se põe a refletir em torno de uma questão aparentemente bem simples: quais os modos possíveis de ser uma pessoa? (HACKING, 2009, p. 15) Sua explicação para o que despertou tal interesse foi a tentativa de descobrir “[...] como nossas práticas de nomear interagem com as coisas que nomeamos” (HACKING, 2009, p. 14). Isto é, como os nomes dados as coisas *criam* situações e formas de interação novas (que funcionam para frente e para trás no tempo) fundando uma *nova* realidade. A intenção primordial de sua investigação, portanto, é descobrir os modos como nos constituímos a nós mesmos em dado período histórico utilizando as ferramentas que estão disponíveis para tal empreitada em tal momento. (Somente por causa desse aspecto já deveria ficar evidente que a constituição ontológica possível de tal ou qual grupo de sujeitos depende de uma interação dinâmica entre as variáveis individuais e sociais que, caso Durkheim esteja certo, pendem mais para está última o que faz com que, em última instância, a ontologia, ou seja, o estudo das características do ser em geral, seja, necessariamente, situacional e transitória, pois a sociedade muda constantemente e ao mudar, muda os seus sujeito que, em um processo bastante complexo, alteram novamente a sociedade.)

Para Hacking, portanto, o *passar a existir* de uma instituição, um povo, de objetos e até mesmo de tipos de pessoas respeita três eixos fundamentais: conhecimento, poder e ética. São os efeitos em conjunto desses três fatores, defende o autor, que devem ser analisados para tornar reconhecível o tipo de sujeito histórico *possível* em determinado tempo.⁸ Em outras palavras, a análise conjunta desses eixos permite ao historiador ter a sensibilidade para a apreensão de fenômenos que, muitas vezes, não saltam aos olhos imediatamente, mas que, uma vez reconhecidos em sua importância relacional, (re)agem sobre as possibilidades analíticas reais do vir-a-ser do sujeito ou, nas palavras do próprio: “[...] de quem se é e porque se é como se é.” (HACKING, 2009, p. 32) É somente quando observada em sua relação com esses fatores que, nos informa o autor, uma ontologia histórica ganha importância para a compreensão do *tornar-se sujeito* pois:

De fato, muitas opções que estavam disponíveis para mim não o estão, acredito, para meus netos, que podem decidir ser *hacker*, ou qualquer outro papel que corresponda a isso em uns poucos anos, mas que literalmente não era um modo de ser uma pessoa quando eu era jovem.[...]

A ontologia histórica versa sobre os modos como as possibilidades de escolha, e de ser, surgem na história.[...]

A ontologia histórica não diz respeito tanto à formação do caráter quanto ao espaço de possibilidades para a formação do caráter que

cerca uma pessoa, e cria potenciais para “experiência individual”. (HACKING, 2009, p. 36)

O que o surgimento de categorias, conceitos, quadros explicativos, etc., torna manifesto não são os constructos normativos que apareceram por aí, mas sim ações linguageiras que “inventam pessoas” e *reprogramam* todo o mundo *presente* (mas não só isso, pois também refazem o passado – no que alguns poderiam ver anacronismo – e o futuro – no que alguns poderiam ver a temida filosofia da história em sua dupla face: a utópica ou a do ideal de progresso). O que se descobre aí é que “mudanças sociais criam novas categorias de pessoas” e muitas vezes “as pessoas espontaneamente passam a se encaixar em suas categorias.” (HACKING, 2009, p. 116-17) A naturalização e incorporação (no duplo sentido do tempo: como algo assumido e como algo colocado *no corpo*) de categorias que inventam pessoas é, portanto, histórica, o que significa que, em última instância: “Quem somos não é apenas o que fizemos, fazemos e faremos, mas também o que poderíamos ter feito e podemos vir a fazer.” (HACKING, 2009, p. 123) A historicidade dos modos de ser, segundo o autor, “[...] altera o espaço de possibilidades para se ser uma pessoa.” (HACKING, 2009, p. 123). Assim, quando o avanço da medicina, por exemplo, incorre na descoberta de uma nova doença⁹ ou condição patológica, todos os indivíduos que sofrem dela (no presente, no passado – quando possível identificar a sintomatologia – e mesmo no futuro) passam a se encaixar nessa nova categoria; isto, evidentemente, se estende também para o surgimento de ideologias políticas e religiosas que podem reinterpretar eventos que já foram (e mesmo os que ainda serão) à luz de suas coordenadas discursivas.

Então, das categorias jurídicas às sociológicas, passando por patologias mentais e ideologias políticas o nominalismo dinâmico, como chama Hacking, ajuda a estabelecer o tipo de *ser que sendo é*:

Mesmo os mortos são mais do que seus feitos, pois damos sentido a uma vida que acabou apenas dentro de sua esfera de possibilidades passadas. Mas nossas possibilidades, embora inexauríveis, são também limitadas. [...] O que poderia querer dizer em geral que modos possíveis de ser uma pessoa podem de tempos em tempos passar a existir ou desaparecer? [...] Temos uma imagem das gradações da possibilidade. Algumas coisas, por exemplo, são fáceis de fazer, algumas difíceis, e algumas totalmente impossíveis. O que é impossível para uma pessoa é possível para outra. (HACKING, 2009, p. 123)¹⁰

Em termos absolutos, a própria concepção de possível e impossível – para algumas coisas, é claro – é temporal, afinal, não é muito difícil imaginar um grego observando a Lua e pensando em como seria estar lá, coisa que para ele era impossível e para nós plenamente possível (não muito fácil, é verdade, mas ainda assim possível). Assim, a invenção de modos de ser (ou não ser) é, como aponta o filósofo, um modo de compreender que determinados tipos de pessoas são aceitáveis ou rejeitáveis e isto deve ser, por isso mesmo, um dos eixos fundamentais do estudo da História. Por que toleramos certos comportamentos, ações e discursos de certas pessoas e não fazemos o mesmo com outras? A tolerância ou não aos modos de ser leva, invariavelmente, a outra questão: por que mudamos, como seres sociais, ao longo do tempo?

A invenção de critérios intersubjetivos de plasticidade normativa, às vezes interiorizada pelo uso da força em populações inteiras, é o agente que delimita o campo de possibilidades de todos os indivíduos que estão “sob seu guarda-chuva”. Essa observação, um tanto banal é verdade, coloca em questão, contudo, algo que nos interessa aqui: o tipo de historiador possível. Se pessoas são inventadas (e *desinventadas*) isso significa que o historiador, ele também, é reinventado constantemente. Podemos dizer que a única constante que nos une a Heródoto (o “pai de todos”) é a preocupação em entender e explicar os eventos passados, a aproximação, contudo, acaba aí. O modo como observamos, compreendemos, analisamos e descrevemos o passado é bastante diferente. É essa verdadeira dialética temporal que impele a história enquanto ciência a continuar.

Aqui, portanto, a chave interpretativa deve estar na posição que visa entender a correlação existente entre o “sujeito possível” em determinado tempo histórico, isto é, o sujeito em uma situação histórica dinâmica, e o Agora que o engendrou (SAFATLE, 2019, p. 40). A dinamicidade dessa ontologia do “sujeito possível” está necessariamente em situação relacional com o tempo, pois nasce com ele e transforma-se através dele e por isso ela é, como afirma o filósofo Alain Badiou, uma ontologia transitória já que é: “[...] aquela que se desdobra entre a ciência do ser enquanto ser; ou teoria do múltiplo puro, e a ciência do aparecer, ou Lógica da consistência dos universos efetivamente apresentados.” (BADIOU, 1999, p. 10) Em nossa interpretação, o que deve ficar claro é que os *universos efetivamente apresentados* determinam a pessoa possível em tal ou qual período, isso significa que existe um sistema de ideias que regula a gramática da subjetividade que é epocal. Para Badiou o sujeito enquanto *sendo* é o resultado da trança de figuras ativas em sua subjetividade, isto é, o ser é multiplicidade, mas uma multiplicidade “irremediavelmente *local*” (BADIOU, 1999, p. 185 – grifos do autor).

Contudo, como ainda falamos em ontologia pode parecer que caímos em um paradoxo, pois se a ontologia se preocupa com o fundamento do Ser como a entender como uma estrutura transitória? No entanto, para o tipo de história que pretendemos propor aqui, esse movimento que dinamiza o que é próprio do ser se mostra essencial, pois, de acordo com Badiou a ontologia depende do Evento e este “é também aquilo que funda o tempo, *ou antes, evento a evento, tempos*” (BADIOU, 1999. p. 93 – grifos meus) O Evento, nestes termos, enquanto situação de *fundação* é uma forma de “ruptura” com a ordem pré-disposta que organiza a intersubjetividade:

Um evento é a criação de novas possibilidades. Situa-se não simplesmente no nível das possibilidades objetivas, mas no nível da possibilidade dos possíveis. [...] um evento abre a possibilidade daquilo que, do estrito ponto de vista da composição dessa situação ou da legalidade desse mundo, é propriamente impossível. (BADIOU, 2013, p. 138)

O impossível de que nos fala Badiou aqui é justamente aquilo que é *inimaginável* em determinado período, um Evento, poderíamos dizer, é o que, para repetir Hacking, “altera o espaço de possibilidades para se ser uma pessoa”. A *fundação evental* que altera o espaço de possibilidade para ser uma pessoa é, também, a própria condição de possibilidade de produção do conhecimento histórico uma vez que *funda novas possibilidades* ao instalar a heterocronica no coração do cronocentrismo.

Então, quando falamos programaticamente em uma ontologia em situação estamos falando de uma forma de ontologia histórica que:

[...] seria aquela que deixaria evidente como situações sócio-históricas engendram sistemas de ideias que se procuram passar por dotados de necessidade atemporal. Nesse sentido, ela seria apenas uma maneira de mostrar como particularidades, impasses e tensões de dinâmicas em situação são, de certa forma, sublimados em sistemas de ideias com aspirações universalizantes. A força normativa de tais sistemas daria então lugar a uma reflexão crítica sobre a gênese material das normas. Dessa maneira, uma ontologia em situação seria, necessariamente, uma reflexão crítica sobre a própria ontologia. (SAFATLE, 2019, p. 40)

É desse modo que o filósofo Vladimir Safatle, na esteira de Marx e Engels na famosa passagem de *A ideologia alemã* em que os autores versam sobre como as ideias da classe dominante são as ideias dominantes de cada época, indica que a relação das condições ontológicas prévias, *eternizadas* como necessidade fundamental da existência, não deve deixar de ser problematizada, pois sua análise crítica exporia a

própria historicidade das ideias que condicionam duplamente o ser do historiador, primeiro enquanto sujeito social e, aquilo que propomos aqui, enquanto sujeito produtor de conhecimento.

Então, para o pleno desenvolvimento da capacidade analítica de uma ontologia em situação, o exercício crítico seria “imaneante ao próprio exercício da ontologia” (SAFATLE, 2019, p. 41). A principal consequência a ser retirada para a historiografia é a postulação do movimento e da abertura à contingência como base fundamental para a constituição da crítica ao tempo histórico e, conseqüentemente, o historiográfico – em uma relação que serve tanto para o historiador se compreender enquanto sujeito quanto para um melhor entendimento do objeto estudado. Afirmar isto significa dizer que, em última instância, o Novo, em história, somente pode advir a partir de uma repetição do Velho, pois a situação ontológica e transitória em que nos encontramos como sujeitos historiadores, permite-nos mudar a própria perspectiva de observação do fenômeno observado.

O novo tempo do mundo, esse momento de deflação de expectativas que revela o colapso do laço temporal sobre um presente *eternizado*, ontologiza um “tipo de pessoa” e, é claro, um tipo de historiador. E é o deslizamento da plasticidade constituinte da subjetividade de si, isto é, o sujeito possível em determinada época, que altera o modo como o próprio passado *se apresenta* a nós e como nós o escreveremos em forma de história – que será reescrita em outro tempo dando *continuidade* à história.

Considerações finais

A heterocronia é um movimento natural dos tempos históricos, como vimos, contudo está envolvida pela homocronia do capitalismo. O *cronocentrismo* daí advindo, experimentado subjetivamente, tem como resultado a ascensão da figura do homem-presente cuja vida é voltada à urgência de um tempo que não *tolera* a demora. Para esta figura *simplesmente não há mais tempo* para reter a experiência nem para aguardar o devir (vimos também que a punição máxima para os *outsiders* é a interminável espera). A *agorificação* do cotidiano não tem consequência apenas para a vida daqueles que não se ocupam do estudo do passado, uma vez que provoca alterações na própria historiografia (a valorização da história do tempo presente deve ser revista neste cenário).

Então, neste cenário de experiência do tempo, uma simples pergunta se apresenta: como é possível ser historiador?

A proposta feita neste artigo visou apresentar a categoria de ontologia em situação que, se assim podemos dizer, se divide em três partes: a apreensão do tempo em que o historiador vive, do tempo com que se ocupa em seu estudo, e como uma forma de compreender a si mesmo como sujeito. Em termos absolutos, portanto, uma ontologia em situação é uma forma de fazer história cujo motor é a interiorização de uma dinamicidade inerente ao próprio ser que percebe o *seu tempo* (nunca estático, nunca imóvel, apesar de assim parecê-lo), isto porque o ser enquanto ser é o resultado de uma dialética: pois se a substância última que me torna o ser que sou ainda é a *mesma* eu, com toda a certeza do mundo, já não sou o mesmo que era há quinze anos. Levar isso em consideração é importante para compreender o que pode ou não interessar ao coletivo, o que pode ou não despertar sua atenção, o que pode ou não ser feito, enfim, ao que é *possível* ou *impossível* em determinado tempo. Uma vez que este processo seja apercebido pelo sujeito historiador, isso talvez possa (e possivelmente deva) tornar-se a condição de possibilidade da produção do conhecimento científico histórico.

Referências:

- AGAMBEN, Giorgio. *Bartelby, ou da contingência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- _____. *Infância e História: destruição da experiência e origem história*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2008.
- ARANTES, Paulo. *Hegel: a ordem do tempo*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- _____. *O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- BADIOU, Alain. *Breve tratado de ontologia transitória*. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.
- _____. *A hipótese comunista*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- DOSSE, François. *Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador: entre Esfinge e fênix*. São Paulo: Edunesp, 2013.
- GATTINARA, Enrico Castelli. *A multiplicidade temporal: um problema no qual ciência, história e filosofia se encontram*. 2018b In: *Heterocronias: estudos sobre a multiplicidade dos tempo históricos*. Goiania, Ricochete, 2018.
- HACKING, Ian. *Ontologia histórica*. São Leopoldo-RS: Editora Unisinos, 2009.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 2014.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autentica, 2014.

HEGEL, Georg F. W. *Fenomenologia do espírito*. Petrópolis-RJ: Vozes : Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2014.

KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Coleção Saraiva de Bolso. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do Tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto: Puc-Rio, 2014.

_____. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

LAÏDI, Zaki. *A chegada do homem presente: ou da nova condição do tempo*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

MARTINS, Estevão R. *Tempo: experiência, reflexão, medida*. 2018c. In: *Heterocronias: estudos sobre a multiplicidade dos tempo históricos*. Goiania, Ricochete, 2018.

SAFATLE, Vladimir. *Dar corpo ao impossível: o sentido da dialética a partir de Theodor Adorno*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SALOMON, Marlon. *Heterocronias* 2018a In: *Heterocronias: estudos sobre a multiplicidade dos tempo históricos*. Goiania, Ricochete, 2018.

SILVA, Renán. *Lugar de dívidas: sobre a prática da análise histórica: Breviário de inseguranças*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

WHITROW. G. J. *O tempo na História: concepções do tempo da pré-história aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

¹ Renan Silva em seu *Lugar de dívidas* já havia colocado a questão: o que ocorre quando perdemos a conexão com o passado e quando o presente se torna um país estranho? Mas, como aponta Laïdi, esse processo se dá também com o futuro: “O presente desprovido de toda a antecipação acaba por ter no futuro uma espécie de estranheza sem consistência, despida de toda a conaturalidade com ele” (LAÏDI, 2001, p. 116.) Em suma, vivemos na época do presente eterno mas ele, o passado e o futuro se tornam todos estranhos a nós. O homem-presente é um ente chapado assim como a tela de seu smartphone.

² <https://www.antonimos.com.br/presente/>

³ “O Agora tem seu não-ser em si mesmo e torna-se para si mesmo imediatamente um outro, mas esse Outro, o Futuro no qual o Presente se transforma, é imediatamente o Outro de si mesmo, pois agora é presente. Mas não é esse primeiro Agora, esse conceito do Presente, e sim um Agora que se engendrou do Presente pelo Futuro, um Agora no qual o Futuro e o Presente são igualmente suprimidos e absorvidos, um ser que é o não-ser de ambos, a atividade, superada e absolutamente em repouso, de um sobre o outro.” (HEGEL, *Jenenser Logik*. p. 204. Apud ARANTES, 2000, Op. Cit.)

⁴ Como se pode ver no item 12 dessa lista: <https://www.mentalfloss.com/article/70147/16-repeatable-facts-about-groundhog-day>

⁵ Como Arantes afirma em nota de rodapé, “o tempo abstrato dos mercadores e o tempo histórico de uma comunidade política imaginada em movimento percorriam desde o início o mesmo trilho.” (ARANTES, 2019, p. 37.)

⁶ O essencial no prognóstico, como perspectiva de futuro, é o estabelecimento de um projeto e, segundo Laïdi, é isto que “vai permitir ao homem configurar o espaço do projeto. Ela [a perspectiva] oferecer-lhe-á a profundidade espacial indispensável à redefinição da sua relação com o tempo.” (LAÏDI, 2001, p. 45) A descoberta da perspectiva, mesmo que a princípio como técnica artística, permitirá ao homem moderno não apenas projetar o espaço, mas também o tempo: “A perspectiva é, deste modo, simultaneamente uma técnica e um enunciado, um modo de fazer e uma maneira de ser” (LAÏDI, 2001, p. 51). Como maneira de ser a perspectiva institui em seu interior uma relação diferencial com o próprio tempo, por isso “A questão já não é compreender onde nos encontramos, mas para onde nos dirigimos. A partir de então, já não se trata de apresentar um quadro do mundo, mas de se projetar nesse mundo. O momento histórico consagra, pois, esta passagem do quadro ao projeto, esta oscilação do olhar do espaço para o tempo.” (LAÏDI, 2001, p. 74)

Para um aprofundamento maior no tema da perspectiva consultar a segunda parte do livro já citado de Zaki Laïdi.

⁷ “As condições da possibilidade da história real são, ao mesmo tempo, as condições do seu conhecimento. Esperança e recordação, ou mais genericamente, expectativa e experiência — pois a expectativa abarca mais que a esperança, e a experiência é mais profunda que a recordação — são constitutivas, ao mesmo tempo, da história e de seu conhecimento, e certamente o fazem mostrando e produzindo a relação interna entre passado e futuro, hoje e amanhã. Com isso chego à minha tese: experiência e expectativa são duas categorias adequadas para nos ocuparmos com o tempo histórico, pois elas entrelaçam passado e futuro. São adequadas também para se tentar descobrir o tempo histórico, pois, enriquecidas em seu conteúdo, elas dirigem as ações concretas no movimento social e político.” (KOSELLECK, 2006, Op. Cit. p. 308.)

⁸ Sua referência basilar é o trabalho de Michel Foucault. (HACKING, 2009, p. 14-23)

⁹ Em realidade, algumas doenças já estão entre nós há muito, mas eram chamadas de modo geral de “peste”, o seu nome próprio cria, portanto, uma condição nova. A partir desse ato fundador o sujeito não é mais portador da “peste” mas, por exemplo, da febre tifoide transmitida pela bactéria salmonela typhi e descrita pela primeira vez em 1880 por Karl Joseph Elberth.

¹⁰ Estamos aqui muito próximos do debate sobre a potência do ato para *ser* e para *não ser* e a contingência das escolhas que levam a esse ato decisional fundador, como coloca Giorgio Agamben: “[...] a potência é justamente a coisa mais difícil de pensar. Porque se a potência fosse sempre somente potência de fazer ou ser algo, então, nós não poderíamos jamais experimentá-la como tal, mas, segundo a tese megárica, ela só existiria no ato que a realiza. Uma experiência da potência como tal é possível apenas se a potência for sempre também potência de *não* (fazer ou pensar algo), se a tabuleta para escrever *pode não* ser escrita. Mas é precisamente aqui que tudo se complica. Como é possível, com efeito, pensar uma potência de não pensar? O que significa, para uma potência de não pensar? E se a natureza do pensamento é ser em potência, o que pensará? [...]

Mas a potência não é a vontade e a potência não é a necessidade [...]. Crer que a vontade tenha poder sobre a potência, que a passagem ao ato seja o resultado de uma decisão que põe fim à ambiguidade da potência (que é sempre potência de fazer e de não fazer) – essa é, precisamente a perpétua ilusão moral.” (AGAMBEN, Giorgio. *Bartelby, ou da contingência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 21-27.)

A livre escolha, isto é, a potência do agir para fazer ou não fazer algo, é sempre limitada por estruturas sociais que delimitam e sobredeterminam o espaço de execução do ato em si.

Artigo recebido em 18 de janeiro de 2021.
Aceito para publicação em 11 de maio de 2021.

CRISIS E IMPLICANCIAS SOCIOPOLITICAS DE LA HISTORIOGRAFÍA EN LAS DERIVAS DEL TIEMPO PRESENTE

CRISES E IMPLICAÇÕES SOCIOPOLÍTICAS DA HISTORIOGRAFIA NAS DERIVAS DO TEMPO PRESENTE

Eduardo A. ESCUDERO*

Resumen: Este artículo ofrece conceptualizaciones acerca de las relaciones entre crisis de la historia, presentismo y aceleración neoliberal. Así, procura articular diferentes intuiciones expresivas capaces de dar cuenta de los vínculos entre la escritura de la historia, el supuesto presentismo que habita la experiencia política de la temporalidad contemporánea, y algunos cuestionamientos hacia la historiografía. A tales efectos, en primera instancia se da cuenta de la llamada “crisis de la Historia” para, posteriormente, indagar sobre algunas de sus implicancias sociopolíticas frente a los connotantes de un nuevo orden de tiempo, que puede llamarse, no sin críticas, presentista, y que pone en cuestión ciertas certezas heredadas. Para ello, se recapitulan aportes bibliográficos actuales y, sin desconocer la existencia de la crítica decolonial sobre la que no se efectúan mayores referencias, se rescatan ideas derivadas de lecturas críticas de indudable valía y vigencia en el panorama crítico de la historiografía europeo céntrica, como lo son la *II consideración intempestiva* de Friedrich Nietzsche (1874) y la intervención de Eric Hobsbawm “The challenge of reason. Manifesto for the renewal of history” (2004).

Palabras clave: Crisis de la Historia, orden de tiempo, historiografía.

Resumo: Esse artigo oferece conceitualizações sobre as relações entre crises da história, presentismo e aceleração neoliberal. Assim, procura articular diferentes intuições expressivas capazes de dar conta dos vínculos entre a escritura da história, o suposto presentismo que habita na experiência política da temporalidade contemporânea, e alguns questionamentos à historiografia. Num primeiro momento apresenta-se a denominada “crise da História” para, em seguida, indagar sobre algumas de suas implicações sociopolíticas perante às conotações de uma nova ordem do tempo que poderia se chamar, com certa crítica, presentista, e que põe em discussão algumas certezas herdadas. Para isso, recapitulam-se contribuições bibliográficas atuais e, sem desconhecer a existência da crítica da indiscutida valia e vigência no panorama crítico da historiografia Centro-europeia, como são a *II consideração intempestiva* de Friedrich Nietzsche (1874) e a intervenção de Eric Hobsbawm “The challenge of reason. Manifesto for the renewal of history” (2004).

Palavras-chave: Crises da História, ordem do tempo, historiografia.

Introducción¹

Resulta evidente que la Historia, como una de las clásicas Humanidades y, posteriormente, como una de las ciencias sociales contemporáneas más relevantes, ha estado permanentemente atravesada por diferentes *crisis* que se corresponden tanto a

* Doctor en Historia por la Universidad Nacional de Córdoba, Argentina. Se desempeña como docente e investigador en la Facultad de Ciencias Humanas de la Universidad Nacional de Río Cuarto y en la Facultad de Filosofía y Humanidades de la Universidad Nacional de Córdoba, Argentina. E-mail: escuderoea@yahoo.com.ar

cuestionamientos y delimitaciones propias del saber en su definición epistemológica, como a sus vinculaciones con lo societal y lo político. Sobre esto se han ocupado distintos especialistas (NOIRIEL, 1997; VALDERRAMA, 2005; IGGERS, 2012 y JABLONKA, 2016), que bien han dado cuenta de las derivas entre distintas formas que los filósofos de la Historia y los historiadores han ido conceptualizando y modificando los supuestos del conocimiento histórico (ROLDÁN, 1997; BRAUER, 2009; ROHBECK, 2015). Se trata de un recorrido que, fundamentalmente desde finales del siglo XIX y principios del XX, demuestra que los tópicos se tornaron más visiblemente interesados en responder a una exigencia sobre todo formalista, para una disciplina que debía darse para sí una demarcación y un lugar preciso en el contexto de emergencia de las ciencias sociales y de diferenciación respecto de las ciencias naturales.

Así, cuando con frecuencia se pregunta *por qué cambia la historiografía*, la respuesta no es unívoca y, en general, tampoco transparente. La escritura de la historia, como práctica social y política, si se quiere recientemente cristalizada en el marco de la moderna sociedad capitalista y que conlleva un conjunto de premisas filosóficas, teóricas, operativas y políticas no siempre explicitadas, se transforma invariablemente. En primer lugar, esa variabilidad se constata porque se halla a merced de la sinuosidad de los concretos materiales y simbólicos en los que se apoya y,² luego, porque corrientemente es requerida por las distintas sociedades, por las diferentes instituciones, por los disímiles grupos, para dar cuenta de un presente cada vez más complejo y, de esta manera, construir relatos históricos que puedan allanar la explicación o la interpretación de sus propios y emergentes dilemas en clave temporal. Como plantearía Michel de Certeau, el discurso científico e histórico no puede desolidarizarse de su producción ni de la praxis política, económica o religiosa que cambia las sociedades y que, en un momento dado, torna posible tal o cual tipo de comprensión científica (1999, p. 46).

En ese sentido, podría afirmarse que la historiografía transmuta porque lo hace la sociedad y, porque como ya lo han expresado otros referentes que serán citados más adelante, como fruto del complejo tiempo/política se va transformando la historicidad prevaleciente en la Modernidad. Así, el capitalismo va desarrollando aceleradamente diferentes estrategias, actualmente la neoliberal, para su adecuación pretendidamente global de una hegemónica manera de dirigir el decurso de la historia universal-“global”, para finalmente intentar velar las consecuencias más reprobables de la explotación y la destrucción socioambiental a gran escala con que se evidencia su presencia en el planeta. Es necesario explicitar aquí que la práctica de la historia científica en el marco

de la disciplina que llamamos con el mismo nombre, no remite, claramente, a un universal. Posición contraria dejaría sentado que la historiografía es un bloque homogéneo de matriz eurocéntrica incapaz de verse interpelado por posiciones ético-políticas y científicas que horadan su pretendida hegemonía. Si bien en este trabajo se citan referentes que corresponden a enunciaciones provenientes de comunidades académicas del canon occidental y europeo, no se desconocen los lenguajes que en otras situacionalidades y latitudes abren sendas divergentes hacia otra manera de formalizar las prácticas, incluyendo las concomitantes y emergentes y no poco conflictivas mediaciones políticas (DE SOUSA SANTOS, 2009; MIGNOLO, 2011; CHAVEZ, 2012 y JARAMILLO, 2014). De esta manera, se pretende distinguir entre la historiografía científica como institución para la producción de representaciones del pasado universalmente válidas, aunque puedan y deban, incluso, partir de anclajes de sentido contraculturales, y la historiografía europea que, críticas más o críticas menos, actualiza el mito de la Modernidad en y desde sus dispositivos epistémicos.

Avanzando en la argumentación, vale a su vez decir o recordar que el conjunto de factores de cambio que aceleradamente muestra la experiencia histórica “entre agentes históricos y el pasado” (BELVEDRESI, 2020, p. 168) y el tiempo contemporáneo hasta llegar al siglo XXI (HARTOG, 2007 y 2013; MUDROVICIC, 2013), también han condicionado la imagen metafísica y concreta de la Historia que subyace a las prácticas específicas de la disciplina institucionalizada en Occidente. Dicho de otra manera, ha sido la política seguida por los diferentes bloques de poder de la era actual, la que de manera dialéctica ha conjugado complejamente las matrices de la filosofía moderna de la historia, idealismo/materialismo-positivismo/hermenéutica, y, también, ha moldeado a punto de cuestionar, impugnar o sostener, los pilares de las maneras de producir Historia en tanto discurso de poder y de verdad (FOUCAULT, 1995). De Certeau implica, incluso, a los sistemas socioeconómicos conjuntamente con la sociedad y las ideas, en la distribución de lo que nombra “regímenes de manifestación” que constituirían entre sí “funciones imbricadas pero diferenciadas” en vistas al cambio y al orden social:

Un cambio social puede compararse, desde este punto de vista, con una modificación biológica del cuerpo humano: forma, como ella, un lenguaje, pero proporcionado a otros tipos de lenguaje (verbal, por ejemplo). El aislamiento "médico" del cuerpo resulta de una división interpretativa que no tiene en cuenta el paso de la somatización a la simbolización. Por el contrario, un discurso ideológico guarda siempre una proporción fija con un orden social determinado, así como cada enunciado individual se produce en función de organizaciones silenciosas del cuerpo (DE CERTEAU, 1999, p. 73)

Retornando a lo que se enunciaba más arriba, referido a vincular la idea de la crisis de la Historia con las transformaciones de la historiografía, se invita a concebir a los dominios en los que participan los historiadores, conjuntamente con otros distintos actores sociales también interesados por el saber científico acerca del pasado, como espacios fundamentalmente habitados por una clara complejidad, no sólo sobrepasando sino también discutiendo la imagen clásica que la sociología de Pierre Bourdieu (1995) propusiera mediante la idea de “campo”. En éstos y como ya se señaló, participan un sinnúmero de sujetos entre los que los académicos sólo representan una minoría, lo que conlleva a admitir que las preocupaciones por las manera en que se da cuenta del pasado humano y social forman parte de agendas variadas que remiten, tanto a objetivos vinculados a la vida práctica, como a la contemplativa; a los propios de la dinámica más explícita del debate cotidiano en los entornos actuales de la virtualidad, como a los de la política científica de la historiografía profesional, sea esta última o no más o menos crítica.

Conviene recordar con De Certeau la inconveniencia de concebir que la ciencia sea “autónoma” y no hacer espacio al análisis de determinaciones sociales (1999, p. 77). Al contrario, éstas:

no son accidentales, más bien forman parte de la investigación. Lejos de representar la inconfesable intromisión de un extraño en el Santo de los santos de la vida intelectual, más bien constituyen la trama de los procesos científicos. El trabajo se apoya cada vez más en equipos, en líderes, en medios financieros, y por lo tanto en los privilegios con que las relaciones sociales o políticas favorecen a uno u otro estudio para que pueda obtener créditos. También está organizado como una profesión con sus jerarquías propias, sus normas centralizadoras, su tipo de reclutamiento psicosocial. A pesar de las tentativas para romper las fronteras, se ha instalado en el círculo de la escritura: en la historia que se escribe se concede la preferencia a los que ya han escrito, de tal manera que la obra histórica refuerza una tautología sociocultural entre sus autores (letrados), sus objetivos (libros, manuscritos, etcétera) y su público (cultivado). Este trabajo está ligado a una enseñanza, por lo tanto a las fluctuaciones de una clientela; a las presiones que ésta ejerce al crecer; a los reflejos de defensa, de autoridad o de repliegue que la evolución de los movimientos estudiantiles provoca en los maestros; a la introducción de la cultura de masas en una universidad masiva que ha dejado de ser el lugar reducido de intercambios entre investigación y pedagogía. El profesor se ve empujado hacia la vulgarización destinada al "gran público" (estudiantil o no), mientras que el especialista se aleja de los circuitos de consumo. La producción histórica se encuentra dividida entre la obra literaria del que "tiene autoridad" y el esoterismo científico del que "hace investigaciones" (DE CERTEAU, 1999, p. 77)

Otra consideración se suma a la crisis y del conocimiento histórico, en contraste con resto de las ciencias sociales contemporáneas institucionalizadas como la Sociología, la Antropología, la Geografía o la Economía, entre otras. Es posible sostener que la Historia es la disciplina de un saber mucho más marcadamente signado por una politicidad que le es, de antemano, inherente. Esto es así, en tanto se sabe que desde los orígenes de su anticipación en la Antigüedad clásica, le cabe como cargo la adjudicación de componentes insustituibles en la configuración de identidades e identificaciones: las siempre problemáticas y contenciosas representaciones del pretérito, en vistas de la configuración tanto personal como colectiva de una visión de mundo, y de una explicación del devenir humano crítico, racional, humanista, secular e inmanentista (MORADIELLOS, 2009, p. 100); sin dejar de lado los procesos de legitimación o impugnación del poder (ZERMEÑO PADILLA, 2005, p. 56 y ss.). La historia se conmueve y existe independientemente de la Historia (la historiografía, a la que no se considera aquí un universal, como se verá más adelante) y los historiadores de profesión; y en tanto praxis social³ es indócil y renuente a la razón y a los mecanismos de validación científica. De tal modo, es caja de resonancia de lo emergente en el litigio de poderes y contrapoderes, en la órbita de lo infranqueable del dominio.

Vale recordar, además, que lo mencionado se articula con las precisas coordenadas que urgen al capitalismo para condensar su imperio y la ineludible creación de la superestructura, de la ideología, de la conciencia (ZEITLIN, 2006, p. 113). Esa es, en cierta manera, una de las condiciones más distintivas de la Historia, la de encontrarse atravesada por la ya aludida politicidad que la insta a “elegir entre una ciudadela y una torre de marfil” (LORENZ, 2011), al movimiento pendular entre episteme y política, que le ofrece al mismo tiempo un cariz polémico y enriquecedor que, como se sabe, muchos historiadores de profesión bajo el signo liberal han pretendido o pretenden no distinguir. Esa es, claro está, una colocación política.

En vistas de comprender que se vive un tiempo que trastoca las certezas propias de las Modernidad occidental y las de las modernidades internalizadas en los procesos de poscolonialidad en el mundo entero, como lo expresan los fundamentos del presente *dossier*, desde larga data se vienen receptando propuestas filosóficas y teóricas ligadas a la necesidad de que la historiografía pueda pensar distintamente el tiempo, para así cumplir otra función significativa respecto del presente y del futuro, tal como enlazan, entre otros enunciados, el acto “a contrapelo” benjaminiano (1942); la lectura koselleckiana (1979) de la obtención de horizontes de expectativas posibles una vez que las sociedades vinculan presente y lecturas del pasado como experiencias no

esencialistas sino potencialmente habitadas de construcción; o la propuesta de François Hartog (2007) al conceptualizar a los regímenes de historicidad como formas en que las colectividades lidian o tratan con su propio pasado-tiempo: todas valiosas en cuanto a su potencialidad heurística.

Sobre la última, lo quizás más concretamente interpelante sea, desde los años ochenta del siglo XX, la noción de *presentismo*, como variante de la nueva crisis del orden de tiempo clásico de la Modernidad, con sus implicancias en la Historia y en la cultura. Acerca de este punto, cabe indicar que se han propuesto diversas críticas a la noción ya clásica de Hartog. En tal dirección y en esta oportunidad será considerado el trabajo de Lorenz, que si bien reconoce que es mérito de Hartog “haber señalado sistemáticamente que la concepción de la relación entre pasado, presente y futuro es variable y ha variado a lo largo del espacio y el tiempo, y en este sentido ha socavado la idea de que el tiempo histórico tiene un pasado lineal fijo”, “su análisis todavía presupone el pasado, el presente y el futuro como entidades ontológicas separadas por multicapas y heterogéneas” (2019, p. 34). En acto crítico esta referencia mantiene distancia ante el hecho de que el autor de *Regímenes de historicidad* llame “crisis de tiempo” a la redefinición o peculiar situación de los límites entre pasado, presente y futuro, “amenazados actualmente”. Asimismo, Lorenz hipotetiza que el presentismo de Hartog puede observarse más claramente “como una inversión de modernismo/futurismo”, lo que evidenciaría un desplazamiento desde lo que Chakranarty llamó “confusión de la modernidad” a la “confusión de la modernidad presentismo” (LORENZ, 2019, p. 33).

Tanto Lorenz como otros autores (ARAUJO y PEREYRA, 2018; SIMON, 2028 y RAUTER, 2020) han señalado que la noción de presentismo en los análisis de Hartog permanece atrapado en los presupuestos de la modernidad y del tiempo lineal, y que el autor no llega a ofrecer explicaciones de “cómo y por qué el tiempo modernista ha sido suplantado por el tiempo presentista, en algún lugar entre 1940 y 1990”, inclusive notando cómo la “casi ausencia de un relato histórico de la transformación del modernismo en presentismo durante el siglo XX sigue siendo desconcertante, por decir lo menos, debido a su importancia sistemática para el argumento central de los regímenes de la historicidad” (LORENZ, 2019, p. 33). En una palabra, para Lorenz el problema primordial del análisis de Hartog acerca de las experiencias del tiempo, “es que permanece estancado a mitad de camino en su cuestionamiento del tiempo progresivo” (LORENZ, 2019, p. 34).

Visiblemente, el presentismo en Hartog, por cuanto operatividad heurística posee y active, no se ocupa según Lorenz de la muy relevante conexión histórica existente con el futurismo. Lo mismo ocurre con la ubicación espacial del presente y del presentismo, aunque sea el objetivo explícito de sus regímenes de historicidad investigar comparativamente las experiencias del tiempo (LORENZ, 2019, p. 34). Si bien se hallan íntimamente vinculados, esta contribución procurará abordar dos ejes que acusan las marcas de la crisis de la historiografía que podría llamarse “clásica” y producida y legitimada desde Europa occidental, en el amplio y complejo de asir contexto como el que sucintamente se ha caracterizado: el del concepto y la práctica de la Historia y, luego, el de sus implicancias sociopolíticas frente a los connotantes de un nuevo orden de tiempo del capitalismo avanzado, que socaba o, al menos hace trastabillar, algunas de las certezas heredadas: fundamentalmente la del valor de la verdad histórica y del pasado histórico como referencias para el funcionamiento del mundo hacia horizontes esperanzadores y utópicos.⁴ Para ello se plantearán ideas derivadas de la bibliografía citada y se tomarán como referencias críticas de indudable valía y vigencia como lo son la *II consideración intempestiva* de Friedrich Nietzsche (1874) y la intervención de Eric Hobsbawm “The challenge of reason. Manifesto for the renewal of history” (2004).

La Historia en curso de crisis

El 13 de noviembre de 2004 Eric Hobsbawm brindó su discurso de cierre del coloquio de la Academia Británica sobre historiografía marxista y condensó un conjunto de proposiciones que permiten observar cómo, desde su prisma, durante el siglo XX el concepto de Historia devino en primer lugar en una crítica profunda al modelo hegemónico heredado del siglo XIX, pasando luego por lo que el historiador denomina “el vuelco social” y así, finalmente, recibir y sobrevivir a los cuestionamientos del posmodernismo. Con todo, resultó en buena medida fragmentado el objeto otrora monolítico de la historiografía occidental, sin dudas excesivamente sesgado por una matriz europeocentrista.

Así, el recorrido que reconoce Hobsbawm inicia con la “reacción anti-Ranke” y con el doble movimiento que “cuestionaba la idea positivista según la cual la estructura objetiva de la realidad era, por así decirlo, evidente” y el intento de acercamiento de las ciencias sociales con la Historia para “englobarla en una disciplina general, capaz de explicar las transformaciones de la sociedad humana” (2005, p. 2). A pesar de todo, el autor era categórico al afirmar que:

Para todos los historiadores, la historiografía se mantuvo y se mantiene enraizada en una realidad objetiva, es decir, la realidad de lo que ocurrió en el pasado; sin embargo, no parte de hechos sino de problemas, y exige que se investigue para comprender cómo y por qué esos problemas -paradigmas y conceptos- son formulados de la manera en que lo son en tradiciones históricas y en medios socio-culturales diferentes (HOBSBAWM, 2005, p. 2)

Durante la segunda posguerra mundial, tanto los referentes de la historia social británica como los de la francesa se “consideraban aliados contra el conservadurismo en historia, aun cuando sus posiciones políticas o ideológicas eran antagónicas” y, según Hobsbawm, constituyeron un “frente progresista que avanzó de manera espectacular entre el fin de la Segunda Guerra Mundial y la década de 1970”, a punto tal de constituirse, en palabras de Lawrence Stone, en un “amplio conjunto de transformaciones en la naturaleza del discurso histórico”. Este estructuralismo comenzó a ser cuestionado en el '68 y continuó siendo objeto de críticas teóricas y políticas, fundamentalmente en Francia, hasta llegar al tiempo de un declive en que:

se produjo la transición de los estudios cuantitativos a los estudios cualitativos, de la macro a la microhistoria, de los análisis estructurales a los relatos, de lo social a los temas culturales. Desde entonces, la coalición modernizadora está a la defensiva, al igual que sus componentes no marxistas, como la historia económica y social [y], fue necesario subrayar con mayor energía lo que el marxismo puede aportar a la historiografía. [...]. A la vez, porque es preciso defender a la historia contra quienes niegan su capacidad para ayudarnos a comprender el mundo, y porque nuevos desarrollos científicos transformaron completamente el calendario historiográfico (HOBSBAWM, 2005, pp. 3-4)

La crítica de Hobsbawm sostuvo también que el “fenómeno negativo más importante” de este horizonte historiográfico, que como sabemos es a la vez político, obedece “a la negativa a admitir que existe una realidad objetiva, y no construida por el observador con fines diversos y cambiantes, o al hecho de sostener que somos incapaces de superar los límites del lenguaje, es decir, de los conceptos, que son el único medio que tenemos para poder hablar del mundo, incluyendo el pasado” (2005, p. 4). El mal mayor se constataba, en consecuencia, ante argumentaciones que afirmaban o aun lo hacen, que el curso del pasado es demasiado contingente y que por lo tanto es preciso prescindir de las generalizaciones:

De manera implícita, esos argumentos apuntan a todas las ciencias. Pasemos por alto intentos más fútiles de volver a viejas concepciones: atribuir el curso de la historia a altos responsables políticos o militares, o a la omnipotencia de las ideas o de los "valores"; reducir la erudición histórica a la búsqueda -importante pero insuficiente en sí- de una empatía con el pasado (HOBSBAWM, p. 2005, p. 4)

La indudable matriz estructuralista y científicista de la historia crítica del historiador inglés no estaría dispuesta a admitir que lo real “debe ser ficcionado para ser pensado”, sin que ello suponga la disolución de la verdad, tal como asevera Jacques Rancière. Este último es claro al indicar que la noción de “relato” puede llevar a una consideración acotada y limitante si se lo funde en falsas oposiciones entre lo real y el artificio, “en que se pierden por igual positivistas y deconstructivistas”:

No se trata de decir que todo es ficción. Se trata de constatar que la ficción de la época estética ha definido modelos de conexión entre presentación de hechos y formas de inteligibilidad que confunden la frontera entre razón de hechos y razón de la ficción, y que estos modos de conexión han sido retomados por los historiadores y por los analistas de la realidad social (RANCIÈRE, 2009, p. 48)

Es posible coincidir con la noción propuesta, al pensar que escribir la Historia y escribir historias, en plural, tal como se desprende de la tendencia actual, dependen como afirma Rancière de “un mismo régimen de verdad”:

Esto no tiene nada que ver con tesis alguna sobre la realidad o la irrealidad de las cosas. En cambio, es claro que un modelo de fabricación de historias se encuentra ligado a una cierta idea de la historia como destino común, con una idea de aquellos que “hacen la historia”, y que esta interpenetración entre razón de los hechos y razón de las historias es propia de una época en la cual cualquiera es considerado cooperando en la tarea de “hacer” historia. No se trata, por consiguiente, de decir que la “Historia” no está hecha más que con las historias que nos contamos unos a otros, sino simplemente que la “razón de las historias” y las capacidades de actuar como agentes históricos van juntos. La política y el arte, como los saberes, construyen “ficciones”, es decir, reagenciamientos materiales de los signos y de las imágenes, de las relaciones entre lo que vemos y lo que decimos, entre lo que hacemos y lo que podemos hacer (RANCIÈRE, 2009, pp. 48-49)

Hoy, entonces, se escriben fundamentalmente “historias”, una pluralidad igualmente inscripta en un *régimen de verdad* al que el oficio de la historia no ha renunciado. Se trata de relatos que se jactan de ser o no científicos, vía hermenéutica, contruidos para dar cuenta del nivel representacional de sujetos emergentes, en tránsito, cuya variedad se implica en experiencias pendientes y antiesencialistas.

A modo de ejemplo, los diferentes intereses por la historia reciente revelan no sólo la necesidad de acompañar las tareas de la justicia y la reparación ante los crímenes de Estado y los procesos de violencia institucional tanto en Europa como en América Latina,⁵ sino también la traslación hacia una inmediatez cuya mejor adecuación es la Historia por la memoria. En tal sentido, podría matizarse lo antedicho siguiendo a

Luciano Alonso, quien afirma que “la preocupación historiográfica por un pasado temporal, vivencial o políticamente cercano no es exclusiva de los últimos años. (...) Lo que sí es novedoso es la consciencia de estar revirtiendo una tendencia secular y la constitución de la historia reciente como campo académico –o, tal vez mejor, como espacio específico dentro de un campo historiográfico profesionalizado” (ALONSO, 2007, p. 200). Vale en este punto notar que el autor habla de “pasado vivencial o políticamente cercano”, que en términos historiográficos difiere de un “pasado histórico”, distinto-distante, propio de la concepción clásica de la historia lealmente historicista.⁶

Sin la intención de simplificar demasiado las aristas experimentadas por la historia reciente, se razona que en alguna medida ésta puede ser considerada a la vez como síntoma y como respuesta a la crisis del orden de tiempo experimentado desde la segunda posguerra. En esa dirección, la predilección por la memoria, la apuesta por los sentidos de la experiencia y la convalidación del sujeto-testigo, remiten en buena medida a un importantísimo punto de fuga que se explica tanto por razones contextuales como políticas en la necesidad de entrever una historiografía de implicación presentista, dicho esto sin una carga semántica negativa. Lo expuesto ya ha sido desarrollado por María Inés Mudrovcic, quien proyectando las tesis de Hartog acerca del tiempo histórico, sostiene que el “régimen de historicidad” dominante se ha convertido en “el receptáculo de un determinado régimen historiográfico”. En tal sentido, entre otros conceptos a resaltar, expresa:

La relación que el clima presentista establece entre el régimen de la historia y el régimen de la memoria, al oscurecer las fronteras entre el recuerdo y el hecho histórico –la distinción entre un pasado ya ido y el presente –, conlleva otra consecuencia. La memoria literal, la repetición ritual conmemorativa debe ser transformada en memoria ejemplar para que el recuerdo del horror pasado mantenga alerta al grupo frente a situaciones nuevas y, sin embargo, análogas. La historia *magistra vitae*, desterrada del régimen de historicidad moderno, vuelve a colarse bajo el ropaje de la “memoria ejemplar” (MUDROVCIC, 2013, pp. 27-28)

Para matizar, vale señalar de la mano de Enzo Traverso, que si bien luego de la crisis del historicismo y del cuestionamiento del paradigma eurocentrista en el momento de la descolonización, conjuntamente con la emergencia de las clases subalternas como sujetos políticos, “la Historia se ha democratizado, quebrando las fronteras de Occidente y el monopolio de las elites dominantes; [y la] memoria se ha emancipado de su dependencia exclusiva del texto” (2007, p. 26). Lo que quiere dejar planteado el autor es

que en este nuevo orden de tiempo los vínculos entre Historia y memoria se han “reconfigurado en una tensión dinámica”, no de manera lineal ni rápida:

Después de treinta años, los historiadores han incrementado sus fuentes, pero continúan privilegiando los archivos, que permanecen como el depósito de los vestigios de un pasado conservado por el Estado. No hace mucho que los «subalternos» han sido reconocidos como sujetos de la Historia y han devenido objeto de estudio, y hace menos tiempo que se procura escuchar sus voces (TRAVERSO, 2007, p. 26)

Con todo, la historia reciente parece ser la mejor expresión de una historiografía emergente que remite a las interpelaciones propias de esta sociedad presentista, sin que, por supuesto, sus notables alcances ni fundamentos necesariamente tengan que ver con los caracteres políticos de una temporalidad sin Historia ni Política, en un sus sentidos más clásicamente ‘modernos’. Es más, la historia del presente lidia con ello y asume con frecuencia y en sus propios y a veces pocos explicitados términos, ser un lugar de verdadera resistencia.

Algunas implicancias sociopolíticas del nuevo orden de tiempo

Se constata en los últimos años que si bien la historiografía actual viene habilitando un conjunto heterodoxo y en buena medida crítico de abordajes innovadores, la duda acerca de la posibilidad de lograr una conjunción que recupere lo societal-universal frente a la preeminencia de visiones fragmentarias, se abre mediatamente. A diferencia de lo sostenido por Hobsbawm, quien en 2004 de alguna manera minimizó la relevancia de los estudios sobre “grupos particulares” en los “márgenes de la historia” (pp. 4-5),⁷ se juzga importante reconocer el valioso territorio político inaugurado por la Historia en la construcción de objetos emergentes destinados a historizar la faz intermitente de las particularidades: los sujetos invisibilizados y marginados, las zonas multicolores por donde se desdibujan las esencias y agitan los derechos a ejercer una resistencia en microrelatos, y las agencias urgentes de luchas en otras claves de tiempo y espacio: diferentes a las clásicas sustentadas, por ejemplo, por el marxismo clásico. En el mismo sentido, también la crítica poscolonial y decolonial han sobrellevado, atinadamente, la tarea de señalar los inconvenientes de seguir pensando y haciendo Historia desde la marca original ideada en la Ilustración europea y la consecuente negación de la densidad política e histórica de los mundos saqueados por los imperios (SAHLINS, 1997; MIGNOLO, 2011); creyendo necesario un descentramiento epistemológico que, según conciben, debe ser autocognoscente y al mismo tiempo total-local (DE SOUSA SANTOS, 2009, pp. 47 y ss.).

No obstante, está claro que como correspondencia, la crisis de los relatos macros y la aparente imposibilidad de imaginar y escribir una historia que tenga como pivote un sujeto histórico universal, no contribuyen a un horizonte en que lo particular puede hilvanar en curso de sentido, la praxis de un conocimiento que consiguiera encender y acompañar luchas más colectivas que sectoriales. Hobsbawm sostuvo explícitamente que la verdadera amenaza al conocimiento histórico del siglo XXI era, o es, el “antiuniversalismo”, un relativismo que “seduce naturalmente a la historia de los grupos identitarios en sus diferentes formas, para la cual, el objeto esencial de la historia no es lo que ocurrió, sino en qué afecta eso que ocurrió a los miembros de un grupo particular” (2005, p. 4). Sin dudas, el historiador inglés se encontraba dispuesto a consumir una crítica profunda a un tipo de historia que, según su apreciación, abandonaba la explicación racional para dar curso a la significación, a la mera percepción de lo ocurrido en el pasado por parte de los sujetos sociales del presente. Esto se completaría con lo señalado por Marialba Pastor, respecto a que la historiografía actual predominantemente ha tendido a prescindir del análisis de la concreción de las relaciones sociales y a desconectar al sujeto, sus lenguajes y manifestaciones espirituales de la vida material (2020, p. 5).

Ente otras implicancias sociopolíticas de la crisis de la Historia frente a los connotantes de un nuevo orden de tiempo en el capitalismo avanzado, es posible advertir el malestar de la disciplina como protagonista central de la *polis*, ahora global. No caben dudas que la historiografía en los cerrados límites de la ciencia pueda continuar siendo un ejercicio legitimado y legitimante de sus propios actores, ni que el saber producido contenga los elementos “deseados” a la hora cumplir con determinados estándares que tranquilizan las conciencias del control intersubjetivo de la comunidad de historiadores. Lo que se plantea es otro aspecto: las cada vez más pronunciadas inconsistencias de las maneras heredadas de estimar el conocimiento histórico frente a las subjetividades de un nuevo capitalismo en el plano de la educación de las nuevas generaciones y las derivas de la historia en el espacio público y político.

El interrogante que se traza inquiera acerca de cómo la Historia puede volver a convertirse en un dispositivo meritorio para una política de la cultura y una cultura política que aprecien la acción colectiva, pero superando la tendencia a la fragmentación y a la despolitización. De qué modo esta disciplina en medio de una época presentista podría tramitar un vínculo interesante y fecundo con las nuevas sensibilidades de los jóvenes en, por ejemplo, la etapa de formación escolar en distintos espacios. Asimismo, no es posible prever si la fiebre memorial contemporánea aportará caminos seguros para

desandar críticamente las experiencias que marcaron a fuego el siglo pasado y si, además, podría asegurar un concreto ético de diálogo intercultural.

Así, si en pleno “siglo de la Historia” Friedrich Nietzsche apuntaba contra el historicismo decimonónico por ser el causante de una verdadera enfermedad, de un exceso de historia que había debilitado la fuerza plástica de la vida porque había dejado de comprender el servicio del pasado como un alimento vigorizante (NIETZSCHE, 2003, p. 135), algunos analistas actuales observan un exceso de memoria que robustece el individualismo y la fragmentación social. Como es conocido, el filósofo alemán advertía que lo que llamaba “la sobresaturación histórica de una época” era peligrosa y enemiga de la vida en cinco aspectos:

en primer lugar, tal exceso produce ese contraste del que ya hemos hablado entre lo interior y lo exterior por medio del cual se debilita la personalidad; en segundo lugar, da origen a la creencia de poseer la virtud —la más rara de todas— del sentido de la justicia, en un grado superior al de otras épocas; por otro lado, igualmente, se perturban los instintos de un pueblo y se impide llegar a la madurez al individuo, no menos que al conjunto de la sociedad; también crece esa perjudicial creencia de cualquier época de estar en la vejez de la humanidad, de ser mero descendiente y epígono; y, finalmente, cae la época en una peligrosa actitud irónica sobre sí misma, pasando de ésta a una aún más peligrosa: el cinismo. Actitud ésta que evoluciona hacia una acción egoísta que, paralizando al principio, termina destruyendo las fuerzas vitales (NIETZSCHE, 2003, p. 76)

Es viable pensar que los argumentos vertidos por Nietzsche en la cita que antecede se descomponen en la dinámica del siglo XXI. Fundamentalmente las nuevas generaciones, que en general habitan en un palpable presentismo y se encuentran interpeladas por legítimas y meritorias luchas de consecución inmediata y justificadas por relatos plurales, el pasado ya no es el lugar ni de robustecimiento de la personalidad, ni de la virtud, ni mucho menos de una conciencia decadente de este estadio histórico contemporáneo. Sin que interese trazar un panorama reduccionista, se puede afirmar que en este presente no hay Historia porque no hay pasado en tanto espacio de experiencia. Del mismo modo, tampoco hay futuro porque el horizonte de expectativa como lugar de la utopía no precisa de una plataforma de pretérito en clave de gran revés moral, en el que necesariamente se deban anclar las luchas y las escrituras de esas historias serviciales y mínimas, mínimas no por insignificantes, sino por antiuniversales y específicas. Sin embargo, algo del planteo de Nietzsche se renueva en este régimen de historicidad emergente.

Se trata de la consideración que tienen los actores sociales de que la historia debe pertenecer a los actos vitales, urgentes, a los destinados u orientados a la solución

de problemas acuciantes de las mujeres y los hombres vivos del absoluto presente. Como en toda etapa de la historia hoy se necesita del pasado, aunque tal vez más en clave memorial, dado que “estamos, pues, invadidos, sumergidos en un patrimonio que se multiplica, que de algún modo es ya constitutivo de una identidad común, pero que se fragmenta en una multitud de identidades locales, profesionales, categorías cada una de las cuales exige ser respetada y cultivada, y la historia nacional ha cedido su lugar a un mosaico de memorias particulares” (PROST, 2001, p. 299). Así, los colectivos sociales del siglo XXI desconfían de la posición académica, racional, cientificista de la Historia que tal vez contempla con desprecio sus necesidades (NIETZSCHE, 2009, p. 38). Al igual que la crítica filosófica que se trae a colación en este trabajo, parece que la historia pública del siglo XXI es presentista porque demanda sus requerimientos para la vida y para la acción, vida y acción acaso a corto o mediano plazo y en la asunción de identificaciones sociales localizadas. Con todo, esta Historia para la vida hoy funciona en general desde un “desencanto” frente a las maneras canónicas en que se producía ese conocimiento y sus pretensiones de verdad y totalidad, por supuesto cuestionadas también, y desde hace décadas, desde “el interior” de la historiografía.

En tal dirección, Antoine Prost señala que se trata de una “epistemología desmitificadora” que incita a los historiadores a “guardar un doble luto, por la historia total y por la historia verdadera”, situación que propaga sus efectos también hacia el público y resulta en una coyuntura particular (2001, p. 282). El autor expone que si bien los historiadores de profesión conservan la preocupación por las verificaciones, el culto a la exactitud y a la información completa, rechazan el relativismo absoluto y continúan creyendo que aquello que escriben es verdadero. Así:

sólo creen en verdades parciales y provisionales. La síntesis no sólo aparece como algo ilusorio o inalcanzable, sino que la creencia que ésta presupone, la del sentido posible de una totalidad, la hace peligrosa. De todo ello resulta un repliegue sobre temas que combinan historia de las representaciones y microhistoria. [...] los historiadores se transforman en orfebres o en relojeros. Producen pequeñas joyas, textos tallados a cincel donde brillan su saber y su talento, el alcance de su erudición, su cultura teórica y su ingenio metodológico, pero sobre objetos ínfimos que dominan espléndidamente, o sobre temas que no aspiran a tener consecuencia alguna para sus contemporáneos. [...] Pero ¿y después? And then, what? ¿Dónde nos conduce una historia que despliega tesoros de erudición y de talento para tratar objetos insignificantes? O, más exactamente, ¿qué sentido e interés tienen para los historiadores de ese campo? (PROST, 2001, pp. 282-283)

El punto de vista, considerado por el mismo Prost un tanto “descarnado”, preocupa en tanto la historiografía de los últimos años no sabe cómo podría cumplir una

función social si “renuncia a decir algo sobre nuestros problemas actuales”. Al enseñar historia a las nuevas generaciones a partir de una “producción histórica desencantada”, híper especializada aunque tal vez desconectada de las instancias por las que transitan compleja y críticamente quienes habitan nuevos mundos, y produciendo historicidad pero tal vez no visualizándose como herederos de procesos de larga data y como sujetos de colectivos universales: se gana y se pierde. Lo que “se gana” acaso sea el enorme abanico de posibilidades de una historiografía, como ya se dijo muy especializada, que se expande y se descentraliza en multiplicidades, asumiendo los riesgos de anteponer lo nuevo a lo heredado y tornarse en un espacio de saberes, en muchos casos, sustantivamente problematizados y desde una base empírica otrora impensable. En cambio, lo que “se pierde” tal vez es el diálogo epistémico y político entre la historia y la sociedad. El distanciamiento que se evidencia entre las necesidades o demandas de la dinámica societal y los relatos provenientes de la ciencia histórica en los últimos años, por lo menos significan un obstáculo ante el imperativo de las posiciones éticas y políticas que toda historiografía debe explicitar. Es posible que la honrosa excepción a lo planteado sea el horizonte de la historia reciente, no tan “desencantado” aunque sí “desmitificador” haciendo uso de los planteos de Prost, que sin embargo no deja de albergar un conjunto de dilemas teórico-metodológicos y de evidenciar no pocos desacuerdos entre sus practicantes.

Algunas consideraciones finales

Al iniciar esta breve contribución se manifestaba que la historiografía se encuentra en crisis desde el mismo momento en que dirimió, no sin dilemas, su estatuto epistemológico y que, en ese sentido, le es inherente una ineludible transformación y politicidad. Respecto a lo primero, en estas reflexiones se sostenía con de Certeau, que el discurso histórico no podía desolidarizarse de su producción ni de la praxis política, económica o religiosa que cambiaba permanentemente a las sociedades. Se afirmaba, también, que la disciplina transmuta porque lo hace la sociedad y porque el capitalismo iba transformando la historicidad prevaleciente en la Modernidad en aras de generar nuevas legitimidades y licuar la política de la revolución. En cuanto a lo segundo, se aseveró que la Historia es una disciplina institucionalizada cuyo saber se encuentra mucho más marcadamente signado por una esencial politicidad, a diferencia que los de otras ciencias sociales contemporáneas, que más visiblemente son artefactos no necesariamente originarios de la dinámica social y política misma. Es decir, desde esta perspectiva se observa a la praxis social histórica-memorial ontológica e históricamente

precediendo a la historiografía como acto intelectual crítico, racional, humanista, secular e inmanentista, finalmente estabilizado hacia finales del siglo XIX.

Frente a la actualidad y como se leyó en este trabajo, entre algunas de las implicancias sociopolíticas que enfrenta la Historia como disciplina en un largo devenir crítico, más aun en un nuevo orden de tiempo que, con Hartog Hartog y teniendo en cuenta a los certeros señalamientos de sus críticos, se puede denominar “presentista”, se observa la preeminencia de visiones y escrituras fragmentarias de la experiencia social pasada. Se trata de una situación que lleva a pensar en la necesidad de retornar a cierta perspectiva de lo societal-universal, a la escritura de nuevos macrorelatos que habiliten una política del todo con las partes, haciendo lugar incluso a postulados provenientes de la crítica poscolonial y decolonial en cuanto al descentramiento epistemológico que, según entienden, debe ser autocognoscente, y al mismo tiempo total-local. Todo esto, sin embargo, con la suficiente cautela que impida reforzar al sujeto universal histórico del capitalismo y al estatuto eurocéntrico de una historiografía incapaz de moverse hacia lugares de enunciación verdaderamente superadores.

Es posible requerir, en tal dirección, la constitución historiográfica de nuevos sujetos históricos universales, capaces de coadyuvar a la praxis de un conocimiento que pudiera encender y acompañar, como ya se sostuvo, luchas más colectivas que sectoriales. Otras implicancias críticas son el antiuniversalismo y el relativismo propios de un exceso de hermenéutica que puso en tela de juicio la capacidad explicativa causal-estructural de la acción de los sujetos sociales en la Historia, cuasi tendiendo a prescindir del análisis preciso de la concreción contenciosa de las relaciones sociales y a desconectar al sujeto, sus lenguajes y manifestaciones espirituales de la vida material, tal como se sostuvo citando a Pastor.

En la misma dirección, se aseveró que inquieta que la sociedad actual haya abandonado las formas clásicas de apreciar el conocimiento histórico. Frente a las subjetividades políticas del nuevo capitalismo o neoliberalismo, en el plano de la educación de las generaciones actuales y consecuentes derivas de estos procesos en cuanto al rol de la Historia en el espacio público, resulta urgente que la historia-ciencia pueda resignificar su relevancia epistémica y política. Por ello, queda abierto el interrogante que inquiera una nueva reformulación de las funciones de la disciplina en una época presentista, más efectiva en el acto de tramitar el vínculo con las nuevas sensibilidades de los jóvenes que, en definitiva, son los herederos de ciertas responsabilidades en la fragua de un futuro que debiera ser históricamente mejor. En tal sentido, en este trabajo se trajo a colación la sospecha y la denuncia que Nietzsche

formuló ante la obsesión historicista de su tiempo y el peligro ante la posibilidad de que el conocimiento del pasado así experimentado consumara una debilitación y un desarraigo que impidieran un futuro lleno de vitalidad, que bien podría también ser asemejado a la fiebre memorial del siglo XXI. La comprensión de esa manera de concebir la relación entre la vida y la historia trae consigo la acusación profunda, incluso portadora de pesimismo, del filósofo alemán: “Al lado del hombre moderno se encuentra su ironía sobre sí mismo, su conciencia de vivir en un estado de ánimo historicista y algo así como crepuscular: su miedo a no poder salvar completamente nada de sus esperanzas y fuerzas de su juventud en el futuro. Aquí y allá se llega incluso más lejos: al cinismo” (NIETZSCHE, 2003, p. 115).

De esta manera, una historiografía nuevamente, hoy, puesta en jaque, no logra resolver su formulación entre herencias y matrices de imposición cultural, conjuntamente con los modos en que se experimenta socialmente el tiempo bajo algún tipo de presentismo, y se subjetivan sujetos y sociedades dentro y fuera de Europa. Cultura y política se conjugan para atravesar un camino en que la crisis de la historia encuentre puntos de apoyo para la construcción de saberes menos ajustados a los cánones y más abiertos a la experimentación entre memorias, artes y nuevos pactos de sentido, en incluso prácticas híbridas (JABLONKA, 2016, p. 23).

En este artículo también se reflexionó sobre la situación de una preeminencia memorial frente a la de un pasado histórico, entendido éste como lugar de la otredad y umbral del tiempo. Se cree central problematizar el hecho de que, tal vez, el actual exceso de memoria conlleve a una defensa del individualismo y de la fragmentación social que requiere el capitalismo avanzado, en donde se triza la moderna idea de Historia, en tanto espacio de experiencia, y se altera o disuelve el futuro, el horizonte de expectativa. En ese sentido, se expuso que ante la fe o confianza política depositada por la historiografía en la memoria, habita hoy cierto “desencanto” frente las maneras canónicas en que se producía la historia y sus pretensiones de verdad y totalidad, por supuesto cuestionadas también y desde hace décadas desde “el interior” de la disciplina. Se trata de lo que Prost concibe como una “epistemología desmitificadora”, una particular situación científica y político social de la historiografía que se juzga negativa e inconducente, porque incita a la híper especialización de los sujetos del campo, a la atomización de las escrituras, y a la escasa articulación con explicaciones y comprensiones globales del mundo y de la sociedad, dada la propensión a una producción de historicidad de muy evidente corta duración y muy acotados límites en su problematización. A trastocar esta situación y a propender al delineo de nuevas

tendencias historiográficas están llamados, si lo desean e imaginan necesario, los historiadores.

Referencias

ALONSO, Luciano. Sobre la existencia de la historia reciente como disciplina académica. Reflexiones en torno a Historia reciente. Perspectivas y desafíos de un campo en construcción, compilado por Marina Franco y Florencia Levín. En: *Prohistoria*, (11), 2007, pp. 191-204.

ARAÚJO, Valdeci y Mateus PEREIRA. *Atualismo 1.0: Como a ideia de atualização mudou o século XXI*. Mariana: Editora SBTHH, 2018.

BAUMAN, Zygmunt. *Retrotopía*. Buenos Aires: Paidós, 2017.

BELVEDRESI, Rosa. ¿Puede hablarse de experiencia histórica? Algunos intentos de responder a esta pregunta. En: BELVEDRESI, Rosa (dir.). *La filosofía de la historia hoy: preguntas y problemas*. Rosario: Prohistoria, 2020.

BENJAMIN, Walter. Sobre el concepto de historia. En: *Conceptos de filosofía de la historia*. Buenos Aires: Caronte, 2007 [1942], pp. 65-76.

BOURDIEU, Pierre. *Las reglas del arte. Génesis y estructura del campo literario*. Barcelona: Anagrama, 1995.

BRAUER, Daniel (edit.). *La historia en tiempos de globalización*. Buenos Aires: Prometeo, 2016.

BRAUER, Daniel. La reflexión filosófica en torno al significado del pasado y el proceso de configuración de sus principales temas y problemas. En: BRAUER, Daniel (edit.). *La historia desde la teoría. Una guía de campo por el pensamiento filosófico acerca del sentido de la historia y del conocimiento del pasado*. Buenos Aires: Prometeo, 2009, pp. 19-38.

CAIMARI, Lila. *La vida en el archivo. Goces, tedios y desvíos en el oficio de la historia*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2017.

CHÁVEZ, Fermín. *Epistemología para la periferia*. Lanús: UNLa, 2012.

DE CERTEAU, Michel. *La escritura de la historia*. México: Universidad Iberoamericana, 2006 [1975].

DE SOUSA SANTOS, Boaventura. *Una Epistemología del Sur. La reinención del conocimiento y la emancipación social*. México: Siglo XXI/CLACSO, 2009.

DEVOTO, Fernando. Acerca del lugar del archivo en la historiografía contemporánea. En: *Historia y problemas del siglo XX*. 10 (11), 2019, pp. 71-84.

FARGE, Arlette. *La atracción del Archivo*. Valencia: Estudios universitarios, 1991

FOUCAULT, Michel. *Discurso, poder y subjetividad*. Buenos Aires: El Cielo por Asalto, 1995.

HARTOG, François. El régimen moderno de historicidad puesto a prueba con las dos guerras mundiales. En: MUDROVICIC, María Inés y Nora RABOTNIKOF. *En busca del pasado perdido. Temporalidad, historia y Memoria*. México: Siglo XXI, 2013, pp. 51-65.

HARTOG, François. *Regímenes de historicidad. Presentismo y experiencias del tiempo*. México: Universidad Iberoamericana, 2007.

HOBBSAWM, Eric. El desafío de la razón. Manifiesto para la renovación de la historia. En: *Polis. Revista Latinoamericana*, (11), 2005, pp. 1-10.

LORENZ, Chris. Out of time? Some Critical Reflections on François Hartog's Presentism. En: *Rethinking Historical Time. New Approaches to Presentism*. London: Bloomsbury Academic, 2019, p. 23-42.

IGGERS, Georg. *La historiografía del siglo XX. Desde la objetividad científica al desafío posmoderno*. Santiago de Chile: Fondo de Cultura Económica, 2012 [1993].

JABLONKA, Iván. *La historia es una literatura contemporánea. Manifiesto por las ciencias sociales*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2016 [2014].

JARAMILLO Ana. *La descolonización cultural. Un modelo de sustitución de importación de ideas*. Lanús: UNLa, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro pasado Para una semántica de los tiempos históricos*. Barcelona: Paidós, 1993 [1979].

LORENZ, Federico. La que pierde es la enseñanza de la historia. En: *InfoVeloz*, 2011.

MIGNOLO, Walter. *El vuelco de la razón. Diferencia colonial y pensamiento fronterizo*. Buenos Aires: Ediciones del Signo-DukeUniversity, 2011.

MORADIELLOS, Enrique. *Las caras de Clío. Una introducción a la Historia*. Madrid: Siglo XXI, 2009 [2001].

MUDROVICIC, María Inés. Regímenes de historicidad y regímenes historiográficos: del pasado histórico al pasado presente. En: *Historiografías, revista de historia y teoría*. (5), 2013, pp. 11-31.

NIETZSCHE, Friedrich. *Sobre la utilidad y el perjuicio de la historia para la vida [II intempestiva]*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2003 [1874].

NOIRIEL, Gérard. *Sobre la crisis de la Historia*. Madrid: Cátedra, 1997.

PASTOR, Marialba. La heurística y la hermenéutica históricas en tiempos de la posverdad. En: *Filosofía y letras. Revista de la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad Nacional Autónoma de México*, (3), 2020, pp. 1-18.

PEREYRA, Carlos. *El sujeto de la historia*. Madrid: Alianza, 1984.

PROST, Antoine. *Doce lecciones sobre la historia*. Madrid: Cátedra, 2001 [1996].

RANCIÈRE, Jacques. *El reparto de lo sensible. Estética y política*. Santiago de Chile: LOM, 2009 [2000].

RAUTER, Luisa. As temporalidades do evento Junho de 2013. En: PEREZ, Rodrigo y Daniel PINHA. *Tempos de crise: ensaios de história política*. Rio de Janeiro: Autografia, 2020, pp. 151-179.

ROHBECK, Johannes. *Filosofía de la historia: historicismo, poshistoria*. Granada: EUG, 2015 [2004].

ROLDÁN, Concha. *Entre Casandra y Clio. Una historia de la filosofía de la historia*. Madrid: Akal, 1997.

SAHLINS, Marshall. *Islas de historia: La muerte del capitán Cook. Metáfora, antropología e historia*. Barcelona: Gedisa, 1997.

SIMON, Zoltán Boldizsár. *History in Times of Unprecedented Change: A Theory for the 21st Century*. London: Bloomsbury Academic, 2018.

SWIDERSKI, Graciela. *Las huellas de mnemosyne. La construcción del patrimonio documental en la Argentina*. Buenos Aires: Biblos, 2015.

TRAVERSO, Enzo. *El pasado, instrucciones de uso. Historia, memoria, política*. Madrid: Marcial Pons, 2007 [2000].

VALDERRAMA, Miguel. *Posthistoria. Historiografía y comunidad*. Santiago de Chile: Palinodia, 2005.

ZEITLIN, Irving. *Ideología y teoría sociológica*. Buenos Aires: Amorrortu, 2006 [1968].

ZERMEÑO PADILLA, Guillermo. *La cultura moderna de la Historia, Un aproximación teórica e historiográfica*. México: El Colegio de México, 2004 [2002].

¹ Agradezco las sugerencias y señalamientos oportunamente efectuados por los evaluadores.

² Se hace referencia, fundamentalmente, a la invención del archivo como lugar de enunciación y práctica (FARGE, 1991; SWIDERSKI, 2015; CAIMARI, 2017; DEVOTO, 2019).

³ Praxis social a través de la acción de hombres dotados de conciencia y voluntad, como únicos actores de la historia que se dan para sí, directa o indirectamente, un destino siempre “determinados por relaciones sociales de producción” (PEREYRA, 1984, p. 69).

⁴ Concomitantemente en la actualidad se habla, aunque muy indefinidamente, de “posthistoria”, “posverdad”, “posmemoria”, “poshumanismo”, etc. Todos vocablos que intentan dar cuenta de la fractura filosófica de la Modernidad clásica en su ordenamiento de sentido temporo-experiencial-societal (ROHBECK; 2015; BRAUER, 2016; BAUMAN, 2017).

⁵ Explica Enzo Traverso que la relación entre justicia e Historia es bastante antigua y que numerosos historiadores han sido convocados en calidad de testigos. Procesos como los en contra de Barbie, Touvier y Papón en Francia; el proceso contra Priebke en Italia; o incluso las tentativas de instrucción de un proceso contra Pinochet, tanto en Europa como en Chile, “han sido momentos de rememoración pública de la Historia, donde el pasado ha sido reconstituido y juzgado en una sala de tribunal. En el curso de las audiencias, historiadores fueron convocados para «testificar», es decir para esclarecer gracias a sus competencias el contexto histórico de los hechos concernidos” (2007, p. 64).

⁶ Para una interesante discusión al respecto véase a Mudrovcic (2013, p. 17).

⁷ El autor exponía al respecto “De todos modos, si por un lado ese fenómeno dio lugar a mucho palabrerío y tonterías en los márgenes más lejanos de la historia de grupos particulares -nacionalistas, feministas, gays, negros y otros-; por otro, generó desarrollos históricos inéditos y sumamente interesantes en el campo de los estudios culturales” (HOBSBAWM, 2005, pp. 4-5).

Artigo recebido em 02 de fevereiro de 2021.
Aceito para publicação em 12 de abril de 2021.

UMA ESCRITORA DA HOSPITALIDADE: AS IMAGENS DA ESCUTA DE SVETLANA ALEKSIÉVITCH¹

A WRITER OF HOSPITALITY: SVETLANA ALEKSIÉVITCH'S IMAGES OF LISTENING

João Camilo Grazziotin PORTAL*

Resumo: A partir da obra de Svetlana Aleksievitch, busca-se analisar a sua postura em relação aos testemunhos e a inscrição da escuta enquanto elemento linguístico de hospitalidade e acolhimento em relação ao trauma. Para tanto, procuramos dialogar com a teoria do reconhecimento de Judith Butler, a hospitalidade de Derrida e a teoria das imagens de Didi-Huberman. Assim, foi analisado um pouco do seu processo de escrita imagética, enquanto produtora de discursos sensíveis de alteridade a partir de violências extremas. Os recursos sógnicos, enquanto atos de inscrição do sensível na linguagem, foram vinculados à narrativa traumática, e buscam trabalhar as potencialidades da autora no que diz respeito à escrita.

Palavras-chave: Svetlana Aleksievitch; hospitalidade; trauma; escuta; catástrofe.

Abstract: Based on the work of Svetlana Aleksievitch, we seek to analyze her attitude towards testimonies and the inscription of listening as a linguistic element of hospitality and welcoming in relation to trauma. To this end, we sought to dialogue with Judith Butler's theory of recognition, Derrida's hospitality, and Didi-Huberman's theory of images. Thus, some of her image-writing process was analyzed, as a producer of sensitive discourses of otherness from extreme violence. The sign resources, as acts of inscription of the sensitive in language, were linked to the traumatic narrative, and seek to work the author's potentialities regarding writing.

Keywords: Svetlana Alexievich; hospitality; trauma; listening; catastrophe.

A questão a respeito do advento do testemunho no mundo contemporâneo não cessa em ser discutida por diversos autores em nível mundial. Desde a magistral publicação de *A era da testemunha* em 1998, pela historiadora Annette Wieviorka, autores como Elisabeth Jelin, Paul Ricoeur, François Hartog, Henry Rousso e muitos outros na historiografia nacional e internacional têm se dedicado ao estudo sobre a posição da testemunha em vinculação ao cenário catastrófico e traumático contemporâneo. A presença da testemunha na historiografia contemporânea encontrou-se aliada da história oral, sob a baliza da corporeidade, dando continuidade aos estudos sobre a memória e os movimentos de memória e justiça. A partir de Alessandro Portelli (1997), acreditamos que a presença viva da testemunha nos trouxe um novo olhar a respeito de nossa prática discursiva e nossa linguagem disciplinar. Nesse sentido,

* Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre, RS, Brasil; bolsista CAPES. Membro do Laboratório de Estudos sobre os Usos Políticos do Passado (LUPPA/UFRGS). joacamiloo@gmail.com

acreditamos que o historiador, principalmente o historiador oral, foi confrontado com uma série de questões para as quais não fora preparado disciplinarmente. O aprendizado da escuta, da autoridade autoral em relação à testemunha, da linguagem corporal, do abandono da figura autoral solitária, do peso traumático do testemunho, da hospitalidade, das modulações e forças do psiquismo, do silêncio são questões centrais para a atuação de historiadores na história oral. Dessa forma, o objetivo do artigo é analisar a memória e a hospitalidade na escuta de testemunhos na produção literária de Svetlana Aleksievitch, Nobel de Literatura de 2015. Como consequência desse gesto, buscamos neste artigo trazer contribuições linguísticas e narrativas a respeito da escuta, do corpo e da escrita imagética para a área historiográfica. O artigo, assim, utiliza de elementos literários, clínicos e imagéticos para tecer contribuições em relação à escuta, à hospitalidade e à curadoria no que tange à escrita da história.

Uma linguagem da hospitalidade

“Passei a vida inteira ensinando história... E nunca soube como falar disso. Que palavras usar”, nos diz uma testemunha anônima em *A guerra não tem rosto de mulher* (ALEKSIÉVITCH, 2016a, p. 43). Enquanto historiadores e historiadoras, o que podemos aprender em termos disciplinares com a fala dessa professora soviética de história a respeito da Segunda Guerra Mundial? Partamos inicialmente sobre a questão da linguagem. Consideramos a linguagem, enquanto forma de abertura para a exterioridade, uma das questões fundamentais para qualquer tipo de narrativa, questão que vai se mostrar muito relevante para nosso estudo sobre Svetlana Aleksievitch. Partindo das reflexões feitas pela filosofia sartreana, acreditamos haver duas estruturas condicionantes para a existência: a temporalidade e a linguagem (SAAS, 2009). Dessa forma, tentaremos interpretar a narrativa de Svetlana a partir dessas duas constituintes estruturais, que são, respectivamente, a memória e a hospitalidade, ambas aliadas a um esforço de compreensão do trauma. Assim, chegamos à pergunta central para nossa análise, que é: de que forma tanto a temporalidade quanto a linguagem são empregadas na narrativa de Svetlana Aleksievitch? Podemos começar dizendo que essas duas questões são trabalhadas narrativamente como um contraponto à história dos grandes homens, aquilo que a autora chama de *o cânone soviético*, a partir de uma escrita da hospitalidade e do acolhimento que possui como fio condutor a memória. Mas, enquanto escrita que nasce e se projeta no real, quais são suas premissas existenciais? Ao longo do artigo, pretendemos demonstrar como a literatura da autora constitui

material relevante para um olhar mais atento sobre a escuta, almejando contribuir para a teoria da história e a história oral.

É interessante notar que Svetlana nasceu na Ucrânia em 1948, mas passou a maior parte da sua vida na Bielorrússia. O último trecho do seu discurso, ao receber o Nobel de Literatura em 2015, é interessante de ser observado: “Tenho três casas: a minha terra bielorrussa, pátria do meu pai, onde vivi toda a minha vida; a Ucrânia, pátria da minha mãe, onde nasci; e a grande cultura russa, sem a qual não me imagino” (ALEKSIÉVITCH, 2016b, p. 383). Biograficamente, então, a autora realiza uma grande tentativa de inserir a sua voz autoral na cultura russa a partir de uma perspectiva compartilhada, o que investe sua obra de uma função política muito forte. Desde a década de 1970, ela viaja pela então União Soviética e se dedica a recolher testemunhos de milhares de soviéticos “subalternos”, e é a transcrição desses testemunhos que compõe os seus livros.

Muito embora a autora reconheça que o documento oral é sempre o resultado de uma interação entre o entrevistado e o entrevistador, em *As últimas testemunhas*, por exemplo, há apenas um prefácio e um posfácio, ambos de uma página, partes nas quais a autora “aparece” de maneira mais explícita. No resto do livro, não há mais menções à autoria, como se nos deparássemos com a simples [sic] transcrição dos relatos. Todavia, como qualquer entrevista, o que há em sua literatura é a interpelação entre o que foi dito pelas testemunhas e o que foi escrito por ela. Como não sabemos quais foram as perguntas que foram feitas às testemunhas, com raras exceções, não podemos ir metodologicamente muito além. A autora se empenha fortemente em produzir um discurso de verdade, em afirmativas como “é impossível inventar isso” (2016a, p. 21), ou “a dor funde e aniquila qualquer falseamento. A temperatura é alta demais!” (2016a, p. 13), ou “Escuto a dor com atenção... A dor como prova da vida passada. Não existem outras provas, não confio em outras provas” (2016a, p. 23).

Apesar da autora se esforçar em produzir uma literatura documental, que soa por vezes como reflexo da realidade, podemos ver muitas vezes uma grande confusão entre a sua voz, autoral, e a voz dos testemunhos. Mesmo que na maioria das vezes não saibamos quais perguntas foram feitas, uma comparação entre as diferentes edições de um mesmo livro nos possibilitam algumas dicas sobre o peso ficcional da mão da autora no remanejamento dos relatos. Conforme muito bem sublinhado por seus tradutores franceses (ACKERMAN; LEMARCHAND, 2009), que compararam as edições russas de *A guerra não tem rosto de mulher* de 1985 e 2004, foi possível perceber como a autora trocava frases de lugar, de testemunho em testemunho, inserindo citações que

vinham de sua própria imaginação enquanto escritora. Foi nesse mesmo sentido que a jornalista Sophie Pinkham se lançou, publicando em 2016 um artigo intitulado “Adulteração de testemunhas: a ganhadora do Nobel Svetlana Aleksievitch cria mitos, não histórias”². De maneira semelhante à dos tradutores franceses, Pinkham (2016) observou que a autora utiliza do formato polifônico para inserir sua voz autoral no meio de testemunhos, afirmando:

Quando olhei para as duas versões lado a lado, tive a impressão de estar comparando rascunhos de monólogos de uma peça. Palavras, frases e passagens foram reorganizadas, removidas ou adicionadas. O efeito cumulativo deu à versão revisada um sabor mais nítido e dramático, e uma mensagem ideológica mais alinhada.

Ademais, é necessário ressaltar que a constante reescrita dos seus livros não apenas acentua o seu caráter dramático, mas também faz parte de uma proposta ideológica que tende a uniformizar o caráter devastador dos acontecimentos. Como puderam bem notar Ackerman e Lemarchand sobre *A guerra não tem rosto de mulher*, o testemunho de Tamara Oumniaguina na edição de 2004 possuía frases vindas da pena da própria autora na edição de 1985, de modo à anterior frase em itálico de Svetlana agora aparecer no próprio relato de Oumniguina. Assim, percebemos que a literatura de Svetlana por vezes está longe daquilo por ela afirmado em seu discurso do Nobel: “Nos meus livros, ele [o pequeno homem] próprio conta a sua pequena história [...] Aqui, não se tem o direito de inventar. Deve-se mostrar a realidade como ela é.[...] É a testemunha que deve falar (ALEKSIÉVITCH, 2016c, p. 372-373, grifos nossos). Na verdade, é em última instância a autora quem fala, o que investe sua autoria de uma potente responsabilidade, fato que lhe rendeu bons problemas em 1991, quando diversos testemunhos de *Meninos de Zinco* a processaram. Tais problematizações são afirmadas aqui não para desmerecer o trabalho da autora, mas apenas para denotar as fronteiras epistemológicas que distanciam sua literatura da narrativa da história oral. A questão da autenticidade testemunhal em sua produção é um tema complexo, que não pretende ser esgotado aqui, mas que merece ser trazido à tona apenas para delimitar a sua não concordância com o gênero historiográfico, que ela compreende sempre a partir da frieza. Por ora, deixemos esse espaço em aberto e afirmemos que o testemunho oral é tema fundamental para sua literatura enquanto produtor de corporeidades performáticas e discursivas, sejam elas em maior ou menor grau provindas de ficcionalidades autorais. Apresentemos melhor a produção da autora.

Svetlana publicou seu primeiro livro, intitulado *A guerra não tem rosto de mulher*, em 1985, num período de efervescência cultural no qual a literatura permitiu

diversas críticas às contradições soviéticas, com a publicação de diversos outros autores antes reprimidos, como Soljenítsin, Chalámov, Pasternak, etc. Nesse livro, a autora critica a grande presença da morte na União Soviética, em citações de testemunhas como “Não sabíamos como era o mundo sem a guerra, o mundo da guerra era o único que conhecíamos” (2016a, p. 10), ou com relatos de crianças que, nos tempos da escola, eram ensinadas a amar a morte. “Estou com medo de não resistir à tortura no interrogatório” (ALEKSIÉVITCH, 2018, p. 264), clama uma criança em plena guerra, após experimentar a dor de fechar propositalmente o dedo em livros para ver se aguentaria a tortura encabeçada pela ocupação nazista à época.

Muito embora os dois primeiros livros da autora tratem da Segunda Guerra, o primeiro com uma memória feminina, e o segundo com uma memória infantil, percebemos que os conceitos de guerra e violência tornam-se fundamentais para a sua obra. Na segunda metade de sua produção, percebemos como o conceito de “guerra” torna-se aplicável à própria existência da União Soviética de maneira mais generalizada. E isso nos seus últimos quatro livros torna-se central. Após ter sido publicado em revistas literárias russas entre 1989 e 1990, em 1991 o título *Meninos de Zinco* é publicado em formato de livro por duas editoras de Moscou, rendendo um verdadeiro conflito em torno da Guerra do Afeganistão, e também alguns processos judiciais à autora na Bielorrússia. Nesse livro, fica clara sua posição em denunciar a Guerra do Afeganistão enquanto sintoma imperialista da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), balizando-a sob a continuidade da extrema violência da guerra na sociedade soviética. Em 1993, publica *Encantados com a morte*, no qual ela narra os suicídios de soviéticos à margem do regime. Esse é o único livro da autora ainda não publicado no Brasil, e o menos traduzido em nível mundial. Em 1997, publica *Vozes de Tchernobil*, livro no qual ela traça uma linearidade muito concreta entre a catástrofe biológica do desastre nuclear e a catástrofe social da União Soviética. Em 2013, é publicado *O fim do homem soviético*, no qual constam entrevistas entre 1991 e 2012, com reflexões sobre o imaginário repressivo na temporalidade pós-soviética, tais como o medo, os *gulags* e demais memórias traumáticas.

Ainda no seu primeiro livro, ela afirma: “estou escrevendo uma história dos sentimentos... Uma história da alma... Não é a história da guerra ou do Estado, e não é a hagiografia dos grandes heróis, mas a história do pequeno ser humano arrancado da vida comum e jogado na profundidade épica de um acontecimento enorme...” (2016a, p. 62). Percebam aqui como a autora se coloca contra o caráter épico da Grande Vitória Soviética, como um busto no qual os testemunhos, e sobretudo ela própria, não se

reconhecem. “Justo ali, na calidez da voz humana, no reflexo vivo do passado, está escondida uma alegria primitiva, e se desvela a intransponível tragicidade da vida” (p. 18), nos diz ela, em *A guerra não tem rosto de mulher*. Em termos de temporalidade, a autora se coloca contra a temporalidade heroica e progressiva de uma história que sempre vence, sempre se impõe, sempre triunfa. A sua ênfase é numa quebra na temporalidade épica da Vitória em 1945, nos demonstrando que a história, tanto da Segunda Guerra quanto da União Soviética, foi feita também de diversos sacrifícios, diversas fragilidades, vulnerabilidades e silenciamentos. Por detrás da postura heroica, encontra-se o caráter trágico e desumano da guerra. Em vez de enxergar na guerra a autorrealização patriótica de um povo (TOROPOVA, 2015), a autora percebe-a como produtora de memórias traumáticas e de extrema violência e desumanidade. Nesse sentido, há, aqui, a constatação de que muitas vezes somos compostos por nossos sonhos perdidos e nossos projetos inconclusos, e não apenas em nossos triunfos biográficos.

“Vozes... Dezenas de vozes... Elas desabaram sobre mim, revelando uma verdade insólita, e ela, essa verdade, já não cabia naquela estreita fórmula que eu conhecia desde a infância: nós vencemos” (2016a, p. 61). O que Svetlana demonstra é que essa grande Vitória, tanto da Grande Guerra Patriótica quanto aquela expressa pelo regime soviético como um todo, foi acompanhada por duras penas, considerando a guerra como “uma tarefa desumanamente humana” (2016a, p. 12). A autora, logo, passa a considerar a história soviética a partir dos seus muitos silenciamentos biográficos. “Devia escrever um livro sobre a guerra que provoque náuseas e que faça a própria ideia de guerra parecer repugnante. Louca. Os próprios generais ficariam enauseados” (2016a, p. 20). Estudando sua obra, percebemos que a autora possui a visão de que a história soviética é revisitada a partir da biografia, da vida privada, do trauma, da interioridade.

“O que estamos procurando? [...] Em geral, o que nos parece mais interessante e próximo não são os grandes feitos e o heroísmo, mas aquilo que é pequeno e humano. [...] Eu gostaria de ler sobre o que as pessoas conversavam em casa. Como partiam para a guerra. Que palavras diziam no último dia e na última noite antes de se separar daqueles que amavam. Como se despediam os guerreiros...” (ALEKSIÉVITCH, 2016a, p. 12-18).

Em termos de temporalidade e história da historiografia, podemos inserir Svetlana no amplo movimento, observado tanto na historiografia quanto nas humanidades, de considerar os aspectos traumáticos do passado. Desde a década de 1980, a história tornou-se uma disciplina calcada na incompletude, um campo de forças

e relações de poder entre passados em disputa e ainda em aberto. Esse amplo movimento historiográfico, comumente associado ao Holocausto e ao advento da testemunha no cenário público, foi impulsionado por um grande movimento nas sociedades para revisitarem seus passados a partir das ideias de “memória e justiça”.

Em termos sociais, a autora se engaja no amplo processo de transparência da *glasnost* a partir de 1985, no maior momento memorial da União Soviética a respeito de seu passado; esse momento em que, como bem analisado etimologicamente por Boris Schnaiderman (1997, p. 13), tudo é posto às claras, em um julgamento público, em oposição à anterior confidencialidade da forma oposta, *nieglásni*. Ao mesmo tempo, então, trata-se de visitar a memória proibida e curá-la, no sentido clínico do termo, entre o trabalho de luto e o trabalho de lembrança, sob a figura de um julgamento moral a respeito do regime soviético. Não é sem razão que Mark Lipovetsky (KOBRIIN; LIPOVETSKY, 2017), estudioso da literatura russa, afirmou ainda em 2017 que Aleksiévitich atualmente ocupa a posição que Soljenítsin ocupara durante a época de Gorbachóv, como uma escritora de julgamento moral em relação ao passado soviético.

“A história relatada por uma testemunha ou por um participante que ninguém notou. Sim, é isso que me interessa, é isso que eu gostaria de transformar em literatura” (2016a, p. 18). A autora bielorrussa não se preocupa, então, em escrever sobre uma ideia abstrata de guerra enquanto evento, mas sobre o ser humano na guerra, ou seja, como esse fenômeno foi expresso e vivenciado por pessoas em sua interioridade biográfica. Isso aplica-se também, e sobretudo, ao regime soviético. Nesse sentido, tanto os subtítulos do seu último livro, nomeados como “Sobre o ruído das ruas e as conversas na cozinha”, quanto o título *O fim do homem soviético* expressam bem essa ideia. Como um rito de despedida, as pessoas são convidadas a elaborar as suas histórias individuais ao longo da entrevista para, posteriormente, talvez se permitirem àquilo que Freud definiu como “um trabalho de lembrança”. Em relação às entrevistas, que na maior parte das vezes possuem um grande cuidado em relação às condições sensíveis que permitem o desabrochar do trauma, ela fala: “muitas vezes reparo como elas estão escutando a si mesmas. O som de sua alma. Conferindo-o com suas palavras. Depois de longos anos, a pessoa entende que aquilo era a vida, e que agora é preciso fazer as pazes e se preparar para a partida” (2016a, p. 15). Essa grande ideia narrativa é expressa então a partir de uma polifonia de vozes que se entrecruzam, tanto da autora quanto das testemunhas, denotando uma grande pulsão social envolta numa “vontade coletiva de falar” e numa espécie de “fim” para a União Soviética.

É dessa forma que Svetlana nos diz em relação às mulheres entrevistadas para seu primeiro livro:

Isso aconteceu mais de uma vez, em mais de uma casa. Sim, elas choram muito. Gritam. Depois que eu saio, tomam remédios para o coração. Chamam a “emergência”. Mas mesmo assim me pedem. “Volte. Volte sem falta. Ficamos em silêncio por tanto tempo. Quarenta anos em silêncio...” (2016a, p. 22).

A narrativa sobre a guerra não passa mais a seguir o que ela nomeia como “cânone”, envolto numa temporalidade retumbante e numa masculinidade dos grandes homens. Em vez disso, a guerra passa a tomar o rosto de mulheres, de crianças, daqueles excluídos da “grande Vitória”... milhares de infâncias mergulhadas sob as águas da desumanidade, da fome e tudo que constitui a guerra enquanto tal.

Envolta numa perspectiva sensível, a partir da qual inclusive poderíamos refletir se há uma ruptura em relação aos padrões de gênero, ela nos diz que “os homens se escondem atrás da história, dos fatos, a guerra os encanta como ação e oposição de ideias, diferentes interesses, mas as mulheres são envolvidas pelos sentimentos [...] A guerra delas tem cheiro, cor, o mundo detalhado da existência” (2016a, p. 20). Segundo Svetlana, ela se propõe então escrever um retrato soviético baseado na feminilidade, o que significa uma ênfase nas vulnerabilidades, nas fragilidades e nos traumas gerados pelo regime...

Se inserida num contexto mais amplo a respeito da *perestroika* e da *glasnost*, podemos perceber como Svetlana narra um espaço de medo, de repressão, de falta de confiança. Quando Gorbatachóv anuncia publicamente um período de grande debate, transparência e reflexão pública sobre o passado nacional, a trajetória do socialismo e um grande engajamento por parte dos soviéticos, há uma enorme efervescência cultural de críticas sociais, institucionais, culturais e políticas (NOVIKOVA, 2007). Atualmente, Svetlana inclusive se insere numa temporalidade pós-soviética, em perspectiva semelhante à delineada por Tatiana Zhurzhenko (2012), quando afirma que há uma grande ênfase nos países pós-dependentes em relação a narrativas de sofrimento, ou a um passado em ruínas, como um processo que vai “do triunfo ao trauma”, na qual a figura da vítima é central. Esse preenchimento memorial realizado por Svetlana insere essas trajetórias biográficas num processo de trabalho e revisão em relação ao passado nacional. As menções a uma “memória soviética única” ou a um “espaço de amnésia total” (2016b, p. 376) indica um processo de ruptura da tradição, bem como uma insurgência por parte de memórias subterrâneas, aquelas que ficaram à margem, uma memória institucionalmente manipulada (RICOUER, 2007).

“Quero falar... Falar! Desabafar! Finalmente querem nos escutar também” (2016a, p. 62), nos diz uma testemunha em *A guerra não tem rosto de mulher*. Se há algo como uma curadoria de memórias aqui, é o fato de Svetlana escrever não apenas algumas trajetórias de certos sujeitos, mas de propor uma escuta que possibilite a emergência de uma voz sublimada pelo trauma. Afinal, se Svetlana realiza um retrato da violência viva na memória, também é a partir da cotidianidade dessa barbárie que surge o seu extraordinário. Originado a partir de uma violência que rompe a proteção do psiquismo para fenômenos externos, o trauma se espacializa em regiões de difícil acesso. Tendo em vista que o trauma projeta a sua própria autorreprodução, romper a *compulsão à repetição* torna-se uma tarefa delicada e precisa (FREUD, 2019). “Não, é como um pesadelo... Não consigo! Não vou!”. Ou ‘Não quero me lembrar! Não quero! Passei muito tempo esquecendo...’ (ALEKSIÉVITCH, 2016a, p. 160), nos dizem alguns fragmentos. “Ai, minha alma vai doer... Vai começar a doer de novo [...] Ai! Hoje, minha alma vai ficar fora do lugar o dia inteiro e a noite inteira. Abalada, remexida” (ALEKSIÉVITCH, 2018, p. 239), nos diz a testemunha Ánia Pávlova, em *As últimas testemunhas*, sobre as resistências e dificuldades do ato de lembrar sua infância durante a guerra.

Possibilitar condições para que o psiquismo enfrente o trauma enquanto experiência presente e recessivamente contínua é um processo árduo, pois tocar sua recessividade também significa confrontar a angústia, o medo e o susto do eu-passado (FREUD, 2019, p. 52). Narrar o trauma, todavia, pode fazer sua posteridade recessiva tornar-se contemporânea do acontecido, visualizando-o ao mesmo passo em que se diminui sua latência. Para isso, antes de tudo, é necessária certa postura, certo olhar, ou aquilo que a psicanálise encarna também como certo silêncio acompanhado. “Não quero lembrar. Mas as pessoas precisam contar suas desgraças. É difícil chorar sozinha...” (ALEKSIÉVITCH, 2018, p. 225) lamenta Vália Emitrovitch em *As últimas testemunhas*, momento em que é possível perceber uma confiança compartilhada com a hospitalidade proposta por Aleksiévitch. O próprio falar compartilhado das testemunhas, nesse sentido, encontra-se reconhecido por certa escuta, certo acolhimento, certa hospitalidade para com a narrativa dessa experiência. Partindo da ideia do escritor contemporâneo para Deleuze (2011, p. 14), compreendemos Svetlana como uma curadora, uma cuidadora, “uma escritora que, enquanto tal, não é doente, mas antes médica, médica de si própria e do mundo”.

Acreditamos que a fala testemunhal não pode ser desassociada da escuta que a autora propõe, num reconhecimento que constrói juntamente a abertura em relação à

continuidade do trauma, e, enquanto elaboração, a sua emergência enquanto linguagem aberta. A autora logo passou a receber diversas cartas, assim como diversos apelos dizendo coisas como “Svetlana, ache minha filha!”, assim mesmo, com ponto de exclamação, de modo a essas vozes alguns anos depois tomarem a imensa tiragem de milhões de exemplares vendidos. Numa tentativa de instaurar e refletir sobre o fim do homem soviético, numa compreensão que dota os soviéticos como assassinos³, essa narrativa talvez se assemelhe àquilo que Derrida definiu como um *adeus*. Pois, muito embora Svetlana ocupe diversos não-lugares enquanto autora, passando muitas vezes inclusive de maneira aparentemente despercebida ao longo dos testemunhos, a autora responde justamente onde as palavras nos faltam, enquanto uma comunidade ferida (DERRIDA, 2011), quase nos obrigando a nos sentirmos como estrangeiros de nossa própria espécie, ao descrever enforcamentos coletivos de *partisans* diante dos quais uma aldeia inteira deveria observar em silêncio. Que silêncio seria esse, senão um silêncio ético de dor? Escrever o relato de uma mãe que recolhe os pedaços de seus filhos quase totalmente comidos por pastores alemães na época da ocupação nazista torna-se uma experiência de dor, vergonha, silêncio. Retomando a velha questão leninista, o que fazer diante desses fragmentos de desespero, no qual a história da humanidade aparece muito mais como retrato quebrado do que como símbolo de comunidade política? O que fazer diante de uma mãe que perdera seu filho de três anos na época da guerra, quando o bebê confundiu uma granada com um brinquedinho, e explodiu uma das forças materiais que tornam possível a própria guerra?

Rendemo-nos à incompleta navegação das testemunhas narrando os seus traumas, processo esse no qual Svetlana ocupa a posição de retratista. Ao abolir a distância entre nós e o relato por ela escrito, ela mesma investe seu gesto de uma potência clínica, na medida em que ela promove uma curadoria desses traumas. Há aqui uma aura religiosa, como uma prece em relação aos destinos da humanidade no século XX. O título original de Чернобыльская молитва, que poderíamos traduzir também como “oração de Tchérnobil”⁴, provavelmente fora traduzido para o português como *Vozes de Tchérnobil* em função de seu caráter polifônico, sem que percamos de mente a oração transcendental e ética que se vislumbra ali. “Quer me consolar? Para nós um escritor é mais que um escritor. É um professor. Um confessor” (ALEKSIÉVITCH, 2016c, p. 129), argumenta uma testemunha em *O fim do homem soviético*, logo após falando sobre o padre de sua igreja e a fé de suas rezas.

Poderíamos afirmar, nesse sentido, que Svetlana nos demanda certa confiança, certa “responsabilidade confiada”, para utilizar a frase de Derrida (2015, p. 28)? Tendo

em vista que testemunha-se sempre para *outrem*, podemos responder que sim. E o famoso título do livro inaugural de Primo Levi, com certeza a testemunha mais conhecida pela historiografia ocidental, nos ajuda muito nessa resolução: É isto um homem, violado, muitas vezes praticamente inexistente? É isto uma mulher combatente do Exército Vermelho? Svetlana tenta reconstituir o elo perdido do afeto, a negação do respeito pela humanidade, dando acolhimento e hospitalidade a uma memória iniciada pela absurda negação. Com certeza há aqui uma grande política de poder investida na autora, assim como no leitor, na medida em que é na literatura onde surge um terreno possível para a transitividade em relação à insistência do trauma. Lembrando a questão levantada por Paul Ricoeur (2012), em certa medida nos tornamos “testemunhas em segundo grau” dessas memórias, ao imaginá-las na mesma medida em que nos mostramos responsáveis por elas. Escrever esses traumas pode significar humanizarmos a nós mesmos, e é nesse sentido que a autora se lança.

Seus livros continuam existindo como horizonte ou possibilidade de recebimento, como um domicílio ético no qual repousa a violência da humanidade – ou, para uma leitura mais atenta, da história soviética. A partir das entrevistas, das quais possuímos, em sua esmagadora maioria, apenas as respostas, e não as perguntas, a hospitalidade passa a ser o próprio rosto que encaramos em silêncio, numa reflexão não apenas ética, mas sobretudo ontológica em relação a uma literatura por meio da qual compomos sua linguagem primeira de violação. Portanto, não apenas memória e justiça, mas memória *enquanto* justiça (DERRIDA, 2015, p. 46), tanto biográfica quanto social, numa linguagem que cala em nós as possibilidades de grito; uma linguagem que transforma-se em um ensurdecido silêncio que, como leitores, nos situam à margem da própria ideia de comunidade. Esse discurso, antes de tudo ético, direciona o cuidado ao rosto que vislumbramos, ao outro de mim que existe no olhar do outro. Dessa forma, visa-se a uma transcendência da hospitalidade, do acolhimento, do reconhecimento para com o abismo que nos forma enquanto indivíduos pretensamente autossuficientes e egoístas. Svetlana vem para dismantelar a arrogância de nossa supremacia enquanto indivíduos, propondo o reconhecimento e a escuta enquanto formas de existência.

No final das contas, e muito embora Svetlana opere a partir de diversos não-lugares, tentando esconder a mão autoral das transcrições das entrevistas, a autora torna-se a maior testemunha de todas, retendo na sua biografia uma história de vida pautada pela escuta e pelo reconhecimento traumático: a grande cultura russa como casa. Essa torna-se sua marca tanto biográfica quanto autoral, numa intencionalidade baseada no

acolhimento e também numa crítica ao que surge em uma guerra. De forma semelhante, pontuou no seu discurso de recebimento do Nobel de Literatura em 2015:

Flaubert disse de si mesmo que era um “homem-pena”. Posso dizer que sou uma “mulher-ouvido” [...] O meu percurso até esta tribuna foi longo: quase quarenta anos de pessoa em pessoa, de voz em voz. Não posso dizer que esse caminho nunca tenha estado acima das minhas forças; muitas vezes fiquei chocada e horrorizada com o ser humano, experimentei admiração e repulsa, quis esquecer o que tinha ouvido, quis voltar ao tempo em que ainda vivia mergulhada na ignorância. [...] Eu vivia num país onde, desde a infância, nos ensinavam a morrer, nos ensinavam a morte. Diziam-nos que o homem existe para se doar, para queimar, para sacrificar. Ensinavam-nos a amar o homem com fuzil (ALEKSIÉVITCH, 2016b, p. 370).

Svetlana, então, almeja nos fazer odiar a ideia de um homem com um fuzil. Proferido em 2015, esse discurso mostra certo espanto ao ver jovens começando a ler de novo Lênin e Marx, traçando – a nosso ver, de maneira infiel ou totalizante – uma linha entre esses dois pensadores e a construção de monumentos a Stálin. “Não há mais império vermelho, mas o ‘homem vermelho’ permanece. Continua a existir [...] não são poucos os que hoje voltam a ler Marx e Lênin. Em certas cidades russas foram abertos museus e erigidos monumentos a Stálin”, nos diz ao longo do discurso (2016b, p. 371). Estaria Svetlana traçando uma linha de continuidade entre 1917 e 1991, totalizando a União Soviética a partir de Stálin, do medo? Consideramos que sim, na medida em que o “morrer pela pátria” muitas vezes se assemelha a “morrer por Stálin” (2016b, p. 375), mesmo que a autora critique o capitalismo russo e fale com certa nostalgia que “até pouco tempo todos eram iguais” (2016b, p. 382). Todavia, em termos políticos gerais, a autora se coloca veementemente contra a União Soviética, traçando uma linha de continuidade catastrófica e dotando o período como “Uma batalha perdida”, que é inclusive o título do seu discurso do Nobel. O título faz referência à frase do escritor Varlam Chalámov; de que ele, parafraseado por Svetlana, como comunista “participou de uma grande batalha perdida pela renovação efetiva da humanidade” (ALEKSIÉVITCH, 2016b, p. 371). Após ter passado vinte anos em campos de trabalho forçado, posteriormente Chalámov se tornou um dos mais expoentes escritores que deu testemunho sobre o *gulag*. É interessante notar como a autora amplia a dimensão da Segunda Guerra, a Guerra do Afeganistão e Tchérnobil para o próprio cotidiano soviético, ao afirmar que “Escrevi cinco livros, mas tenho a impressão de que todos eles são apenas um. Um livro sobre a história de uma utopia” (2016b, p. 370). Acreditamos que tal generalização, senão anacrônica, é no mínimo totalizante de processos diversos.

Todavia, para nosso desafio disciplinar aqui proposto, acreditamos que a marca autoral que mais gostaríamos de destacar é a constituição de uma obra que se abre como

recolhimento e curadoria de certa temporalidade, em rostos machucados nos quais habita “a história omitida”. É justamente por isso que o livro *As últimas testemunhas* possui esse título, na medida em que essa memória ocular e pretensamente original da guerra apenas existe por intermédio das suas testemunhas, as últimas testemunhas, que, nascidas entre as décadas de 1930 e 1940, já estão em sua maioria morrendo, e, quando da publicação do livro, já estavam com 60 anos. Elas irão morrer, mas suas memórias não!, parece exclamar Svetlana, dotando sua escrita de uma marca atemporal. De acordo com ela, junto com as testemunhas morrem também as memórias ditas originais sobre o evento, de modo a sua literatura reter aquilo que restou. Essa dimensão tanto memorial quanto ocular traveste sua literatura de um forte elemento de corporeidade, de uma grande performance aberta enquanto linguagem e janela de significados, pois é no corpo que o trauma se manifesta como sintoma (BRENCIO; NOVAK, 2019; BUTLER, 2018). Nesse sentido, se se busca um gênero que dê conta dessa polifonia de vozes e testemunhos vivos sobre o passado, especialmente o passado traumático, ele precisa passar primeiramente por um elemento sensorial e corporal, o “socialismo doméstico” do qual a autora tanto nos fala. A literatura traumática, portanto, alude ao corpo no qual o passado se manifesta e se lembra, dimensão essa que também é o espaço que torna possível a existência de qualquer leitor que seja, afinal, todos habitamos em determinada corporeidade

Assim, podemos dizer que a autora opera então a partir de uma forte tríade. Para os não conhecedores da teoria musical, uma tríade é o requisito básico para que um conjunto de notas se torne um acorde unitário. Um acorde, então, precisa ter no mínimo três notas, podendo também ser uma tétrede, tendo quatro notas, etc. Logo, é nessa composição de três notas que compõem um acorde, ou, no nosso caso, o pacto da literatura traumática, que testemunha, autor e leitor operam a partir de um mesmo espaço em comum; um espaço não apenas de violências e negações, mas um espaço que, quando criado, existe sobretudo como espaço de acolhimento e escuta conjunta desses elementos que formam a tríade narrativa da autora. Essa espécie de olhar compartilhado opera por um forte trabalho de lembrança e alteridade que nos toca na mesma medida em que nos esvazia. Se Didi-Huberman (2010, p. 29) nos fala que “o que vemos só vale – só vive – em nossos olhos pelo que nos olha”, e se “o ato de ver só se manifesta ao abrir-se em dois”, pedimos licença ao autor para afirmar que, no caso de nossa tríade, enxergamos uma imagem que se abre em três! Usamos aqui a ideia de imagem não em seu uso comum enquanto documento fotográfico, mas sim enquanto acontecimento imaginado por meio da literatura. Por conta do caráter imagético e visual

da literatura de Aleksievitch, entendemos que trata-se de um texto-imagem. Assim, será essa a ideia de imagem trabalhada por nós, na medida em que desejamos trabalhar as potencialidades visuais e sonoras dos relatos de Aleksievitch.

O forte uso de reticências pela autora faz nascer um ritmo interrogativo, como uma espécie de apelo sem resposta, um pedido de cuidado. Apenas na edição brasileira de *As últimas testemunhas*, com 271 páginas, somos confrontados com 1589 reticências! Enquanto produtora de uma temporalidade própria, as reticências como elemento sóico do texto prolongam uma voz humana que procura resposta para tamanhas violências.

Alguém nos entregou... Os alemães descobriram onde ficava o acampamento dos *partisans*. Cercaram a floresta e fecharam as passagens por todos os lados. Nos escondemos em um matagal fechado, fomos salvos pelos pântanos onde a tropa punitiva não entrava. Um lodaçal. Ele encobria muito bem tanto as pessoas quanto os equipamentos. Passamos alguns dias, semanas, com água na altura do pescoço. Havia conosco uma operadora de rádio que tivera um filho havia pouco tempo. A criança estava com fome... Pedia o peito. Mas a própria mãe estava passando fome, não tinha leite, e a criança chorava. Os soldados da tropa punitiva estavam por perto... Tinham cachorros... Se os cachorros escutassem, todos nós morreríamos. Todo o grupo, umas trinta pessoas. Entende?

O comandante tomou a decisão...

Ninguém se animava a transmitir a ordem para a mãe, mas ela mesma adivinhou. Foi baixando a criança enroladinha para a água e segurou ali por um tempo... A criança não gritou mais... Nenhum som... E nós não conseguíamos levantar os olhos. Nem para a mãe, nem uns para os outros... (ALEKSIÉVITCH, 2016a, p. 32)

Essa dupla recusa vem para demonstrar o desfalecimento, a miséria da guerra. Trata-se de matar a vida para salvá-la, portanto? O afogamento do bebê encarna o conflito ético intransponível a essa experiência, na qual a morte da criança representa a salvação do grupo *partisan* resistente, ao mesmo passo em que é mais uma derrota que a guerra acumula. Talvez, então, haja certo preenchimento a partir desse vazio intencionalmente construído pelas reticências, que se manifestam como espera, uma espera reflexiva que não vem com uma resposta pronta, mas trabalha em busca da sua própria resposta. Um vazio de silêncio que muito provavelmente habita na frágil saúde da própria autora e do próprio testemunho traumático, assim como em nós mesmos enquanto leitores. Nesse sentido, lembramos Deleuze (2011, p. 14): “[o escritor] goza de uma frágil saúde irresistível, que provém do fato de ter visto e ouvido coisas demasiado grandes para ele, fortes demais, irrespiráveis, cuja passagem o esgota, dando-lhe contudo devires”. Em nós, a autora também procura fazer nossa voz também

morrer, para em seguida ser encarada por esse profundo e investigativo silêncio ético, que surge como devir.

Reticências, uma performance visual da escuta

A construção dessa potência testemunhal, levada a cabo por uma representação signica de dor e medo, é a dimensão cênica de uma memória perturbada. Ao mesmo tempo exercício de compreensão e pedido de demora, as reticências, enquanto elemento signico e textual, dotam o texto enquanto uma plataforma de significado em aberto. Ao ver-nos diante desse cenário, certamente latente, nos deparamos com a manifestação de um sintoma escondido da humanidade, que a constitui e a forma de maneira violenta. Empenhada na narrativa como quem recolhe os escombros de uma terra arrasada, tal como Walter Benjamin (1987) definiu a crise do narrador no século XX, produz-se a familiaridade que nós como estrangeiros carregamos em direção ao rosto reservado ao outro. As reticências se desdobram para também atingir a nós, para nos provocar em nosso silêncio.

Enquanto palavra que possibilita a emergência do trauma enquanto linguagem, podemos ver a manifestação de um discurso que surge como prática de pertencimento comum. Nesse sentido, percebemos a visualização de uma memória que passa pela voz, pela oralidade, pela imaginação do ato da entrevista. A literatura torna-se o retrato falado da imagem memorial, tanto da entrevista quanto da experiência traumática. Tarefa nada fácil, ela mesmo carrega sua tensão narrativa enquanto esforço de compreensão da brutalidade de certa época. As reticências da autora operam o texto como um significado interrogativo em aberto, sem hipertrofiá-los em seu passado ou “fetichizar” sua potência imaginativa. É uma literatura que, como bem demonstrado por Didi-Huberman (2020, p. 64) em relação ao poder das imagens em Auschwitz, “fora criada para esse ato do olhar”.

“Estávamos sob o efeito da comoção. E eu buscava essa pessoa abalada... E ela pronunciava um texto novo... As vozes por vezes irrompiam como de um sonho ou de um pesadelo, de um mundo paralelo”, nos diz Aleksievitch (2016b, p. 42) sobre Tchernobil. Ao mesmo tempo guerra e catástrofe, a autora narra essas destruições que se tornaram “a medida do horror”, “a história das catástrofes” (ALEKSIÉVITCH, 2016b, p. 43). Tanto a Segunda Guerra quanto o desastre nuclear de Tchernobil, enquanto símbolos da ruína soviética, fazem parte de uma compreensão histórica que coloca a catástrofe em seu centro.

“Mas você, minha querida, entendeu a minha tristeza? Você a levará às pessoas” (ALEKSIÉVITCH, 2016b, p. 65), nos diz uma residente na zona proibida de Tchérnobil. Ao mesmo tempo porta-voz da catástrofe, Svetlana empenha-se na frágil, horrível e dolorosa tarefa de narrar algumas das catástrofes do século XX.

Agora já não podemos mais crer, como os heróis de Tchékhev, que dentro de cem anos o ser humano será maravilhoso. Que a vida será maravilhosa! Esse futuro nós já perdemos. Nesses cem anos houve o gulag de Stálin, Auschwitz, Tchérnobil. O Onze de Setembro de Nova York. É incompreensível como se sucederam tantos fatos, como couberam na vida de uma geração, nas suas proporções (ALEKSIÉVITCH, 2016b, p. 50).

Essas palavras de Svetlana nos situam à margem, mas, ao mesmo tempo, perante o enorme drama de uma condição humana baseada na destruição. O texto passa a contaminar-nos em sua perversidade, como a expressão de uma desmontagem que nos ultrapassa. Todavia, acreditamos que o narrar dessas experiências traumáticas também é resistir à sua latência. Imaginar o acontecido a partir do inferno não surge como forma estéril ou meramente contemplativa em relação à sua aparente incompreensão inimaginável, mas incita à ação, à compreensão, ao esforço. Narrar a memória, temporalizá-la enquanto acontecido é encarar o seu caráter enquanto verdade existente e socialmente produzida. Há, portanto, a produção de uma imagem que nos aproxima, em vez de afastar-nos do acontecido, sob a justificativa muitas vezes inócua do “indizível” e do “irrepresentável”. Conforme muito bem apontado por Georges Didi-Huberman (2020, p. 45),

Ora, é preciso fazer com que a imagem, com todo o rigor teórico, o que já fazemos, sem dúvida com mais facilidade (Foucault nos ajudou nisso), com a linguagem. Pois em cada produção testemunhal, em cada ato de memória, ambas – linguagem e imagem – são absolutamente solidárias, não cessando de compensar as suas respectivas lacunas: uma imagem surge amiúde no momento em que a palavra parece falhar, uma palavra surge frequentemente quando é a imaginação que parece falhar.

Nesse sentido, entendemos que a construção de uma literatura tangente à corporeidade da experiência testemunhal é solidária à elaboração de uma imagem do acontecido. Não apenas imaginar, dizer, mas fazer falar pela imagem imaginada, esse duplo “entrelaçamento dos poderes da letra e da imagem” (RANCIÈRE, 2009, p. 20). Somos confrontados com uma imagem que se impõe, perturbante, colocando-nos em uma reticente espera. Por seu caráter polifônico, a obra de Svetlana trabalha como um coro incessante e frágil, mas ao mesmo tempo ensurdecidor, cujo grito prolonga em nós a ética de um silêncio em espera. Fenomenologicamente, o próprio testemunho torna-se parte do acontecido, feito um grito de desespero que, sim, é preciso imaginar e escutar.

“Coro de soldados”, “coro do povo”, coro de crianças”, “uma solitária voz humana”: os próprios nomes do capítulo de *Vozes de Tchérnobil* exemplificam o esforço corpóreo e testemunhal ao qual a autora se lança em compreensão.

Tomando a ajuda de Deleuze (2011, p. 16), podemos entender que esse ambiente cênico, corpóreo e sofrido constrói imagens textuais que “não são interrupções do processo, mas paragens que dele fazem parte, como uma eternidade que só pode ser revelada no devir, uma paisagem que só aparece em movimento”. O testemunho, enquanto imagem imaginada da memória, faz parte da própria estrutura linguística da narrativa, de modo à hospitalidade ser seu constituinte originário. Não apenas escrever, mas sobretudo “curar”, “cuidar”, no sentido clínico que os termos carregam.

A memória reprimida passa a adquirir sons, sonhos, texturas, cheiros e diversos elementos sensoriais de rememoração individual, que colocam o corpo – machucado, traumatizado, fragilizado – no centro de sua imagem recomposta em texto. “Fico sem voz quando conto isso... Minha voz morre...” (ALEKSIÉVITCH, 2018, p. 216), dizem as primeiras frases do relato de Ánia Grúbina, em *As últimas testemunhas*, antes de narrar a miséria da fome durante o cerco de Leningrado, quando comiam terra e flores. A leitura clínica, em certo sentido psicanalítica, que Svetlana realiza na face de seus entrevistados torna-se a escrita pela qual somos atravessados enquanto leitores, na busca de uma significação latente e silenciosamente gestual. Certamente trabalhados e reescritos continuamente pela mão da autora para acentuar-lhes o conteúdo dramático, e mesmo que esse processo de reescrita seja muito mais complicado do que podemos abordar aqui (ACKERMAN; LEMARCHAND, 2009), sua literatura é um território tanto incompleto quanto fragmentário. Todas essas imagens do passado, entrevistas sob suas diferentes texturas, compõem uma atmosfera memorial de medo e fragilidade. Envoltas numa estética do fragmento, seu texto torna-se um lugar privilegiado para observarmos o trabalho de luto que os testemunhos processam, feito uma modulação dos quadros sentimentais.

Ao mesmo tempo em que a autora busca no real a materialidade de sua literatura, é no real que ela busca intervir enquanto forma de aprendizado da catástrofe. Pois lançar-se ao terreno da linguagem, desvendar na fala os diferentes efeitos retroativos do trauma, é também uma forma de tomar lugar e compor uma memória socialmente estabelecida sobre o século XX e o regime soviético. “Passei muito tempo procurando... Com que palavras seria possível transmitir o que escuto? Procurava um gênero que respondesse à forma como vejo o mundo, como se estruturam meus olhos, meus ouvidos”, diz Aleksievitch (2016a, p. 11). Atitude tipicamente testemunhal, o

texto aparece antes de tudo como reconhecimento, ato ou olhar em direção ao outro (BUTLER, 2018). Fazendo uma relação entre a teoria do reconhecimento de Judith Butler e o conceito de hospitalidade desenvolvido por Jacques Derrida, podemos dizer que Svetlana funda sua autoria precisamente onde acolhe o trauma anteriormente reservado ao rosto do outro. Trata-se, com efeito, de transcender o evento originário, contrapondo sua violência e sua brutalidade primeiras com uma escuta acolhedora, como uma espécie também de trabalho de confiança em relação ao outro.

É oferecida ao leitor uma série de imagens de desespero que, enquanto ferramenta de alteridade, nos permitem – nos obrigam, nos apelam, nos incitam a – sofrer a guerra. O destino da esfera visual desse trabalho, enquanto imagem imaginada da memória performatizada pelo corpo testemunhal, transcende sua linguagem originária, essa potência narrativa que provém justamente da impotência. Ao mesmo tempo movimento de choque e movimento de retorno, esse ato literário recorda para que imaginemos o passado em sua concretude existencial enquanto experiência vivida e relatada. É precisamente nesses momentos de fracasso que devemos saber persistir, parece dizer Svetlana. É a nudez moral, a completa exposição, quase epidêmica, do sofrimento produzido pela humanidade. Svetlana torna visível a nossa própria destruição, designando-a pelo que ela verdadeiramente é: um produto da barbárie.

“Escuto quando elas falam... Escuto quando estão caladas... Tanto as palavras quanto o silêncio são texto para mim”, nos diz ela (2016a, p. 24). Há, aqui, tal como Mr. Gwyn – o personagem-escritor de Alessandro Baricco que, após desistir da escrita, se destina a *escrever retratos* – uma grande reflexão sobre a emergência da fala enquanto linguagem. Podemos perceber um forte esforço psicanalítico, ou clínico, em relação aos desvios e significados por detrás do silêncio. O próprio silêncio torna-se objeto de fala, de escuta e de escrita. Concordamos veementemente aqui com Jean-Paul Sartre, em *A imaginação*, citado por Didi-Huberman em seu *Imagens apesar de tudo*, quando afirma que a imagem não é coisa ou artefato, mas sim um ato direcionado da vontade humana. O silêncio, que expressa também a dificuldade da representação do trauma, passa a ser percebido enquanto manifestação psíquica e fato linguístico, que o leitor é instigado a perceber como aprendizagem ou assimilação. Por parte da autora, percebemos um grande esforço em arrancar do inferno uma imagem de esperança. “Passei muito tempo sem falar. Sete anos... [...] Depois de sete anos consegui articular uma palavra, depois outra... Escutava a mim mesmo” (ALEKSIÉVITCH, 2018, p. 178), nos fala uma testemunha que possuía seis anos à época da guerra, como se fôssemos capazes de desenvolver conjuntamente essa falta rompida na linguagem por anos.

Não há apenas uma discussão nostálgica, derrotista e imobilizadora em relação ao trauma, tal como problematizado pela historiadora polonesa Ewa Domanska (2018). Em vez disso, o trauma é mobilizado como ferramenta propositiva para humanidades conciliáveis, que elevam a hospitalidade a um presente comportamental que saiba dar conta desse abalável que nos atinge enquanto humanidade ferida. “Justo ali, na calidez da voz humana, no reflexo vivo do passado, está escondida uma alegria primitiva, e se desvela a intransponível tragicidade da vida. Seu caos e sua paixão [...] Construo templos a partir de nossos sentimentos...” (ALEKSIÉVITCH, 2016a, p. 18), nos diz ela. Muito longe de uma escrita distante ou disciplinar que afasta a imaginação, há uma forte presença clínica em seus escritos, que mobilizam sentimentos, afetos e corpos. Svetlana encontra-se não apenas sob a baliza da catástrofe, da dor, da violência extrema, mas também pelos marcos da escuta, do acolhimento, do reconhecimento e da hospitalidade. Não há uma reprodução estéril ou impotente em relação a esses episódios de fracasso, mas uma esperança futura que se encontra por debaixo de sua própria proposta narrativa. Como bem disse a própria autora em seu *diário do livro de A guerra não tem rosto de mulher*:

Tento reduzir a grande história a uma escala humana para entender alguma coisa. Encontrar as palavras. Mas parece que, nesse território pequeno e cômodo para o olhar – o espaço da alma humana –, tudo é ainda mais incompreensível, menos previsível do que na história. Tenho diante de mim lágrimas vivas, sentimentos vivos. Uma face viva, humana, pela qual passam sombras de dor e medo durante a conversa. Às vezes até se insinua a ideia subversiva de uma quase imperceptível beleza do sofrimento humano. E então me assusto comigo mesma...

O caminho é um só: amar o ser humano. Compreendê-lo pelo amor (ALEKSIÉVITCH, 2016a, p. 189)

Podemos perceber o pequeno projeto de paz de Derrida de certa forma se realizando pela autora. No final, vislumbra-se uma outra dimensão do ser humano, após a violência, e *apesar* da violência. Há uma grande reflexão em cima de seu ofício de escrita, que envolve diversos elementos corporais, sentimentais, sensíveis e psíquicos. Retomando a pergunta do início desse artigo, pensamos que Svetlana nos oferece diversos caminhos para nossa prática enquanto historiadores e historiadoras.

A partir das reflexões levantadas por Arthur Ávila (2018), acreditamos que a renovação disciplinar da prática historiográfica deve ser acompanhada de uma reformulação de nossos códigos linguísticos e práticas discursivas. Ávila (2018, p. 37), a partir das críticas de Hayden White, argumenta que “a transformação da historiografia em uma disciplina pretensamente científica acarretou na domesticação da imaginação

não só sobre o passado, mas também sobre o presente e o futuro”. Nesse sentido, acreditamos que atualmente a disciplina histórica, a nível nacional, tem levantado diversas críticas à tradição, com importantes reformulações no que diz respeito à crítica à imparcialidade científica e ao seu passado disciplinar. Na esteira de Rodrigo Turin (2018, p. 205), acreditamos ser imensamente necessária a “elaboração e ampliação de [nossas] linguagens” enquanto historiadores, e acreditamos que isso passa, em primeiro lugar, pela imaginação de futuros mais inclusivos e de hospitalidade. Com Svetlana, percebemos um verdadeiro uso prático e sensível do psiquismo traumatizado, de modo à corporeidade compartilhada tornar-se também um fundamento autoral do pacto narrativo por ela proposto.

Com efeito, e apesar de não ser uma autora muito estudada em nível nacional pela área historiográfica, acreditamos que sua literatura nos permite a abertura em relação a um horizonte interdisciplinar, colocando o reconhecimento da precariedade como objetivo narrativo. Nesse sentido, a testemunha é interpretada como elemento ativo de criação de significado, enquanto a autora decodifica os silêncios, o inconsciente e a linguagem que brota em ilimitadas porém quietas expressões da entrevista. Trata-se de uma escuta que cria uma rede de novas significações compartilhadas, tal como proposta por Aurora Rabelo (2021) em seus estudos sobre a teoria da escuta. A inscrição desse ato, enquanto fragmento sensível de distância abolida, produz certo olhar sobre a semelhança que também pode nos unir, como certo agir que, enquanto escrita da catástrofe, coloca à historiografia, e principalmente à nossa tradição disciplinar, um grande aprendizado, também uma grande escuta.

Referências

ACKERMAN, Galia; Frédéric Lemarchand. Du bon et du mauvais usage du témoignage dans l'œuvre de Svetlana Alexievich. *Tumultes*, Paris, n. 32-33, p. 29-55, 2009.

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. *A guerra não tem rosto de mulher*. Trad. Cecília Rosas. São Paulo: Cia das Letras, 2016a.

_____. *Vozes de Tchernóbil: a história oral do desastre nuclear*. Trad. Sonia Branco. São Paulo: Cia das Letras, 2016b.

_____. *O fim do homem soviético*. Trad. Lucas Simone. São Paulo: Cia das Letras, 2016c.

_____. *As últimas testemunhas: crianças na Segunda Guerra Mundial*. Trad. Cecília Rosas. São Paulo: Cia das Letras, 2018.

ÁVILA, Arthur Lima de. Indisciplinando a historiografia: do passado histórico ao passado prático, da crise à crítica. *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, n. 18, p. 35-49, jan./jun. 2018.

BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: *Obras escolhidas*. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 114-119.

BRENCIO, Francesca; NOVAK, Kori D. The continuum of Trauma. In: LINDER et al. *Topography of trauma: fissures, disruptions and transfigurations*. Leiden: Brill | Rodopi, 2019, p. 11-24.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?*. Trad. Sérgio Tadeu Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2018.

DELEUZE, Gilles. *Crítica e clínica*. Trad. Peter Pál Pelbart. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

DERRIDA, Jacques. *Adeus a Emmanuel Lévinas*. Trad. Fábio Landa. São Paulo: Perspectiva, 2015.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *O que vemos, o que nos olha*. Trad. Paulo Neves. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

_____. *Imagens apesar de tudo*. Trad. Vanessa Brito e João Pedro Cachopo. São Paulo: Editora 34, 2020.

DOMANSKA, Ewa. A necessidade de uma vanguarda historiográfica, uma entrevista com Ewa Domanska, por Pedro Silveira e Guilherme Bianchi. *HH Magazine*, Ouro Preto, 23 de novembro de 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3aywHAK>. Acesso em 19 de dezembro de 2020.

FREUD, Sigmund. *Além do princípio do prazer*. Trad. Renato Zwick. Porto Alegre: L&PM, 2019.

JABLONKA, Ivan. O terceiro continente. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 19, n. 35, p. 9-17, jul.-dez. 2017.

KOBRIN, Kirill; LIPOVETSKY, Mark. “Страх настоящего. Русская литература сегодня”. In: Colta.ru, Moscou, 12 de julho de 2017. Disponível em: <<https://www.colta.ru/articles/literature/15386-strah-nastoyaschego-russkaya-literatura-segodnya>>. Acesso em 20 de janeiro de 2021.

NOVIKOVA Olga. La política de la memoria: moldear el pasado para construir la sociedad democrática (la URSS y el espacio postsoviético). *Historia del presente*, Madrid, n. 9. pp. 71-100, 2007.

PINKHAM, Sophie. Witness tampering. *The New Republic*, Nova York, 29 de agosto de 2016. Disponível em: <<https://newrepublic.com/article/135719/witness-tampering>>. Acesso em 03 de março de 2021.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. In: *Projeto História*, São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev. 1997.

RABELO, Aurora. *Sobre a memória: para uma teoria da escuta*. Copenhague/Rio de Janeiro: Zazie Edições, 2021.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. 2ª ed. Trad. Mônica Costa Netto. São Paulo: Editora 34, 2009.

RICOUER, Paul. A marca do passado. In: *História da historiografia*, Ouro Preto, n. 10, p. 329-349, dez/2012.

_____. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2007.

SAAS, Simeão. A linguagem sartreana. In: CARNEIRO, Marcelo Carneiro; GENTIL, Hélio Salles (orgs.). *Filosofia francesa contemporânea*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009, p. 337-347.

SCHNAIDERMAN, Boris. *Os escombros e o mito: a cultura e o fim da União Soviética*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

TOROPOVA, Anna. An Inexorable Debt: Stalinist Cinema, Biopolitics, and the Discourse of Happiness. *Russian Review*, Lawrence, n. 74, p. 665-683, out/2015.

TURIN, Rodrigo. Entre o passado disciplinar e os passados práticos: figurações do historiador na crise das humanidades. *Revista Tempo*, Niterói, vol. 24, n. 2, p. 187-205, maio/agosto, 2018.

ZHURZHENKO, Tatiana. Heroes into victims: The Second World War in post-Soviet memory politics. In: *Eurozine*, Viena, 31 de outubro de 2012. Disponível em <<https://www.eurozine.com/heroes-into-victims>>. Acesso em 06 de janeiro de 2020.

1 Este texto é uma ampliação da fala “A sensibilidade em contraponto à hagiografia dos grandes homens em Svetlana Aleksievitch”, apresentada na mesa “*Knigi! Gêneros e minorias étnicas na literatura russo-soviética*”, em setembro de 2020. A mesa fez parte do *Ciclo de Palestras Voprós: Gênero, sexualidade e minorias étnicas na Rússia e União Soviética*, organizado pelo Centro de Estudos Asiáticos da UFF, para quem eu agradeço o gentil convite.

2 “Witness Tampering: Nobel laureate Svetlana Alexievich crafts myths, not histories”. Tradução livre.

3 Ressaltemos ainda um trecho de seu discurso do Nobel, quando é possível perceber uma forte veia antissoviética: “Confesso que não me libertei imediatamente. Eu era sincera com os meus personagens, e eles acreditavam em mim. Cada um de nós seguiu o seu próprio caminho para a liberdade. Até o Afeganistão, eu acreditava num socialismo de rosto humano. Regressei de lá livre de todas as minhas ilusões. ‘Perdoe-me’, disse ao meu pai quando o encontrei. ‘Você me educou na fé e nos ideais comunistas, mas basta ver uma só vez os ex-estudantes soviéticos, esses que foram seus alunos e da mamãe (os meus pais foram professores de escola de aldeia), como eles matam em terras alheias outras gentes que nem conhecem, para que todas as suas palavras se transformem em pó. Nós somos assassinos, papai, entende?’ O meu pai chorou” (ALEKSIÉVITCH, 2016b, p. 378).

4 Tradução livre, na medida em que o termo Чернобыльская está adjetivando o substantivo молитва (“prece” ou “oração”). A edição brasileira, provavelmente por conta do caráter polifônico e sonoro da obra de Aleksievitch, fora traduzida como *Vozes de Tchérnobil: a história oral do desastre nuclear*. Enquanto historiador, acredito que talvez seja ainda o caso de problematizar o subtítulo da edição brasileira, na medida em que a autora não produz história oral, mas sim literatura, ao contrário do que diz Ivan Jablonka (2017, p. 15): “Svetlana Alexievitch, coroada com o Prêmio Nobel de Literatura em 2015, escreveu uma história oral da epopeia soviética, desde o patriotismo das mulheres na Primeira Guerra até

o “fim do homem vermelho”, passando ainda pela guerra do Afeganistão e pela catástrofe de Tchernobyl.”

Artigo recebido em 03 de fevereiro de 2021.
Aceito para publicação em 04 de março de 2021.

**O “PARTIDO SAQUAREMA” NA PARTILHA DA
AUTORIDADE SOBRE O PASSADO: NOVA DIREITA,
MOVIMENTOS MONARQUISTAS E O SABER HISTÓRICO
NO OCASO DA NOVA REPÚBLICA BRASILEIRA¹**

**THE “SAQUAREMA PARTY” SHARING AUTHORITY OVER
THE PAST: THE NEW RIGHT, MONARCHIST MOVEMENTS
AND HISTORICAL KNOWLEDGE AT THE SUNSET OF THE
NEW BRAZILIAN REPUBLIC**

Vicente da Silveira DETONI*

Resumo: O artigo sugere uma reflexão sobre a situação da historiografia no tempo presente à luz das disputas pela redefinição das hierarquias simbólicas e relativa suspensão das autoridades intelectuais no Brasil contemporâneo. Explora esta dinâmica, situada em meio a uma crise do sistema político da Nova República, examinando os usos do passado efetuados pela nova direita e pelo movimento monarquista, considerando a postura contestadora destes atores diante do *establishment* universitário e midiático. Argumenta que o conflito pela redefinição desta matriz de autorização discursiva implica também uma revisão das categorias temporais estabelecidas enquanto orientadoras da ação e do conhecimento. O artigo pretende apontar para a relação entre a irrupção de outras vozes sobre o passado e mutações no tempo histórico, sublinhando a posição cambiante que a historiografia ocupa na sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Historiografia; Usos do passado; Autoridade; Nova Direita; Movimento Monarquista.

Abstract: The article suggests a reflection on the situation of historiography in the present time in light of the disputes for the redefinition of symbolic hierarchies and the relative suspension of intellectual authorities in contemporary Brazil. It explores this dynamic, situated in the midst of a crisis of the political system of the New Republic, examining the uses of the past made by the New Right and by the monarchist movement, considering the contesting posture of these actors towards the university and media establishment. It argues that the conflict for redefining this matrix of discursive authorization also implies a revision of the temporal categories established as guiding action and knowledge. The article intends to point to the relationship between the irruption of other voices about the past and mutations in historical time, underlining the changing position historiography occupies in contemporary society.

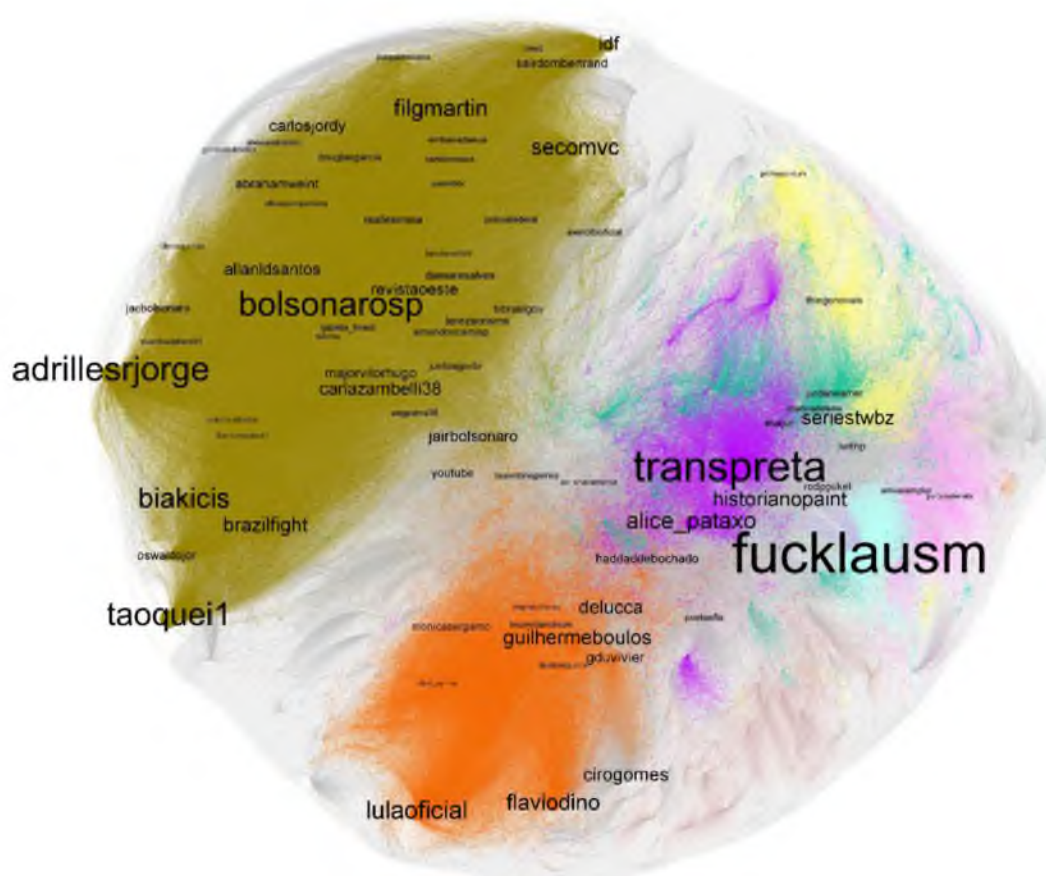
Keywords: Historiography; Uses of the past; Authority; New Right; Monarchist Movement.

Introdução

* Doutorando em História – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGH/UFRGS). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: vicentedetoni@gmail.com

As tradicionais passeatas pelas ruas do Brasil em virtude do feriado de 7 de setembro tiveram de ser canceladas no ano de 2020 por razões de saúde pública, dado o contexto global da pandemia de covid-19. Por parte do Governo Federal, o Presidente da República, sua equipe e aliados participaram de algumas atividades comemorativas em Brasília, mas tudo foi feito com maior simplicidade do que normalmente aconteceria. Ainda que as orientações e protocolos de saúde já não estivessem sendo seguidas por boa parte da população, as redes sociais e as plataformas digitais se tornaram, diante dessas circunstâncias (e como costuma ser), um lugar privilegiado para que os brasileiros se manifestassem sobre o significado deste dia histórico para a sociedade (mesmo que o Twitter não seja de todo representativo dela²). As interações entre os usuários da plataforma Twitter sobre o evento da “Independência do Brasil” neste respectivo dia podem ser visualizadas na seguinte representação:

Figura 1. Interações no Twitter sobre a Independência do Brasil (07/09/2020)



Os dados da plataforma Twitter foram coletados pelo software livre “Facepager”, com a permissão que uma conta de desenvolvedor no Twitter possibilita. A visualização dos dados foi feita pelo software livre “Gephi”. Os nomes dos perfis no grafo estão na proporção de seus respectivos “graus de entrada”. Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da plataforma.

A imagem representa um conjunto de 331.626 conexões entre usuários que foram estabelecidas através dos recursos de menção (@) e de compartilhamento (*retweet*) de acordo com uma coleta que extraiu *tweets* que contivessem os termos “independência”, “7 de setembro”, “sete de setembro”, “#7desetembro”, “#SeteDeSetembro”, “#IndependenciadoBrasil”, “#DiadaIndependencia”, entre o intervalo das 06h da às 23h59min do referido dia. No decorrer do dia, figuras públicas importantes do país fizeram pronunciamentos em horários determinados acerca do significado da data, produzindo transformações no formato da rede que seriam visíveis caso fossem adotados recortes temporais na representação gráfica. Estas modulações específicas foram achatadas nesta representação que compreende o total das interações no período estipulado.

O grafo apresenta a distribuição de diferentes usos do passado da Independência. A rede, em grande parte, é dominada por uma disputa entre grupos políticos de esquerda e de extrema direita, no interior da qual se manifestam assimetrias de poder de difusão e de mobilização de perfis, uma vez que um dos grupos conduziu a concepção e execução da política comemorativa oficial e teve em mãos os canais oficiais de comunicação do Estado, como a Secretaria Especial de Comunicação Social (@secomvc). Na franja à direita do grafo estão dispostos grupos de *tweets* que atrelam ao acontecimento do “Grito do Ipiranga” a referência a cenas da cultura cinematográfica e de séries, também a referências caras à comunidade LGBTQIA+, produzindo um conteúdo de caráter humorístico, via de regra através da linguagem dos *memes*. O perfil com o maior número de interações de toda a rede (@fucklausm) é deste espectro de usos do passado que se aproximam da lógica do “entretenimento”.

O fenômeno mais significativo representado pelo grafo é o fluxo em roxo que se situa mais ao centro da rede. É formado por outros sujeitos, outras vozes e corpos, que tensionam a narrativa oficial da Independência a partir de posições de subalternidade. Ainda que não tenham constituído *clusters* maiores, são @transpreta e @alice_pataxo³, em termos individuais, perfis que, sem possuírem grande projeção prévia (em comparação com perfis que, por exemplo, detém a estrutura de máquinas partidárias ou o controle de veículos institucionais), conquistaram interações significativas na rede, inclusive com certa autonomia em relação a forças políticas tradicionais (do que poderia ser entendido como a esquerda brasileira, em laranja).

A visualização dos dados da interação dos usos do passado sugere a compreensão do Twitter como um campo de batalha. Por meio dele se dão disputas pela regulação e administração dos passados, e no interior do qual estão situadas

perspectivas distintas e antagônicas veiculadas através de atores que ocupam lugares de enunciação assimétricos e que atuam de formas diferentes nessa disputa. O artigo pretende argumentar que o que está em jogo nesta batalha pelos sentidos e significados do passado da Independência é, antes, um conflito acerca dos mecanismos de organização e validação dos discursos (FOUCAULT, 2013). No nível mais radical da argumentação, é defendido que este é também um conflito acerca da “ordem do tempo” (HARTOG, 2014) pressupondo que, se experimentamos no século XXI reconfigurações no tempo histórico moderno (ARAÚJO; PEREIRA, 2017), este processo está em disputa; que ele não se desenrola de modo abstrato acima de nossas cabeças e que, atravessados por relações desiguais de poder, estamos diariamente construindo-o através de nossos atos. Neste artigo, essa questão será desenvolvida através da análise dos usos do passado da nova direita, do bolsonarismo e do movimento monarquista (considerando duas de suas vertentes), entendidos enquanto atores investidos neste conflito (representados no grafo pelo *cluster* marrom).

Num primeiro momento, o artigo reconstitui um diagnóstico de certo modo estabelecido sobre a situação da historiografia na sociedade contemporânea, destacando a importância da transformação nas noções do público consumidor e produtor de histórias. Em um segundo momento, analisa um dos sentidos dos usos do passado imperial efetuados pelas novas forças de direita no Brasil contemporâneo, a reivindicação de narrativas sobre o protagonismo de princesas imperiais na história do Brasil, evidenciando de que modo se pode dizer que estes usos expressam uma disputa pela ordem do discurso (FOUCAULT, 2013) e pela ordem do tempo (HARTOG, 2014). Na sequência, aprofunda a investigação sobre a relação destas novas forças de direita com o passado imperial, para defender a hipótese de que o uso desse passado não é acidental ou apenas instrumental, mas está articulado substancialmente com suas práticas e projetos políticos. Ao longo do artigo, é sugerido como estas novas forças de direita atuam como um vetor de força para definir o estatuto do passado e habilitá-lo enquanto uma categoria temporal privilegiada como guia do conhecimento e da ação (em um contexto de crise da Nova República), e, quando possível, são indicadas as implicações desta disputa pela redefinição do tempo histórico para o lugar ocupado pela historiografia na sociedade contemporânea. Por fim, em um tom mais prescritivo, o artigo defende importância de historiadoras e historiadores estarem atentos e preparados para os eventos comemorativos do Bicentenário da Independência em 2022, entendido enquanto um momento decisivo para a definição dos rumos destes conflitos.

A disputa pela partilha da autoridade sobre o passado

A rede das interações no Twitter sobre a Independência do Brasil manifesta uma conjuntura marcada pela profusão de uma multiplicidade de vozes sobre o passado brasileiro, que, se não são, evidentemente, uma novidade, conquistaram por sua própria força e por mudanças significativas da sociedade, e em meio a resistências e silenciamentos, uma maior visibilidade e capacidade de serem ouvidas no Brasil contemporâneo. Este fenômeno, dito a grosso modo, é fruto de uma ampliação das condições de se aprender e produzir história no início do século XXI (ARAÚJO, 2017), estreitamente ligado a, pelo menos, dois fatores. O primeiro diz respeito a recentes transformações na esfera tecnológica que têm facilitado o acesso ao saber histórico e, sobretudo, que têm incidido na estrutura do modelo de comunicação “emissor-meio-receptor”, característica dos serviços de *broadcast* e *mass media* do século XX. O desenvolvimento da Web 2.0, no início dos anos 2000, e a crescente digitalização da vida (com a centralidade dos *smartphones* e das plataformas de mídias sociais nessa experiência) representou uma transformação na dinâmica dos sistemas de comunicação porque esta mudança de “meio” produziu efeitos sobre o “receptor”, dado que a ele foi concebido um pacote de ferramentas para que pudesse ser, ao mesmo tempo, autor e difusor de seus próprios conteúdos (é preciso que se diga, no entanto, que este modelo de compreensão das relações de comunicação já era passível de crítica e ressalvas antes da Web 2.0, dado o caráter “criativo” das recepções mesmo quando a relação é unilateral). Assim, o surgimento, ampliação e fortalecimento de um “público gerador de histórias” têm complexificado a relação entre os historiadores(as), a historiografia e suas audiências, subvertendo as lógicas de produção e circulação de narrativas sobre o passado, quando não tem colocado em questão os próprios modos de legitimação do conhecimento e a noção instituída de autoridade (MALERBA, 2017).

O segundo fator corresponde a uma relativa abertura dos espaços oficiais de saber, por meio de políticas de ação afirmativa (Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012) e pela ampliação do ensino superior público e privado pelo país (em parte através do programa REUNI, instituído por meio do Decreto 6.096, de 24 de abril de 2007), a grupos subalternos que deste espaço foram historicamente excluídos (processo também amparado pelo aprimoramento do Fundo de Financiamento Estudantil, FIES, a partir de 2010). Neste caso, estas transformações são conquista de uma longa e árdua luta de movimentos sociais, do movimento negro e indígena. Em parte, também são fruto de uma conjuntura política mundial favorável que possibilitou investimentos em educação

e que promoveu políticas de redistribuição e reconhecimento, cuja expressão em nosso continente ficou conhecida como a “onda rosa” da América Latina. Sob essas transformações o espaço universitário expandiu e sofreu uma mudança no perfil dos estudantes, com o ingresso de atores que por muito tempo tiveram o conhecimento sobre suas próprias experiências custodiados por certo perfil particular de figura do saber.

No caso da historiografia, as alterações na legislação nacional de educação que tornaram obrigatório o ensino de história e cultura africana, afro-brasileira, e dos povos indígenas do território brasileiro (Lei 10.639/03, alterada posteriormente pela Lei 11.645/08) também tiveram responsabilidade nesse processo. Elas forçaram transformações nas matrizes curriculares dos cursos de ensino superior em História, fazendo com que se incluíssem neles outras bibliografias, que se repensassem suas estruturas de organização, que se demandassem alterações nos quadros dos corpos docentes, e que fosse reconhecido por estes espaços oficiais de saber a legitimidade de outras formas de produção de conhecimento.

Uma das características mais significativas dessa relativa democratização das condições de se produzir histórias é que tanto o espaço universitário como o digital foram aos poucos abrindo espaço e dando ouvidos a uma crítica contundente à falta de representatividade (em termos políticos e cognitivos) dos saberes, epistemologias e institucionalidades oficiais, do caráter supostamente universal da historiografia disciplinar e do moderno conceito de história que a sustenta (RUFER, 2010). Djamilia Ribeiro afirma, sobre o levante destas vozes e o rompimento de um silêncio secular, que “o que se quer, acima de tudo, é quebrar com o discurso autorizado e único [...] lutar para romper com o regime de autorização discursiva”, com a “matriz de autoridade que construiu o mundo [moderno] como um evento epistemicida” (RIBEIRO, 2019, p.86, p.69, p.84). Assim, a contestação dos limites dos singulares coletivos herdados da modernidade para se compreender experiências europeias e não-europeias faz o século XXI desdobrar-se como uma época de pluralizações (HARTOG, 2017). Surgem desse movimento, por exemplo, projetos de descolonização, racialização, generificação do conhecimento histórico, os quais apontam para uma crise da condição da historiografia enquanto um saber superior que se coloca acima das particularidades.

Coincide com esse fenômeno, a conquista de visibilidade também de outras vozes que por um tempo estavam relegadas a uma posição *underground*, que se situavam mais à direita da direita, que excediam o eixo político-partidário sobre o qual orbitava a política institucional no Brasil até pouco tempo (CARVALHO, 2000). Estas

ideias que marchavam no silêncio (SANTOS, 1962), para mencionar o título do livro do líder do movimento monarquista patrianovista Arlindo Veiga dos Santos, sobre o qual se falará mais adiante, conseguiram impor-se, passando por cima do receio de vinculações de qualquer posicionamento de direita com o regime da ditadura militar, extremamente negativo na percepção social da década de 1990 e no começo dos anos 2000. Este conjunto de ideias, que combina articuladamente conservadorismo político e um liberalismo radical na economia (CÊPEDA, 2018), foi designado pela alcunha de “nova direita” (ARANTES, 2013), e sua marca mais relevante, para além das novidades e distinções ideológicas internas, é o consenso em torno do projeto de ruptura com a Constituição de 1988, compreendida como responsável pela permanência do país em condição de “atraso” (ORLEANS E BRAGANÇA, 2019).

As origens desta “nova direita” foram identificadas na formação de “contrapúblicos digitais” por volta do ano de 2006 (ROCHA, 2019), impulsionados pelos escândalos de corrupção do Partido dos Trabalhadores então governo no país. A possibilidade de sua inserção no *mainstream* da política, contudo, só se deu a partir do desenrolar das manifestações de 2013, que apontaram para os limites do sistema político firmado em 88, da desaceleração da economia brasileira e de outros acontecimentos, como o não reconhecimento da vitória eleitoral de Dilma Roussef em 2014 pelo partido perdedor, e o consequente controverso *impeachment* de Dilma. Por fim, a eleição de Jair Bolsonaro para a presidência em 2018, alçado à condição de representante dessas novas forças de direita, significou uma autorização de sua existência e uma inserção plena e explícita na vida pública brasileira (BARROS, 2018).

A maneira que esses discursos se posicionam diante dos espaços oficiais de saber (universidades, institutos de pesquisa públicos e de toda a sorte de narrativas oficiais que partem do Estado) também é a do rompimento com uma “matriz de autorização discursiva”, visando implodir um certo conjunto de autores, de conceitos e narrativas que, para eles, pertencem ao *establishment* do debate público. O autor do “Guia Bibliográfico da Nova Direita” (2017), o jornalista Lucas Berlanza, que é também membro do Instituto Liberal, diz em seu livro (prefaciado por Rodrigo Constantino) que:

Uma das características mais particulares desse 'novo' tipo de pensamento político, e do movimento que o orbita, é o fato de se fundamentarem em uma bibliografia filosófico-política e econômica toda especial, que não ocupa posição de protagonismo nas indicações didáticas tradicionais. (BERLANZA, 2017, p.11)

A empresa “Brasil Paralelo”, que comercializa por meios digitais bens culturais com finalidades formativas e políticas, representa, em parte, uma versão historiográfica desse processo. O grupo afirma o caráter independente de suas produções, alegando que isto proporciona a liberdade que desejam para revisar temas da história do Brasil e reverter um suposto processo de sequestro de “corações e mentes” pelo pensamento de esquerda no país (NICOLAZZI, 2019). O ponto de vista que assumem, desse modo, é o dos vencidos da política e sobretudo da cultura (pelo triunfo da Nova República na década de 1990). Não raro a “revisão” da historiografia nacional baseada neste conjunto *underground* ou *outsider* de autores mobilizado por essas figuras da nova direita recai em diversos esquecimentos, silenciamentos, negacionismos (ÁVILA, 2019).

De modo que, na contemporaneidade, uma autoridade intelectual comum é colocada em questão por diferentes forças intelectuais e políticas, e uma nova partilha da autoridade sobre o passado (quem pode falar sobre ele, em que circunstâncias, sobre o que efetivamente determinada pessoa pode falar, o que e quem deve ficar em silêncio) parece estar em disputa e esperando por ser estabilizada. Na ausência de um conjunto comum de critérios hierarquizadores das narrativas (entre mais ou menos verdadeiras, apropriadas, legítimas), que funcionaria como juiz das controvérsias político-intelectuais, uma guerra parece estar em curso. Nessas circunstâncias, argumentos de autoridade deixaram de ter operacionalidade. Nem mesmo a almejada autoridade dos argumentos parece surtir efeito. Em parte, é uma certa crise de confiança na ciência e na figura dos mediadores que tem servido de condição para esse estado de coisas. A situação parece estar à espera de um novo acordo entre velhos e novos produtores de histórias (entre os *youtubers*, os movimentos sociais e seus intelectuais, os jornalistas e os acadêmicos, os representantes de *think tanks*, organizações não governamentais e políticos) (ROQUE, 2019), que ordene de outra maneira “a parte que cabe a cada um” destes atores.

Em alguma medida, o acordo tem sido construído, de maneira difusa, pelo diálogo de intelectuais e docentes universitários negros e indígenas com os intelectuais e corpos docentes brancos das universidades; através de iniciativas das plataformas digitais de redes sociais para regulação dos conteúdos dos usuários (via verificação de perfis como aferição de autoridade, contratação de agências independentes de checagens de informação, suspensão de contas ou exclusão de postagens, etc.); passando por discussões sobre judicialização dos usos do passado em casos de negacionismo, por exemplo (AVELAR; VALIM, 2020). Inclusive o recente reconhecimento legal da profissão do historiador (Lei Nº 14.038, de 17 de agosto de 2020) pode ser considerado

enquanto uma movimentação significativa nessa partilha, ainda que de imediato seja difícil visualizar seus efeitos. Ao mesmo tempo, no interior deste novo arranjo entre velhos e novos produtores de histórias surge um agente não-humano, o algoritmo, construído em conformidade com interesses de grandes empresas de tecnologia, que já pode ser considerado como uma fonte de autoridade (ou que está em vias de se estabelecer enquanto tal) na relação da sociedade com o passado e com a história. Por outro lado, a partilha tem sido disputada, em grande parte, por meio dos próprios usos do passado, tal como exposto no grafo sobre a Independência do Brasil. É um fenômeno bastante diferente mas que, contudo, lembra o que Michel Foucault denominou como “procedimentos internos de controle dos discursos” (FOUCAULT, 2013, p.20), na medida em que são usos do passado que atuam como um modo de controlar os mecanismos de validação dos usos do passado de um modo geral.

A narrativa do protagonismo de princesas imperiais

Um dos sentidos do uso do passado imperial presente no grafo das interações no Twitter acerca do evento da Independência do Brasil em 2020 foi a mobilização de uma narrativa, por parte dos atores da nova direita, do bolsonarismo, e de monarquistas, que ressalta a participação de Maria Leopoldina de Habsburgo, esposa de Pedro I, no processo de emancipação política do país. Este não foi o sentido hegemônico do discurso veiculado por aquele grupo e nem existem indícios suficientes para acreditar que este será o sentido adotado oficialmente por este grupo para as comemorações do Bicentenário da Independência em 2022, uma vez que eles presidirão as comemorações oficiais do evento. Sua aparição e relativa profusão no interior desse grupo, no entanto, desperta inquietação, dada a manifesta posição anti-feminista que muitos destes atores assumem recorrentemente no debate público. Ao mesmo tempo, é uma oportunidade privilegiada para se pensar como a disputa pelo sentido da Independência também está investida em uma disputa pela partilha da autoridade sobre o passado. Para fins de reconstituição dessa narrativa que circulou, com algumas variações, na semana em que se situa a data da comemoração da Independência, pode-se citar a postagem de 2 de setembro de 2020 da deputada federal pelo PSL-SP, Carla Zambelli, do seu perfil da rede social Facebook:

Figura 2. Material das redes sociais da deputada federal Carla Zambelli (PSL-SP) publicado em seu “Facebook” no dia 2 de setembro de 2020.



Fonte: Disponível em: <<https://bit.ly/3oy6vtj>>. Acesso em: 01 fev. 2021.

O texto contido na imagem se refere a participação de Leopoldina na sessão do Conselho de Estado a 2 de setembro de 1822, convocada pela ocasião do recebimento das cartas das Cortes Portuguesas, instaladas após a Revolução do Porto, nas quais se determinava a prisão de José Bonifácio e a retomada do monopólio comercial em terras portuguesas na América. Na ausência de Pedro I na capital do Reino, uma vez que estava em uma viagem de teor diplomático em São Paulo, Leopoldina presidiu a sessão, convocada a pedido de Bonifácio, que tirou como posicionamento recomendar a seu esposo a emancipação política dos territórios americanos de Portugal. Segundo o material das redes sociais de Zambelli, Leopoldina teria assinado um suposto “decreto da Independência”, medida que ganha certa concretude e comprovação com a evocação ao fundo do texto da pintura à óleo de Georgina de Albuquerque, “Sessão do Conselho de Estado”, datada de 1922, na qual Leopoldina é representada segurando nas mãos alguns papéis. Segundo Paulo Vicentis (2015), estudioso da respectiva pintura, esses papéis, como pode sugerir o material da deputada federal, não seriam algum decreto recém-assinado (cuja existência, ao que tudo indica, é passível de contestação), e sim as próprias cartas recém-chegadas de Portugal.

Esta é uma narrativa que está presente também, com algumas modificações factuais mas com o mesmo sentido, no quarto episódio, “Independência ou Morte”, da

série “Brasil, a Última Cruzada” (2018) da empresa Brasil Paralelo. Neste episódio, a tradicional narrativa do Grito do Ipiranga é entrelaçada por uma sobre a grandiosidade intelectual de José Bonifácio e a consciência e tato para a política de Leopoldina. Tendo em vista o destaque para a participação da Princesa na Independência, a narrativa inicia, num tempo mais remoto, acentuando a especificidade da formação política das princesas da família Habsburgo direcionadas para a “arte de governar”; mais à frente, passa pelo entrosamento político e intelectual entre Leopoldina e Bonifácio na articulação pela permanência de Pedro I nas Américas, resultando no chamado “dia do Fico”, em 9 de janeiro de 1822; para chegar na iniciativa da então Princesa Regente de convocar uma sessão do Conselho de Estado assim que chegam as cartas das Cortes portuguesas, tendo como auge da narrativa a assinatura de uma suposta ata da reunião do Conselho em que se decidia pela Independência. Como assevera no vídeo o palestrante Bertrand de Orleans e Bragança (no grafo, @sairdombertrand, bem acima no *cluster* marrom), descendente da família imperial e líder da causa monárquica no Brasil, o ato determinante de Leopoldina teria sido apenas ratificado por seu marido, Pedro I.

O principal perito convidado pelos produtores da série para falar sobre a participação de Leopoldina na Independência do Brasil foi Paulo Rezzutti, escritor, membro titular do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e autor de uma série de livros chamada “A história não contada”, composta pela biografia de diversas figuras da família imperial brasileira. Rezzutti devotou um livro inteiro à vida de Leopoldina, publicado primeiramente em 2017, cujo subtítulo da obra expressa o nível da importância reconhecida pelo autor da participação da Habsburgo nos destinos do país: “A mulher que arquitetou a Independência do Brasil”. A obra é composta por uma reconstituição da vida da austríaca tendo como base bibliografia secundária, temperada com uma análise de fontes primárias, de diários e cartas trocadas por Leopoldina com familiares, membros da corte e com o marido, cartas essas que já haviam passado, ao menos parcialmente, pelo escrutínio de Carlos H. Oberacker Jr. na até então principal biografia produzida sobre Leopoldina, “A Imperatriz Leopoldina”, datada de 1973.

O livro de Rezzutti, assim como, em parte, o de Marsilio Cassotti (2015), se erige sobre um sentido disponível sobre a vida de Leopoldina, que a despoja da imagem de mera esposa martirizada e “mãe dos infelizes” (TESSITORE, 2020), ordenando, dando forma e consistência a narrativa de seu “papel político” na história do Brasil. A sua participação no processo de Independência (como “inspiradora” de D. Pedro I ou mesmo efetiva líder do processo) acaba por significar retrospectivamente outros momentos de sua vida. Assim como já havia sido defendido por Fleiuss (1930), ela

passa a ser considerada, por exemplo, uma peça chave também na articulação pela permanência de D. Pedro no Brasil. Sobre este aspecto, diz Rezzutti (2020, p.207) que: “o 'Fico' dela foi anterior ao do marido”, no sentido de que ela estaria antes dele mais resoluta e convicta pela decisão de continuarem sua estadia na América, de que até um certo momento ela estava “mais decidida pelo Brasil e pelos brasileiros do que D. Pedro”. Sobre a dimensão política da vida de Leopoldina, Rezzutti também foi responsável por entoar uma outra narrativa bastante sensível para o momento político pelo qual passava o Brasil no começo da segunda década do século XXI.

Em abril de 2013, antes da elaboração da sua série de livros, Paulo Rezzutti em um texto publicado na revista *História Viva* já veiculava a narrativa sobre Leopoldina acentuando, no entanto, o fato de ela ter sido, pela sua nomeação à condição de Princesa Regente, a primeira governante do Brasil. Nas palavras do autor:

Ao contrário do que alguns imaginam, a atual presidenta Dilma Rousseff não é a primeira mulher a governar o Brasil. Em agosto de 1822, enquanto D. Pedro viajava para São Paulo, onde proclamaria a independência, D. Maria Leopoldina, sua esposa, chefiava o Conselho de Estado que viria a recomendar a dissolução dos laços políticos que nos uniam a Portugal. (REZZUTTI, 2013, p.34)

Segundo esta narrativa que Rezzutti sustenta, a primeira mulher eleita como governante no Brasil seria, na verdade, realocada para a posição de, no mínimo, terceiro lugar. Antes dela estaria também a Princesa Regente Isabel, neta de Leopoldina. Neste uso do passado que enfatiza o protagonismo de mulheres da família imperial, vez por outra, é somada à narrativa de Leopoldina a narrativa da abolição da escravidão no Brasil conduzida pela Princesa Isabel. Na biografia sobre D. Pedro II, pai da protagonista em questão, Rezzutti (2019) demonstra os esforços de Isabel em não ser uma simples substituta de seu pai no trono, como fez nas duas regências anteriores, em que não chegou a interferir diretamente na condução dos negócios do Estado. No sentido oposto, desta vez “D. Isabel, em diversas reuniões com o presidente do conselho, externou suas preocupações quanto à demora de uma lei ampla e irrestrita” (REZZUTTI, 2019, p.388) que poria fim ao regime de trabalho escravo. Quando da mudança da equipe do ministério devido a uma crise interna, a sua atuação teria sido decisiva na recusa da indicação do barão de Cotegipe, rompendo com a tradição de seu pai de acatar com indicações, em prol da escolha de um chefe de gabinete favorável ao seu anseio pela extinção da escravidão.

No boletim bimestral “Herdeiros do Porvir”, datado dos meses de novembro e dezembro de 2012, pertencente a Associação Pró-Monarquia, a principal organização monarquista do país, chefiada por descendentes diretos dos Bragança, como o supracitado Bertrand, relata-se a conferência “A influência das Princesas Leopoldina e Isabel no Império Brasileiro” proferida por Clotilde de Lourdes Branco Germiniani, membro da Academia Paranaense de Letras e da Academia de Cultura de Curitiba, no sábado de 1º de setembro, daquele ano, num evento em Curitiba, intitulado o “Sábado Imperial: Encontro dos 190 anos da Independência”, organizado por uma tradicional agremiação da capital paranaense, chamada “Clube Curitibano”, e pela “Frente D. Pedro II”, uma associação de monarquistas da cidade. Segundo o relato do boletim, Germiniani teria afirmado no decorrer de sua exposição que, diante da importância dos fatos conduzidos por D. Leopoldina, “deveríamos comemorar nossa Independência em 2 de setembro e não no dia 7, quando D. Pedro recebeu o correio informando da decisão tomada na Capital” (2012, p.7). Após acrescentar os feitos de D. Isabel no processo de abolição da escravidão, Clotilde Germiniani teria arrematado dizendo que “os dois fatos mais importantes do período Imperial — Independência e Abolição — foram obra das duas Princesas (avó e neta)” (2012, p.7).

A combinação de todos os elementos expostos no sentido do uso do passado aqui delimitado atinge sua formulação mais bem-acabada em um *tweet* de 15 de novembro de 2019 feito por Abraham Weintraub, à época Ministro da Educação do governo de Jair Bolsonaro. O *tweet* foi um desdobramento de uma série de *tweets* anteriores que colocavam em dúvida o suposto avanço para o país que teria sido a queda da monarquia, e que denunciavam a Proclamação da República como um golpe de Estado.

Figura 3. Material publicado pelo ex-Ministro da Educação em 15 de setembro de 2020 em seu perfil na plataforma digital Twitter.



Fonte: Disponível em: <<https://bit.ly/3tnSWAn>>. Acesso em: 01 fev. 2021.

Ao assumir um tom claramente anti-feminista, é evidente que o que está em jogo neste uso do passado da Independência e da Abolição não é uma disputa tão somente narrativa, pela reescrita da história do Império do Brasil (colocando avó e neta como decisivas agentes de transformação). A inclusão da agência das Princesas nos marcos de ferro da narrativa nacional atua no sentido de neutralizar, por meio de uma suposta assimilação, diversas demandas político-intelectuais, postas como vetores de força na disputa pela partilha da autoridade sobre quem pode falar sobre o passado. São demandas por outras narrativas sobre o lugar da mulher na sociedade brasileira, mas principalmente pela ampliação das vozes de mulheres na historiografia. Em última instância, é um uso do passado que pode contribuir para silenciar posturas mais contundentes de crítica da disciplinarização e profissionalização do conhecimento histórico como um processo de masculinização dos discursos válidos sobre o passado (SMITH, 2003).

Poderia se dizer também, se não for extrapolar os limites da interpretação, que essa é também uma disputa pela ordem do tempo, no sentido de que há uma defesa do

pertencimento das experiências da história a certas categorias temporais, uma batalha pela definição das fronteiras temporais. A demonstração, via texto e imagem, de que no passado às mulheres era dado o poder de decidir os rumos da sociedade contribui para desestabilizar a posição de que a libertação das mulheres é um feito a ser conquistado no presente. O *tweet* de Weintraub tenta produzir um certo curto-circuito na atualidade da luta de mulheres por participação na política, demonstrando como essa posição é anacrônica e baseada no desconhecimento da história do seu país. Seria como se o reconhecimento da participação de Leopoldina e Isabel nos grandes feitos do século XIX bastasse para dizer que a emancipação das mulheres já aconteceu (ou nunca foi uma grande questão). Não caberia nada fazer a mais no presente, muito menos a se projetar no futuro.

Indo além, a demanda neutralizada por assimilação também é a de uma outra noção de tempo, que corresponda de um modo mais genuíno com a experiência das mulheres. A inclusão da agência das princesas imperiais acaba também por manter intactas os marcos temporais da narrativa do Estado-nação, que, ritmada pelas transformações de caráter político-institucional, pela mudança de regimes políticos, diz muito pouco sobre a experiência de repetição das relações de dominação de gênero, de exploração e exclusão, que fazem com que o hoje seja sempre vivenciado como ontem (sem que haja grandes mudanças qualitativas entre passado e presente). Diante da imposição das categorias temporais a partir das quais pensam o mundo, é como se o tempo não pertencesse às mulheres, para retomar as palavras de Julián Fuks no prólogo ao livro “Jamais o fogo nunca”, de Diamela Eltit (2017). Ao reivindicar elaborações sobre o passado colonial e imperial, as novas forças de direita defendem a manutenção dos quadros temporais da história nação, fundamentada no conceito moderno de história (KOSELLECK, 2006), de acordo com o qual passado e presente se diferem radicalmente.

Mesmo que não possa ser resumido a mero diversionismo ou “cortina de fumaça” (ainda que em alguns momentos ele tenha esse efeito também) esse uso do passado imperial pela nova direita, pelo bolsonarismo e pelo movimento monarquista é, em alguma medida, instrumental. Como se tentou demonstrar, ele serve como ferramenta em uma disputa política presente. No caso, a narrativa sobre o protagonismo de princesas imperiais brasileiras oferece elementos para um certo uso possível do passado da Independência, cujo sentido, ambíguo, atua para, em alguma medida, enfraquecer e desautorizar forças políticas que lutam para uma inclusão plena das mulheres na sociedade brasileira. É possível entrever, no entanto, como essas forças de

direita se relacionam com o passado imperial de um modo mais substancial, articulando suas práticas e projetos a essas experiências, disputando este passado como parte também do futuro. A crise política pela qual passa o Brasil na segunda década do século XXI (SAFATLE, 2017) colocou o passado como uma saída possível para os impasses e questionamentos colocados pelo menos desde 2013 ao sistema político pactuado em 1988.

O Tempo Saquarema irrompe das entranhas da Nova República

A pactuação republicana de 1988, gestada na transição da ditadura militar brasileira para uma democracia liberal, além de uma grande acomodação de diversos grupos políticos conflitantes (que convergiram em direção a uma refundação do país), compreendia, simultaneamente, um arranjo temporal, uma negociação acerca da memória social sobre o passado nacional (NAPOLITANO, 2015). Em nome da liberdade e da paz, tão ameaçadas no período ditatorial, a Nova República foi se construindo, no âmbito das percepções coletivas, como um novo tempo, projetado para o futuro, em que todas as mazelas do passado (de um modo geral, não só da ditadura) estariam numa posição de serem potencialmente erradicadas (e esquecidas). A Constituição de 88 deu esperanças de que havíamos, ao menos virtualmente, rompido com o fardo de nossa história (PINHA, 2017).

Esta rígida fronteira temporal construída em 1988, que fazia com que o passado não fosse mais percebido tanto como parte de nosso presente porque estava em vias de superação, foi se esboroando, se tornando mais porosa, na medida em que o edifício desta mesma democracia liberal pactuada na transição começou a ser desacreditado por diversos grupos sociais (por razões às vezes semelhantes, mas com interpretações e projetos bastante diferentes). Desta forma, 2013 talvez possa ser compreendido simbolicamente também como um momento de crítica e suspensão dos pactos sobre a ordem do tempo. Desde então, o presente tem sido instado a conviver diariamente com diferentes símbolos, figuras e narrativas deste passado antes visto como arcaico e agora disputado como carregado de atualidade, como possibilidade de futuro, capaz de solucionar os problemas do país, tirá-lo da crise política, restituindo, por fim, a existência da crença em um futuro próspero e comum a todos. Gastão Reis Pereira, um economista de formação, empresário e palestrante convidado da empresa Brasil Paralelo, cuja militância pela causa monárquica ocorre desde a época do Plebiscito de 1993, defende a contemporaneidade dos dispositivos presentes na

Constituição de 1824 diante da crise política presente na segunda década do século XXI.

Assevera o autor:

O Brasil precisa, com urgência, tirar proveito de nossa herança parlamentarista monárquica, que continua à nossa disposição em nossa Família Imperial. Não podemos manter na prateleira instituições que continuam atuais e são capazes de pôr ordem na tumultuada Avenida Brasil. (PEREIRA, 2017, p.337)

Os militantes do movimento monarquista podem até expressar uma relação saudosista com o período imperial (nostálgicos, talvez, com a possibilidade de se crer nas promessas da modernidade do século XIX), mas seria muito pouco reconhecê-los apenas como uma espécie de “fóssil vivo”, um corpo meramente anacrônico e estranho cujas crenças que o dão sustentação estão desconectadas do tempo presente. O trecho acima elucidado como eles são movidos, sobretudo, por um claro diagnóstico sobre a falência do sistema político brasileiro, como também por uma solução concreta para a crise gerada. Já em 1993, sob o contexto de denúncias de corrupção e descontrole inflacionário procedentes dos governos Sarney e Collor, a opção pela monarquia, em conformidade com o lema de campanha “Voto Rebelde é na Monarquia” (CARVALHO, 2018), se apresentava como a canalização de um sentimento de insatisfação e descrença com o conjunto de instituições e regras que regem a nossa democracia liberal (SALLES, 2013).

Para os monarquistas, a crise da Nova República seria somente mais uma expressão do sistema corruptor, oneroso e ineficiente instaurado no Brasil, por meio de um golpe, em 1889 (SANTOS, 1992). Sendo este sistema político pactuado em 1988 percebido, na sua essência, como regido pela máxima de São Francisco -“é dando que se recebe” - são transpostas para toda a história republicana, como se fossem inerentes à própria forma de governo republicano-presidencialista, práticas políticas, às vezes criminosas, às vezes legais (mas nem por isso menos condenáveis moralmente), de cooptação de bases parlamentares para a criação de condições de “governabilidade”, próprias do chamado “presidencialismo de coalizão”. Segundo a frase de um dos republicanos arrependidos do fim do século XIX (Ruy Barbosa), várias vezes citada pelos monarquistas do presente, se no Império o Parlamento era visto como uma “escola de estadistas”, na República ele teria se tornado uma grande “praça de negócios” (SANTOS, 1992).

A proposta de restauração da monarquia surge neste cenário como uma forma possível de ampliação da capacidade da sociedade de exercer controle sobre o mundo

dos políticos profissionais (PEREIRA, 2017). A restauração de estruturas políticas do passado imperial, da época do Segundo Reinado, sobretudo do Poder Moderador, forneceria instrumentos que reprimiriam os vícios do sistema e instaurariam um ambiente de vigilância e retidão moral, que teria como guia e exemplo a figura íntegra e suprapartidária do Imperador. O monarca teria como função “proteger o povo do governo”, e de orientar os destinos do país estimulando políticas de longo prazo, para além do ritmo de apresentação de resultados de 4 em 4 anos (SANTOS, 1992). Desse modo, ele seguiria o lema dos saquaremas do século XIX segundo o qual o imperador “reina, governa e administra”, e não é apenas um adereço simbólico aos moldes da monarquia britânica (MATTOS, 2017).

A causa monárquica expressa, nesse sentido, uma frustração com as expectativas que a República construiu sobre si mesma (desde fins do século XIX) e que nunca foram plenamente cumpridas, mas assume na segunda década do século XXI um traço particular de crítica ao “pemedebismo” (NOBRE, 2013), entendido enquanto uma cultura política instaurada na origem da agenda de 1988 que progressivamente tem se incrustado no sistema político, construindo, em nome do princípio de governabilidade, uma autonomia da classe política diante da sociedade, uma blindagem diante dos seus anseios e inclusive das vontades expressas pelas urnas. De acordo com Nobre (2013), o “pemedebismo” funcionaria como uma força que controla e administra a direção e ritmo dos rumos da sociedade independentemente dos projetos políticos eleitos pela população através do sufrágio. Nesse sentido, o “pemedebismo” geraria um resultado similar ao que se chamou de fenômeno da “pós-política” nas democracias liberais vigentes no mundo pós queda do Muro de Berlim (MOUFFE, 2015), termo que designa uma condição de acordo com a qual uma determinada prática e discurso (a saber, uma certa política econômica liberal) se tornou hegemônica a ponto de estabelecer limites indiscutíveis para onde podem ir as diferentes forças que compõem o espectro da política institucional (dissolvendo, de fato, o antagonismo característico da política).

É uma situação em que uma área fundamental dos projetos políticos é relegada para o domínio da “técnica” e da “ciência” e sobre a qual não há discussão e deliberação possível acerca de alternativas realmente diferenciadas. Reconhecidas as devidas diferenças entre os fenômenos, é possível observar que tanto o “pemedebismo” como a “pós-política” (que também pode ser visualizada no Brasil pré-Bolsonaro) geram uma crescente sensação de que o voto não tem valor, de que a política é feita por especialistas e profissionais que não têm compromisso com suas bases. O que produz,

ao fim e ao cabo, uma despolitização da política e um enfraquecimento da participação da sociedade na definição dos rumos do país. A proposta de restauração da monarquia no Brasil deve ser situada, portanto, como uma afronta a esse estado de coisas, crendo nos efeitos inibidores e repressores do Poder Moderador. Este dispositivo seria capaz de garantir que a Política, em detrimento da “politicagem”, pudesse ser exercida.

A eficácia do discurso monárquico entre brasileiros no mínimo nos últimos 10 anos encontra a sua explicação, em grande parte, na capacidade que ele teve e têm de dialogar com os dilemas gerados pela crescente desconfiança da população no sistema político firmado em 1988 através acomodação de diversas forças políticas. A monarquia parlamentar à brasileira (isto é, com a imprescindível presença do Poder Moderador) seria composta por um arranjo político institucional capaz de garantir de fato o respeito à coisa pública, reconquistando a confiança da população na política e a esperança de que o país poderá fazer parte do conjunto das nações modernas. Portanto, a crítica dos monarquistas à (Nova) República não encaminharia, no fundo, para a destruição desse sistema, mas, sim, para uma via de seu aperfeiçoamento. É o sistema monárquico que criará um futuro realmente republicano, que fará a República ser Nova efetivamente. Para usar uma expressão do historiador João Camilo de Oliveira Torres (2017 [1964]), corrente entre monarquistas, é preciso que a democracia seja coroada para que ela tenha funcionamento no Brasil.

Um ensinamento, portanto, legado pelo passado. Para Gastão Reis Pereira (2017) o fracasso do Brasil enquanto nação moderna se deve ao abandono da compreensão própria de uma noção antiga de tempo e história de que é possível aprender com o passado. Diz ele que: “Ignoramos o alerta de Cícero, o grande orador romano, que nos falava sobre 'as lições do tempo e da experiência'” (PEREIRA, 2017, p.155), o que acabou por nos levar à adoção de um regime republicano-presidencialista estranho à nossa cultura, prescindindo de todos os acúmulos positivos de nossa tradição (monárquico-parlamentar). Seja por mera conveniência política ou por genuína convicção, a reivindicação do *topos* da *historia magistra vitae* (KOSELLECK, 2006) nos conflitos entre diferentes projetos políticos no Brasil contemporâneo definem as reconfigurações de nosso tempo histórico (depois do conceito moderno de história) e pressionam pela (re)introdução de características “pré-modernas” em nossa experiência do tempo.

Para os “monarquistas tradicionalistas” a autoridade que deve assumir o passado é ainda mais radical do que para os monarquistas parlamentaristas, aos quais nos referimos até então. Se, por um lado, a resposta monarquista ao “pemedebismo”

assume feições similares à agenda monarquista de 1993, existe uma novidade instaurada pela crise política da segunda década do século XXI que é o reconhecimento e prevalência de uma “ala ultramontana da bancada saquarema” (LOREDO FILHO, 2019, p.115) no tempo presente, composta por monarquistas anti-liberais, municipalistas, anti-constitucionalistas, defensores de um “Estado confessional”. Esta vertente, cuja principal organização é chamada de “Ação Orleanista” (WERK; MENUNNIZIER, 2020) reivindica uma continuidade com o movimento patrianovista dos anos 1930 no Brasil, concebido e liderado por Arlindo Veiga dos Santos (MALATIAN, 1990), inspiram-se na Ação Francesa e no Integralismo Lusitano (CAZETTA, 2012) e são de algum modo conectados ao conjunto de ideias de Olavo de Carvalho (BARRETO; SCANSANI, 2019)⁴.

Sua crítica ao sistema político da Nova República é mais radical na medida em que há uma recusa dos mecanismos de participação e representação política por meio da entidade e intermediação de um partido político, no lugar do qual seriam restituídas as corporações medievais a funcionarem como um certo contrapeso ao poder do monarca. O poder do Imperador também seria equacionado por uma restauração da relevância das instâncias de poder local. A centralização política seria equilibrada por uma descentralização administrativa radical (e são essas as razões que a difeririam a monarquia tradicional/orgânica das monarquias absolutistas). A crítica à Nova República, que visa, neste caso, a sua destruição, assume ao mesmo tempo um teor de crítica à modernidade, uma recusa da modernidade enquanto mundo desencantado e sem sentido (TEITELBAUM, 2020), diante da qual o Ocidente cristão possui a missão de superar a decadência da civilização, que não é somente política, mas também cultural e moral. Se para os monarquistas parlamentaristas ouvir o passado é uma forma de ingressar na modernidade, para os tradicionalistas o futuro deve ser o passado por ele mesmo.

No interior dessa vertente, o passado colonial e imperial brasileiro, mas também o passado mais profundo do catolicismo e da monarquia medieval dos tempos de Luís IX (das monarquias anteriores às monarquias absolutistas), oferecem elementos para a solução de uma crise existencial aguda (uma sensação de estar “fora do lugar”, de inadequação), entendida como efeito, entre outros fatores, do materialismo, do individualismo, do “democratismo”, da laicidade do Estado (secularização), próprios da vida moderna. Diz José Loredo Filho, proprietário da Editora Resistência Cultural, responsável pela produção de diversos livros *outsiders* da nova direita brasileira, incluindo o guia bibliográfico de Lucas Berlanza citado anteriormente, que enquanto os

monarquistas liberais estão preocupados com “o problema institucional brasileiro” - com o “presidencialismo atrofiado”, com o “centralismo asfíxiante” - os monarquistas “de perfil conservador”, por seu turno, estão preocupados com a “restauração intelectual, moral e espiritual da mentalidade católica, dentro da qual foi fundada este país” (LORÉDO FILHO, 2019, p.115). Os militantes deste movimento parecem, desse modo, reencenar algo como a Reconquista de Portugal ou uma nova Cruzada.

1889 – 1989

O movimento monarquista, por menor que seja em termos quantitativos e por menor que seja sua relevância na política brasileira (apesar de seu crescimento e visibilidade contemporânea), ocupa uma posição importante e estratégica nas disputas discursivas sobre o passado nacional. O arcabouço conceitual e narrativo gestado e protegido por esta tradição (RODRIGUES, 1988), costuma transitar, como em parte se mostrou em seção anterior, também entre a nova direita brasileira, mesmo por aqueles não propriamente defensores da restauração da forma monárquica de governo no Brasil. Mas há algo a mais. O passado imperial construído pela tradição monarquista parece, em alguma medida, animar e orientar também o projeto político da nova direita.

Lucas Berlanza, autor do “Guia Bibliográfico da Nova Direita”, é, mais uma vez, uma referência importante, neste caso para a compreensão da relação da nova direita “republicana” com o passado imperial. Ele escreve no texto “Uma concepção burkeana de Constituição e a questão monárquica brasileira”, publicado como coluna em 16 de novembro de 2016 no site do Instituto Liberal, que:

o resgate das nossas luzes monárquicas é muito válido e necessário para que o Brasil se reencontre consigo mesmo. Se meus amigos monarquistas estiverem certos, esse reencontro só se dará com seu retorno efetivo. Como não me atrevo a encampar essa tese tal como eles, fico na esperança de que, no sentido aristotélico, uma “República” de valor se instaure, com o efetivo império da lei, o que depende, na minha interpretação, sim, de que, ainda que não ressuscitemos aquela organização de Estado, revivamos em nós o espírito dos nossos melhores fundadores. (BERLANZA, 2016)

De acordo com sua concepção, o futuro do Brasil dependeria da reconexão da nação com seu passado imperial, com suas origens, com a sua tradição. Bernardo Ricupero (2010) reconhece que uma das características básicas do pensamento conservador, pelo menos desde Edmund Burke (uma das referências mais importantes para a nova direita brasileira), é a defesa da valorização do passado, da recuperação do

legado das gerações precedentes para, sobre ele, erigir a história de um país. De acordo com Ricupero, enquanto os “progressistas enxergam o presente como o início do futuro”, os conservadores optam por encarar o presente “como o estágio mais avançado alcançado pelo passado” (RICUPERO, 2010, p.2). Na continuidade de seu texto, Berlanza insiste na ideia de que é preferível que um país se desenvolva em continuidade com a sua formação histórica, que o acompanha desde o seu nascimento, em vez de lançar mão de “projetos autoritários que prefiram banir esse percurso e instaurar uma absoluta novidade a partir de uma quebra violenta” (BERLANZA, 2016).

Para o autor do livro “Parem de acreditar no governo” (2015), Bruno Garschagen, cientista político pertencente à nova direita, essa teria sido a obra dos republicanos brasileiros em 1889, que teriam destruído e sepultado “todo o capital de experiência histórica, social e política do nosso Império” (GARSCHAGEN, 2016b). O passado aparece nessas formulações, portanto, como uma entidade diante da qual se deve respeito e obediência, que limita, condiciona caminhos possíveis, mas também no interior da qual uma nação encontra e garante o seu sucesso. Diante desse posicionamento, poderia se pensar se isto não é prescindir de uma marca crucial do conceito moderno de história e da noção de progresso, segundo a qual o passado é necessariamente inferior ao presente e ao futuro, devendo ser superado como condição de ingresso na modernidade.

Assentados em uma postura “anti-utopista”, o projeto político dos liberais-conservadores brasileiros é marcado por projeções em que o “horizonte de expectativa” não seria radicalmente diferente do “espaço de experiência” (KOSELLECK, 2006). A proposta de forma de governo ideal para o Brasil de Berlanza, por exemplo, “absorveria alguns aspectos da tradição do estilo monárquico-parlamentar fundante do país, sem regressar à monarquia e mantendo o Brasil uma República” (BERLANZA, 2016), por ele entender, seguindo os preceitos de Burke, que os 100 anos que experimentamos como República teriam transformado o nosso “tecido social” de tal modo que seria artificial um retorno absoluto ao passado do século XIX. Deste modo, na sua concepção o ideal seria restituir a figura de um “homem forte” como chefe de Estado, “remetendo à presença do Poder Moderador em nossa cultura política” (BERLANZA, 2016), e criar a figura de um primeiro-ministro, chefe de Governo, “removível por voto de desconfiança na Câmara dos Deputados” (BERLANZA, 2016). O deputado federal Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL-SP) já aventou esta negociação possível entre passado e presente na sua proposta de nova Constituição, na qual seriam restituídos, mantendo a forma republicana de governo, estruturas do passado imperial, como o Poder

Moderador, o Conselho de Estado, e um (inédito) terceiro “poder de veto”, chamado por ele de “Povo”⁵. Assim se estaria respeitando o princípio do conservadorismo de acordo com o qual as mudanças sociais desejadas “não podem quebrar a continuidade entre passado e futuro” (TORRES, 1968 *apud* GARSCHAGEN, 2016a, p.20).

Para Berlanza, se pelo menos este modelo conciliador não fosse adotado, já bastaria a direita brasileira reivindicar para si a herança dos políticos do Império, inspirar-se por ela, como se eles fossem tanto seus “herdeiros espirituais”, como continuadores de sua obra. O vulto dos construtores do Império, de nossos “pais fundadores”, de uma elite política extremamente qualificada e resolutamente comprometida com o interesse nacional, atravessaria os vivos para fortalecê-los e lembrá-los de sua missão, inscrevendo a práticas e projetos da nova direita na história, dando sentido a ela. Assim, a nova direita parece evocar sobre si um “espectro saquarema”⁶, reiterando a ideia, já aventada por pensadores conservadores como Gilbert Keith Chesterton e Roger Scruton, de que a democracia é um diálogo entre vivos e mortos (VILAR, 2019).

Neste sentido, se relação da nova direita com o passado imperial se mostra como necessária, isto acontece apenas porque os postulados burkeanos assim o exigem. Contudo, o período monárquico brasileiro parece possuir outra propriedade mais intrínseca (não só o fato de figurar enquanto a autoridade da tradição) que aproxima os liberais-conservadores (e também monarquistas) de si. Para eles, há uma compreensão de que um espírito liberal genuíno teria florescido no período imperial, um inicial incentivo para o desabrochar da iniciativa privada no país (GARSCHAGEN, 2015). Apesar da mentalidade um tanto intervencionista de D. Pedro II e de alguns de seus conselheiros políticos, o que teria legado alguns retrocessos ao longo dos anos, o período imperial, de acordo com essa narrativa, teria sido marcado por um reconhecimento por parte dos políticos e das autoridades de que o governo não deveria se intrometer nos negócios privados, de que caberia ao mercado ser o agente principal de regulação da economia, e não o Estado. Diz Garschagen (2015) que os republicanos com o seu golpe teriam não só abolido a forma monárquica de governo, mas, sobretudo, “a tentativa de desenvolver um governo representativo para delimitar o poder de cooptação pelo Estado patrimonial” (p.118). A Constituição de 1824 “propunha limites aos poderes de Estado, e não ao cidadão empreendedor” (ORLEANS E BRAGANÇA, 2019, p.274). Apesar da instituição da escravidão ser parte fundamental da sociedade brasileira do século XIX, período em que, inclusive, teria ocorrido um processo de

intensificação das lógicas de exploração⁷, para estes atores políticos é ainda possível que se afirme que:

foi no Império que tivemos a Constituição que mais defendeu a liberdade. Com a queda da monarquia, nosso Leviatã tupiniquim só pensou – por meio de um estamento burocrático – em se agigantar para cima das liberdades individuais com um espírito legiferante que não mais enxergava tradições, costumes, culturas, visões religiosas, ao passo que relativizava tudo. (VILAR, 2019, p.241)

Segundo Luiz Philippe de Orleans e Bragança (2019), uma certa concepção do papel Estado na sociedade teria sido responsável por tolher nossas forças de trabalho e enfraquecer a nossa “sociedade empreendedora” (p.239), único meio capaz de genuinamente promover a prosperidade de um país. Os modelos interventores de Estado do século XX, a começar pela Constituição de 1889 e atingindo seu ápice na Constituição de 1988, teriam relativizados direitos e valores fundamentais (como o direito irrestrito à propriedade, à liberdade ao trabalho), ceifando a capacidade produtiva do país e tirando-o do rumo certo que supostamente vinha desempenhando no período imperial.

O vislumbre de um novo futuro de prosperidade e avanços é possibilitado pelo conhecimento do passado imperial; um “historicismo” por meio do qual é possível desnaturalizar o estado de coisas presente: “resgatar os aspectos da monarquia é entender que o Brasil não estava determinado a ser o que é hoje” (VILAR, 2019, p.242). O sucesso da República e de sua elite oligárquica residiria, em parte, no apagamento deste passado de liberdade próprio do período imperial, no apagamento das “heranças de nossas conquistas”, procedimento que seria o primeiro passo para o estabelecimento da tirania. Assim, o saber histórico não ofereceria somente lições para o presente⁸, mas ampliaria o nosso “horizonte de consciência”, fazendo-nos compreender “como aqui chegamos” (VILAR, 2019, p.239). Esta noção, legada pelo estudo do passado, de que o Brasil é um país atrasado porque sofreu um descaminho com a República, que o afastou da possibilidade de ser orientado, de fato, por princípios genuinamente liberais, está, de algum modo, colocado no plano de governo de 2018 de Jair Bolsonaro, na parte de que trata do liberalismo econômico. Está escrito no plano que:

As economias de mercado são historicamente o maior instrumento de geração de renda, emprego, prosperidade e inclusão social. Graças ao Liberalismo, bilhões de pessoas estão sendo salvas da miséria em todo o mundo. Mesmo assim, o Brasil NUNCA adotou em sua História Republicana os princípios liberais. Ideias obscuras, como o dirigismo, resultaram em inflação, recessão, desemprego e corrupção. (TSE, 2018)

O estabelecimento de uma economia de mercado regida por uma doutrina liberal radical, entendida como a única autêntica, promessa do governo que representou o projeto destes liberais-conservadores, se apresenta, então, como uma espécie de reconexão com um tempo perdido, um reatamento de fios soltos da história, estabelecendo novamente estes laços com o Império. É curioso pensar que aniquilar toda a herança nefasta do século XX que ainda persistiria no século XXI brasileiro, mantida ainda vigente pela Constituição de 1988 (a Nova República seria uma continuação do século XX no século XXI), isto é, libertar-se do fardo do “estatismo”, signifique, para esses atores, um retorno ao passado. Ser contemporâneo do século XXI, deste mundo pós queda do Muro de Berlim, é, de algum modo, retornar ao século XIX, a uma condição em que não havia alternativas plausíveis ao capitalismo liberal clássico/ortodoxo. Os usos do passado imperial pela nova direita (e em parte pelo movimento monarquista) parecem atuar, deste modo, como um vetor de sincronização do tempo da nação brasileira (das sobrevivências do século XX) ao tempo do "capitalismo sozinho", sem rivais, do séc. XXI (MILANOVIC, 2020), que era também a condição do capitalismo no século XIX. Este estado naturalizado e autoevidente do capitalismo contemporâneo é também, em parte, o que possibilita a intensificação de suas lógicas de exploração e a destituição de direitos sociais fundamentais. Diante dessa situação, é difícil não pensar como Salles (2013), para quem a “nostalgia imperial” expressaria, no fundo, uma nostalgia pela escravidão.

Apontamentos finais

A desestabilização da ordem do tempo da Nova República, erguida sobre a promessa de rompimento com todo o passado de atraso, autoritarismo, exploração e violência, em nome de um futuro nunca antes experimentado, abriu espaço para que outras articulações entre as categorias temporais (passado, presente e futuro) fossem estabelecidas por projetos políticos alternativos, de modo que a crise política pela qual passa o país desde pelo menos 2013 é também atravessada pelo conflito entre diferentes políticas de tempo (MUDROVIC, 2019). A ampliação das condições de produção de histórias, em parte resultado e em parte causa da crise do sistema de mediadores, também tem colocado em questão qual é o estatuto que o passado, o presente e o futuro devem assumir na produção do conhecimento histórico. Existe uma relação entre a disputa pela partilha da autoridade sobre quem pode falar sobre o passado (ordem do

discurso), e a partilha da autoridade das categorias temporais que organizam e guiam nossa experiência (ordem do tempo) que tentou-se sugerir ao longo do artigo.

A entrada em cena de outras vozes à direita da direita no Brasil contemporâneo correspondeu também a uma aposta no passado enquanto categoria temporal proeminente a oferecer orientação para a sociedade. No caso dos monarquistas tradicionalistas o retorno ao passado se dá sob uma afirmação cabal da arcaicidade (da “Terra de Santa Cruz” como tal), enquanto que para monarquistas parlamentaristas e para liberais-conservadores a relação entre tradição e modernidade é negociada. Em qualquer um dos casos, estes projetos políticos parecem operar através de certas noções de tempo que, ao conferir ao passado um estatuto especialmente positivo, em alguns sentidos diferem-se das características fundamentais do conceito moderno de história, o qual marcou a experiência política no século XIX e XX. Este não deveria mais ser sacrificado em nome do futuro. A não ser em casos como o do uso do passado da Independência do Brasil e da Abolição da Escravidão com ênfase no protagonismo das princesas imperais, em que há um claro uso reativo de noções modernas de tempo, estas novas forças de direita parecem fazer parte de um movimento mais coletivo de mutações na nossa experiência do tempo e sobre o qual eles agem.

Em alguns momentos, a nova direita parece mobilizar, para criar sentido sobre si mesma, a própria metáfora espectral que usualmente vem sendo reivindicada para compreensão do tempo histórico contemporâneo (SAFATLE, 2018). Os seus postulados oriundos do pensamento conservador britânico parecem encaminhar para uma noção de história “mais espacial que temporal”, marcada mais pela coexistência de passado e presente do que pelas suas sucessões (RICUPERO, 2010). Tendo esses pontos em vista, e recuperando o nível mais radical da argumentação, se poderia dizer que a “revolução cultural conservadora” tão propalada por essas novas forças de direita possui um caráter autêntico (AGAMBEN, 2005) na medida em que seu sucesso implicaria não tão somente uma outra cronologia para a história do Brasil, mas uma alteração qualitativa na natureza do tempo histórico (moderno).

O bicentenário da Independência em 2022 será um momento crucial na distribuição da correlação de forças que organizam a disputa da partilha da autoridade sobre o passado. Em meio a uma situação de ampliação das condições de produção de histórias (entre velhos e novos agentes, meios analógicos e digitais, perspectivas eurocêntricas e decoloniais, atores situados em espaços oficiais ou subalternos de saber), e ambientada no contexto de decisivas eleições para cargo executivo a nível federal, será uma circunstância especial em que os usos do passado assumirão com

grande intensidade o caráter de ferramenta em uma disputa político-eleitoral. A disputa político-eleitoral estará permeada, ao mesmo tempo, por conflitos sobre as hierarquias das autoridades de saber, sobre a definição das fronteiras temporais, sobre, enfim, a autoridade das categorias temporais. É importante que historiadoras e historiadores estejam preparados para compreender a dinâmica que irá se instaurar, possibilitando uma intervenção a tempo e com propriedade nos debates que estão por vir.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. Tempo e História. Crítica do instante e do contínuo. In: _____. *Infância e História: Destruição da experiência e origem da história*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005

ARAUJO, Valdei Lopes de. O Direito à História: O(A) Historiador(a) como Curador(a) de uma experiência histórica socialmente distribuída. In: Géssica Guimarães, Leonardo Bruno, Rodrigo Perez. *Conversas sobre o Brasil: ensaios de crítica histórica*. Rio de Janeiro: Autografia, 2017, p.214; p.207.

AVELAR, Alexandre de Sá; VALIM, Patrícia. Negacionismo histórico: entre a governamentalidade e a violação dos direitos fundamentais. *Revista Cult* (site), setembro de 2020. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/negacionismo-historico/>>. Acesso em: 15 jan. 2021.

AVILA, Arthur de Lima. Qual passado usar? A historiografia diante dos negacionismos (artigo). In: *Café História – história feita com cliques*. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/negacionismo-historico-historiografia/>. Publicado em: 29 abr. 2019. Acesso: 6 jul. 2019.

BARRETO, André Assi; SCANSANI, Marcio (orgs.). *A Monarquia é Real*. Santo André, SP: Armada, 2019.

BARROS, Celso Rocha de. A história de dois azares e um impeachment. In: (Vários autores). *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BERLANZA, Lucas. *Guia bibliográfico da Nova Direita: 39 livros para compreender o fenômeno brasileiro*. São Luis – Maranhão: Resistência Cultural, 2017.

BERLANZA, Lucas. Uma concepção burkeana de Constituição e a questão monárquica brasileira. *Instituto Liberal* (site), 16 de novembro de 2016. Disponível em: <<https://www.institutoliberal.org.br/blog/uma-concepcao-burkeana-de-constituicao-e-questao-monarquica-brasileira>>. Acesso em: 15 jan. 2021.

BRASIL PARALELO. *Brasil: A Última Cruzada*. LHT Higgs Produções Audiovisuais LTDA, 2018. Disponível em: <<https://site.brasilparalelo.com.br/series/brasil-a-ultima-cruzada/>>. Acesso em: 15 jan. 2021.

CARVALHO, Andrezza. *"Voto Rebelde é na monarquia!"*: a disputa entre monarquistas x republicanos e parlamentaristas x presidencialistas no plebiscito de 1993. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a

conclusão do curso de Licenciatura em História ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

CARVALHO, Olavo de. A direita permitida. *Jornal Zero Hora*, Porto Alegre, 1 de julho de 2000. Disponível em: <<https://olavodecarvalho.org/a-direita-permitida/>>. Acesso em: 29 jan. 2021.

CASSOTTI, Marsilio. *A biografia íntima de Leopoldina: a imperatriz que conseguiu a independência*. São Paulo: Planeta, 2015.

CAZZETA, Felipe A. Charles Maurras e o surgimento do Integralismo Lusitano: teorias e apropriações doutrinárias. *Revista Cantareira*, edição 17, ju./dez, 2012.

CHALHOUB, Sidney. População e sociedade. In: CARVALHO, José Murilo de (coord.). *A construção nacional (1830-1889)*, volume 2. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

FLEIUSS, Max. A Paladina da Independência. In: FLEIUSS, Max. *Páginas de História*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

FUCHS, Christian. Twitter and Democracy: A New Public Sphere? In: _____. *Social Media: a critical introduction*. First edition. London: Sage, 2013.

FUKS, Julián. Prefácio. In: ELTIT, Diamela. *Jamais o fogo nunca*. Traduzido por Julián Fuks. Belo Horizonte: Editora Relicário, 2017. Disponível em: <medium.com/@relicarioedicoes/prólogo-de-julián-fuks-para-jamais-ofogo-nunca-de-diamela-eltit-b69b38ca3c48>. Acesso em: 21 dez. 2020.

GARSCHAGEN, Bruno. Em busca de um Conservadorismo Brasileiro. In: TORRES, João Camilo de Oliveira. *O elogio ao conservadorismo e outros escritos*. Curitiba: Arcádia, 2016a.

GARSCHAGEN, Bruno. Monarquista, graças a Deus. *Gazeta do Povo* (site), 16 de novembro de 2016b. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/colunistas/bruno-garschagen/monarquista-gracas-a-deus-0iv6ae12s332qtywps2qfyrlg/?ref=link-interno-materia>>. Acesso em: 15 jan. 2021.

GARSCHAGEN, Bruno. *Parem de acreditar no governo: por que os brasileiros não confiam nos políticos e amam o Estado*. Rio de Janeiro: Record, 2015.

HARTOG, François. *Crer em história*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2017.

HARTOG, François. *Regimes de Historicidade: presentismo e experiência do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

HERDEIROS DO PORVIR. Entrevista com o Príncipe Dom Rafael de Orleans e Bragança. São Paulo: *Pró-Monarquia*. Ano XVIII, n. 31, nov/dez, 2012, p.7.

LOREDO FILHO, José. Uma defesa da monarquia histórica. In: BARRETO, André Assi; SCANSANI, Marcio (orgs.). *A Monarquia é Real*. Santo André, SP: Armada, 2019.

- MALATIAN, Teresa Maria. *Os Cruzados do Império*. São Paulo: Contexto, 1990.
- MALERBA, Jurandir. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 37, nº 74, 2017.
- MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo (org.). *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2017
- MILANOVIC, Branko. *Capitalismo sem rivais: o futuro do sistema que domina o mundo*. São Paulo: Todavia, 2020.
- MOUFFE, Chantal. *Sobre o Político*. 1. ed. Tradução de Fernando Santos. São Paulo: Martins Fontes, 2015. 135p.
- MUDROVICIC, María Inés Mudrovcic. The politics of time, the politics of history: who are my contemporaries?, *Rethinking History*, 23:4, 456-473, 2019.
- NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, v. 8, n. 15esp., p.09-44, nov. 2015.
- NARLOCH, Leandro. *Guia politicamente incorreto da história do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Leya, 2012.
- NICOLAZZI, Fernando. Brasil Paralelo entre o passado histórico e a picanha de papelão. *Jornal Sul 21* (site), 7 de abril de 2019. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2019/04/2019-o-brasilparalelo-entre-o-passado-historico-e-a-picanha-de-papelao-por-fernando-nicolazzi/>>. Acesso em: 15 jan. 2021.
- NICOLAZZI, Fernando. O Brasil Paralelo produz História?. *Historiar-se* – via Youtube, (22 de março de 2019). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=R71LxS5FhD8>>. Acesso em: 15 jan. 2021.
- NOBRE, Marcos. *Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br). (2020). *Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação: pesquisa TIC Domicílios, ano 2019*. Disponível em: <<http://cetic.br/pt/arquivos/domicilios/2019/domicilios/>>. Acesso em: 02 jul. 2021.
- OBERACKER JR., Carlos H. *A Imperatriz Leopoldina*. Sua vida e sua época. 1ª edição. Ensaio de uma biografia. s.l.: Conselho Federal de Cultura, 1973. 493p.
- ORLEANS E BRAGANÇA, Luiz Philippe de. *Por que o Brasil é um país atrasado? O que fazer para entrarmos de vez no século XXI*. 2. ed., São Paulo, SP: Maquinaria Studio, 2019.
- PEREIRA, Gastão Reis Rodrigues. *A Falência da Res Publica: ensaios e artigos em busca de um tempo perdido*. São Paulo: Linotipo Digital, 2017.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; ARAUJO, Valdei Lopes de. Reconfigurações do tempo histórico: presentismo, atualismo e solidão na modernidade digital. *Revista da Universidade Federal de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 23, n. 1 e 2, p.270–297, 2017. DOI: 10.35699/2316-770X.2016.2770. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistadaufmg/article/view/2770>. Acesso em: 20 dez. 2020.

PINHA, Daniel. Projetos de democracia em dissolução no Brasil desde 2016. In: GUIMARÃES, Géssica; BRUNO, Leonardo; PEREZ, Rodrigo (orgs.). *Conversas sobre o Brasil: ensaios de crítica histórica*. Rio de Janeiro: Autografia, 2017, p.217-248.

RECUERO, Raquel. O twitter como esfera pública: como foram descritos os candidatos durante os debates presidenciais do 2º turno de 2014? *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*. Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p.157-180, 2016

REZZUTTI, Paulo. *D. Leopoldina: a história não contada: a mulher que arquitetou a Independência do Brasil*. São Paulo: LeYa, 2020 [2017].

REZZUTTI, Paulo. Leopoldina, primeira governante do Brasil. *Revista História Viva*, ed. 114, abril de 2013, p.34-39.

REZZUTTI, Paulo. *Pedro II: o último imperador do Novo Mundo revelado por cartas e documentos inéditos*. São Paulo: LeYa, 2019.

RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

RICUPERO, Bernardo. O conservadorismo difícil. *Anais do 34º Encontro Anual da Anpocs*, de 25 a 29 de outubro de 2010, em Caxambu/MG.

ROCHA, Camila. “*Menos marx, mais Mises*”: Uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Ciência Política. Área de concentração: Ciência Política. Orientador Adrian Gurza Lavalle. - São Paulo, 2018.

RODRIGUES, José Honório. A historiografia monarquista. In: _____. *História da História do Brasil*. A historiografia conservadora. Vol. II, t. 1 e 2. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1988.

ROQUE, Tatiana. Intelectuais de internet chegam ao poder: a luta de classes do saber. *Le monde Diplomatique* (Brasil), ed. 138, Janeiro 3, 2019.

RUFER, Mario. La temporalidad como política: nación, formas de pasado y perspectivas poscoloniales. *Memoria y Sociedad*, Bogotá (Colombia), n. 28, 2010.

SAFATLE, Vladimir. Os espectros do tempo. *Folha de São Paulo*, 28 set 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vladimirsafatle/2018/09/os-espectros-do-tempo.shtml>>. Acesso em: 15 jan. 2021.

SAFATLE, Vladimir. *Só mais um esforço*. São Paulo: Três Estrelas, 2018.

SALLES, Leonardo Gaspar. *Nova Direita ou Velha Direita com Wi-Fi?* Uma interpretação das articulações da “direita” na internet brasileira. Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de

Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em Sociologia Política, Florianópolis, 2017.

SALLES, Ricardo. *Nostalgia imperial: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado* / Ricardo Salles. - 2. ed. - Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

SANTOS, Arlindo Veiga dos. *Idéias que marcham no silêncio*. São Paulo: Pátria-Nova, 1962.

SANTOS, Armando Alexandre dos. *Parlamentarismo, sim! Mas à brasileira: com Monarca e com Poder Moderador eficaz e paternal*. São Paulo: Artpress, 1992.

SMITH, Bonnie. *Gênero e História: homens, mulheres e a prática histórica*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

TESSITORE, Viviane. Pós-fácio: A primeira imperatriz do Novo Mundo. In: REZZUTTI, Paulo. *D. Leopoldina: a história não contada: a mulher que arquitetou a Independência do Brasil*. São Paulo: LeYa, 2020 [2017].

TORRES, João Camilo de Oliveira Torres. *A democracia coroada: teoria política do Império do Brasil*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2017 [1964].

TSE. *Brasil acima de tudo, Deus acima de todos*. 2018. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/propostas-de-candidatos>>. Acesso em: 28 dez. 2020.

VICENTIS, Paulo de. *Pintura histórica no Salão do Centenário da Independência do Brasil*. Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Filosofia do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, São Paulo, 2015.

VILAR, Luis. Pós-fácio. In: BARRETO, André Assi; SCANSANI, Marcio (orgs.). *A Monarquia é Real*. Santo André, SP: Armada, 2019.

WERK, Kauê; MENUNNIZIER, Renan. *Pátria-Nova: O Patrianovismo e a Resistência Monarquista sob a Ótica da Ação Orleanista*. Rio de Janeiro: [edição digital], 2020. Disponível em: <<http://bit.ly/2MnYnhR>>. Acesso em: 01 fev. 2021.

¹ O artigo é fruto de pesquisa de doutorado em desenvolvimento, chamada de modo provisório de “A pós-vida do Império do Brasil no tempo presente: usos do passado nacional e a questão da autoridade da historiografia no ocaso da Nova República brasileira”. O texto, que apresenta as questões gerais que constituem o horizonte de preocupações desta pesquisa, foi elaborado em diálogo com Livia Amarante Gallo, Gabriel dos Santos Gonzaga e, sobretudo, João Pedro Garcez, além dos pareceristas da Revista.

² Sobre a constituição de públicos específicos nessa plataforma digital e a impossibilidade de ser considerada propriamente enquanto uma “nova esfera pública”, ver Fuchs (2013), cujo trabalho, apesar de um tanto antigo e sobre o mundo de língua inglesa, parece ser representativo da tendência do fenômeno no Brasil. Somado a este ponto, deve-se considerar também a desigualdade de acesso a dispositivos eletrônicos e à internet no contexto brasileiro, como demonstrado pela pesquisa TIC Domicílios 2019, desenvolvida pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br). De todo modo, a plataforma ainda pode ser considerada um ambiente significativo para conformação e expressão da opinião pública brasileira (RECUERO, 2016), inclusive porque tem sido adotada como principal canal da comunicação política no país.

³ A menção a estes perfis individuais neste artigo, perfis que são “abertos”, mas não exatamente públicos, recebeu a autorização explícita das proprietárias de suas contas na plataforma.

⁴ Diante do crescimento desta vertente monarquista sobretudo no ano de 2020, a Associação Pró-Monarquia, até então reconhecidamente vinculada a posturas liberais e parlamentaristas, emitiu uma nota

em 19 de outubro de 2020 em suas redes sociais reconhecendo a legitimidade dos grupos tradicionalistas e defendeu que, ainda que a “monarquia parlamentar liberal à brasileira” seja o modelo mais viável e estratégico para o momento por que passa o país no presente, a monarquia orgânica seria, sem dúvida, a forma de governo ideal a ser alcançada no longo prazo. Nota disponível em: < <http://bit.ly/3ctDKvi> >. Acesso em: 08 jan. 2021.

⁵ Em matéria de 24 de julho de 2018 Luiz Philippe primeiramente torna público seu projeto de nova Constituição: <<https://bit.ly/3orvrn5>>. Acesso em: 08 jan. 2021. O vídeo em que fala dos três “contra-poderes” está disponível em: <<https://bit.ly/3blQjsc>>. Acesso em: 08 jan. 2021.

⁶ Em uma genealogia de longa-duração, Leandro Narloch (2012) estabelece uma continuidade entre partido saquarema e nova direita, identificando entre eles uma posição política-filosófica comum: “No meio do caminho entre as reformas e a necessidade de manter a tradição, esses políticos são chamados hoje de liberais-conservadores.” (p.201) Em terras brasileiras, José da Silva Lisboa (1756-1835), o Visconde de Cairu, tradutor de livros de Adam Smith e Edmund Burke para o português, seria a origem desta linhagem.

⁷ De acordo com Sidney Chalhoub (2012), a escravidão foi reorientada e aprofundada nas primeiras décadas do século XIX, logo após a decadência da atividade mineradora, de modo a tornar ainda mais dramática e desumana a experiência multissecular da diáspora africana. Mais de 42% de toda a entrada de africanos escravizados durante os três séculos de escravidão no Brasil teriam ocorrido na primeira metade do século XIX (entre 1826-1850). Rafael Bivar Marquese e Ricardo Salles (2016) reivindicam o termo “segunda escravidão” para designar esta reestruturação do escravismo no Brasil no século XIX. A bibliografia especializada sobre o tema torna insustentável a narrativa do século XIX brasileiro como uma marcha célere e prudente em direção à liberdade.

⁸ É o caso processo de abolição da escravidão no Brasil, tido pelos liberais-conservadores como um exemplo perfeito do exercício da virtude da prudência na política, o qual deve servir de parâmetro e inspiração para o presente. Cf. BERLANZA, 2017, p.85

Artigo recebido em 01 de fevereiro de 2021
Aceito para publicação em 27 de maio de 2021

Artigos Livres e Resenhas

PENSAMENTOS SOBRE TEORIA, HISTÓRIA E VERDADE: REFLEXÕES SOBRE A HISTORIOGRAFIA DO PERÍODO INDEPENDENTISTA AMERICANO

THOUGHTS ON THEORY, HISTORY, AND TRUTH: REFLECTIONS ON THE HISTORIOGRAPHY OF THE AMERICAN INDEPENDENCE PERIOD

Eduardo SARTORETTO*

Resumo: O presente artigo é uma reflexão acerca do papel do historiador na construção da narrativa histórica. Levando em consideração a máxima de que a pesquisa e a produção historiográfica devem estar comprometidas com a divulgação da verdade, buscamos discutir e compreender de que modo se manifesta esse compromisso na historiografia. Para tanto, inicialmente, nos utilizamos das discussões e ideias levantadas pelos autores Franklin Rudolf Ankersmit, Jörn Rüsen José Carlos Reis, e Reinhart Koselleck, a fim de identificarmos alguns elementos necessários para o surgimento de verdades históricas. Posteriormente, analisamos a incidência desses elementos e as verdades construídas, ao longo do tempo, nas produções sobre o período independentista ibero-americano. Por último, reservamos um espaço para respondermos algumas questões norteadoras de nosso trabalho.

Palavras-chave: sentido, significado, verdade representativa, papel do historiador, historiografia ibero-americana.

Abstract: The present article is a reflection about the role of the historian in the construction of historical narrative. Taking into account the maxim that historiographical research and production must be committed to the disclosure of truth, we seek to discuss and understand how this commitment is manifested in historiography. To this end, initially, we use the discussions and ideas raised by Franklin Rudolf Ankersmit, Jörn Rüsen José Carlos Reis, and Reinhart Koselleck, in order to identify some elements necessary for the emergence of historical truths. Afterwards, we analyze the incidence of these elements and the truths constructed, over time, in productions about the Iberian-American independence period. Finally, we reserve a space to answer some guiding questions of our work.

Keywords: sense, meaning, representative truth, role of the historian, Ibero-American historiography.

Introdução

O que é o passado? O que é o presente? É possível afirmar que o que passou permanece no passado? E é possível dizer que o presente influencia, ou mesmo determina, a visão sobre o estudo do passado? Por último, mas não menos importante, qual é o nosso papel, enquanto historiadores, na construção da cientificidade desse

* Mestrando em História - Programa de Pós-graduação em História - Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Santa Maria, RS - Brasil. E-mail: sartorettoeduardo@gmail.com.

passado? Essas são algumas questões que guiarão nossa discussão na busca por uma compreensão acerca do papel da escrita historiográfica para o entendimento do período das independências ibero-americanas do século XIX.

Na reflexão aqui pretendida, trabalharemos a partir da ideia da existência de uma ligação e comprometimento do ofício do historiador para com a verdade. Sabendo, entretanto, que na historiografia inexistente uma verdade absoluta, guiaremos nosso olhar baseados nas discussões sobre sentido, significado, apresentação e verdade representativa da história, levantadas por alguns teóricos e filósofos da história como Franklin Rudolf Ankersmit, Jörn Rüsen e Reinhart Koselleck. Partimos dessa máxima para uma discussão mais ampla, a fim de compreender de que maneira se deu esse comprometimento e quais foram as verdades construídas, ao longo dos anos, dentro dos estudos sobre Ibero-américa. Além dos autores já citados, buscaremos apoio também nas discussões reflexivas realizadas pelo historiador brasileiro José Carlos Reis, acerca dos desafios da historiografia e do historiador. Acreditamos que as ideias expostas por esses autores possam auxiliar-nos a explicar melhor nossas preocupações e considerações acerca da ideia de verdade.

Para tanto, dividiremos nossa discussão em duas partes. Em um primeiro momento, buscaremos realizar uma breve elucidação das bases teóricas aqui utilizadas, a fim de aclarar nossa compreensão sobre a História, enquanto ciência e teoria. Em seguida, partiremos para a discussão da teoria aplicada à produção historiográfica da Ibero-américa. Nesse momento, por meio de uma análise retroativa da historiografia, verificaremos como se deu a construção e reformulação da verdade histórica, com o passar do tempo, bem como quais foram as influências internas e externas que seus profissionais sofreram e o peso delas em seu trabalho. Por fim, reservaremos o final do texto para as questões elencadas anteriormente.

Desafios do historiador: História, teoria e verdades

Em seu trabalho, *O desafio historiográfico*, o pesquisador brasileiro José Carlos Reis manifesta sua preocupação acerca do ofício do historiador, através de uma discussão permeada por questionamentos céticos, de grupos alheios à área. Sua intenção, no entanto, não é questionar a legitimidade da produção historiográfica, muito menos buscar respostas para as perguntas feitas, mas auxiliar nas discussões teórico-metodológicas, ao pensar e refletir a própria história e historiografia. Segundo o professor,

Para nós “pensar” não se restringe a encontrar respostas. O pensamento não quer resolver o mundo, mas torná-lo vertiginosamente enigmático. Ele não deseja dissolvê-lo, mas mantê-lo como problema. “Pensar bem” é construir e explorar aporias, impasses, dilemas. É tornar complexo o que parece simples ou dado. Não é cortar o nó górdio com a espada, de forma impaciente, autoritária e violenta, mas desatá-lo serenamente, fazendo a sua teoria. “Pensar”, enfim, é problematizar um objeto bem demarcado, criar hipóteses, testá-las. Depois procurar articular um discurso sobre esse objeto em linguagem clara e comunicável, debatendo-o publicamente, iluminando-o sob diversos ângulos, percebendo-o em suas mudanças no tempo. Para ver esse objeto tornar-se um enigma ainda maior! (REIS, 2010, p. 12)

Seguindo a lógica do autor, pensar, portanto, não só é conveniente, mas é necessário para compreendermos o homem em sua contemporaneidade. Suas necessidades, experiências e escolhas guiam suas ações e suas buscas em relação ao objeto analisado. Essa constatação nos leva a uma discussão sobre a relação existente entre o ser e a história, e as possibilidades que surgem daí. Indo ao encontro de nossa preocupação e promovendo uma reflexão aos moldes da ideia exposta por Reis, o historiador alemão Reinhart Koselleck se propõe a pensar a história, enquanto teoria, a partir das experiências do Ser.

Em seu texto *Teoria da História e Hermenêutica*, Koselleck busca mapear algumas condições para a existência de uma teoria da história, a fim de identificar as possibilidades extra e pré-linguísticas dessa teoria. Para tanto, ele utiliza como base de análise o esboço ontológico da analítica existencial da finitude do *Dasein*, elaborado pelo filósofo alemão Martin Heidegger, em sua obra *O Ser e o Tempo*. A analítica desenvolvida por Heidegger consiste na delimitação do espaço temporal da figura do *Dasein*, marcada pelo nascimento e pela morte do mesmo. Assim, a estrutura básica da figura elencada pelo filósofo, “decorre da experiência inultrapassável de finitude que só pode ser vivenciada pela antevisão da morte” (KOSELLECK, 2014, p. 93). Koselleck parte dessa finitude do Ser – baseada nos conceitos antitéticos de Heidegger “o ‘ser-arremessado’ [*Geworfenheit*] (em termos empíricos, o nascimento) e a ‘antecipação da morte’ [*Vorlaufen zum Tode*] (em termos empíricos, a inevitabilidade da morte)” –, para compreender as temporalidades da história. Para ele, “As temporalidades da história são constituídas, desde sempre, pelas relações humanas. Sempre se trata da simultaneidade do não contemporâneo, de relações de diferença que contêm sua própria finitude, a qual não pode ser reduzida a uma ‘existência’ particular” (KOSELLECK, 2014, p. 94).

A partir dessas temporalidades e dos conceitos elencados por Heidegger, o autor elabora cinco pares antitéticos, ampliando seu espaço de análise, sem que, no entanto, a essência do conflito principal seja perdida: “poder matar” e “dever morrer”; “amigo” e “inimigo”; “exterior” e “interior”; “geratividade” e “finitude”; e “servo” e “senhor”. Cada um dos pares elencados caracteriza-se como uma representação das estruturas que viabilizam a compreensão da finitude do Ser. A antecipação da morte e a necessidade de sobrevivência, para o autor, seriam as ideias chaves para se pensar o objeto da história, isso porque, ao excluírem-se mutuamente, os pares antitéticos promovem tensões temporais entre as entidades políticas e sociais, tanto interna, quanto externamente; e essas tensões, por sua vez, permitem a incidência da história. “Amigo e inimigo, pais e filhos, sequências geracionais, antes e depois, as tensões entre acima e abaixo ou entre interno e externo, entre secreto e público – todos esses pares são constitutivos da formação, do desenvolvimento e da eficácia das histórias.” (KOSELLECK, 2014, p. 102)

Indo um pouco mais além na discussão a respeito da compreensão do ser, o historiador e filósofo da história alemão Jörn Rüsen, entende que a experiência humana está pautada na ideia de evolução. Em uma tentativa de pensar a possibilidade da existência de uma filosofia da história atrelada à antropologia o autor faz algumas constatações a respeito da experiência do ser no tempo. O historiador entende o campo da experiência histórica do ser em três momentos que se complementam: a) *a mobilidade temporal da dinâmica do mundo próprio à vida humana*. Nesse tópico, o autor abrange a necessidade da identificação das forças dinâmicas que mantém o mundo em movimento, pela ação humana. Ou seja, se trata “do entendimento de que o mundo é mutável, por princípio, e também de que aparece ao homem como tal.” b) *a temporalidade como fonte principal de significância*. Nesse tópico, apoiando-se nas ideias do historiador da cultura Jacob Buckhardt, Rüsen compreende que “Tempo e sentido do mundo humano devem ser considerados em conjunto”, ou seja, o entendimento da teoria da história só é possível se considerada a aplicação humana de sentido à sua temporalidade e vida. Entretanto, para a existência de tal, deve-se considerar o sofrimento enquanto característica da vida humana, capaz de possibilitar as mudanças no mundo e a busca pelo estabelecimento de sentido a partir delas. c) *a fonte de sentido da temporalidade como fator do pensamento histórico*. Nesse último tópico, o autor aponta para o fato de somente quando provocada pelo sentido, a mudança torna-se pensável historicamente. “A categoria essencial para tanto é a de evolução” (RÜSEN, 2015, pp. 117-30).

Considerando, portanto, as colocações de ambos autores, podemos constatar que a evolução, apontada por Rösen, só se concretiza a partir da conscientização do Ser acerca de suas necessidades, bem como da procura por supri-las e atribuí-las de sentido. Essa conscientização e busca de sentido, no entanto, só existe a partir das tensões próprias da vida e da noção de finitude dela. O sentido, portanto, é a força motriz da vida.

Para os críticos da historiografia, no entanto, o trabalho do historiador caracteriza-se como um conhecimento indireto. Ignorando a ideia da busca pelo sentido nos trabalhos historiográficos, o, assim chamado por Reis, *pirronismo histórico* entende que a produção historiográfica se caracteriza como um discurso falacioso; isso porque baseia-se em testemunhos suspeitos, de pessoas contemporâneas ao período, que ignoravam o todo, utilizando-se da língua do seu objeto para construir uma narrativa, atribuindo significados e/ou ressignificando termos e palavras, na busca por conceitos, cuja sustentação está sempre em jogo, dadas as releituras sobre o mesmo objeto (REIS, 2010, p. 14).

Reis ainda afirma que há quem entenda a produção histórica enquanto um conhecimento pós-gnóstico, que não prevê o futuro, mas parte dos acontecimentos para compreender suas origens que, sendo fruto de questionamentos da contemporaneidade do pesquisador, tem pelo menos duas consequências: o anacronismo histórico, visto que desconsidera a ignorância de futuro dos grupos envolvidos nesses acontecimentos; e a instabilidade teórica, uma vez que esses estudos e esse passado são constantemente revisitados e reformulados. Como último argumento do *pirronismo histórico*, o autor aponta para o fato de que enquanto conhecimento das mudanças do homem no tempo, a historiografia é uma construção fantasmagórica, por não saber de fato sobre seu objeto, uma vez que está limitado ao que conhece sobre, não ao todo (REIS, 2010, pp. 13-17).

Sobre essas colocações, podemos invocar a discussão proposta pelo filósofo e historiador neerlandês Franklin Rudolf Ankersmit a respeito de verdade, representação e significado, em seu livro *Meaning, Truth and Reference*. Diferentemente do apontado pelos críticos da historiografia, o autor não enxerga como negativo o fato de não se abranger o todo de um objeto analisado. Em uma busca pela definição de significado, enquanto determinante da verdade, debatendo algumas ideias propostas por alguns filósofos e historiadores acerca do assunto¹, Ankersmit adota como ponto de partida a teoria de interligação dos signos, elaborada pelo linguista suíço Ferdinand de Saussure, para pensar o significado representativo histórico. Segundo a teoria de Saussure, os signos não podem ser definidos individualmente, mas se definem mutuamente, ou seja,

o significado de uma palavra está atrelado ao significado de outra palavra, ou à capacidade de se elaborarem sinônimos para designar uma mesma coisa (ANKERSMIT, 2012, p. 142. Tradução nossa). Assim também seria com os significados da história, ou seja, “o significado é ele próprio o lugar do nascimento do significado” (ANKERSMIT, 2012, p. 143. Tradução nossa). Nesse sentido, a produção historiográfica multifacetada e incapaz de abranger o todo, permitiria uma ampliação da significação de um determinado assunto, ou texto, conforme aponta Ankersmit:

Pode-se dizer, porém, que cada texto histórico sobre o Renascimento é uma tentativa – ou melhor, uma proposta – de fixar a referência da palavra. Mas então outro historiador escreverá outro texto sobre o Renascimento com uma proposta diferente para fixar a referência. É uma ilusão que algum dia um historiador escreva um texto sobre o Renascimento, fixando a referência dessa palavra aceitável para todos os historiadores contemporâneos e futuros. Isso significaria o fim do debate sobre o Renascimento; e como todos os que estão familiarizados com a prática da escrita histórica saberão, esses debates nunca terminam e não devem terminar. Assim, pode-se perguntar a si mesmo, se nenhum historiador conseguirá fixar a referência da palavra "Renascimento", o que os leva a continuar um debate sem esperança, condenado anteriormente a permanecer inconclusivo para sempre? A resposta a essa pergunta pode ser encontrada na última frase da passagem de Saussure citada acima – ou seja, que enriquece nossa compreensão do passado e que é por isso que os historiadores propõem noções como o Renascimento e continuam discutindo-as *ad infinitum* e por que essa é uma empresa mais racional e valiosa. (ANKERSMIT, 2012, p. 145. Tradução nossa)²

Se associarmos, portanto, a sobreposição de significados proposta por Saussure e adaptada por Ankersmit, às ideias das noções de finitude do *Dasein* e da busca por uma atribuição de sentido às experiências do Ser, elaboradas por Heidegger, Koselleck e Rüsén, teremos, enfim, o seguinte panorama: a produção historiográfica, que decorre de tensões próprias da vida contemporânea, nada mais é do que uma tentativa de compreensão e atribuição de sentido às necessidades próprias do historiador, enquanto sujeito social, definido no tempo, espaço e em relação a grupos sociais definíveis. As noções acerca da finitude da vida proporcionam a resignificação do conhecimento histórico, que está sempre em concordância com o momento vivenciado pelo Ser. De certo modo, essa constatação vai ao encontro da argumentação proposta por José Carlos Reis, no fim do capítulo aqui citado.

Em uma tentativa de resolução dos impasses apontados ao longo do capítulo, Reis realiza uma análise da história da historiografia. Para o autor, ao longo de 2500 anos, a história e o ato de contar a história passaram por inúmeras mudanças

metodológicas, uma vez que o conhecimento sempre esteve atrelado às necessidades das sociedades contemporâneas. Assim,

A identidade do conhecimento histórico dependeu, portanto, das alianças que a história estabeleceu ao longo dos séculos. O seu realinhamento permanente com os conhecimentos dominantes do momento a tornaram epistemologicamente muito instável. Seus objetos nunca são os mesmos, o que se espera do historiador nunca é o mesmo, a tal ponto que a proposta de uma “metodologia da história” única, de um mesmo caminho seguro e controlável, seria absurda. (REIS, 2010, p. 24)

A característica instabilidade metodológica apontada pelo autor, no entanto, resguarda em si uma outra característica, positiva, da historiografia que a diferencia das demais formas de conhecimento, e de certa forma a isola: a busca pela desmistificação do mito. Isso porque, enquanto as outras áreas do conhecimento “procuram uma verdade fora do tempo, protegem seus resultados com enorme cuidado”, através da construção e proteção de mitos, a história e o historiador fazem o caminho inverso, ao pulverizarem, dissolverem, desintegrarem, múltiplas vezes suas verdades incompatíveis. A história, então, “revela aos outros saberes, que por isso não apreciam sua companhia, o seu passado, mostrando-lhes o que eles fazem questão de esquecer: que mudaram, que nunca foram os mesmos e sempre estiveram envolvidos com verdades absolutas diferentes, que também traíram os pais e fizeram alianças que lhes garantiram a sobrevivência.” (REIS, 2010, p. 25). E por fazer isso, também, consigo mesma, a historiografia entende que

O historiador não está condenado a registrar fatos, a constatá-los. Ele raciocina sobre eles, busca sua inteligibilidade, atribuindo-lhes sentido, pensando as possibilidades objetivas e os seus desdobramentos. Afinal, pensar não é registrar, mas considerar caminhos possíveis, alternativas. A crítica erudita, a ‘apuração e o estabelecimento de fatos são condições necessárias, mas não suficientes, para uma ciência histórica. É preciso construir um juízo histórico, atribuir sentido aos fatos. (REIS, 2010, p. 26)

Essa afirmação, além de atestar os apontamentos até aqui realizados, nos leva, finalmente, ao conceito de verdade que elencamos para analisar nosso objeto. Voltemos, portanto, para as discussões propostas por Franklin Rudolf Ankersmit. Ainda se tratando do trabalho realizado em *Meaning, Truth and Reference*, porém em um outro momento, Ankersmit nos introduz a dois conceitos de verdade. Em primeiro lugar, e mais superficialmente, conhecemos a ideia de verdade proposicional, que consiste na proposta de verdade a partir da interpretação textual. Esse conceito é apontado pelo

autor como sendo utilizado pelos teóricos da virada linguística. Diferentemente do conceito de verdade proposicional, a tese sobre a verdade representativa, que o autor desenvolve ao longo do texto, está relacionada à representação e apresentação do mundo. Representações, segundo o autor, são aspectos do mundo que, apesar de não apresentarem a verdade como um todo, representam parte dessa verdade; enquanto isso, a apresentação diz respeito ao modo como essas representações são concebidas, ou seja, o conjunto de elementos que as definem e as distinguem umas das outras. Nesse sentido, esse tipo de verdade seria melhor definido “como o que o mundo, ou seus objetos, nos revelam em termos de aspectos” (ANKERSMIT, 2012, pp. 102-08. Tradução nossa).

Ankersmit entende que a representação se caracteriza como um limiar para dizer certas coisas do mundo, sem realmente dizê-las, ou seja, ela aborda o mundo em termos de proximidade. “Assim, ela engloba ou encerra, em si mesma, o que pode ser dito sobre o mundo em termos de afirmações verdadeiras e, portanto, pode-se dizer que nos apegamos a um ‘mais profundo’ ou ‘quase-metafísico’ [...] nível do mundo do que aquilo que pode ser capturado pela afirmação verdadeira.” (ANKERSMIT, 2012, p. 109. Tradução nossa). Portanto, ao comparar os tipos de verdade, o autor entende que

No caso da verdade proposicional, temos um objeto no mundo e podemos então investigar suas propriedades. E qualquer resposta que o mundo dê à nossa pergunta dependerá da natureza dessa pergunta. A pergunta do sujeito é respondida da mesma maneira sem cérebro em que uma caixa automática conta para você a quantidade de dinheiro que você pediu. [...]. Mas, o que o mundo revela de si mesmo em termos de apresentações ou aspectos não pode ser encaixado na estrutura desse modelo de perguntas e respostas. Uma representação não é uma questão, e sua apresentação não é a resposta para uma pergunta: precisamos do primeiro apenas para que o passado apareça para nós em termos de um aspecto dele. (ANKERSMIT, 2012, p. 109. Tradução nossa)³

Assim, “a verdade proposicional não é reveladora no sentido adequado da palavra, enquanto podemos dizer significativamente que na representação o mundo se revela para nós. Isso, então, é o que podemos chamar de verdade representativa (histórica)” (ANKERSMIT, 2012, p. 110. Tradução nossa). Utilizando-se, então, da noção de verdade desenvolvida por Heidegger, a *aletheia*⁴, o historiador entende que “a verdade representativa é uma revelação da realidade. Não a linguagem, mas a própria realidade acende aqui a luz da verdade, embora essa autorrevelação da realidade só possa ser alcançada através da representação.” Portanto, “a verdade na representação pode ser vista como um reflexo da luz irradiada sobre ela por representações; e

construímos representações por nenhuma outra razão a não ser alcançar esse efeito de uma reflexão pela realidade (passada)” (ANKERSMIT, 2012, p. 110. Tradução nossa).

Nesse sentido, Ankersmit afirma que

[...] a luz da verdade narrativa histórica é produzida por representações históricas cuidadosamente construídas e intensamente discutidas do passado. O mito do gênio romântico é substituído aqui pela racionalidade do debate histórico. E, embora possamos ficar fascinados pela maneira como o historiador continua a tradição do gênio poético, temos ainda mais e melhores razões para nos fascinarmos com essas reflexões lançadas de volta para nós pelo passado, graças à luz que é lançada sobre o representado pelas representações do historiador. (ANKERSMIT, 2012, p. 113. Tradução nossa)⁵

Portanto, “enquanto a *αλήθεια* (aletheia) de Heidegger parece nos levar além da racionalidade científica e disciplinar para o domínio do ditador heideggeriano e do hocus-pocus filosófico, a verdade histórica está firmemente ligada à prática e à racionalidade da discussão histórica.” Assim, então, a “verdade representativa, o tipo de verdade incorporada em uma representação apresentada, não nos leva ao domínio do mito e da especulação irresponsável e arbitrária” (ANKERSMIT, 2012, p. 113. Tradução nossa). O autor, então, entende que “a prática da história, a discussão histórica progride para a satisfação tanto dos próprios historiadores quanto de seu público, e os triunfos da escrita histórica contemporânea não são menos impressionantes do que os das ciências.” Assim, para Ankersmit os “filósofos da história, portanto, não têm razão para duvidar que os historiadores alcancem a verdade histórica. Pelo contrário, a representação histórica apresenta aos filósofos uma nova concepção fascinante de verdade e com uma variante ainda amplamente inexplorada de racionalidade disciplinar” (ANKERSMIT, 2012, p. 113-14. Tradução nossa).

Ainda nesse texto, buscando um distanciamento maior entre sua teoria e a teoria levantada pela virada linguística, proposta pelo filósofo Willard van Orman Quine (ANKERSMIT, 2012, p. 114-15)⁶, Ankersmit entende que, para as humanidades, a linguagem é o instrumento de construção do mundo. Assim, a interpretação não é só a sujeição do significado, mas também do próprio mundo. Todavia, “o significado determinará a verdade, no sentido de implicar suas próprias condições de verdade; será então quase impossível desembaraçar o eixo vertical e horizontal um do outro” (ANKERSMIT, 2012, p. 117. Tradução nossa)⁷. Nesse sentido, conforme afirma Ankersmit, a virada linguística se aproxima da representação na medida em que sua forma de manifestação, a linguagem, possui certa autonomia em relação ao mundo, algo

que não é equivalente para o empirismo. Portanto, “a linguagem, se usada, privilegia o significado sobre a verdade para que a verdade siga o significado em vez do inverso.” Na representação histórica a verdade, por sua vez, tem sua origem no significado. Dessa forma, “a representação vai contra as intuições empiristas tradicionais sobre a correspondência entre linguagem e fato não menos do que a alegação de Quine de que ‘a linguagem paira vagamente sobre o mundo’ ANKERSMIT, 2012, p. 117. Tradução nossa). Assim, portanto,

A verdade como revelação situa a verdade no próprio passado – mais especificamente, em um aspecto do passado que é destacado por uma representação. Não só é assim que a ponte é construída entre a linguagem e o mundo de acordo com todas as intuições empiristas honradas pelo tempo – impedindo que a representação histórica se perca na especulação ociosa –, mas também implica que é tarefa do historiador descobrir quais aspectos do passado serão mais propícios do que outros à nossa compreensão do passado. E esta atribuição está tanto de acordo com todas as nossas intuições sobre a escrita histórica quanto viável. (ANKERSMIT, 2012, p. 118. Tradução nossa)⁸

Novamente, e portanto, fica claro para nós que o que dita as regras, em termos de verdade, é a busca e atribuição de sentido às experiências humanas. A existência de uma verdade intrínseca ao passado, evidenciada através das representações históricas só pode ser contemplada por meio das apresentações dessas representações. Essas apresentações, no entanto, compreendemos, são realizadas a partir de escolhas do próprio historiador. Portanto, o sentido de um texto, ou sua apresentação, é fruto de um período específico com problemas próprios, cujas verdades atribuídas são manifestadas através dos fragmentos do todo. Tais verdades, no entanto, só podem ser compreendidas, segundo Ankersmit, se levado em conta o significado próprio do texto, que se origina dentro do próprio significado. Sendo assim, a constante resignificação e mudança de sentido, proporciona uma redefinição e complementação das propostas de verdade presentes nos trabalhos historiográficos. Vejamos, agora, se essa ideia se aplica aos estudos ibero-americanistas sobre o período independentista do século XIX.

Revolução e independências: apontamentos sobre verdade

Caracterizado pela crise do Antigo Regime e dos Impérios Ibéricos⁹, o período compreendido entre o fim do século XVIII e início do século XIX foi, certamente, um momento de grande animosidade e beligerância da história da América. Isso porque o clima de instabilidade política, originado pela deterioração das relações entre

monarquias e colônias – fruto, inicialmente, do descaso das primeiras em relação às segundas (DONGHI, 1985, 18-19) e, posteriormente, do descontentamento dos colonos com relação a medidas tomadas e episódios ocorridos nas metrópoles (DONGHI, 1985, 17; 74; PIMENTA, 2005, p. 03-05; *Ibidem*, 2006, p. 75)¹⁰ –, deu origem a inúmeros movimentos políticos, liderados, principalmente, pelas elites coloniais locais, que culminaram em conflitos armados, rompimento em relação ao alinhamento político e processos de independências das colônias em relação às suas Coroas.

Para os autores Manuel Chust e Ivana Frasquet, os processos independentistas ibero-americano estão entre um dos temas mais importantes da história universal contemporânea, tanto que não raramente aparecem produções que abordam a temática como limite, tanto temporal quanto espacial. Essa popularidade pode ser interpretada como fruto de uma proximidade tanto temporal, quanto sentimental e de relevância dos fatos para a configuração social atual (CHUST; FRASQUET, 2012, p. 17-18).

Devido à importância desses processos, a produção em torno da temática compõe um vasto acervo de ideias e abordagens sobre o período. Assim, também a historiografia ibero-americana, como parte dessa produção, é diversificada nesses quesitos. Com discussões historiográficas e proposições de verdades diversificadas, a transição de um modelo historiográfico para outro pode ser verificada década após década, ao longo desses duzentos anos que se passaram desde os eventos analisados, através de alguns estudos realizados pelos historiadores supramencionados. Baseando-se nos estudos de Chust e Frasquet, contrastados com as análises feitas por Liz Andréa Dalfré, Maria Elisa Noronha de Sá Mäder e Maria de Fátima Silva Gouvêa, e para fins de facilitar a compreensão, optamos pela divisão desses modelos em três fases distintas e complementares, visando, assim, um melhor desenvolvimento explicativo acerca do pensamento histórico sobre o período dos movimentos de independência.

A primeira fase proposta, pode ser dividida em dois momentos: o período positivista nacionalista e o período marxista. O positivismo aplicado à construção de uma história nacional marcou época e pode ser visualizado em muitas obras produzidas entre o fim do século XIX e o início da década de 1960. A principal característica desse momento é o consenso historiográfico em torno de um discurso de cunho ideológico, nacionalista e de um positivismo histórico, que visava a história dos grandes feitos e a criação do mito salvador da pátria, construindo e exaltando grandes figuras históricas (CHUST; FRASQUET, 2012, p. 18; DALFRÉ, 2011, p. 01-02; GOUVÊA, 1997, p. 276; MÄDER, 2008, p. 230). Por acentuar a dicotomia entre o nós e o eles, a historiografia dessa época foi muito utilizada como instrumento político, pelos próprios

Estados, “O propósito, entre outros, era homogeneizar uma história que unisse sociedades altamente diferenciadas étnica e socioeconomicamente, assim como com amplos contrastes regionais. E uni-los em uma identidade nacional que lhes fizesse iguais, ‘orgulhosamente’ iguais, ainda que fossem realmente desiguais, em especial, economicamente. (CHUST; FRASQUET, 2012, p. 18. Tradução nossa).

O segundo momento dessa primeira fase, inicia-se logo em seguida, nos anos 1960. Nesse período, o surgimento de novas correntes historiográficas e de uma nova geração de historiadores ibero-americanistas (tanto de dentro quanto de fora da América Latina), bem como a ampliação do acesso e do acervo de fontes documentais, o enfraquecimento da crença institucional, em detrimento do emprego de uma maior criticidade metodológica, e a presença da interdisciplinaridade nas pesquisas históricas (através de alunos das diversas ciências sociais) permitiram à historiografia um enfoque muito mais objetivo e menos apaixonado. Além disso, fatores como o fim da Segunda Guerra Mundial, a descolonização proveniente do fim desta e o êxito da Revolução Cubana (como um modelo de revolução armada e de mudança estrutural) levaram cientistas sociais e econômicos a se debruçarem sobre o colonialismo e os processos de libertação, a fim de compreender as origens do capitalismo (CHUST; FRASQUET, 2012, p. 18-20; MÄDER, 2008, p. 233-234).

Durante esse período, “Houve uma proliferação de trabalhos de caráter marxista que entendiam as independências como um processo revolucionário liberal e burguês, conduzido pela burguesia crioula”, fato que contribuiu para que tanto neste caso como na historiografia nacionalista e liberal, do momento imediatamente anterior, houvesse um discurso hegemônico, com o objetivo de unificação da história das sociedades ibero-americanas, profundamente diversificadas étnica e socioeconomicamente. (DALFRÉ, 2011, p. 03)

Nesse sentido, apesar dos questionamentos com relação à historiografia até então vigente, “o uso, e inclusive o abuso, de conceitos como revolução, dependência, grupos com interesses conflitantes, classes sociais, grupos e frações de classe, etc.” e o excesso teórico e linear da historiografia, permitiram a manutenção da dicotomia (agora assinalada “liberalismo” versus “revoluções”) característica do passado, uma vez que não considerava-se os movimentos independentistas como revoluções no sentido marxiano da palavra (CHUST; FRASQUET, 2012, p. 20. Tradução nossa).

A segunda fase de modelos historiográficos ibero-americanistas ocorre a partir da década de 1970. Durante esse período, outras vertentes investigativas entraram em cena, auxiliando na impulsão de novas visões e abordagens sobre o período

independentista da América. O surgimento de uma análise regional e de um enfoque maior nos aportes da história social, aliados aos questionamentos sobre a inevitabilidade das independências, ponto principal da história nacional, e ao debate sobre o desempenho das análises econômicas, enriqueceram os trabalhos sobre a temática, permitindo a desconstrução das ideias de linearidade, de dicotomia e de homogeneidade social e política, até então existentes (CHUST; FRASQUET, 2012, p. 20-22; DALFRÉ, 2011, 03-04; GOUVÊA, 1997, p. 278-282; MÄDER, 2008, p. 234-237).

Assim, do consenso se passou ao dissenso, da unidade à diversidade. E neste ponto acabou-se incorporando à história nacional os estudos regionais, que enriqueceram o processo. E o não coincidente com a centralidade não foi ocluído ou descartado, mas, ao incorporá-lo, complexificou a explicação unicausal e iluminou determinados comportamentos políticos de outras frações do criolismo, de comunidades indígenas, mestiças ou negras. Assim, a diversidade regional contribuiu, irremediavelmente, para dotar as histórias e os temas históricos de uma complexidade étnica e racial mais própria da América. (CHUST; FRASQUET, 2012, p. 21. Tradução nossa)¹¹

A década imediatamente posterior também contribuiu para a desconstrução da dicotomia tradicional, apresentando teorias em torno do *liberalismo gaditano*¹². Segundo apontam os autores, os pesquisadores se voltaram para os acontecimentos em Cádiz, onde as Juntas Governativas têm sua origem, a fim de estudar a influência dos cidadãos dessa cidade nos movimentos independentistas. Durante esse período, concluiu-se que “não eram somente dois os grupos na luta, eram, pelo menos, três, independentistas, realistas e, também, autonomistas liberais gaditanos” (CHUST; FRASQUET, 2012, p. 22. Tradução nossa).

A terceira e última fase aqui apontada, pode ser compreendida a partir da virada dos anos 1980 para os anos 1990, chegando aos dias atuais. O fim da Guerra Fria e das ditaduras na América, bem como o princípio de redemocratização presente na maioria dos Estados Nacionais americanos, afetou várias estruturas presentes na sociedade, assim como a visão dos pesquisadores das ciências sociais e humanas e a produção historiográfica. Para Manuel Chust e Ivana Frasset, esse período foi o responsável pelo resgate da história política na historiografia ibero-americanista, se fazendo notória a preocupação dos pesquisadores em resgatar os processos políticos dos movimentos de independência, como os processos eleitorais, parlamentares e constitucionais (CHUST; FRASQUET, 2012, p. 24). Além disso, conforme aponta a historiadora Liz Andréa Dalfré,

A ampliação e o alcance de novos campos historiográficos como a História Cultural, a história de Gênero, entre diversas outras perspectivas metodológicas, trouxeram novas possibilidades de análise do tema. As perspectivas de análise problematizam os diversos grupos sociais envolvidos de forma direta e indireta no processo de independência (crioulos, escravos, indígenas, mulheres, clero, etc.), as origens ideológicas desses movimentos e seu caráter de continuidade ou ruptura; o papel da Constituição espanhola de Cádiz como inspiradora desses processos; como a sociedade americana teria vivenciado a experiência da mutação da tradição à modernidade; a como parte dos processos revolucionários liberais do ocidente como um todo. (DALFRÉ, 2011, p. 4)

A partir dessa rápida descrição da trajetória historiográfica da pesquisa ibero-americanista, fica evidente uma evolução teórico-metodológica das análises situadas sobre o período aqui estudado. Podemos, portanto, tentar aplicar a tese defendida por Ankersmit sobre a verdade representativa. Como visto anteriormente, em sua argumentação, o autor aponta para a existência de uma verdade histórica que se constrói a partir de aspectos do mundo, manifestados através da representação da realidade. Em todos os momentos históricos apresentados, consegue-se constatar, em comum, a verdade apresentada a nós pelo próprio período. Entretanto, conforme salientado anteriormente, talvez por motivos de distanciamento dos pesquisadores e de seu objeto, as representações dessa verdade se apresentam ao leitor, por meio dos pontos de vista empregados pelo autor, não compreendendo a sua totalidade, mas parte dela. Nesse caso, constatamos também as ideias de Koselleck e Rüsen, ao percebermos que a verdade provém da aplicação de sentido ao passado representado e apresentado por meio das diversas construções textuais.

Assim, portanto, como pudemos ver, as mudanças teórico-metodológicas, evidentes ao longo da história da historiografia ibero-americanista sobre o período revolucionário, acompanham as mudanças na relação do homem com o mundo, própria de suas gerações e dos problemas e necessidades aos quais ela foi apresentada.

É interessante a observação com relação também à abrangência espaço temporal dessas análises, inicialmente individuais e nacionalistas, passam por momentos de ampliação para o estudo das estruturas no período marxista e, depois, novamente por uma redução temporal/espacial, conforme vão surgindo novas abordagens mais voltadas para grupos específicos. Nesse sentido, Chust e Frasset apontam para o fato de que a produção historiográfica desse período histórico pode ser vista “desde o plano de tempo longo, médio, ou curto, desde as explicações exógenas, endógenas ou intraendógenas e, inclusive, interendógenas.” (CHUST; FRASQUET, 2012, p. 26. Tradução nossa). Para Manuel Chust, portanto, cada um desses planos possui uma especificidade de trabalho.

Planos de longa duração, tem por objetivo uma análise mais macro-histórica do período, situando os processos de independência dentro do contexto universal da época, “de luta por mercados, matérias-primas, prestígio, rendas e onde o desmoronamento das monarquias absolutas deixou aberta a confrontação com o novo regime” (CHUST, 2008, p. 46), é possível afirmar que planos nesse sentido podem contemplar uma análise mais exógena da história. Enquanto isso, os planos de média duração, situados entre trinta e quarenta anos de espacialidade, atuam como um processo de análise interendógena,

Todas essas mudanças, inclusive em relação aos planos temporais-espaciais das abordagens, também podem ser aplicadas à teoria exposta por Ankersmit. Se considerada a definição da origem dos significados e da sobreposição destes significados, proposta por Saussure e adaptada por Ankersmit, compreendemos que as mudanças dos trabalhos da área ibero-americanista, são provenientes, não só do sentido aplicado à vida humana, mas também da constante ressignificação dos textos, e do debate historiográfico. É difícil dizer, porém, qual dos dois possui maior relevância para a produção histórica.

Considerações finais

Iniciamos essa breve discussão elencando as seguintes questões: o que é o passado? O que é o presente? É possível afirmar que o passado permanece no passado? É possível dizer que o presente influencia, ou mesmo determina, a visão sobre o estudo do passado? E qual é o nosso papel, enquanto historiadores, na construção da cientificidade desse passado? Nada mais justo que terminemos respondendo a elas.

Mesmo estando implicitamente colocadas, as duas primeiras questões perpassam a discussão proposta por José Carlos Reis, quando o mesmo se refere à história da historiografia. Segundo Reis,

talvez, se possa afirmar, observando a operação histórica concreta dos historiadores, que a história é o conhecimento “cientificamente conduzido” do passado humano, isto é, problematizante, hipotético, comunicável, técnico, documentado. Ela procura realizar um diálogo entre os homens vivos do presente e os homens vivos do passado, de forma racionalmente conduzida. (REIS, 2010, p. 22-23)

Para nós, portanto, a partir dessa colocação, passado e presente são tempos contemporâneos, distantes um do outro. Considerando, pois a crítica levantada pelo pirronismo e apontada por Reis em seu trabalho (REIS, 2010, p. 13)¹³, entendemos que

o ser do passado e o ser do presente assemelham-se em sua ignorância: são incapazes de voltar no tempo ou avançá-lo, estando presos a um eterno presente que só pode ser compreendido a partir do momento em que lhe é atribuído sentido. Tal constatação nos leva direto às duas próximas perguntas.

Voltemos, então, a Reinhart Koselleck, Jörn Rüsen e suas condições de existência da teoria da história. Conforme aponta Koselleck em outro momento de seu texto, “A história em si mesma, se estamos dispostos a aceitar esse termo carregado de ideologia, é irracional – racional é, no máximo, a sua análise” (KOSELLECK, 2014, p. 105), ou seja, o passado enquanto passado não carrega sentido, mas este lhe é atribuído a partir da compreensão que o ser possui sobre si e sobre o mundo. Nesse sentido, compreendemos que o que passou só permanece no passado enquanto não é acessado ou assimilado como explicação de algo relacionado ao presente. Da mesma forma, é possível dizer que o presente influencia os estudos do passado, na medida em que estes existem para suprir necessidades e dúvidas do historiador, durante sua compreensão da vida e sua busca por sentido.

Para a quinta e última pergunta, deixaremos uma citação de José Carlos Reis como resposta:

o desafio historiográfico é infinitamente aberto, abrangente, flexível, fascinante! Tudo é história, inclusive a própria historiografia. Tudo é historiografia, inclusive o “todo” e o “nada”! Na medida em que “tudo” está no tempo e existe para os homens em linguagem humana, cada coisa só possui inteligibilidade através da reconstrução e descrição de sua trajetória. [...] E talvez seja isso que Certeau quis dizer com “a história é antípoda da ciência e da ficção”: ela as inclui e supera. [...] Para Michel de Certeau, a função social da representação histórica é “reparar as rupturas entre o passado e o presente, assegurar um sentido que supere violências e divisões do tempo, criar referências e valores comuns que garantam ao grupo uma unidade e uma comunicabilidade simbólica. A história é o trabalho dos vivos para acalmar os mortos. [...] Ela é uma técnica particular entre várias que têm o mesmo objetivo: produzir narrativas que explicam o que se passa, superando as rupturas com uma linguagem de sentido. [...] A história fabrica o real, diz o que é preciso dizer, crer e fazer. Pretendendo dizer o real, ela o fabrica. Ela torna crível o que ela diz. E faz agir. Essas narrativas fabricadas produzem a história efetiva. [...] Para Febvre, a função social da história é “organizar o passado em função do presente. Ela é construtora de sentidos que permitem à sociedade funcionar. Ela centraliza a cultura, organizando o espaço da experiência, para abrir, tornar perceptíveis, visíveis e possíveis os horizontes de expectativa de cada presente. (REIS, 2010, p. 27-28)

Assim, portanto e para finalizar, compreendemos que o papel do historiador para com a cientificidade da história, está em atribuir sentido àquilo que passou, tornando

possível o acesso a este passado, através de sua busca por respostas. Se na história não existe uma verdade absoluta, não significa que inexista verdade. A verdade representativa, proposta por Ankersmit, portanto, é o modo como o mundo e o passado se apresentam ao historiador, através de seus fragmentos, aliada às escolhas interpretativas e narrativas, realizadas por aquele que a olha. Entretanto, como visto até aqui, a verdade histórica é fluida e está em constante ressignificação ao longo do tempo. Nesse sentido, o papel do historiador para com a cientificidade da História consiste nesse eterno debate de propostas de verdade e ressignificados do passado.

Referências

- ANKERSMIT, Frank. Meaning. In: ANKERSMIT, Frank. *Meaning, truth and reference in historical representation*. Ithaca: Cornell University Press, 2012. p. 126-156.
- _____. Truth. In: ANKERSMIT, Frank. *Meaning, truth and reference in historical representation*. Ithaca: Cornell University Press, 2012. p. 102-125.
- BEZERRA, Helga Maria Saboia. A constituição de Cádiz de 1812. *Revista Anos 50*, n. 198. Abr./Jun., p. 89 – 112, 2013.
- BREÑA, Roberto. La España peninsular y la Nueva España ante los acontecimientos de 1808 (El liberalismo gaditano y la insurgencia novohispana en una era revolucionaria). *Revista Historia Mexicana*, v. 66, n. 1, p. 161 – 208, Jul./Sep., 2016.
- CHUST, Manuel. Reflexões sobre as independências ibero-americanas. *Revista de História*. n. 159. p. 243 – 262. São Paulo. 2008.
- CHUST, Manuel; FRASQUET, Ivana (Eds.). *La Patria no se hizo sola: Las Revoluciones de Independencia iberoamericanas*. Madrid: Elece, Industria Gráfica S. I. 2012.
- CHUST, Manuel y SERRANO, José Antonio (Eds.). *Debates sobre las independencias iberoamericanas*. Madrid; Frankfurt: AHILA/Iberoamericana/Vervuert, 2007.
- DALFRÉ, Liz Andréa. Algumas reflexões sobre a Independência da América: uma comparação entre Francisco Adolfo Varnhagen e Domingos Faustino Sarmiento. In: XXVI Simpósio Nacional de História. 26, 2011. ANPUH. *Anais*. São Paulo, julho, 2011.
- DONGHI, Tulio Halperin. *Reforma y disolución de los imperios ibéricos (1750 – 1850)*. Madrid, Alianza Editorial S.A. 1985.
- _____. *Revolución y guerra: formación de una elite dirigente en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1994.

FRASQUET, Ivana. *Las caras del águila: del liberalismo gaditano a la república federal mexicana, 1820-1824*. Castelló de la Plana: Publicacions de la Universitat Jaume I, 2008.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Revolução e independências: notas sobre o conceito e os processos revolucionários na América Espanhola. *Revista Estudos Históricos*. v. 10, n. 20, p. 275-294, 1997.

KOSELLECK, Reinhart. Teoria da história e hermenêutica. In: KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: Estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014. p. 91-109.

MÄDER, Elisa Noronha de Sá. Revoluções de Independência na América Hispânica: uma reflexão historiográfica. *Revista de História*, n. 159, 2º semestre, p. 225-241, 2008.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Sistema Colonial (1777 – 1808)*. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

PIMENTA, João Paulo G. Com os olhos na América espanhola: a independência do Brasil (1808 – 1822). *Cadernos do CHDD*. Brasília, DF. v. 4. n. Especial. p. 03 – 22. 2005.

_____. *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808 – 1828)*. São Paulo: Hucitec, 2006.

REIS, José Carlos. História e verdade: posições. *Revista Síntese*. v. 27. n. 89. p. 321-348. Belo Horizonte, 2000.

_____. O desafio historiográfico. In: REIS, José Carlos. *O desafio historiográfico*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2010. p. 11-28.

RÜSEN, Jörn. Aproximações do todo II: a abertura do campo da experiência. In: RÜSEN, Jörn. *Teoria da história: uma teoria da história como ciência*. Curitiba: Editora da UFPR, 2015. p. 117-130.

TORRES, Rosa María de la Torre. El pensamiento liberal gaditano y el primer constitucionalismo mexicano. In: FERNÁNDEZ, José Luis; SÁNCHEZ, Eduardo Alejandro López. *La constitución de Cádiz de 1812 y su impacto en el Occidente novohispano*. México: Universidad Autónoma de México, 2015. p. 423 – 445.

¹ Em seu texto, Ankersmit discute as teorias elaboradas por Gottlob Frege, Mark Bevir, Quentin Skinner, Hayden White e Ferdinand de Saussure.

² One could say, though, that each historical text on the Renaissance is an attempt – or rather, a proposal – to fix the reference of the word. But then some other historian will write another text on the Renaissance with a different proposal for fixing the reference. It is an illusion that sometime a historian would write a text on the Renaissance fixing the reference of that word acceptable to all contemporary and future historians. It would mean the end of the debate on the Renaissance; and as everyone acquainted with the practice of historical writing will know, such debates never end and are not meant to be ended. So one may then ask oneself, if no historians will ever succeed in fixing the reference of the word "Renaissance," what makes them continue a hopeless debate that is condemned beforehand to remain inconclusive forever? The answer to that question can be found in the last sentence of the passage from Saussure

quoted above – namely, that it enriches our understanding of the past and that this is why historians propose notions such as the Renaissance and go on discussing them *ad infinitum* and why this is a most rational and valuable enterprise.

³ “In the case of propositional truth we have an object in the world and may then inquire into its properties. And any answer the world will give to our question will depend on the nature of that question. The subject's question is answered in the same brainless manner in which an automatic teller machine counts out to you the amount of money that you had asked for. [...] But what the world reveals of itself in terms of presenteds or aspects cannot be fitted within the framework of this question-and-answer model. A representation is not a question, and its presented is not the answer to a question: we need the former only to make the past *appear* to us in terms of an aspect of it.”

⁴ Heidegger entende que a verdade, enquanto afirmação, deve ser entendida como revelação do próprio Ser em si. Sendo assim, a verdade “não tem, no mínimo, a estrutura de uma correspondência entre conhecimento e um objeto, no sentido de se tornar idêntico de um ser (sujeito) com outro (objeto).” (KOSELLECK, 2014, p. 08).

⁵ “[...] the light of historical narrative truth is produced by carefully constructed and intensively discussed historical representations of the past. The myth of Romantic genius is replaced here by the rationality of historical debate. And though we may well be fascinated by how the historian continues the tradition of poetic genius, we have even more and better reasons for being fascinated by these reflections cast back to us by the past thanks to the light that is shed on the represented by the historian's representations.”

⁶ Para Ankersmit, Quine entende que “a teoria ou a linguagem tem uma certa autonomia ou inércia no que diz respeito às evidências empíricas ou ao mundo”. Tal compreensão, no entanto, segundo aponta o autor, teria gerado uma certa confusão em meio aos pesquisadores das humanidades propiciando o que ele entende como extravagâncias desconstrutivistas e celebrações da retórica.

⁷ O autor entende que existem dois eixos relacionados ao texto histórico. O eixo horizontal da linguagem, do significado e da interpretação e o eixo vertical da verdade e da relação entre a linguagem e o mundo, totalmente distinto de seu anterior.

⁸ “Truth as revelation situates truth in the past itself—more specifically, in an *aspect* of the past that is highlighted by a representation. Not only is this how the bridge is built between language and the world in agreement with all time – honored empiricist intuitions – preventing historical representation from getting lost in idle speculation—but it also implies that it is the historian's assignment to discover what aspects of the past will be more conducive than others to our understanding of the past. And this assignment is as much in agreement with all our intuitions about historical writing as it is workable.”

⁹ Podemos visualizar melhor essa relação no terceiro capítulo da obra *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808 – 1828)*, do historiador João Paulo Garrido Pimenta; no segundo, terceiro e quarto capítulos da obra *Brasil e Portugal na crise do Antigo Sistema Colonial (1777 – 1808)*, do historiador Fernando Novais; e no primeiro capítulo da obra *Reforma y desolución de los impérios ibéricos (1750 – 1850)*, do historiador Tulio Halperin Donghi.

¹⁰ Medidas como a tentativa de reaproximação das coroas, criação e aplicação de impostos sobre as colônias e acontecimentos como a expansão francesa sobre a península ibérica, a deposição e substituição de Fernando VII por José Bonaparte, através das abdições de Bayonna, foram alguns dos fatores que influenciaram os processos de busca pela independência.

¹¹ “Así, del consenso se pasó al disenso, de la unidad a la diversidad. Y en este punto se acabó matizando la historia nacional por los estudios regionales que enriquecieron el proceso. Y lo no coincidente con la centralidad no fue ocluido o descartado sino que al incorporarlo complejizó la explicación uncausal y alumbró determinados comportamientos políticos de otras fracciones del criollismo, de comunidades indias, mestizas o negras. Así, la diversidad regional contribuyó irremediamente a dotar las historias y los temas históricos de una complejidad étnica y racial más propia de América.”

¹² Liberalismo gaditano, ou Liberalismo espanhol, é o nome dado aos movimentos políticos de grupos espanhóis que visavam a liberdade do jugo francês, quando da invasão napoleônica e da deposição da Coroa hispânica. Esses movimentos iniciaram logo após a invasão, mediante a declaração de guerra pela independência, em 1808, e a conformação das Cortes de Cádiz, e se estenderam até 1814, quando da derrota de Napoleão e da restauração do trono à família Bourbon, representada por Fernando VII. O principal produto dessa fase foi a criação da *Constitución de 1812*, ou Constituição de Cádiz. (BEZERRA, 2013; BREÑA, 2016; CHUST, 2008; FRASQUET, 2008; TORRES, 2015).

¹³ “O passado é uma abstração, *não é mais*, e ninguém jamais saberá como teria sido. E mesmo se o historiador pudesse retornar ao passado, isso o tornaria um conhecedor eficiente? Ele se tornaria apenas mais um contemporâneo, envolvido pelo seu objeto, e saberia tanto daquela época como alguém que a viveu, isto é, muito pouco;”

Artigo recebido em 27 de janeiro de 2021.
Aceito para publicação em 01 de maio de 2021.

**PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DA MILITÂNCIA
FEMINISTA ACADÊMICA NO BRASIL E A REVISTA
ESTUDOS FEMINISTAS NA DÉCADA DE 90¹**

**CONSTRUCTION PROCESSES OF ACADEMIC FEMINIST
ACTIVISM IN BRAZIL AND THE *REVISTA ESTUDOS*
FEMINISTAS IN THE 90S**

Janai Harin LOPES*

Resumo: A proposta deste trabalho é estabelecer relação entre a agenda feminista das décadas de 1980 e 1990 no Brasil e a chamada institucionalização dos feminismos e do gênero, com o surgimento da Revista Estudos Feministas (REF) – UFSC publicada pela primeira vez no ano de 1992, para se pensar o cenário da emergência de uma militância feminista na academia brasileira em contrapartida a um pensamento autonomista dentro do movimento. A partir dos debates gerados em torno da eclosão da categoria gênero, mediante revisão bibliográfica e análise dos artigos publicados na revista, se objetiva investigar quais foram os embates e as contribuições provenientes da relação entre a produção feminista acadêmica e a militância feminista para o cenário, e como a revista se enquadrou na luta por legitimidade e contra as desigualdades.

Palavras-chave: Feminismos brasileiros, militância feminista acadêmica, historiografia feminista, anos 90.

Abstract: The purpose of this paper is to establish a relationship between the feminist agenda of the 1980s and 1990s in Brazil and the so-called institutionalization of feminisms and gender, with the appearance of the journal Revista Estudos Feministas (REF) - UFSC, which was first published in 1992, in order to understand the emergence of feminist activism in Brazilian academia as opposed to autonomist thinking within the movement. Based on the debates generated around the emergence of the gender category, through a bibliographical review and analysis of the articles published in the journal, the aim is to investigate the clashes and contributions arising from the relationship between academic feminist production and feminist activism to the scenario, and how the journal was framed in the struggle for legitimacy and against inequalities.

Keywords: Brazilian feminisms, academic feminist activism, feminist historiography, 1990s.

O objetivo deste trabalho consiste em historicizar os processos que levaram à construção de uma militância feminista acadêmica no Brasil, da relação entre o movimento feminista e instituições como as universidades, e a produção feminista acadêmica no país, a fim de perceber se, de fato, teoria e prática constituem mutuamente elementos de contribuição, ou o contrário, se são antagônicos. Além disso, objetiva-se discorrer sobre a recepção e os impactos que a categoria gênero exerceu tanto no âmbito da militância, quanto no próprio ambiente científico da década de 1990.

* Mestranda em História - Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Florianópolis, SC – Brasil. Bolsista CAPES. E-mail: janaih.historia@gmail.com.

A fonte para tal análise será a Revista Estudos Feministas, uma revista explicitamente engajada com as pautas do feminismo desde seu primeiro número, publicado em 1992, a fim de examinar como a revista constituiu, ao mesmo tempo, agente e resultado do cenário. Além disso, também se visa analisar como a revista se posicionou tanto em relação às dúvidas que se colocam a partir da desconfiança da militância diante da academia, e vice-versa, da academia diante de pautas advindas do vocabulário da militância.

Todo o acervo da Revista Estudos Feministas encontra-se em plataforma digital, além de ser indexada em oito bases, como Scientific Electronic Library On Line (SciELO), Hispanic American Periodicals Index (HAPI), e International Political Science Abstracts (IPSA). O levantamento das publicações da revista está ilustrado no quadro abaixo, que dimensiona a fonte em 15 edições, somando 14 dossiês que contém 99 artigos, além de mais 85 artigos publicados na seção de artigos livres, 2 ensaios, 133 resenhas e 12 pontos de vista. Será mediante estes dados, intercalados à análise de artigos publicados na revista, trechos dos editoriais, e do levantamento bibliográfico de pesquisadoras que se debruçaram a pesquisar o período, que este trabalho será feito, explicitando o engajamento, propósito e público-alvo da Revista Estudos Feministas, em comparação com a agenda feminista do contexto. O quadro 1 corrobora com a investigação na medida em que ilustra e dimensiona as publicações da REF por volume e dossiê, feitas em toda a década de 90.

Quadro 1 - Revista Estudos Feministas – Brasil (1992-1999)

Volume	Temática do Dossiê	Artigos Dossiê	Artigos Livres	Ensaio	Resenhas	Ponto de Vista
1992, v.0, n.0	Mulher e Meio Ambiente	5	6	0	10	0
1993, v.1, n.1	Mulher e Violência	9	6	0	11	0
1993, v.1, n.2	Mulher e Direitos Reprodutivos	9	5	0	9	1
1994, v.2, n.2	Leila Diniz	8	8	0	12	1
1994, v.2, n.3	O Feminismo Hoje	3	8	0	8	1
1995, v.3, n.1	A 4ª Conferência Mundial da Mulher	7	10	0	9	1
1995, v.3, n.2	Mulheres Negras	12	5	0	9	2
1996, v.4, n.1	Ações Afirmativas	11	5	0	10	1
1996, v.4, n.2	Políticas Públicas e Pobreza	5	5	0	9	1

1997, v.5, n.1	Gênero e Velhice	9	4	0	7	0
1997, v.5, n.2	Aborto	8	6	0	9	1
1998, v.6, n.1	Novas Tecnologias Reprodutivas	4	5	0	10	1
1998, v.6, n.2	Masculinidade	4	5	0	11	1
1999, v.7, nº 1 e 2	Mulheres Indígenas	5	7	2	9	1

Fonte: Acervo Online – REF. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/index>.

Uma ampla historicização já foi dedicada, por diversos autores, sobre a conjuntura política que se deu no Brasil, ao sair de uma ditadura militar, adentrar em um momento de abertura política e democratização, e o desenrolar disso. Entretanto, aqui já se explicita que a concepção pela qual este artigo trilhará usa como arcabouço teórico a vasta produção feita por autoras que partem da perspectiva da história das mulheres, da teoria feminista e dos estudos de gênero em suas pesquisas, para dar visibilidade às mulheres enquanto agentes históricos. Isto porque, como indicou Rachel Soihet e Joana Maria Pedro (2007), foram as pesquisadoras que partiram das categorias “mulher”, “mulheres” e “gênero” para questionar a exclusão da representação das mulheres na produção científica e na historiografia (SOIHET e PEDRO, 2007, p. 281). As autoras apontam que a emergência da história das mulheres no Brasil se deu a partir do final da década de 1960, e que pesquisar e produzir uma história por esta perspectiva implicava na “negação de que o sujeito da história constituía-se numa figura universal” (SOIHET e PEDRO, 2007, p.286), o que desbancou inclusive, ao avançar das discussões, a afirmativa de que a categoria “mulher” seria homogênea, passando a ser compreendida como igualmente excludente, tal qual “homem”.

É clássico que autoras apontem em suas análises o ano de 1975 como o marcador de “origem” do movimento feminista no Brasil, devido tanto à instituição pela União das Nações Unidas (ONU) do ano e da década da mulher, quanto ao fortalecimento de diversos grupos feministas e movimentos de mulheres (SILVA, 2019). Segundo Ana Alice Alcântara Costa e Cecília Maria Bacellar Sardenberg (1994), as comemorações em torno do Ano Internacional da Mulher contribuíram para o surgimento de vários grupos de estudo ou de reflexão, chamados de grupos de consciência/conscientização, parecidos com o do cenário internacional. Esse feminismo que ressurgiu no Brasil na década de 70, articulado em torno da afirmativa de que “o pessoal é político”, questionava a divisão sexual do trabalho, o papel da mulher na família e na sociedade, visando uma transformação mais abrangente nas relações

humanas com foco na eliminação das discriminações sociais entre os sexos. E essa crescente mobilização das mulheres em torno das questões específicas à condição e realidade feminina na sociedade teve ressonância na academia (COSTA e SARDENBERG, 1994, p. 390).

Maria Luiza Heilborn e Bila Sorj (1999), fazendo um comparativo entre cenário estadunidense e cenário brasileiro, afirmaram que estes estudos emergiram nas universidades americanas na década de 70 nas ciências sociais. A diferença foi que lá as feministas acadêmicas, pelo avanço na crítica à organização científica e profissional dominante, principalmente via docência, criaram novos cursos e espaços de formação nas universidades, impulsionando a reflexão sobre a experiência das mulheres e as aspirações feministas. No Brasil, a incorporação destas categorias na academia, inscrita em um momento nomeado por algumas autoras de institucionalização dos feminismos e do gênero, seguiu um caminho distinto do norte-americano, caracterizado como "menos radical" porque, ao invés de construírem espaços próprios e alternativos, as brasileiras integraram-se à dinâmica da comunidade científica, mesmo com seu viés tradicional, visando primeiramente obter reconhecimento do valor científico de suas pesquisas e de ser uma pesquisadora (COSTA, SARDENBERG, VANIN, 2010, p. 60).

Em 1979 um passo importante foi dado com a criação do grupo de trabalho (GT) Mulher e Força de Trabalho, na Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), e no ano seguinte, a criação do grupo de trabalho (GT) Mulher e Política, e do Núcleo de Estudos da Mulher na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. A formação deste núcleo incentivou a criação de diversos outros núcleos de pesquisas em outras regiões do país (COSTA, SARDENBERG, VANIN, 2010, p. 58). Costa, Sardenberg e Vanin lembram que, em 1983 foi criado o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), na Universidade Federal da Bahia. Nas associações científicas houve grande impulso e moção de recursos para estas pesquisas com a criação de grupos de trabalho na Associação Nacional de pesquisa em educação, na Associação Brasileira de Antropologia, Associação Brasileira de estudos populacionais, Associação Nacional de Pesquisa em História, Associação Brasileira de Literatura Comparada, Associação Brasileira de Estudos do Trabalho em Psicologia Social, e na pesquisa em letras e literatura. As autoras enfatizam o protagonismo e importância dos concursos realizados pela Fundação Carlos Chagas com o apoio da Fundação Ford que forneceu bolsas e auxílios de pesquisa para estes temas no final da década de 70. Tudo isso serviu como estímulo para uma produção científica de

qualidade (COSTA, SARDENBERG, VANIN, 2010, p. 59). Adiante falaremos das dificuldades enfrentadas por estas acadêmicas.

No Brasil, a partir dos anos 80 os movimentos de mulheres e feministas buscaram espaços nas universidades na forma de núcleos de estudos, laboratórios, institutos, como iniciativas que colaboravam para que o feminismo se tornasse um campo de conhecimento legitimado, além de um campo discursivo de atuação e de ação feminista. A emergência dessa chamada institucionalização dos feminismos no Brasil é marcada pela criação de núcleos de estudo e pesquisa sobre mulheres, influenciando toda uma geração de mulheres e jovens que passaram a se identificar como feministas. Sonia Alvarez (2014) afirma que a história oficial do feminismo proclamaria que nesse momento de redemocratização o feminismo se institucionalizou, e foi um momento que muitas se reposicionaram e redirecionaram suas forças para adentrar nas mais variadas instituições da sociedade civil, inclusive nas masculinistas.

As autoras Joana Maria Pedro e Marisa Barlleto (2019) ressaltam que, com a redemocratização dos anos 80, iniciou-se uma “onda” de ganhos para as mulheres, e que estes só foram alcançados através da sua participação em instituições governamentais ou pela atuação em partidos, em ONGs, em instituições de pesquisa e ensino, e etc. Destes anos em diante, segundo as autoras, observou-se a ascensão de núcleos de estudos especializados em história das mulheres, dos feminismos, da condição feminina, dos estudos de gênero, e das sexualidades nas universidades. Outro benefício apontado pelas autoras foi a mobilização de recursos para pesquisa e ocupação de lugares na academia que foram dando legitimidade a estes campos de estudo engajados em assuntos que até então só faziam parte do vocabulário do movimento social (PEDRO, BARLLETO, 2019, p. 10)

Para melhor compreender o cenário internacional *versus* o cenário nacional, foi no final da década de 1980 que conceito de gênero foi definido pela historiadora Joan Scott (1995). As feministas que reivindicavam o uso do termo gênero, visavam enfatizar o caráter social da construção das diferenças entre sujeitos a partir do seu sexo, no intuito de problematizar e desconstruir as relações de hierarquia entre homens e mulheres. Joana Maria Pedro (2010), pensando os anos 80, nos aponta que esta década é considerada pelo feminismo internacional como o período da emergência das categorias “mulheres” e “gênero”. Não obstante, a historiadora afirma que no Brasil, e em outros países do Cone Sul, “mulher” continuava presente nos títulos historiográficos (cenário que perdurou até os anos 1990). Uma forma de se comprovar este argumento é do fato de que, em 1989, lançou-se, na *Revista Brasileira de História*, um número dedicado à

categoria “mulher”, intitulado *A mulher no espaço público*, já que, para o momento, falar de mulher na história, significava, sobretudo, avançar no debate e reparar a exclusão; isso pensando que uma revista científica tem por função a divulgação de debates atualizados dentro das temáticas as quais se propõe. (PEDRO, 2010, p. 271). Pedro aponta como sendo nos anos 90 a grande divulgação da categoria Gênero no Brasil, com a historiadora norte-americana Joan Scott, mencionada anteriormente como referência internacional, despontando no debate. Publicado nos Estados Unidos em 1986, e traduzido no Brasil em 1990, o artigo *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, é citado incansavelmente até os dias de hoje, com destaque para o trecho que define que “(...)gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86).

Para diagnosticar o desenrolar da incorporação da categoria “gênero” no Brasil, Costa e Sardenberg (1994) abordaram em seu texto o primeiro Encontro Nacional de Núcleos de Estudos sobre a Mulher nas Universidades Brasileiras, promovido pela USP, que ocorreu em março de 1991, no qual se reuniram representantes de diversos núcleos de estudo para discutirem os problemas e dificuldades enfrentados nesses centros de pesquisas. Segundo as autoras, o principal diagnóstico denunciado no encontro foi que estavam sendo criados “guetos femininos” dentro das universidades: 1) ou porque esses núcleos de estudos eram frequentados majoritariamente ou exclusivamente por mulheres; 2) ou porque o seu alcance e circulação era somente entre mulheres, ainda que já se trabalhasse com a categoria gênero enquanto relacional, o que ampliava e possibilitava diálogo com outras categorias e sujeitos. E ainda que um defeito que se possa apontar sobre esses núcleos de estudos seja, como as autoras chamam de “síndrome do umbigo”, ou seja, que sua limitação estaria atrelada ao fato de que são mulheres, escrevendo sobre mulheres, para mulheres, há que se levar em conta as dificuldades ou mesmo hostilidades enfrentadas por esses mesmos grupos no ambiente acadêmico machista. E não somente.

A partir da metade da década de 80 algumas feministas começaram a questionar a força do próprio movimento, inclusive indicando que ele estaria se enfraquecendo e perdendo autonomia, isto porquê, como já referenciado anteriormente, foi neste cenário o início da participação em diferentes instituições de mulheres adentrando o sistema. (PEDRO, BARLLETO, 2019, pp. 5-6). Nesse âmbito de tensões entre militância e academia, a reflexão sobre a ascensão da categoria gênero e a crítica de que esta categoria teria “despolitizado o feminismo” tornou-se recorrente na militância.

A principal disputa se deu entre essas feministas que estavam adentrando os espaços nacionais e internacionais da política institucional nos partidos, nas universidades, e nas próprias ONGs, e aquelas que autodenominavam-se "feministas autônomas", e faziam uma crítica feroz e frontal de que as mulheres que estavam aliadas ao movimento de institucionalização eram "traidoras" do verdadeiro feminismo e haviam "se vendido" às forças patriarcais do neoliberalismo global (ALVAREZ, 2014, p. 29). Assim, apontavam que não só academia, mas também as ONGs estariam despolitizando o movimento feminista e a organização das mulheres, distanciando discurso, realidade e prática, em especial a categoria "gênero". As que eram contra afirmavam que a proliferação dos núcleos de pesquisa e das ONGs fazia parte da consolidação do projeto neoliberal para o Brasil, como estratégia para o deslocamento do enfrentamento político classista e feminista para o lema de participação e cidadania.

Outra crítica era que gênero desvinculava as relações de poder da materialidade e dava ênfase a uma dimensão simbólica. A noção de construção discursiva por essa crítica estaria distanciando as mulheres das lutas cotidianas pela sua emancipação. (PEDRO, BARLLETO, 2019, p. 7). Resultado disso, as autoras apontam que no Brasil, a chegada dos anos 90 modificou o movimento feminista pois os vínculos entre as intelectuais feministas e os movimentos de mulheres começaram a enfraquecer.

E, retomando a hostilidade sofrida no meio acadêmico, pensando no que estas pesquisadoras sofreram no campo da disciplina histórica, Joana Maria Pedro (2010) afirmou que a acusação feita pela historiografia no geral, com relação aos estudos feministas e de gênero foi, desde o começo, de que esta seja uma "história militante", e não "científica" (ainda que tivessem abandonado, teoricamente, a ideia de neutralidade dos sujeitos sobre seus objetos de pesquisa), encarando-as com descrédito (PEDRO, 2010, p. 270). A autora aponta que a mesma desconfiança e descrédito, nesse momento, já não recaía mais sobre categorias como "classe" e "raça/etnia".

A proposição do conceito de gênero como categoria fundamental de análise dentro de uma perspectiva relacional surge como proposta de derrubada das paredes desses, que foram chamados de "guetos feminino", na busca pela conquista de um espaço de reflexão mais amplo e abrangente, que incorporasse não só mulheres, mas a comunidade científica como um todo.

Só que os desafios propostos a partir da definição de gênero tratavam-se também de uma luta tanto no plano teórico-metodológico, quanto no próprio espaço das instituições científico-acadêmicas, como as Universidades. O sucesso do objetivo do gênero enquanto categoria de análise e campo de estudos dependia do verdadeiro

aprofundamento das reflexões teórico-metodológicas em torno do conceito, além de uma ampla disseminação e divulgação da produção, resultante desse campo, com outras áreas do saber (COSTA, SARDENBERG, 1994, pp. 393-394). Foi diante deste cenário e com essa proposta que surgiu a REF.

A partir do seminário “Estudos sobre a Mulher no Brasil: avaliação e perspectivas” em novembro de 1990 – realizado na cidade de São Roque/SP –, promovido pela Fundação Carlos Chagas, diante da fertilidade da temática de estudos sobre/feito por mulheres e, diante do diagnóstico de inexistência de qualquer centro-referência para divulgação de uma revista científica específica ao debate sobre feminismos e estudos de gênero no Brasil, que a REF foi pensada.

Conforme disse a autora Albertina Costa (2004), encontros como esse são cristalizados e transformados em marcos, na medida que são a materialidade de interesses coletivos, bem como aglutinam aspirações e demandas que, ou se encontravam conflituosas e dispersas, ou estavam sem canais de expressão para serem compartilhadas (COSTA, 2004, p. 5)

Como publicação itinerante em seu início em 1992 no Rio de Janeiro, passou pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e, posteriormente, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Albertina Costa afirma que a proposta original era a que a Revista deveria ser um porta voz da comunidade acadêmica de estudos de gênero e não estaria vinculada a uma instituição específica, por isso o deslocamento.

Para expressar de modo claro esta identidade independente propunha-se uma rotatividade de instituições que acolheriam a publicação. Este eixo central da identidade da Revista contemplou os ideais generosos de democracia, de alternância e de autonomia valorizados pelas feministas, mas tornou problemática a construção institucional e a continuidade, a captação de recursos, o que gerou instabilidade, com potenciais crises (COSTA, 2004, p. 209)

Diante disso, a REF se estabilizou quando relocada para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 1999, sediada na UFSC/CFCH/CCE (Centro de Filosofia e Ciências Humanas/Centro de Comunicação e Expressão). No contexto de crescimento acadêmico do gênero, surge a Revista Estudos Feministas (REF) em 1992 como a primeira revista acadêmica deste campo no Brasil, seguida pelos Cadernos Pagu – Unicamp e abrindo caminho para outras.

Como reflexo do cenário intelectual das conjunturas acadêmico-científicas na modernidade, Lucila Scavone (2013) pontua que a revista se consolidou em um momento no qual a produção intelectual sobre as questões de gênero e feministas começava a crescer no país, o que favoreceu sua projeção, recebendo,

O apoio institucional/financeiro dos Programas de Dotações para Pesquisa sobre Mulheres e Relações de Gênero subvencionados pela Fundação Carlos Chagas/Ford (1978-1998) e a criação de Núcleos de Pesquisa nas Universidades e Grupos de Trabalho nas Associações de Pós-Graduação foram, sem dúvida, elementos propiciadores do crescimento da produção científica do campo de estudos de gênero no Brasil. (SCAVONE, 2013, p. 588)

Cabe então partir para o raciocínio de quais as possíveis aproximações e distanciamentos estabelecidos entre a REF e a produção científica feminista nela divulgada, com o movimento feminista e as pautas do contexto, a começar pelo seu nome.

Albertina Costa (2004) fazendo o retrospecto, afirma, tal qual Joana Maria Pedro (2010), que à época, “gênero” era um termo novo no Brasil, conseqüentemente, polêmico. O comitê da revista, composto por Albertina Costa, Heloisa Buarque de Hollanda, Lena Lavinias, Maria Odila Leite da Silva Dias, Bila Sorj, Maria Luiza Heilborn, Maria Lucia Mott e Mary Garcia Castro, grandes nomes da comunidade acadêmica que estava engajada com os estudos feministas e de gênero, achou por bem contemplar a vanguarda e não causar estranheza, e manter como Revista Estudos Feministas o título do periódico acadêmico-feminista que estava a se lançar. (COSTA, 2004, pp. 207-208). Daí já se iniciou o desafio/proposta de dialogar com os feminismos da época, já compreendidos por elas no plural.

Sobre propósito, segundo a autora, a criação da Revista estava baseada em dois principais argumentos:

(...)a inexistência no Brasil de uma revista acadêmica que cumprisse a função de divulgar, ampliar e aprimorar a reflexão sobre gênero (a revista *Cadernos Pagu* aparecerá em 1993 vindo a corroborar a existência de uma demanda reprimida por espaços de publicação), ausência inexplicável, uma vez que este campo de estudos havia demonstrado um crescimento vigoroso e vinha contribuindo para a renovação das Ciências Sociais. O segundo argumento vinha refinar o anterior, partia da constatação que ao expressivo crescimento da literatura acadêmica sobre gênero correspondia uma circulação relativamente marginal desta produção restrita aos estudiosos da temática. Este argumento mais tortuoso apontava a necessidade de um veículo específico para a temática, para expandir e aperfeiçoar o diálogo com os diferentes campos do conhecimento. (COSTA, 2004, p. 208)

Tais argumentos são ressaltados no editorial de número zero da REF, publicado em 1992, em que está afirmado que:

A criação da REF, além de servir de expressão dos movimentos sociais de mulheres, pretende antes de mais nada difundir os conhecimentos de ponta na área de estudos feministas, ampliando e aprimorando esse campo de estudos não apenas entre especialistas, mas também entre este e os demais campos de conhecimento (LAVINAS, 1992, p. 3)

Segundo Costa (2004), a ambição da Revista era de levar os estudos de gênero para o *mainstream* das Ciências Sociais e a maior preocupação de seu comitê editorial (do qual a autora fazia parte), sempre foi a excelência, já que o campo era alvo de ataques e desconfiança vindos de diversos lugares. Além disso, pretendiam que público preferencial fosse mais amplo que a comunidade acadêmica, assim, a revista buscava contemplar o movimento social com “(...)argumentos consistentes e tencionava ter impacto nas políticas públicas. Seu formato contemplava uma sessão de artigos e um dossiê abarcando diversas contribuições a respeito de temas candentes para o movimento de mulheres” (COSTA, 2004, p.209).

No levantamento feito para esta pesquisa, podemos observar, a partir do Quadro 1, quais foram as temáticas focalizadas nos 14 dossiês publicados pela REF nos anos 90, sendo elas: “Mulher e Meio Ambiente”, “Mulher e Violência”, “Mulher e Direitos Reprodutivos”, “Leila Diniz”, “O Feminismo Hoje”, “A 4ª Conferência Mundial da Mulher”, “Mulheres Negras”, “Ações Afirmativas”, “Políticas Públicas e Pobreza”, “Gênero e Velhice”, “Aborto”, “Novas Tecnologias Reprodutivas”, “Masculinidades” e “Mulheres Indígenas”.

Pensando, já de início, nas categorias acionadas nos títulos, confirma-se o argumento de Joana Maria Pedro (2005) se tratando das categorias emergentes na historiografia brasileira dos anos 80 em 90 no contraste com o cenário internacional. É possível perceber, a partir da REF que, de fato, a categoria “mulher” não foi substituída ao passo que emergiam novas outras, mas como podemos observar, foi mantida no debate, já que, segundo a autora, estas categorias efervesceram simultaneamente nos países do Cone Sul (PEDRO, 2005, p. 274). Ainda, se analisarmos mais trechos do editorial de número zero da revista, será possível compreender melhor as proposições de Pedro.

(...)Trata-se de um projeto coletivo, que hoje ganha forma pela determinação e competência de pesquisadoras – quase só mulheres, ainda – que, nesses últimos vinte anos, de Norte a Sul do país, contribuíram para renovar o conhecimento nas Ciências Humanas e

Sociais a partir da reflexão sobre o lugar historicamente subordinado das mulheres na sociedade. (LAVINAS, 1992, p. 3)

Aqui percebemos que, apesar do título do dossiê temático deste número acionar a categoria “mulher”, já no editorial de número zero constava a noção de “mulheres”, não mais no singular, mas no plural, para pensar seus lugares de subordinação, também pensados no plural. Isto é sinal de que aquele conjunto de mulheres fundadoras da revista estaria atento às discussões demandadas por diversos movimentos de mulheres e feministas, como esta, que no Brasil pode ser identificada nos anos 80 a partir da mobilização de mulheres negras na luta para quebrar a noção hegemônica e singular de “feminista”, que não contemplava a sua realidade e a de muitas outras, passando a propor a intersecção de “gênero” com questões de “raça/etnia”, “classe” e “sexualidade” (ALVAREZ, 2014, pp. 23-24). Adiante falaremos de um dossiê que foi dedicado exclusivamente a esta discussão.

Sônia Weidner Maluf (2004) se propôs a discutir a seção de dossiês da Revista Estudos Feministas, desde o seu surgimento em 1992, fazendo uma análise com enfoque nas suas temáticas, e no que os dossiês representam, em linhas gerais, na revista. A autora afirma que os dossiês são uma seção da REF com propósito de estabelecer diálogo entre a produção acadêmica e intelectual, e a militância, o ativismo e as políticas feministas sobre temas específicos.

São publicados tanto artigos e ensaios no estilo acadêmico, trazendo análises e reflexões teóricas quanto outros gêneros textuais, como testemunhos, relatos, entrevistas, entre outros, buscando dar uma panorâmica do tema em questão e defrontando reflexão teórica com práticas, ações e políticas feministas. (MALUF, 2004, p. 235)

O argumento apresentado por Maluf (2004), pode ser somado ao que verificamos constar no primeiro editorial da revista; o esforço desse coletivo fundado por mulheres para estabelecer o diálogo entre a “teoria” e a “práxis”. A autora ainda afirma que é analisando os dossiês da revista que podemos ter mais visibilidade do que está sendo tencionado, dos fluxos e refluxos dessas pontes (ou tentativas), entre ativismo e produção acadêmica. Para Sônia Maluf, esta questão perpassa a revista como um todo e é o que constitui o próprio campo dos estudos feministas,

(...)não apenas pelas trajetórias de muitas mulheres, hoje professoras e pesquisadoras, que foram protagonistas dos movimentos de lutas que antecederam e ajudaram a formar os estudos feministas e de gênero,

mas também pelas implicações políticas e epistemológicas da própria existência dos estudos feministas (MALUF, 2004, p. 235).

Conforme apontado anteriormente, outra crítica feita com relação à produção acadêmica das feministas sobre estudos de gênero, pela militância, era de que esta despolitizava as mulheres e as afastava da materialidade das opressões cotidianas, levando tudo para uma assimilação simbólica. Podemos pensar que, pelas temáticas dos dossiês da revista, encontra-se a proposta de debater pautas concretas, advindas de demandas e pautas dos movimentos de mulheres e feministas nos anos 80 e 90, tal como nos dossiês “Mulher e Violência” v.1, n.1/1993, “Mulher e Direitos Reprodutivos” v.1, n.2/1993, “Mulheres Negras” v.3, n.2/1995, “Ações Afirmativas” v.4, n.1/1996, “Políticas Públicas e Pobreza” v.4, n.2/1996, “Aborto” v.5, n.2/1997, ou “Mulheres Indígenas” v.7, n.1 e 2/1999. Novamente citando, Sônia Maluf (2004) se debruçou a fazer uma análise detalhada de como os dossiês fazem vínculos com as conjunturas políticas e sociais a nível transnacional.

A título de exemplo, no segundo dossiê intitulado “Mulher e Violência” v.1, n.1/1993, a autora afirma que toda a posição política da revista, desde o seu editorial, diz respeito à “(...)revisão Constitucional e à revisão do Código Civil, focando nas mudanças que deveriam ser implementadas favoravelmente às mulheres” (MALUF, 2004, p. 237). No terceiro dossiê, com a temática “Mulher e Direitos Reprodutivos” v.1, n.2/1993, também desde o editorial, situa-se o contexto do debate proveniente do ativismo, simultaneamente a duas grandes conferências promovidas pela ONU que estavam a ser preparadas, sendo elas: a III Conferência Internacional de População e Desenvolvimento (CAIRO – 1994), e a Conferência das “duas décadas de comemoração” do Ano Internacional da Mulher (Beijing – 1995). Segundo Maluf, este foi o maior dossiê do período inicial da REF (MALUF, 2004, p. 237). Outro exemplo, mais adiante, seria do dossiê mais extenso já publicado pela REF, segundo a autora, o “Mulheres Negras” v.3, n.2/1993, que em seu editorial já explicitava a seriedade e importância do debate, proposto “(...)por mulheres negras que compunham na época o Conselho Constitutivo e o Comitê Editorial da REF”, além do reconhecimento de ser uma reflexão que estava se iniciando na revista (MALUF, 2004, p. 237).

O dossiê Mulheres Negras vem em boa hora preencher uma lacuna na trajetória da REF. Trazendo uma reflexão mais detida e sistemática sobre as relações de gênero e raça em suas articulações de desigualdade e assimetria na sociedade brasileira esta seção apresenta uma produção majoritariamente de autoria de pesquisadoras negras(...) a reflexão aqui proposta parte de análises e ensaios que buscam trazer

dados sobre inserção da população negra feminina no país salientando o seu grau de exclusão social(...) A escolha do tema também reconhece que o movimento de mulheres negras representa a face mais ativa e dinâmica da organização atual das mulheres brasileiras. (HEILBORN, 1995, p. 302)

Estes exemplos foram dados a fim de firmar o argumento de que os temas publicados nos dossiês atendem o apelo de várias pesquisadoras quanto a urgência de integrar essas dimensões nas análises que procedem sobre a sociedade brasileira, e se ligam, segundo Sônia Maluf (2004) a: 1) conjuntura passada pelo movimento feminista concomitantemente com grandes eventos nacionais ou internacionais ou debates parlamentares e políticas que tangenciam mulheres; 2) áreas como a da saúde e direitos reprodutivos, e as que receberam grande reconhecimento e financiamento de órgãos e instituições; 3) temas relacionados às lutas por políticas públicas e também às temáticas da ação feminista no momento; 4) temas que aglutinam o interesse de pesquisadoras de diferentes áreas, e que trazem discussões sobre questões contemporâneas, a partir da reflexão acadêmica; 5) arte e a cultura; (MALUF, 2004, pp. 240-241).

Para além dos dossiês, a Revista Estudos Feministas era formatada mediante a divisão de artigos livres, ensaios, resenhas e pontos de vista. Sobre os demais dados, o levantamento totalizou a soma de 85 artigos da seção livre. Abrir a proposta de artigos publicados fora das temáticas estabelecidas por um edital de dossiê pode simbolizar aquilo que está descrito como sendo um dos objetivos da revista: além de não monopolizar os debates em torno de uma instituição (já mencionado anteriormente), o de servir como canal de expressão e dar forma ao conhecimento produzido em vinte anos pelas pesquisadoras, de Norte a Sul do Brasil, a fim de sempre renovar os saberes nas Ciências Humanas, difundindo pesquisas de ponta nesta área, entre os mais diversos campos de conhecimento.

Outro ponto diz respeito à publicação de resenhas. Nestes 15 volumes da revista foram publicadas 133 resenhas, sendo elas de livros nacionais e/ou internacionais. Estes dados trazidos aqui não podem ser ignorados, uma vez que materializaram todo o propósito, alcance e engajamento da REF nos anos 90. Isto sinaliza que a revista não perdeu de vista seu foco tanto de incentivar o diálogo entre países, trazendo em seu encarte resumos em inglês e francês dos artigos, promovendo o que se chamou de intercâmbio intelectual, quanto de garantir o acesso das brasileiras às publicações internacionais, na tentativa de democratizar o conhecimento produzido na academia. Somado a tudo isso, em 15 volumes foram publicados 12 pontos de vista, como uma

maneira de assegurar o diálogo do campo dos estudos de gênero no Brasil com a perspectiva de vanguarda, com temática também aberta.

Ademais, em todos os números publicados, a equipe editorial deixou espaço para a divulgação da agenda feminista, tanto acadêmica, quanto de outros espaços, onde eventos partidários, de ONGs, da área da saúde, eventos acadêmicos promovidos pelas mais diversas áreas, e das mais diversas localidades, tinham a possibilidade de serem propagados com a projeção de nível nacional e internacional.

Joana Maria Pedro e Marisa Barlleto (2019) identificando estas relações de tensão e colaboração entre academia e movimento de mulheres e feministas, afirmaram que algumas militantes costumam dizer que as acadêmicas crescem em suas carreiras em vista da pesquisa que fazem utilizando do conhecimento produzido pelo movimento, atribuindo às militantes uma visão utilitarista na produção acadêmica. Mas as autoras contrapõem que historicamente o movimento feminista tem usado da produção feita na academia para legitimar seus discursos, seus projetos, e suas práticas em muitos embates políticos, bem como viabilizam a cotação de recursos para seus projetos (PEDRO, BARLLETO, 2019, p. 11). Assim, os conhecimentos produzidos na academia pelas feministas acadêmicas são acionados em embates e enfrentamentos de grupos opostos para a construção de argumentos que desqualificam discursos de cunho essencialista e contra os direitos humanos, por exemplo. Isto representa mais um sinal de aproximação entre “teoria” e “práxis”, e contribuição mútua entre movimento feminista e produção feminista acadêmica.

A apropriação dos argumentos construídos na academia por movimentos de mulheres e feministas tem possibilitado diferentes estratégias na sua articulação política, como para elaborar políticas públicas atendendo suas próprias demandas, para demandar mais editais de órgãos financiadores nacionais e internacionais o mesmo para legitimar suas faltas diante de seus companheiros dentro do próprio movimento (PEDRO, BARLLETO, 2019, p. 12). Exemplo disso está na criação de leis como a Lei Maria da Penha nº11.340/2006, ou a Lei do Feminicídio nº13.104/2015; as mudanças no código penal que retiraram a expressão "mulher honesta"; ou a incorporação das discussões de gênero e sexualidade ao Plano Nacional de Educação (PEDRO, BARLLETO, 2019, pp. 13-14)

Outro exemplo dado pelas autoras dessa aliança é o fato de que, não somente militantes são convidadas a conceder entrevistas e compor os comitês dos eventos acadêmicos, como também pesquisadoras acadêmicas são comumente convidadas para participarem de encontros de mulheres, servidoras públicas, professoras, agriculturas,

partidárias e etc., já que a presença da pesquisadora vinda da academia tem a função de legitimar o discurso delas, fornecendo argumento e história para aquilo que elas estão dizendo e lutando. Pedro e Barlleto (2019), discordando que o feminismo morreu no final dos anos 80, apontam que com a chamada “primavera das mulheres” foi possível observar, nas ruas de inúmeras cidades brasileiras, a emergência de uma nova caracterização dos feminismos brasileiros, protagonizados principalmente por mulheres negras e trazendo na sua pauta antigas reivindicações e novas demandas. As autoras entendem que essa onda não tenha surgido do nada, mas sim, diante de uma ameaça da perda de direitos em vista do cenário conservador, como também evidência de todo esse trabalho feito desde o final dos anos 80, nas diferentes instituições por feministas, sejam elas professoras, pesquisadoras, militantes, estudantes, e etc.

Foi justamente esse esforço via institucionalização, e que também está divulgado em centenas de páginas da Revista Estudos Feministas, que tem legitimado “mulheres”, “gênero”, “feminismos”, “sexualidade”, “interseccionalidade”, e “queer”, como categorias de análise reconhecidas no ambiente científico, passíveis de serem usadas como recurso para a defesa discursiva e institucional dos movimentos feministas e de mulheres. O resultado desta proposta e esforço é passível de se observar em alguns dos dossiês propostos na REF nos 20 anos que se seguiram, como: “III Conferência Mundial Contra o Racismo” v.10, n.1/2002, “Conjugalidades e Parentabilidades de Gays, Lésbicas e Transgêneros no Brasil” v.14, n.2/2006, “120 Anos da Abolição da Escravidão no Brasil: Um Processo Inacabado” v.16, n.3/2008, “Gênero e Sexualidade no Espaço Escolar” v.19, n.2/2011, “Artes Visuais: Diálogos com Estudos Feministas, Trans, Queer” v.3, n.1/2015, e etc.

Destacam-se também contribuições dos estudos de mulheres e feministas para a própria historiografia, uma vez que foram os estudos de gênero e feministas que questionam relações de opressão tidas como naturais e, dessa forma, desnaturalizam desigualdades. Além disso possibilita a elaboração da história do próprio movimento feminista, na busca por críticas, revisionismo e a percepção das diferenças nas formas de organização e das mudanças de palavras de ordem e pautas conforme o passar do tempo.

Ao invés de cristalizar uma noção única de feminismo e pensar que estes ideais e estas ações tenham morrido apenas porque as configurações não são as mesmas das décadas anteriores, entende-se esse momento como o de reconfiguração e de outras formas de atuação, ainda feministas. É nesta pluralização, de debates e embates, que reside a dimensão constitutiva dos feminismos, além da certeza da renovação

permanente. Renovação tanto do campo dos estudos de gênero, que visa construir novas institucionalidades, novas práticas e novas metodologias para a quebra de modelos tradicionais androcêntricos dominantes na universidade e nas ciências ante os questionamentos negacionistas e essencialistas, quanto do movimento feminista, nas lutas anti-hegemônicas e contra toda forma de opressão das mulheres nos âmbitos da saúde e sexualidade, do mercado de trabalho, do público ao privado. Todo esse movimento requer, imprescindivelmente, a mútua colaboração entre militância e produção acadêmica.

Formar uma consciência crítica sobre a problemática do gênero visando a melhoria da condição feminina na sociedade requer, além de sensibilidade, o aprofundamento das mais variadas facetas em que se manifesta a opressão sobre a mulher, e o esforço de compreender a complexidade dessa opressão tem sido feito nos núcleos de pesquisa sobre gênero e mulheres nas universidades, e instrumentalizado em periódicos científicos como a REF.

Referências

ALVAREZ, S. E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cad. Pagu* [online]. 2014, n.43, p.13-56. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332014000200013&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 3, fev. 2021.

COSTA, Albertina de Oliveira. Revista Estudos Feministas: Primeira fase, locação Rio de Janeiro. *Estudos Feministas*, vol.12, n. ° especial/2004, p.205-210. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000300022>. Acesso em: 3, fev. 2021.

COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília. M. B. Teorias e práxis feministas na academia: os núcleos de estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras. *Estudos feministas*, 1994, p.386-400. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16171>. Acesso em: 3, fev. 2021.

COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDEMBERG, Cecília Maria B.; VANIN, Iole. A institucionalização dos estudos feministas e de gênero e os novos desafios. In: *Presidência da República: Pensando gênero e ciência*. Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisas — 2009-2010. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2010, p.57-72.

HEILBORN, Maria Luiza. Editorial. *Estudos Feministas*, v.3, n.1, 1995, p.5-6. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16907>. Acesso em: 2, fev. 2021.

HEILBORN, Maria Luiza e SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, Sérgio (org.) *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*, ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p.183-221.

LAVINAS, Lena. Editorial. *Estudos Feministas*, v.0, n.0, 1992, p.3-4. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/15798/14291>. Acesso em: 3, fev, 2021.

MALUF, Sônia Weidner. Os dossiês da REF: além das fronteiras entre academia e militância. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(N.E.): 264, setembro-dezembro/2004, p.235-243. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000300025>. Acesso em: 3, fev. 2021.

PEDRO, Joana Maria; BARLETTO, Marisa. Movimentos feministas e academia: tensões e alianças. *Revista Feminismos*, v. 7, 2019, p. 1-16. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/download/31863/21190>. Acesso em: 3, fev. 2021.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *Topoi*, Rio de Janeiro, v.12, n.22, jan-jun. 2011, p.270-283. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2011000100270. Acesso em: 3, fev. 2021.

SCAVONE, Lucila. Perfil da REF dos anos 1999-2012. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 21(2): 587-596, maio-agosto/2013, p.587-596. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000200010>. Acesso em: 3, jan. 2021.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, jul./dez. 1995. p. 71-99. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 3, jan.2021.

SILVA, Tamy Amorim. “O Feminismo veio para ficar... nós não vamos sair mais”. In: *Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)* / 2019 [recurso eletrônico] / Cristina Scheibe Wolff, Jair Zandoná, Soraia Carolina de Mello (Organizadores.). - 1. ed. – Curitiba: Appris, 2019, p.16-34. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/201257/Cristina%20Wolff%20e%20Jair%20Zandon%C3%A1_com%20capa.pdf?sequence=6. Acesso em: 3, jan. 2021.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 27, n. 54, 2007. p. 281-300. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000200015&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 3, fev. 2021.

¹ Artigo escrito a partir dos resultados de uma pesquisa em andamento, intitulada “O lugar da História e das historiadoras na Revista Estudos Feministas”, desenvolvida com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

A CULTURA VISUAL NO CAMPO POLÍTICO: UM ESTUDO DE CASO NA LITERATURA DE CORDEL

THE VISUAL CULTURE AT THE POLITICAL FIELD: A CASE STUDY IN THE CORDEL LITERATURE

José RODRIGUES FILHO*

Resumo: Este artigo realiza uma discussão em torno das imagens da literatura de cordel atreladas à política. Para tanto, a pesquisa faz uso de um conjunto de imagens relacionadas a um personagem em específico: Tancredo Neves. No trabalho, buscou-se compreender a visualidade como constituidora de narrativas culturais imersas em um poder que objetiva enfatizar memórias visuais. Para isso, utiliza-se enquanto fonte imagens de capas de folhetos de cordéis e jornais. Confrontando e problematizando os dois suportes é possível observar como cada espaço teve narrativas verbais e visuais sobre o contexto relacionado a campanha, vitória e morte de Tancredo Neves. O artigo adota o recorte que compreende os anos de 1984-1985. Teoricamente se utiliza as reflexões propostas por Ana Maria Mauad, Paulo Knauss e Ulpiano Bezerra de Meneses, além de dialogar com bibliografia complementar.

Palavras-chave: Cultura Visual, Tancredo Neves, Nova República.

Abstract: This article discusses images of cordel literature linked to politics. For this, the research makes use of a set of images related to a specific character: Tancredo Neves. In the work, we sought to understand visuality as a constituent of cultural narratives immersed in a power that aims to emphasize visual memories. To do this, we use as source images of covers of pamphlets and newspapers. By confronting and problematizing the two supports it is possible to observe how each media created verbal and visual narratives about the context related to the campaign, victory, and death of Tancredo Neves. The article adopts the 1984-1985 period. Theoretically, it uses the reflections proposed by Ana Maria Mauad, Paulo Knauss and Ulpiano Bezerra de Meneses, as well as complementary bibliography

Keywords: Visual Culture, Tancredo Neves, New Republic.

Imagens imersas em poder

O poder, as instituições, assim como os sujeitos sociais usam as imagens com intuitos que buscam transmitir mensagens destinadas a atingir o público que irá se deparar com as linguagens orais, verbais e visuais. O que se quer evidenciar? Esta questão deve ser levada à pesquisa com imagens porque a linguagem visual, assim como as demais, não está isenta de interesses, poderes e objetivos que tendem a construir ideias e perpetuar memórias, como será observado neste trabalho que utiliza a visualidade relacionada à Tancredo Neves.

* Mestrando em História - Programa de Pós-graduação em História Social - Universidade de São Paulo - USP. São Paulo, SP - Brasil. E-mail: rodriguesfilhojc@gmail.com

Eleito o primeiro presidente do Brasil na chamada “Nova República”, Tancredo Neves adoeceu dias antes de tomar posse como novo presidente. O cordel e o jornal elaboraram, por meio de uma visualidade, a campanha, a vitória e a morte daquele que representou a esperança mesmo após a sua morte. Sua enfermidade, e posterior falecimento, foi sinônimo de grande comoção nacional, tendo repercussão imediata nos mais diversos meios de informação, oficiais (jornal, televisão e rádio) e também não oficiais, como as páginas dos folhetos de cordel.

Como será observado neste trabalho, o poder simbólico das imagens converge e diverge em si, pois essas constituem-se enquanto formadoras de uma cultura visual responsável por distribuir e constituir uma gama de mensagens e sentimentos que se direcionam ao personagem em foco deste estudo. O conceito de *Cultura Visual* será discutido neste artigo de forma a compreender as imagens como constituidoras de narrativas culturais imersas em um poder que objetiva enfatizar memórias visuais.

No conjunto imagético que se segue, o leitor observará como a morte de Tancredo Neves, assim como os fatores que a antecederam, representaram uma narrativa visual sobre os fatos, atrelados a uma ideologia que procurou constituir mensagens intencionais sobre o personagem em questão.

Neste artigo se realizou o diálogo da literatura de cordel com outro suporte verbal e visual: o jornal. Para isso utilizamos fotografias dos jornais *O Estadão*, *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo* do contexto proposto para análise. Observa-se que neste espaço foram elaboradas narrativas próprias sobre o momento em questão. Nosso intuito é discutir como o meio tido como “oficial” representou e construiu o fato, e como o campo da literatura de cordel elaborou suas próprias narrativas.

O que se enfatiza é o fato dos eventos, assim como do personagem Tancredo, estarem inseridos em uma *cultura visual*, elaborada intencionalmente, buscando construir um legado imagético discursivo inserido no campo de uma cultura política.

As imagens da morte enquanto suporte de memórias visuais

A morte é um tema que consegue captar as mais diversas acepções por parte das pessoas que a acompanham e passam a adquirir todo o peso emocional que ela transmite. Essa comoção torna-se ainda maior quando notícias em jornais (impressos e virtuais) e por meio de programas televisionados anunciam casos de assassinatos, tragédias e fatalidades.

A grande mídia assume, neste campo, o papel de construir e enfatizar determinados acontecimentos com personagens desconhecidos e outras vezes conhecidos, por meio de uma forte construção oral, verbal e visual. Contudo, apesar da denominada grande mídia deter uma notável parte do poderio noticiário, outros suportes de memória também adquirem o poder de informar e construir narrativas sobre acontecimentos de grande repercussão e comoção social. Neste ponto, cabe salientar o uso da literatura de cordel enquanto meio constituidor de memórias que tendem a seduzir, educar e fixar mensagens vinculadas a uma ideia.

De que maneira a morte de Tancredo Neves vem a se tornar uma narrativa visual que objetiva construir memórias nos leitores dos textos e imagens do cordel? Como outros meios de comunicação, como o jornal, noticiam o mesmo acontecimento? Quais ideias e mensagens constitui e transmite esse suporte por meio das imagens inseridas nas notícias? Neste trabalho, se busca apontar como a morte de Tancredo Neves vem a se tornar um suporte imagético, permeado por uma ideologia que busca o convencimento e a construção de mensagens ao leitor.

A intenção é entender como a cultura política encontra nas imagens um poder de comunicação atrelada ao discurso. Neste sentido, se entende por cultura política atrelada a uma visualidade, o que a pesquisadora Ana Maria Mauad expõe:

A noção de cultura política associa-se a um conjunto de valores, comportamentos e princípios que orientam a ação coletiva no campo político e o seu estudo permite que se avalie a dimensão política de um conjunto amplo de experiências sociais. A cultura política é sempre plural e deve ser concebida como um processo de mediação no qual se tornam visíveis na arena pública, a ação política de agentes culturais, suas escolhas e as formas que assumem, dentre as quais as imagens pictóricas, técnicas e escultóricas se destacam pelo poder de comunicar. (MAUAD 2013, p. 14).

Entender a utilização de imagens fotográficas em seu contexto histórico se torna de suma importância para realizar seu estudo. O poder de comunicar uma ideia por meio de uma cultura política é uma prática discursiva e visual que está atrelada a uma série de elementos, valores, comportamentos e princípios que vão ao encontro a um público, constituindo neste uma ação coletiva a qual, quando problematizada, possibilita compreender as mais diversas “experiências sociais”. Por fim, esta cultura política é entendida como um processo “plural”, em que diversos sujeitos inserem-se neste campo. As escolhas, os recortes e as opções destes “agentes culturais”, partem de uma reflexão que busca propagar mensagens e fixar uma ideia sobre eventos e personagens.

O leitor observará que as imagens vinculadas nas capas dos cordéis sobre Tancredo Neves foram sinônimo de alegria, fé e esperança em um contexto histórico marcado pela retomada democrática do país. O poder simbólico das imagens postas nos cordéis, que em momentos convergem e divergem com outras fotografias, constituem-se enquanto formadoras de uma *cultura visual* responsável por distribuir e constituir uma gama de mensagens e sentimentos que se direcionam ao personagem foco deste estudo.

Campanha eleitoral e vitória de Tancredo Neves: quais memórias e diálogos elaboram as imagens?

A busca política pelas “Diretas Já!” foi encabeçada por diversos seguimentos da sociedade: intelectuais, jornalistas, partidos políticos e outros setores. A ida das mais diversas camadas sociais às ruas esbravejar suas vozes por eleições em que os brasileiros pudessem escolher seu novo presidente era quase que unânime. Nas ruas, o povo cumpria com sua parte, nos palanques, em reuniões e convenções partidárias os políticos transmitiam suas mensagens. Como se observa no discurso do então governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, durante a realização da Convenção Nacional do MDB no mês de agosto de 1984:

São os brasileiros, civis e militares, trabalhadores e empresários, estudantes e professores, homens e mulheres de todos os credos e de todas as raças, com um só objetivo: restaurar em sua plenitude a democracia no Brasil. E restaurar a democracia é restaurar a República, missão que estou recebendo do povo e se transformará em realidade pela força não apenas de um político, mas de todos os cidadãos brasileiros. (Tancredo Neves, 1978¹).

A maneira como o discurso é transmitido demonstra a busca ideológica em aproximar os mais diversos setores e classes sociais na restauração da democracia brasileira. Tancredo Neves, no trecho do discurso referenciado, enfatiza sua “missão” e dever a cumprir junto ao povo brasileiro. Sabendo que todo discurso é selecionado, controlado e permeado por poder e por uma ideologia (FOUCAULT, 2013), se torna claro que as palavras ditas por Tancredo Neves em seu discurso tinham um objetivo: convencer o público que o projeto do seu partido era o melhor para o Brasil. A carga emotiva que as palavras parecem trazer em sua fala demonstram esta construção

discursiva em torno do convencimento. Não seria um político que construiria a “Nova República”, mas todos os brasileiros.

Dessa maneira, veículos de informação como o jornal e a literatura de cordel foram responsáveis por constituir todo um aparato ideológico em torno das eleições que se aproximavam. Diante disso, antes mesmo das eleições de janeiro do ano de 1985 (realizadas de forma indireta e não direta, como era o desejado pelos brasileiros) estas ferramentas culturais atuavam como mecanismos políticos, noticiavam a campanha eleitoral em busca pelas “Diretas Já”, bem como a disputa eleitoral entre Tancredo de Almeida Neves representando o MDB, contra Paulo Maluf representando o PDS (Partido Democrático Social), antigo Arena.

No cordel *A violenta disputa de Maluf com Tancredo*, do poeta Gonçalo Ferreira da Silva, publicado no ano de 1984, se destaca a tensa disputa eleitoral que aconteceu em janeiro de 1985. Já a fotografia que se encontra em seguida foi publicada no jornal *Estadão*, no ano de 1984.



Fonte: Acervo José Alves Sobrinho. Capa do cordel *A violenta disputa de Maluf com Tancredo*, 1984



Fonte: Acervo digital do Estadão. Fotografia reuni políticos durante o movimento “Diretas Já!”, 1984. Disponível em: <http://especiais.g1.globo.com/politica/2016/ulysses-guimaraes/>. Acesso em: 08/07/2020.

Na imagem publicada no jornal *Estadão*, na edição de 17 de abril de 1984, é possível observar algumas figuras políticas que foram às ruas por eleições diretas, entre elas destacam-se: o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, Leonel Brizola, Ulysses Guimarães, Franco Montoro e Tancredo Neves.

Já na iconografia elaborada para o cordel *A violenta disputa de Maluf com Tancredo*, de Gonçalo Ferreira, pode ser destacada a forma como a imagem foi construída. O editor da imagem objetivou salientar a força de Tancredo Neves contra Paulo Maluf. É necessário inserir as imagens no contexto de sua produção, estando atento para os diálogos e apropriações. É preciso, de outro modo, educar o olhar para analisar imagens, pois, como nos aponta Paulo Knauss (2006, p. 113) “[...] o olhar precisa ser preparado para ver e analisar as imagens”.

Desse modo, atentando para estas questões, convém observar que a imagem do cordel foi construída remetendo-se a uma carta de baralho, a qual, dependendo da posição que ela seja colocada no jogo, os personagens que estão presentes em suas extremidades, podem inverter a sua posição entre os planos inferior/superior sob a óptica do jogador. O termo *disputa* se torna enfático e direto para o leitor da imagem que observa os personagens com duas “espadas” nas mãos, símbolo que advém das imagens do baralho. A tática editorial em utilizar tais ferramentas, salienta o termo *violenta disputa* na construção da imagem e do poema. No caso do cordel, o poeta busca enfatizar que o candidato Tancredo Neves está no âmbito superior e vencedor em

relação a Paulo Maluf. Além disso, os símbolos postos nas cartas, conhecidos como naipes, possuem significados.

O baralho foi elaborado para “[...] representar as divisões sociais da França [do rei Carlos VI] através dos naipes” (DANTAS, 2017, s.p.). Nesse sentido, enquanto o ouro representava a burguesia, o naipe de copas, o clero; o naipe de paus, os camponeses; o naipe de espada representava os militares². O significado desta última carta dirige-se diretamente à elaboração da imagem para o folheto de cordel. O naipe de espadas representa para além da disputa eleitoral, a disputa da democracia contra a ditadura militar. O poeta e editor, ao criarem a imagem para o cordel, intencionam dirigir os leitores para os sentidos atribuídos ao naipe de espadas. Tancredo venceria não apenas as eleições, mas também os militares.



FONTE: ACERVO DIGITAL. NAIFE DE REIS DE ESPADA, S.D. DISPONÍVEL EM: [HTTP://KREEPPY.BLOGSPOT.COM.BR/2012/11/SIGNIFICADO-DAS-CARTAS-DO-BARALHO.HTML](http://kreeppy.blogspot.com.br/2012/11/significado-das-cartas-do-baralho.html). ACESSO EM: 15/06/2020

A construção baseada em elaborar uma figura de Tancredo vitorioso, aquele que está ao lado do povo, é intencional e permeada por ideias que tendem a elaborar uma memória saudosa, brava e louvável sobre a figura de Tancredo Neves, desde aquele que vai às ruas pelos “interesses do povo”, assim como aquele que se encontra vitorioso na disputa eleitoral contra o seu adversário, que representa, para além disso, uma vitória “real” contra os militares.

É importante enfatizar o fato de que a disputa entre Tancredo e Maluf não se expressou apenas na iconografia de forma isolada, a narrativa do texto é permeada por uma série de ofensas trocadas entre os candidatos. Logo ao iniciar o poema, o autor usa seus versos para transmitir seu posicionamento, assim como para realizar um alerta aos leitores:

Outra coisa que eu quero
dizer para vocês também
é que apenas pelo olho
já se nota muito bem
que Paulo Salim Maluf
não vai ajudar ninguém
(FERREIRA, 1984, p. 02)

O poeta se posiciona diretamente na disputa eleitoral, e enfatiza o fato de que a vitória de Paulo Maluf representaria um abandono social aos brasileiros, pois este não estaria preocupado com o bem-estar da nação. Ao se encontrar com Tancredo Neves no Palácio do Planalto, Paulo Maluf demonstra suas reais intenções:

— Se ganhar – disse Maluf –
Não vou mandar celebrar missa,
eu vou vender o Brasil
como quem vende linguiça
e depósito dinheiro
no meu banco, na Suíça
(FERREIRA, 1984, p. 04).

Dois pontos destacam este verso: o primeiro está atrelado ao caráter religioso inserido pelo poeta, com o intuito de atingir de forma direta grande parte do seu público; em segundo lugar, vender o Brasil expressa, de outra maneira, a entrega do país aos interesses internacionais. A referência ao termo “vender o Brasil” é recorrente nas demais páginas do poema, o autor buscava com isso enfatizar que a vitória de Maluf representaria a vitória não dos brasileiros, mas sim dos seus compradores. O que Paulo Maluf não imaginava era que sua conversa informal com Tancredo Neves estava sendo gravada, algo que Tancredo vem revelar nas tramas finais do poema, quando sua disputa discursiva estava próxima do fim:

Tancredo enquanto dizia:
— Vai te reduzir a pó
tirava um sofisticado
gravador do paletó
Maluf ficou sem fala
Tendo na garganta um nó
(FERREIRA, 1984, p. 07).

É neste trecho que as propostas de Paulo Maluf são consideradas por Tancredo como “infernais”:

Tancredo disse: — Sabemos
dos teus truques infernais
devia apenas pensar
porém você é dos tais
que sem consciência alguma
fala burrice demais
(FERREIRA, 1984, p. 07).

O tom agressivo está presente em quase todo o poema. Nesta disputa, Tancredo Neves sai como vencedor por ter dado a cartada final. Sua posição expressa no plano superior da imagem ressalta esta cena final do poema. A interlocução da imagem posta na capa do folheto do cordel com a narrativa verbal do poema deve ser considerada para que a realização da análise da imagem possa ser feita de maneira fidedigna e responsável na pesquisa.

O cordel é uma expressão cultural que dialoga com os mais diversos suportes imagéticos, com o objetivo de atender a interesses que estão permeados por intenções que circunscrevem a produção das imagens para os folhetos. Nesta primeira análise, este diálogo se realiza por meio da inserção, reapropriação simbólica de um elemento cultural, como o naipe de uma carta de baralho para representar e transmitir de forma direta para o leitor os significados sociais, políticos e culturais deste espaço. Esses dois suportes visuais ressaltam a transmissão de elementos que circulam entre imagens.

Prosseguindo com a análise, o leitor estará indo ao encontro de novos elementos ideológicos que direcionam para outro momento desta discussão: a vitória de Tancredo Neves nas eleições indiretas.

Com grande alegria e louvor os poetas e jornalistas comemoram a vitória de Tancredo Neves nas eleições de janeiro de 1985. A publicação de cordéis e de jornais contribuíram de forma massiva na difusão e constituição de ideias que elencavam de forma grandiosa e saudosa o novo presidente do Brasil.



Fonte: Acervo José Alves Sobrinho.
Capa de cordel *Vitória de Tancredo e o Fim da Ditadura*, 1985.



Fonte: acervo digital UOL. Capa de jornal notícia a vitória de Tancredo Neves, 1985.
Disponível em: notícia a vitória de Tancredo Neves, 1985, 1985.
Disponível em:
<https://noticias.uol.com.br/album/2015/01/15/ha-30-anos-tancredo-derrotava-maluf-e-era-eleito-presidente-relembre.htm?foto=18>.
Acesso em 25/10/2020.

O que se nota nestes documentos visuais é a maneira como se elabora todo um sentimento de alegria com a eleição do primeiro presidente civil após 1964. O cordel e o jornal anunciam o fim da ditadura militar, as imagens inseridas nos suportes constroem por sua vez a vitória democrática, o retorno à liberdade. A imagem posta na capa do cordel dirige o leitor para a vitória do presidente Tancredo, descrita de forma enfática no poema:

O doutor Tancredo Neves
Cidadão que lida bem
Vai governar o Brasil
Com os problemas que tem
No seu trabalho incontestado
Já disse que o NORDESTE
Vai ser lembrado também
(BASÍLIO, 1985, p. 05).

Tancredo Neves é apresentado como esse homem de bem, que irá governar o Brasil cercado por problemas. Contudo, é interessante o destaque dado pelo poeta da

ajuda que o novo presidente iria dar ao Nordeste, abordado em outros trechos do poema como um lugar sofrido e esquecido. O que se torna importante observar, ainda, é o fato do cordel atender não apenas aos interesses políticos da vitória de Tancredo Neves, mas também o fato deste evento ser usado pelo poeta como uma forma de denunciar o esquecimento político dado ao Nordeste.

A mensagem política apresentada no poema enfatiza a esperança de dias melhores para o Brasil. Tancredo Neves seria o responsável por consertar os erros cometidos pelos mais de vinte anos de Governo Militar pelo qual o Brasil havia passado, o qual trouxe, segundo o poeta, “miséria e danos” (p. 08).

A imagem inserida no cordel enfatiza, como os trechos finais do poema de Manoel Basílio (1985), a alegria da vitória de Tancredo Neves. A inserção de um retrato do novo presidente transmite a mensagem de força e determinação, ela se torna sinônimo de esperança, de um novo Brasil. Por fim, a imagem e a narrativa enfatizam que “Somente Tancredo Neves pode mudar o BRASIL” (p. 08).

As imagens agem como agenciadoras de uma ideia, constituidoras de mensagens visuais por meio da simbologia expressa. Dessa maneira, é necessário compreender que a construção simbólica anuncia-se enquanto constituidora de uma cultura que comunica, uma ideologia que “estrutura a comunicação” e de uma hegemonia “que estabelece a forma comunicativa do grupo no poder como a única fiel expressão das realidades sociais” (MAUAD, 2013, p. 13). Tanto as imagens expressas na literatura de cordel como as imagens inseridas nas notícias de jornais são constituidoras de um caráter ideológico, que buscam por meio da informação constituir um poder, que tende a direcionar o leitor para uma mensagem com sentidos ideológicos sobre o personagem em questão. Segundo Michel Foucault (1999, s.p.), o que faz o poder se concretizar e se manter em meio a sociedade é a razão dele produzir “coisas”, pensamentos e ideias; dele formar um “saber” e produzir um “discurso”. As imagens são portadoras destes saberes, discursos e “coisas”, elas são permeadas por intencionalidades que procuram elaborar sentido para os seus leitores e consumidores.

As imagens conseguem levar mensagens aos mais diversos lugares e povos. Elas condensam uma ideia que busca conversar com o seu leitor, sensibilizar, educar e disciplinar os modos de ver e agir sobre a sociedade, possibilitam aos sujeitos criar e recriar os modos de agir diante de um acontecimento vivenciado socialmente.

Memórias em imagens: a morte de Tancredo Neves enquanto suporte iconográfico da literatura de cordel

A morte de Tancredo Neves motivou a construção de narrativas sobre o acontecimento de maneira imediata, rápida e emotiva. Além da descrição verbal que inundava os meios sociais e culturais pelos quais o cordel transcorria/transcorre, a utilização de imagens nas capas dos folhetos possibilitou aos leitores outras leituras que diretamente dialogavam com as narrativas verbais e com outros suportes.

A imagem posta no cordel intitulado *Morreu São Tancredo Neves deixando o Brasil de luto* do poeta Gonçalo Ferreira da Silva, mas sem uma data de publicação precisa, traz como técnica de ilustração uma fotografia.



Fonte: Acervo José Alves Sobrinho. Capa do cordel *Morreu São Tancredo Neves deixando o Brasil de luto*, 1985.

O uso de fotografias na literatura de cordel se torna constante a partir de meados do século XX com o poeta João Martins de Athayde em Recife. Antes de utilizar imagens fotográficas, Athayde recorria, assim como Leandro Gomes de Barros, a desenhistas do Recife, a exemplo de João Avelino, para produzir imagens para os seus folhetos. O circuito pelo qual percorria os editores se torna importante para a compreensão em torno das escolhas, táticas e estratégias utilizadas pelos sujeitos sociais em meio ao circuito percorrido, o qual está imerso nos sentidos empregados na *cultura visual*. A utilização da fotografia na literatura de cordel representa uma apropriação, em grande parte, de outros meios de circulação cultural, como o jornal. Estas imagens

assumiram durante muito tempo, até meados do século XX, o estatuto de prova irrefutável sobre algum acontecimento.

A historiadora Ana Maria Mauad (1996) alerta para essa concepção. Segundo ela, esta ideia deve ser deixada de lado na pesquisa histórica. É preciso compreender as intencionalidades, as formas de produção e construção de uma imagem fotográfica, ao mesmo tempo em que ela representa uma cena, um recorte de um fato, ela anula os demais sujeitos e elementos que estão presentes no contexto em que foi produzida, ela representa, portanto, um recorte da realidade e não uma verdade absoluta, neste sentido é preciso entender as imagens como “ilusões da verdade”. O folheto que observamos demonstra isso. O autor e o editor do cordel buscam recortar uma fotografia com uma intenção que permeia o campo cultural e político. A utilização da fotografia no folheto exposto anteriormente demonstra esse lugar de fala e de constituidor de uma ideia, de uma mensagem que por vez constitui um espaço de poder.

No caso da imagem do cordel *Morreu São Tancredo Neves*, o que se observa ao compararmos o título com a imagem da capa é o fato do poeta elaborar a construção de uma situação destinada a causar antes de tudo um impacto social e em seguida realizar o que pode ser entendido como a santificação de Tancredo Neves. No primeiro verso do poema o autor noticia a morte de Tancredo Neves como um grande abalo:

Foi muito forte o impacto
Que o mundo recebeu
E o choque emocional
Que o nosso país sofreu
Quando o rádio anunciou
- Tancredo Neves morreu
(SILVA, s/d, p. 01).

Para o poeta, não teria morrido uma pessoa qualquer, mas sim um santo brasileiro, como pode ser observado na seguinte estrofe:

Hoje São Tancredo
Desmaterializado
Pede a Deus pelo seu povo
E pelo Brasil amado
Nos provando o quanto é
Espiritualizado
(SILVA, s/d, p. 06).

Se destaca nesta estrofe a maneira como o poeta busca enfatizar a figura de Tancredo Neves enquanto protetor do país, aquele que estaria diretamente ligado a uma força espiritual. Ao morrer, sua preocupação é pedir proteção à Deus para os brasileiros,

o seu povo amado. Na imagem inserida na capa essa ideia se torna ainda mais enfatizada. O título do folheto ressalta a mensagem transportada na imagem, Tancredo Neves é construído enquanto o santo do povo. A fotografia busca realizar o convencimento, por meio do olhar do leitor, para a santificação deste personagem.

A fotografia utilizada pelo autor e editor do folheto possui uma intenção e função. As mãos em sinal de oração, gesto que possui um significado simbólico bastante forte no cristianismo, representa a elaboração de uma ideia, a qual busca construir um significado lógico para a imagem do cordel. As mãos unidas representam na cultura cristã o sentido de se fazer presente perante Deus, representa também a fé, a confiança e a entrega da vida³. A imagem utilizada na capa do cordel direciona sua mensagem para este caminho.

Tancredo Neves é aquele que se encontra diante de Deus, o qual irá cuidar do povo brasileiro, como a narrativa do poema destaca. É importante salientar que a imagem inserida na capa busca enfatizar a mensagem de Tancredo Neves enquanto ser santificado. Pode ser entendido que o poeta buscou utilizar a imagem com o símbolo das mãos postas com o intuito de apresentar aos leitores Tancredo enquanto o novo santo do país. Tancredo transcende na imagem da literatura de cordel do plano humano para o plano divino. O presidente torna-se um “guia” espiritualizado, quando, nas últimas estrofes do poema o poeta informa:

Não pretende este poema
Ser uma biografia
É, antes, o sentimento,
Deste doloroso dia
Que o Brasil chora a morte
Do seu dedicado guia
(SILVA, s/d, p. 07).

Ao mesmo tempo em que noticia a morte do presidente, o poeta dirige sua ideia para o campo espiritual, religioso. É preciso entender a imagem, neste sentido, enquanto “[...] parte viva de nossa realidade social” (MENESES, 2003, p. 29). As imagens não estão distantes do cotidiano, elas são utilizadas com “usos e funções” que destinam o leitor a culturas religiosa, política e social.

De outro modo, a morte de Tancredo Neves foi noticiada em outros meios, como no jornal *O Estado de São Paulo* (1985). Se observará a seguir como a notícia foi realizada e consumida pelo público. Para isso será analisada uma fotografia ampla que envolve não apenas a notícia com a imagem posta no jornal, mas também como os

sujeitos sociais consumiram o evento e se fizeram presentes no enredo visual. Se busca atender para as mensagens transcorridas neste suporte em contrapartida com a imagem posta no cordel anteriormente analisado.

Na fotografia que traz como centro a notícia publicada no jornal *O Estado de São Paulo*, em abril de 1985, observa-se um conjunto maior de elementos visuais. Além do foco a fotografia conjuga uma gama de personagens que dialogam diretamente com o retrato de Tancredo Neves. O que se observará não será uma santificação do presidente como expresso no cordel, mas sim uma fixação de Tancredo enquanto o *homem do Brasil*. Nos dois casos, convém salientar o peso ideológico como constituidor de uma mensagem e memória acerca da morte de Tancredo Neves. A análise se pauta não apenas sobre o retrato presente no jornal, mas sim, na imagem maior, com os demais elementos visuais, os quais dialogam diretamente com o retrato de Tancredo Neves.



FONTE: ACERVO DIGITAL. CAPA DE *O ESTADO DE SÃO PAULO*, CONDUZIDA DURANTE O CORTEJO DE TANCREDO NEVES, 1985.

Disponível em: <http://passadoemmanchetes.blogspot.com.br/2015/04/trinta-anos-da-morte-de-tancredo-neves.html>. Acesso em: 10/07/2020

O jornal segurado nas mãos de um participante do cortejo destaca um retrato de Tancredo Neves inserido na capa do periódico *O Estado de São Paulo* anunciando a morte do presidente, ou como descrito, *A morte do homem do Brasil*. Em edição extra, o jornal noticiava o fato que abalaria de forma intensa e emotiva grande parte da nação brasileira. A imagem na capa do jornal não apresenta Tancredo em estado grave de saúde nem muito menos aborda uma fotografia que remete à morte, mas sim a vida. Tancredo é colocado na narrativa visual como o homem que mesmo havendo partido

para o plano espiritual continuava a ser *o homem do Brasil*, aquele que seria o eterno protetor da nação, cujo papel pode-se pensar, seria paterno e eterno. O registro da fotografia que focaliza o jornal em um primeiro plano e os demais planos da imagem ressaltam isso.

Tancredo Neves estava não apenas nos braços do povo brasileiro, mas também no coração. A captura do registro fotográfico intencionou destacar a grandiosidade de Tancredo Neves perante os demais personagens postos na imagem nos planos subsequentes ao retrato inserido no jornal, ela ressalta a imortalidade do presidente. A forma que o retrato do jornal foi posto para anunciar a morte de Tancredo Neves constituiu-se uma formadora de memória social e cultural que permeia a vida daquele personagem. A expressão facial dos indivíduos capturados pelo fotógrafo demonstra fisionomias tristes e olhares atônitos, desorientados. Contudo, um gesto chama atenção na imagem, o braço erguido com a mão fechada por um homem com cabelo curto, sem camisa e com o rosto diferente dos demais sujeitos capturados demonstra o sentido de força diante da morte e de esperança pelos dias prometidos.

A imagem é repleta de sentimentos e emoções, assim como da ideologia que cerca a construção de uma memória sobre Tancredo Neves enquanto exemplo de homem para a nação. A imagem, nesse sentido, possui uma função política que busca elaborar uma opinião pública e um sentimento nacionalista atrelado aos sentidos e emoções. Como destaca Ana Maria Mauad, a fotografia quando torna-se pública tem como objetivo:

[...] cumprir uma função política, que garante a transmissão de uma mensagem para dar visibilidade às estratégias de poder, ou ainda, às disputas de poder. A fotografia pública é produzida por agências de produção da imagem que desempenham um papel na elaboração de uma opinião pública (meios de comunicação, estado etc.) (MAUAD, 2013, p. 13).

O que pode ser observado entre a imagem posta no cordel *Morreu São Tancredo* com o retrato do jornal o Estado de São Paulo é o fato das mesmas retratarem a figura do presidente. Apesar dos traços gestuais serem distintos, ambas procuram gravar na memória dos indivíduos a figura do presidente Tancredo Neves como um ser imortal. Elas atendem a função de se tornarem uma espécie de padrão visual, que objetiva constituir uma lembrança sempre presente.

No enredo das imagens não se observa outros elementos visuais, o intuito editorial é direcionar o leitor para o rosto do presidente, esta é uma forma de gravá-lo na memória social dos sujeitos. De outro modo, elas divergem por estarem inseridas em lugares de produção

distintas, mas que atingiam públicos em comum. A imagem posta no cordel santifica a figura de Tancredo enquanto a imagem do jornal enfatiza não a sua morte, mas a vida. A opção em utilizar a fotografia que aborda não apenas o jornal, mas os sujeitos que o possuem, teve o intuito de ressaltar a maneira como a notícia foi vista, lida e sentida pelos sujeitos capturados pelo fotógrafo, os quais, além de absorverem a informação visual, tornam-se parte dela.

Considerações Finais

A investigação empreendida neste trabalho se propôs a discutir como a literatura de cordel constitui linguagens não apenas verbais e orais, mas também visuais, que podem ser lidas, problematizadas e interpretadas pelo olhar aguçado do historiador, problematizando sua produção em seu contexto histórico. Ao fazer isso, o historiador caminha ao encontro das intencionalidades, estratégias editoriais e memórias visuais constituídas neste.

Tancredo Neves é louvado, martirizado, santificado, e sua vida perpetuada nas imagens do cordel. Isso ocorre nessa sociedade que vive não apenas em função da palavra escrita, mas também da imagem, a qual representa uma linguagem tão acessível, gritante e repleta de intencionalidades que permeiam o campo político, cultural e social.

Referências

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 20. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

GONÇALO, Ferreira da Silva. *A violenta disputa de Maluf com Tancredo*. s.l.: s.ed., 1985.

_____. *Morreu São Tancredo Neves deixando o Brasil de luto*. s.l.: s.ed., s.d.

KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual. *Art cultura*, Uberlândia, v. 8, n. 12, p. 97-115, jan./jun. 2006.

MAUAD, Ana Maria. Através da Imagem: fotografia e história interfaces. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 73-98, 1996.

_____. Fotografia pública e cultura do visual, em perspectiva histórica. *Revista Brasileira de Mídia*, v. 2, n. 2, p. 11-20, 2013.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n.45, p. 11-36, 2003.

NEVES, Elisiane das; GERVÁSIO, Rodrigo Neves; MARTINS, Liana Bach. *Tancredo Neves: pensamentos e fatos*. Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2011.

Acervos consultados:

Acervo de Literatura Popular José Alves Sobrinho. Disponível na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

Acervo do Estadão. São Paulo. Disponível em: <http://especiais.g1.globo.com/politica/2016/ulysses-guimaraes/>. Acesso em: 08/07/2020.

Sites consultados:

<http://www.mundoeducare.com.br/blog/>. Acesso em: 17/07/2020.

<http://passadoemmanchetes.blogspot.com.br/2015/04/trinta-anos-da-morte-de-tancredo-neves.html>. Acesso em: 10/07/2020

¹ Tancredo Neves, 1978, apud NEVES, Elisiane das; GERVÁSIO, Rodrigo Neves; MARTINS, Liana Bach. *Tancredo Neves: pensamentos e fatos*. Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2011, p. 311.

² DANTAS, Tiago. "Baralho"; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/curiosidades/baralho.htm>. Acesso em 05/07/2020.

³ Disponível em: <https://igrejamilitante.wordpress.com/2013/01/12/entenda-a-santa-missa-nos-minimos-detalhes/>. Acesso em: 07/06/2020.

Artigo recebido em 27 de agosto de 2020.
Aceito para publicação em 14 de janeiro de 2021.

**APROXIMAÇÕES ENTRE MICHEL FOUCAULT E O
FEMINISMO PÓS-ESTRUTURALISTA DE DONNA
HARAWAY, JUDITH BUTLER E MARGARET MCLAREN
SOBRE A SEXUALIDADE E A PRODUÇÃO DO
CONHECIMENTO**

**APPROACHES BETWEEN MICHEL FOUCAULT AND THE
POST-STRUCTURALIST FEMINISM BY DONNA HARAWAY,
JUDITH BUTLER AND MARGARET MCLAREN ON SEXUALITY
AND THE PRODUCTION OF KNOWLEDGE**

Stéfani Oliveira VERONA*

Resumo: O pós-estruturalismo é uma vertente que pensa as relações interpessoais através da crítica ao presente, ao modo que a produção do conhecimento acontece e através da busca por encarar a escrita da história a partir de sujeitos deslocados ou marginalizados. Desta forma, este artigo busca fazer uma aproximação entre o pensamento de Michel Foucault com as publicações feministas pós-estruturalistas de Donna Haraway, Judith Butler e Margaret McLaren, em torno dos conceitos de sujeito, da produção do conhecimento e da sexualidade. Os autores citados convergem suas análises ao considerar os saberes locais e subjetivos importantes componentes para o desenvolvimento do “intelectual específico”, frente à produção de um conhecimento que é julgado universal e que exclui certos sujeitos de sua produção, como as mulheres.

Palavras-chave: Foucault; feminismo pós-estruturalista; sujeito; produção do conhecimento; sexualidade.

Abstract: Post-structuralism is a strand that thinks about interpersonal relations through the critique of the present, of the way knowledge production happens, and through the search for the writing of history from displaced or marginalized subjects. In this way, this article seeks to bring together the thought of Michel Foucault with the post-structuralist feminist publications of Donna Haraway, Judith Butler and Margaret McLaren around the concepts of subject, the production of knowledge and sexuality. The cited authors converge their analyses by considering local and subjective knowledge important components for the development of the "specific intellectual", in the face of the production of knowledge that is considered universal and that excludes certain subjects from its development, such as women.

Keywords: Foucault, post-structuralist feminism, subject, knowledge production, sexuality.

Introdução

* Mestranda em História - Programa de Pós-graduação em História - Universidade Federal do Paraná - UFPR. Curitiba, PR - Brasil. Bolsista CAPES. E-mail: stefaniverona909@gmail.com

O pós-estruturalismo é uma vertente que pensa as relações interpessoais através da crítica ao presente, ao modo que a produção do conhecimento acontece e através da busca por encarar a escrita da história a partir de sujeitos deslocados ou marginalizados. O pós-estruturalismo envolve uma reorganização da ciência e do conhecimento de forma constante para repensar a neutralidade, a isenção quanto às relações de poder e o espaço majoritariamente masculino dentro da produção do conhecimento.

Desta forma, este artigo busca fazer uma aproximação entre o pensamento de Michel Foucault com as publicações feministas pós-estruturalistas Donna Haraway e Judith Butler, considerando também alguns argumentos de Margaret McLaren, através dos textos: “A Ordem do Discurso” (1999a), “A Verdade e as Formas Jurídicas” (2005), “História da Sexualidade vol.1: vontade de saber” (1987), “Microfísica do Poder” (2015), “O que é a Crítica” (1990) e “Vigiar e Punir” (1999b), de Michel Foucault; “Saberes Localizados” (1995) e “Manifesto Ciborgue” (1991), de Donna Haraway; “Problemas de Gênero” (2003), de Judith Butler; e “Foucault, Feminismo e Subjetividade” (2016), de Margaret McLaren.

Donna Haraway é professora na Universidade da Califórnia, em Santa Cruz, no Departamento de História. Ela é autora de diversos livros e artigos que trazem discussões sobre a produção da ciência e sua relação com o feminismo. Judith Butler é professora na Universidade da Califórnia, em Berkeley, no departamento de retórica e literatura comparada. Butler é considerada uma pensadora pós-estruturalista e é uma das principais teóricas do feminismo e da filosofia política. Margaret McLaren é professora da Faculdade de Rollins, na Flórida, onde ensina Filosofia e atua no programa de estudos de Gênero e Sexualidade. McLaren tem importantes artigos nas áreas de discussões de gênero, direitos humanos, Foucault, feminismo e ética.

Os autores citados têm argumentos em comum porque todos propõem um diagnóstico e transformações do presente ao encararem-no como desiguais para certos grupos diante das relações de poder. O exercício de questionamento feito por cada um deles é atemporal e pode ser trazido para a atualidade e realidade de todas as pessoas de uma maneira pós-estruturalista, ao reorganizar o conhecimento e propor novas maneiras de continuar sua produção.

Essas são transformações que também envolvem a produção da subjetividade, as transformações nas relações entre as pessoas, com os seres vivos e com a natureza, como explica Donna Haraway, para desconstruir e desnaturalizar as relações interpessoais (HARAWAY, 1995). Pensar a política através da desconstrução do

presente e por meio de uma reelaboração da ética e de um modo de vida são pontos chave que relacionam estes pensadores, da mesma forma que é de extrema importância a conexão entre o cuidado de si, dos outros e do mundo, para pensar o outro em sua positividade e como produtor de saberes, independente deste sujeito se encaixar ou não em uma identificação pessoal ou de grupo.

Relações entre Foucault e o feminismo pós-estruturalista

Foucault exerce sua reflexão em torno do presente, dentre outras obras, em “Vigiar e Punir”, publicação original de 1975 que analisa formas de poder que perpassam as instituições. Ao final do primeiro capítulo ele fala de sua intenção de fazer uma história do presente através de uma prisão francesa buscando na história o momento de nascimento das relações de poder com as quais ele se depara no presente (FOUCAULT, 1999b). Esse método mostra que nem sempre as relações de poder do presente se organizaram da maneira que as temos hoje, mas como elas resultaram de um processo histórico. Por isso existe a provocação que coloca o caso das prisões, pois elas nasceram em um determinado momento (entre os séculos XVIII e XIX), sendo também passíveis de dar espaço a uma nova proposta de correção através da não violência.

Foucault retoma esse posicionamento em uma conferência chamada “O que é a crítica?” (1990), quando explica esse conceito no sentido de que todas as instituições são instáveis e podem desaparecer. Assim, a responsabilidade de cada pessoa estaria na reavaliação das relações do presente, de forma a questionar como podemos nos estabelecer diante do mundo e das novas relações de poder para agir de forma consciente, já que Foucault nega a possibilidade de não sermos governados por ninguém em nenhum momento, pois as relações de poder existem em todas as relações. Todos participam delas, podem dominar e ser dominados, e quando nos percebemos em uma relação na qual o dominante não nos possibilita liberdade, a crítica deve estar presente.

Além disso, a crítica existe apenas em relação a outra coisa que não ela mesma: ela é instrumento, meio para um devir ou uma verdade que ela não saberá e que ela não será, ela é um olhar sobre um domínio onde quer desempenhar o papel de polícia e onde não é capaz de fazer a lei. Tudo isso faz dela uma função que está subordinada por relação ao que constituem positivamente a filosofia, a ciência, a política, a moral, o direito, a literatura etc (FOUCAULT, 1990, p. 2)

O presente como diferença e como modo de encarar o que pode ser diferente com relação ao passado também é chave, pois é de responsabilidade pessoal ter coragem de encarar esse presente, segundo Foucault (FOUCAULT, 1999b). Nesse aspecto as feministas pós-estruturalistas convergem com seu pensamento, porque elas também encaram o presente com possibilidade de crítica para mudar a forma de governança, através de novas concepções em torno das relações de poder, especialmente nos campos do privado e da política. Essa aproximação é possível com Donna Haraway (HARAWAY, 1995), porque ela pensa as relações não apenas como lutas de classes ou restritas ao Estado, mas também ocorrendo no privado. Ela coloca que o poder que gira especialmente em torno do corpo da mulher deve ser transformado e criticado, e que se deve entender os novos sujeitos possíveis de fazer História, ciência e praticar política. Esses sujeitos não são neutros e nem universais, mas conscientes de estarem inseridos em certas relações.

As feministas têm interesse num projeto de ciência sucessora que ofereça uma explicação mais adequada, mais rica, melhor do mundo, de modo a viver bem nele, e na relação crítica, reflexiva em relação às nossas próprias e às práticas de dominação de outros e nas partes desiguais de privilégio e opressão que todas as posições contêm (HARAWAY, 1995, p. 15).

No caso de Margaret McLaren, em seu livro “Foucault, feminismo e subjetividade” (2016), também existe uma noção de subjetividade corporificada que une feminismo e Foucault. McLaren destaca a relação com o corpo, sendo que este corpo percebe as relações de poder, assim como colocado em “Vigiar e Punir” (1999b), de Foucault, e defendido por Donna Haraway (1995). Isso acontece porque com a chegada da modernidade as disciplinas apareceram para reorganizar as punições e o conjunto de diferentes instituições, de forma que foram transformadas também as maneiras de se portar diante do corpo. As relações de poder geradas passaram então a enxergar no corpo uma de suas principais formas de ataque, mostrando que a figura do homem foi reorganizada em torno da alma e da psicologia.

As feministas também falavam do corpo como uma questão principal para as mulheres na produção da identidade fixa em torno da sexualidade, ou seja, do corpo. Em “História da Sexualidade vol.1: vontade de saber” (1987) as feministas e Foucault conversam novamente, em especial no capítulo “o dispositivo de sexualidade”, porque Foucault explica a rotulação da mulher através e devido ao seu corpo, sendo ela mãe, mulher histórica ou alguém que deve estar constantemente vigiada. Isso se daria

primordialmente com base no poder local, relacional e micro, dentro das relações familiares, matrimoniais, escolares no caso das crianças, hospitalares e até prisionais, para chegar ao aparelho tradicional de controle do Estado que garante a ordem social através do discurso e da dominação. Ao mesmo tempo essa dominação não vem de cima, mas está presente em toda a sociedade, sendo também passível de ser transformada por ela (FOUCAULT, 1987).

Neste capítulo é feito o aprofundamento da noção de poder que coloca a sexualidade como a essência das pessoas e a necessidade de que as pessoas têm a partir da modernidade por definir e fiscalizar o sexo, sendo que elas passam a se definir em torno de suas sexualidades. Foucault coloca que é preciso elaborar uma relação entre as pessoas e a liberdade em relação às práticas sexuais, já que a sexualidade é colocada no centro. Ele propõe uma análise crítica do poder que pode ser pensada de maneira ampla contra noção de soberania deste discurso, pois segundo esse poder, seria negada a existência da sexualidade. Dessa forma o poder está nos mecanismos interpessoais modernos de fiscalização e definição pessoais.

Dizendo poder, não quero significar “o Poder”, como conjunto de instituições e aparelhos garantidores da sujeição dos cidadãos em um Estado determinado. Também não entendo poder como modo de sujeição que, por oposição à violência, tenha a forma de regra. Enfim, não o entendo como um sistema geral de dominação exercida por um elemento ou grupo sobre outro e cujos efeitos, por derivações sucessivas, atravessem o corpo social inteiro. A análise em termos de poder não deve postular, como dados iniciais, a soberania do Estado, a forma da lei ou a unidade global de uma dominação; estas são apenas, e antes de mais nada, suas formas terminais. Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de forças encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas (FOUCAULT, 1987, p. 88)

O poder nesse sentido está em toda parte porque provém de todos os lugares, ele é exercido, não adquirido, e as relações de poder são imanentes. Existem correlações de forças em todos os grupos do corpo social e não há poder que se exerça sem objetivos, mas isso não quer dizer que ele emane de um sujeito de forma racional ou pelas pessoas que tomam as decisões institucionais (FOUCAULT, 1987). Em relação ao sexo a forma exercida pelo poder é a de revelar os discursos de suas relações, mesmo que sempre exista a possibilidade de resistência.

Da mesma maneira as feministas colocam que não se trata da luta contra a sexualidade, mas contra sua própria produção discursiva. A sexualidade é um nome que se pode dar a um dispositivo histórico, não necessariamente à realidade, mas aos discursos sobre ela que são produzidos pelas relações de poder. Para Foucault, as relações de sexo no Antigo Regime se davam pelas relações de aliança (matrimônio), mas segundo ele isso perdeu importância com o desenvolvimento da economia e as mudanças na política. Por isso as sociedades modernas desenvolveram um novo dispositivo, o da sexualidade, que reinventou os corpos de forma cada vez mais controlada e global. Isso vai de encontro à hipótese repressiva que colocava que até o século XVII existia uma repressão que depois desapareceu.

Nesse aspecto, Margaret McLaren (2016) enfatiza a questão da análise do discurso e de sua importância para compreender as relações de poder e o modo como as produções das subjetividades (tanto masculina como feminina) são importantes. O discurso produz certas relações de poder ao hierarquizar e excluir alguns sujeitos, como Foucault também explica em “A Ordem do Discurso” (1999a). Para as feministas a forma de encarar as relações culturais do corpo contribui para a dominação, porque a atuação do sujeito masculino, branco e racional é sempre priorizada frente ao corpo feminino.

O conceito primordial é superar a subordinação da mulher. Apesar das várias, e às vezes conflitantes suposições das posições feministas discutidas, há coisas em comum entre elas. Primeiro, por ser o feminismo um movimento social e político devotado à superação da subordinação feminina, a teoria feminista pode fornecer recursos para mudanças sociais e políticas. Esses recursos podem incluir ferramentas para análise crítica e programas positivos para mudanças (MCLAREN, 2016, p. 26).

Foucault coloca que as explicações sobre o discurso também fazem parte de uma ordem e que é impossível negar a existência do autor. O discurso também é acontecimento, porque pode mostrar descontinuidades importantes para entender determinadas práticas. Foucault explica que não podemos ter acesso à produção do conhecimento sem que ele seja mediado pelas palavras e discursos, para que possamos chegar às coisas das quais falamos. As palavras não descrevem as coisas, mas configuram e dão sentido a elas. O exemplo de Foucault em “A ordem do discurso” (1999a) é a da separação entre razão e loucura, porque a loucura leva o discurso do “louco” a ser rejeitado por ele estar fora da ordem aceita pelas pessoas, enquanto o racional está dentro dos regimes de verdade definidos pelas contingências históricas.

Existe em nossa sociedade outro princípio de exclusão: não mais a interdição, mas uma separação e uma rejeição. Penso na oposição razão e loucura. Desde a alta Idade Média, o louco é aquele cujo discurso não pode circular como o dos outros (FOUCAULT, 1999a, p. 10).

É em “A verdade e as formas jurídicas” (2005), especialmente na primeira conferência, que Foucault inicia seu movimento para o eixo do Poder para explicar de que forma as práticas de saberes se conectam com as práticas sociais. Ele explica que a produção do conhecimento não deve ser pensada como neutra ou universal, que ela não emana de uma origem conectada à verdade, mas é consequência do objeto de conhecimento que nos leva a criar ferramentas para interpretá-lo. Esse saber produzido pelo homem é pontual, particular e específico, e depende tanto do seu contexto quanto das suas práticas sociais, ou seja, dos saberes de cada período histórico, dos contextos, lugares e pressupostos.

Ao mesmo tempo, ver tudo a partir de todos os ângulos é criticado por Foucault, porque para ele é necessária uma história política dos conhecimentos que lide com as condições de aparição de suas determinadas formas. É preciso entender em que medida o conhecimento científico e o sujeito que o produz têm validade universal. Existem saberes parciais, locais, perspectivados e limitados, sempre emaranhados nas relações de poder e relacionados aos jogos políticos, estratégicos, da luta e da guerra, como também explica Donna Haraway em “Saberes Localizados” (1995). A produção de um saber pelo sujeito do conhecimento seria um processo de dominação que cria uma conexão entre quem produz o conhecimento e o conhecimento que é produzido por ele.

Deste ponto de vista, a ciência - o jogo real, aquele que devemos jogar - é retórica, é a convicção de atores sociais relevantes de que o conhecimento fabricado por alguém é um caminho para uma forma desejada de poder bem objetivo. Tais convicções devem levar em conta a estrutura dos fatos e artefatos, tanto quanto os atores mediados pela linguagem no jogo do conhecimento (HARAWAY, 1995, p. 10).

As feministas também afirmam que a ciência produzida pelos sujeitos de conhecimento não é universal, apenas pretende ser, mas deixa de fora as principais questões envolvendo as diferentes realidades femininas. A concepção tradicional de masculinidade faz esse sujeito escolher certos temas como mais importantes, deixando muitas vezes os temas privados como menos importantes diante das intenções da

produção humana. Para o feminismo a crítica de Foucault importa bastante por concordar que o saber deve ser colocado em seu lugar de produção e pensado historicamente a partir das práticas sociais que o produziram, ou seja, de um saber perspectivo. O sujeito também é produzido de forma parcial através das relações de poder e subjetividades, então, além disso, o próprio sujeito do conhecimento deve mostrar de onde fala, pois ele também não é universal.

Neste sentido surgem algumas noções de Foucault acerca do que ele chama de “intelectual específico” em sua entrevista “Verdade e Poder” do livro “Microfísica do Poder” (2015). O “específico” é um intelectual que carrega uma nova ligação entre a teoria e a prática para atuar em setores determinados, como no trabalho, nas universidades, nas relações familiares e sexuais. Ele atua em lugares restritos e com modos específicos de se estabelecer neles, inclusive atraindo os perigos políticos do saber localizado. Apesar disso, é esclarecido que o chamado “intelectual universal”, em contrapartida, não desapareceu por completo e está sempre buscando retomar seu espaço. O “intelectual específico” é a figura que produz conhecimento e também se transforma ao produzi-lo, mas corre riscos se não aplicar o que estuda ao seu cotidiano em uma conexão entre discurso e prática de vida.

O intelectual específico encontra obstáculos e se expõe a perigos. Perigo de se limitar a lutas de conjuntura, a reivindicações setoriais. Risco de se deixar manipular por partidos políticos ou por aparelhos sindicais que dirigem estas lutas locais. Risco principalmente de não poder desenvolver estas lutas pela falta de uma estratégia global e de apoios externos. Risco também de não ser seguido ou de o ser somente por grupos muito limitados (FOUCAULT, 2015, p. 15).

Em “Saberes Localizados” (1995), Donna Haraway também se coloca contra a crítica da década de 1980 acerca da objetividade da natureza humana, da escrita e da linguagem, de forma irônica, para explicar que é preciso elaborar uma discussão que traga mais certeza frente à aceitação de discursos prontos e atos de fé pouco efetivos:

Esta é uma visão aterrorizante da relação entre o corpo e a linguagem para aqueles de nós que ainda gostariam de falar a respeito da realidade com mais confiança do que a que atribuímos à discussão da direita cristã a respeito da volta de Jesus e a salvação deles em meio à destruição final do mundo. Gostaríamos de pensar que nossos apelos a mundos reais são mais do que uma desesperada tentativa de escapar ao cinismo ou um ato de fé como o de qualquer outro culto (HARAWAY, 1995, p. 12).

Entre os principais objetivos do texto de Haraway está o de organizar por meio da escrita e da argumentação outro tipo de epistemologia que possa lidar com os problemas da produção do conhecimento em todos os campos. Para a autora as palavras têm múltiplos sentidos e dependem de suas ambiguidades, assim como Foucault coloca na “Ordem do discurso” (1999a). A apropriação das palavras é o que as definem, então é preciso se posicionar para desenvolver as linhas de pensamento. Isso também é colocado em sua Metáfora da Visão, que atribui um sentido negativo e um positivo à palavra visão. Pode ser negativo no sentido de visão devoradora das produções e dos questionamentos, mas positivo ao defender que a perspectiva parcial é a única que permite uma visão objetiva. Sendo assim, as palavras podem ser redefinidas em seus múltiplos sentidos, através de uma visão mais ampla de seus significados.

A ressignificação e a atribuição de outros sentidos às palavras, no caso da objetividade, estão em como cada localidade e como cada saber sujeito pode organizar uma perspectiva que busca chegar cada vez mais perto da objetividade, ao contrário da forma “tradicional”, que julga tudo ver e tudo saber. Os saberes localizados e sujeitos mostram perspectivas parciais que jogam com os sentidos em contraste com o totalizante. Objetividade, segundo Haraway (1995), só pode ser considerada se partir do parcial, como em sua proposta de uma nova objetividade feminista, porque inexistente um olhar que vê tudo. Ao mesmo tempo o conhecimento localizado e limitado, torna todas as pessoas responsáveis pelo que aprendem a ver. Isso implica em uma tomada de posição e em uma ética aplicada à produção do conhecimento.

Todas as narrativas culturais ocidentais a respeito da objetividade são alegorias das ideologias das relações sobre o que chamamos de corpo e mente, sobre distância e responsabilidade, embutidas na questão da ciência para o feminismo. A objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto. Desse modo podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver (HARAWAY, 1995, p. 21).

A própria noção de razão também é ressignificada através da experiência, considerando as lutas femininas na produção de conhecimentos para serem considerados racionais e sérios. A partir disso ela se coloca na responsabilidade de ressignificar a noção de razão objetiva e científica totalizante, para não excluir os saberes subjugados do universo acadêmico. Sendo assim, é importante ressaltar que o que hoje é considerado natural fez parte de um processo que envolveu certos saberes, como coloca

Foucault, ao analisar as relações de poder e as possibilidades constantes de ressignificação dessas relações.

Da mesma maneira Haraway se coloca frente às discussões teóricas que devem ser refletidas na prática para criar uma conexão entre as pessoas para a produção de novos conhecimentos e relações de poder.

Não queremos uma teoria de poderes inocentes para representar o mundo, na qual linguagens e corpos submerjam no êxtase da simbiose orgânica. Tampouco queremos teorizar o mundo, e muito menos agir nele, em termos de Sistemas Globais, mas precisamos de uma rede de conexões para a Terra, incluída a capacidade parcial de traduzir conhecimentos entre comunidades muito diferentes - e diferenciadas em termos de poder ver (HARAWAY, 1995, p. 16).

Em “Manifesto Ciborgue” (1991), Donna Haraway busca construir um mito político cheio de ironia e crítica ao humanismo que coloca o homem como centro de tudo. O ciborgue é a figura desse mito político criado como ideal humano, porque ele mistura máquina e organismo. Ele transita entre a ficção científica e a realidade social, em uma fronteira que retrata sua criação como figura política e social. O ciborgue incorpora tanto a subjetividade quanto a materialidade, levando em consideração que os aspectos da máquina já permeiam a vida das pessoas, então Haraway busca questionar as hierarquias e trabalhar a parcialidade contra a visão humanista, questionando as fronteiras, como a ideia do “universal”.

Donna Haraway (1991) faz três propostas que envolvem o ser ciborgue e que geram novas visões de mundo: primeiro a diluição entre humanos e animais, o que pressupõe uma relação inexistente até pouco tempo atrás, como o surgimento de movimentos pelos direitos dos animais e trabalhos das ONGs. Dessa forma é necessário pensar que todos os seres possuem direitos e precisam viver de forma equilibrada com o ambiente e não de forma dominada.

Em segundo lugar ela analisa a divisão entre humano e máquina, sendo ela não mais possível, já que as máquinas se tornaram extensões do próprio corpo; e por último ela faz uma proposta de diluição da fronteira entre o físico e o não físico através de uma reflexão sobre o sentido do poder, sendo ele um exercício e não uma propriedade, assim como Foucault coloca em “Vigiar e Punir” (1999b). Esse poder está em todas as relações e não vem exclusivamente de cima. Ao mesmo tempo a invisibilidade do ciborgue faz com ele seja perigoso por estar presente em toda a sociedade. O mito do

ciborgue tem o objetivo de diluir essas fronteiras e propor uma nova forma de vida conjunta através da reconstrução das identidades.

O ciborgue está determinadamente comprometido com a parcialidade, a ironia e a perversidade. Ele é oposicionista, utópico e nada inocente. Não mais estruturado pela polaridade do público e do privado, o ciborgue define uma pólis tecnológica baseada, em parte, numa revolução das relações sociais do *oikos* – a unidade doméstica. Com o ciborgue, a natureza e a cultura são reestruturadas: uma não pode mais ser o objeto de apropriação ou de incorporação pela outra. Em um mundo de ciborgues, as relações para se construir totalidades a partir das respectivas partes, incluindo as da polaridade e da dominação hierárquica, são questionadas (HARAWAY, 1991, p. 39).

Essas identidades devem ser estruturadas e múltiplas, ao mesmo tempo em que a multiplicidade gera uma situação que não possibilita uma unificação da identidade. Nesse sentido é necessária a associação de forma complementar de todos os feminismos, porque a unificação em torno da identidade poderia também gerar a exclusão daquilo que é diferente. O objetivo deve ser a afinidade política em torno do que une para propor novas visões de mundo, para produzir sujeitos que não sejam revolucionários e totalizadores em torno de uma única pauta, mas para pensar a multiplicidade das lutas em comum. Haraway (1991) explica a necessidade de pensar as identidades levando em consideração que as definições não são naturais, mas construções históricas e sociais impostas, como a noção do “ser mulher”, por exemplo.

Dessa forma, Haraway critica o feminismo marxista e o feminismo radical por serem totalitários e excluírem algumas categorias de mulheres ao se apropriarem de alguns conceitos. A visão humanista que busca abarcar a todos também é excludente, porque inevitavelmente apenas alguns são produtores de um discurso aceito pelo todo. Cada realidade é diferente, então não pode haver identidade de grupo sem levar em consideração as relações específicas de cada entendimento e de cada subjetividade. O entendimento de como é difícil não excluir e buscar uma matriz identitária natural leva ao entendimento de que é preciso sair das totalidades e trabalhar com as parcialidades e diferentes subjetividades, como a própria Haraway explicou em seu texto “Saberes Localizados” (HARAWAY, 1995).

Retomando o tema da sexualidade, ela também explica que o corpo é visto como uma máquina a ser utilizada em toda a sua potencialidade, já que a mulher foi historicamente rebaixada por conta de sua maternidade e sexualidade. Existe certa multiplicidade de sentidos nas relações de poder e em tudo, então uma nova forma de

subjetividade é possível através da análise de diferentes vertentes ao invés de apenas uma. Dessa forma, Donna Haraway propõe a criação de uma nova epistemologia para conhecer a diferença.

De uma outra perspectiva, um mundo de ciborgues pode significar realidades sociais e corporais vividas, nas quais as pessoas não temam sua estreita afinidade com animais e máquinas, que não temam identidades permanentemente parciais e posições contraditórias. A luta política consiste em ver a partir de ambas as perspectivas ao mesmo tempo, porque cada uma delas revela tanto dominações quanto possibilidades que seriam inimagináveis a partir do outro ponto de vista (HARAWAY, 1991, p. 46).

Ela coloca a noção da criação via uma nova subjetividade que vê em seu presente uma nova relação de poder através do ciborgue e da contestação ao que seria naturalmente a mulher, como identidade natural. O feminismo propõe a produção de um conhecimento científico que dê conta da diferença ampliada para criar outras relações de poder e de prazer, e assim como Foucault (1987), Haraway propõe enxergar o poder de forma mais ampla através de um diagnóstico do presente.

A própria intelectualidade e a produção do conhecimento são problematizadas através da crítica à totalização dos conceitos em torno de uma única identidade. Não se trata de apagar as identidades e localizações que definem os grupos dentro dos feminismos, mas de abrir espaço para diversas nomeações que se complementam, já que o ato de nomear os grupos também é uma relação de poder, porque este ato define as pessoas e determina limites para elas que devem ser questionados pelas vertentes feministas e pós-estruturalistas.

Neste sentido é possível identificar aproximações nos argumentos de Donna Haraway e Michel Foucault: em primeiro lugar existe a crítica de ambos ao presente para entender as novas formas de relações de poder. Foucault defende que o homem como sujeito da ciência e do conhecimento está no processo de desaparecer, enquanto para Haraway esse fenômeno já aconteceu. Os dois autores fazem um diagnóstico das transformações humanas e criticam o humanismo em busca de novas formas subjetivas de conhecimento para o surgimento de novos sujeitos. O mito do ciborgue de Haraway (1991) possibilitaria essas novas relações. Ao mesmo tempo, a biopolítica de Foucault (2008) seria um modo de controle da população, uma tensão constante. Os dois também criticam as tradições da ciência e da política moderna, que se pretendem totalizantes e objetivas.

A epistemologia de Donna Haraway (1995) que tem como objetivo conhecer a diferença tem também a intenção de remodelar o sistema ocidental de encarar a noção de ciência e de sujeito. Sua proposta é a de perceber as diferenças e compreendê-las, como Foucault (1999b) fez com os loucos e com os prisioneiros, que não são vistos pelo ocidente e que buscam ser eliminados por ele. Em outras palavras, é necessário perceber os recortes de classe, gênero e raça para produzir o conhecimento de forma diferente, mesmo dentro dos grupos marginalizados, quando eles buscam representar ao todo de maneira uniforme.

O Ciborgue é então uma maneira de se usar as possibilidades modernas do próprio conhecimento para recriar as perspectivas e promover mudanças. É uma metáfora de uma produção subjetiva que quer escapar do homem universal para ver as possibilidades que a tecnologia gera de encarar a ciência e a tecnologia como uma dominação humana. Em sua entrevista para Thyrza Goodeve, Haraway explica: “O que me interessa mais sobre o ciborgue é que ele faz coisas inesperadas e responde por histórias contraditórias, permitindo ao mesmo tempo algum tipo de trabalho no e do mundo” (HARAWAY, 2005, p. 60).

Haraway discute igualmente sua noção de crítica, sendo que para ela esta pode ser uma atividade produtiva mais do que negativa. Foucault também tem essa posição de construir outro sentido para as coisas. A crítica para ele tem a ver com julgamento, algo que não necessariamente precisa proceder sempre, se for possível perceber as presenças daquilo com o que as pessoas lidam. Donna Haraway também não busca uma crítica por julgamentos, mas pela geração de novas ideias complementares:

Parte disso é a competição e o medo de parecer tolo se você não fizer a crítica primeiro. De fato, penso que parte das péssimas políticas raciais funciona a partir do mesmo princípio, segundo o qual as pessoas se apressam em acusar os outros de racistas para não serem julgadas elas mesmas. [...] E penso que algo desse estilo de crítica negativa na pós-graduação, em relação não apenas ao racismo, mas a muitos outros tipos de coisas, está enraizado num medo de aceitar algo com toda a sua bagunça e sujeira e imperfeição (HARAWAY, 2005, p. 58).

Em suma, se trata de fazer uma reconexão para perceber as diferentes reflexões olhando para o passado para perceber os silenciamentos e criticá-los de maneira construtiva. Haraway faz isso também com relação à escrita das mulheres, buscando escritoras de seu próprio contexto e tempo para reavaliar seu presente, como fez com

Octavia Butler. Ela propõe um novo olhar sobre as histórias “de risco” de mulheres, já que a escrita tem caráter político no próprio desafio de certos grupos em fazer uso dela:

A política do ciborgue é a luta pela linguagem, é a luta contra a comunicação perfeita, contra o código único que traduz todo significado de forma perfeita – o dogma central do falocentrismo. É por isso que a política do ciborgue insiste no ruído e advoga a poluição, tirando prazer das ilegítimas fusões entre animal e máquina. São esses acoplamentos que tomam o Homem e a Mulher extremamente problemáticos, subvertendo a estrutura do desejo, essa força que se imagina como sendo a que gera a linguagem e o gênero, subvertendo, assim também, a estrutura e os modos de reprodução da identidade “ocidental”, da natureza e da cultura, do espelho e do olho, do escravo e do senhor (HARAWAY, 1991, p. 88).

A retomada da crítica e a resignificação com relação ao próprio sujeito mulher nos diferentes feminismos podem também ser encontradas nos argumentos de Judith Butler, em especial em seu livro “Problemas de Gênero” (2003). Nele, existe uma crítica forte sobre a heterossexualidade dos movimentos feministas, e Butler se utiliza de Foucault para criticar a noção de corpo e mente. Neste sentido, o gênero tem o pressuposto de identidade através das relações sociais, que têm a ver com classe, raça e gênero, ao exemplo do que também coloca Haraway. Ao mesmo tempo o sexo está dentro do campo da construção e do discurso, e não é puramente biológico. Desta forma, ela organiza sua escrita tentando perceber a política em suas reflexões.

Seu propósito é discutir a linguagem e o discurso para propor uma prática política que não caia nas armadilhas do feminismo. Ela retoma os argumentos de Donna Haraway (1995) ao criticar o próprio movimento feminista, ao mesmo tempo em que se aproxima de Foucault ao propor uma genealogia feminista preocupada com uma nova maneira de perceber a produção da subjetividade (BUTLER, 2003). Butler coloca o problema da identidade como algo muito definido em torno da expressão “mulheres” com objetivo de constituir o sujeito em nome de quem certa representação política é almejada, porque ela coloca que as noções de política e de representação são complementares, mas diferentes.

Suas críticas à noção de identidade, à expressão “mulheres” e ao feminismo que organiza o sujeito feminino recorrem aos problemas entre a teoria política e o feminismo, porque a expressão “mulheres” causa muitas exclusões ao tentar significar grupos marginalizados específicos com aspectos em comum. De acordo com Judith Butler (2003), o sujeito “mulheres” não pode mais ser compreendido através de termos

tão estáveis e permanentes, pois a noção de um sujeito em torno de identidades fixas não tem mais possibilidade de se colocar em mundo plural e espaço de luta de tantos grupos.

E assim, o sujeito feminista se revela discursivamente constituído, e pelo próprio sistema político que supostamente deveria facilitar sua emancipação, o que se tornaria politicamente problemático, se fosse possível demonstrar que esse sistema produza sujeitos com traços de gênero determinados em conformidade com um eixo diferencial de dominação, ou os produza presumivelmente masculinos (BUTLER, 2003, p. 19).

Butler explica que o feminismo que aposta só na figura da mulher não é mais possível por ser o feminismo também parte de um sistema discursivamente constituído. Ela se aproxima da análise de Foucault em “As verdades e as formas jurídicas” (2005) quando o autor coloca que os limites dos conceitos e dos estudos diante de alguns grupos produzem discursos de poder relacionados ao saber (FOUCAULT, 2005). Neste sentido o próprio sistema político representacional que deveria favorecer as mulheres, acaba prejudicando suas emancipações.

A análise do sujeito é uma questão crucial para a política feminista, pois os sujeitos femininos são produzidos por práticas de exclusão. A representação e identidade das mulheres na luta feminina acabam produzindo o próprio sujeito feminino que está sendo defendido para maior visibilidade na política institucional, através das relações de poder:

A construção política do sujeito procede vinculada a certos objetivos de legitimação e de exclusão, e essas operações políticas são efetivamente ocultas e naturalizadas por uma análise política que toma as estruturas jurídicas como seu fundamento (BUTLER, 2003, p. 19).

Butler afirma que não basta a simples indagação de como as mulheres podem fazer-se representar mais plenamente, é necessário também compreender como a categoria das mulheres é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas do poder pelas quais se busca a emancipação.

As relações de poder dentro do feminismo que se propõe a defender um tipo de identidade, acabam por excluir alguns grupos. A constituição do poder pela lei é problemática em torno da representação das mulheres por causa disso, levando Judith Butler a discutir a noção de sujeito em seu texto. O gênero nem sempre se constituiu de

maneira coerente na história, pois não basta apenas a figura de “mulher” para representar a todas. Ele está sempre em contato com raça, classe, etnia e está sempre conectado ao cenário político, cultural e social no qual é produzido.

O feminismo não está isento da produção das relações de poder, então não pode presumir uma base universal para que não reduza a opressão das mulheres igualmente a uma base singular. Por esta razão o feminismo que parte do patriarcado universal também é criticada por Butler quando a crítica parte de visões exclusivamente ocidentais para olhar para sociedades diversas ao redor do mundo.

Butler critica essa construção ocidental por criticar a universalidade em todos os aspectos. A experiência das mulheres não é comum, segundo ela, é específica, então ela não deve ser descontextualizada em suas particularidades. Essa noção de identidade geral em torno das mulheres é bastante equívoca: “É minha sugestão que as supostas universalidades e unidade do sujeito do feminismo são de fato minadas pelas restrições do discurso representacional em que funcionam” (BUTLER, 2003, p. 21). Ela continua explicando que o feminismo queria produzir uma luta em torno da pluralidade das mulheres, mas fez uso de uma política e de uma noção de sujeito que excluiu muitas delas e suas representatividades.

Considerando que o feminismo almeja a emancipação existe sempre a pergunta de para quais mulheres esse pensamento apoiado na representação universal é válido na prática e na política, porque existem limites na identidade e na política das mulheres que tornam os sujeitos não estáveis.

Fazer apelos à categoria das mulheres, em nome de propósitos meramente “estratégicos” não resolve nada, pois as estratégias sempre têm significados que extrapolam os propósitos a que se destinam. Nesse caso, a própria exclusão pode restringir como tal um significado inintencional, mas que tem consequências. Por sua conformação às exigências da política representacional de que o feminismo articule um sujeito estável, o feminismo abre assim a guarda a acusações de deturpação cabal da representação (BUTLER, 2003, p. 22).

Donna Haraway (1991) também propunha novas formas de organização da prática política que já estavam colocando-se em prática no presente, considerando que o campo contemporâneo do poder é constituído pela linguagem e pela política. Judith Butler se alinha ainda mais aos estudos de Foucault sobre a genealogia, relações de poder e dispositivo da sexualidade neste sentido, porque coloca que é possível formular uma crítica às categorias da identidade olhando para dentro da política representacional,

inclusive para refletir sobre a perspectiva feminista e sobre a exigência de construir um sujeito do próprio feminismo. Os três autores percebem isso ao longo da história e em seus presentes, criticando radicalmente a necessidade de construção de uma base única e permanente para os conceitos. Em conformidade, Butler coloca as perguntas:

Será que as práticas excludentes que baseiam a teoria feminista numa noção das mulheres como sujeito solapam, paradoxalmente, os objetivos feministas de ampliar suas reivindicações de representação? Será que a construção da categoria de mulheres como sujeito coerente e estável acaba por produzir uma reificação numa regulação das relações de gênero? Até que ponto a categoria mulheres se manteve a partir da matriz heterossexual? (BUTLER, 2003, p. 23).

Ela conclui que é preciso nova política feminista que tome a construção da identidade com um modelo que dê conta de escapar dessa noção normativa e universal. Em seus argumentos ela também critica a divisão do sujeito feminista pela distinção sexo/gênero. Para ela, a unidade do sujeito é contestada quando se diz que apenas o gênero é culturalmente construído, pois essa posição parte de um pressuposto comum de que o sexo é biológico e o gênero uma construção social. O limite lógico deste argumento coloca que existe uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e o gênero culturalmente construído.

Quando o status construído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que homem e masculino podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e mulher e feminino e tanto um corpo masculino como um feminino (BUTLER, 2003, pp. 24-25).

O sexo também deve ser criticado como construção cultural, considerando que a genealogia do sexo é capaz de expor as composições binárias como construções variáveis. O gênero não deve ser apenas cultural em um sexo previamente dado, mas se trata de analisar o aparato de produção sobre o qual os próprios sexos são estabelecidos. O gênero não está para a cultura assim como o sexo está para a natureza, ele é o meio discursivo cultural pelo qual o sexo natural é também produzido e estabelecido como pré-discursivo.

O sexo é uma noção produzida pelas relações de gênero, do poder e do discurso e também é efeito do aparato de construção cultural do gênero, e gera o questionamento de “como deve a noção de gênero ser reformulada para abranger as relações de poder

que produzem o efeito de um sexo pré-discursivo e ocultam a própria operação da produção discursiva?” (BUTLER, 2003, p. 26). O sexo como o aspecto natural pode esconder suas próprias relações de poder e construção cultural. Butler vê a noção de construção com desconfiança através da dualidade entre livre-arbítrio e determinismo, ao mesmo tempo em que ela enxerga o perigo do corpo passar a ser um mero meio dos significados culturais quando vemos sua construção imposta ao corpo natural.

O sexo feminino não é a falta ou o outro, e não constitui a marca de um sujeito. As categorias da identidade devem ser repensadas para perceber do que se tratam as relações assimétricas de gênero, através das críticas à distinção e separação entre corpo e mente em termos de hierarquias de gênero, já que o corpo é associado ao feminino e a mente ao masculino na linguagem moderna.

Na tradição filosófica que se inicia em Platão e continua em Descartes, Husserl e Sartre, a distinção ontológica entre corpo e alma (consciência, mente) sustenta, invariavelmente, relações de subordinação e hierarquia políticas e psíquicas. A mente não só subjuga o corpo, mas nutre ocasionalmente a fantasia de fugir completamente à corporificação. As associações culturais entre mente e masculinidade, por um lado, e corpo e feminilidade, por outro, são bem documentadas nos campos da filosofia e do feminismo (BUTLER, 2003, p. 32).

De acordo com Butler uma possibilidade de argumentação seria através da exploração das linguagens totalizantes, tanto masculinista quanto feminina, pois ela questiona a real necessidade de unidade, já que a insistência nela é também a causa de sua fragmentação. Neste sentido a autora defende as “unidades provisórias”, porque elas podem agir em propostas diversas para além da identidade, algo também proposto por Donna Haraway em “Saberes Localizados” (1995). De acordo com Butler, uma coalizão aberta poderia melhor afirmar as identidades, sendo a própria noção de identidade um ideal normativo.

Desta forma, a noção do verdadeiro sexo é produzida por práticas reguladoras que geram identidades através de uma matriz de gênero. As matrizes culturais excluem certas identidades, principalmente em cenários nos quais o gênero não decorre do sexo. Sexo, gênero e desejo não estão em condição clara interdependente e determinada através da oposição entre feminino e masculino. Para Judith Butler, as mulheres não são compreendidas como sujeitos segundo o sistema representativo da cultura ocidental por causa da representação binária da sexualidade e é a heterossexualidade institucional que

causa a relação entre sexo, gênero e desejo para regular o gênero como uma relação binária (BUTLER, 2003).

Seus argumentos encontram relação com Foucault, pois ambos fazem críticas ao gênero pelo desejo, sendo ele um limitador interno natural do ser humano. Foucault encara nos “corpos” e “prazeres” um espaço no qual seria possível resistir ao “dispositivo da sexualidade” e produzir novos modos de vida para transformar as relações interpessoais. A intenção dele é a de desnaturalizar o modo como o dispositivo da sexualidade age sobre os corpos e como ele não pode ser encarado como a única maneira de nos relacionarmos com a sexualidade, especialmente no século XIX (FOUCAULT, 1987).

Butler não encara essa possibilidade como algo que proceda como resistência ou contra-ataque através dos corpos por não considerar que o dispositivo da sexualidade pudesse ser vencido. Apesar disso, o feminismo pós-estruturalista de Judith Butler e Donna Haraway se relaciona com as críticas de Foucault porque todos os autores mencionados convergem seus argumentos em prol de perceber as relações de poder que fazem que a modernidade influencie todos os aspectos relacionais da vida humana. Neste sentido, as análises do tempo presente tornam possíveis produções de novas formas de conhecimento e a possibilidade de novos saberes verdadeiramente inclusivos.

Referências

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1999a.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Editora Nau, 2005.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade: vontade de saber vol.1*. Rio de Janeiro: Graal, 1987.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica: Curso dado no College de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. O que é a crítica? *Bulletin de la Société française de philosophie*, Paris, v. 82, n. 2, p. 35-63, abr.1990.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1999b.

HARAWAY, Donna. Fragmentos: Quanto como uma folha. Entrevista com Donna Haraway. *Revista Mediações*, Londrina, v.20, n.1, p.48-68, jan.2005.

HARAWAY, Donna. *Manifesto Ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX*. 1991. Disponível em https://cochabambahotel.noblogs.org/files/2017/03/Manifesto_Ciborgue.pdf

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 5, n. 1, p. 7-41, jan.1995.

MCLAREN, Margaret. *Foucault, Feminismo e Subjetividade*. São Paulo: Intermeios, 2016.

Artigo recebido em 12 de agosto de 2020.
Aceito para publicação em 09 de dezembro de 2020.

SAUDADE E MELANCOLIA: OS ÚLTIMOS SUSPIROS DA “PRINCESA ENCANTADA DA QUIMERA”

SAUDADE AND MELANCHOLY: THE LAST SIGHS OF “PRINCESA ENCANTADA DA QUIMERA”

Priscilla Freitas de FARIAS*

Resumo: O fascínio que a vida e o suicídio de Florbela Espanca exerceram sobre as análises da sua obra contribuíram não só para a criação de “mitos”, mas para a própria construção da poeta enquanto autora, tornando-a uma das mais célebres poetisas portuguesas do século XX. Nesse artigo, não pretendo responder às problemáticas dos estudos do mundo crítico florbéliano, muito menos explicar o suicídio; mas, proponho analisar a invenção autoral de Florbela Espanca, a partir da análise do seu *Diário do Último Ano* (1930), artigos de jornais e críticas literárias. Assim, partindo do pressuposto teórico de Georges Vigarello (2016), proponho problematizar a relação do suicídio com o lugar de mulher/autora na sociedade portuguesa.

Palavras-chave: Florbela Espanca; Suicídio; Construção autoral.

Abstract: The fascination that the life and suicide of Florbela Espanca exerted on the analysis of her work contributed not only to the creation of "myths", but also to the construction of the poet as an author, making her one of the most famous Portuguese poets of the twentieth century. In this article, I do not intend to answer the problems of the critical Florbelian world studies, much less explain her suicide; but, I propose to analyze the authorial invention of Florbela Espanca, from the analysis of her *Diário do Último Ano* (1930), newspaper articles and literary criticism. Thus, based on the theoretical assumption of Georges Vigarello (2016), I propose to problematize the relationship of suicide with the place of woman/author in Portuguese society.

Keywords: Florbela Espanca; Suicide; Authorial construction.

Durante sua vida, a poesia de Florbela Espanca (1894-1930) passou praticamente despercebida. A “pessoa responsável” pelo seu reconhecimento póstumo foi o professor italiano Guido Battelli¹ que, não só tinha reconhecido o talento da poeta, mas havia se oferecido para tratar da publicação do último livro da poeta, intitulado *Charneca em Flor*. Na realidade, ao tentar chamar atenção da crítica para a poesia de Florbela, o maior triunfo de Battelli passou a ser paradoxalmente a própria morte da poeta, o que lhe permitiu construir uma imagem dramática de Florbela como artista romântica. Dessa forma, Guido Battelli acabou reforçando o mito acerca da poeta, afirmando que ela teria encontrado repouso na morte depois de uma vida atormentada.

Além disso, talvez, o fato mais significativo para a construção do mito em

* Doutoranda em História - Programa de Pós-graduação em História - Universidade Federal do Ceará - UFC. Fortaleza, CE - Brasil. Bolsista CAPES. E-mail: priscillaffarias_@hotmail.com.

torno da poeta foi Battelli ter organizado o texto *In Memoriam* (ESPANCA, 1931, p. 66 – 73), publicado no posfácio da primeira edição do livro de *Charneca em Flor*, composto por fragmentos de cinco artigos que tinham sido escritos no intervalo entre a morte de Florbela, em dezembro de 1930, e a publicação de *Charneca em Flor*, em janeiro de 1931. O texto *In Memoriam* foi obviamente influenciado pela imagem que Battelli construiu para Florbela, a qual exaltava a luta travada na procura de um ideal inalcançável, interpretando a morte como o cume das suas aspirações. Assim, o texto *In Memoriam*, que fechou o volume póstumo, despertou a atenção e admiração do público, pelo fato de que a poeta, até então quase desconhecida, havia morrido tão jovem e de maneira tão trágica, que nem conseguira ter o prazer de ver o resultado final do seu livro.

Claro que a representação sombria era de fato uma imagem que Florbela tinha criado para si, presente, sobretudo, no *Livro de Mágoas*, no *Livro de Soror Saudade* e, posteriormente, no *Diário do Último Ano*. Este último, abriu a possibilidade de partilhar um testemunho do desespero humano que viveu. É possível compreender Florbela como um sujeito desamparado, imerso em um mundo que lhe confronta com dores e horrores, que vêm não só do corpo e do mundo exterior, mas, sobretudo, das relações humanas. Florbela viveu em uma sociedade que enfatizava a dominação masculina como parte estrutural da família patriarcal, unindo a sexualidade feminina à procriação e reservando à mulher a função materna, ao mesmo tempo que condicionava a mulher a viver à margem da sociedade, sem autonomia, muito menos liberdade para traçar seus próprios caminhos.

Nesse sentido, o *Diário de Último Ano* pode ser visto como um registro derradeiro de desabafo de Florbela para com o mundo (GRASHOFF, 2016), transparecendo sentimentos enternecidos e pensamentos de dor, como se avaliasse toda sua vida e sua solidão em parágrafos aleatórios: em luta com a mediocridade do tempo que a cercava. No *Diário do Último Ano* de Florbela, em suas palavras nada se concede, nada se elucida. O que se sabe é que a partir da imagem desamparada produzida pela própria Florbela, notadamente no *Diário do Último Ano*, seguido por seu suicídio, rendeu muitas interpretações nem sempre boas acerca de vida e obra. Ao longo dos vários estudos críticos produzidos acerca da poeta depois do seu suicídio, milhares de “Florbelas” nasceram e morreram sobre diferentes perspectivas e representações.

É importante ressaltar que o “boom” da produção de críticas literárias sobre Florbela Espanca está contextualizada Estado Novo² em Portugal, inspirado no

catolicismo social, baseada no lema “Deus, Pátria, Família” (TORGAL, 2009, p. 426), profundamente enraizada na ideia da família como célula vital da sociedade.

Segundo o raciocínio da Ditadura de Salazar, a família e os bons costumes asseguravam a regeneração e o bom funcionamento da sociedade, além de ser fonte de perpetuação da raça. Por isso, o casamento era a base principal, o alicerce da família, cuja finalidade era a procriação. Pode-se imaginar como Florbela era vista nessa sociedade, sendo uma mulher que havia se casado três vezes, com dois divorcios. Florbela também não teve filhos, pois sofreu dois abortos profundamente danosos e prejudiciais para sua saúde que, segundo dados biográficos contidos na edição do livro *Trocando Olhares de Florbela Espanca*, há quem diga que o segundo aborto foi causado por sífilis, outros dizem que foi rovocado por agressões do seu segundo marido (ESPANCA, 2009). No entanto, não se sabe se esses acontecimentos são mais uma calúnia inventada acerca da poeta, o que se sabe de fato é que Florbela era estéril e nunca pôde ter filhos, dessa forma, ao invés de desempenhar um papel da mãe consagrada ao seu lar, dedicou-se quase que exclusivamente a sua carreira de poeta. Assim, a partir de artigos de jonais e críticas literárias, proponho problematizar a relação do suicídio com o lugar de mulher/autora na sociedade portuguesa.

EM BUSCA DE NOVOS CAMINHOS: CARTA DE DESPEDIDA À VIDA POR FLORBELA ESPANCA (1930)

Florbela inaugura seu *Diário do Último Ano* (1930) exteriorizando que não tem nenhum intuito, objetivo e/ou fim pessoal para escrever aquelas linhas, mas, ao mesmo tempo, pede compreensão para aqueles que lerem suas palavras no futuro, o que demonstra de alguma forma que ela está registrando meticulosamente um pensamento para posterioridade. A temática da angústia é um elemento chave em toda obra florbeliana: a espera e o temor que algo venha a se realizar ou, talvez, o sentimento de ameaça perante a vida. A angústia é um mal-estar contínuo em sua obra e diretamente ligada ao físico e ao psíquico em sua vida. De fato, a relação com o tempo é a maior angústia trazida pela modernidade: “(...) o império do instantâneo suscitado pelos modernos meios tecnológicos tem por efeito um sentimento de perda inexorável, combatido por frenesi compulsivo no empenho de recuperar um presente que parece escapar-lhe”(DOSSE, 2003, p. 292). A subjetividade angustiada de Florbela e, em grande medida saudosista, luta contra a transitoriedade do mundo moderno, contra a efemeridade de todas as coisas, contra o passageiro e contra o caráter destrutivo do

tempo.

12 de janeiro de 1930.

Viver não é parar: é continuamente renascer. As cinzas não aquecem; as águas estagnadas cheiram mal. Bela! Bela!, não vale recordar o passado! O que tu foste, só tu o sabes: uma corajosa rapariga, sempre sincera para consigo mesma. E consola-te que esse pouco já é alguma coisa. Lembra-te que detestas os truques e os prestidigitadores. Não há na vida um só ato covarde, pois não? Então que mais queres num mundo em que toda a gente o é... mais ou menos? Honesta sem preconceitos, amorosa sem luxúria, casta sem formalidade, reta sem princípios e sempre viva, a palpitar de seiva quente como as flores selvagens da tua bárbara charmeça! (ESPANCA, 1981, pp. 8–9).

O tempo urgia e Florbela não se achava em canto nenhum, nem no lado profissional, nem no lado amoroso, os dias e anos passavam e ela se sentia cada vez mais velha e mais fragilizada, emparedada no caos de seus pensamentos. O passado lhe parecia tão belo, mas tão distante: passado apartado da menina feliz na sua terra alentejana, passado apartado da moça esbelta e cheia de vitalidade, um passado remoto e tão longínquo que ela mesma já não conseguia identificar a si próprio.

Parece que a memória, o pesar, traz à Florbela uma imagem de outrora, carregando-a de angústia. A angústia permeia Florbela pelo seu modo de existir e ver o mundo, de onde vem a dor, a inquietação, a morte como única forma de impedir essa angústia existencial. Florbela despreza o passado, um passado que provoca angústia, que só ressuscita mágoas, assim, ela se protege negando o passado conturbado, um passado marcado por crises e atravessado por tristezas.

A angústia não é uma característica presente apenas na obra de Florbela Espanca, mas está presente em grande parte dos autores entre a segunda metade do século XIX até meados do século XX. O tema da angústia, tão constante na obra de Florbela Espanca, também é um elemento marcante nas obras de autores que influenciaram profundamente a obra e o estilo da poeta como, por exemplo, António Nobre³, assim como Mário de Sá-Carneiro⁴, Antero de Quental⁵, Mario Beirão⁶, Américo Durão⁷ e Teixeira de Pascoaes⁸ entre outros. Um dos pontos comuns é o tom confessional dos versos, ligados à temática do pessimismo, da mágoa, da dor existencial, da ânsia pela morte e pelo não ser. Na realidade, os dois poetas que mais se encontram presentes no tecido intertextual dos sonetos são Antônio Nobre, explicitamente evocado como par na solidão, Antero de Quental e Mário de Sá-Carneiro.

Seguramente, a obra de Florbela Espanca teve confluências de vários autores e correntes literárias que circulavam na sociedade que viveu; no entanto, sua poesia se

mostra sempre fiel ao próprio sentimento: o sentimento da existência, da consciência de si e da identidade individual que, paulatinamente, essa construção do “eu” imersa nas sensações, nas desordens e nos transtornos internos (VIGARELLO, 2016). Tal fato tornou-se central em sua obra, percorrendo uma estilística muito própria como única condição de compreender melhor a si e algumas características céticas do seu tempo.

19 de fevereiro de 1930.

Que me importa a estima dos outros se eu tenho a minha? Que me importa a mediocridade do mundo se Eu sou Eu? Que importa o desalento da vida se há morte? Com tantas riquezas porque sentir-me pobre? E os meus versos e a minha alma, e os meus sonhos, e os montes e as rosas e a canção dos sapos nas ervas úmidas e a minha chameca alentejana e os olivais vestidos de Gata Borracheira e os assombros dos crepúsculos e o murmúrio das noites... então isto não é nada? Napoleão de saias, que impérios desejas? Que mundo queres conquistar? Estás, decididamente, atacada de delírio de grandezas!...(ESPANCA, 1981, p. 17)

Florbela traz a morte como resolução das agruras da vida. A poeta falar em plena crise subjetiva, assim como muitos sujeitos desse período, que foram completamente afetados e invadidos pela velocidade das mudanças sociais, de comportamentos e de sentimentos. Parece estar perdida entre os modelos de mulher antigos, modelos ultrapassados, e os modelos de mulher que ainda não estavam por todo legitimados. Essa sensação de fragmentação e perda de um eu organizado se manifesta em toda a geração contemporânea à Florbela, o que provocou não só uma disseminação do mal-estar entre os sujeitos, mas, sobretudo, a entrega ao suicídio.

Florbela trazia consigo muitas características do espírito moderno desse período. Sua liberdade em relação à moral e à falta de disciplina referente às regras foram, sem dúvidas, as mais escandalosas para a sociedade portuguesa tradicionalista. Desse sujeito moderno, Florbela trazia o pessimismo, mas, por outro lado, a curiosidade como um grande estímulo para sua existência, pois se dedicou quase que exclusivamente à arte e às letras; a poeta também se revestiu na incapacidade para o amor e suscetibilidade para a doença física e mental tão comuns naquele período. Certamente, esse mundo moderno confuso e desordenado produziu uma subjetividade marcada por um frágil sentido do existencial em Florbela.

Florbela foi antes uma inconformada com a vida, ela queria a perfeição e, por isso frustrou-se, pois o sonho, o ideal não se realizou, daí a saudade do sonho, da perfeição e do passado feliz de sua juventude. A angústia é uma resposta ao estado de impotência, impossibilidade, sem nem mesmo saber de onde vêm suas dores e

frustrações. Tomada pela melancolia, Florbela mergulha no mais profundo desprazer, e a sua angústia não é nada mais que o desmoronamento de si, do seu ego: “Não tenho forças, não tenho energia, não tenho coragem para nada. Sinto-me afundar. Sou o ramo de salgueiro que se inclina e diz sim a todos os ventos” (ESPANCA, 1981, p. 20).

A vida adquire tons cinzentos, a essa altura, Florbela já não acreditava mais nas possibilidades, muito menos no amor. Enquanto isso, amargurada, Florbela devaneava em pensamentos e desabafava escrevendo no seu diário pessoal. “Não, não e não!” (ESPANCA, 1981, p. 23). Ela negava aceitar aquela vida, repelia com desprezo aquela realidade. A melancolia e a solidão profunda encontram única saída para curar a dor, suplica que a morte feche os olhos, como um último suspiro: “A morte definitiva ou a morte transfiguradora? Mas o que importa o que está para além? Seja como for, será melhor que o mundo! Tudo será melhor que esta vida.” (ESPANCA, 1981, p. 23-24). A morte surge como um alívio para uma angústia insuportável, a de não conseguir conviver com as sombras. Parece-nos que a morte é o único meio capaz de curar todas as feridas.

Frustrada, vazia e solitária no presente que a devorava, Florbela escreveu sua última linha no diário, 6 dias antes de se suicidar: “E não haver [sic] gestos novos nem palavras novas.” (ESPANCA, 1981, p. 25). Talvez esse trecho reflita a expressão máxima do estado de alma da autora: o amor impossível, a queda de um sonho, o sofrimento e a morte. Quanto tudo se esgotou, a arte de amar e de criar, a vida se esvaziou de sentidos, ela não sabia o que queria, nem para onde iria, entregando-se eternamente ao silêncio da morte. Último instante, toda vida sobre os olhos: despedida do mundo com palavras carregadas de significados, tentando fazer da sua morte prematura um caso exemplar para toda uma geração.

Podemos dizer, se formos usar os termos da época, que Florbela vivia fragilizada, debilitada e açoitada por uma doença que se agravava dia após dia e nenhum médico conseguia diagnosticar: o pessimismo, a descrença e a melancolia. Como muitos sujeitos que viveram nesse período na sociedade portuguesa, Florbela parecia se deixar consumir pela neurose. Faltava-lhe força e vontade de viver, essa debilidade prejudicava a si mesma, causando-lhe uma decadência de si, uma espécie de autodestruição.

Estou magra como um junco, sem forças, neurastenizada e insuportável. Tenho corrido em vão a todos os médicos, feito radiografias de tudo quanto é possível radiografar-se, análises de tudo quanto é possível analisar-se e... ninguém sabe o que me mata pouco a pouco. A alma, talvez; a eterna história da lâmina corroendo a bainha (...) Sou uma inválida, uma exilada da vida. O que mais me tortura são as teimosas

insônias em séries de quatro noites, só consigo dormir com Veronal ou qualquer outra droga. (DAL FARRA, 2002, p. 287).⁹

Florbela passou parte da sua vida lutando contra um enorme ermo que não sabia de onde vinha, lutando contra uma perturbação mental e contra crises de depressão, porque suas ações e seus escritos expressavam uma liberdade incompatível com certos ditames morais de sua época. Possuía uma personalidade que tendia para a não observância das regras, nem limites que a freasse. Ela não se submeteu à moral, foi uma mulher descrente de qualquer explicação metafísica. Pensando com Nietzsche, poderíamos afirmar que a ruptura com as regras da moral tradicional em Florbela explicaria não só sua vontade de nada, mas sua vontade de autodestruição através do uso constante de pesados soníferos e de três tentativas de suicídio, até sucumbir a terceira delas. Doente do corpo e da alma, parece-me que Florbela não achava consolo para tamanho mal.

Após tanta luta contra os juízos morais e os valores de seu tempo, após ter sido apontada pela sociedade como transgressora devido a seus atos de insubordinação aos códigos sociais, como ela própria se construiu e, certamente, como ela queria ser vista — rebelde, diferente e inconformada —, Florbela tomba, desfalece, já não tem forças para lutar contra a maré, já não vê nenhum sentido na existência, como se tudo fosse em vão, sem fim e sem objetivo. A descrença e a falta de esperança são as palavras chaves para descrever o seu descontentamento para com a vida. Estava emparedada no devir da sua própria história, o que a levou ao niilismo, ela nada esperava do e no tempo. O niilismo é um dos componentes da subjetividade de Florbela que a fez voltar-se contra si própria. Parece que Florbela ficou obcecada por esse nada, por esse ermo que emergia da sua existência, construindo toda sua poesia em cima dos sentimentos de melancolia: morte, amor frustrado e saudade. Parece que a incerteza de uma crença ou a falta de uma interpretação para o mundo causava-lhe dor e, conseqüentemente, provocando-lhe uma nostalgia de algo indefinível.

Florbela envervou na melancólica da perda da sua juventude e de um passado áureo, passou toda sua vida sofrendo a magoa e o delírio de um sonho nunca realizado que a definhou paulatinamente ao longo da sua vida. Assim, cansada de correr atrás de mundos de sonhos — tombados, renegados, aniquilados pelo desejo de morte —, a poeta não resistiu às pressões externas, não suportou a violência simbólica da sociedade e terminou por desembocar na negação total de valores e da vida, entregando-se à morte. Aliás, a morte fazia parte do jogo individualista na medida em que o “eu” define seu fim.

Os percalços da sua vida produziram tão forte abalo em Florbela que jamais deixou de recorrer aos remédios para dormir, que foram determinantes não só para a recaída da sua saúde e equilíbrio mental, mas, sobretudo, fatais para sua vida. A morte deve ter sido para Florbela a última reticência de uma poesia que escreveu e nunca ninguém leu, assim como a vida foi para ela uma reticência do sonho que, talvez, nunca viveu.

CONSTRUÇÕES NARRATIVAS ACERCA DO SUICÍDIO DE FLORBELA ESPANCA

Para infelicidade de sua vida terrena, mas reconhecimento do seu nome e da poesia portuguesa, Florbela viveu a fundo os estados: quer de exaltação, quer de depressão, quer de concentração de si mesma. Florbela Espanca foi durante muitos anos “tabu” para alguns de seus contemporâneos, dada como “escândalo público”, “mulher adúltera”, “indigna” e tudo mais que a imaginação retrógrada e limitada das mulheres e homens da sua época lhe quiseram atribuir. Muitos críticos literários acreditavam que a morte de Florbela da D’Alma Conceição Lobo Espanca já estava premeditada e anunciada desde o dia em que perdeu o interesse pela vida. Sabe-se lá em que altura de sua vida isso sucedeu. Supõe-se que depois da morte do seu irmão, Apeles Espanca, em 1927, quando Florbela se fecha em um autoexílio habitado pela saudade, pelo luto e pela melancolia. De acordo com uma matéria de autor desconhecido, publicada em 1983, no jornal O Globo, aconteceu o seguinte:

Em 1927, de novo, em Lisboa passa dois dias com o irmão Apeles. Estava-se a 4 de Junho. A 6 do mesmo mês, dois dias depois de ter passado com Florbela dois dias, morre Apeles Espanca, irmão de Florbela, na queda do hidroavião que tripulava e que despenhou no Tejo em frente de porto Brandão.

Jaz no cemitério de Matosinhos para onde Florbela o levaria.

Fala-se em suicídio. Há cartas, desesperadas que escreve à irmã dizendo que se iria matar. O irmão era piloto de aviação, e também da Marinha como era hábito na época. Consta que era volúvel. Que tinha uma rapariga em cada porto.

Por fim, apaixona-se por uma rapariga que vem a morrer de doença. Seria essa a razão do suicídio.

Este facto, afectou [sic] a vida de Florbela. A partir daí nunca mais consegue dormir sem calmantes. Nunca mais quis falar com ninguém. Morreu para o Mundo. Fazia questão de isolar-se e sofrer o seu desgosto.

É a morte do irmão que pela primeira vez, a leva a escrever prosa. Florbela faz, então, uma série de contos, aos quais chamou << Máscaras do Destino >>, que fazem parte deste seu espólio (em poder de Rui Guedes) manuscritos em folhas dum velhíssimo livre de rol de mercearia. (A VIDA, 1983).

Desde então, a poeta permaneceu à espera até os últimos dias da sua vida: à espera da felicidade, à espera de um amor, à espera de reconhecimento como poeta-mulher, à espera de algo que sempre acabava em fracasso. As cartas remetidas por Florbela Espanca, nos últimos 3 anos de sua vida, revelam seu estado de saúde agravado: cansada, debilitada e muito nervosa. Em 29 de agosto de 1928, foi receitada a descansar em um Hotel de Seixoso, Lixa, pois teria sido examinada por um especialista que a diagnosticou um estado de grande irritação, inquietação e perturbação do sistema nervoso, causando-lhe febres constantemente. Como já foi citado, o jornal *O Globo*, de Lisboa, publica um artigo de autor desconhecido em 1983, tentando traçar os últimos momentos de Florbela Espanca:

Em Junho de 1930, foi à Lisboa, visitar sua amiga Maria Amélia Teixeira, diretora da Revista <<Portugal feminino>>.

Em 18 de Junho, escreve a Guido Batelli a quem agradece a tradução dos seus versos e envia-lhe um retrato seu. Com ele trocou correspondência até morrer. A 19 de Junho, vai para Évora onde fica até 27 do mesmo mês.

Três dias depois volta ao Porto.

A 5 de Julho escreve ao doutor Guido Batelli em carta:

<<... Só consigo dormir com Veronal ou qualquer outra droga parecida. Sou uma inválida, uma exilada da vida...>>

A 10 de Junho escreve de novo a Guido Batelli:

<<...diz bem. Os médicos não sabem o que dizem. Nervos, nervos Não sabem outra coisa; e um ou outro de disposição mais prazenteira, diz que eu tenho teias de aranha nos miolos. >>

A 27 de Julho em carta ao dr. Guido Batelli:

<<... De mim ninguém gosta. De mim nunca ninguém gostou >>

Ainda em Agosto de novo escreve a Batelli:

<<... nada me chega, nada me convence. Nada me enche. A morte, talvez... esse infinito, esse total e profundo repouso. Tenho imensa pena de não lhe poder dizer, com verdade que sou feliz...>>

A 12 de Agosto volta a escrever:

<<... Eu não peço à vida nada que ela não tivesse prometido e detesto-a e desdenho-a porque não soube cumprir nenhuma das suas promessas em que, ingenuamente, acreditei porque me mentiu, porque me traiu sempre...>>

Em 21 de Agosto volta a escrever-lhe:

<<... o destrambelhamento dos nervos não me deixa viver em paz como sabe viver a outra gente. Tenho feito versos. Muitos versos, nunca fiz tantos nem tão bons, talvez. Mando-lhe o último, feito, onde, durante uma teimosa insónia que apenas cedeu a grama e meia de Veronal...>>

E a 26 de Agosto nova carta:

<<... eu quero desaprender, quero não saber ler, nem escrever a minha própria língua, eu sei lá o que queria!>>. (A VIDA, 1983).

Depois de mais de meio século, autores continuavam interessados em justificar e/ou desvendar o suicídio de Florbela que, notadamente, foi um caso mal explicado para o público e, por isso, atraiu tanta curiosidade e atenção. Florbela teria se suicidado ou não? Na biografia produzida acerca de Florbela Espanca, especula-se que ela tentou se suicidar duas vezes entre outubro e novembro de 1930, no entanto, não se fala como e quando ocorreu exatamente, muito menos não há nenhum registro e/ou documento sobre essas primeiras tentativas de suicídio. Confirmam-se essas informações tomando como base o padre José Maria Sardo, estudioso de Florbela, no entanto, eu investiguei a respeito, mas também não encontrei nenhum trabalho dele sobre o suicídio, nem se quer, sobre Florbela. Sabe-se apenas que não resistiu à última tentativa de suicídio, pois seu corpo estava bastante fragilizado, não suportando a mutilação causada pelos fortes remédios terapêuticos:

E a 6 de Outubro:

<<... um médico especialista diagnosticou uma apendicite que terá de ser operada quando o meu estado geral o permitir. A morte pode vir quando quiser: trago as mãos cheias de rosas e o coração em festa: posso partir contente...>>

E a 14 de Outubro:

<<... Não ligo assim uma grande importância por aí além a essa coisa complicadíssima a que se chama vida...>>

Em Novembro, Florbela, revê algumas provas do seu livro <<Charneca em Flor>>.

E a 11 de Novembro volta a escrever a Guido Batelli:

<<... eu não posso, viverei com certeza um terço do que poderia viver porque todas as pedras me derem todos os espinhos me laceram...>>

<<... Trago às costas o peso de uma floresta inteira sem saber porquê nem para quê, caminho sem saber donde vim nem para onde vou...>> (A VIDA, 1983).

Estaria Florbela premeditando seu próprio suicídio? Ninguém, jamais, poderá afirmar tal incidência, apenas suposições. Fala-se que, na noite em que Florbela viria a se suicidar, um dia antes do seu aniversário, pediu para não ser incomodada e, na manhã seguinte, foi encontrada morta em cima de sua cama na casa onde morava com seu terceiro marido, Mario Pereira Lage, em Matosinhos, onde chorou a morte do seu irmão, Apeles Espanca (1897-1927); onde ruminou a dor de viver, escrevendo seu *Diário do Último Ano* e o livro *Charneca em Flor* que jamais viria a publicar em vida. De certo, quando resolveu tomar os dois frascos de soníferos (Veronal), estava apenas encerrando um processo de abandono de si mesma; sua autoestima debilitada chegou ao limite da busca de uma relativa harmonia entre sua subjetividade e a hipocrisia que alastrava sua vida social. A poeta optou por uma saída discreta, ingerindo uma dose letal

do que já usava para dormir, pois era acometida por uma insônia desde a morte de seu irmão Apeles Espanca, em 1927, preferindo deixar o corpo intacto, adormecendo na eternidade com uma overdose de barbitúricos.

Foi, então, numa manhã de inverno rigoroso em Portugal, no mesmo dia em que a terra a viu nascer, no dia em que supostamente comemoraria seu 36º aniversário, no dia 8 de dezembro de 1930, Florbela foi encontrada morta na sua cama com dois fracos de Veronal vazios. Veronal é o nome comercial do primeiro sedativo e sonífero, pertencente ao grupo dos barbitúricos, que foi introduzido no mercado no início de século XX, o qual Florbela tinha acesso através do próprio marido que era médico e, certamente, receitava à poeta mesmo sabendo que ela sofria de uma neurose crônica e já tinha histórico de suicídio.

A causa da morte foi diagnosticada como uma overdose de barbitúricos, no entanto, foi registrada na certidão de óbito de Florbela como “edema pulmonar”(DAL FARRA, 2002, pp. 63-64), o que me parece mais uma tentativa de silenciar o caso de suicídio da autora. O fato é que, na opinião determinante dos críticos da obra florbeliana já citados, o desejo da poeta de morrer está claramente expresso em toda sua produção devido ao modo como aborda constantemente a temática da morte. Todavia, a causa da morte de Florbela Espanca tem sido uma controvérsia para vários dos seus biógrafos, cujas opiniões se dividem entre aqueles que argumentam o suicídio premeditado e outros que apontam para o fato de se tratar de um acidente ou, simplesmente, do culminar das doenças que afetavam a poeta. Mas, até hoje, existem muitos mistérios, rumores e mitos em torno do suicídio da poeta, talvez, pela própria reação da família em querer esconder com o intuito de “preservar” a imagem de Florbela diante de uma sociedade moralista, o que causou mais curiosidades e, conseqüentemente, abriu lacunas para as mais variadas interpretações em torno do fato.

Ruy Guedes e Agustina Bessa Luís, por exemplo, argumentaram que a morte de Florbela teria sido causada por um suicídio premeditado. O primeiro sugere que os sonetos inéditos de Florbela Espanca, encontrados por ele, revelam que o estado de espírito atormentado a teria levado ao suicídio premeditado, sugerindo várias hipóteses: ora um aborto que teria sofrido, fruto do seu segundo marido; ora que Florbela estava apaixonada pelo irmão, Apeles; ora que teria suicidado no dia do seu casamento com o primeiro marido (ESPÓLIO, 1983, p. 11). Já a última sugere que Florbela teria se suicidado por estar novamente apaixonada, provavelmente por Ângelo César, a quem dedicou suas últimas poesias, como “Quem sabe?”. Por fim, levanta a hipótese de que o

seu suicídio foi premeditado por ser exatamente no dia do seu aniversário, o mesmo dia do seu funeral. (BESSA-LUÍS, [19??], p. 171).

Por outro lado, ao escrever sobre o suicídio de Florbela Espanca em “Suicídios famosos em Portugal”, José de Brandão (BRANDÃO, 2007) argumentou que a associação do remédio com o tabaco pode ter ajudado a acelerar a sua morte natural, visto que os remédios Veronal eram extremamente nocivos para doentes pulmonares ou cardíacos, era o caso de Florbela que fumava constantemente. Mas não deixa de chamar atenção para o fato de Florbela ter sido encontrada com dois frascos de Veronal vazios embaixo da sua cama, não descartando a possibilidade do suicídio da autora.

Outro depoimento que reforça a ideia de Florbela ter premeditado o suicídio foi publicado no “Caderno de Cultura” em um jornal não identificado, pertencente ao Arquivo Histórico de Túlío Espanca, que só inteira o recorte do artigo, datado 20 de abril de 1986, no qual Aurora Jardim, jornalista e escritora, que havia conhecido Florbela há pouco tempo, fala sobre o encontro com a poeta em sua própria casa em Matosinhos, em um dos seus derradeiros momentos antes do suicídio:

... ia a começar a descer as escadas para o primeiro andar, saindo da salinha forrada a cretones, em que ela tinha o seu escritório e lugar longe da família Laje. Florbela chamou-me a atenção para uma pequena mesa, abriu a gaveta e vi que lá dentro havia um tubo de comprimidos. Creio que de Verenol ou coisa assim. Disse-me então: Com isto é que eu me hei-de matar. Evidentemente que não acreditei. Aliás, acabava de conhecê-la. Devo ter-lhe dito algo como: Não seja tola. Nessa tarde tinha lá ido tomar chá. Havíamos sido apresentadas, a seu pedido, por uma amiga comum e, na circunstância, como eu também doente do Dr. Mário Laje. Chamava-se Pauline Courteille, era francesa. Recordo-me que Florbela me chamava de Príncipe de Olhos Atlânticos. Era poeta a Florbela. Pena que as cartas que me escreveu se tivessem irremediavelmente perdido numa mudança de casa. Bem, mas dois ou três dias depois do que lhe acabado de contar, e se passou em casa dos Laje, na Rua 1º de Dezembro, em Matosinhos, fui com o meu marido a Lisboa. Estávamos a almoçar na messe da Marinha, no Arsenal, quando me chamaram ao telefone. Deixara os filhos no Porto e fiquei preocupada. Era o dr. Mário Lage a dizer que Florbela estava a morrer. 7 de Dezembro de 1930, às 22horas, sucumbiria aquela que escreveu De mim ninguém gosta, de mim nunca ninguém gostou. Aurora Jardim, jornalista e escritora, assim me contou a sua relação com a autora de charneca em Flor. Aliás, a 7 de janeiro do ano de 1931, no Jomal de Notícias, de que foi redactora [sic] e ainda hoje é atenta cronista, publicava: Faz hoje um mês que o telefone, na voz metaliza e indiferente, me disse em Lisboa: “A Florbela está a morrer.”. (MOUTINHO, 1986)

Mário Lage, o terceiro marido de Florbela, por sua vez, divulgou imediatamente entre alguns amigos íntimos a verdade sobre o suicídio em que, de resto,

era fácil de acreditar dadas as alusões em sonetos e cartas, e ainda as anteriores tentativas de suicídio que, aparentemente, era do conhecimento de várias pessoas segundo o padre José Maria Sardo, estudioso de Florbela. Até onde se sabe, Florbela não deixou nenhuma carta de despedida de modo a “justificar” o ato do suicídio ou, pelo menos, tem se negado o conhecimento da existência do documento por parte da família. No entanto, fala-se que a poeta teria deixado uma carta confidencial para a família com suas últimas disposições, entre elas, o pedido de colocar no seu caixão os restos do avião pilotado por Apeles quando sofreu o acidente, que foram encontrados no rio Tejo:

Nas vésperas de morrer, Florbela desabafa às amigas que se suicida no dia do seu aniversário por considerar ser a melhor prenda que poderia dar a si próprio, mas ninguém a leva a sério. Escreve também as suas últimas disposições deixando às amigas as suas coisas mais queridas, pedindo para levar consigo no caixão os fragmentos que possuía dos destroços do avião de seu irmão Apeles e pedindo para ir coberta de flores.

(...)

As suas últimas vontades, em carta para o marido, foram encontradas numa gaveta de Mário Lage, por debaixo da sua roupa interior. Por conveniência de horário de enterro, a hora da morte foi calculada para as 22h da noite anterior. (Depoimento de Milburgês Ferreira ao autor, originado nas declarações que o próprio Mário Lage lhe fez, pedindo segredo) Helena Calás Lopes, concunhada de Miburgês, que chegara neste dia, está presente em casa a toda a tragédia e também confirma os depoimentos de Mário Lage, da criada, e lê as últimas disposições de Florbela. É ela que veste e penteia Florbela, que com bastante dificuldade consegue arranjar tantas flores para o caixão da poetisa e lhe coloca no caixão os fragmentos metálicos do flutuador do hidroavião em que Apeles morrera. (DOSSIER, 1983, p. 15)

Na versão “oficial”, digo, no atestado de óbito, Florbela Espanca morreu de “edema pulmonar”, às 22 horas, no dia 7 de dezembro, na sua residência na Rua 1º de Dezembro em Matosinhos, segundo o registo nº 950 da conservatória do registo civil de matosinhos (DOSSIER, 1983, p. 15). Por mais estranho que possa parecer, a certidão de óbito não é passada com base em declaração de um médico, mas por um carpinteiro, o sr. Manuel Alves de Sousa. Nesse mesmo artigo da citação acima, afirma que esse suicídio correspondia à 3ª tentativa de Florbela Espanca, tomando como base o estudo de padre José Maria Sardo, o qual não encontrei nenhum trabalho dele sobre o suicídio, nem sequer sobre Florbela. De fato, até hoje não encontrei nenhuma biografia de Florbela Espanca que descrevesse com mais detalhes sobre essas duas tentativas de suicídio anteriores a sua morte.

O seu enterro foi uma cerimônia simples, discreta e rápida, até porque foi

realizada antes do tempo previsto de 24 horas depois da morte. Poucos viram passar e/ou acompanharam a urna. Os jornais deram em breve linhas a notícia da sua morte, sem muitos detalhes, sem muitos alarmes, o que, talvez, atraiu a curiosidade dos leitores pela falta de informação acerca do falecimento da poeta. Após um mês do ocorrido, a poeta e jornalista, Aurora Jardim Aranha, amiga de Florbela, publicou uma nota concisa na revista *Modas e Bordados: vida feminina*, a qual Florbela era colaboradora, expondo nada diferente daquilo que outros jornais já não tivessem dito, os quais se referiam à Florbela Espanca a partir de imagem de sofrida e de magoada, como quem justificasse ou pedisse compaixão pelo fim da alma sacrificada.

A morte levou consigo há quase um mez [sic], um alto talento de poesia no frágil invólucro duma mulher inteligente e sensível. Florbela Espanca sentia e sofria; os seus versos de que destaco um maravilhoso soneto, eram feitos da mágoa e a ânsia, de claridade e lágrima. (ARANHA, 1931, p. 6).

Em linhas curtas, porém expressivas, Aurora Jardim Aranha retrata Florbela como uma mulher malfadada, vulnerável e conturbada, que carregava consigo não só o lamento e a tristeza, mas também a desilusão e uma imensurável solidão. Repete-se constantemente a imagem que Florbela viveu uma vida resignada a uma dor, que se sentia uma mulher infeliz, o que na opinião dos críticos explicaria o fim trágico da poeta. Por esses motivos, ela teria sido uma mulher incompleta? Isso justificaria ela ter sido uma mulher infeliz e por isso se suicidou? Acho improvável, mas Florbela teatralizou essa dor nos seus versos e, por isso, deu margem à interpretação. No entanto, não seria essa uma visão um tanto precipitada da vida de Florbela Espanca, segundo preceitos morais desses escritores? O julgamento da vida de Florbela a partir da moralidade não é algo totalmente desconhecido, por isso que esse trabalho se faz relevante não só na construção de Florbela enquanto autora após o suicídio, mas também na desconstrução da visão de que Florbela passou toda a vida sofrendo a mágoa e o delírio de um sonho nunca realizado, causando-lhe um cruel martírio que a definiu até a morte.

Florbela Espanca foi depositada no jazigo de Josefina Sant' Ana Pereira Lage, mãe de Mário Lage, na 3ª secção do cemitério de Sendim (DOSSIÊ, 1985), em Matosinhos, onde repousou por alguns anos até que, posteriormente, seus restos mortais foram desterrados e trasladados para Vila Viçosa, sua terra natal, em 1964. Nesse período, os movimentos de homenagens à memória de Florbela Espanca ganharam uma dimensão maior, substituindo o que em tempos atrás se fazia timidamente, por vezes quase a medo. Ao mesmo tempo que se intensificaram as publicações de consagração à

Florbela, retomaram os questionamentos sobre a morte da autora.

O regresso de Florbela ao seu berço, coroada de <<rainha>>, como aquela que depois de morta foi soberana, por vontade de um rei de Portugal, permitiu o esclarecimento de muita coisa, além de ter dado uma ampla contribuição para as homenagens públicas devidas à memória da genial artista. Uma das mais comoventes revelações é a que dissipa o boato insidiosamente propalado de que Florbela se suicidou: seu viúvo, dr. Mário Laje, entendendo que as paixões se haviam acalmado, resolveu levantar o véu do <<mistério>> da morte da poetisa, que, devido aos seus males morais e físicos, e mais a estes do que àqueles, esteve 48 horas em coma e quando se extinguiu pesava 20 quilos. (A. F., 1964, pp. 1-3-5)

Percebe-se que, nesse artigo, publicado no *Diário de Lisboa*, em 8 outubro de 1964, baseado no depoimento do último marido de Florbela Espanca, o médico Mário Lage, uma nova versão sobre a morte de Florbela Espanca vem à tona. A versão não só nega os “boatos” de suicídio de Florbela Espanca, como afirma que ela teria entrado em coma dia 6 de dezembro de 1930, por causa não especificada e só dois dias depois que veio a óbito. Parece que, não só a causa, mas a hora e o dia da morte da poeta continuaram um enigma na biografia de Florbela Espanca. Flório F. Oliveira, em um artigo intitulado “Em que dia morreu Florbela Espanca”, publicado em 1951 no jornal *Notícias d’Evora*, problematiza não só a hora, mas a data da morte de Florbela, abrindo mais uma discussão em torno da vida da poeta:

Na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, em publicação, encontramos, na respectiva notícia biográfica, esta referência - <<Poetisa, de seu nome completo Florbela de Alma da Conceição Espanca, n. em Vila Viçosa no dia 8-XII-1895, e m. em Matosinhos na noite de 7 para 8-XII-1930>>, sendo de notar aqui o incompreensível lapso quanto ao ano do nascimento.

Pelas transcrições acima, verifica-se que os autores citados são unânimes no emprego da expressão <<na noite de 7 para 8>>, completando e precisando, até, um deles, Costa Leão, a informação com a referência á [sic] hora em que se verificou o acontecimento - <<duas da madrugada>>. Mas, pois, concordância entre os citados autores e todos eles estão em manifesto desacordo com o Senhor Dr. Celestino David, o único que mencionou o dia sete. (OLIVEIRA, 1951, pp. 1-2).

A expressão “na noite de 7 para 8” é uma maneira comum de se dizer para efeitos de definição do momento sujeito a registro civil ou histórico e, portanto, a expressão do dia 8 é justificada pela circunstância de que é o dia civil do espaço de tempo compreendido entre 24 horas, visto que sua contagem começa precisamente às zero horas e um segundo, isto é, um segundo depois da meia noite. Dessa forma, quando se diz “na noite de 7 para 8”, significa que o acontecimento se confirmou depois da

meia noite (0 horas) do dia 7 e, portanto, já no decurso do dia 8. É considerada a referida expressão, tal como foi interpretada em paralelo à referência de Costa Leão, autor da enciclopédia. Além disso, verifica-se que a maioria dos autores concordam que Florbela Espanca faleceu, de fato, no dia 8 de dezembro.

Sucedo que, nesse período, a prova histórica era eminentemente documental, entendendo-se documento na sua mais larga acepção e, sendo assim, no que respeita ao fato em questão, para efeitos históricos, importava-se considerar especialmente o seu registro, isto é, a declaração que consta do registro civil. Se a declaração corresponde ou não à “verdade” dos fatos, isto já não interessava aos escritores, salvo, evidentemente, a prova documental autêntica da falsidade da declaração ou da irregularidade do seu registro. Sendo esse o caso, dando o crédito à hipótese que Florbela Espanca faleceu, de fato, no dia 7 de dezembro e não a 8, são corretos os dados mencionados na obra do autor Celestino Davis¹⁰, no entanto, sua fonte de informação foi ignorada.

Em contrapartida, prescrevendo a lei que nenhum cadáver deve ser sepultado antes das decorridas 24 horas sobre o fato da morte, não se compreende como poderia o Prof. Guido Battelli, que acompanhou até os últimos momentos da poeta através de cartas, reportar a ocorrência do falecimento ao mesmo dia em que se realizou o funeral – dia 8 de dezembro. Isto é, talvez, de estranhar. Teria ocorrido alguma circunstância prematura de decomposição do corpo que impedisse a realização do funeral após o decurso do prazo legal. Acredito que, dificilmente, esta hipótese poderia ser admitida, dado que a retroação não teria ido ao começo do prazo de 24 horas legais, o que teria determinado a delimitação, não das 24 horas legais, mas sim, pelo menos, a das 17 horas do dia 7.

Nessa forma, oficialmente, até que prove o contrário, Florbela Espanca faleceu em Matozinhos às 22 horas do dia 7 de dezembro de 1930, embora se reconheça que, dada a variedade e a divergência de opiniões sobre a data do falecimento da poeta, as dúvidas nunca ficarão completamente esclarecidas. No entanto, a data de 8 de dezembro foi eleita simbolicamente para representar simultaneamente o nascimento e a morte da poeta, numa circularidade que é finalizada, pela morte voluntária, a desgraça de ter nascido, fazendo coincidir no calendário essas divisas de uma existência atormentada.

A personalidade e a obra de Florbela Espanca comportam contradições que estão longe de decifração definitiva. Por um lado, penso que não só os mistérios de sua vida, assim como as sombras de sua dor, alimentam as mais variadas interpretações acerca da poeta; por outro lado, não me parece de grande utilidade tentar desvendar as

indagações acerca de Florbela. Essa procura por Florbela Espanca foi percorrida por vários críticos, em destaque os estudos de: José Régio, Jorge Sena, Celestino David, Guido Battelli, Agustina Bessa Luís, Natália Correia e, mais recentemente, Maria Lúcia Dal Farra. Estudos que, notadamente, cercam Florbela de admiração e de estima, resgatando Florbela da “má” fama em que foi rotulada. Com base em um extrato de uma série de crônicas proferidas pela autora Hortense Pereira de Almeida no microfone da emissora “Voz de Lisboa”, foi publicado um artigo no jornal *Democratas do Sul*, em 1940, que refutava críticas negativas acerca de Florbela, mesmo depois de dez anos da sua morte:

A alma humana, tem meandros indecifráveis, é um oceano revoltado e insondável, com os seus inevitáveis e constantes fluxos e refluxos. Ora vejamos:

Alí, a serenidade, o cansaço, o desdém pela existência, aqui, a impetuosidade, a excitação, a mocidade pedindo o seu tributo à vida. O que nos prova os emaranhados recônditos duma alma, ora febril, dinâmica, pujante de seiva, ora abatida, dolorida, sonhadora...

Foram estes choques, estes contrastes dum temperamento essencialmente feminino que a levaram a uma morte prematura.

De há muito Florbela ansiava pelo fim da existência, numa febre alucinada. Sedenta de esquecimento, de descanso, de renúncia, vê no túmulo o lenitivo, o bálsamo consolador de infinitas mágoas. E, piedosamente, pede à morte, a arrebate para sempre da vida, a leve para o inigualável esquecimento do sepulcro, na indiferença perpétua pela sociedade que não coube auscultar a sua grande alma, o seu grande coração de sonhadora, a sua vasta concepção artística:

Florbela Lobo de Alma Espanca, repousa para sempre no frio leito da Morte mas, isso não obsta, a que a malevolência deixe de velar, pretendendo empanar o brilhos da auréola que envolve prestigiosamente a figura sagrada da poetisa.

Na hora amarga em que o nome de Florbela Espanca, arrastado por mãos impiedosas volteja no mar revoltado de calúnia, urge que nós, os seus acérrimos admiradores, ergamos bem alto o nosso protesto como testemunho de solidariedade e de profundo respeito pelas cinzas sacratíssimas que alguns pretendem profanar, sem possuírem a noção do valor e da personalidade de autora de tantas obras primas da nossa literatura.

Florbela não pode, não deve ser analisada à luz fria da rotina. Florbela é Florbela! Pessoal, única! Encarnação do Gênio – personificação da Beleza!

Florbela de Alma fugiu da vida prosaica e numa sede ilimitada de elevação, ascendeu a um mundo restritamente habitado pelo estro que a sublimou. A mulher, portanto, que a artista foi, não tem discussão possível, está na esfera transcendente da poesia e a poesia é o sublime, é o ponto máximo das maiores altitudes.

A poesia tem eleitos – Florbela foi uma Eleita! Curvem-se os seus detractores [sic] ante a grandeza e o talento da ilustre alentejana e não tenham a estultícia de estabelecer analogias impossíveis! (ALMEIDA, 1940, p. 1).

Florbela integrou sua arte a um ideal sonhado e que nunca atingido, pelo menos em vida, formando sua própria vida moral, da qual é fácil prever o desdém e a indiferença da sociedade que a cercava, sem compreender o alcance da mentalidade da poeta. Aliás, as críticas negativas acerca de Florbela refletiam o que se pensava no contexto em que ela viveu e/ou nas circunstâncias que atravessaram há quase um século, em meios provincianos. A liberdade tinha seu preço na sociedade portuguesa do início do século passado, nem Florbela, muito menos qualquer outra mulher que foi contra os princípios moralistas daquele tempo, deixou de sofrer com os tabus e os preconceitos relativos à condição feminina. O fato, por exemplo, de ter ingressado na Faculdade de Direito de Lisboa já constituía por si uma singularidade na época. Assim como a opinião pública burguesa deveria considerar excessivo uma mulher que possuía três casamentos, dois divórcios, amizades amorosas, rumores de fixação afetiva pelo próprio irmão e, por fim, que suicidou-se, era demasiadamente escandaloso para uma sociedade patriarcal e religiosa como Portugal.

O próprio Ruy Guedes, o empresário português que encontrou as 200 poesias inéditas de Florbela Espanca, numa entrevista para o jornal *A Capital*, de Lisboa, publicado já na década de 1980, reforça ainda mais esses apontamentos e estereótipos pejorativos da vida e da obra de Florbela:

“HÁ PROVAS DO SEU SUICÍDIO”

Um soneto inédito revela o seu estado de espírito, aquando de um aborto que fez, fruto do seu segundo marido, por quem teve uma enorme paixão.

Por outro lado, um outro soneto inédito deita por terra teoria mais afoitas e boatos de que Florbela estava enamorada do irmão, Apeles.

Rui Guedes afirma que os dados encontrados permitem ainda provar o suicídio de Florbela Espanca, no dia 8 de Dezembro de 1930, no dia e mês em que também se havia casado pela primeira vez. Testemunhos escritos de pessoas da época, como a jornalista Aurora Jardim, que era sua amiga íntima, adiantam mesmo que Florbela se suicidou com comprimidos de Veronal. (ESPÓLIO, 1983, p. 11)

Depoimentos como a de Rui Guedes não só reforçou o mito em torno de Florbela, como revela a maquiavélica intenção dos sujeitos em deturpar, até na morte, a vida da poeta. Reflete o profundo abismo que separa o nosso mundo, do mundo em que Florbela Espanca viveu. Abismo de concepções, de anseios e de aspectos: abismo em que jamais vamos compreender a expressão do assombro vertiginoso de sua poesia. As dúvidas e as incertezas passam pela vastíssima escala das hipóteses que fervilham no imaginário dos sujeitos em saber a tal “verdade” acerca do suicídio. Florbela Espanca

mal fechou os olhos no eterno sono e já se conjecturavam várias interpretações para o bem e para o mal acerca da autora.

Não é desconhecido que a poesia de Florbela Espanca traduziu uma melancolia que atravessa todos os seus livros. A mesma tristeza que produziu Antero Quental, Antônio Nobre, Mário de Sá-Carneiro e outros mais, a tristeza que é um misto de inquietação e anseio, atingindo formas de um requinte escultural, em que há o esforço para alcançar não só a expressão de angústia, mas também a entonação de encanto. No entanto, é importante ressaltar o perigo quase sedutor de interpretar a vida de Florbela a partir da obra, despencando no anacronismo ou mesmo o “achismo” como se viu na citação acima. Indubitavelmente, a obra de Florbela Espanca está ligada ao contexto histórico e sentimental da poeta. Na literatura, a realidade e a ficção se tornaram dimensões que se misturavam, as quais não se pode tornar veracidade do que foi vivido no íntimo conflito da poeta.

Como a própria Natália Correia (prefácio, 1981) se refere à Florbela Espanca, Sacerdotisa do Eterno Feminino, a originalidade de sua obra é a mensagem que inscreve o princípio feminino. A dança mágica que representa os movimentos cíclicos da vida e da morte: a teatralidade de Florbela é a interpretação desse mistério que se perde na gesticulação dramática da poeta. Assim, o seu lirismo reside na autenticidade do conflito que é revelado, de modo que, por vezes, induz os leitores a confundir com o aspecto real da vida da autora, ecoando a mesma ressonância do trágico da obra na sua vida. Nesse sentido, os leitores imersos no mundo poético de Florbela procuravam e, ainda hoje procuram, sensações que explicassem a angústia vivida pela poeta, tentando a todo custo explicar o término da sua vida através da obra: ora admirando, ora desprezando com insinuações. A respeito dessas interpretações/críticas acerca da tristeza de Florbela Espanca, o poeta italiano Guido Battelli defende a autora com toda veemência em um estudo crítico, comparando Florbela com cânones da História da música e da literatura:

É o destino fatal de todos os grandes artistas, de todos os grandes poetas. Desde o instante em que brilhante os olhos a luz fulgurante dum mundo ideal, cheio de ternura e de beleza, tornam-se estrangeiros a este mundo, à vida dos homens vulgares, que vivem só para comer e amam para reproduzir-se. Disso deriva a sua infelicidade. O mundo não os compreende. Julga-os sonhadores fantásticos volúveis, e deixa-os morrer no abandono. Tassa e Beethoven morrem no hospital, Rembrandt e Camões não teem [sic] outro amparo na sua miséria além da caridade dum criada e dum servo; Cervantes finou se tão olvidado que ninguém sabe onde está a sua sepultura. São <<os vencidos da

vida>> destinados a triunfar depois da morte (ERMO, 1942, pp. 1–3).

Segundo Guido Battelli, a morte abriria as portas para dar possibilidade ao público de compreender as nuances das paisagens daqueles que foram desconsiderados e desconhecidos em vida. Dessa forma, a incompreensão da sensibilidade melancólica da poeta e, posteriormente, o cerne de todo o drama inscrito nas biografias acerca de Florbela daria rumor à tragédia de inadaptação da poeta aos convencionalismos de uma sociedade efêmera e calculista. Talvez, só a morte poderia ter dado a chance de ver a complexa personalidade de Florbela com outros olhos: retraída numa constante autodisciplina que jamais conseguiu se adaptar, o que gerou tal apatia inata que contrariava o domínio dos seus impulsos de inconformismo e de revolta.

E quando Florbela almejou o seu fim, reclinou-se à espera, permitindo que a morte entrasse e quebrasse o encanto da vida, apaziguando o eterno conflito da sua existência. Florbela Espanca morreu em 8 de dezembro de 1930, no mesmo dia em que celebraria seus 36 anos de idade. No entanto, para seus leitores e críticos literários, Florbela Espanca continuou a viver nos artigos e livros bibliográficos. Ao mesmo tempo que ela se (re)afirmava como autora/poeta, ela também se (re)construía a partir da imaginação do público. Foi preciso que a morte arrebatasse a vida da poeta prematuramente, em plena ascensão do talento, para que o seu valor poético brilhasse aos olhos da crítica.

Mas, antes que se tornasse a eterna “Musa do Alentejo” e célebre poeta portuguesa, Florbela Espanca foi revestida por várias representações: ora um símbolo e/ou uma ideia de revolta para imprensa e para o “ambiente não católico”, ora um símbolo de imoralidade para os princípios defendidos pela Igreja. Segundo as regras da moral cristã no início do século XX, acreditava-se que o ser humano dependia eminentemente da moral para existir e, portanto, a dignidade dos sujeitos se assentava sobre a moralidade e não sobre a arte como abismo do ser a qual Florbela, em grande medida, foi consagrada. Dessa forma, para a moralidade cristã, aqueles que acreditavam em Deus como uma ideia, viviam afogados num mar de medo e de vazio no mundo superficial. Assim, a arte agnóstica era uma inteligência emaranhada, sendo a arte para servir a Deus.

Assim, para além de “poeta pagã” que proferiu versos afrodisíacos sem qualquer relutância, acreditava-se que o excesso de seus sentimentos, não só na subordinação da vida ao prazer, mas na aceitação do lado trágico da vida, a levou ao pessimismo e, por

fim, ao suicídio, o mais grave pecado cometido contra Deus. Os autores criticavam que ora os versos de Florbela Espanca manifestavam a exaltação do seu ser (narcisismo), ora expressavam o pessimismo. Para José Augusto Alegria, Florbela fez dos seus versos a própria história sentimental, cujos conteúdos ideológicos de seus sonetos são dotados de uma sensibilidade refinada, no entanto, refletiam o espírito dominado pela dor física e imoral.

Claramente, para as críticas literárias como a de José Augusto Alegria, os poetas mergulhados em seus próprios abismos existenciais são frutos do excentricíssimo exagerado, que respondem às falsas educações do sentimento que, por sua vez, deu à Florbela a coragem de revelar ao mundo a intenção dos seus instintos nunca satisfeitos. Tudo se resume no egocentrismo que grita do fundo da alma do espírito. Segundo o autor, os versos de Florbela Espanca são a expressão dos seus atos e, se os seus atos são imorais, os seus versos também são imorais, pregam a infâmia. Nesse sentido, ele acreditava que ser sincero é ser verdadeiro e ser verdadeiro é adaptar-se à verdade de Deus. Segundo o autor, portanto, Florbela foi dotada de um talento excepcional, no entanto, não soube usar seus poderes contra as “revoltas violentas da carne”, aproveitando o sentimento artístico com que nasceu para exaltar aforisticamente seu espírito pagão. Florbela serviu, por assim dizer, exclusivamente, a lei do prazer e do sofrimento.

De certa forma, o autor atribuiu o suicídio de Florbela Espanca à ausência de fé cristã e devoção a Deus, referindo-se ao suicídio como um ato extremo de desespero, como consequência e solução para o niilista, citando o estudo da Analítica Existencial do filósofo alemão Martin Heidegger, que mergulhou profundamente no mundo contemporâneo para entender o sujeito a partir da descrição fenomenológica do ser humano, cujas estruturas ontológicas são consideradas como condições para manifestação de fenômenos específicos como, por exemplo, o suicídio.

Nesse sentido, a crítica literária contextualizada na Ditadura de Salazar julgava que a poesia de Florbela transbordava uma verdade mórbida imoral, que não era digna de ser consagrada como patrimônio que merecesse homenagem e/ou o busto em um jardim público de Évora, cidade cujo alicerce é fincado na tradição, na moralidade e na religiosidade cristã. Assim, por muito tempo, apesar da poesia de Florbela Espanca ser considerada de uma sensibilidade predominantemente artística, uma “dádiva” que Deus lhe confiou, acreditava-se que ela não soube usufruir ou valorizar para o “bem” comum.

Nesse perspectiva, acreditava-se que sua sensibilidade foi mal empregada em

jogos de palavras “vazias”; sua poesia representava “um pecado de rebeldia imoral a repelir, da mesma maneira a sua vibração é eco saído de profundidades e abismos onde não penetrou a lei moral que foi imposta à consciência de todo homem” (ALEGRIA, 1955, p.131). Na visão de José Augusto Alegria, Florbela não fez nada que merecesse um lugar de memória na história, pois não foi um exemplo a ser seguido, não abriu caminhos aos poetas, não foi condutora de ideias novas e/ou grandes mensagens ao mundo, muito menos foi expressão regionalista do Alentejo.

Apesar de todas críticas a vida e a obra de Florbela Espanca após seu suicídio, Andréa Crabbé Rocha¹¹, que foi ensaísta e professora da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, escreveu um artigo intitulado “À procura de Florbela” (ROCHA, 1981, p. 2-3), no qual analisa uma pequena lista de mulheres-poetas em Portugal no início de século passado. De modo geral, encontram-se algumas produções que ganharam popularidade sem que nenhuma delas, no entanto, conseguisse sobressair. Só na segunda metade do século XX que assistiu a emergência do maior número de mulheres-poetas em Portugal. Apesar de poucas autoras no início do século passado, destacam-se nomes como Marta Mesquita, Virgínia Vitorino, Branca de Gonta Colaço que, apesar de terem produzido com assiduidade e serem reconhecidas pela sociedade contemporânea à Florbela Espanca, não tiveram a mesma visibilidade de Florbela mesmo tardiamente e, por isso, foi considerada precursora pela escritora e crítica Andréa Rocha. Por alguma razão, as poetisas citadas acima foram praticamente esquecidas, enquanto a obra de Florbela Espanca resiste ao tempo e, até mesmo, suscita um renovado interesse.

Segundo Andréa Rocha, na década de 1920 a 1930, Florbela foi a única mulher a possuir um impulso criador que pouco tem a ver com a sua condição feminina, pois tem uma envergadura e uma audácia que não cabia aos modelos femininos da época. Com efeito, algumas de suas insatisfações eram expressadas em sofrimento. Por outro lado, esses desalentos íntimos, exacerbados por uma sensibilidade e por uma lúcida consciência, transformam-se em poesia e é essa poesia que liberta Florbela do arquétipo feminino daquela época.

As mulheres seguiam regras e hábitos impostos pelo Estado, tinham que manter uma imagem e administrar sua casa de acordo com os princípios da moral cristã. A religião, a família e o casamento, portanto, eram os maiores alicerces da moralidade de Portugal. A mulher que não seguia esse padrão e/ou modelo determinado pela ação de propaganda nacional em defesa da família era malvista e marginalizada na sociedade.

Não é por acaso que até após sua morte, Florbela foi acusada de subversão aos bons costumes da família. Ela continuou a ser desqualificada não só pela instituição católica devido às crenças cristãs contra o suicídio, como por autores ligados à extrema direita, que não cessavam de trazer ao público conclusões maldosas em relação a sua vida privada, fazendo-lhe críticas morais, difamando a sua imagem devido seus impulsos e comportamentos libertadores.

Em uma ditadura como foi o salazarismo, que era repressivo e limitava os direitos das mulheres, Florbela foi o antímodo da concepção de mulher, foi uma mulher que se dedicou às letras ao invés de cuidar do matrimônio e do seu marido, que se apaixonou loucamente e se entregou várias vezes ao amor e, por fim, suicidou-se. Florbela foi uma mulher polêmica que causou várias controvérsias na sociedade, quebrou barreiras, rompeu fronteiras, sua vida privada foi composta por vários escândalos que não me cabe julgar. Foi uma mulher que se permitiu sentir, que supostamente errou e foi julgada por isso, carregando consigo um fardo ao longo de sua vida pelos seus atos encorajadores. Florbela foi uma mulher que guardava em seu riso e em suas palavras um mundo a conquistar, um olhar para o futuro tristonho e malfadado de seus sonhos malogrados.

Por fim, os críticos literários, que não são poetas, mas leitores admiradores da obra de Florbela Espanca e, por conseguinte, criadores de mitos em torno da poeta, tornam esse trabalho uma importante forma de desconstruir os mitos em torno da poeta, ou melhor, do que nos dizem dos seus versos. E na fria distância que nos separa dela, dar à sua natureza intocável — como desejou os seus admiradores, amigos ou amantes — um pouco de sensibilidade e compreensão à vida e à obra da poeta contextualizada na realidade que viveu.

Referências

A. F. Fundou-se em Vila Viçosa a Casa-Museu de Florbela Espanca que será inaugurada ainda este ano. *Diário de Lisboa*, Lisboa, 8 out. 1964.

ALEGRIA, José Augusto. *A poetisa Florbela Espanca: o processo de uma causa*. Évora: Centro de Estudos "D. Manuel Mendes da Conceição Santos", 1955.

ALMEIDA, Hortense Pereira de. Florbela Espanca. *Democracia do Sul*: Évora, 20 mar. 1940.

ARANHA, Aurora Jardim. Florbela Espanca. *Modas e Bordados: vida feminina*, Lisboa, 7 jan. 1931.

A VIDA, o talento e as tendências Mórvidas de Florbela Espanca II. *O Globo*, Lisboa, 15 mar. 1983.

BESSA-LUÍS, Agustina. *Florbela Espanca: Vida e Obra*. [S.I]: Arcádia, [19??].

BRANDÃO, José. *Suicídios famosos em Portugal*. Lisboa: Europress, 2007.

CATROGA, Fernando. *O Republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de outubro de 1910*. 3 ed. Coimbra: Casa das Letras, 2010.

_____; MENDES, José Amado; TORGAL, Luís Reis. *História da história em Portugal: século XIX – XX*. Vol. II. Lisboa: Temas e Debates. 1998.

_____. *O Republicanismo Português: cultura, história e política*. Revista Faculdade de Letras. Porto: II Série, vol. 11. 2010. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/9008.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2012.

_____. *Salazar e a ditadura como regime*. Disponível em: <<<https://core.ac.uk/download/pdf/39122720.pdf>>>. Acesso em: 25 jul. 2019.

DOSSE, François. *A História*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

DOSSIÊ: Últimos momentos. *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, Lisboa, 23 a 29 jul. 1985.

ERMO, Mário. Mulheres de ontem: Florbela Espanca. *Diário de Luanda*: (S.L) 28 ago. 1942.

ESPÓLIO de Florbela Espanca revela: duzentos poemas inéditos e manuscritos de sonetos. *A Capital*: Lisboa, 20 jul. 1983.

ESPANCA, Florbela. *Charneca em Flor*. In Memoriam de Guido Battelli. Coimbra: Livraria Gonçalves, 1931.

_____. *Diário do Último ano. Portugal*. Prefácio de Natália Correia. Livraria Bertrand, 1981.

_____. *As Mágoas do Destino*. São Paulo Martin Claret. 2009.

_____. *O Dominó Preto*. São Paulo Martin Claret, 2010.

_____. *Trocando Olhares*. São Paulo: Martin Claret, 2009.

_____. *Sonetos*. Prefácio de José Régio. 29ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

FARIAS, Priscilla Freitas de. *“Princesa encantada da quimera”*: o saudosismo intempestivo de Florbela Espanca (1894 – 1930). Monografia. Natal/RN: UFRN, 2012.

_____. *Terra de Charneca Erma e da Saudade: a construção simbólica do Alentejo na obra de Florbela Espanca (1894-1930)*. Dissertação. Natal/RN: UFRN, 2015.

GRASHOFF, Udo. *Vou-me embora: cartas de suicidas*. Lisboa: Quetzal Editores, 2016.

GUEDES, Rui. *Florbela Espanca: fotobiografia*. Rio de Janeiro: Livraria Paisagem, 1985.

MATTOSO, José; RAMOS, Rui. *História de Portugal: a segunda fundação*. Lisboa: Editorial Estampa, 2001.

MINOIS, Georges. *História do suicídio: a sociedade ocidental perante a morte voluntária*. Lisboa: Editorial Teorema, 1998.

MOUTINHO, Viale. *Uma carta inédita de Florbela Espanca... E alguns reparos às <<Cartas>>*. Caderno Cultura. 20 abr. 1986.

NIETZSCHE, Friedrich. *O niilismo Europeu*. In: A vontade de poder. Rio de Janeiro: Contraponto de Poder, 2008.

_____. *Considerações Intempestivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1976.

OLIVEIRA, Flório F. . Em que dia morreu Florbela Espanca?. *Noticias d'Evora*, Évora, 10 jan. 1951.

OSÓRIO, Ana de Castro. *As mulheres portuguesas*. Lisboa: Editora Viúva Tavares Cardoso, 1905. Disponível em: < <http://purl.pt/13902/2/>>. Acessado em: 25 jul. 2019.

ROCHA, Andrée. À procura de Florbela. *Jornal de letras, artes e ideias*, Lisboa, 5 a 18 dez. 1981.

SENA, Jorge de. *Florbela Espanca ou a expressão do feminino na poesia portuguesa*. Porto: Biblioteca Fenianos, 1947.

SILVA, Maria Regina Tavares da. *Feminismo em Portugal na voz de mulheres escritoras do início do século XX*. Análise social, Coimbra: vol. XIX, 1983. Disponível em: < <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223465449P2eYY6he7Ah47BN7.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2019.

SOUZA, Natália Salomé de; BERTGES, Livia Ribeiro Bertges; PEREIRA, Vinícius Carvalho. *Maria Teresa Horta: escrita feminina na poesia de um corpo liberto*. Disponível em: [file:///C:/Users/Priscila/Downloads/6302-17838-2-PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Priscila/Downloads/6302-17838-2-PB%20(2).pdf). Acesso em: 25 jul. 2019.

TORGAL, Luís Reis. *Estados Novos, Estado Novo: ensaios de história política e cultura*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

VIGARELLO, Georges. *O sentimento de si: história da percepção do corpo*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2016.

¹ Guido Battelli foi professor italiano de Literatura, Guido Battelli, que conheceu Florbela no período que foi convidado para ministrar uma disciplina de História da Literatura Italiana no departamento de Letras da Universidade de Coimbra e tornou-se amigo de Florbela, trocando cartas até os últimos dias de vida da

poeta. Ele não só organizou o *Charneca em Flor*, mas apresentou a poeta ao mundo publicando vários livros de poesias e de contos seguidos de críticas literárias, entre eles: um conjunto de poesias inéditas a que deu o nome de *Juvenília* (1931), precedido de um estudo crítico. Depois saiu uma segunda edição de *Charneca em Flor*, com outro livro como apêndice, organizado por Battelli, que intitulou *Reliquiae* (1931), um conjunto composto de sonetos isolados encontrados pelo professor depois da morte da poeta, que não foi preparado para publicação pela autora.

² Estado Novo, também chamado de salazarismo, em referência a Antônio de Oliveira Salazar, o seu fundador e líder, foi o regime político autoritário, autocrata e corporativista de Estado que vigou em Portugal durante 41 anos ininterruptos desde a aprovação da Constituição de 1933 até ao seu derrube pela Revolução de 25 de Abril de 1974.

³ António Nobre (1867 – 1900) foi poeta português cuja obra se insere não só na corrente ultrarromântica, mas nas correntes simbolistas e saudosista do fim do século XIX. Sua principal obra foi *Só* (1892), marcada pela lamentação, nostalgia e subjetivismo. (Disponível em: << https://www.ebiografia.com/antonio_nobre/ >>).

⁴ Mario de Sá-Carneiro (nasceu em 1890 e suicidou em 1916) foi poeta, contista e ficcionista português, aderiu ao movimento modernista em Portugal, membro da Geração d'Orpheu. (Disponível em: << https://www.ebiografia.com/mario_de_sa_carneiro/ >>).

⁵ Antero de Quental (1842-1891) foi escritor e poeta português que teve um papel importante no movimento da Geração de 70, não só foi um dos fundadores do *Partido Socialista Português*, assim como foi um dos fundadores do jornal *A Republica*. (Disponível em: << https://www.ebiografia.com/antero_quental/ >>).

⁶ Mário Beirão (1890 – 1965) foi um poeta português, grande saudosista do seu tempo. Apoiante do Estado Novo salazarista, foi o autor do Hino da Mocidade Portuguesa. (Disponível: << https://www.ebiografia.com/mario_quintana/ >>).

⁷ Américo Durão (1896-1969) foi um poeta e escritor português, licenciou-se em Direito na Faculdade de Lisboa, onde conheceu e se tornou amigo de Florbela Espanca e Mário Beirão. (Disponível em: << https://pt.wikipedia.org/wiki/Am%C3%A9rico_Dur%C3%A3o >>).

⁸ Teixeira de Pascoaes (1877-1952) foi poeta e escritor português, principal representante do Saudosismo, um dos fundadores da revista “A Águia”, precursores do movimento da Renascença Portuguesa. (Disponível em: << https://pt.wikipedia.org/wiki/Teixeira_de_Pascoaes >>).

⁹ Carta de Florbela Espanca enviada ao professor Guido Battelli datada de 5 de julho de 1930.

¹⁰ O Romance de Florbela Espanca - Celestino Davis, obra considerada pela crítica como umas das mais bem elaboradas biografias da poeta.

¹¹ André Rocha nasceu em Coimbra em 1917 e morreu em 2003. Licenciou-se na Faculdade de Filosofia e de Letras em Bruxelas e doutorou-se e filologia romântica na Universidade de Lisboa em 1944, com a tese intitulada *O Teatro de Garrette*. Disponível em: << https://pt.wikipedia.org/wiki/Andr%C3%A9_Crabb%C3%A9_Rocha >>. Acesso em: 24 jul. 2019.

Artigo recebido em 22 de outubro de 2020.
Aceito para publicação em 26 de fevereiro de 2021.

**NOS 'ESTRATOS DO TEMPO', UMA ESCRITA DE
PRÓPRIO PUNHO: IDENTIDADES E REPRESENTAÇÕES
NUMA CARTA DE IMIGRANTE (ANTÔNIO PRADO/RS)**

**IN THE 'SEDIMENTS OF TIME', A HANDWRITING: IDENTITIES
AND REPRESENTATIONS IN AN IMMIGRANT LETTER
(ANTÔNIO PRADO/RS)**

Manuela Ciconetto BERNARDI*

Aline Marques de FREITAS**

Terciane Ângela LUCHESE***

Resumo: Estudo de identidades e representações produzidas pela análise da carta do imigrante italiano Pedro Da Poian, redigida em 1974, em Antônio Prado, Rio Grande do Sul. Procedemos à análise do discurso a partir de Orlandi (1996, 2003) e Payer (2009) em diálogo com História Cultural. A carta narra uma história dos imigrantes e faz um brevíário geral do processo, apresentando um jogo de representações: história e memória. Publicada nas comemorações do centenário de Antônio Prado, foi recebida pelos pradenses como sua identidade, reafirmando representações coletivas. Assim, a memória é apropriada e intenta fixar identidades e representações desejadas da imigração italiana.

Palavras-chave: História Cultural; Análise do discurso; Carta de imigrante; Imigração Italiana.

Abstract: Study of identities and representations produced by the analysis of the letter of the Italian immigrant Pedro Da Poian, written in 1974, in Antônio Prado, Rio Grande do Sul. We proceeded to the discourse analysis based on Orlandi (1996, 2003) and Payer (2009) in dialogue with Cultural History. The letter narrates a history of the immigrants and gives a general overview of the process, presenting a game of representations: history and memory. Published during the celebrations of the centennial of Antônio Prado, it was received by the citizens of Prado as their identity, reaffirming collective representations. Thus, memory is appropriated and attempts to fix identities and desired representations of Italian immigration.

Key words: Cultural history; Discourse analysis; Immigrant letter; Italian immigration.

Introdução

* Doutoranda em Educação - Programa de Pós-graduação em Educação - Universidade de Caxias do Sul - UCS. Caxias do Sul, RS - Brasil. Bolsista CAPES. E-mail: mcbernardi1@ucs.br.

** Mestre em Educação - Programa de Pós-graduação em Educação - Universidade de Caxias do Sul - UCS. Caxias do Sul, RS - Brasil. E-mail: alinemarquesdefreitas@gmail.com.

*** Doutora em Educação - Programa de Pós-graduação em Educação - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS. São Leopoldo, RS - Brasil. E-mail: taluches@ucs.br.

O tema das migrações, em especial dos processos migratórios ao final do século XIX e início do século XX, foi abordado por diferentes estudiosos no Rio Grande do Sul. Muitos deles produzidos na e sobre a Serra Gaúcha abordam questões migratórias, e em virtude da colonização, dão especial atenção aos italianos, com ênfase na trajetória, estabelecimento e primeiras décadas no Brasil. Há um número considerável de publicações que se configuram como estudos memorialísticos (PAZUCH, 2015) ou genealógicos. Alguns, adentram em questões identitárias e nas representações produzidas por e entre comunidades étnicas, sendo que uma porcentagem também advém de fontes produzidas pelos próprios sujeitos migrantes que, apesar de raras, se constituem como suportes de uma memória (NORA, 1993).

Este estudo mobiliza como *corpus* empírico, uma carta escrita em 30 de outubro de 1974, por Pedro Da Poian, imigrante e alfaiate estabelecido em Antônio Prado, Rio Grande do Sul. A carta foi publicada em um jornal local em 1985, como analisaremos adiante. Cabe ressaltar que na carta Da Poian trata do processo migratório e de colonização, ocorrido ao final do século XIX e primeiras décadas do XX, mas escreve na década de 1970 e ela foi publicada posteriormente. Assim, pensamos que se trata de um documento marcado pelos ‘estratos do tempo’ que Koselleck (2014, p. 9) afirma remeter a “diversos planos, com durações diferentes e origens distintas, mas que, apesar disso, estão presentes e atuam simultaneamente”. Como fundamentação teórica mobilizamos autores vinculados à História Cultural como Burke (1992), Chartier (1991, 2002a, 2002b), Hall (2006), Le Goff (1990) e Revel (2009) além de outros que dialogam para a discussão deste texto. Metodologicamente procedemos com a análise do discurso da carta, considerando contribuições de Orlandi (1996, 2003), Guimarães (2015) e Payer (2009). Alguns dos conceitos mobilizados foram: sujeito, memória, apropriação, identidade e representações, com ênfase nos dois últimos. O objetivo foi investigá-los com base na carta e nos elementos que dela emergem. Intentamos compreender a construção e reafirmação da identidade dos sujeitos de uma comunidade, através da apropriação da memória coletiva. Pensamos que se trata de um complexo jogo de representações, em virtude da singularidade de uma carta produzida por um imigrante e das possibilidades de discussão advindas dela.

A carta, como documento histórico, permite entrever um outro tempo e espaço, aquele de sua produção, que fixou um sentido e um modo de pensar e narrar, pelas memórias do autor, as vivências da migração. Como afirma Ionta (2004, p. 84) as cartas “datadas e localizadas, guardam consigo os sinais de um momento, fixam a experiência

no tempo e no espaço”. A carta envolve a escrita, o registro. A missiva pensada como escritura, portanto como “atividade concreta que consiste, sobre um espaço próprio, a página, em construir um texto que tem poder sobre a exterioridade do qual foi previamente isolado” (CERTEAU, 1994, p. 225). Quanto a esta, o emissor a separa de duas formas, resumindo a sua trajetória pessoal como migrante e o histórico da localidade que se estabeleceu, o município de Antônio Prado - RS. Supomos que Da Poian, como o chamaremos, realizou a produção sem o conhecimento do que posteriormente a carta representaria, já que após 11 anos de sua escrita, em 1985, a mesma foi divulgada no jornal local *Panorama Pradense* sendo utilizada devido ao discurso ali contido e concomitante a comemoração do centenário de Antônio Prado – RS, com o propósito de reafirmar a identidade coletiva do grupo social.

Diálogos entre a História Cultural e a análise do discurso

Sabe-se que as fontes que chegam aos dias atuais não correspondem à totalidade do que existiu no passado, sofrendo inferências do tempo e dos sujeitos. São plenas de relações de poder e saber. Além disso, as mesmas eram analisadas de maneira distinta até as proposições surgidas pela “nova” História Cultural que, no contexto de uma renovação historiográfica, inseriu novas perspectivas de estudos (BURKE, 1992), indo contra a abordagem puramente política e positivista, presente em investigações anteriores (LE GOFF, 1990), agora “desviando a atenção das hierarquias para as relações, das posições para as representações” (CHARTIER, 2002a, p. 14), com princípios e fundamentos teórico-metodológicos que dialogam para uma pesquisa interdisciplinar (LE GOFF, 1990).

Com o tratamento de novos objetos, enfoques e métodos (BURKE, 1992), abriram-se rumos e caminhos de investigação antes não percorridos, possibilitando ao pesquisador a exploração de novos e/ou velhos territórios vistos agora sob outros problemas investigativos. Podemos dizer que a História Cultural a partir da concepção de Chartier (2002a) “[...] tem por principal objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída, pensada, dada a ler” (2002a, p. 16-17), que mostra a amplitude e as possibilidades situadas na ênfase dada a uma investigação sobre o meio social.

É possível perceber uma redefinição da noção de cultura (REVEL, 2009), pensando-se em culturas. A História Cultural permite pensar a polissemia do conceito de

cultura, sua pluralidade. Também como um conjunto de significados construídos pelos sujeitos nas suas interações, conforme apontado por Hunt (2001). Sujeitos que compartilham sentidos, mas que da mesma forma possuem particularidades e agem à sua maneira. Variações no tempo, espaço, sociabilidades, hábitos, modos de viver e pensar. A identidade dos sujeitos é constituída com base nas relações entre as representações compartilhadas e reconhecidas, que por vezes, foram impostas (CHARTIER, 1991), pois são marcadas pelas relações de poder (HALL, 2006) e, esses elementos analisados e/ou pensados pelo pesquisador ampliam a abordagem interpretativa.

Ademais se o sujeito se torna um ser social “formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais ‘exteriores’ e as identidades que esses mundos oferecem” (HALL, 2006, p. 11), a noção de sujeito estará centrada em uma identidade produzida pela construção coletiva ligada às representações, entendidas aqui como “matrizes de práticas construtoras do próprio mundo social” (CHARTIER, 1991, p. 183). Em suma, representar é processo de significação do real, como ato cognitivo de uma construção do real, de uma identificação com o lugar social, e estas representações compreendem a noção do próprio sujeito bem como do meio. Por conseguinte ela é o resultado de um esforço coletivo produzido nas interações entre os sujeitos, fixando a existência de uma realidade social.

Realidade que, por ser intangível, chega aos outros sujeitos através da representação de quem o faz, e um dos meios para isso é o uso da linguagem – que, pensando na linguística, é um sistema de signos (ORLANDI, 1996). A mesma autora, define que é no discurso que a vida se coloca em questão, sendo a produção discursiva uma interpretação e significação. Já a análise do discurso se caracteriza como a compreensão da “língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história” (ORLANDI, 2003, p. 15), sendo possível inferir que o emissor se constitui e representa o outro pelo discurso, sendo este um processo identitário, com marcas do sujeito e do outro pela produção, além de demarcar a apropriação que é estabelecida pelas relações de aceitação, incorporação e resistência. Quanto a estes, Chartier (2010, p. 49) aponta que

O objeto fundamental de uma história que se propõe reconhecer a maneira como os atores sociais dão sentido a suas práticas e a seus enunciados se situa, portanto, na tensão entre, por um lado, as capacidades inventivas dos indivíduos ou das comunidades e, por outro, as restrições e as convenções que limitam – de maneira mais ou

menos clara conforme a posição que ocupam nas relações de dominação o que lhes é possível pensar dizer e fazer.

Percebe-se uma ênfase aos atores sociais que exorta à nós pesquisadores acerca da investigação que devemos realizar ao articular os discursos e as práticas, compreendendo que ao vincular ambos, é necessário refletir sobre o contexto, a produção, a recepção e o suporte dessas representações. Para Chartier (1991, 2002a) a apropriação é construída através de descontinuidades, pois deve ser entendida dentro das formas diferenciadas de interpretação do leitor, que não é ingênuo e está imerso em um contexto social, cultural e assim faz uma elaboração própria, mas regulada entre o vivido, o percebido e o concebido.

Assim, as práticas, no caso aqui de escritura e de leitura e - possível - recepção são “complexas, múltiplas, diferenciadas, que constroem o mundo como representação” (CHARTIER, 2002a, p. 28). A construção discursiva por Orlandi (1996) também é trabalhada tendo em vista ser um conjunto de códigos complexos que irão permear vários aspectos do meio social. Dessa forma, entre as condições para a recepção e, por fim consolidação de uma identidade cultural, encontra-se a memória, “que também faz parte da produção do discurso” (ORLANDI, 2003, p. 30), tanto individual como coletiva, que interfere e, por isso, regula as formas de apropriação. Entendemos que a própria memória é fruto desse jogo de representações, pois é constituída pela forma que o mundo é percebido e condiciona as formas que o mundo percebido será representado, visto que uma das premissas para que a relação de representações ocorra é a existência de convenções compartilhadas que estabelecem a relação entre signo e significado (CHARTIER, 2002b).

A busca por uma identidade de um grupo tem interesses diversos, principalmente para tornar um grupo mais forte e coeso. “A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais” (SILVA, 2000, p. 81). A história familiar passada pela oralidade através do esforço da memória precisa ganhar um sustentáculo mais perene quando esses interesses estão mais latentes ou quando as reminiscências ficam distantes dos acontecimentos que as fundamentam, assim,

Enquanto uma lembrança subsiste, é inútil fixa-la por escrito [...] A necessidade de escrever a história de um período, de uma sociedade, e mesmo de uma pessoa desperta somente quando eles já estão muito distantes no passado, para que se tivesse a oportunidade de encontrar

por muito tempo ainda em torno de si muitas testemunhas que dela conservem alguma lembrança. Quando a memória de uma sequência de acontecimentos não tem mais suporte de um grupo [...] quando ela se dispersa [...] então o único meio de salvar tais lembranças, é fixa-las por escrito em uma narrativa seguida uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem. (HALBWACHS, 1990, p. 80-81)

O autor é categórico quanto a memória, sendo que do fato ocorrido, ela necessitaria de uma distância temporal razoável para que seu registro seja necessário a ponto de tornar-se útil, salvaguardada em um suporte, já que estaria ameaçada pelas lembranças dos sujeitos. Dirigindo-se ao nosso *corpus*, de fato, passado mais de meio século, a carta adquire importância alicerçada pelas comemorações do centenário do município, momento em que foi necessário reafirmar uma história. Concebemos que a História Cultural e a análise do discurso possuem muitos pontos de contato, e assim exploramos alguns, como é o caso da abordagem do sujeito como um ser social, em que processo identitário é construído de maneira dispersa, mutante, em um constante movimento entre as relações que ocorrem com o meio (HALL, 2006; ORLANDI, 1996, 2003). Explicitados alguns dos referenciais teóricos-metodológicos e conceituais da pesquisa, passamos para a análise do contexto da produção discursiva.

O emissor e o contexto histórico da produção discursiva

Pietro Da Poian, o autor da carta, nasceu em 12 de setembro de 1888 no *comune* de Sedico, província de Belluno na Itália, sendo o sexto e último filho de Giuseppe Da Poian e Gioseffa Celeste Da Riz. Em conjunto com seus irmãos e conterrâneos emigrou com pouca idade para Antônio Prado - RS. A família se estabeleceu na Linha 10 de Julho, interior do município e posteriormente adquiriu propriedades na sede da localidade. Na figura a seguir apresentamos o grupo familiar de Da Poian:

Figura 1 – Família Da Poian



Fonte: acervo da Família De Poian, cedida por Sérgio De Poian

Na figura 1, em pé estão Luigi, Teresa, Luigia e Pietro Da Poian, autor da carta analisada. Sentados, Giuseppe, Giuseppe Olivo e Giuseffa De Poian. A data provável do registro é 1922. Pietro, ou Pedro como passou a ser chamado no Brasil, não se casou e exerceu a profissão de alfaiate, tendo falecido em 09 de agosto de 1975, em Antônio Prado, na serra gaúcha, um ano após escrever a carta. Em 1984, a terra em seu nome foi doada por herdeiros à municipalidade que construiu o “Parque municipal de recreação Pedro da Poian”. A figura a seguir permite vislumbrar o retrato da família de Da Poian, com data estimada de 1922.

Quanto ao contexto, Antônio Prado é município localizado no nordeste do Rio Grande do Sul, foi “a sexta e última das chamadas antigas colônias da imigração italiana” (BIAVASCHI, 2011, p. 174) a ser criada no Estado. A fundação e estabelecimento dos primeiros imigrantes ocorreu a partir de 1886, sendo em sua maioria italianos (PETROCCHI, 1904) seguido de poloneses. Com rápida ocupação dos lotes e desenvolvimento, conseguiu autonomia administrativa para, em 11 de fevereiro de 1899, ser emancipada do município de Vacaria – RS (BIAVASCHI, 2011). A partir

da emancipação, ocorrem mudanças em diversos aspectos, modificações seguem até meados da década de 1910, quando inicia a 1ª Guerra Mundial, este e fatores discutidos a seguir, como o êxodo, fez com que fosse instaurada uma recessão econômica de proporções consideráveis na localidade.

Com uma população composta de 87% dos residentes morando na zona rural (RELATÓRIO, 1916), a localidade assim como o restante da região (LA LIBERTÀ, 1910), sofreu com o êxodo de parte da população¹ passando de 10.000 habitantes (A FEDERAÇÃO, 1909) em 1909 para 7.500 residentes em 1916. A estagnação ocorreu em diversos setores e a recuperação Pós-Guerra da localidade se daria paulatinamente com a entrada da década de 1920. Porém, a situação se estendeu com brigas políticas, aumento de impostos e culminou na “Revolta de 1936”, momento em que os habitantes se opõem ao Governo local, resultando em um violento conflito, com mortes e prisões (GUZZO; DOTTI, 1998).

Desviando a atenção do contexto, para refletir sobre os sujeitos deste meio, é possível estabelecer que algumas “figuras públicas” permaneceram muito tempo nos seus respectivos cargos, e/ou estiveram envolvidos em fatos guardados na memória da localidade. É o caso do Intendente Innocencio de Mattos Miller que assumiria o município por 24 anos a partir de 1899, licenciando-se apenas entre 1907 e 1910 (BIAVASCHI, 2011), um claro indício das práticas comuns de coronelismo e permanência no poder de políticos do PRR apoiados por Borges de Medeiros. Ou mesmo, o Padre Carmine Fasulo que desde a sua chegada recebeu uma violenta oposição da comunidade, culminando na sua expulsão e lenda da “maldição do padre”², ainda é possível destacar Caetano Reginatto, ex-professor do município que assumiria como Intendente em dezembro de 1922, sujeitos e fatos que Da Poian explora ao longo do seu discurso. Essas informações sobre o autor e o contexto histórico de produção discursiva são fundamentais para a compreensão contextualizada do discurso.

A carta de Pedro da Poian

Da seleção e forma de narrativa de Da Poian, emergem memórias e reflexões de sua experiência. O emissor descreve elementos da sua vida, seu entorno, do ponto de vista dele como habitante de Antônio Prado, modos de viver e relações que são estabelecidas entre os agentes históricos. Mesmo nos enunciados de sua vivência

individual, a sua memória traz elementos da coletividade, pertencendo a uma lembrança coletiva (HALBWACHS, 1990), também apontado por Payer (2009, p. 38) quando explora a relação do sujeito com língua, “eles produzem efeitos de sentido que têm aparência de pessoais, mas que se constituem, entretanto, também eles, nos lastros da memória coletiva”.

Cabe explicar que optamos pela análise de “recortes”, os quais identificamos numericamente no texto e na carta para sua localização, sem transcrevê-los novamente, pois julgamos que a transcrição completa do *corpus* importa para uma compreensão global. A escolha dos “recortes” no *corpus* é pautada no autor Guimarães (2015) que o situa como um aspecto importante para análise. A carta de Pedro da Poian, subcitada, foi transcrita do jornal *Panorama Pradense* datada de fevereiro de 1985, como mencionado anteriormente e o mesmo se encontra arquivado no Arquivo Histórico de Antônio Prado juntamente com todas as edições do jornal.

CARTA DE UM IMIGRANTE

Nas comemorações do CENTENÁRIO DE A. PRADO, aproximando-se a data de 14 de maio de 1986 – CEM ANOS DE FUNDAÇÃO DESTE MUNICÍPIO – NADA MELHOR do que este documento histórico, aqui reproduzido na íntegra, pela primeira vez, adendo a História desta comunidade.

Autor: Pedro da Poian. Data: 30 de outubro de 1974. Esta carta foi encontrada entre os papeis de Dna. Ildegonda Letti e entregue aos familiares, no dia do falecimento da veneranda senhora.

“Saímos da Itália no dia 11 de novembro de 1892 e chegamos em Antônio Prado, em 25 de janeiro de 1899. Nossa família era da comuna de Sédico, província de Beluno- Vêneto. Era a última leva de imigração, composta de venetos e lombardos, alguns poucos de Trieste.

Embarcamos (3) em Genova com uma “escuna” e desembarcamos em Santos e, ali, logo recebemos a visita dos fazendeiros paulistas que sempre quando da chegada de um navio de imigrantes, eles vinham com promessas para ir trabalhar nas fazendas e prometiam casa e comida e terras para trabalhar, mas o imigrante encontrava um rancho de barro, coberto de palha sem assoalho e aí o imigrante não podia mais sair, porque não tinha dinheiro.

Nós também quase fomos enganados, tanto que fomos embarcados no trem mas, quando chegamos a primeira etapa, nos perguntaram para onde nos dirigíamos e respondemos: para Caxias, no Rio Grande do Sul. Aí nos mandaram voltar e fomos embarcados, num vapor para Porto Alegre. Daí em outro vapor fomos para São Sebastião do Caí e de lá, nas carretas até Caxias. Daí até o travessão Alfredo, em cima do morro das Antas, partimos à cavalo. Os guris nas bruacas e eu fui um destes meninos, até o fim da viagem em A. Prado, onde nos alojaram no Barracão.

Este Barracão, não lembro bem, mas calculo que tinha 40 metros de comprimentos por 15 metros de largura, com dois pisos e uma cozinha de cada lado. Já estava ocupado por algumas famílias de polacos. O Barracão estava contagiado da doença variola e foi, eram suspeitos os polacos de terem trazido a doença.

A minha família também foi contagiada. Meu irmão mais velho, o primogênito por ser dos doentes mais graves, levaram ele para uma casa que tinha ali perto e botaram ele no porão, no chão e ali ele morreu que nem um animal. Uma minha irmã, porque não era um caso grave, colocaram em cima, do sótão. Esta escapou, mas ficou marcada. Ficamos no barracão, um ano e

meio, enquanto a comissão de colonização fazia a medição (das terras do futuro município de A. Prado).

Os imigrantes em parte tinham escolhido aqui do lado da Linha Amarello e tinham escolhido e começado a roçar, mas logo apareceu uns caboclos e mandaram parar porque disseram, aquele terreno era deles (5). Lá tinha algumas casas, daqueles que vieram antes. Ali houve a primeira briga. Um colono estava fazendo uma picada dentro do mato e apareceu um daqueles caboclos e mandou parar. Houve uma discussão, até que este caboclo pegou o colono e amarrrou-o no rabo do cavalo que o arrastou até ele morrer.

Me lembro bem que nós guris fomos vê-lo, que ele foi exposto num galpão do escritório da colonização. Este homem era o pai de Caetano Reginato.

Enquanto os imigrantes esperavam pelas terras, trabalhavam no serviço do governo, as mulheres “puxavam” carrinho de mão para fazer a praça, os homens nas estradas (Alô nova geração pradense: Não esquecer nunca que nossa praça Garibaldi foi feita com suor e o sangue de nossas avós italianas!) (7). Meu pai estava arrancando pedra para uma ponte e talvez por pouco cuidado, estando fazendo mina, ele em cima e a mina explodiu e ele queimou os olhos e daquele instante em diante, ficou completamente cego. Foi levado a P. Alegre e não adiantou nada, viveu até os oitenta anos, 48 sem ver nada, completamente nada.

Felizmente o diretor da colonização teve pena de nossa desgraça, deu esta chácara onde nós moramos (Frente a Praça Giuseppe Da Poian), e mandou construir a casa, por conta do governo. Este homem chamava-se José Montauray que foi depois Prefeito de P. Alegre.

Mas quando A. Prado fez sua independência (emancipação – 11 de fevereiro de 1899), o primeiro intendente nos obrigou a pagar a propriedade. Era o Inocencio Miller.

Quando terminaram de medir as terras, para a nossa turma só ficaram as piores, lá pelo vale do rio da Prata, onde não tinha nem um pedacinho plano, para colocar uma casinha, tínhamos que fazer escavação nas encostas dos morros, dos montes. Ali se haviam colocado também as famílias do nosso atual governador Triches. As melhores terras, já estavam ocupadas por aqueles imigrantes que vieram antes.

A minha família, instalada que foi na chácara, minha mãe trabalhava como lavadeira, minhas irmãs empregaram-se nas casas dos funcionários da colonização. Meu irmão mais velho colocou-se numa ferraria para aprender o ofício, onde esteve dez anos. O segundo (irmão) foi mandado por um padre, estudar num colégio por sua conta, porque achou que ele tinha vocação para padre. Eu levava papai para pedir esmolas. Tinha sete anos e assim fiquei até os dez.

De treze anos me mandaram aprender o ofício de alfaiate, alguns meses aqui e depois fui me aperfeiçoar em Vacaria.

E AGORA UM POUCO DA HISTÓRIA DE ANTONIO PRADO.

Naquele tempo a terra produzia muito e não tinha saída por falta de estradas e o pouco consumo.

A saída que tinha era com alguns tropeiros que levavam para Vacaria, Bom Jesus, Lages até Campos Novos ou São Sebastião do Caí. Depois começou as carretas e aí precisava de um velho carreteiro para contar o inferno que eles passaram e as pobres mulas como eram massacradas quando não eram capazes de puxar as carretas nos atoladores da estrada.

As mulheres dos colonos quando precisavam de alguma “coisa” como café, açúcar (o café era guardado para algum caso de doença) ou linha, coisas assim, carregava num cavalo um saco de milho e percorria toda a vila, oferecendo a quem quisesse comprar e não encontrando comprador, no fim deixava em qualquer lugar para não levar de volta. Também o vinho que começava a ser produzido, não havia comprador, salvo algum pouco que os tropeiros levavam se não era consumido em casa ou nas bodegas. Logo depois da chegada dos imigrantes mandaram um padre que chamava-se Don Alessandro Pelegrini, um verdadeiro padre, bom e humilde, nada de fanatismo, fazia sua obrigação e não se intrometia em causa nenhuma. Foi aquele padre que se comprometeu pagar o colégio para o meu irmão.

Neste tempo aconteceu um caso na Capela do Caravagio, no Município de Farroupilha (Nova Vicenza). Houve um escândalo de um padre com uma moça e este padre foi transferido para cá. Chamava-se Dom Carmine Fasulo, homem de muita lábia, violento, intolerante, mas

como era muito caprichoso nas cerimônias religiosas, o povo gostava dele e não importava que do púlpito tratava a todos por “salame”. Era a sua “frase” preferida.

Havia nesta paróquia, uma zona que ficava longe da sede e os colonos de lá lutavam para a criação de outra paróquia e naquela zona, havia duas capelas que disputavam a preferência, o Pe. Carmine aproveitou a oportunidade para ser pároco da sede.

Foi lá, uniu os habitantes e combinaram de fazer a sede da nova paróquia no meio das duas que estavam em litígio, Saiu a paróquia na qual botaram o nome de Nova Roma e mudaram para lá o velho Pelegrini que durou pouco e morreu.

Existia aqui um homem que não era propriamente um mestre de música, mas muito prático e entusiasta, chamado Pedro Cagliari que organizou uma banda e saiu uma das melhores desta região. Como todos eram bons católicos, deviam obediência ao padre (6).

Em vista disso o Intendente mandou vir de Caxias um verdadeiro mestre e formaram outra banda igual a outra que já existia aqui. Formou-se então a divisão do povo da cidade e o padre cada vez mais brabo, berrava do púlpito, até aconselhando os bons católicos que não deviam servir nas casas daqueles que não frequentavam a Igreja.

Foi assim que um grupo destes anticlericais que estavam de farra, sabendo que o Pe. Carmine estava numa festa em uma Capela, sequestraram-no e lavaram-no até o Passo do Zeferino e tocaram-no para fora do município. E assim fizeram. Foram lá onde estava hospedado o padre. Eram altas horas da noite e o padre estava dormindo. Mandaram que ele levantasse, encilharam a mula e tocaram para o Passo do Zeferino.

A turma era de 8 pessoas e como estavam de farra, já andavam um pouco tocados e no caminho se espalharam, ocasião que o padre se escapou e bateu na casa de um colono, em outra Capela.

Quando foi de manhã, os colonos estavam cientes do caso, se juntaram. Uma tropa que eu vi passar na frente da minha casa, calculei umas 60 pessoas. Era um dia de chuva forte, estando todos eles encharcados, muitos nem tinham agasalhos e levaram o padre para a canônica e colocaram dois homens de sentinela e assim ele ali permaneceu por alguns dias. Depois foi para P. Alegre. Passados alguns dias, ele voltou se instalar em um povoado, chamado Formigueiro, que era a atual Vila Ipê, esperando que os pradenses fossem buscá-lo, como fizeram os colonos, mas ninguém se mexeu.

Não havendo lá apetrechos para o serviço da Igreja, tiveram de carregar algum, de roubar aqui de nossa Igreja.

Por acaso andava por aqui um seminarista em férias, fora do tempo de ser padre, mas ele se dizia doente e então aproveitaram ele (como padre). Ele entretanto, escondia sob uma capa o material para o padre, numa trouxa e pelo mato levava até Formigueiro, para o padre Fasulo. Quem descobriu tudo, foi o Emilio Mondadori. É quem era este seminarista? Era o Caetano Reginato. (2)

Esta história durou alguns meses até que o padre foi embora e não apareceu mais. E as músicas também, pouco a pouco também desapareceram.

A história dos imigrantes termina aqui. Era nos primeiros anos deste século e dali por diante não houve mais nada de interessante (8). E na Guerra de 1914 passou tudo calmo até a revolução de 23. Os colonos não se interessavam (4) pela política e assim mesmo foram obrigados, quem tinha mais que um animal cavalariço dar um para os provisórios e até os filhos dos colonos eles tiravam. O encarregado de ir tirar era o Caetano Reginato.

Aqui na vila também havia um grupo de assistidas que foram perseguidos. Eles não podiam conversar sob pena de apanhar ou cadeia e isto veio a acontecer diversas vezes. Naquele tempo ninguém saía de casa de medo, tanto é que um compadre meu precisava de parteira e veio me chamar para lhe fazer companhia por que tinha medo de ir sozinho.

Aqui estavam acampados um batalhão de provisórios, dos borgistas. Como acabou tudo isto, não soube. Só sei que tinham um Intendente chamado Inocencio Miller que governava este município deste a emancipação em 99, durante vinte e cinco anos e o dia que ele saiu, fizeram festa e foguetório.

Por hoje basta. Se deseja saber mais alguma coisa, me escreva e se for cousa que sei, estarei as suas ordens. (1)

Antonio Prado, 30 de Outubro de 1974.

Pedro Da Poian.

P.S.: Não se ria destes rabiscos que eu nunca estive na escola brasileira e nem quase nada na italiana.

NOTA: Recebi isto no dia do falecimento de minha avó Hildegonda³. Nicanor Letti. Antonio Prado.

Uma primeira análise da carta mostra que Da Poian quer contar uma história, e que segue uma ordem cronológica, realizando recortes ao longo da narrativa. A história resume um período de aproximadamente trinta anos e o objetivo parece ser a explicação da trajetória migrante que vivenciou e as primeiras décadas no Brasil, em especial na localidade de Antônio Prado – RS. Porém, além do ordenamento imposto, voltamos nosso olhar ao “lugar de observação”, isto é a *ordem do discurso*, partindo para a reflexão “dos mecanismos de produção de sentidos (linguístico-históricos) que aí estão funcionando em termos da ordem significante” (ORLANDI, 1996, p. 45). Sob esta perspectiva, pensando na História Cultural, através da carta é possível identificar a construção de identidades e representações pelo emissor, que carrega marcas dos imigrantes italianos da região de imigração italiana do Rio Grande do Sul (RCI/RS).

Além da própria carta, a escolha do editor ao publicá-la posteriormente no momento do centenário já a transforma em um objeto de discussão, visto a importância dada a ela. Outrossim, o jornalista atribui à carta o status de documento histórico, indicando para o leitor que ali encontrava-se uma escrita digna de confiança, tal como era entendido o termo.

Pensamos que entre o lembrar e o esquecer, acontecem fraturas. Na narrativa produzida em carta por Da Poian, há um problema com relação às datas. Da Poian declara ter saído da Itália e chegado ao Brasil, respectivamente em 11 de novembro de 1892 e 25 de janeiro de 1899. No entanto, a família saiu de Sedico em novembro de 1891, juntamente com conterrâneos como a família Pazuch, De Dea, Zanon e outras que também se estabeleceram em Antônio Prado, Rio Grande do Sul, vindos com o vapor Vittoria. Eles desembarcaram no Rio de Janeiro e não em Santos conforme afirmado por Da Poian, na data de 07 de dezembro de 1891 (BERNARDI; TORQUES, 2018). Após ficam dúvidas.

Com relação a chegada em Antônio Prado, o lapso no discurso de Da Poian entre os anos de 1892 até 1899, da vinda até o estabelecimento, pode em parte ser explicado com uma justificação do período que “possivelmente” teriam se aventurado com os fazendeiros paulistas, o que de toda a forma não corresponde aos registros, já que a

chegada foi pelo Rio de Janeiro e após isso predominantemente os imigrantes pegariam um pacote até o Rio Grande do Sul, assim como fizeram as famílias do mesmo vapor, conforme explicado por Bernardi e Torques (2018). Ademais, sabe-se que o seu pai, Giuseppe Da Poian recebeu o lote em 31 de outubro de 1893, na Linha 10 de Julho, em Antônio Prado (COSTA, 2007, p. 862).

Outro rastro que indica a condição de vinda diretamente para o Rio Grande do Sul é o fato de sua irmã Teresa Da Poian ter casado com Giuseppe Baroni em 1895 e ter um filho falecido em 1898. Assim sendo, as datas fornecidas por Da Poian de saída em 1892 e da chegada em 1899, bem como a aventura com fazendeiros paulistas não parecem corresponder ao que a família passou, porém com relação a esta, refletimos que seja uma memória produzida.

Um dos indicadores de que essa memória foi construída externamente é a escrita de memorialistas sobre a imigração como o de Barbosa (1961), que descreve as memórias de José Gelain, que imigra para o Brasil para encontrar sua família que já se vivia na RCI. Assim que chega ao Brasil, pelo porto de Santos, lhe indicam que o caminho ao RS passava por São Paulo, e chegando na casa de Imigração é avisado que, se quisesse seguir viagem ao RS, seria por recursos próprios. Seu relato, que continua com o aviso de imigrantes que ali estavam há mais de dois anos, dá a entender sobre o que ocorriam com quem ia para as fazendas de café “Sem recursos, passando fome e miséria, muitos casais vendiam os parques haveres para não perecerem à mingua” (BARBOSA, 1961, p. 24). Se Da Poian organiza sua experiência, incorporando esses elementos, parece ser para corroborar com uma trajetória semelhante ao de outros imigrantes italianos, sustentando uma representação de bravura, do heroísmo, das muitas dificuldades vencidas e por terem passado por situações adversas ao longo do período migratório.

Desse modo, um ponto de discussão que emerge da carta é a importância dada ao pioneirismo. As produções dos memorialistas, os jornais, as narrativas de memória constantemente apresentam essa preocupação, de serem os primeiros⁴. Assim, o artigo do jornal começa avisando que está reproduzindo na íntegra, pela *primeira vez* aquela carta, identificada como documento histórico. De fato, parece importante o pioneirismo para justificar a posse da terra, a ação de descoberta, a defesa de originalidade e

A questão da invocação do pioneirismo é uma constante entre grupos migrantes no sul do país, para os quais o processo colonizador se reveste de uma aura civilizatória, civilização esta calcada numa

domesticação do espaço e dos processos produtivos em consonância com os modelos trazidos da Europa. A noção de espaço vazio também é uma constante nessas narrativas. Os habitantes locais são invisibilizados, mesmo que vizinhando com os colonizadores, os quais se sentem legitimados para assumir seus postos de donos das terras. (ZANINI, 2007, p. 536).

Possuir “um pedaço de terra” era o maior sonho a ser realizado e garantido. Ilustrando bem esse desejo, temos a palavra terra citada 267 vezes em 36 obras de famílias, escritas por descendentes de imigrantes⁵, ora, sua propriedade significava a liberdade, a independência, os fins dos vínculos com os processos produtivos da Itália, calcado na relação servo e senhor. Tornar-se proprietário representava vencer, ‘conquistar a América’. Logo não parece ser pouco a defesa do pioneirismo visto que a questão da legitimidade da posse da terra normalmente está relacionada ao seu uso efetivo e/ou precursor (GIRON, 2007; BERGAMASCHI, 2007).

Nesse sentido, a construção e cultivo de uma memória através dos diversos registros das sagas dos imigrantes possibilitam a estruturação de uma narrativa que, além de garantir aos descendentes os valores dos antepassados, unir o grupo em torno de uma identidade e ainda aumentar a autoestima dos descendentes por vezes negativamente estigmatizados (GIRON, 2007), também justificaria a legitimidade do controle não só sobre a terra, mas dos rumos políticos da região. Não é demais lembrar que os marcadores identitários são relacionais, simbólicos e “fabricados por meio da marcação da diferença” que produzem sistemas classificatórios, baseados em relações de poder que incluem alguns e excluem outros. A posse da terra inclui os imigrantes no grupo daqueles que venceu, dos pioneiros que, mesmo com muitas dificuldades, venceram. Tal narrativa, repleta de representações, tem ressonância nas comemorações do centenário de imigração italiana, motivo central da publicação da carta que analisamos.

O receptor original da carta é um sujeito não identificado, mas que possivelmente era alguém que o autor era familiarizado, visto que a forma de discurso ao longo da escrita vai mudando, trabalhando de uma perspectiva ampla, transpondo para a detalhada e retornando para o geral. Mesclando a tessitura da narrativa, Da Poian possivelmente queria explicar os fatos para alguém que poderia ser de fora, ou alguém que tivesse pedido algum relato, haja vista que ele ao final da carta se disponibiliza em pormenorizar e explorar outros fatos (1).

Mas ao mesmo tempo este receptor não desconhecia completamente os fenômenos e sujeitos do local, isto é mostrado (2) quando ele não explica em detalhes os sujeitos de que trata, apenas aponta o nome, mostrando que o receptor sabe de quem ele fala. Podemos supor que, por ter o município sofrido um grande êxodo nas primeiras décadas do século XX, o receptor seria um desses migrantes, mas como a carta foi localizada em Antônio Prado, então outra possibilidade é que Da Poian teria a intenção de contar a história para alguém mais jovem que não viveu na época dos acontecimentos que são narrados. Outrossim, poderíamos supor que alguém pediu esse relato em virtude das comemorações do centenário da imigração italiana na RCI, haja vista que ele escreve em 1974, um ano antes do centenário. Nesse tempo da escrita da carta, Da Poian estava com 86 anos e a “recordação tende a objectivar-se numa narrativa coerente que, em retrospectiva, domestica o aleatório, o casual, [...] atuando como se, no caminho, não existissem buracos negros deixados pelo esquecimento” (CATROGA, 2001, p. 46).

O que implica, de toda a forma, uma memória que também não foi produzida por ele, já que narra acontecimentos anteriores, vividos quando Da Poian tinha quatro anos de idade. Halbwachs (1990) chama isto de “lembranças simuladas” que seriam acontecimentos evocados por outros sujeitos e incorporados pela memória de quem os recebe. Nesse sentido, em muito contribuíram as festividades sobre a imigração e a produção agrícola na região, um exemplo são as festividades da vindima como a Festa da Uva em Caxias do Sul, que desde 1932, na sua segunda edição, já contava com desfile que narrava a saga dos imigrantes (ERBES, 2000).

E como um dos mais significativos marcadores identitários foi o Cinquentenário da Imigração Italiana em 1925, que, através de seus eventos comemorativos e posterior publicação, solidificou o discurso do imigrante trabalhador, ordeiro e católico; ou ainda os contos publicados no jornal *Stafetta Riograndense*, de circulação na RCI, entre 1924 e 1925 de *Nanetto Pipetta*, personagem fictício que passa por muitas desventuras na sua vinda da Itália e primeiros anos na nova terra⁶ (PEROTTI, 2007). Como esperado daquele que informa sobre seu passado, que também é o passado coletivo, como ancião da comunidade assume, na escrita, sua posição de representante, comunicando e reafirmando uma história passada. Um porta voz do passado, um sujeito da história vivida, lembrada e narrada por meio da carta, mas repleta de esquecimentos, representações e jogos de poder e saber.

A carta é dividida em duas partes, no primeiro trecho, ele narra os fatos que ele vivenciou, da epopeia da família, desde sua saída da Itália até a chegada em Antônio

Prado, já na segunda parte, seleciona acontecimentos sobre localidade de Antônio Prado, contexto e grupo social. Primeiramente, apesar de separa-la em duas partes, para contar a sua vida e os acontecimentos em Antônio Prado, é possível notar que ambas se entrelaçam, mostrando o meticoloso *trabalho da memória* (PAYER, 2009, p. 37), da junção e impossibilidade de considerar esta uma produção construída somente pelo individual.

A mesma divisão mostra uma tentativa de organizar a narrativa para o receptor, bem como a própria forma que os acontecimentos são apropriados pelo autor: embaixador de um passado longínquo por ele experienciado e arauto de um passado citadino em que ele mais observou do que viveu. A enunciação do primeiro trecho é marcada pelo sujeito apresentando elementos que denotam certeza, como a utilização de verbos utilizados no pretérito perfeito **(3)**. Da Poian sabe o que diz, estava presente, descreve e narra, criando um efeito de aproximação com o receptor, ademais “fatos vividos reclamam sentidos e os sujeitos se movem entre o real da língua e o da história, entre o acaso e a necessidade, o jogo e a regra, produzindo gestos de interpretação” (ORLANDI, 2003, p. 68) que são explicitados no discurso.

Em contraponto, no segundo trecho, apesar de utilizar por vezes o pretérito perfeito, o emprego de verbos no pretérito imperfeito, chama a atenção **(4)**, o que mostra um distanciamento de alguns fatos ocorridos. É como se dissesse: estou presente, mas não é vinculado à minha pessoa; principalmente no que tange aos eventos conturbados, em alguns casos a utilização do pretérito perfeito está subentendida ou precedida pela designação “eles” ou “deles” **(5)**, (aquele) “grupo”, através deste entendimento é possível notar que ele procurou explicar a sua história, afirmando a sua identidade e buscando uma “neutralidade” no discurso quando os elementos eram de esfera coletiva.

Nesse mesmo sentido, em se tratando do discurso, a questão que também se coloca é frente a língua materna de Da Poian, imigrante que possivelmente cresceu fazendo uso da língua italiana e/ou do dialeto e que não é apresentada no discurso, mostrando de certo modo um silenciamento, desta forma compreendemos que “a língua apagada guarda um lugar no sujeito, como língua “apagada” mesmo” (PAYER, 2009, p. 39). Conforme apontado pela mesma autora, a reflexão não é direcionada para a preservação, mas que a compreensão da língua no processo discursivo emerge “os modos de funcionamento da resistência, suas marcas no sujeito” (PAYER, 2009, p. 39) e da sua constituição como sujeito ítalo-brasileiro.

Na primeira parte, a narrativa segue uma estrutura comumente encontrada em relatos de imigrantes⁷ que, exceto por excluir a viagem nos vapores, destacam as adversidades sofridas. Relata o quase engano de ir para as fazendas de café, algo que era visto como muito pior, diante da possibilidade de trabalhar em condições ruins para um ‘senhor’⁸, do que ter a sua própria terra na região sul. Também constantemente lembrada, a estadia no barracão, que era uma casa de passagem entre a hospedaria central da colônia e os lotes, onde outros infortúnios ocorriam, como no caso de Pedro da Poian, que relata as doenças e morte de crianças, e ainda culpabiliza os poloneses pelo ocorrido. A tensão entre imigrantes poloneses e italianos narrada por Da Poian se assenta nas marcações de diferença, eu [italianos] em contraposição a eles [poloneses]. Demarca o pertencimento ao grupo de italianos e coloca em evidência “e foi, eram suspeitos” primeiro com a afirmação, depois a dúvida a culpa dos ‘polacos’. As tensões na convivência entre o grupo acabaram por provocar a saída do local da maioria das famílias polonesas que reemigraram para a região do Alto Uruguai, no noroeste do Rio Grande do Sul (PAZUCH, 2015).

É certo que chama atenção a diferenciação que Da Poian faz entre os grupos, elemento presente ao longo do discurso, principalmente pela designação utilizada, que estabelece a relação do nome com as coisas (GUIMARÃES, 2015), neste caso dele com o “outro”, como quando escolhe designar “aqueles imigrantes”, “eles”, “os polacos”, demonstrando não simples preconceito étnico, mas também a defesa de uma identidade que assinalaria o direito àquela terra⁹. Sobre a questão do direito à terra e dessa forma de chamar os “outros”, fica clara também na menção de brigas com os caboclos.

Da Poian realiza uma série de escolhas, contar sujeitos, espaços e tempos por um determinado ponto de vista, a partir disso é possível pensar nas práticas culturais e os laços de sociabilidade entre os sujeitos que habitam esta localidade, trazendo através do discurso a construção de significados e experiências cotidianas neste tempo e local pela sua trajetória individual e coletiva, como é o caso do trecho da total obediência dos sujeitos ao Padre (6). Assim, pelo discurso de Da Poian é possível começar a pensar a articulação entre os discursos e práticas, que é um dos principais desafios da História Cultural, visto que a realidade não é externa ao discurso, mas sim é construída na e pela linguagem e assim, os interesses sociais também não são uma realidade pré-existente, mas resultado de uma construção simbólica e linguística, considerando que toda a prática situa-se na ordem do discurso (CHARTIER, 2010).

A inferência realizada pelo redator do jornal, sobre a construção da Praça Garibaldi (7), única ao longo de toda a carta, confirma o discurso produzido por Da Poian e conduz a uma representação coletiva sobre a responsabilidade da Praça. Além de reafirmar que é de todos já que os seus antecedentes o teriam construído, lembra que o foi de forma *ádua*, direcionado aos mais jovens para que ela seja preservada, criando uma ideia de identidade coletiva, além de reforçar a questão constantemente lembrada nos descendentes da imigração sobre o valor do trabalho.

Refletimos sobre a materialidade discursiva deste *corpus* quando assumimos Chartier em que afirma “um ‘mesmo’ texto, fixo em sua letra, não é o ‘mesmo’ se mudam os dispositivos de sua inscrição ou de sua comunicação” (2002b, p. 256). Sobre esta questão, é necessário pensar na circulação da carta então divulgada pela imprensa e a importância dada a este documento escolhido para fixar as comemorações do centenário da localidade, ademais, percebe-se a chamada *relação de forças* explicada por Orlandi (2003, p. 39) em que “o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz”, mostrando uma autoridade deste emissor ao dar crédito à ele narrar a história do local e da forma em que é exposto, legitima a memória que se quer preservar e é apropriada pelos pradenses como a sua identidade social, sendo esta memória assumida pelo coletivo, reafirmando a identidade e cultura do grupo.

Ao longo de todo o discurso são explorados pontos conturbados, brigas, revoltas e situações atípicas, a questão que se põe é se Da Poian soubesse da ampla divulgação da carta, teria exposto estas informações? Ou o próprio objetivo aqui seria registrar a memória coletiva destes momentos? Esta última questão vem à tona quando ele trabalha ao final falando que não houve nada mais interessante (8), mas o que era interessante para ele? De fato, a seleção mostra que pontos incomuns marcam a memória, que a escrita reafirma uma narrativa que se deseja instituir como a história, afirmando referências para as identidades e sinalizando para representações compartilhadas.

Considerações finais

Das discussões apresentadas é possível refletir que o discurso produzido pela carta revela de forma simbólica as representações, as memórias de um grupo, elucida as identidades que permeiam o meio social, sendo que a análise visou trazer alguns dos elementos possíveis à discussão, tendo em vista que, conforme pontuado por Orlandi (2003) a análise de discursos é inesgotável. Essas representações foram apropriadas pelo

emissor Da Poian, sendo transmitidas através da escrita em um processo de reelaboração delas a partir de sua memória. Assim, como destaca Chartier (1991, p. 183), ao considerar “o recorte social objetivado, como a tradução do crédito conferido à representação que cada grupo dá de si mesmo, logo a sua capacidade de fazer reconhecer sua existência a partir de uma demonstração de unidade”. Percebemos que, pela publicação do jornal elas são reafirmadas como representações coletivas e identidades que, por sua vez, são apropriadas pelos leitores. E neste caso, nos trouxeram pontos sobre os conceitos explorados dentro da temática, pois é preciso, ainda segundo Chartier (1991), que

Cada série de discursos seja compreendida em sua especificidade, ou seja inscrita em seus lugares (e meios) de produção e suas condições de possibilidade, relacionada aos princípios de regularidade que a ordenam e controlam, e interrogada em seus modos de reconhecimento e de veridicidade. (CHARTIER, 1991, p. 187)

A análise do discurso sobre o documento, a partir dos seus referenciais próprios, com o auxílio dos referenciais da História Cultural, permitem a observação acurada e profunda da carta, reiterando a multiplicidade de representações constituídas pelas práticas de elaboração do discurso, do autor na sua organização e escrita, do jornalista e do jornal, na seleção e publicização e nas possibilidades de recepção do mesmo pelos leitores. A carta permite entrever ‘estratos do tempo’, pois “diferentes velocidades, acelerações ou atrasos [marcam], tornando visíveis os diferentes modos de mudança, que exibem grande complexidade temporal” (KOSELLECK, 2014, p. 22).

Desse modo, mostrando que as reflexões produzidas oportunizam a compreensão de como as representações são construídas e apropriadas pela divulgação de um registro de discurso, que ao ser selecionado, reafirma o que se quer dizer de si, da comunidade, da sua história e do seu passado.

Referências

A FEDERAÇÃO: Orgam do Partido Republicano (RS). Porto Alegre, ano 26, n. 215, p. 1, 16 set. 1909.

ALVIM, Zuleika M. F. *Brava gente! Os italianos em São Paulo. 1870 – 1920*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 9 de Novembro de 1915 e Lei do Orçamento para o Exercício de 1916. Innocencio de Mattos Miller. Porto Alegre: Oficinas Graphicas da Casa de Correção, 1916.

ARQUIVO DA PARÓQUIA DE ANTÔNIO PRADO. Livro de assento de óbitos - 1. p. 12.

BERGAMASCHI, Heloísa D. Eberle. Propriedade: identidade e cultura regional. In: GIRON, Loraine Slomp; RADÜNZ, Roberto (orgs). *Imigração e cultura*. Caxias do Sul, RS: Educs, 2007.

BERNARDI, Manuela Ciconetto; TORQUES, Caio Vinicius. *Família Zanon: História e descendência dos imigrantes Luigi e Domenica*. Porto Alegre: Evangraf, 2018.

BIAVASCHI, Márcio Alex Cordeiro. Coronelismo na região colonial italiana: Antônio Prado (1903-1928). In: *Historiae*, Rio Grande, v.2, n. 3, p. 171-186, 2011. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2617/0>. Acesso em: 31 mar. 2020.

BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Semblantes de Pioneiros: vultos e fatos da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria Sulina, 1961.

BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: EdUNESP, 1992.

CARTOGRA, Fernando. Memória e história. In: PESAVENTO, Sandra J. (org). *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre: ED. UFRGS, 2001, p. 43 – 69.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 1 Artes do fazer. 8 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. 2. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2002a.

CHARTIER, Roger. *A beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: UFRGS, 2002b.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estud. av.*, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, jan./abr. 1991. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141991000100010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 set. 2019.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. (trad. Cristina Antunes), 2. ed. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2010.

COSTA, Rovílio. *Povoadores de Antônio Prado*. Porto Alegre: EST, 2007.

ERBES, Luiz Carlos. *A alma de um povo: sete décadas de Festa da Uva*. Caxias do Sul, RS: Maneco Livraria & Editora, 2000.

GIRON, Loraine Slomp. Identidade: regiões e valores. GIRON, Loraine Slomp; RADÜNZ, Roberto (orgs). *Imigração e cultura*. Caxias do Sul, RS: Educs, 2007.

GUIMARÃES, Eduardo. Espaço de enunciação, cena enunciativa, designação. *Fragmentum*, [S.l.], n. 40, p. 49-68, mar. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/17264/10431>. Acesso em: 18 abr. 2020.

GUZZO, Valdemir; DOTTI, Corina Michelin. *Antônio Prado, 1936: as ocorrências de 25 de maio*. 1998. Monografia (Especialização em História Regional: o homem e a cultura) - Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 1998.

HALBWACHS, Maurice. *Memória coletiva*. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

IONTA, Marilda Aparecida. *As cores da amizade na escrita epistolar de Anita Malfatti, Oneyda Alvarenga, Henriquetta Lisboa e Mario de Andrade*. 2004. 303 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279926>. Acesso em: 4 jun. 2020.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre História*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.

LA TRASMIGRAZIONE II. La Libertà. Garibaldi, ano 1, n. 50, p. 1, 19 fev. 1910.

LE GOFF, Jacques. A história nova. In: LE GOFF, Jacques (org.). *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p. 25-64.

NORA, Pierre; AUN KHOURY, Tradução: Yara. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, [S.l.], v. 10, São Paulo, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 22 abr. 2020.

ORLANDI, Eni P. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. São Paulo: Pontes, 2003.

ORLANDI, Eni P. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

PAYER, Maria Onice. O trabalho com a língua como lugar de memória. *Synergies Brésil* n. 7, 2009. p. 37-46. Disponível em: <https://gerflint.fr/Base/Bresil7/payer.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2020.

PAZUCH, Giovane. *Imigração italiana na colônia de Antônio Prado - RS: catolicismo e sociabilidades (1885-1945)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia

Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/12901>. Acesso em: 22 jan. 2019.

PEROTTI, Tânia. *Nanetto Pipetta: modos de representação*. 2007. Dissertação (Mestrado em Letras e Cultura Regional) – Universidade de Caxias do Sul, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/242>. Acesso em: 04 maio 2020.

PETROCCHI, L. Le colonie italiane del distretto di Bento Gonçalves (Rio Grande do Sul). BE. p. 15-16, 1904. In: HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; ROMANATO, Gianpaolo. *Fontes Diplomáticas: Documentos da imigração italiana no Rio Grande do Sul*. Tomo II. 2017. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/editora/e-books/historia-e-imigracao/>. Acesso em: 04 abr. 2019, p. 379-380.

REVEL, Jacques. Cultura, culturas: uma perspectiva historiográfica. In: REVEL, Jacques. *Proposições*. Ensaios de História e Historiografia. Rio de Janeiro: edUERJ, 2009.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Um olhar antropológico sobre fatos e memórias da imigração italiana. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 521-547, out. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132007000200009&lng=en&nrm=iso. Acesso em 17 abr. 2020.

¹ No que se refere as frentes de colonização, o êxodo foi tão grande que municípios inteiros foram formados por pradenses, a exemplo de Sananduva.

² Cf. PAZUCH, 2015, p. 84. / O município admite esta lenda e a conserva até hoje na memória coletiva. Usando-a como justificativa para o atraso no seu desenvolvimento.

³ Com relação a Hildegonda Letti, que recebeu a carta original, não foram localizadas relações familiares entre a mesma e a família Da Poian, porém, sabe-se que ambas famílias moravam na sede de Antônio Prado, exercendo atividades comerciais e a família Letti corroborou de forma memorialística com escritos e informações do local, o que mais uma vez poderia sustentar a carta como um escrito a pedido e para as comemorações do centenário.

⁴ Entre os exemplos que podemos citar está no maior jornal de Caxias do Sul que chama-se “Pioneiro”, Fidélis Dalcin Barbosa escreve um livro sobre a imigração italiana chamado “Semblantes de Pioneiros”; recorrentemente, nos livros de memorialistas há uma preocupação em nomear os primeiros chegados, os primeiros a construir um hotel, um armazém, uma oficina, a primeira igreja, a primeira escola, etc.

⁵ Obras escritas entre os anos de 1975 e 2000, analisadas pelo projeto de pesquisa “Identidade e cultura regional” desenvolvido pela pesquisadora Dra. Loraine Slomp Giron.

⁶ E que ganhou estátua nos anos 2006 nos pavilhões da Festa Nacional da Uva em Caxias do Sul – RS.

⁷ Semblantes de Pioneiros de Fidélis Dalcin Barbosa, Vita e stória de Nanetto Pipetta, de Aquiles Bernardi são exemplos, pois se baseiam em relatos de imigrantes.

⁸ Com relação a história dos imigrantes em São Paulo há uma diversidade de situações e condições. O trabalho em parcerias nas fazendas, o trabalho urbano na indústria, comércio e serviços, a posse de pequenas propriedades. A representação anunciada na carta de Da Poian dá a ver um sentido fixado numa condição que quer privilegiar aqueles que vieram para o sul, em detrimento dos que ficaram em São Paulo ou outras regiões do sudeste. Um clássico estudo sobre a imigração italiana em São Paulo, dentre os muitos estudos, é o de Alvim (1986).

⁹ O caso das doenças e morte de poloneses é bem documentado, a sua mortandade e a causa da mesma que teria várias interpretações, expressa em uma série de reportagens publicadas no jornal Pioneiro, de 13 a 23 de março de 2000.

Artigo recebido em 29 de junho de 2020.

Aceito para publicação em 24 de setembro de 2020.

A GÊNESE DO FEDERALISMO NO BRASIL

THE GENESIS OF FEDERALISM IN BRAZIL

Allyson Eduardo Botelho de OLIVEIRA*

Roberto de Almeida LUQUINI**

Resumo: O objetivo do trabalho é empreender uma reconstrução histórica da gênese do federalismo no Brasil. A partir de pesquisa bibliográfica, buscou-se compreender o desenvolvimento das tensões entre o poder central e os poderes provinciais ao longo do século XIX, assumindo lugar de destaque o rearranjo institucional promovido pelo Ato Adicional de 1834, que inseriu uma série de elementos federativos no Império. Assim, mesmo após o regresso conservador dos anos de 1840, o Império brasileiro pós Ato Adicional pode ser considerado uma monarquia semifederativa. Deste modo, o federalismo não seria obra original da República, mas deitaria suas raízes no Império. Acompanhou essas tensões um rico debate entre os publicistas do Império, que também foi objeto de análise desta pesquisa.

Palavras-chave: Federalismo brasileiro; Ato Adicional de 1834; Brasil Império; Descentralização política; Autonomia provincial.

Abstract: The objective of this work is to undertake a historical reconstruction of the genesis of federalism in Brazil. Based on bibliographical research, we sought to understand the development of tensions between the central power and the provincial powers throughout the nineteenth century, taking prominence the institutional rearrangement promoted by the Additional Act of 1834, which inserted a series of federative elements in the Empire. Thus, even after the conservative comeback of the 1840s, the Brazilian Empire after the Additional Act can be considered a semi-federative monarchy. Thus, federalism would not be an original work of the Republic, but would have its roots in the Empire. These tensions were accompanied by a rich debate among the publicists of the Empire, which was also the object of analysis in this research.

Keywords: Brazilian Federalism; Additional Act of 1834; Brazilian Empire; Political decentralization; Provincial autonomy.

Introdução

O presente trabalho tem por escopo reconstruir o desenvolvimento histórico da gênese do Federalismo no Brasil, isto é, de seus primeiros passos, ainda sob a égide do Império, muitos anos antes de se consagrar como princípio estruturante da Constituição republicana de 1891. Assim, por meio de pesquisa bibliográfica, buscou-se compreender desde a recepção do conceito de Federalismo no Brasil, inovação

* Mestrando em Direito - Programa de Pós-graduação em Direito - Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Belo Horizonte, MG - Brasil. Bolsista CAPES. E-mail: allysson.e.b.o@gmail.com.

** Doutor em Direito - Programa de Pós-graduação em Direito - Universitat de València - UV. València, CV - Espanha. E-mail: robertoluquini@ufv.br.

importada do constitucionalismo norte-americano, até a promulgação da Constituição de 1891, passando pelo rico debate travado a respeito do tema no Império e pela experiência semifederalista do período regencial, momento este que, segundo pesquisas historiográficas recentes, seria a gênese do Federalismo em solo pátrio.

Na primeira seção deste trabalho, buscou-se esclarecer algumas noções gerais a respeito da instituição estudada, como sua origem no constitucionalismo norte-americano, suas características e alguns conceitos-chaves que perpassam o tema, como soberania e autonomia.

Posteriormente, analisou-se o problema da unidade nacional no momento de gestação do Estado brasileiro, ou seja, quando de sua independência política no ano de 1822. O Brasil independente recebeu como herança colonial um amontoado de províncias sem laços entre si. A ideia de Brasil como nação não estava dada. É essa tendência localista que se manifestará na atuação dos deputados brasileiros nas Cortes de Lisboa. Contudo, o propósito colonialista lusitano fez com que esses deputados se unissem ao recém independente Império do Brasil. Buscariam a descentralização política tão almejada pelas elites provinciais na assembleia constituinte que se reuniria em 1823.

Dissolvida a assembleia constituinte, no mesmo ano, pelo Imperador D. Pedro I, muitas foram as críticas à medida despótica, chegando a eclodir movimentos separatistas como a Confederação do Equador. Em 1824 foi outorgada a Constituição Imperial, da lavra do conservador Marquês de Caravelas. O novo diploma inaugurou um Estado Unitário, não atribuindo às províncias qualquer autonomia, o que foi motivo de severas críticas e reações por parte das elites provinciais. Com a abdicação de D. Pedro I em 1831, iniciou-se o período regencial, assumindo o poder os grupos liberais simpatizantes à descentralização política.

Já em 1834, foi publicada uma emenda constitucional, o conhecido Ato Adicional de 1834, que reestruturou a distribuição geográfica do poder político no Império brasileiro. Foram criadas as Assembleias Provinciais, dotadas de competência tributária e outras importantes atribuições. Em 1832, o Código de Processo Criminal ampliou as atribuições do juiz de paz, cargo criado em 1827. Agora, este seria eleito pelos munícipes e responsável por uma série de atribuições, dentre as quais o julgamento de pequenas causas, as primeiras iniciativas nos processos criminais e decidir quem teria direito a voto nos pleitos eleitorais. Em virtude de seu caráter eletivo, esses órgãos foram utilizados pelas elites locais como arma política para perseguição

dos adversários, o que concorreu para a eclosão de diversas revoltas no período regencial.

Interpretada pelos conservadores como efeito da descentralização excessiva ocorrida nos anos de 1830, o remédio para sanar a desordem que se manifestava no Império seria a adoção de medidas de caráter centralizador. Este movimento ficou conhecido como o regresso conservador, e suas principais medidas foram a Lei de Interpretação do Ato Adicional, de 1840, e a reforma do Código de Processo Criminal, de 1841. Com efeito, como mostram as novas pesquisas historiográficas, as medidas centralizadoras se restringiram ao aparato judiciário, que vinha sendo utilizado como arma política.

Assim, as províncias não perdiam em autonomia. Sua arrecadação tributária, por exemplo, em nada diminuiu. Pelo contrário, até aumentou após essas medidas centralizadoras. Deste modo, o Ato Adicional é visto como uma medida fundamental para acomodar os interesses das elites provinciais, de modo a dissuadi-las de participar de qualquer aventura separatista.

Essa tensão entre centralização e descentralização não ficou adstrita ao plano da *práxis* política, mas ganhou lugar de destaque na publicística imperial, sobretudo na figura de dois de seus maiores intelectuais: no campo conservador, visconde do Uruguai, e representando os liberais, Tavares Bastos. Uruguai era defensor de um Estado forte e centralizado que tivesse na Coroa o seu centro de gravidade. Era de um Estado assim constituído que o país precisava e que estava de acordo com os costumes nacionais. Ao contrário, Tavares Bastos defendia uma monarquia federativa, que implementasse no Brasil o modelo de *self-government* norte-americano. O povo somente aprenderia a ser livre se exercesse sua liberdade política, e centralismo do Império seria um obstáculo.

Ao fim, pôde-se perceber que o Império já contava com importantes elementos federativos, vigendo, após o Ato Adicional, uma espécie de monarquia semifederativa. Deste modo, o federalismo não seria obra original da República, como comumente se compreende. Antes, deitaria suas raízes no Império.

Federalismo: noções gerais

Na segunda metade do século XVIII, o risco da emergência de um conflito generalizado era uma preocupação que se abatia sobre as treze colônias norte-

americanas, de modo que era de fundamental importância, para a sobrevivência do recém independente Estados Unidos da América, a criação de instituições políticas capazes de absorver esses conflitos potenciais (GARGARELLA, 2006). É com esta incumbência que Hamilton, Madison e Jay publicam, em 1788, uma série de textos que posteriormente ficariam conhecidos como “O Federalista” (LIMONGI, 2006).

Nos ensaios, os autores defendiam a importância da organização dos Estados, outrora soberanos, em uma Federação. Para os publicistas, somente o governo central poderia garantir a paz, a ordem e a segurança dos Estados Unidos, os Estados seriam mais fortes. Para tanto, deveriam abrir mão de sua soberania em favor do governo central, passando a titularizar a autonomia (HAMILTON; MADISON; JAY, 1984).

Nesta toada, pode-se conceituar o Estado Federal como “aquela forma de Estado em que há distribuição geográfica do poder político em função do território, na qual um ente é dotado de soberania e os outros entes de autonomia” (FERNANDES, 2015, p. 730). A soberania, nos dizeres de Gilmar Mendes, pode ser entendida como “o poder de autodeterminação plena, não condicionada a nenhum outro poder, externo ou interno”, enquanto a autonomia seria a “capacidade de autodeterminação dentro do círculo de competências traçado pelo poder soberano” (MENDES, 2011, p. 828).

A autonomia seria caracterizada, basicamente, por dois elementos, quais sejam, a “existência de poderes governamentais próprios assentados em órgãos auto-organizados” e aquele que “reconhece na posse de competências exclusivas capacidade originária de auto administração” (BARACHO, 1986, p. 21).

Assim, a característica central do Federalismo seria a divisão do poder político entre o governo central e os governos regionais. Além disso, os estudiosos do tema apontam uma série de outras características secundárias, como o bicameralismo, em que uma das câmaras representa as partes integrantes da federação; a existência de uma constituição escrita rígida, ou seja, de difícil modificação por via de emenda constitucional; e, por fim, a existência de uma corte constitucional que realize o controle de constitucionalidade (LIJPHART, 2011, pp. 214-15).

A experiência brasileira: o legado colonial

Antes da consolidação do Estado brasileiro, cumpre destacar que nem mesmo a unidade do Brasil enquanto país estava definida. Discorrendo sobre o sistema de capitânicas hereditárias, José Murilo de Carvalho (1999, p. 156) chama atenção para a

autonomia política dos entes da colônia lusitana: “Poderíamos também dizer que o sistema se aproximava de uma federação, se da expressão guardarmos apenas o aspecto da autonomia política das unidades componentes do todo”.

Ademais, tais províncias ainda eram caracterizadas pelo domínio dos potentados locais, em detrimento do que contemporaneamente se chama poder público, e pela tenuidade dos laços que as uniam. Nesse sentido, José Murilo de Carvalho (1999, p. 156), tratando da temática *centralização x descentralização* na formação histórica brasileira, chama atenção para o legado colonial:

- a) Um poder metropolitano fraco, incapaz de exercer a administração centralizada e que por isto recorria à cooperação do poder privado e à descentralização política e administrativa;
- b) Um poder privado forte mas oligárquico, centrado sobretudo na grande propriedade da terra e na posse de escravos;
- c) Uma colônia que era um ajuntamento de capitânicas frouxamente unidas entre si para as quais o poder do vice-rei era pouco mais que nominal.

Manifestação da ausência do sentimento de unidade pode ser vislumbrada no uso corrente de expressões como “ir do Maranhão ao Brasil”, comum no século XVIII (CARVALHO, 1999, p. 159). É essa ausência de sentimento de nacionalidade que dará o tom da atuação dos deputados nas Cortes de Lisboa, que se consideravam representantes de suas respectivas províncias, e não do Brasil (VIANNA, 1987). Havia, por isso, consideráveis divergências entre as bancadas de cada província nas Cortes lisboetas, fazendo-se presentes, não obstante, alguns consensos, dentre eles a reivindicação de maior autonomia provincial.

A recusa da Corte em atribuir às províncias maior autonomia foi o motivo determinante para a não adesão dos deputados “brasileiros” ao projeto constituinte que ali se esboçava. Destarte, as elites provinciais entenderam por melhor permanecer unidas em torno do governo do Rio de Janeiro e buscarem, na Assembleia Constituinte de 1823, a autonomia provincial.

Já no início dos debates, o deputado Antônio Ferreira França apresentou uma emenda segundo a qual o Império brasileiro compreenderia confederalmente todas as províncias do antigo Império português. Destaque-se que na Assembleia Constituinte de 1823 os termos federação e confederação eram usados indistintamente, designando, ambos, “a reunião de Estados soberanos com o objetivo de resistir a ameaças externas” (COSER, 2008a, p. 946). A inovação da experiência norte americana ainda não havia sido assimilada pelo legislador constituinte originário.

Todavia, a dissolução da Assembleia Constituinte de 1823 e a outorga da Constituição de 1824, de caráter centralizador, bem como a adoção do sistema monárquico, gerou reações por parte de setores da sociedade, que lutavam por mais descentralização política. O grande exemplo desse sentimento de insatisfação foi a Confederação do Equador (1824), um movimento revolucionário, de caráter separatista e republicano, ocorrido em 1824, no Nordeste do Brasil, tendo como centro irradiador a província de Pernambuco. Sobre o pensamento político de Frei Caneca, líder do movimento, chama atenção Denis Antônio de Mendonça Bernardes (2000, p. 215) “As províncias devem ter o máximo de controle sobre a renda gerada em seu território e igualmente sobre sua força armada, incluindo a existência de uma marinha própria”. Como se sabe, a República proclamada pela Confederação do Equador teve vida curta, prevalecendo a unidade do Império. Contudo, os clamores por descentralização não cessaram.

A Constituição de 1824

A opção pela Monarquia, em um contexto em que as antigas colônias hispânicas se autoproclamavam repúblicas e as elites provinciais clamavam por maior descentralização, a princípio, pode parecer contraditória. Sem embargo, o regime monárquico era considerado o meio mais seguro para garantir a ordem social escravocrata, evitando as guerras que assolavam os países vizinhos e mesmo o “haitianismo”, isto é, a revolta dos escravos. A República trazia em seu bojo a possibilidade, ainda que remota, de ameaça do *status quo*.

Além disso, também concorreu para a unidade do Império a formação ideologicamente homogênea da elite política brasileira, na Universidade de Coimbra, caracterizada pela predominância dos estudos jurídicos e impermeabilidade às doutrinas revolucionárias. Educada na “tradição do absolutismo português”, o “Estado forte” era considerado um “valor político” para a elite coimbrã, tendo sua expressão mais bem acabada no desiderato de José Bonifácio de “criar na América um grande Império” (CARVALHO, 2003, p. 42). Tais semelhanças favoreciam um sentimento de identidade, de modo que os conflitos entre as elites não tomassem grandes proporções¹.

Nesta toada, D. Pedro I, após a dissolução da Assembleia Constituinte de 1823, outorga a Constituição Imperial, de 1824, caracterizada por excessiva centralização de poderes e pela ausência de autonomia provincial:

Inteiramente atrelados ao governo central, os Conselhos de Província foram um dos itens mais importantes das irredutíveis desavenças entre as elites provinciais e o imperador. A Constituição de 1824 previa que as províncias seriam administradas por um presidente nomeado pelo governo central, ao lado de um Conselho eletivo composto por 21 membros, nas províncias mais populosas, e por 12 nas demais. Esses conselhos careciam, entretanto, de qualquer autonomia. Suas resoluções deveriam ser enviadas à Assembleia Geral para serem aprovadas ou não, numa decisão à qual não caberia nenhum tipo de recurso. Nos períodos em que a Assembleia não estivesse reunida, as resoluções seriam examinadas diretamente pelo imperador, que as poderia aprovar ou, caso não concordasse com elas, manter em suspenso até que a Assembleia pudesse enfim se manifestar. Os Conselhos não estavam dotados de competência tributária. Os orçamentos seriam discutidos e aprovados pela Assembleia Geral, única capaz de criar tributos e decidir sobre a aplicação das rendas. Desse modo, retirava-se dos grupos provinciais o controle sobre os negócios de sua província (DOLHNIKOFF, 2005, p. 60).

Os Conselhos das Províncias não gozavam de qualquer autonomia. Mesmo a legislação provincial que viesse a elaborar deveria ser remetida para a Assembleia Geral, dependendo sua validade da aprovação desta. Quando o parlamento imperial não estivesse reunido, caberia ao Imperador, na figura do Poder Moderador, aprovar ou não a legislação produzida pelos Conselhos Provinciais. Ademais, esses órgãos também não eram dotados de autonomia fiscal, posto que não lhes cabia qualquer competência tributária. Isto posto, é forçosa a conclusão de que a Constituição Imperial inaugura um Estado Unitário (MENDES, 2011; FENANDES, 2015), não havendo distribuição geográfica do poder político em função do território.

Sem embargo, o resultado dessa excessiva centralização foi a ferrenha oposição de setores da elite provincial ao imperador, o que, de certa forma, culminou em sua abdicação, em 1831, e na descentralização política operada na primeira metade da década de 1830.

A reforma descentralizadora

O movimento que ficou conhecido como reforma descentralizadora se materializou em basicamente duas leis: o Código de Processo Criminal, de 1832, e, principalmente, o Ato Adicional, de 1834. Os debates parlamentares ocorridos por ocasião da deliberação e votação dessa emenda constitucional sugerem que o conceito de federalismo passa a compreender as inovações norte-americanas, isto é, as províncias de uma monarquia federalmente organizada não mais são vistas como soberanas,

independentes, mas sim como autônomas (COSER, 2008a). A principal modificação que o Ato Adicional trouxe ao arranjo institucional foi a criação das Assembleias Provinciais, dotando-as de efetiva autonomia:

Às Assembleias cabia o direito de determinar as despesas municipais e as provinciais, bem como os impostos que deveriam ser cobrados para fazer frente a tais despesas. Ficava igualmente a seu cargo fiscalizar o emprego efetivo das rendas públicas, tanto provinciais quanto municipais, além do controle final das contas. Tinham, por outro lado, a obrigação de, com esses impostos, fazer construir as obras necessárias ao desenvolvimento da província, prover a segurança da população, com competência para criar e manter uma força policial própria para este fim, e promover a instrução pública (com exceção do ensino superior, de competência do governo central). As Assembleias controlavam também os empregos provinciais e municipais. Era sua atribuição tanto criar quanto suprimir tais empregos, bem como estabelecer os seus ordenados. Deviam igualmente decretar a suspensão ou a demissão do magistrado contra o qual houvesse queixa de responsabilidade. E, por fim, determinar os casos e a forma em que o presidente da província poderia nomear, suspender e demitir os empregados provinciais. Cabia ainda às mesmas Assembleias as divisões civil, judiciária e eclesiástica da respectiva província; a desapropriação por utilidade municipal ou provincial (DOLHNIKOFF, 2005, p. 99).

Com o Ato Adicional de 1834, as Assembleias Provinciais passam a ser titulares de importantes atribuições, como a legislação em matéria tributária e a cobrança de tributos. Também caberiam-lhes promover a educação básica e ainda poderiam criar forças públicas no âmbito das províncias. A atribuição de competências legislativas às províncias inaugura um verdadeiro sistema de divisão de competências entre as duas instâncias (DOLHNIKOFF, 2005), de modo que as Províncias abandonam a mera condição de repartição administrativa do poder central, tornando-se um ente político. Nesse sentido, o Ato Adicional de 1834 teria dado origem “a uma forma híbrida de Estado, a meio caminho da monarquia unitária francesa e da república federal norte-americana – uma **monarquia semifederal**” (LYNCH, 2010, p. 31, grifo nosso).

Se, por um lado, foram as províncias privilegiadas pela reforma descentralizadora, não tiveram a mesma sorte os municípios. Fato é que o Ato Adicional tornou os municípios completamente dependentes do legislativo provincial. Este deveria deliberar acerca das posturas municipais, dos orçamentos, e permitir a contratação de funcionários. O propósito do subjugo das localidades, sem embargo, era a própria viabilização do Estado em construção. O passado de independência das localidades

aliado ao receio de que os potentados locais viessem a colocar em risco a integridade do Estado eram as razões para a supressão da autonomia das localidades. Ademais, a tutela do legislativo provincial forçava as câmaras municipais a se adaptarem aos rituais do Estado moderno.

Mesmo antes do Ato Adicional, já em 1828, os liberais aprovaram a Lei de Organização Municipal, responsável por regulamentar as funções das Câmaras Municipais, que pode ser considerada “um duro golpe na autonomia municipal: afinal, se comparadas com suas antecessoras coloniais, as Câmaras de 1828 tinham atribuições bastante limitadas”. Foram reduzidas a meros agentes administrativos. Consagrou-se assim a chamada doutrina da tutela, que comparava “o município, na ordem administrativa, ao menor, na ordem civil” (LEAL, 1976, p. 75) necessitando ambos do auxílio dos “poderes adultos”.

Se consideráveis foram as mudanças introduzidas pelo Ato Adicional, mais ousadas ainda foram algumas das propostas de sua redação inicial, dentre as quais se destaca aquela de seu artigo primeiro: o governo do império do Brasil será uma monarquia federativa (FERREIRA, 1999). Outra proposição ousada foi tentar atribuir às províncias a prerrogativa de escolher o chefe do Executivo, o regente. Nada obstante, tais propostas não foram bem recebidas pelo Senado, instituição que os liberais também tentaram extinguir.

Inegável foi o mérito do Ato Adicional em acomodar as elites provinciais no arranjo político-administrativo, ao atribuir certa autonomia às Assembleias Provinciais, de modo a desestimulá-las de participar em aventuras separatistas. Nesse sentido, pode-se dizer que “o Ato Adicional seria o caminho para o sucesso da unidade do território luso americano, combinando monarquia com elementos federativos” (DOLHNIKOFF, 2005, p. 65).

Outra obra da descentralização foi a criação do cargo de juiz de paz, em 1827, bem como a ampliação de suas atribuições, por força do Código de Processo Criminal, de 1832. De acordo com tais diplomas, o juiz de paz, que deveria ser eleito localmente, passava a ser o responsável por um rol vasto de atribuições, entre as quais se destacavam as ações iniciais do processo criminal, o julgamento de pequenas causas e contendas relacionadas a pastos e danos à propriedade alheia, a decisão, quando das eleições, de quem teria o direito de voto. Esta última competência fez com que tivessem os juizes de paz influência decisiva nos pleitos eleitorais.

Em virtude da eletividade, na prática, quem ocupava o cargo de juiz de paz era aliado de um algum fazendeiro local – se não o próprio –, que o utilizava com vistas a perseguir interesses pessoais e perseguir inimigos políticos (COSER, 2008b). Desta forma, alerta Visconde do Uruguai que nos *sertões*² a eficácia da ordem legal restava prejudicada pelas “relações de família”, já que a aplicação da lei se tornou arma de perseguição dos inimigos políticos, ao passo que a mesma severidade não se mostrava quando o praticante do ilícito fosse membro do *clã* (COSER, 2008b, pp. 191-92).

O regresso conservador e a autonomia provincial

As medidas descentralizadoras foram responsáveis pela instauração de um verdadeiro caos no Império, colocando em questão sua própria unidade. Revoltas, geralmente fruto de lutas entre as elites provinciais pelo poder, alastraram-se por diversas províncias, ganhando especial repercussão a cabanagem, sabinada, balaiada, farroupilha, tendo havido, inclusive, a proclamação de independência de três províncias revoltosas, quais sejam, Bahia, Pará e Rio Grande. A autonomia conquistada pelo Ato Adicional acirrou a luta pelo poder entre as elites provinciais (FERREIRA, 1999).

Fazia-se necessário, então, a tomada de medidas de cunho centralizador com vistas a reestabelecer a ordem social tão abalada pelas inúmeras revoltas. Assim sendo, em 1840, foi promulgada a Lei de Interpretação do Ato Adicional, que tinha por escopo a centralização do aparato judiciário. Nesse sentido, os juizes de paz, que outrora utilizavam de suas prerrogativas para perseguir interesses particularistas, viram seu rol de competências deveras diminuído. A reforma do Código de Processo Criminal, de 1841, lhes retirava as competências referentes ao processo criminal.

Já no primeiro artigo da Lei de Interpretação, as Assembleias eram privadas de deliberar sobre polícia judiciária. O segundo artigo buscava coibir que as Assembleias alterassem a natureza e atribuições dos cargos criados por leis gerais e que tinham funções relacionadas ao governo geral. Dito de outro modo, procurava-se preservar a divisão de competências. Assim, as Províncias somente poderiam deliberar sobre os cargos relacionados às suas competências e às dos municípios (DOLHNIKOFF, 2005).

Nesse sentido, Visconde do Uruguai afirma que o mérito da Lei de Interpretação do Ato Adicional foi impedir que empregos públicos fossem utilizados com a finalidade de oprimir (COSER, 2008b). O citado diploma legislativo, contudo, não ficou imune a críticas. Com efeito, em 1842 grupos liberais se revoltaram em Minas

e São Paulo, sob o argumento de que as medidas centralizadoras teriam esvaziado as Províncias de sua autonomia conquistada pelo Ato Adicional.

Tais críticas, porém, eram dotadas de inequívoco elemento retórico, visto que, ao voltarem ao poder em 1844, os liberais em nada alteraram os diplomas legislativos oriundos do regresso conservador. Como explica José Murilo de Carvalho (2003, p. 255), malgrado as críticas, os liberais sabiam da importância daquelas medidas para o “exercício do poder”. Ademais, não se sustenta a alegação de que o regresso conservador teria relegado as províncias àquela parca condição a que estavam sujeitas antes do Ato Adicional. Nesse sentido:

Realizada a Interpretação do Ato Adicional, as Assembleias Provinciais continuavam desfrutando da mesma autonomia tributária, com o direito de criar impostos e decidir sobre o destino das rendas arrecadas. Mantinham ainda a prerrogativa de criar uma força policial própria e seguiam responsáveis pelo controle das Câmaras Municipais; além de se manterem encarregadas das obras públicas, da instrução e das divisões civil, judiciária e eclesiástica da respectiva província. Continuavam a gozar do direito de desapropriação imobiliária por utilidade municipal ou provincial, além daquele de regular a administração dos bens provinciais. Por fim, permaneciam legislando sobre os empregos provinciais e os municipais. Foi-lhes vedado apenas alterar os empregos integrantes do aparelho judiciário. A maior parte das atribuições das Assembleias Provinciais, portanto, era mantida tal qual prescrita pelo Ato Adicional. Os pontos alterados não transcendiam a esfera do Judiciário (DOLHNIKOFF, 2005, p. 153).

Assim, a centralização operada pela Lei de Interpretação do Ato Adicional se restringiu aos cargos integrantes do Poder Judiciário, que vinham sendo usados pelas elites locais para perseguir seus adversários políticos. No mais, a autonomia das províncias não foi alterada. No que toca especificamente à autonomia tributária, o regresso conservador em nada a diminuiu, pelo contrário, a arrecadação das províncias tiveram significativo crescimento após o regresso conservador:

Tabela 1 - Arrecadação provincial³

Província	1835-1836	1869-1870
Maranhão	R\$ 153.000\$000	R\$ 754.000\$000
Minas Gerais	R\$ 217.000\$000	R\$ 1.426.000\$000
Bahia ⁴	R\$ 698.000\$000	R\$ 1.980.000\$000

Fonte: Produzida pelo autor com base nos dados de (DOLHNIKOFF, 2005, p. 165).

Desse modo, resta claro que a descentralização trazida pelo Ato Adicional não foi anulada pelo Regresso Conservador, como comumente se afirma⁵. Sem embargo, não há que se falar ainda, é claro, em um modelo federativo, haja vista a incongruência de poder entre governo central e províncias. Em que pese a autonomia tributária provincial, não é razoável comparar a nossa relativa descentralização com o modelo federativo norte-americano. Nesse sentido, aduz José Murilo de Carvalho (1999, p. 170):

Em 1885, já quase ao final do Império, o governo central arrecadava 77% das rendas públicas, ficando as províncias com 18% e os municípios com 5%. Em contraste, nos Estados Unidos, em 1902, as porcentagens eram, respectivamente, 37%, 11% e 52%.

Sendo assim, o Estado brasileiro pós Ato Adicional não mais pode ser considerado um Estado Unitário, como aquele inaugurado pela Constituição de 1824. Coube, portanto, ao Ato Adicional de 1834 romper com a forma unitária de Estado desenhada pela Carta Imperial de 1824. O regresso conservador, ainda que tenha mitigado a autonomia provincial no que toca à organização judiciária, não descaracterizou a organização institucional trazida pelo Ato Adicional.

O embate no plano teórico

O confronto entre a pretensão autonomista das províncias e o intento centralizador do governo central não ficou adstrito ao debate parlamentar, tendo sido objeto de refinadas incursões teóricas na publicística do século XIX, destacando-se, no campo conservador, a figura de Paulino José Soares de Souza, o visconde do Uruguai, marcadamente sua obra *Ensaio sobre o Direito Administrativo* (URUGUAI, 1862), publicada pela primeira vez em 1862. Entre os liberais, marcou o debate a presença de Aureliano Tavares Bastos com sua crítica à centralização imperial. Sua principal obra, *A Província*, foi pela primeira vez publicada no ano de 1870 (BASTOS, 1937).

Se o ponto de partida dos citados autores é o mesmo, qual seja, a ausência da tradição do *self-government* decorrente da colonização portuguesa, seus desdobramentos são diferentes (FERREIRA, 1999). Visconde do Uruguai, embora elogioso do *self-government*, argumenta que “as instituições não podem ser analisadas sem observar as condições sociais” (COSER, 2008b, p. 204). Assim sendo, a

importação de instituições políticas de países como Inglaterra e Estados Unidos seria inadequada. Disto decorre o fracasso da legislação descentralizadora da regência, que não encontrava “respaldo na sociedade civil” (COSER, 2008b, p. 197).

Este descompasso ficou patente diante da instabilidade e ameaça de secessão geradas pelo instituto do juiz de paz e pela prerrogativa de legislar sobre empregos e objetos de competência do poder central, conferida às Assembleias Provinciais pelo Ato Adicional. Nesse contexto, a Lei de Interpretação do Ato Adicional é entendida como uma tentativa de adequar tais instituições à realidade brasileira, evitando assim o perigo de quebra da unidade imperial.

Ao contrário, Tavares Bastos não vê nos costumes brasileiros uma determinação necessária de suas instituições políticas. Invertendo a fórmula de Uruguai, o liberal argumenta que o problema não seria a herança ibérica, mas sim a adoção de instituições políticas que não contribuíssem para sua superação (FERREIRA, 1999). Somente através da descentralização política o povo brasileiro poderia se amadurecer enquanto civilização. As medidas descentralizadoras do início dos anos de 1830, portanto, teriam sido um passo à frente nesse sentido. Entretanto, a legislação centralizadora do regresso interrompeu este processo:

Pondo uma restrição onde a revolução de 1831 pusera uma liberdade, a missão do atual reinado tem sido sujeitar as províncias ao freio da centralização, que as comprime e debilita. Saciadas de uma tutela humilhante, elas aguardam a reforma do pacto social como a sua derradeira esperança. O futuro nos revelará, escrevia o inspirado precursor da democracia brasileira, se nossas províncias, separadas por vastos desertos e mares de longa navegação, podem obedecer à lei dessa centralização forçada, contrária à natureza, e que tolhe sua prosperidade, destruindo as condições de seu desenvolvimento; ou se não se preferirá antes o regime federativo, que multiplique os focos de vitalidade e de movimento a esse imenso corpo entorpecido, onde a vida aparece aqui e ali, mas em cujo restante não penetra, nem pode circular a seiva animadora da civilização (BASTOS, 1937, p. 28).

Boas instituições políticas seriam aquelas que possibilitassem ao povo o autogoverno. Somente o exercício do autogoverno poderia levar um povo à liberdade. A descentralização, entendida como sinônimo de Federalismo, ao permitir a prática da autonomia local, seria a chave para a fruição de direitos civis e da cidadania. A centralização, por sua vez, só poderia levar ao amesquinamento das liberdades individuais.

Quão opostos aos tristes efeitos da centralização os magníficos resultados da federação! Uma quebranta, outra excita o espírito dos povos. Uma extingue o sentimento da responsabilidade nos indivíduos, e esmaga o poder sob a carga de uma responsabilidade universal; a outra contém o governo no seu papel, e dos habitantes de um país faz cidadãos verdadeiros. Uma é incompatível com instituições livres; a outra só pode florescer com a liberdade. Uma tem por condição o funcionalismo hierárquico e ilimitado, exército permanente do despotismo. Bastam à outra poucos agentes, e em caso algum os requer para negócios dos particulares e das localidades. Uma revolve os estados; a outra – a federação – equilibra as forças sociais, e, não reprimindo nenhuma, prossegue sem receio das súbitas reações. Uma é a expressão moderna do império pagão; a outra é o ideal do governo na sociedade criada pela doutrina da consciência livre e da dignidade humana (BASTOS, 1937, p. 35, grifo do autor).

A proposta de Tavares Bastos consistia em uma reforma da sociedade através do aperfeiçoamento de suas instituições políticas. Esta reforma política não seria função da sociedade civil, mas sim das elites políticas, ou seja, deveria vir “de cima” e não “proceder de baixo” (VIANNA, 2004, p. 164-65). Portanto, Bastos defendia um “Estado-reformador”, isto é, aquele que possibilita os meios para que a sociedade, através do exercício do autogoverno, civilize-se (FERREIRA, 1999, p. 123).

Já a proposta de Uruguai mais se aproxima da ideia de um “Estado-tutor”, de um Estado que seria o “pedagogo da liberdade”. Explique-se. Para Uruguai, no caso brasileiro, o despotismo não seria obra do Estado, como ocorreu nos países europeus. Ao contrário, a opressão se daria no âmbito da sociedade civil, pelos potentados locais, de modo que “o poder distante era menos despótico do que o poder próximo” (CARVALHO, 1999, p. 176). A descentralização, desta forma, apenas daria mais poder aos chefes dos *clãs*, sendo o poder central o responsável por assegurar aos colonos as liberdades civis. A proteção estatal seria imprescindível para a proteção dos direitos civis.

Ademais, em um vasto território tão heterogêneo, caracterizado pela dicotomia *civilização* e *sertão*, somente a centralização poderia garantir a unidade (COSER, 2008b, p. 150). As regiões civilizadas seriam aquelas mais povoadas, em que o poder público se fazia presente. Seriam as regiões mais desenvolvidas, em que o hábito do trabalho teria incutido disciplina e interesse nos indivíduos, de modo que estes não estivessem propensos a colocar em questão a ordem social, uma vez que tinham algo a perder. Valorizava-se a propriedade privada. Nas regiões civilizadas, a política era pautada por princípios, por grandiosas ideias. Buscava-se o melhor para o país, e não para um grupo particular.

Já nos sertões, regiões em que o poder público quase não se fazia presente, ficando os colonos, portanto, à mercê dos potentados locais, a política era mero instrumento de busca de interesses particulares, dos clãs. Para Uruguai, o Estado brasileiro teria uma “cabeça muito grande, mas braços pequenos”, isto é, elaborava muitas leis, regulamentos, mas não tinha os meios administrativos suficientes para cumpri-las. Os braços do Estado não chegavam aos sertões, deixando os cidadãos à mercê dos grandes proprietários rurais (COSER, 2008b, p. 173).

Na política, não se debatia um projeto para o país, ao contrário, perseguiram-se os inimigos e procurava-se atender aos interesses familiares. Não havia paz nos sertões. A lei não conferia previsibilidade, pois não era respeitada, em virtude da ausência do poder público. Ademais, nessas regiões, as pessoas não tinham aquele interesse e disciplina que caracterizavam a civilização. Portanto, “não tinham nada a perder”, não havia, portanto, qualquer espécie de obstáculo às perturbações sociais⁶. Não havia aquele amor à propriedade privada de que Uruguai fala ao se referir às áreas civilizadas. Daí que se o poder fosse descentralizado, nos sertões ele seria utilizado com fins particulares, fato que desencadearia conflitos, e, no limite, o separatismo. Segundo Uruguai, foi o que aconteceu no período regencial.

Como explica Gabriela Nunes Ferreira (2010), a questão de fundo do debate entre os dois autores é a relação entre leis e costumes. O que vem primeiro: lei ou costume? Melhor dizendo, boas leis podem mudar costumes viciosos? Ou a relação seria o contrário, a lei só seria eficaz se correspondesse aos costumes de uma dada sociedade? Cada um dos autores defenderá uma resposta diferente para essa indagação. Curioso notar é que ambos apoiam suas teses no texto clássico de Alexis de Tocqueville, *A democracia na América*, embora cada um dele busque nessa obra os elementos que corroborem suas respectivas convicções.

Para visconde do Uruguai, os costumes teriam primazia sobre as leis. Sendo assim, as leis deveriam derivar dos costumes, hábitos, tradições, uma vez que esses seriam seus sustentáculos. A lei que não correspondesse ao costume do lugar não produziria o resultado que dela se espera, mas uma deformação. Foi o que aconteceu, na visão do autor, no período regencial. Na tentativa de se criar o *self-government*, a reforma descentralizadora entregou o poder político às elites locais, que o utilizou em benefício de seu clã. O *self-government* não seria um problema em si. Pelo contrário, visconde do Uruguai é simpático à experiência de autogoverno desenvolvida nos Estados Unidos. Contudo, essa instituição somente renderá bons frutos se estiver de

acordo com os costumes do lugar, caso dos Estados Unidos, ao contrário do Brasil. Ainda assim, a rejeição de visconde do Uruguai pelo *self-government* não é absoluta. De fato, ele crê ser interessante incluir, aos poucos, elementos do autogoverno na vida política brasileira. Entretanto, a margem de mudança que a norma poderia exercer sobre o plano dos fatos seria limitada.

Tavares Bastos inverte o argumento: as leis teriam primazia sobre os costumes. A elas caberiam forjar uma cultura política participativa e local, nos moldes norteamericano e anglo saxão. De fato, o autor liberal confere considerável importância aos costumes, mas não os entende como imutáveis. Desta forma, o problema não seria tanto os costumes que se formaram entre nós como decorrência de nossa colonização pelo absolutismo lusitano, mas sim o marco legal centralizador que insiste em reforçar esses costumes, ao invés de modificá-los. E Tavares Bastos cria nessa possibilidade: o exercício dos direitos políticos somente se tornariam realidade mediante o seu exercício contínuo. Nisso residia a benfeitoria do Ato Adicional de 1834: permitia, através do exercício das liberdades políticas, que a sociedade realizasse seu aprendizado e construísse, aos poucos, uma cultura de autonomia política (FERREIRA, 2010).

A partir dessa compreensão, Tavares Bastos defenderia um novo arranjo do poder, consubstanciado na sua proposta de monarquia federativa, que viria acompanhada do liberalismo econômico, abolição gradual da escravidão, incentivo à política de imigração e ampliação dos serviços de instrução pública. Visconde do Uruguai, por sua vez, era fator do modelo de Estado unitário e centralizado que ele mesmo ajudou a consolidar. Assim, no pensamento do teórico conservador os direitos civis ganhavam primazia sobre os direitos políticos. Esses somente poderiam ser exercido na medida que não colocassem em risco a ordem e a paz social, como aconteceu nas revoltas provinciais. Estariam condicionados, portanto, à situação político e social em que a sociedade se encontrava. Já em Tavares Bastos, os direitos políticos ganham centralidade em seu pensamento político. Seria pelo exercício contínuo desses direitos que a sociedade construiria uma nova cultura política democrática (FERREIRA, 2010).

Considerações finais

O Federalismo está presente no debate público brasileiro desde o surgimento do Brasil como nação independente. Inicialmente compreendido como sinônimo de

confederação, a inovação do constitucionalismo norte-americano passou a ser percebida por volta dos anos iniciais da década de 1830, por ocasião dos debates parlamentares quando da deliberação acerca das medidas descentralizadoras.

Em 1834, a promulgação da emenda constitucional, que ficou conhecida na história política brasileira como o Ato Adicional de 1834, promoveu um verdadeiro rearranjo institucional no Império, instituindo uma série de elementos federativos que permaneceriam até o a proclamação da República em 1889. Mesmo o movimento regressista de 1840 não suprimiu boa parte desses elementos, como aponta Miriam Dolhnikoff (2005). Como visto, as medidas centralizadoras restringiram-se aos cargos da estrutura judiciária, que vinham sendo utilizados com finalidades políticas pelas elites locais e provinciais.

Assim, mesmo após o regresso conservador, permaneceram no arranjo institucional do Império elementos federalistas, como a divisão de competências entre o poder central e as províncias, sendo essas dotadas de competências tributárias que, inclusive, aumentaram após as leis centralizadoras. As províncias continuaram sendo competentes para instituir uma força pública, para promover a instrução pública e para gerir os cargos nos âmbitos das províncias e de seus municípios.

Se, por um lado, o Império não contava com uma câmara cuja função seria representar suas partes componentes, já que o Senado, uma vez que a nomeação de seus membros era prerrogativa do Imperador, não exercia esse papel, por outro lado, a Câmara dos Deputados exercia essa função. Era nessa câmara baixa que as elites provinciais se arvoravam na defesa de seus interesses, sendo um *locus* por excelência de negociação e representação dos interesses provinciais (DOLHNIKOFF, 2005).

Decerto, o Império pós Ato Adicional de 1834 não pode ser considerado uma federação, já que continuaram a existir importante elementos centralizadores que impediam essa conformação. Como o Presidente da Província, que era nomeado pelo Imperador. Ainda que aquela figura não gozasse de poder substantivo, seja na gestão, seja no processo legislativo provincial, é inegável que sua nomeação pelo poder central operava uma mitigação na autonomia política das províncias. Além disso, o controle de constitucionalidade político – o *judicial review* ainda não existia no Brasil – era exercido pelo Parlamento, modelo que privilegiava as províncias com maior representação, em detrimento da força normativa da Constituição Imperial.

Nesse sentido, Dolhnikoff (2005) explica que no que tange ao Federalismo propriamente, as principais inovações trazidas pela Constituição republicana de 1891

seriam (1) a substituição do Presidente de Província nomeado pelo Imperador por um Governador de Estado eleito; (2) o Senado Federal deixou de ser vitalício e nomeado pelo Imperador, tornando-se eletivo, temporário e agora exercendo a função de representar os interesses dos Estados; (3) criou-se a justiça estadual; (4) criou-se o Supremo Tribunal Federal, órgão responsável pelo controle de constitucionalidade.

Decerto, não se pode falar que o Império pós Ato Adicional seria uma Monarquia Federativa, como queria Tavares Bastos. Tampouco seria correto continuar a crer que o Federalismo é obra de inteira originalidade da República. Com efeito, embora a República tenha instituído importantes inovações na distribuição territorial do poder político, o Império já contava com elementos federalistas, de modo que seu arranjo institucional após o Ato Adicional pode ser considerado uma Monarquia Semifederalista.

Referências

BARACHO, José Alfredo de Oliveira. *Teoria geral do federalismo*. Rio de Janeiro: FORENSE, 1986.

BASTOS, Tavares. *A província: estudo sobre a descentralização no Brasil*. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife: Companhia editora nacional, 1937.

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. O papel de Frei Caneca na Independência do Brasil. In: ANDRADE, Manuel Correia de; FERNANDES, Eliane Moury; CAVALCANTI, Sandra Melo (Org.). *Brasil: 1701-1824*. Brasília: CNPq; Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. Federalismo e centralização no Império brasileiro: história e argumento. In: _____. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

_____. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COSER, Ivo. O Conceito de Federalismo e a Ideia de Interesse no Brasil do Século XIX. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, p. 941-981, 2008a.

_____. *Visconde do Uruguai: centralização e federalismo no Brasil, 1823-1866*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008b.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paula: Globo, 2005.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. *Curso de Direito Constitucional*. 7. ed. Bahia: JusPODIVM, 2015.

FERREIRA, Gabriela Nunes. *Centralização e descentralização no Império: o debate entre Tavares Bastos e Visconde do Uruguai*. São Paulo: Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo; Ed. 34, 1999.

_____. A relação entre leis e costumes no pensamento político e social brasileiro. In: FERREIRA, Gabriela Nunes; BOTELHO, André (orgs). *Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil*. São Paulo: Huitec: Fapesp, 2010, p. 55-75.

GARGARELLA, Roberto. Em nome da constituição. O legado federalista dois séculos depois. In: BORON, Atilio Alberto. (Org.). *Filosofia política moderna. De Hobbes a Marx*. Buenos Aires; São Paulo: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales; DCP-FFLCH, Departamento de Ciências Políticas, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP, Universidade de Sao Paulo, 2006. p. 169-188.

HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. *O federalista*. Trad. Heitor Almeida Herrera. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1984.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3. Ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

LIMONGI, Fernando Papaterra. “O Federalista”: remédios republicanos para males republicanos. In: WEFFORT, Francisco (Org). *Os Clássicos da Política*. São Paulo: Atica, 2006.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Quando o regresso é progresso: a formação do pensamento conservador saquarema e de seu modelo político (1834-1851). In: FERREIRA, Gabriela Nunes; BOTELHO, André (orgs). *Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil*. São Paulo: Huitec: Fapesp, 2010, p. 25-54.

LIJPHART, Arend. *Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países*. Trad. Roberto Franco. 3ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet; *Curso de Direito Constitucional*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

URUGUAI, Visconde do. *Ensaio sobre o Direito Administrativo*. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1862.

VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Vol. 1. Rio de Janeiro: EDUFF, 1987.

VIANNA, Luiz Werneck. Americanistas e iberistas: a polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos. In: *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

¹ Segundo José Murilo de Carvalho (2003, p. 72-3), os impulsos autonomistas ou separatistas foram freados pelos “laços de amizade criados durante o período escolar”. A título de exemplo, relembra o autor

a amizade firmada entre dois dos artífices do regresso conservador, Visconde do Uruguai e o Marquês do Paraná, em Coimbra.

² Sertão, na obra de Visconde de Uruguai, consiste na categoria que designa as localidades afastadas do poder central, que não são alcançadas pelo poder estatal. A vida nos sertões seria caracterizada pela violência, predominância dos laços familiares em detrimento da lei e ausência do poder público.

³ O crescimento na arrecadação das províncias foi bem superior à inflação acumulada entre 1835 e 1870, de cerca de 130%.

⁴ Os períodos de análise na Bahia são, respectivamente, 1839-1840 e 1870-1871.

⁵ Nesse sentido, ver: BONAVIDES, Paulo; ANDRADE, Paes. *História constitucional do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

⁶ Segundo Coser (2008b, p. 148), o sertão pode ser visualizado na seguinte passagem de Grande Sertão: Veredas, de Guimarães Rosa: “O senhor sabe: sertão é onde manda quem é forte, com as astúcia. Deus, mesmo quando vier, que venha armado!”.

Artigo recebido em 29 de junho de 2020.
Aceito para publicação em 29 de setembro de 2020.

A NOÇÃO DE HISTORIOGRAFIA DE J. G. A. POCOCK NA ÓRBITA DAS HUMANIDADES: OU SOBRE O OFÍCIO DO HISTORIADOR ENTRE A ONTOLOGIA E A AÇÃO POLÍTICA

THE CONCEPT OF HISTORIOGRAPHY OF J. G. A. POCOCK IN THE ORBIT OF HUMANITIES: AN INVESTIGATION ON HISTORIOGRAPHY BETWEEN ONTOLOGY AND POLITICAL ACTION

Bruno Santos ALEXANDRE*

Resumo: Trata-se, nesse artigo, de uma investigação acerca da noção de historiografia a partir das contribuições de J.G.A. Pocock. Nesse sentido, o presente trabalho reúne fortes indícios de que (I) a autonomização da história do pensamento político com relação à filosofia e à teoria política vem acompanhada de (II) um patente movimento de historicização destas duas últimas. É o que, em movimento reflexo, e estabelecendo uma relação não de subsunção senão de enredamento recíproco, (III) solicita à própria historiografia em *tomar parte de e ser implicada por*: uma ontologia (o ser que pode ser conhecido) e uma teoria da ação (como e por qual razão agir).

Palavras-chave: J. G. A Pocock; historiografia; contextualismo linguístico; virada linguística; filosofia da práxis.

Abstract This article investigates the concept of historiography in the work of J.G.A Pocock. The main argument is that, for Pocock, (I) the autonomy of the history of political thought in relation to philosophy and political theory is contemporary of (II) a historicization of the latter two. In a reflex movement and by establishing a relationship not of subsumption but of mutual entanglement, (III) this urges historiography to *take part of and be compromised by* an ontology (the being that can be understood) and a theory of action (how and why to act).

Keywords: J. G. A Pocock; historiography; linguistic contextualism; linguistic turn; philosophy of praxis.

"Em memória de Esmeralda Blanco B. de Moura, minha prima historiadora".

Contextualismo linguístico e historiografia

* Doutor em Filosofia - Programa de Pós-graduação em Filosofia - Universidade de São Paulo - USP. São Paulo, SP - Brasil. E-mail: brunosalexandre@gmail.com.

Em 1962, em seu artigo “The history of political thought: a methodological inquiry”, Pocock afirma que na investigação da história do pensamento político é crucial começar pela distinção da abordagem do filósofo daquela do historiador. Ele diz:

o filósofo está interessado no pensamento na medida em que possa ser explicado estritamente pela razão, e em estabelecer os limites com os quais isso pode ser realizado. O historiador está interessado no pensamento dos homens sobre a política, da mesma forma com que se interessa pelo modo com que lutam ou cultivam alimentos, ou de que modo fazem qualquer outra coisa, ou seja, enquanto comportamento de indivíduos inseridos na sociedade, cujo registro pode ser estudado através do método da reconstrução histórica, a fim de deslindar a maneira e o mundo em que viveram e por que se comportaram neste mundo de tal ou qual forma (POCOCK, 2009b, p. 9. Tradução do autor¹)².

Precisamente, o que Pocock planeja no mencionado artigo é sublinhar uma ameaça iminente a todo investigador interessado no estudo da história do pensamento político. Nomeadamente, a ameaça de assumir o papel metodológico radicalmente a-histórico que restaria àquele intérprete interessado exclusivamente pelo “mais alto nível de abstração possível” (POCOCK, 2009b, p. 9. T.A.)³, “ainda incapaz de adotar um método que reconheça a existência de diferentes níveis de abstração do pensamento” (POCOCK, 2009b, p. 8-9. T.A.)⁴, por isso, “prisioneiro de um método que o condena a explicitar o pensamento político apenas na medida em que possa ser apresentado como teoria política sistemática ou filosofia” (POCOCK, 2009b, p. 9. T.A.)⁵. Tal como se fosse possível – essa é a crítica – que as ações da humanidade na história pudessem ser subsumidas e colhidas através de algum atributo imutável, no sentido da “mais alta coerência racional possível” (POCOCK, 2009b, p. 9. T.A.)⁶.

Porém, faz-se necessário compreender muito pontualmente a que espécie de filósofo Pocock assim se dirige. Porque, mediante palavras como essas, ele pretende criticar uma leitura filosófica tão somente *interna* dos textos: que se preocupa única e exclusivamente com a coerência racional dos argumentos, em expor o sistema de um determinado autor, fiando-se numa distinção rígida entre texto e contexto. Em outros termos, Pocock procura convencer de que a simples leitura (e releitura) exaustiva dos textos da tradição não corresponde à melhor abordagem de assimilação das ideias em debate no espaço público. Interpretar textos, de acordo com ele, pede outra coisa que um filosofar textualista: exige, inversamente, como sua tarefa primeira, o caminho do texto (de sua estrutura interna) ao contexto (a tudo que lhe circunda). Donde se

depreende, em uma primeira camada metodológica, a tarefa do historiador como aquela na qual o estudo dos conceitos deve se submeter ao estudo dos contextos.

Até aí nenhuma grande novidade com relação à metodologia de historiadores da política como J. H. Hexter (Cf. HEXTER, 1957) e Marcia Colish (Cf. COLISH, 1971), tal qual Pocock, sobremaneira interessados no estudo de Nicolau Maquiavel. A precisa inovação metodológica de nosso autor é que a noção de *contexto* não poderá ir doravante sem a resoluta adjetivação de contexto *linguístico*. Com Pocock, desponta um método contextualista em que se solicita do historiador tornar-se especialmente “familiarizado com as diferentes linguagens de discussão que estavam em uso e com os diferentes níveis de abstração que normalmente as implicavam, apto então a aferir em qual linguagem e em qual nível uma dada controvérsia foi conduzida ou dado pensador desenvolveu suas ideias” (POCOCK, 2009b, p. 18. T.A.)⁷.

Em 1987, aprofundando essa trilha de pensamento, Pocock compõe uma de suas mais relevantes contribuições ao debate: “O conceito de linguagem e o *métier d'historien*: algumas considerações sobre a prática”. Para os que se querem historiadores contextualistas, a mensagem do artigo é transmitida sem rodeios: devem se certificar que as ideias em questão se encontravam disponíveis a todo discurso possível quando de sua enunciação, pois “para cada coisa a ser dita, escrita ou impressa deve haver uma linguagem na qual ela possa ser expressa” (POCOCK, 2003a, p. 64). Mas o principal no que concerne à noção de linguagem, nesse caso, é que ela não se resume a estruturas diferenciadas de escrita e fala (como inglês, português, hebraico, etc.) – isto é, línguas. O que Pocock tem realmente em mira é o que chama de sublinguagens: “retóricas, maneiras de falar sobre política, jogos de linguagens distinguíveis, cada qual podendo ter seu vocabulário, regras, condições, implicações, tom e estilo” (POCOCK, 2003a, p. 65).

Sem demora, tais palavras de Pocock fazem surgir a seguinte indagação em alguns dos seus leitores: caminhando por essa via contextualista, não se corre o risco de tomar a linguagem enquanto um mero espelhamento da realidade social? Interlocutores como Mark Bevir (Cf. 1996) mesmo acusam Pocock de, com isso, realizar a transição da crítica radical ao textualismo à defesa (não menos radical) de um contextualismo (a determinação do contextual sobre o textual). De minha parte, não tenho certeza de que seja isso o que ocorre na edificação metodológica contextualista. Pois o jogo entre o que Pocock entende por “*langue*” (um idioma ou paradigma) e “*parole*” (a fala ou enunciação) não adota apenas o trajeto da linguagem (sua potência) para a enunciação

(seu ato). Como esclarece o historiador: “a linguagem determina o que nela pode ser dito, mas ela pode ser modificada pelo que nela é dito. Existe uma história que se forma nas interações entre *parole* e *langue*” (POCOCK, 2003a, p. 64).

Pelo momento, o que importa vislumbrar em maior detalhe é como essa preocupação com *linguagens* reflete uma metodologia específica: a prática de historiador do pensamento político. É o que me dedicarei a delinear ao longo da primeira seção do presente artigo.

Em 1971, em “Languages and their implications: the transformations of the study of political thought”, Pocock acautela que, no processo de confirmação se as nossas hipóteses historiográficas de fato concordam com os contextos de nossos objetos de estudo, o historiador do pensamento político precisa estar notadamente atento a duas possibilidades primárias relacionadas às performances e atitudes dos próprios sujeitos históricos sob sua investigação. O historiador precisa desenvolver a capacidade de traçar a diferença entre o que os sujeitos envolvidos em dado tempo e com dadas ideias têm por (a) explícito em sua narrativa ou então por (b) implícito. O primeiro caso (a) é algo do que o próprio sujeito sob a análise do historiador demonstra possuir consciência e, desta feita, notoriamente ser capaz de explicitar em seus atos de discurso. Já o segundo caso (b) é algo de que certamente o sujeito sob a análise do historiador lança mão em suas argumentações – um “padrão de implicação” (*pattern of implication*) –, mas acerca do que ele não possui plena consciência teórica. Um problema que será então explicitado apenas em épocas vindouras e por outros sujeitos (Cf. POCOCK, 1971, p. 33-34). O pesquisador de disposição contextualista precisa, portanto, estar seguro que as linguagens trazidas à tona no seu inquérito histórico representam descobertas do passado e não invenções ou simples impressões – assim se apresenta seu primeiro lema de atuação.

De modo a evitar a armadilha do que seria um anacronismo, Pocock propõe mais uma subdivisão metodológica. Essa ainda mais crucial, porquanto diz respeito às atitudes e performances do próprio historiador. A nova subdivisão é entre: (a) um *momento arqueológico*: uma espécie de mapeamento das linguagens em uso no contexto histórico pelo qual o historiador se interessa e (b) um momento da interpretação propriamente dita. No primeiro momento, o historiador reúne todas as forças possíveis para familiarizar-se com as *langues* disponíveis e, no segundo momento, realiza o caminho inverso, da *parole* à *langue*.

No que toca ao primeiro momento (o arqueológico), assegura Pocock que “a confiança do historiador que uma ‘linguagem’ não é um produto de sua própria mente” (POCOCK, 2003a, p. 71) aumentará na medida em que ele adote o seguinte protocolo, composto por seis princípios metodológicos.

(a) na medida em que ele puder demonstrar que diferentes autores operaram diferentes atos na mesma linguagem, respondendo uns aos outros por meio dela e empregando-a como medium e como modo de discurso; (b) na medida em que ele puder demonstrar que cada qual discutiu o uso que os demais fizeram dela, que eles inventaram linguagens de segunda ordem para criticar seu uso e que a identificaram, verbal e explicitamente, como uma linguagem que estavam utilizando (isso pode ser chamado de teste de Monsieur Jourdain⁸); (c) na medida em que ele puder prever as implicações, as insinuações, os efeitos paradigmáticos, as problemáticas, etc. que o uso de uma determinada linguagem teria acarretado em situações específicas, e mostrar que suas previsões se realizaram ou, mais interessantemente, foram desmentidas (isso pode ser chamado de teste experimental); (d) na medida em que ele vivenciar surpresa, seguida de satisfação, diante da descoberta de uma linguagem familiar em lugares em que não esperaria encontrá-la (isso pode ser chamado de teste da intuição afortunada); (e) na medida em que ele deixar de considerar linguagens não disponíveis para os autores sob sua análise (o teste do anacronismo) (POCOCK, 2003a, p. 71).

E no que toca ao segundo momento (da investigação histórica em si mesma), Pocock afirma que tal é a ocasião em que o historiador ultrapassará a arqueologia por concentrar-se em examinar de que maneira “a *parole* agiu sobre a *langue*”, seja para confirmá-la ou para modificá-la. Nesse segundo estágio metodológico, o historiador deve não apenas levantar a diversidade de idiomas com os quais certo texto foi escrito e articulado, senão também avaliar como cada um deles constituiu “um modo convencional de enunciação” e exerceu “uma força paradigmática” (POCOCK, 2003a, p. 75).

Sintetizando o movimento metodológico ora em tela, percebe-se que da reconstrução do mosaico de linguagens do contexto no qual surgiu o texto, aflora o compromisso de reconstruir o mosaico interno a esse mesmo texto – destacando-se, assim, no plano da correlação entre *parole* e *langue*, a “variedade de atos de fala que texto e autor podem ter visado e/ou realizado” (POCOCK, 2003a, p. 75).

À vista de tudo disso, convém perguntar: que lugar restaria à filosofia no grande quadro das ciências humanas? É o que tematizo na próxima seção do artigo, ocasião em que passo a examinar as seminais relações de Pocock para com uma filosofia

profusamente diferente àquela por ele criticada na abertura dessa seção – agora, uma filosofia que se quer não-sistemática ou não-abstrata, qual seja, a filosofia da chamada virada linguística.

Filosofia e historiografia

Por volta de 1971, em seus escritos concernentes à temática metodológica, Pocock exprime-se em tons deveras otimistas com relação à possibilidade de sugerir um perfeito paralelismo entre a metodologia da história do pensamento político que ele pratica e a metodologia da história do pensamento científico praticada por Thomas Kuhn. Pocock então se amparava na ideia de que o principal objetivo de ambas as reflexões seria de revelar paradigmas: sua manutenção ou ruptura como elemento subjacente às teorias e debates políticos ou científicos. Ele se encontrava profundamente interessado no conceito de paradigma como

uma construção mental e linguística, capaz de aparecer com dramaticidade repentina, a qual não apenas supria as respostas para as perguntas, mas inclusive determinava quais questões e tipos de questões poderiam ser feitos – à exclusão e obstrução de outros –, e assim ditava o curso da investigação científica. Ditava mesmo a estrutura e caráter de comunidades de investigadores científicos, até o tempo em que o ‘paradigma’ se desintegrasse e fosse substituído por outro, num processo suficientemente dramático para receber o nome de ‘revolução’ (POCOCK, 2009a, p. XI-XII. T.A.)⁹.

É bastante conhecida a divisão arrazoada por Kuhn, em seu famoso livro “A estrutura das revoluções científicas” (Cf. KUHN, 1962), entre um período normal da ciência e um período revolucionário. No dito período da ciência normal, o paradigma hegemônico da ocasião pautaria toda e qualquer concepção e teorização, de maneira a informar não somente as respostas, bem como as próprias questões que poderiam ser erigidas acerca dos problemas que interessam à prática científica. Do alto de sua padronização teórica e conceitual, o paradigma vigente chegaria mesmo a designar a “atribuição e definição da autoridade entre os indivíduos e grupos que compõem a ‘comunidade científica’” (POCOCK, 1971, p. 12. T.A.)¹⁰. Já o dito período da revolução científica é aquele em que os paradigmas não mais satisfariam ou concordariam com os modelos conceituais propostos pela maior parte dos investigadores da comunidade. É quando se descobre que o paradigma em questão não mais se prova apto a solucionar uma considerável gama dos problemas. É algo que

talvez seja ainda mais sintomático para o argumento de Kuhn: as próprias interrogações estabelecidas pelo antigo paradigma delatam-se a si mesmas como problemas sem solução, devido a uma má compreensão das questões científicas como tais. Revoluções do pensamento científico têm assim lugar, sumariza Pocock, nas oportunidades em que “alguma coisa aconteceu de modo a necessitar uma redefinição dos problemas a serem resolvidos, uma reordenação e redefinição da disciplina em si mesma” (POCOCK, 1971, p. 12). Por sua vez, isso abriria caminho para “uma nova estrutura paradigmática, uma nova linguagem e uma nova distribuição da autoridade dentro da comunidade científica” (POCOCK, 1971, p. 12. T.A.)¹¹.

Ora, o que Pocock entende aqui, com o auxílio de Kuhn, por *paradigma* é o que, em “O conceito de linguagem e o *métier d'historien*”, ele dilucidava como sublinguagens. Vale repetir: “retóricas, maneiras de falar sobre política, jogos de linguagens distinguíveis, cada qual podendo ter seu vocabulário, regras, condições, implicações, tom e estilo” (POCOCK, 2003a, p. 65). Como afirma Hans-Georg Gadamer, seguindo uma via de pensamento semelhante à de Kuhn e Pocock, porém em chave ontológica: “o ser que pode ser compreendido é linguagem” (GADAMER, 2015, p. 612). Pocock me parece corroborar essa tese central da filosofia da virada linguística – uma nova modalidade filosófica, dotada de uma nova ontologia.

Em larga síntese, o que principalmente acontece na chamada virada linguística é a renúncia à crença de que na emissão de nossos enunciados categoriais nós assim o fazemos porquanto fomos capazes de desenvolver um acesso metodológico privilegiado à realidade em si mesma – acesso este que nos possibilitaria constatar as essências de nossos objetos do conhecimento (as propriedades inexoráveis das coisas). Quer dizer, com essa renúncia, os autores associados à virada bradam duvidar de qualquer acesso imediato aos fatos – seja da ordem de um intelectualismo inatista (do conhecimento *como* as ideias), seja da ordem de um realismo (da realidade das coisas *como* o extramental). Ajuízam os adeptos da virada que, nesse novo enquadramento filosófico, requer-se demarcar o recurso à linguagem como objeto filosófico primordial. E por que a linguagem? É que a anterioridade da linguagem sobre as ideias (sujeito) e o mundo (objeto) viria acompanhada do adágio argumentativo do *conhecimento como ação*: do elemento incondicionado do conhecimento (isto é, de seu fundamento) *como* a própria mediação enunciativa do sujeito às coisas. Da linguagem em seu aspecto de jogo, contrariamente à descoberta de um possível idioma dos idiomas (uma semântica universal). Fundamental para esse arcabouço teórico é a marcante e revolucionária

asserção de Ludwig Wittgenstein (o chamado *segundo Wittgenstein*), segundo a qual as palavras são ações. Isso quer dizer que o uso da palavra, sentenças e símbolos, incorpora-se num contexto prévio, numa visão pragmática do significado e da linguagem, caindo sob o conceito de significado definido como um jogo de linguagem. Wittgenstein disponibiliza assim uma justificação filosófica não-essencialista para o preceito metodológico da linguagem enquanto *anterior* ao sujeito e ao mundo. Em suas próprias palavras, “o termo ‘jogo de linguagem’ deve aqui salientar que o falar da linguagem é uma parte de uma atividade [e não de uma contemplação isenta e neutra] ou de uma forma de vida [de uma práxis: do que se produz a si mesmo]” (WITTGENSTEIN, 1984, p. 18. Colchetes meus).

E se a linguagem é antes um jogo do que uma semântica universal, ou seja, uma pragmática e uma ação, epíteto para um contexto contingente e prévio, não se passaria justamente assim por efeito de, em grande medida, uma historicização (desnaturalização) da filosofia (do ser que pode ser compreendido)? Noutros termos, não seria o filósofo, e todo sujeito em “plena consciência da historicidade de todo presente e relatividade de toda opinião” (GADAMER, 2006, p. 17), por assim dizer, um *agente de ação* (de práxis, política) *historiográfica*? Ao que tudo indica, sim. Daí, no horizonte da virada linguística, uma diferença de *ênfase* e não de *conteúdo* entre as tarefas do historiador e do filósofo. O historiador reconstrói uma história tanto quanto adota uma posição universal, ao passo que o filósofo adota uma posição universal tanto quanto reconstrói uma história. O ponto é: enquanto o primeiro se dedica *mais* em explicitar a universalidade do “processo de confronto [que] permite que o novo venha à luz pela mediação do antigo, constituindo assim um processo de comunicação cuja estrutura corresponde ao modelo do diálogo [linguisticidade]” (GADAMER, 2006, p. 14. Colchetes meus), o segundo se dedica *mais* em explicitar a particularidade (a reconstrução dos contextos) de toda e cada mediação entre o novo e o antigo.

Pois bem, a principal intenção do presente trabalho é desenvolver algumas suspeitas tipicamente levantadas pelo ofício de historiador. Questiono-me, especificamente, sobre quais seriam as consequências de, nesse momento, recordar que a posição *universalista* filosófica da virada linguística – com a qual Pocock não parece discordar e por mais inovadora que seja – igualmente possui uma história, um devir *em particular*. Mais precisamente, a aposta do presente artigo é que as contribuições intelectuais de Pocock fornecem profícuo material para essa missão, a qual por ele

mesmo não foi executada. Tenho em mente duas problemáticas que, à luz da obra deste autor, penso ser possível elaborar:

- Como todos os outros acontecimentos humanos, a posição filosófica é também ela *política: mais uma* das atividades mundanas (uma prática, uma decisão) antes do que um segmento da espontaneidade da natureza.

- No caso específico da posição filosófica da virada linguística, contudo, trata-se de um acontecimento *político-historiográfico*: aparentado, pois, ao surgimento da historiografia, de uma tomada de decisão com relação a nosso próprio passado, da história de como contar a história pontualmente a partir da desnaturalização das nossas ações. Ou, enunciado de modo bem menos elegante, da tomada da ação como... ação. Como história, apenas.

Procuremos, nas páginas que se seguem, compreender melhor essa complexa temática.

Da linguagem e do paradigma bem entendidos

Em 1971, ao fazer referência à mencionada virada linguística e às suas reverberações na historiografia do pensamento político, Pocock enuncia que “a transformação que estamos vivendo pode ser descrita como a emergência de um método genuinamente autônomo [com relação a ideias ou disciplinas pretensamente totalizantes], que oferece [por isso] meios de tratar o fenômeno do pensamento político estritamente como fenômeno histórico” (POCOCK, 1971, p. 11. Colchetes meus. T.A.)¹². Pocock não se furta em balizar o surgimento de um novo historiador da política pelas linhas demarcatórias da virada linguística, uma nova filosofia. Ele diz: “a subversão da filosofia política pela análise linguística auxiliou a libertar a história do pensamento político ao convertê-la de uma história da sistematização (‘filosofia’ no antigo sentido) num uso linguístico e sofisticado (‘filosofia’ num sentido novo)” (POCOCK, 1971, p. 12. T.A.)¹³. Na virada dos anos 1960 a 1970, continua ele,

estamos começando a ver os primeiros raios da luz histórica; e uma vez que foi enfatizado que muito da prévia confusão se originou em tomar as funções do historiador pela do filósofo, é gratificante registrar que a análise filosófica foi a agência que começou a liberar o historiador para perseguir seu próprio método (POCOCK, 1971, p. 11. T.A.)¹⁴.

Nesse cenário, ergue-se o objeto privilegiado por Pocock em seus estudos, tanto em termos metodológicos (a *forma* da investigação), como em termos de estudos acerca de eventos históricos específicos (os *acontecimentos* investigados sob certa forma metodológica) – em ambos os casos, o tema é a historiografia. Em seus estudos *formais* (isto é, metodológicos), o tema de como elaborar uma historiografia da política. E em seus estudos de *acontecimentos* (isto é, acerca de eventos históricos específicos), a investigação do entrecruzamento entre os próprios temas da política e da historiografia em determinados autores da tradição (como Maquiavel). Em suas palavras:

o que eu comecei a entender era que, primeiro, o argumento político – parte do que é livremente denominado por ‘pensamento político’ – foi conduzido numa pluralidade de linguagens e consistia numa pluralidade de atos de linguagem, todos juntos constituindo a ‘história do pensamento político’; em segundo lugar, entendi que ao menos uma dessas ‘linguagens’ era uma linguagem do argumento histórico, constituindo junto com outras um discurso da história ou ‘historiografia’. Portanto, eu abri uma lacuna entre ‘pensamento político’ e ‘teoria política’ ou ‘filosofia’, e ao mesmo tempo iniciei a pensar a história/historiografia como uma forma de ‘pensamento político’ e um elemento constituinte dessa própria história (POCOCK, 2009a, p. VIII. T.A.)¹⁵.

Baseando-se no excerto acima, creio ser possível afirmar que a metodologia contextualista-linguística (a *forma* do estudo) disponibiliza-se no arsenal linguístico de Pocock uma vez que possibilitada por uma ação política de tipo historiográfico (uma espécie de linguagem básica ou mínima da historiografia). Consoante ao que o próprio autor explica no supracitado excerto: o *acontecimento* da “história/historiografia como uma forma de ‘pensamento político’”. Ou ainda, a forma metodológica contextualista-linguística como produto de um evento histórico *em particular*: o marco de nascimento de uma ação historiográfica. Mas necessário é ressaltar (o excerto igualmente o evidencia): nada disso (historiografia, política, método contextualista, nem mesmo filosofia) deixa de ser linguagem – que é toda realidade (o mundo) a que temos acesso. Sendo assim, há linguagem sobre a linguagem (filosofia); linguagem sobre o passado (historiografia); linguagem sobre a ação (política); linguagem sobre o método da história intelectual (contextualismo linguístico); e linguagem sobre qualquer outra posição que seja. Todas essas linguagens constituem juntas – em suas múltiplas interpenetrações e afastamentos, contrações e distensões, ênfases, minorações ou

mesmo desaparecimentos – os discursos de toda e cada tradição/linguagem em específico.

Pelo momento, continuemos a nos concentrar na linguagem da historiografia e seguir descortinando como exatamente essa linguagem se concatena com as demais (especialmente com as linguagens da filosofia e da política). Nesse intento, retomemos, por breves momentos, à interlocução entre Pocock e Kuhn, a qual passará por uma reviravolta.

Faço referência aqui ao fato de que, a partir de certo momento de sua trajetória intelectual, Pocock não mais identificará na noção kuhniana de paradigma o perfeito objeto de estudo da historiografia, qual seja: a impossibilidade de descolar o conceito de linguagem de uma pluralidade de atos de discurso. E isso é algo que muitos dos leitores de Pocock ignoram ou desconhecem. Pocock, ele mesmo, declara sobre essa temerosa aproximação com a teoria do paradigma de Kuhn: “já em 1971 eu nutria dúvidas de levá-lo muito a fundo, e eu sabia que essas dúvidas eram partilhadas pelo próprio Kuhn” (POCOCK, 2009a, p. XII. T.A.)¹⁶. E por quê? Toda a dificuldade é que a noção kuhniana de paradigma não se encaixaria – ao menos não como a princípio Pocock acreditava – com o tipo de análise avançado pela história do pensamento político, visto que a comunidade científica e a comunidade política difeririam em pontos seminais. E se é assim, se a noção de paradigma não consegue cobrir toda a complexidade da história do pensamento político, ela naturalmente não poderia convir como objeto priorizado pela historiografia.

Para começar, Pocock dá-se conta de que a comunidade política não constitui, rigorosamente falando, algo como uma verdadeira comunidade de investigadores. Diferentemente, ela se fundamenta numa “multiplicidade de situações-problema, de tal maneira que nenhum ‘paradigma’ consegue obter longo sucesso em excluir ou obstruir suas alternativas” (POCOCK, 2009a, p. XII. T.A.)¹⁷. A consequência é que vários paradigmas se encontram em uso ao mesmo tempo – por vezes competindo entre si, por outras não –, sem qualquer condição de que algum deles chegue a impor um só padrão metodológico, tal como se representasse a fiel imagem das soluções e dos problemas da comunidade do pensamento político da época (algo que pode ocorrer, e geralmente ocorre, no plano das ciências da natureza). “A palavra ‘paradigma’”, nesse novo enfrentamento da questão, concede Pocock, “perde então força como substantivo, embora continue a ser útil na forma adjetiva ou adverbial” (POCOCK, 2009a, p. XIII. T.A.)¹⁸. Para o nosso autor, isso pretende enunciar ao menos duas coisas. Em primeiro

lugar, se quisermos continuar a nos servir do conceito de paradigma, devemos empregá-lo cientes de sua “diversidade de função e diversidade de origem”, num uso que “permanece multifacetado e ambíguo”, conscientes de que os enunciados políticos do passado e do presente “são tais que podem convir a mais de um significado e constituir mais de uma ordem; de que eles são feitos de termos de várias origens, e carregam muitas implicações possíveis” (POCOCK, 1971, p. 23. T.A.)¹⁹. Em segundo lugar, e com mais importância ainda, todos esses condicionantes devem nos levar a conceber que a noção de paradigma, tal como utilizada no contexto científico, somente pode fornecer um “ponto de partida” para a reflexão de práticas alheias àquelas das ciências naturais, e “não uma ferramenta contínua, menos ainda um ‘paradigma’ por direito” (POCOCK, 2009a, p. XIII. T.A.)²⁰.

Sem receio algum de voltar atrás em suas ideias, Pocock assim assume que “é possível que eu tenha criado um problema desnecessário aos outros, se não para mim mesmo, ao aplicar tão rigorosamente a noção de ‘paradigma’” (POCOCK, 2009d, p. 72. T.A.)²¹. Com efeito, é peculiar às ciências humanas – o autor passa a ter certeza disso – que nela possamos combinar uma série de paradigmas visando à explicação teórica, com uma interação inédita à que se passa no campo das ciências da natureza. Como Pocock sentiu na própria pele, a narrativa da história do pensamento político situa o seu investigador como, de saída, engajado num debate altamente cerrado, no interior do qual “as estruturas que convenientemente se nomeava por paradigmas” (POCOCK, 2009d, p. 73-74. T.A.)²² se revelam “claramente não monolíticas”, à exceção dos “casos extrapolíticos [isto é, da antiga filosofia com pretensões perenes] onde o debate e o discurso simplesmente não ocorriam” (POCOCK, 2009d, p. 73-74. Colchetes meus. T.A.)²³. Nosso autor então conclui: o conceito de paradigma, tal como elevado na história do pensamento científico, se é o caso de transportá-lo para a história do pensamento político, “precisa ser ou bem modificado ou bem abandonado” (POCOCK, 2009d, p. 74. T.A.)²⁴.

Por tudo isso, aquele que se presta a objeto primordial da noção pocockiana de historiografia toma contornos patentemente políticos. Definitivamente, seu balizamento não é da ordem do tradicional sentido de paradigma ou paradigmático (o qual invoca um caráter excessivamente rígido e de subsunção estanque), e sim da ordem do jogo linguístico (dialógico, em aberto e de múltiplas interpenetrações). Compreendamos essa dimensão política da linguagem historiográfica na última seção do presente artigo.

Filosofia política e historiografia

“A discussão de diferentes versões do passado e suas relações para com o presente”, explica Pocock, “é o que entendemos por historiografia” (POCOCK, 2009e, p. 204. T.A.)²⁵. Para o pensamento historiográfico, “não existe nada pronto ou uma resposta tradicional” (POCOCK, 2009c, p. 153. T.A.)²⁶.

À primeira vista, esta parece uma definição muito pobre do que seja a narrativa histórica. Mas não é. A título de comparação, observemos a atuação do tipo de historiador, digamos, pré-historiográfico – a quem se poderia classificar como historiador tradicionalista. “Se uma relação tradicional com o passado se rompeu”, afirma Pocock sobre esse tipo de historiador, “o primeiro instinto dos intelectuais da sociedade possivelmente seja de restaurá-la” (POCOCK, 2009c, p. 154. T.A.)²⁷. E “em uma sociedade habituada a conceber leis universais e tradicionalmente bem suprida de conceitos dessas leis, essa pode ser a maneira natural e estabelecida de lidar com qualquer problema que requer solução nas relações entre o presente e o passado” (POCOCK, 2009c, p. 154. T.A.)²⁸ – ou seja, tão somente procurar meios de prolongar as tradições passadas. Não seria por outro motivo que em diversos momentos da história da humanidade tal tarefa da manutenção das tradições passadas não tenha exigido qualquer autonomia à figura do historiador. Em diversas ocasiões, “a tarefa da exposição será levada a cabo por qualquer classe de especialistas encarregados em manter o elemento de continuidade que fez surgir a relação para com o passado” (POCOCK, 2009c, p. 152. T.A.)²⁹ – classes como a de “advogados, padres, gramáticos ou qualquer outro que seja; e não haverá nenhuma necessidade de um historiador” (POCOCK, 2009c, p. 152. T.A.)³⁰. Para este estratagema, argumenta Pocock, em realidade devemos “negá-lo o título de explicação histórica e ao invés disso usar o termo ‘racionalismo’; e, com os nossos olhos nos séculos XVIII e XIX [compreenda-se: com os olhos na revolução historicista alemã], tendemos a conceber o surgimento da historiografia como o progresso do racionalismo ao historicismo” (POCOCK, 2009c, p. 154. Colchetes meus. T.A.)³¹. E por qual razão possuímos essa “tendência” de apressadamente saltarmos diretamente para o historicismo alemão dos séculos XVIII e XIX?

Em grandes linhas, consoante à argumentação do especialista na matéria, Frederick Beiser, o historicismo alemão toma contornos de uma verídica revolução intelectual, porque

ele substituiu os antigos modos a-históricos de pensar, que prevaleceram da antiguidade à Idade Média, por uma nova modalidade histórica de pensamento, iniciada no meio do século XVIII. O antigo modo a-histórico de pensar via a natureza humana, a moral e a razão como absolutas, eternas e universais; o novo modo histórico compreende-as como relativas, mutáveis e particulares. Ao determinar as causas históricas e contextos de valores, crenças e ações, o historicismo demonstrou que sua própria identidade depende dessas mesmas causas e contextos. De modo que seria impossível generalizar valores e crenças para além de sua própria época, tal como se elas respondessem pela humanidade ou razão em geral. Qualquer crença em uma visão de mundo universal, em uma revelação natural, em um código moral absoluto, em uma lei de natureza ou religião natural, seria etnocêntrica, nascida de uma ilusória tentativa de ir além de sua própria época (BEISER, 2011, p. 1.T.A)³².

Acontece, contudo, para Pocock, que não será preciso esperar pelo pensamento germânico dos séculos XVIII e XIX a fim de nos depararmos com a modalidade de pensamento historicista. Quando o assunto é historicismo, tal inclinação de saltar diretamente para os séculos XVIII e XIX revela-se, para Pocock, pouco atenta a alguns importantes acontecimentos intelectuais prévios. Quais são eles?

Em “The origins of the study of the past: a comparative approach”, Pocock indica uma peculiar contemporaneidade de linguagens em torno aos debates constitucionais: já na França dos séculos XVI e XVII, a convivência entre “os extremos do racionalismo não-histórico e o florescimento da historiografia constitucional” (POCOCK, 2009c, p. 182. T.A)³³. Isso quer dizer que ele identifica no solo intelectual francês desse período uma peculiar contemporaneidade de uma filosofia do direito a-histórica e algo como uma história historicista do direito. Pocock relata-nos como naquele ambiente social francês, diferentemente da Inglaterra, contavam-se distintas racionalizações de fundamentação das leis. E que essa particularidade francesa – esse é o cerne do argumento – teria se provado solo fértil para diferentes modos explicativos da continuidade do passado junto ao presente, e a razão para que uma historiografia constitucional tenha surgido antes na França do que em outras localidades.

A historiografia e o tipo de historiador a ela correlacionado serão, portanto, frutos de uma determinada espécie de sociedade: aquela em que se observa uma progressiva dependência do presente em relação a um multifacetado passado, nenhum desconforto em estabelecer discriminações e rupturas, em abandonar um eterno presente da razão. Para uma tradição como essa, faria todo sentido encetar algo como uma historiografia, visto que “se um fenômeno parece estar relacionado com dois passados,

ele não pode ser explicado em termos de continuidade com nenhum dos dois” (POCOCK, 2009c, p. 170. T.A.)³⁴. No entender de Pocock, nada disso seríamos capazes de encontrar, por exemplo, na Atenas de historiadores ilustres como Heródoto e Tucídides. Dos historiadores da antiga Atenas, nosso autor observa:

quando seus historiadores passam a acreditar que nenhuma história poderia ser escrita a menos que fosse baseada em entrevistas com testemunhas oculares dos eventos descritos, não se tratava apenas que as recordações dos eventos passados e um modo de criticamente interpretá-los não existisse; quando Tucídides tratava os eventos do passado apenas para demonstrar que eles eram menores em magnitude do que os do presente, não se tratava apenas que a imagem de mundo grega fosse hostil a uma visão desenvolvimentista da realidade. Nessa interpretação, simplesmente faltava à sociedade grega o senso de uma dependência organizada do passado e os meios de estudar e interpretar essa dependência, os quais podem sobrevir somente numa sociedade onde há numerosas relações desenvolvidas e provavelmente institucionalizadas com o passado (POCOCK, 2009c, p. 159. T.A.)³⁵.

Pergunto-me, todavia: não é intrigante que, ao menos quando da redação desse último texto que vem sendo citado (que é originalmente de 1962), o movimento humanista, e especialmente o humanismo florentino, não apareçam em momento algum como uma dessas figurações historiográficas? De fato, àquela altura de sua carreira, Pocock considera que “a tentativa humanista de descobrir modelos para imitação [notadamente a tradição romana] e a busca racionalista por princípios universais de jurisprudência conformavam uma unidade” (POCOCK, 2009c, p. 168. Colchetes meus. T.A.)³⁶. E que, com isso, “perdemos a verdadeira convicção historicista segundo a qual a justificação da lei romana no presente [isto é, na época renascentista] reside em suas constantes adaptações e reformulações, o que a manteve viva e relevante para as necessidades presentes” (POCOCK, 2009c, p. 168. Colchetes meus. T.A.)³⁷.

Interessante, no entanto, é constatar que pouco mais de dez anos passados a essas asserções, em seu mais reconhecido feito bibliográfico – em seu grandioso livro “The Machiavellian Moment”, originalmente de 1975 –, Pocock identificará no movimento humanista cívico florentino, e especialmente em Maquiavel, um fundamental capítulo da história do fazer historicista/historiográfico. Mais ainda do que isso, Pocock chegará inclusive a considerá-los como os legítimos vanguardistas do próprio pensamento historicista. Ao que tudo indica, é então a partir desse momento de sua trajetória intelectual que ele passa a conceber que ao menos uma parcela da tradição humanista (já nos séculos XV e XVI) substituirá a linguagem da justiça natural – de

uma jurisprudência vinculada a princípios naturais da sociabilidade humana – pela linguagem da ação política: da permanência das associações humanas condicionada ao enfrentamento das intempéries de um mundo em incessante e incontornável transformação. Todo o ponto, nesse caso, é: Pocock associará essa linguagem da política com a linguagem historicista, evidenciando que uma não vai sem a outra. Logo na primeira página do primeiro capítulo de seu “Machiavellian Moment”, declara o autor: “uma intenção que subjaz ao longo desse livro será de retratar o republicanismo do início da era moderna no contexto de um historicismo emergente” (POCOCK, 2003c, p. 3. T.A.)³⁸. Pois

um componente vital da teoria republicana (...) consistia nas ideias do tempo, da recorrência de eventos contingentes dos quais o tempo era a dimensão, e da inteligibilidade das sequências (...) de acontecimentos particulares que formaram o que denominamos de história. É isso que torna possível chamar a teoria republicana como uma jovem forma de historicismo (POCOCK, 2003c, p. 3. T.A.)³⁹.

Desta feita, porquanto parte de uma rede de crenças e jogo de linguagem, de um mundo em que as ações na história (linguagens) implicam-se reciprocamente, a historiografia não pode ir sem a filosofia política, do mesmo modo que a filosofia política não pode ir sem a historiografia. Esse entrecruzamento entre historiografia e filosofia política – manifesto em Maquiavel – é por nosso autor assim enunciado: “a linguagem me dá poder, mas um poder que não posso controlar inteiramente ou prevenir os outros de partilhá-lo. Ao desempenhar um ato verbalizado de poder [ou seja, ao enunciar uma interpretação do mundo, qualquer que seja ela], eu entro num regime [polity] de compartilhamento de poder” (POCOCK, 2009f, p. 39. Colchetes meus. T.A.)⁴⁰. Pocock chega mesmo a asseverar que, nesse sentido, está empregando um dos “termos da política clássica, que é o vocabulário apropriado a ser utilizado quando acreditamos possuir iguais; [pois] os jogadores do meu jogo de linguagem desempenham o equivalente linguístico à ideia aristotélica de ‘governar e ser governado’” (POCOCK, 2009f, p. 41. Colchetes meus. T.A.)⁴¹. Não por acaso, a linguagem aristotélica será, de acordo com Pocock, a principal fonte a ser explorada e, sobretudo, lapidada (leia-se: despojada de sua doutrina finalista) pelos pensadores humanistas florentinos da Renascença. O detalhamento dessa linguagem aristotélica em Pocock e em suas fontes renascentistas, infelizmente, é um assunto que deverá ficar para outra ocasião.

Conclusão

Conclui-se, finalmente, no presente artigo, por fortes indícios de que, para Pocock, (I) aquela autonomização da história do pensamento político proporcionada pelo contextualismo linguístico com relação à filosofia e à filosofia política vem acompanhada (II) de um patente movimento de historicização inclusive destas duas últimas. É o que curiosamente, em movimento reflexo, e estabelecendo uma relação não de subsunção senão de enredamento recíproco, (III) solicita à própria historiografia em *tomar parte de e ser implicada por* uma ontologia (o ser que pode ser conhecido) e uma teoria da ação (como e por qual razão agir).

Assim, Pocock não me parece discordar da tese segundo a qual o ser que pode ser compreendido é linguagem (tal é o argumento de que a realidade a ser conhecida é já sempre linguística). Também não me parece discordar da tese segundo a qual, antes de tudo o mais, a humanidade está exposta a seu próprio agir (tal é o argumento de que a linguagem é já sempre uma ação no mundo, a bem dizer, a própria produção do mundo da linguagem). Aquilo do que Pocock não abrirá mão, contudo, eu acredito, é de asseverar que ambos – ontologia e ação – precisam ser compreendidos em chave decididamente historiográfica: como a consciência de nossa dependência em relação a nosso passado efetivo (*la verità effettuale della cosa*) e suas múltiplas ações e implicações recíprocas (projetadas para o futuro, isto é, para o nosso presente).

Ora, essa não deixa de ser outra maneira de asseverar que entre as linguagens da ontologia, da ação e da historiografia (no limite, para toda linguagem possível) não resta qualquer atomismo semântico; antes, sim, a promoção do significado à dependência de uma espécie de holismo. Uma rede de crenças, no interior da qual tudo implica tudo, originando, enfim, uma tradição – como a tradição (filosófico/político/historiográfica) da qual faz parte Pocock.

Referências

- BEISER, Frederick. *The German historicist tradition*. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- BEVIR, Mark. *A lógica da história das ideias*. Tradução: Gilson de Sousa. Bauru: EDUSC, 2008 (1999).

COLISH, Marcia. The idea of liberty in Machiavelli. *Journal of the history of ideas*. Vol. 32, Num. 3, 1971, p. 323-350.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método*. Tradução: Flávio Paulo Meurer. Petrópolis: Vozes, 2016.

HEXTER, John. Il principe and lo stato. *Studies in the Renaissance*. Vol. 4, 1957, p. 113-138.

KUHN, Thomas. *The structure of scientific revolutions*. Chicago: Chicago University Press, 1962.

POCOCK, John. Languages and their implications: the transformation of the study of political thought. In: POCOCK, John. *Politics, language, and time*. Chicago: University of Chicago Press, 1971, p. 3-41.

POCOCK, John. O conceito de linguagem e o métier d'historien: algumas considerações sobre a prática. In: POCOCK, John. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003a (1987), p. 63-82.

POCOCK, John. O Estado da Arte. In: POCOCK, John. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003b (1985), p. 23-62.

POCOCK, John. Preface. In: POCOCK, John. *Political thought and history: essays on theory and method*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009a, p. XII-XVI.

POCOCK, John. The history of political thought: a methodological inquiry. In: POCOCK, John. *Political thought and history: essays on theory and method*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009b (1962), p. 3-19.

POCOCK, John. *The Machiavellian Moment: Florentine Political thought and the Atlantic Republican tradition*. Princeton: Princeton University Press, 2003c (1975).

POCOCK, John. The origins of study of the past: a comparative approach. In: POCOCK, John. *Political thought and history: essays on theory and method*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009c (1962), p. 145-186.

POCOCK, John. The reconstruction of discourse: towards the historiography of political thought. In: POCOCK, John. *Political thought and history: essays on theory and method*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009d (1981), p. 67-86.

POCOCK, John. Time, institutions and action: an essay on traditions and their understanding. In: POCOCK, John. *Political thought and history: essays on theory and method*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009e (1968), 187-216.

POCOCK, John. Verbalizing a political act: towards a politics of speech. In: POCOCK, John. *Political thought and history: essays on theory and method*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009f (1973), p. 33-50.

POCOCK, John. Working on ideas in time. In: POCOCK, John. *Political thought and history: essays on theory and method*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009g (1971), p. 20-32.

WITTGENSTEIN, Ludiwig. *Investigações Filosóficas*. São Paulo: Abril Cultural, 1984 (1953).

¹ Doravante citado como T.A.

² “The philosopher is interested in the thought produced in so far as it can be explained in strict rationality, and in establishing the limits within which this can be done. The historian is interested in men thinking about politics just as in them fighting or farming or doing anything else, namely as individuals behaving in society, whose recorded behavior can be studied by the method of historical reconstruction, in order to show what manner or world they lived in and why they behaved in it as they did”.

³ “Highest attainable level of abstraction”.

⁴ “Not yet capable of adopting a method which recognizes that there are different levels of abstraction at which thought takes place”.

⁵ “Prisoner of a method which condemns one to explain political thought only in so far as it can be presented as systematics political theory or philosophy”.

⁶ “Highest attainable rational coherence”.

⁷ “One has grown familiar with the different languages of discussion that were in use, and the different levels of abstraction which they normally implied, one will be able to ascertain in which language and on which level a given controversy was conducted or a given thinker developed his or her ideas”.

⁸ Pocock faz referência ao personagem da peça *Le bourgeois gentilhomme*, de Molière. Monsieur Jourdain é um burguês que almeja tornar-se aristocrata. Com esse fim, ele passa a se vestir como os aristocratas e a se portar com os costumes e modos destes.

⁹ “A mental and linguistic construction capable of appearing with dramatic suddenness, which not only supplied the answers to questions, but determined what questions and kinds of questions should be asked – to the exclusion and occlusion of others – and so dictated the course of scientific inquiry, and even the structure and character of communities of scientific inquirers, until such time as the ‘paradigm’ should disintegrate and be replaced by another, in a process dramatic enough to deserve the name of ‘revolution’

¹⁰ “The ascription and definition of authority among the individuals and groups composing the ‘scientific community’.”

¹¹ “A new paradigmatic structure, a new language and a new distribution of authority within the scientific community”.

¹² “The transformation we can claim to be living through is nothing more or less than the emergence of a truly autonomous method, one which offers a means of treating the phenomena of political thought strictly as historical phenomena”.

¹³ “What seemed to many, about 1956, the subversion of political philosophy by linguistic analysis helped to liberate the history of political thought by converting it from a history of systematization (“philosophy” in an old sense) into one of linguistic use and sophistication (“philosophy” in a new)”.

¹⁴ “We are beginning to see historical daylight; and since it has been emphasized that much of the previous confusion originated in a confounding of the functions of the historian and the philosopher, it is gratifying to record that philosophic analysis was the agency which began to liberate the historian for the pursuit of his own method”.

¹⁵ “What I had began to see was that first, that political argument – part of what is loosely termed ‘political thought’ – had been conducted in a plurality of languages, and has consisted in a plurality of language acts, all coming together to constitute the ‘history of political thought’; second, that one at least of these ‘languages’ had been a language of historical argument, joining with others to constitute a discourse of history, or ‘historiography’. I therefore opened up a gap between ‘political thought’ and ‘political theory’ or ‘philosophy’, and at the same time began to think of history/historiography as a form of ‘political thought’ and a constituent of its history”.

¹⁶ “As early as 1971 I was doubtful about carrying it too far, and knew that these doubts were shared by Kuhn himself”.

¹⁷ “A multiplicity of problem-situations so great that no one ‘paradigm’ can long succeed in excluding or occluding its alternatives”.

¹⁸ “The word ‘paradigm’ thus loses force as a noun, though it may continue to be useful in adjectival or adverbial form”.

¹⁹ “Diversity of function and diversity of origin (...) remains multivalent and ambiguous (...) are such that they may convey more than one meaning and be of more than one order; they are made up of terms of many origins, bearing many possible implications.”

²⁰ “Is a starting point (...) not a continuing tool; still less a ‘paradigm’ in its own right”.

²¹ “It is possible that I made needless trouble for others, if not for myself, by applying the notion of ‘paradigm’ so rigorously”.

²² “The structures it has been so convenient to call paradigms”.

²³ “Clearly not monolithically exclusive (...) extrapolitical cases where debate and discourse simply did not occur”.

²⁴ “The term ‘paradigm’, then, must be either modified or abandoned”.

²⁵ “The discussion of the alternative versions of the past and their relation to the present is what we mean by historiography”.

²⁶ “[yet this process] has failed to provide any ready-made or traditional explanation”.

²⁷ “If a traditional relationship with the past has been ruptured, the first instinct of society’s intellectuals may be to restore it”.

²⁸ “In a society habituated to conceiving of universal laws and traditionally well supplied with concepts of such laws, this may be the natural and established way of dealing with any problem in the relations of past and present that requires solution”.

²⁹ “[the task of exposition] will be carried out by whatever class of specialists is charged with maintaining the element of continuity which has given rise to the past-relationship”.

³⁰ “By lawyers, priests, grammarians or whatever it may be; and there will be no need of a historian”.

³¹ “Deny this the title of historical explanation and use some such terms as ‘rationalism’ instead; and, with our eyes on the historiography as a progress from rationalism to historicism”.

³² “It replaced the older ahistorical ways of thinking, which had prevailed from antiquity throughout the Middle Ages, with a new historical way of thinking, which had begun in the middle of the eighteenth century. The older ahistorical way of thinking saw human nature, morality and reason as absolute, eternal and universal; the new historical way regarded them as relative, changing and particular. Historicism, in determining the historical causes and contexts of values, beliefs and actions, showed how their very identity depends upon those causes and contexts. Hence it was impossible to generalize values and beliefs beyond one’s own age, as if they somehow held for humanity or reason in general. Any belief in a universal worldview, a supernatural revelation, an absolute moral code, a natural law or natural religion, was ethnocentric, arising from an illusory attempt to leap beyond one’s own age”.

³³ “The extremes of unhistoric rationalism and an efflorescence of constitutional historiography”.

³⁴ “If a phenomenon appears to be related to two pasts, it cannot be explained in terms of continuity with either of them”.

³⁵ “When its historians came to believe that no history could be written unless based on interviews with eye-witnesses of the events described, it was not merely that records of past events and modes of critically interpreting them did not exist; when Thucydides treated of events in the past only to demonstrate that they were less in magnitude than those of the present, it was not merely that the Greek world-picture was hostile to a developmental view of reality. Greek society, on this interpretation, simply lacked the sense of organized dependence on the past, and the means of studying and interpreting this dependence, which can come only in a society where there are a number of developed and probably institutionalized past-relationships”.

³⁶ “The humanist attempt to discover models for imitation and the rationalist search for the universal principles of jurisprudence were all one”.

³⁷ “We miss the truly historicist conviction that the justification of Roman law in the present lies in the constant adaptations and restatements which have kept it alive and relevant to present needs”.

³⁸ “A sustained intention throughout this book will be that of depicting early modern republican theory in the context of an emerging historicism”.

³⁹ “A vital component of republican theory (...) consisted of ideas about time, about the occurrence of contingent events of which time was the dimension, and about the intelligibility of the sequences (...) of particular happenings that made up what we should call history. It is this which makes it possible to call republican theory an early form of historicism”.

⁴⁰ “Language gives me power, but power which I cannot fully control or prevent others of sharing. In performing a verbalized act of power, I enter upon a polity of shared power”.

⁴¹ “In terms of classical politics, which is the appropriate vocabulary to use when we believe ourselves to have equals; the players of my language game are performing the linguistic equivalent of Aristotle’s ‘ruling and being ruled’.”

Artigo recebido em 03 de maio de 2020.
Aceito para publicação em 04 de fevereiro de 2021.

ENTRE MALDITOS E MARGINAIS: UM DEBATE SOBRE MOVIMENTOS ARTÍSTICOS BRASILEIROS (1960-1970)¹

BETWEEN *MALDITOS* AND *MARGINAIS*: A DEBATE ABOUT BRAZILIAN ART MOVEMENTS (1960-1970)

Luis Gustavo de Paiva FARIA*

Resumo: O trabalho tem como objetivo distinguir o modo pelo qual as categorias de “maldito” e de “marginal” são abordadas pela produção acadêmica que enfoca músicos e a música popular brasileira das décadas de 1960 e 1970, ponderando a perspectiva dos atores e das instituições sociais, bem como as relações de grupos artísticos com a política, a indústria cultural e a crítica de arte atuantes no mundo artístico-intelectual brasileiro do período. A pesquisa propõe-se a fazer uma revisão sistemática da produção acadêmica sobre o tema e período aqui estudados. Esboça-se a hipótese de que as categorias de “maldito” e “marginal” não são sinônimas, nem tanto por seu caráter semântico, mas por sua dimensão sociológica: a primeira é assumida pelos próprios artistas como categoria de identidade, enquanto a segunda surge de uma imposição externa de rotulação operada pela indústria fonográfica, pelo Estado autoritário e/ou pela crítica de arte.

Palavras-chave: Sociologia da Cultura; Mundo artístico-intelectual; Marginalidade.

Abstract: This work aims to distinguish the way in which the categories of *maldito* (cursed) and *marginal* (marginal) are addressed by the academic production that focuses on musicians and Brazilian popular music of the 1960s and 1970s, considering the perspective of social actors and institutions, as well as the relations of artistic groups with politics, the cultural industry, and art critics active in the Brazilian artistic-intellectual world of the period. The research proposes to make a systematic review of the academic production on the theme and period studied here. The hypothesis is outlined that the categories of "maldito" and "marginal" are not synonymous, not so much for their semantic character, but for their sociological dimension: the first is assumed by the artists themselves as a category of identity, while the second arises from an external imposition of labeling operated by the recording industry, the authoritarian State and/or art critics.

Keywords: Sociology of Culture; Brazilian artistic-intellectual world; Marginality.

Introdução

Durante as décadas de 1960 e 1970, o Brasil viveu uma efervescência cultural de movimentos artísticos vinculados a múltiplos projetos estético-políticos, convergentes ou divergentes entre si. Através de suas obras, movimentos, grupos e artistas participaram, por um lado, de processos de transformação ou adequação da realidade nacional a um regime militar e, por outro, de disputas por projetos que carregavam

* Mestrando em Estudos Literários - Programa de Pós-graduação em Letras - Universidade Federal de Viçosa - UFV. Viçosa, MG - Brasil. Bolsista CAPES. E-mail: lgpaivafaria@gmail.com.

consigo diferentes concepções de identidade nacional em “busca de uma alternativa viável para a cultura brasileira dentro da situação ditatorial no país, quanto a procura de uma ruptura radical entre qualquer forma de contato entre intelectual e conformista da classe média” (PEIXOTO, 2007, p. 19). Dentre eles, é possível citar o Centro Popular de Cultura (CPC), o Cinema Novo, o Teatro Arena e o Tropicalismo. Sob essa perspectiva, os processos culturais decorrentes dessas duas décadas dispõem de vários elementos que podem ser pensados e analisados sob enfoques variados e que reverberam, em maior ou menor grau, em debates ainda contemporâneos ao campo artístico-intelectual brasileiro.

Como demonstra Miliandrade Souza (2003, p. 34), discussões em torno das noções de “arte pura” e de “arte comercial” foram essenciais para definir a inserção e a posição desses movimentos artísticos na estrutura social, já que as operações entre autonomia/massificação e politização/alienação eram o cerne da discussão sobre a consolidação do campo cultural brasileiro desse período, que articulava arte, política e indústria cultural, refletindo um nexo entre ações políticas, produções culturais, nacionalidade e sua implicação em programas estéticos de movimentos de oposição à ditadura militar. Em termos de uma articulação entre artistas, público e críticos, esse debate possui uma concentração geográfica na região Sudeste, especialmente no eixo Rio-São Paulo², fato que pode ser verificado pelo deslocamento geográfico de determinados artistas cujo objetivo era conformar uma cena cultural densa, visando maior participação e organização desse cenário (BOMFIM, 2013).

Este trabalho concentra sua abordagem em uma perspectiva sociológica da produção e recepção de bens culturais e artísticos (BECKER 2010; BOURDIEU, 2007), embora não descarte a possibilidade de buscar *insights* em abordagens de outras áreas do conhecimento. Seu objetivo é discutir e distinguir as categorias de “maldito” e “marginal”, ponderando a perspectiva dos atores e das instituições sociais atuantes no mundo artístico-intelectual brasileiro (VELHO, 1977) entre as décadas de 1960 e 1970, procurando considerar a relação de artistas com o Estado, a indústria cultural e a crítica de arte. O trabalho possui caráter bibliográfico e propõe-se a fazer uma revisão sistemática da produção acadêmica sobre o tema e período aqui estudados.

Elementos teóricos para uma sociologia das vanguardas artísticas

Essa seção dedica-se a explorar dois princípios teóricos que conformam um olhar para movimentos artísticos em contextos políticos autoritários. Para tal, assume o mesmo caminho seguido por Daniel Barreiros (2009, p. 12):

Não pretendemos estabelecer aqui princípios que sejam válidos para a análise teórica dos intelectuais com base em fatores a-históricos; antes, voltar-nos-emos para uma definição instrumental que estabeleça bases provisórias para o entendimento da natureza deste grupo nas sociedades industriais ocidentais do pós-Segunda Guerra Mundial, abstendo-nos portanto de defender a pertinência da aplicação destes mesmos pressupostos em qualquer outro recorte espacial e cronológico além do demarcado.

Nesse sentido, os pressupostos teóricos aqui mobilizados servem como referência para análise das ações e produções de movimentos artísticos brasileiros nas décadas de 1960-70, embora possam ser adaptados para diferentes contextos e períodos em outras investigações. Em primeiro lugar, explora-se uma alternativa teórica às discussões tradicionais sobre produções culturais nas décadas mencionadas, agregando ênfase ao conceito de reflexividade inspirado na sociologia da crítica proposta por Luc Boltanski (2013). Em segundo lugar, apresenta-se a definição e as características de vanguarda artística segundo Gilberto Velho (1977) e de realismo reflexivo segundo Renato Ortiz (2001), amarrando um “programa” de pesquisa para uma sociologia dos movimentos artísticos.

A produção bibliográfica sobre manifestações artísticas e culturais das décadas de 1960 e 1970 carrega consigo um elemento teórico estruturante que condiciona diretamente as análises e conclusões assumidas por acadêmicos, críticos e dos próprios artistas daquele momento histórico: ao mesmo tempo em que se discute a autonomia do artista e suas obras, era imprescindível um posicionamento político progressista, à esquerda, não raro de inspiração marxista, tanto das obras quanto da própria crítica. Este elemento sintetiza uma das tensões que conformaram o campo cultural brasileiro na segunda metade do século XX e que permanece contemporâneo, ainda que transformado e atualizado de diferentes modos (LAGE, 2013). Naquele contexto particular, o debate é marcado por uma polarização em relação à indústria cultural recentemente consolidada: entre a aceitação, e consequente cooptação, ou a recusa, e consequente politização das produções artísticas³.

Miliandrade Souza (2003, p. 142) demonstra o modo como críticos de cinema daquele período explicitam em seus textos, ao debater a peculiaridade da posição assumida pelo Cinema Novo, a necessidade de uma posição crítica radical e de

inconformidade com a realidade social e econômica do país que, senão orientados por um vocabulário de inspiração marxista, preservam “a polaridade entre forças nacionalistas e progressistas versus forças reacionárias e entreguistas”. A autora cita a obra de críticos como Maurice Capovilla, Jean Claude Bernardet e Gianfrancesco Guarnieri. A polarização das posições fica explícita em um trecho de Bernardet:

[...] as dubiedades ideológicas, não só do filme baiano, mas do cinema brasileiro realizado por cineastas interessados no nosso processo social, são resultados da posição ingênua de uma classe naturalmente instável, sempre no meio do caminho da participação, indecisa quanto à finalidade da sua arte. Sem saber se devem ou não servir ao proletariado, estão na verdade preparando um novo público dentro da burguesia mais avançada (Jean Claude Bernardet *apud* SOUZA, 2003, p. 155).

Assim como a crítica cinematográfica, Renato Ortiz (2001) aborda pesquisas que se tornaram referências obrigatórias em trabalhos de crítica literária e ciências sociais que se propõem a analisar as manifestações culturais das décadas de 1960 e 1970. Dentre outros⁴, destaca-se os trabalhos de Roberto Schwarz (1978), Gilberto Vasconcelos (1977) e Luciano Martins (2004) escritos, respectivamente, em 1970, 1977 e 1979.

Em um primeiro olhar, percebe-se a proximidade das datas em que foram redigidos os textos, o que torna possível situá-los no mesmo contexto histórico de artistas, obras e movimentos que se propõem a analisar. Ainda que não haja pretensão de compará-los neste espaço, os trabalhos possuem semelhanças notáveis. Deve-se mencionar, por exemplo, que os três tomam como objetos de pesquisa o movimento tropicalista (1967-68) ou a juventude contracultural (a partir de 1969), fenômenos artísticos e culturais que estão diretamente relacionados por apresentarem características ambíguas em relação às antinomias entre politização e alienação que operacionalizavam o debate teórico e crítico daquele momento⁵. De modo específico: Schwarz (1978) analisa o movimento tropicalista, Martins (2004), a juventude contracultural e Vasconcelos (1977) dedica-se a ambos. Se há semelhanças, também divergem em pontos fundamentais: enquanto Schwarz (1978) avalia negativamente a experiência tropicalista, Vasconcelos (1977) expõe posições ora positivas, ora negativas do mesmo movimento. Em relação à juventude contracultural, Martins (2004) e Vasconcelos (1977) encontram argumentos convergentes ao enfatizarem a alienação como característica deste grupo.

Em nota introdutória de 1979, Roberto Schwarz (1978) afirma que sua análise inicial possuía limitações conjunturais e seu prognóstico estava errado. Em uma análise posterior, também sobre o tropicalismo, Schwarz (2012) avalia o programa estético daquele movimento de outra forma, abandonando uma abordagem maniqueísta, mas mantendo tom polêmico e crítico. Gilberto Vasconcelos, diferentemente de Schwarz, parece ter abandonado a avaliação positiva presente na obra de 1977. Em um dossiê de 2012 dedicado ao tropicalismo, há uma entrevista em que o sociólogo afirma que “a tropicália é a transfiguração sonora da economia política do automóvel trazida pelo Juscelino Kubitschek” (MAGALHÃES; DOMITH; TEIXEIRA, 2012, p. 37). Essas variações no posicionamento dos autores, ainda que importantes, não retiram a influência histórica de suas obras “originais”, ainda amplamente mobilizadas em trabalhos sobre a cultura brasileira no período da ditadura militar.

A despeito dos encontros e desencontros das obras, o argumento defendido por Renato Ortiz (2001) é de que os pressupostos assumidos pelos autores possuem implicações semelhantes ainda que suas posições teóricas sejam distintas, o que pode estar relacionado tanto à veracidade dos diagnósticos quanto à influência da conjuntura em que foram produzidos. Assim como a crítica de cinema, o compartilhamento de pressupostos implicaria em quadros teóricos que levariam a investigar as produções artísticas e culturais como decorrência da “superestrutura política do quadro nacional. O estágio de racionalização da sociedade, e por conseguinte do comportamento individual, é percebido como consequência do Estado autoritário” (ORTIZ, 2001, p. 159). Essa derivação que enxerga a sociedade (Estado autoritário) como instância de determinação dos sujeitos limita radicalmente ou nega as possibilidades de crítica e transformação no interior do regime político. Em resumo, os esquemas teóricos destes autores imputam uma

[...] ênfase no sujeito "alienado", que busca na droga, no misticismo ou na psicanálise, a forma de expressar sua individualidade; desarticulação do discurso, reificação da linguagem, o que equivaleria a uma desvalorização de conhecimento racional; recusa em se encarar o elemento político. [...] creio que é suficiente sublinhar minhas dúvidas em relação a esta perspectiva que apreende esses movimentos exclusivamente como sinais de irracionalismo, ou de escapismo. Identifico-me mais com a postura que, mesmo apontando para os limites que possuem os movimentos juvenis dos anos 60, neles descobre uma tendência ativa de se contrapor à sociedade tecnológica (ORTIZ, 2001, p. 158-160).

Neste trabalho, não se assume os mesmos pressupostos desta tradição crítica e sociológica, ainda que esses autores sejam fundamentais para compreender e analisar os fenômenos sociais e culturais desse contexto. A complexa relação entre fenômenos históricos e produção intelectual, parte dela pautada pelo paradigma da indústria cultural, instituição fundamental para compreender o Brasil daquele contexto, indica a importância de explorar as diferenças semelhanças dos esquemas teóricos mobilizados.

Segundo a perspectiva aqui assumida, seria necessário ultrapassar as questões em torno de uma cooptação das obras e dos artistas pela indústria cultural para que seja possível expandir, conseqüentemente, a crítica cultural para além de uma avaliação maniqueísta entre engajamento político e indústria cultural, seguindo a pista que Ortiz (2001) pontua mas desenvolve timidamente em seu texto. Na clássica formulação adaptada de Luc Boltanski e Ève Chiapello (2009), deseja-se passar de uma sociologia crítica da cultura para uma sociologia da crítica cultural. Para isso, é necessário deslocar uma abordagem teórica exclusivamente centrada em como as instituições (Estado e indústria cultural) definem os limites da subjetividade dos atores sociais para um foco analítico em que o agenciamento e a reflexividade estejam presentes nas ações sociais e nas produções culturais destes atores, tornando-os agentes reflexos ou reflexivos ao autoritarismo imposto pelas instituições oficiais do regime militar. Em outras palavras, é preciso pensar as manifestações artísticas das décadas de 1960 e 1970 para além de uma possível relação de cooptação pelo Estado e pela indústria cultural, pressuposto que persiste em uma concepção de que os atores sociais seriam “alienados” à realidade em que estão inseridos.

Nesse caminho, pode-se mobilizar o conceito de crítica proposto por Luc Boltanski (2013, p. 443) em sua relação com sistemas políticos e econômicos:

Uma pergunta persistiu no pensamento crítico, da Escola de Frankfurt até a sociologia crítica francesa da década de 1970: saber por que os explorados aceitam uma situação que, especialmente nos regimes políticos que reivindicam o legado da Revolução Francesa, está claramente em contradição com as exigências afirmadas de liberdade e igualdade. Proponho uma resposta, não em termos de internalização das ideologias dominantes, ou seja, de ilusão, mas em termos de realismo. Os explorados num registro econômico, ou os dominados num registro categorial ou simbólico, não têm necessariamente ilusões sobre a natureza injusta ou assimétrica da ordem social. Longe disto. Mas eles autolimitam suas reivindicações com base em suas avaliações das possibilidades que as mesmas têm de serem reconhecidas e assim, serem mais ou menos satisfeitas, dentro da realidade.

Com essa definição, emerge um conceito fundamental para a compreensão da crítica social levada adiante por atores sociais: a reflexividade. Uma realidade social de dominação via Estado ou indústria cultural, duas instituições que atuam conjuntamente para a conformação de uma “cultura oficial” no Brasil das décadas de 1960 e 1970, não se mantém a partir da alienação dos indivíduos; ao contrário, como aponta o sociólogo francês, é necessário evidenciar elementos de reflexividade pragmática na ação dos atores sociais. Sobre as formas dessa(s) crítica(s), Luc Boltanski (2013, p. 444) apresenta uma distinção inicial entre crítica reformista e crítica radical:

[...] distinguir diferentes tipos de críticas, mais ou menos reformistas e mais ou menos radicais. A crítica reformista não questiona o contexto da realidade como um todo e particularmente os formatos das provas existentes. Mas ela se dedica, seja a denunciar realizações locais que não estão em conformidade com os seus tipos (o termo sendo entendido no sentido da oposição entre token e tipo), seja a denunciar incoerências entre diferentes elementos que constituem a realidade, levando a modificar alguns formatos sem afetar o todo. A crítica radical, dizendo rapidamente, questiona a realidade da realidade. Ela vai buscar no mundo elementos que permitem desconstruir as convenções até então admitidas e, assim, desestabilizar a realidade como um todo.

Dessa contribuição, portanto, é expandida a possibilidade de crítica social e cultural para além de um aspecto eminentemente revolucionário, ou seja, para além de uma crítica radical como única possibilidade de transformação da realidade, cabendo a possibilidade de uma crítica mais ou menos reformista, mais ou menos radical, na expressão do autor, segundo a compreensão dos atores sociais sobre sua realidade.

Considerando esses pressupostos, os movimentos artísticos brasileiros das décadas de 1960 e 1970 seriam grupos sociais privilegiados para a compreensão da constituição de uma crítica cultural ao regime militar. A partir de seus programas estéticos e produções artísticas seria possível mapear seus projetos, necessidades e potencialidades críticas, sendo que o elemento da reflexividade é fundamental para a consideração empírica das obras.

Sobre isso, Gilberto Velho (1977) desenvolve sua importância em uma tradição teórica distinta de Luc Boltanski (2013), mas assumindo princípios convergentes. O antropólogo brasileiro reflete sobre os movimentos artísticos de vanguarda sob uma perspectiva interacionista e fenomenológica, aproximando-se, respectivamente, do conceito de mundos da arte de Howard Becker (2010) e de intelectualidade

(*intelligentsia*) de Karl Mannheim (2001). Ao operar uma síntese entre os dois autores, o antropólogo brasileiro afirma que artistas e intelectuais não estariam dissociados no contexto brasileiro da segunda metade do século XX, o que o leva ao conceito de mundo artístico-intelectual. Com isso, seria possível proceder a “uma análise empírica das vanguardas brasileiras [que] nos leva, necessariamente, à categoria de desvio e comportamento desviante” (VELHO, 1977, p. 27).

Dessa fundamentação teórica o autor deriva seu conceito de vanguarda. São características fundamentais a autorreferência e um alto nível de reflexividade que permitiriam à vanguarda criar, manipular e modificar seu programa estético, seu posicionamento político e o próprio conceito de vanguarda com que se identificam. Apropriando-se de definições de grupos vanguardistas sobre si mesmos, o autor descreve:

‘Vanguarda é a preocupação de se renovar, de não ficar parado, estático’. ‘É um estado de espírito revolucionário’; ‘A arte brasileira de vanguarda é aquela preocupada em rever-se sempre, criar formas novas, estar sempre se fazendo, sem sacralizar nada. É a negação da arte acadêmica, convencional, presa a regras e normas’; ‘Ser vanguarda é não estar preso a nenhum esquema definitivo, é duvidar das coisas’ (VELHO, 1977, p. 27).

Os membros de uma vanguarda cultivariam um caráter quase-antropológico de estranhar-se em suas próprias práticas e princípios estéticos, implicação que expande a noção de que um movimento de vanguarda associa-se apenas a rupturas no plano estético e agrega o elemento da reflexividade, que conjuga questões políticas, ideológicas, existenciais e estéticas. Em relação ao período aqui estudado, Heloísa Buarque Hollanda (2004), por exemplo, restringe um caráter de vanguarda ao Concretismo nas décadas de 1960 e 1970; ao assumirmos os pressupostos de Gilberto Velho (1977), seria possível avaliar uma expansão da classificação de vanguarda ao tropicalismo, aos grupos contraculturais pós-tropicalistas e, quiçá, à arte engajada proposta pelo CPC. A nomenclatura, evidentemente, poderia gerar confusões e ambiguidades se atribuída aos movimentos de modo específico, sendo mais profícuo estender as características de uma vanguarda aos movimentos artísticos das décadas de 1960 e 1970 em sua generalidade, dando ênfase no agenciamento e na reflexividade de seus programas estéticos e produções artísticas.

Corroborando a discussão abordada no início desta seção, Gilberto Velho (1977, p. 29) afirma que os movimentos artísticos brasileiros no contexto da ditadura militar

buscaram construir um mundo comum entre si: “Mesmo havendo uma grande variação na sua composição interna, o *ethos* dominante estaria ligado a uma visão de mundo política e existencialmente progressista”. Os limites desse grupo artístico-intelectual são marcados pela relação que estabelecem com outros grupos e com as instituições sociais que compunham a sociedade brasileira. Nessa perspectiva relacional “[...] é que se pode perceber a existência de uma ação coletiva mais abrangente e de uma consciência de grupo mais nítida quando a atuação da censura torna-se mais agressiva” (VELHO, 1977, p. 30) e se expõe, igualmente, a ambígua relação de conflito ou convivência entre um mundo da(s) vanguarda(s) e o mundo da política institucional e indústria cultural:

A levianidade, verdadeiro ou falsa, a mutabilidade ou até o camaleonismo do intelectual e artista contemporâneo, mais especificamente dentro da sociedade brasileira, expressam a multiplicidade de vivências e solicitações, acentuadas por um clima repressivo e autoritário que talvez no Brasil apareça com maior nitidez, fazendo com que a nossa experiência seja um dos casos limites do mundo contemporâneo. Portanto, o mundo artístico-intelectual e sua vanguarda estão e não estão no *establishment*. É esta ambiguidade que lhe dá uma de suas marcas distintivas (VELHO, 1977, p. 34-36).

Renato Ortiz (2001), em uma chave semelhante aos dois autores trabalhados, reflete sobre as noções de realismo reflexo e realismo reflexivo, posicionando (e agregando ao esquema teórico-conceitual aqui articulado) a indústria cultural como uma importante instituição para demarcar produções de caráter crítico e reflexivo. Se, por um lado, podemos posicionar o realismo reflexivo próximo à abordagem de Gilberto Velho (1977) na medida em que produz obras com um caráter crítico à realidade, provocando um apelo reflexivo tanto da parte do autor (produção) quanto da parte do público (recepção); por outro, o realismo reflexo seria adequado a uma produção artística elaborada a partir de elementos de uma realidade estática e estereotípica, posicionando o elemento econômico das vendas e do consumo como foco da produção e da recepção da obra, submetendo autor e público a uma lógica “realista” e fatalista da indústria cultural. Ao refletir sobre produções cinematográficas, o autor distingue os dois tipos de “realismo”:

Eu diria que esse tipo de perspectiva [realismo reflexivo], que trabalha a pluralidade de apresentações de um mesmo objeto, se contrapõe ao "realismo reflexo" da indústria cultural, o qual em princípio procura consagrar uma única versão da realidade, eliminando qualquer tentativa de reflexão sobre ela. [...] O real mostrado na tela deslocava a atenção do público, colocando-o na situação incômoda de ter ou não que tomar partido (e não simplesmente gostar ou desgostar) sobre o que lhe era proposto. O realismo reflexo, ao contrário, reforça as

demandas subjacentes às exigências do espectador, ele "cola" à realidade já preexistente. É a falta de distância que lhe retira o caráter reflexivo (ORTIZ, 2001, p. 173).

Essa distinção teórica nem sempre se produz de maneira rígida na realidade, pois uma obra pode, ao mesmo tempo, apresentar elementos “reflexos” e “reflexivos”, inclinando-se, em geral, a um dos pesos da balança, o que demarca posições ideológicas tanto de seu autor (produção) quanto o acesso ao público àquela obra (recepção). A fronteira entre os dois pólos, portanto, é “teoricamente nítida entre esses dois gêneros de realismo, [mas] não deixa de ser verdade que em vários casos concretos essa separação se dilui, ocorrendo uma passagem entre os pólos” (ORTIZ, 2001, p. 173). O principal elemento que demarca essa fronteira é a indústria cultural e as instituições que a compõem: estúdios de gravação musical e produção cinematográfica, editoras e mídia televisiva, por exemplo.

Nesse sentido, procedendo a uma síntese teórica que privilegia uma sociologia da crítica assumida por Luc Boltanski (2013), a abordagem deste trabalho toma o conceito de vanguarda, de Gilberto Velho (1977), e de realismo reflexivo, de Renato Ortiz (2001), para embasar o pressuposto de que movimentos artísticos possuem como traço fundamental a reflexividade de suas ações na realidade, tanto de uma perspectiva estética quanto política, sendo possível aos mesmos uma reconfiguração, se necessária, de seus programas estético-políticos em função de mudanças na realidade em que estão inseridos, operando críticas às instituições sociais, como o Estado e a indústria cultural, que exigem destas uma adaptação a tais manifestações, seja no sentido de acentuar a censura e a repressão, seja no sentido de ceder a pautas de críticas destes movimentos.

Esse traço, contudo, não deve ser generalizado, em primeiro lugar, a toda produção e movimento artístico e, segundo, a toda e qualquer manifestação cultural e/ou artística, cuidado que foi tomado por Renato Ortiz (2001, p. 173) ao descrever os elementos “reflexos” de manifestações culturais produzidas no âmbito da indústria cultural brasileira consolidada entre as décadas de 1950 e 1970. O movimento entre o reflexo e o reflexivo traz consigo uma série de discussões centrais e tangenciais para o assunto aqui trabalhado, dentre as quais a relação e as interações entre artistas, público, crítica de arte, Estado e indústria cultural.

Uma exploração empírica pelas categorias de “maldito” e “marginal” na Música Popular Brasileira⁶

A problemática em torno dessa seção surgiu em decorrência de um envolvimento pessoal do autor do texto com artistas classificados como malditos. Essa denominação suscita curiosidade e imprecisão, gera questionamentos diversos: “o que é um artista maldito?”, “quem são os malditos?”, “eles aceitam essa denominação?”. Em vista desses questionamentos, procurou-se avaliar como a produção acadêmica brasileira tratou esse assunto e esse grupo de artistas.

Em um primeiro momento, foram definidos critérios metodológicos para orientar a pesquisa e manter, tanto quanto possível, a proposta de realizar uma revisão sistemática da bibliografia sobre artistas malditos e marginais. O *Google Scholar* foi a plataforma utilizada para executar a busca e o *corpus empírico* da pesquisa foi construído a partir de três etapas: identificação, filtragem e seleção. Em linhas gerais, essas etapas obedeceram aos seguintes critérios:

Identificação (a partir da busca avançada do *Google Scholar*⁷): 1) Termos de busca: "maldito", "marginal"; 2) A qualquer momento; 3) Páginas em português. A partir desses critérios, a busca identificou 2860 resultados.

Filtragem: 1) Verificação temática pelo título; 2) Os termos "maldito" e "marginal" aparecem pelo menos duas vezes no documento⁸; 3) Leitura inicial dos trechos para verificação temática. A partir desses critérios, foram filtrados 114 trabalhos.

Seleção: 1) Leitura do resumo e dos trechos que contenham os termos "maldito" e "marginal"; 2) Trabalhos que concentram seu espectro temporal entre 1960-70-80⁹. A partir desses critérios, a seleção conformou um *corpus empírico* composto por um total de 80 trabalhos.

No âmbito desse *corpus*, foi possível identificar uma clivagem temática fundamental em trabalhos sobre malditos e marginais: literatura e música (tabela 1). Ainda que essas duas modalidades de manifestação artística sejam relacionadas, especialmente se se pensar na noção de “gaia ciência”¹⁰ proposta por José Miguel Wisnik (2004), os trabalhos se diferenciam por ênfase temática e pelo referencial teórico. Nesse sentido, é possível diferenciá-los segundo ênfase dada à modalidade artística analisada.

Tabela 1 – Composição do *corpus empírico*

	Freq.	%
Literatura	49	61,25
Música	31	39,75
Total	80	100

Fonte: Elaboração do autor.

Há maior variedade de trabalhos com ênfase em literatura (61,25%), embora a porcentagem de trabalhos dedicados à música (39,75%) não seja desequilibrada. A quantidade total de trabalhos demonstra que o tema é relativamente pouco explorado, especialmente se se considerar que a maior parte dos trabalhos não traz uma discussão ou reflexão específica sobre os termos “maldito” e “marginal” como categoria ou rótulo de identificação artística. Tendo em consideração a necessidade de se afunilar o objetivo da pesquisa, a discussão proposta neste texto terá como foco a produção acadêmica que toma a música como objeto de estudo privilegiado para debater as categorias estudadas (anexo 1), cabendo a outro trabalho expandir e aprofundar a bibliografia que assuma a literatura como espaço de malditos e marginais¹¹.

A partir desse recorte, o formato dos trabalhos com foco em música que mencionam, conceituam ou discutem as categorias de “maldito” e “marginal” estão distribuídos na tabela 2, com destaque para dissertação de mestrado (32%), artigo em periódico (23%) e artigo em anais de eventos (19%)¹².

Tabela 2 – Formato dos trabalhos selecionados (Música)

	Freq.	%
Dissertação de Mestrado	10	32
Artigo em periódico	6	23
Artigo em anais de eventos	7	19
Entrevista em periódico	2	6
Tese de Doutorado	2	6
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	2	6
Capítulo de livro	1	3
Projeto de pesquisa	1	3
Total	31	100

Fonte: Elaboração do autor.

Contudo, como já mencionado, não são todos os trabalhos selecionados que dedicam o objetivo da pesquisa a estudar tais categorias de maneira central e específica. Ao contrário, a menor parte dos trabalhos toma as categorias como tema central (19%), onde objetivo do texto ou de uma seção seja discutir os chamados malditos e marginais. Há maior quantidade de trabalhos que tratam o tema de maneira secundária (58%), em

geral mobilizando os conceitos e as categorias em questão para esboçar o início de uma discussão que não é aprofundada, em função mesmo dos objetivos do trabalho, mas fechada em citações a textos clássicos na bibliografia sobre música popular brasileira. Outros trabalhos apenas mencionam (23%) as categorias, geralmente associadas aos artistas assim classificados.

Tabela 3 – Abordagem dos trabalhos selecionados (Música)

	Freq.	%
Tema central	6	19
Tema secundário	18	58
Menção	7	23
Total	31	100

Fonte: Elaboração do autor.

Esses dados sustentam a hipótese da pouca quantidade de trabalhos acadêmicos sobre esse assunto, em especial pesquisas específicas sobre as categorias de “maldito” e “marginal” tratadas em conjunto no seio das décadas de 1960-70-80. Apesar dessa dificuldade, foram encontrados trabalhos que tratam de um grupo de artistas pela classificação de “malditos da MPB”. Essa constatação importa na medida em que, durante as décadas mencionadas, a música popular foi um tipo privilegiado de manifestação artística de crítica ao regime militar (NAVES *et al*, 2001). Contudo, o questionamento permanece: quem são os malditos e os marginais e o que os caracteriza?

A produção acadêmica nem sempre é precisa quanto a estes questionamentos. Ao longo das leituras, foi possível perceber que há uma zona de controvérsias em torno das categorias de “maldito” e “marginal”. Por exemplo: se, por um lado, Marcos Napolitano (2002, p. 8) caracteriza os malditos como uma *tendência* da juventude contracultural, na medida em que jovens apresentavam a necessidade de um experimentalismo artístico restrito ao seu grupo social, por outro, Ulisses Diogo (2016) afirma que este é um rótulo externo dado pela indústria fonográfica do período. Há convergências na bibliografia, mas também divergências.

Essas divergências criaram a motivação de reunir alguns estudos que compõem o *corpus empírico* aqui delimitado (Anexo 1) para avaliá-los mais de perto, compará-los, em especial nas relações entre as categorias de “maldito” e “marginal” e quem afirmam ser os malditos. De maneira livre, mas rígida, formulou-se quatro possíveis conclusões que procuram tatear as discussões envolvendo as categorias, os artistas, os grupos e as instituições sociais, assim como um quadro com trechos de trabalhos que exemplificam e ilustram os argumentos levantados.

Possível conclusão 1: Há uma polissemia em torno das categorias de “maldito” e “marginal” nem sempre explicitada pelos trabalhos selecionados.

Em geral, os trabalhos assumem as definições de autores clássicos neste tema, como Glauco Mattoso (1981), Marcos Napolitano (2001), Heloisa Buarque de Hollanda (2004) e Frederico Coelho (2010), os quais nem sempre concordam em relação às implicações dessas categorias.

Possível conclusão 2: A produção científica não faz uma reflexão delimitada, aprofundada e comparada sobre as categorias de “maldito” e “marginal”.

Coloca-as ora como sinônimas (trechos 1, 4 e 5 no quadro 1); ora enfatizando a categoria de “maldito” como rótulo externo aos artistas (trechos 2, 3 e 6 no quadro 1). Não há, contudo, uma elaboração conceitual sobre esse rótulo nem sobre as implicações de sua externalidade enquanto dinâmica sociológica.

Possível conclusão 3: Ainda que haja um consenso de que seja um rótulo externo e geralmente rejeitado pelos artistas, há uma contradição nos trabalhos quanto às instituições que sustentavam o rótulo de “maldito”.

A externalidade desse rótulo deriva de instituições sociais que influenciam a produção e recepção de manifestações artísticas. As instituições responsáveis, contudo, não são consenso entre a produção sobre o tema. Alguns trabalhos mencionam que o rótulo de “maldito” é dado pela: (a) crítica especializada (trechos 2 e 3 no quadro 1); (b) pela mídia e pela indústria fonográfica (trechos 6, 2 e 4 no quadro 1); (c) mencionam que o rótulo é dado pelos censores representantes do Estado autoritário. Por outro lado, alguns trabalhos afirmam que a crítica especializada via o grupo de malditos com “bons olhos” (trecho 6 e 8 no quadro 1).

Possível conclusão 4: Há divergências sobre quem seriam os malditos.

Embora haja elementos de convergência que prevalecem na identificação de artistas malditos, como Jards Macalé, Luiz Melodia, Jorge Mautner, Walter Franco e Itamar Assumpção há trabalhos que assumem que artistas como Raul Seixas, Tim Maia, Gonzaguinha e Novos Baianos seriam também malditos. Os trechos 2 e 4 expõem um panorama abrangente de artistas malditos, colocando aqueles últimos citados acima. Os trechos 6, 7 e 8, por sua vez, concentram-se em um grupo localizado.

Quadro 1 - Trechos selecionados dos trabalhos que mencionam os “malditos da MPB”

Como tema central
<p>Trecho 1: O artista marginal – às vezes também tachado de artista maldito – seria aquele cuja arte estaria comprometida com a subversão de uma estética dominante, chegando a ganhar, inclusive, “uma aceção positiva como sinônimo de condição alternativa e crítica à ordem estabelecida”. Ser “marginal”, de certo modo, “era uma postura que respondia a circunstâncias impostas pelo regime ditatorial militar, o que lhe conferia um significado, até certo ponto, próximo da noção de banditismo e/ou clandestinidade”. Tal significado, diga-se de passagem, já havia ganhado forma na famosa expressão de Hélio Oiticica, “Seja marginal, seja herói!” [...]. (DINIZ, 2014, p. 8).</p>
<p>Trecho 2: O presente trabalho tem intenção de debater a utilização do termo <i>malditos da MPB</i> pela crítica musical especializada, referido a alguns artistas que entraram em evidência na mídia e no meio musical brasileiro a partir de fins da década de 1960 e durante a década de 1970. Os principais nomes são: Jards Macalé, Luis Melodia, Sérgio Sampaio, Jorge Mautner, Walter Franco, Raul Seixas, Tim Maia, Miriam Batucada, Tom Zé, Angela Rô Rô, dentre outros. A utilização do termo por vezes funcionou como um estigma, uma condição atribuída, pois não dependia da aceitação dos artistas, mesmo admitindo que possa não ter sido intenção da crítica marcar os músicos pelo uso da palavra <i>maldito</i>. Além disso, muitas vezes o uso da expressão não foi aceito pelos artistas, que podiam o entender com negativo ou menor. (DIOGO, 2016, p. 1).</p>
<p>Trecho 3: Muitas vezes vistos pela mídia como transgressores, este acaba os denominando com o rótulo de “Malditos”. Termo este controverso, pois como foi imposto de fora, por vezes não agradou os próprios artistas. (...) O termo “Malditos” foi cunhado pela indústria fonográfica e pela mídia ao se referir a cantores da década de 1970 que eram por princípio contestadores sociais [...]. (RIBAS, 2006, p. 99).</p>
<p>Trecho 4: No escopo desta última, os músicos, letristas e compositores chamados marginais também atenderam, via de regra, pelo adjetivo malditos, um rótulo colado pela imprensa e pela indústria fonográfica e menos benquisto por eles do que o outro. Refiro-me a Jorge Mautner; Jards Macalé e a seus parceiros Torquato Neto, Waly Salomão, José Carlos Capinan, Rogério Duarte, Chacal, Duda Machado (...) Luiz Melodia; Sérgio Sampaio; e Walter Franco (DINIZ, 2017, p. 14-15).</p>
Como tema secundário
<p>Trecho 5: Na verdade, marginal é simplesmente o adjetivo mais usado e conhecido para qualificar o trabalho de determinados artistas, também chamados independentes ou alternativos (...). Dizer que um poeta é marginal equivale a chamá-lo ainda de sórdido e maldito (por causa da noção de antissocial) (...) (MATTOSO, 1981, p. 7-8).</p>
<p>Trecho 6: [...] acabou criando uma nova tendência na MPB: a dos "malditos". Luis Melodia, Jards Macalé, Walter Franco, Jorge Mautner, serão grandes campeões de encalhe de discos, ao mesmo tempo que prestigiados pelos críticos e pelo público jovem mais ligados à contracultura, retomando um espírito que estava sem seguidores desde o colapso do Tropicalismo, em 1969. (NAPOLITANO, 2002, p. 8).</p>
<p>Trecho 7: Outra tendência dentro da MPB do início dos anos 70 era a dos “malditos”, artistas ligados à contracultura, que eram bem avaliados pela crítica, mas um fracasso de vendagem. Destes podemos destacar os vanguardistas Walter Franco, Jards Macalé e Jorge Mautner (SALDANHA, 2008, p. 23).</p>
<p>Trecho 8: (...) a crítica musical passou a se referir a eles como os — Malditos da MPB,</p>

categoria que logo foi ampliada aos músicos Tom Zé, Torquato Neto, Sérgio Sampaio, Jards Macalé, Jorge Mautner, Luiz Melodia e Walter Franco que na década anterior já não simpaticizavam com o status mainstream da MPB (ALMEIDA, 2016, p. 49-50).

Fonte: Elaboração do autor.

É possível argumentar que as quatro conclusões são derivadas das hipóteses de que não há consenso parcial sobre quem são os malditos e de que não é feita uma reflexão aprofundada sobre as implicações de esse rótulo ser externo aos artistas: ou seja, o grupo de malditos não se qualifica enquanto grupo homogêneo em termos de projeto estético, diferentemente de outros grupos aqui mencionados, como o Tropicalismo, o Concretismo e o CPC. Modifica-se a dinâmica de rotulação e imposição destas identificações, já que algumas instituições sociais são a base de sustentação da classificação dos artistas enquanto “malditos”, sejam elas a crítica musical, a indústria fonográfica e/ou o Estado.

Essa tensão na bibliografia quanto à utilização do termo implica que essas categorias precisam ser (re)avaliadas a partir de uma ampla análise documental tanto das obras artísticas quanto de matérias jornalísticas e críticas de arte daquele período histórico. Embora essa avaliação não caiba no escopo deste trabalho, foi possível identificar alguns apontamentos, particularmente quanto às distinções entre as categorias de “maldito” e “marginal” e o quanto a primeira (“maldito”) é recusada por artistas (quadro 2), enquanto a última (“marginal”) pode ser encontrada como categoria estética assumida por artistas que recusam a primeira classificação (quadro 3).

Quadro 2 – Trechos de entrevistas em que os artistas falam sobre a categoria “maldito”

Jorge Mautner: Olha, eu não sei... essa palavra... maldito.... tem vários significados. Maldito, bicho, o escritor, o poeta que não for maldito, ele não presta, porque ele fecha com o sistema. Foi Charles Baudelaire quem inventou esse termo. Todo artista moderno... mas eu não tenho nada a ver com maldito, porque eu sou bendito. Eu faço música para Deus, para os animais. Sou reconhecido aqui neste país-continente... na FUNARTE tem até uma ala Jorge Mautner. Malditos são os poetas do século XIX. No Brasil, jornalista não sabe o que diz, e isso virou uma coisa estigmatizada.

(Fonte: O anti maldito. Entrevista com Jorge Mautner. *Panfletos Nova Era: Um Portal de Jorge Mautner*. Disponível em: <http://www.panfletosdanovaera.com.br/detalhe/5021>, acesso em 01 jan. 2021).

Eu trabalhei durante cinco anos gravando discos e adquiri um karma de maldito, que eu não concordo, absolutamente (**Sérgio Sampaio**).

(Fonte: TOGNERE, Nayara. *Um Sampaio teimoso*, Documentário, 13 min., Lei Rouanet, 2011).

Maldito é a mãe! Vá ao dicionário pra ver o que é maldito! (**Jards Macalé**)

Fonte: ABUJAMRA, Marco; PIMENTAL, João. *Jards Macalé: um morcego na porta principal*. Documentário, 71min., Canal Brasil, 2010).

Sou compositor de música popular, não adianta vir com historinha, pois nossa música não chegou na maioria. E não me venha com essa de maldito, só se maldito significar aquele que faz o que tem que ser feito. Eu não posso ficar nessa. Meus antepassados são a Clementina de Jesus, que foi empregada doméstica durante a vida inteira, e o Cartola (**Itamar Assumpção**).

(Fonte: ROCHA, Janáina. Itamar Assumpção investe contra a mesmice. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 13 jul. 2001. Caderno 2, p. 48).

Fonte: Elaboração do autor.

Quadro 3 – Trechos de entrevistas em que os artistas falam sobre a categoria “marginal”

Entrevistador: Tem um outro amigo seu, o artista plástico Hélio Oiticica, que deixou uma obra em que está escrito “seja marginal, seja herói”. Serviria como lema para você, não? **Luiz Melodia:** [Ri] É, ele gostava da marginalidade.

Entrevistador: E você, gosta? **Luiz Melodia:** Acho maravilhoso, “seja marginal, seja herói”. Mas um marginal benéfico, né?

Entrevistador: O que é marginalidade benéfica? **Luiz Melodia:** Uma marginalidade mais positiva, não a que prejudica o próximo. Ser marginal na música é fazer coisas interessantes, aproveitar a liberdade e fazer sucesso.

(Fonte: Pérolas Negras. Entrevista com Luiz Melodia. *Revista Trip*, Uol, 01 mai. 2002. Disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/trip/luiz-melodia-entrevista-nas-paginas-negras>, acesso em 13 mar. 2021).

Rogério Duarte: “Como a gente era, assim digamos, à gauche [do francês, à esquerda] da Tropicália, eu fiz um trecho que se chama Marginália. Sou marginal porque descobri que a margem fica dentro do rio. Isso era muito mais importante porque era um paradoxo. A margem fica dentro do rio e não na margem. Mas o rio era o Rio de Janeiro.”

(Fonte: Documentário resgata obra e pensamento do tropicalista Rogério Duarte. *Rede Brasil Atual*, 29 abr. 2018. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cultura/2018/04/documentario-resgata-obra-e-pensamento-do-tropicalista-rogerio-duarte/>, acesso em 13 mar. 2021).

Desde o princípio, esse paulista de Tietê [...] sempre colocou sua produção sob o signo da marginalidade, marginalidade inscrita no próprio personagem-máscara do Nego Dito, vulgo Beleléu, dupla ou tripla marginalidade. Marginalidade enquanto negro na sociedade brasileira, onde toda uma raça que construiu o Brasil foi despejada e despedida do emprego com uma tragicômica Abolição. Marginalidade de músico, sobretudo músico de vanguarda, de uma vanguarda onde a extrema criatividade nunca esteve afastada da mais ampla e funda capacidade de comunicação, uma vanguarda popular.

Por fim, marginalidade de consumo, Itamar tendo sido um dos nomes mais fortes naquilo que se chamou produção independente, fonte de toda uma renovação da MPB, viciada em esquemas fáceis e repetitivos de pronta aceitação e imediato esquecimento (**Paulo Leminski** sobre **Itamar Assumpção**).

(Fonte: Publicado no encarte do disco *Intercontinental! Quem diria! Era só o que faltava!*, lançado em 1988. Retirado de Falbo, 2009, p. 40).

[...] manter-se integral é difícil, ainda mais sendo-se marginal: hoje sou marginal ao marginal, não marginal aspirando à pequena burguesia ou ao conformismo, mas marginal mesmo: à

margem de tudo [...].

(Fonte: Trecho de carta de **Hélio Oiticica** a Lygia Clark, outubro de 1969. Retirado de Galeazzi, 2016, p. 25).

Fonte: Elaboração do autor.

Possível hipótese conclusiva: As categorias de “maldito” e “marginal” não são sinônimas, nem tanto por seu caráter semântico, mas por sua dimensão sociológica: a primeira é assumida pelos próprios artistas como categoria nativa (de identidade) enquanto a segunda surge de uma imposição externa de rotulação operada por instituições sociais, como a indústria fonográfica, a crítica especializada e o Estado.

A marginalidade, como assumida por artistas, relaciona-se a uma condição estética e social, estabelecendo algo diverso de “maldito”, categoria que não conforma um grupo artístico marcadamente delineado. Seria possível pensar a dimensão da marginalidade estética atrelada àquilo que Coelho (2010) chama de “cultura marginal”, artistas que, após o tropicalismo, sob vigência de uma forte repressão política (AI-5), reconhecem-se em uma identidade estética marginal (figura 1 e quadro 4). Nesse sentido, é possível avaliar as distinções de conformação de grupos, escolas e movimentos artísticos tanto a partir de uma identidade (em sentido antropológico) assumidas ou rotulada por condições e instituições externas quanto a partir de um crivo analítico da historiografia e da crítica literária, musical e de arte.

Figura 1 – “Seja marginal, seja herói”



Fonte: Hélio Oiticica. Seja marginal, seja herói. Fotografia da obra. Disponível em: <http://desacato.info/wp->

<content/uploads/2018/04/seja-marginal-seja-her%C3%B3h%C3%A9lio-oiticica.jpg>, acesso em 01 jan. 2021.

Quadro 4 – Trechos de obras artísticas em que artistas assumem a categoria “marginal”

Fui tratado como um louco, enganado feito um bobo Devorado pelos lobos, derrotado sim Fui posto de lado e fui um marginal enfim O pior dos temporais aduba o jardim (SAMPAIO, Sérgio. <i>Ninguém vive por mim</i> , 1977)
Sou um marginal porque descobri Que a margem fica dentro do rio E que a Lagoa Rodrigo de Freitas Está cheia de peixes mortos (DUARTE, Rogério, 2003, p. 19)
A diferença fundamental entre eu e um marginal é que o bicho esfola, aterroriza, estupra, barbariza. Dá cabo e se acaba a esmo. Eu primo pela rima, reviro lixo e acabo comigo mesmo. (ASSUMPÇÃO, Itamar <i>apud</i> HARA, 2018, p. 36)

Fonte: Elaboração do autor.

Deve-se ressaltar que os trechos de poemas e canções de Sérgio Sampaio, Rogério Duarte e Itamar Assumpção são partes que compõem uma obra maior, cuja configuração semântica corresponde a contextos de manifestação estética específica. Há, portanto, uma diferença substancial do uso que é feito desse tipo de fonte (o poema ou a canção) para os trechos de entrevistas dos artistas (quadros 2 e 3), utilizados para demonstrar sua oposição diante da denominação “maldito”. A hipótese de que a categoria “marginal” é assumida por um grupo de artistas como identidade estética deve ser aprofundada e demonstrada com base em fontes diversas, selecionadas e analisadas de acordo com seu contexto histórico. Contudo, a presença do termo “marginal” em obras artísticas não deve ser ignorado, cabendo no escopo deste texto como exemplo da importância deste vocábulo para os a(u)tores do período estudado. Em futuras pesquisas, é possível verificar a configuração estética do termo nas obras artísticas mencionadas, aprofundando a dimensão da marginalidade não apenas para as relações

entre artistas, instituições e contexto histórico, mas, potencialmente, entre autor, obra e público.

Considerações Finais

Esse trabalho avança em uma discussão que pretende se distinguir das abordagens teóricas tradicionais utilizadas para analisar as manifestações artísticas e culturais das décadas de 1960-70. Ainda que seja importante e necessário considerar a influência de instituições sociais que conformam a produção e a recepção das obras artísticas desse período, como o Estado e a indústria cultural, pretende-se ir além de uma compreensão dos grupos contraculturais como alienados e/ou cooptados pela massificação inerente à indústria cultural. Nesse sentido, é mobilizada a noção de crítica de Luc Boltanski (2013), de vanguarda de Gilberto Velho (1977) e de realismo reflexivo de Renato Ortiz (2001), argumentando pela reflexividade dos grupos e dos atores sociais em seus fluxos de relações e interações com o projeto de cultura oficial defendido pelo regime militar.

Essa reflexividade não se restringe, contudo, ao plano teórico dos pressupostos, mas se materializa quando percebemos a complexidade dos rótulos e categorias impostos e/ou assumidos por determinados artistas desse período. Se por um lado há uma recusa da categoria de “maldito” como algo externo e imposto por instituições “oficiais”, há uma incorporação da categoria de “marginal” como elemento estético e, conseqüentemente, ético-político. Essa operação entre categorias, ainda que pareça banal e pouco relevante em questões empíricas, conforma uma crítica de caráter artístico e estético, ou seja, uma forma de lidar com a dominação imposta pelo regime militar através de comportamentos, valores e adornos corporais socialmente estigmatizados e tidos como desviantes; elementos que se incorporam nas obras e que podem exercer, diretamente ou indiretamente, força crítica contra a realidade sustentada por um regime político e econômico.

Ainda que não tenha procedido a uma pesquisa documental com produção de dados robustos, o trabalho deixa pistas para futuras pesquisas e esboça argumentos preliminares que podem ou não ser confirmados em uma futura pesquisa. Uma de suas possíveis contribuições, contudo, está em mostrar o quanto parte da produção acadêmica diverge quanto a pontos relativamente simples, mas que podem conformar toda uma análise de determinados fatos históricos e culturais sobre esse período.

Os malditos continuam malditos. A questão que motiva o trabalho permanece: “quem são os malditos?”. Essa inquietação continua orientando a possibilidade de pesquisas e, mais do que isso, a apreciação de manifestações artísticas de caráter contracultural, marginal... Maldito? Para um momento político saudosista a um regime militar autoritário, esses artistas emergem, junto a outros contemporâneos, como referência de crítica social, política e estética. Como cantam Torquato Neto e Jards Macalé em *Let's play that* (1972), dois malditos da música popular brasileira, é preciso “desafinar o coro dos contentes com um sorriso entre dentes”:

eis que o anjo me disse
apertando minha mão
com um sorriso entre dentes
vai bicho desafinar
o coro dos contentes
let's play that

Referências

ALMEIDA, José Eduardo Rube de. *Baudelaire, Rimbaud e o mito do poeta maldito na canção brasileira (1980-2010)*. Dissertação (Mestrado em Língua e Literatura Francesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8146/tde-29092015-174339/publico/2015_JoseEduardoRubeDeAlmeida_VOrig.pdf, acesso em 01 jan. 2021.

BARREIROS, Daniel de Pinho. *Intelectuais e Estrutura Social: uma proposta teórica*. *Sinais Sociais*, v. 9, 2009. Disponível em: <https://www.sesc.com.br/wps/wcm/connect/956e0926-030f-4649-8840-c97302ff720a/09.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=956e0926-030f-4649-8840-c97302ff720a>, acesso em 01 jan. 2021.

BECKER, Howard. S. *Mundos da Arte*. Lisboa: Livros Horizonte, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *O Mercado de Bens Simbólicos*. In: *A Economia das Trocas Simbólicas*. 6ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BOLTANSKI, Luc. *Sociologia da Crítica, Instituições e o novo modo de dominação gestonária*. *Sociol. Antropol.*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 441-463, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sant/v3n6/2238-3875-sant-03-06-0441.pdf>, acesso em 01 jan. 2021.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *O Novo Espírito do Capitalismo*. São. Paulo: Martins Fontes, 2009.

BOMFIM, Leonardo Corrêa. *A Eclosão da Tropicália e os migrantes nordestinos*. In: *VI ENABET - Encontro Nacional da Associação Brasileira de Etnomusicologia*, 2013, João

Pessoa - PB. Música e Sustentabilidade, 2013, pp. 295-302. Disponível em: https://www.abet.mus.br/download/AnaisVI_ENABET2013.pdf, acesso em 01 jan. 2021.

COELHO, Frederico. *Eu, brasileiro, confesso minha culpa e meu pecado: cultura marginal no Brasil das décadas de 1960 e 1970*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

DUARTE, Rogério. *Tropicaios*. São Paulo: Azougue Editorial, 2003.

FALBO, Conrado Vito Rodrigues. *Beleléu e Pretobrás: palavra, performance e personagens nas canções de Itamar Assumpção*. Dissertação (Mestrado em Letras) - CAC, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7477/1/arquivo3873_1.pdf, 13 mar. 2021.

GALEAZZI, Annelise Estrella. *Seja marginal, seja herói: o poema-bandeira de Hélio Oiticica*. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Letras) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000985032&opt=1>, acesso em 13 mar. 2021.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde – 1960/1970*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.

LAGE, Rafael. Artista Artesão ou Artista Igual Pedreiro: de Mozart a Macaco Bong, uma história de lutas por autonomia. *Revista História e Cultura*, Franca: São Paulo, v.2, n.1, p. 166-182, 2013. Disponível em: <https://periodicos.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/article/view/849/900>, acesso em 01 jan. 2021.

MAGALHÃES, T.; DOMITH, L. de S.; TEIXEIRA, P. B. “Tropicália, triunfo do rico e aplauso do genocídio”. Entrevista com Gilberto Vasconcellos. *Revista IHU On-line*, São Leopoldo, ano XII, nº 411, 10 de dezembro de 2012, p. 37. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao411.pdf>, acesso em 01 jan. 2021.

MAGALHÃES, T.; WOLFART, G. Tropicalismo, “força fatal” da música popular. Entrevista com Frederico Coelho. *Revista IHU On-line*, São Leopoldo, ano XII, nº 411, 10 de dezembro de 2012, p. 21-23. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao411.pdf>, acesso em 01 jan. 2021.

MANNHEIM, Karl. *Sociologia da cultura*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

MARTINS, Luciano. *A “geração AI-5” e Maio de 68: duas manifestações intransitivas*. Rio de Janeiro: Argumento, 2004.

MATTOSO, Glauco. *O que é Poesia Marginal?*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

NAPOLITANO, Marcos. A historiografia da música popular brasileira (1970-1990): síntese bibliográfica e desafios atuais da pesquisa histórica. *Artcultura*, v. 8, n. 13, 11. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/1422>, acesso em 01 jan. 2021.

NAPOLITANO, Marcos. *Seguindo a canção*: engajamento político e indústria cultural na MPB (1959-1969). São Paulo: Fapesp/Annablume, 2001.

NAVES, Santuza. C. et al. Levantamento e comentário crítico de estudos acadêmicos sobre música popular no Brasil. *ANPOCS bib – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, v. 51, p. 1-54, 2001. Disponível em: http://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Naves-Levantamento_estudos_academicos_musica_popular_Brasil.pdf, acesso em 01 jan. 2021.

ORTIZ, Renato. *A Moderna Tradição Brasileira*. 5ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2001.

PEIXOTO, Pablo de Melo. *Made in Bra(s)zil – um estudo do jogo de forças na música brasileira no tempo do tropicalismo*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007. Disponível em: <http://repositorio.ufjf.br:8080/ispui/bitstream/ufjf/2888/1/pablodemelopeixoto.pdf>, acesso em 01 jan. 2021.

SAMPAIO, Sérgio. *Ninguém vive por mim*/História de um boêmio (Um abraço em Néelson Gonçalves). Rio de Janeiro: Continental, 1977.

SCHWARZ, Roberto. Cultura e política, 1964-1969. In: *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SOUZA, Miliandrade Garcia de. Cinema Novo: A cultura popular revisitada. *História: Questões & Debates*, Editora UFPR: Curitiba, n. 38, 2003. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/2717/2254>, acesso em 01 jan. 2021.

TINHORÃO, José Ramos. *Pequena história da música popular*: da modinha ao tropicalismo. São Paulo: Art Editora, 1986.

VASCONCELLOS, Gilberto. *Música popular*: De olho na fresta. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

VELHO, Gilberto. Vanguarda e Desvio. In: VELHO, G. (org.) *Arte e Sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1977, pp. 27-38.

VENTURA, Leonardo Carneiro. *Música dos espaços*: Paisagem Sonora do Nordeste no Movimento Armorial. (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/16995/1/LeonardoCV.pdf>, acesso em 01 jan. 2021.

WILLER, Cláudio. Os poetas malditos: de Nerval e Baudelaire a Piva. *Eutomia*, Recife, n. 11, v. 1, p. 129-147, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/EUTOMIA/article/viewFile/244/206>, acesso em 01 jan. 2021.

WISNIK, José Miguel. A Gaia Ciência. Literatura e Música Popular no Brasil. In: *Sem Receita: ensaios e canções*. São Paulo: Publifolha, 2004.

ANEXO 1 - Composição do *corpus* empírico (Música)

ALMEIDA, Laís Barros Falcão de. *A MPB em mudança: cartografando a controvérsia da nova MPB*. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/17438/1/A%20MPB%20EM%20MUDAN%20c3%87A%20cartografando%20a%20controv%20c3%a9rsia%20da%20nova%20MPB.pdf>, acesso em 01 jan. 2021.

ARAÚJO, Luís André Bezerra de. *Sérgio Sampaio e a paródia tropicalista em Eu quero é botar meu bloco na rua*. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/6281/1/arquivototal.pdf>, acesso em 01 jan. 2021.

BRITO, F. N. M. O Poeta do Riso e da Dor: a relação entre música e história na obra de Sérgio Sampaio (1970-1980). *Vozes, Pretérito & Devir*, v. IV, p. 126-141, 2015.

CAMPOS, Diego de Moraes. Tom Zé e Jards Macalé nos festivais de canção brasileira (1968-1969): Tropicalismo, Contracultura e música popular urbana na mesa Contracultura e cultura popular no Brasil. ANAIS DA XII JORNADA DE ESTUDOS HISTÓRICOS PROFESSOR MANOEL SALGADO, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.jornadaeh.historia.ufrj.br/wp-content/uploads/2017/12/Diego-de-Moraes-Campos.pdf>, acesso em 01 jan. 2021.

COELHO, Frederico. Quantas margens cabem em um poema? Poesia marginal ontem, hoje e além. In: FERRAZ, Eucanaã (org.). *Poesia marginal: palavra e livro*. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2013. Disponível em: https://www.academia.edu/26637039/Quantas_margens_cabem_em_um_poema_Poesia_marginal_ontem_hoje_e_al%C3%A9m, acesso em 01 jan. 2021.

DANTAS, Danilo Fraga. *A prateleira do Rock Brasileiro: uma análise das estratégias midiáticas utilizadas nos discos de Rock Brasileiro nas últimas cinco décadas*. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador: Bahia, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/12906/1/Danilo%20Fraga%20Dantas.pdf>, acesso em 01 jan. 2021.

DINIZ, S.; ÁVILA, D. “A canção pode morrer, mas eu não vou morrer, não...”: uma entrevista com Kiko Dinucci. *Música Popular em Revista*, Campinas, ano 5, v. 2, p.

176-199, jan.-jul. 2018. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/muspop/article/view/13141/8508>, acesso em 01 jan. 2021.

DINIZ, Sheyla Castro. *Desbundados e marginais*: MPB e contracultura nos “anos de chumbo” (1969-1974). Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas: UNICAMP/Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2017, pp. 92-144. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/331542/1/Diniz_SheylaCastro_D.pdf, acesso em 01 jan. 2021.

DINIZ, Sheyla Castro. *Desbundados e marginais*: a MPB “pós-tropicalista” no contexto dos anos de chumbo. XII BRASA: CONGRESSO INTERNACIONAL DA BRAZILIAN STUDIES ASSOCIATION. King’s College, Londres, Inglaterra, 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/11415960/Desbundados_e_marginais_a_MPB_p%C3%B3s_tropicalista_no_contexto_dos_anos_de_chumbo, acesso em 01 jan. 2021.

DIOGO, Ulisses Monteiro Coli. “É impossível levar um barco sem temporais”: os Malditos da MPB e a crítica musical em fins da década de 1960 e década de 1970. In: V CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA: NOVAS EPISTEMES E NARRATIVAS CONTEMPORÂNEAS, 2016, Jataí – Go. Anais... 2016. pp. 1-15. Disponível em: http://www.congressohistoriajatai.org/2016/resources/anais/6/1477956546_ARQUIVO_artigojatai.pdf, acesso em 01 jan. 2021.

FERRAZ, Ivan de Bruyn. *Música como missão*: experiência e expressão em Itamar Assumpção. 199 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Guarulhos, 2013. Disponível em: <http://repositorio.unifesp.br/bitstream/handle/11600/39331/Publico-39331.pdf?sequence=1&isAllowed=y>, acesso em 01 jan. 2021.

FREIRE, Guilherme Araujo. A produção artística de Tom Zé na década de 1970: considerações sobre o projeto da música “operária” e o disco Estudando o samba. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 68, 2017, pp. 122-144. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/4056/405654439007/405654439007.pdf>, acesso em 01 jan. 2021.

FREIRE, G. A. A atividade de Tom Zé durante o ostracismo: Experimentando às margens da grande indústria. In: III SIMPÓSIO BRASILEIRO DE PÓS-GRADUANDOS EM MÚSICA, 2015, Rio de Janeiro. Anais do III SIMPOM, 2015. p. 552-561.

GATTI, Vanessa Vilas Boas. *Súditos da rebelião*: estrutura de sentimento da Nova MPB (2009-2015). Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-22122015-110930/publico/2015_VanessaVilasBoasGatti_VCorr.pdf, acesso em 01 jan. 2021.

GRAGNANI, Giuliana de. *Os artistas experimentais da MPB nos anos 70 vistos pela imprensa da época*. Projeto de pesquisa. Orientador: Herom Vargas. Universidade Municipal de São Caetano do Sul, São Caetano do Sul - SP, USCS, 2010.

HARA, Tony. Amizade e Criação. *VEREDAS - Revista Interdisciplinar de Humanidades*, [S.l.], v. 1, n. 2, p. 18-42, dez. 2018. Disponível em: <https://revistas.unisa.br/index.php/veredas/article/view/54/28>, acesso em 01 de jan. 2021.

MACHADO, Silas Rodrigues. *Cancionista urbano no Brasil e no México: identidade, território e conflitos em canções de Itamar Assumpção e Rodrigo González*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Instituto Latino Americano de Arte, Cultura e História. Programa de Pós-Graduação em Literatura Comparada. Foz do Iguaçu - PR, 2018. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/4162/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20SILAS%20RODRIGUES%20MACHADO%20FINAL.pdf?sequence=1&isAllowed=y>, acesso em 01 jan. 2021.

MENEZES, L. M. ; ROCHA, D. Uma abordagem discursiva da censura no Brasil em tempos de ditadura: Gonzaguinha e a resistência pela música. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 6, p. 73-90, 2014. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10560/6902>, acesso em 01 jan. 2021.

MOTA, L. D. Jards Macalé - tramas variadas. *IPOTESI* (Juiz de Fora. Online) , v. 20, p. 101-109, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufff.br/index.php/ipotesi/article/view/19367>, acesso em 01 jan. 2021.

MOTA, Lia Duarte. Morbidez e beleza, amor e humor – A estética presente em Aprender a Nadar. *Fonogramas - Revista do Núcleo de Estudos em Literatura e Música* (NELIM). PUC-Rio, março de 2012. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/19441/19441.PDF>, acesso em 01 jan. 2021.

NAPOLITANO, M. A música popular brasileira (MPB) dos anos 70: resistência política e consumo cultural. *ANAIS DO 4º CONGRESSO DA SEÇÃO LATINO-AMERICANA DA INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR STUDY OF POPULAR MUSIC (IASPM-AL)*, México, 2002. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/fevereiro2012/historia_artigos/2_napolitano70_artigo.pdf, acesso em 01 jan. 2021,

PRUDÊNCIO, Washington Luis Teodoro. *Sérgio Sampaio: antitropicalismo na canção de um tropicalista convicto*. Trabalho de conclusão de graduação (Graduação em Letras: Licenciatura) - Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/29156/000775936.pdf?sequence=1>, acesso em 01 jan. 2021.

RIBAS, Rafael Malvar. *Contracultura musical brasileira: movimentos e particularidades*. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura) - Universidade Presbiteriana Mackenzie: São Paulo, 2006. Disponível em:

<http://tede.mackenzie.br/jspui/bitstream/tede/2953/5/Rafael%20Malvar%20Ribas.pdf>, acesso em 01 jan. 2021.

SALDANHA, Rafael Machado. *ESTUDANDO A MPB: Reflexões sobre a MPB, Nova MPB e o que o público entende por isso*. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, 2008. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2618/CPDOC2008RafaelMachadoSaldanha.pdf?sequence=1&isAllowed=y>, acesso em 01 jan. 2021.

SECCO, H. S. *Sei dos Caminhos: análise das canções de Itamar Assumpção e Alice Ruiz, a partir dos conceitos semióticos desenvolvidos por Luiz Tatit*. (Mestrado em Música), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012. Disponível em: <https://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/27548/R%2520-%2520D%2520-%2520SECCO%2520C%2520HELENA%2520SAVARIS.pdf?sequence=1&isAllowed=y>, acesso em 01 jan. 2021.

SILVA, Antonio Cesar. *Jorge Mautner e seus múltiplos na escrita autobiográfica*. Tese. (Doutorado em Letras). Universidade Federal da Bahia. Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura. Salvador: Bahia, 2016. Disponível em: <http://www.ppglitcult.letas.ufba.br/sites/ppglitcult.letas.ufba.br/files/Tese%20de%20Ant%C3%B4nio%20C%20A%20Silva%20Silva%20%281%29.pdf>, acesso em 01 jan. 2021.

SILVA, L. H. O.; SILVA, Wilton C. L. . Deus te preteje: identidade e sentimento na música de Itamar Assumpção. *Opsis*, v. 15, p. 257-270, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/view/30806/20047>, acesso em 01 jan. 2021.

SILVA, Rita de Cassia da Cruz. *Singular e plural: os vários "eus" de Bebeléu*. Dissertação (Mestrado em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8156/tde-11042013-121316/publico/2012_RitaDeCassiaDaCruzSilva.pdf, acesso em 01 jan. 2021.

VITO, Conrado Rodrigues Falbo. *Bebeléu e Pretobrás: palavra, performance e personagens nas canções de Itamar Assumpção*. 2009. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7477/1/arquivo3873_1.pdf, acesso em 01 jan. 2021.

ZAN, José Roberto. Jards Macalé: desafinando coros em tempos sombrios. *Revista USP*, v. 1, p. 156-171, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13838/15656>, acesso em 01 jan. 2021

¹ Uma primeira versão deste texto foi apresentada no Encontro Regional Pré-SBS Sudeste de Minas Gerais, 2018, no GT 5: “Cidade, cultura e política”, onde a pesquisa recebeu importantes sugestões dos presentes. Agradeço também ao Prof. Dr. Victor Luiz Alves Mourão (DCS/UFV) pelos comentários e sugestões feitos a este trabalho.

² Deve-se mencionar a presença de movimentos artísticos mais ou menos articulados em todas as regiões do país no mesmo contexto histórico aqui trabalhado. O trabalho, contudo, focaliza sua atenção no eixo Rio-São Paulo, consciente que tal escopo é frequentemente privilegiado, sendo um polo hegemônico de atenção das produções acadêmicas sobre manifestações artístico-culturais das décadas de 1960-70. Para um exemplo de movimento artístico nordestino na década de 1970 e sua inserção no campo cultural brasileiro, ver os capítulos 1 e 2 de Ventura (2007).

³ A partir de uma análise documental, Miliandrade Souza (2003, pp. 139-142) argumenta que em Congressos de Cinema realizados em São Paulo entre 1952 e 1953 já havia teses que demarcavam explícitas fronteiras entre uma concepção de arte, cultura e cinema ‘popular’ e uma concepção da indústria cinematográfica, posições que se aprofundam ao longo da década de 1960.

⁴ Pode-se mencionar o crítico José Ramos Tinhorão (1986) como exemplo radical da separação entre politização e indústria cultural. Para um amplo panorama da historiografia da música popular brasileira na década de 1970, conferir Napolitano (2006).

⁵ Em uma entrevista de 2012, Frederico Coelho entende a juventude contracultural (marginália) como um desdobramento da tropicália, o que marca um nexos fundamental entre estes grupos. Para o autor, deve-se “demarcar dois eixos históricos de ação cultural no Brasil dos anos 1950-1960. Um vindo dos desdobramentos do movimento neoconcreto carioca, do cinema novo, dos debates no âmbito da Nova Objetividade Brasileira, tudo que desaguou no conceito “tropicália”, cunhado por Hélio Oiticica. Outro, vindo da experiência de jovens músicos e intelectuais baianos, cariocas e paulistas ao redor dos dilemas da música popular brasileira – MPB no âmbito da cultura de massas e da contracultura mundial. Em 1968, esses dois eixos radicais de pensamento sobre a modernidade brasileira confluem em ações comuns que resultam no que viria a se chamar após 1968 de ‘cultura marginal’ ou ‘marginália’” (MAGALHÃES; WOLFART, 2012, p. 21).

⁶ Cabe a uma futura pesquisa empírica aprofundar os argumentos e a hipótese aqui levantada. Em vista disso, a escrita flerta com um tom ensaístico, testando elementos que ainda estão passíveis de verificação mais profunda. Para além da produção científica aqui estudada, é possível agregar documentos da crítica de arte e matérias jornalísticas que abordam o mesmo assunto.

⁷ Essa pesquisa foi feita em 31 de agosto de 2019 no *Google Scholar* (<https://scholar.google.com.br/>) a partir da opção “Pesquisa avançada”.

⁸ Esse critério foi estabelecido para que se possa selecionar trabalhos que tragam, minimamente, menções, conceituações e/ou discussões sobre as categorias de “maldito” e “marginal”.

⁹ A década de 1980 foi incluída entre os critérios de seleção, pois, ao longo da execução da pesquisa, foi verificado que importantes artistas (tidos como) “malditos” têm sua carreira consolidada nesta década, embora tenham iniciado sua trajetória musical no início ou em meados dos anos 1970. Dentre eles, destaca-se o nome de Itamar Assumpção e Arrigo Barnabé.

¹⁰ Segundo Wisnik (2004, p. 225), na década de 1950, teria surgido no Brasil uma “[...] nova forma da ‘gaia ciência’, isto é, um saber poético-musical que implica uma refinada educação sentimental”. Para o autor, essa relação não se dá a partir de elementos ‘externos’ às canções, mas em sua própria estrutura formal: “[...] a relação entre canção popular e literatura, no Brasil, se ela de fato existe como atração magnética numa parte respeitável dessa produção, não se deve a uma aproximação exterior em que melodias servem de suporte a ‘inquietações’ cultas e letradas, mas à demanda interior de uma canção que está a serviço do estado musical da palavra, perguntando à língua o que ela quer, e o que ela pode.

¹¹ Ainda que não tenha sido verificada em pesquisa sistemática, ao longo da execução da pesquisa colocou-se a hipótese de que há uma diferença em como as categorias de “maldito” e “marginal” são tratadas na literatura e na música. Primeiramente, os malditos na literatura remetem a uma tradição de caráter estético que remonta aos simbolistas franceses, como Verlaine e Rimbaud. Em segundo lugar, os artistas apresentados como malditos não correspondem àquelas mencionados quando há ênfase na música. Na tradição literária, escritores como Cruz e Souza, Lima Barreto, Roberto Piva e Cláudio Willer são apresentados como malditos. Sobre a trajetória de poetas malditos franceses e relações com a tradição literária e musical brasileira, ver Willer (2013) e Almeida (2015).

¹² É importante salientar que um mesmo autor pode apresentar em diferentes formatos.

Artigo recebido em 11 de janeiro de 2021.
Aceito para publicação em 31 de março de 2021.

A ESTRADA 47 E O PASSADO: O FILME E A EXPERIÊNCIA DOS EXPEDICIONÁRIOS NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

ROAD 47 AND THE PAST: THE FILM AND EXPEDITIONARY EXPERIENCE IN SECOND WORLD WAR

Matheus Mendanha CRUZ*

Resumo: O texto a seguir busca comparar a narrativa de Vicente Ferraz exposta em *A estrada 47* (2014) sobre a vivência dos expedicionários na Itália com os relatos de ex-combatentes e os resultados de pesquisas feitas por historiadores. Com isso tentamos fazer uma decupagem histórica do filme, observando como que o passado é apresentado no longa-metragem. O que conseguimos observar é que houve esmero na busca do que ocorreu com os soldados na Itália. Dessa forma *A estrada 47* (2014) cumpre com o objetivo de trazer à tona a memória sobre a Força Expedicionária Brasileira – FEB – e evidenciar os dramas vividos pelos sujeitos que lutaram no teatro de operações da Itália.

Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial; História e cinema; Decupagem Histórica.

Abstract: The following text aims to compare Vicente Ferraz's narrative in *A Estrada 47* (2014) about the expeditionaries' experience in Italy with the reports of former combatants and the results of research done by historians. With this comparison, we intended to make historical decoupage of the movie, observing how the past is presented in the film. What we have been able to observe is that there has been careful research into what happened to the soldiers in Italy. In this way, *A Estrada 47* (2014) fulfills the objective of bringing up the memory of the Brazilian Expeditionary Force - BEF - and highlighting the dramas experienced by the ones who fought in the Italian theater of operations.

Keywords: Second World War; History and Cinema; Historical Decoupage.

A Estrada 47 é um filme dirigido por Vicente Ferraz lançado na Itália em 2013, no Brasil em 2014 no Festival de Gramado, chegando ao grande público em 2015. O primeiro ponto a destacar é que se trata de um longa-metragem de ficção que, segundo o diretor, tem como objetivo falar dos hiatos entre batalhas ocorridas durante a II Guerra Mundial e a vivência pessoal dos expedicionários brasileiros que estiveram na Itália.

Escolhemos analisar esse filme porque é um dos poucos que tratam da participação das forças brasileiras na II Guerra Mundial. O longa-metragem revive a discussão sobre a participação do Brasil durante o conflito, colocando em voga as memórias da FEB e tensões existente em torno delas¹. Cesar Maximiano (2005, p.10) coloca na sua tese que “o esquecimento da participação brasileira no conflito no

* Mestre em História - Programa de Pós-graduação em História - Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG. Ponta Grossa, PR - Brasil. Bolsista CAPES. E-mail: matheusmcruz@live.com.

contexto da memória coletiva nacional, estranhamente, não se deve a um suposto desleixo de nossa produção historiográfica”. Ou seja, um filme brasileiro que trate da temática é bastante significativo para a (re)construção de uma memória coletiva sobre a participação do Brasil na II Guerra Mundial e, conseqüentemente, do lugar geopolítico ocupado pelo país.

Além do filme participar da discussão sobre a memória da participação do Brasil no conflito mundial, aborda o evento por uma visão que enfrenta o que está posto como hegemônico quando se preocupa com a vivência pessoal e emoções dos praças². Maximiano (2005, p. 16-17) indica que a narrativa institucional se sobrepôs às demais dando foco a eventos gloriosos e fazendo apologia a feitos heroicos, ressaltando chefes militares e façanhas de seus comandados.

Essa mudança de olhar sobre a participação do Brasil na II Guerra Mundial acaba por trazer desconforto para algumas pessoas que colocam esse modelo de abordagem como uma tentativa de acabar com a memória da FEB³. Essa tensão torna ainda mais relevante a reflexão sobre o longa-metragem e o que Vicente Ferraz privilegia na sua narrativa.

Outro ponto a ser destacado que nos levou a debruçar-nos sobre o filme de Vicente Ferraz é a sua presença no catálogo brasileiro da Netflix, o que podemos considerar como indicador de maior acesso do público, além de também ter sido exibido em canais fechados como Tele Cine, Fox e Canal Brasil.

A análise de um filme pode ser feita de várias formas. Tomamos como caminho o proposto por Manuela Penafria (2009). A autora indica a divisão da análise em duas etapas, sendo a primeira a decupagem do filme e a segunda a interpretação em si, buscando compreender a relação entre os elementos decompostos. Sendo assim, a primeira parte tem como objetivo “explicar/esclarecer o funcionamento de um determinado filme e propor-lhe uma interpretação” (2009, p. 1) e é a essa que nos ateremos. Já a segunda etapa objetiva “avaliar, ou seja, atribuir um juízo de valor a um determinado filme - trata-se de determinar o valor de um filme em relação a um determinado fim (o seu contributo para a discussão de um determinado tema, a sua cinematografia, a sua beleza, a sua verdade, etc.)” (2009, p. 2).

No presente texto propomos, primeiramente, o que chamamos de decupagem histórica, que seria a decomposição do filme analisando os eventos e fatos históricos evocados nas cenas. Intentamos com isso preparar o caminho para uma análise mais ampla, que seria a segunda etapa proposta por Penafria (2009), que foque na construção

da narrativa histórica pelo diretor e que não teremos espaço para fazê-lo nesse momento.

Para alcançar nosso objetivo nos ateremos de forma mais específica à relação do filme com a II Guerra Mundial. A partir dessa ação propomo-nos, nesse trabalho, a compreender a proximidade do filme com os eventos ocorridos com os ex-combatentes na Itália no intuito de discutir a relevância do longa-metragem para a memória acerca da FEB. Para tal, esclarecemos alguns pressupostos do trabalho para clarificar ao leitor o caminho percorrido e as ideias expostas.

Primeiramente, temos a clareza de que o longa-metragem não tem por intenção apresentar a realidade tal qual ocorreu no teatro de operações na Europa, o que é impossível de ser realizado mesmo com obras não-ficcionais. Mesmo assim, consideramos relevante comparar o que está posto na película e o que a historiografia e os relatos indicam acerca das vivências dos combatentes durante a guerra na Itália, principalmente porque o cinema traz um caráter didático bastante significativo⁴.

O segundo pressuposto que pontuamos aqui é que entendemos que um filme sempre fala do seu próprio presente. Ou seja, *A Estrada 47* (Vicente Ferraz, 2013) é uma fonte sobre o início do século XXI e não sobre a II Guerra Mundial. O que nos interessa nesse filme no momento é a forma como a memória sobre esse evento, que podemos considerar como traumática⁵, está sendo mobilizada. Para que possamos alcançar tal objetivo é preciso, além de analisar o longa-metragem e o presente no qual ele foi idealizado e produzido, debruçar-nos sobre o período ao qual ele faz referência.

Apresentados esses pressupostos, o texto inicia com uma apresentação do filme, com aspectos gerais sobre a sua produção. Seguido de subtítulos que estão organizados a partir de temáticas vivenciadas, ou não, pelos personagens do longa-metragem. São elas: vivências do mineiro na Itália; medo, morte e trauma; e relacionamentos.

A Estrada 47

A estrada 47 (Vicente Ferraz, 2013) é uma ficção sobre um grupo de soldados brasileiros da FEB – Força Expedicionária Brasileira - que sofre um ataque de pânico e acabam abandonando sua posição. Parte do pelotão retornou ao quartel, enquanto quatro⁶ acabaram sendo encontrados no dia seguinte (ao que dá a entender) e, para não encararem a corte marcial, resolvem se arriscar a tirar minas de uma estrada que permitiria o avanço das tropas aliadas durante a II Guerra Mundial.

A maior parte da narrativa se passa no hiato entre batalhas. Há apenas uma cena de conflito entre brasileiros e alemães e esta se dá quando os germânicos passam por uma casa onde os aliados estavam passando a noite. A cena posterior mostra os brasileiros capturando um soldado alemão que havia sido ferido no confronto da noite anterior, sendo esse prisioneiro quem os guia à estrada que eles haviam se proposto a desminar. Após lograrem êxito na missão, os soldados brasileiros se encaminharam para o povoado de San Giusto, onde seus habitantes, que pertenciam à resistência italiana, estavam esperando os estadunidenses com suprimentos. O exército aliado só conseguiria chegar até esse local se a estrada 47 estivesse “limpa”, ou seja, sem minas. Quando os brasileiros chegam e avisam do seu feito são recebidos com desconfiança por parte dos italianos e dos estadunidenses, que não acreditam na informação passada pelo rádio. O filme termina com os estadunidenses comprovando o feito dos brasileiros e chegando ovacionados pelos italianos na vila supracitada.

Consideramos o longa-metragem como um drama bélico⁷. Desta forma, uma de suas características é que a reconstrução da guerra não está nas grandes batalhas e nem nas dimensões políticas da guerra, mas está centrada nas reflexões humanas. Vicente Ferraz⁸ afirma que o que lhe interessou na história da FEB foi o aspecto humano, para além do político e militar. Podemos indicar que devido a esse interesse o filme não está dentro dos parâmetros do gênero guerra.

Segundo o diretor, em entrevista ao *podcast* História FM (2020), os primeiros tratamentos do filme começaram em 2002, entretanto o filme só foi rodado a partir do ano de 2010. Vicente Ferraz indica que esse tempo espaçado foi útil para amadurecer ideias para a narrativa. *A estrada 47* é uma coprodução entre Brasil, Itália e Portugal, sendo cerca de 70% do total do investimento advindo do Brasil, estes assegurados por leis de incentivo à cultura. Foi o quinto filme dirigido pelo diretor, sendo o segundo longa-metragem de ficção.

Como já ressaltamos, o filme não teve intenção de ser *fiel* ao que aconteceu na Itália, é uma ficção, mas ele não deixa de intencionar contar uma história da FEB. Entretanto o esforço que Vicente Ferraz faz para tornar os acontecimentos do filmes verossímeis são de se destacar. Ao fazer uma obra que busca retomar o passado, dando foco para a vivência dos soldados no período de conflito, destacando os praças e não os oficiais⁹, o diretor traz para a discussão pontos sensíveis que passam despercebidos por narrativas que enfocam o desenrolar político dos fatos e que enveredam pela tendência de conferir destaque às batalhas, ignorando os indivíduos que as lutaram; pontos

sensíveis estes que também são secundarizados pelo gênero do filme de guerra, pautado na construção de heróis.

Esse olhar sobre o passado certamente sofre influência da literatura que o diretor se utilizou para fazer a pesquisa histórica para o filme. Em entrevista ao *podcast* História FM, Vicente Ferraz afirmou que utilizou as seguintes obras: *Guerra em surdina* (1964), *Crônicas da Guerra na Itália* (2014), *Mina R* (1973) e *Estrada para Fornovo* (2009). O que nos chama a atenção é que nenhuma das obras a que o autor fez referência para o seu processo criativo, e que estão citadas acima, são de historiadores. *Guerra em surdina* é um livro de ficção escrito pelo ensaísta e conhecido tradutor de obras russas Boris Schnaiderman, que lutou como pracinha na II Guerra Mundial. *Crônicas da guerra na Itália*, como o título expressa, são crônicas escritas por Rubem Braga, que foi correspondente durante o conflito na Itália e ganhou fama por suas crônicas. *Mina R* foi escrito por Roberto de Mello e Souza, que lutou como cabo na FEB, e cuja história trata de um soldado que se ocupa de desarmar uma mina durante a guerra. *Estrada para Fornovo* foi escrito por Fernando Fernandes que, muito embora se dedique à pesquisa, principalmente acerca da Marinha, é advogado por profissão. O que podemos perceber, na prática, é que a maioria dos livros utilizados no processo criativo foi escrito por pessoas que estiveram presentes no teatro de operações da Itália.

Embora o diretor não tenha buscado na historiografia informações para organizar sua narrativa, provavelmente por querer focar a vivência particular dos soldados, a presença do nome de Cesar Maximiano nos créditos finais do filme como responsável pela pesquisa histórica¹⁰ aqui no Brasil merece nota. Isso porque Maximiano é doutor em história, sendo a sua tese sobre brasileiros que lutaram na Itália e pautada na análise de entrevistas feitas com expedicionários. Desta forma, o conhecimento e a produção de Maximiano, que também se dedica a olhar o soldado como sujeito, dão ainda mais força para que a narrativa do longa-metragem seja voltada para o lado mais pessoal dos indivíduos que enfrentaram a guerra, lutando nos campos de batalhas da Europa.

Para finalizar essa seção sobre o filme, seus objetivos e construção destacamos ainda dois momentos em que a linguagem cinematográfica utilizada dá a sensação para quem está assistindo de que está frente a uma história que realmente poderia ter ocorrido durante a II Guerra Mundial. A técnica empregada é a utilização de imagens de arquivos, que é “um dos elementos utilizados para transmitir a noção de realidade no Filme Ficcional [...] por vezes esta Imagem pode ser recriada mas, geralmente, é apenas

editada de forma a criar uma continuidade dentro do filme” (CAMACHO, 2010, p. 10), sendo esse o caso aqui.

O primeiro é o início do longa-metragem, momento em que aparece a legenda contextualizando temporalmente onde e quando o filme se passa, logo antes de apresentar-se um trecho de um filme de propaganda militar estadunidense sobre a incorporação da FEB ao 5º exército dos EUA, onde mostra-se treinamento militar e o embarque de tropas brasileiras. Ainda enquanto assistimos as imagens do filme militar a voz-over, que é do personagem Guima, começa a carta que será refletida/escrita no decorrer da história contada no filme. Dessa forma, imergimos na história, nos achamos na Itália acompanhando as reflexões de Guima sobre a guerra e o cotidiano dele e de seus companheiros.

O outro momento ocorre no fim do longa-metragem, em que os sobreviventes do pelotão brasileiro estão sentados já no povoado de San Giusto, após a recepção feita pelos italianos aos estadunidenses. Os soldados estão sentados, cansados, em silêncio, até que o sargento Laurindo começa a cantar baixinho um samba e, logo depois, enquanto ainda se ouve Laurindo cantar, aparece uma foto de soldados da FEB sentados de forma muito semelhante, seguindo-se algumas fotos de expedicionários em momentos semelhantes aos que se passaram o filme. Esse final dá a sensação de que a guerra acabou. Esse efeito ganha força porque as imagens são em preto e branco e, por fim, aparece uma fotografia dos personagens, também em preto e branco, dando a ideia de que lutaram efetivamente na Itália.

Enquanto o início nos insere no conflito através do filme de propaganda, do ritmo mais acelerado das imagens e dos sons que se apresentam; o fim nos distancia do conflito com fotos, não mais pessoas em movimento, e apenas o som da voz de Laurindo cantando, sem batucada. Essa sequência dá a impressão de passado, de rompimento temporal, do fim da guerra.

Entendemos, com isso, que a ideia que se coloca é a de que cada missão é uma guerra, de certa forma, particular. Concluir uma missão é uma vitória, estar vivo é uma vitória. Essa postura podemos encontrar nos relatos de Souza quando ele coloca que “quando você desarma uma mina a guerra fica sendo só sua e que cada mina é uma guerra que você ganha sozinho” (SOUZA, 1973, p. 75).

Soldado na Itália

Nessa seção daremos maior foco à vivência dos expedicionários, de forma geral, e dos mineiros, de forma mais específica, no teatro de operações na Itália no exercício de suas funções. É importante destacar que o filme trabalha com soldados da 1ª Divisão de Infantaria Brasileira que compôs a primeira leva de soldados da FEB que embarcou para a Europa em 1944. Esse fator é importante porque são os primeiros brasileiros a terem contatos com o cotidiano do teatro de operações europeu. Nessa divisão havia um batalhão de engenharia (MAXIMIANO, 2005, p. 12), ao qual pertenciam os personagens principais do filme.

O primeiro aspecto da vivência dos soldados que aparece no filme e que gostaríamos de destacar é a atividade de sapador, ou seja, de desminar. Ainda no início do longa-metragem aparecem os personagens Getúlio e Carioca - Guima deveria estar junto, mas por causa do medo se encontrava mais atrás - desarmando uma mina. Embora seja uma cena relevante para a narrativa do filme, pois é com a detonação dessa mina que há a debandada dos soldados, ela tem algumas incongruências.

Destacamos a primeira delas do fato de os soldados estarem utilizando detector de metais para procurarem a mina. Embora esse instrumento estivesse à disposição, na prática ele ajudava pouco. Souza (1973, p. 105) destaca que comumente os expedicionários utilizam facas para procurar minas, porque os detectores eram muito ruins de carregar, além de indicarem a existência de qualquer metal, por isso, mais apitava do que ficava em silêncio. Embora haja esse relato de Souza (1973), também existem fotos¹¹ que mostram soldados utilizando o instrumento em questão. Tensionando os dois tipos de fontes, ressaltamos que possivelmente fosse utilizado pouco o detector, embora ele não fosse completamente descartado.

Um outro problema que tornava os detectores menos práticos era que eles não indicavam quando a mina era de madeira. Na cena do filme que estamos destacando a mina era de madeira. O que causa estranhamento é que Getúlio e Carioca acham a mina com o detector mesmo ela sendo de madeira¹².

Ainda sobre essa cena, outro ponto a ser observado é que a missão que eles estão cumprindo é noturna, como muitas que ocorreram na Itália, justamente porque no escuro ficava mais difícil de serem vistos¹³. Entretanto, a dificuldade de cumprir o ofício nas condições de frio e escuridão, onde pouco se enxergava e os dedos serviam de *olhos*, é pouco explorada durante a cena.

Outra cena que gostaríamos de destacar sobre o exercício da função é quando eles acham a estrada 47 e Guima a desmina. Dessa vez a ação ocorre durante o dia e

tornam a utilizar o detector para descobrir o início do campo de minas. A sequência é formada por imagens mais centradas na expressão de tensão e apreensão dos soldados - tanto os que esperam longe do campo, como de Guima e do sargento Laurindo que enfrentam a estrada minada - e outras que permitem ressaltar o fundo branco de tanta neve, dando a noção do frio que se enfrentava.

Nessa cena, tanto o sargento quanto Guima utilizam as mãos para retirarem a neve de cima da mina e depois a tirarem do chão. Pela imagem, pressupomos que as minas que eles estejam desarmando sejam *Teller mine* 42¹⁴. Esse tipo de mina, segundo Souza (1973, p. 20), era comumente encontrada e fácil de desarmar. Entretanto quando mexidas era aconselhável afastá-las para um local seguro e, através de corda ou arame e a cinquenta metros deitado de bruços, explodi-las. É isso que é feito, pois, como já haviam explodido algumas e inutilizado dois tanques estadunidenses, podiam as demais estarem desestabilizadas, por isso a escolha de Guima em não as desarmar.

Nos ativemos nessa seção mais à atividade do sapador por entendermos Guima como personagem central do filme, afinal as reflexões são dele na carta que escreve para o pai, e por ele ser um engenheiro. A partir do próximo subtítulo entraremos mais nos objetivos central do longa-metragem, segundo seu próprio diretor, que é levantar a discussão acerca da vivência o soldado e de suas subjetividades durante a guerra.

Medos, morte, insegurança e traumas

O medo é um assunto delicado de ser trabalhado a partir das vivências dos expedicionários. Meron (2009, p. 110) destaca que com o decorrer do tempo a fala sobre os medos enfrentados no teatro de operações da Itália acabou logrando maior liberdade, porque nos anos subsequentes ao conflito era ainda bastante difícil a admissão do medo, como se isso ferisse a imagem construída do soldado corajoso a ponto de dar a vida.

Vicente Ferraz deixa bastante claro no decorrer do filme os medos enfrentados pelos veteranos. A dispersão do início do filme, quando, após a explosão, Piauí começa a correr temendo serem os alemães chegando e, conseqüentemente, os demais soldados o acompanham assustados, é um episódio que demonstra a tensão vivida por esses homens na Itália. Esse tipo de debandada ocorreu mais de uma vez com grupos da FEB como podemos observar nos trabalhos de Oliveira (2001, p. 145) e Meron (2009, p. 119).

Essas debandadas ocorriam pelo medo constante do que poderia ocorrer, principalmente à noite – como é o caso da cena do filme. Souza (1973, p. 16) fala, por exemplo, nos seus relatos sobre o que os soldados chamavam de “boi branco”, algo próximo do medo apresentado por Piauí no longa-metragem. Esse “boi branco” era a impressão que tinham, principalmente quando estavam de guarda no silêncio e escuro da noite, de sempre ouvirem os inimigos chegando.

Essa tensão e medo apresentados pelos soldados brasileiros pode se dever ao fato de que normalmente as tropas ficavam entre 20 a 30 dias na linha de frente, sendo que algumas chegaram eventualmente a 80 e a 90 dias (caso da 1ª Divisão de Infantaria da FEB – a que os soldados do filme pertencem) (OLIVEIRA, 2001, p. 136). Ou seja, como a voz-over de Guima indica que está próximo do Natal e sabemos que o batismo de fogo dos primeiros expedicionários foi no dia 16 de setembro de 1944, conseguimos deduzir que os personagens estariam a cerca de 90 dias na linha de frente, o que efetivamente causou um aumento do número de baixas por motivos psiquiátricos (OLIVEIRA, 2001, p. 137) e pode explicar a debandada.

A voz-over de Guima afirma: “o medo da morte vem me matando pouco a pouco”, mas não era apenas a morte que assustava os soldados. O filme ainda traz, através da reflexão de Guima, o medo de sofrer algum ferimento grave a ponto do soldado ficar limitado, ficar inválido. Esse terror acompanhava o pensamento dos expedicionários, como é possível notar nos relatos de Souza (1973, p. 27, 104).

Para enfrentar o medo os expedicionários recorriam à música (MERON, 2009, p. 109), seguindo ao máximo do ditado que diz que quem canta seus males espanta. Também havia um apego à religião (SOUZA, 1973, p. 81). No filme essa religiosidade aparece quando, após morte de Getúlio e Carioca, Guima afirma que agora ele teme esquecer as orações ensinadas pela mãe; também, quando perguntado por Rui se tinha medo de mina, mostra uma medalhinha e afirma que tem fé.

O medo de ser morto ou ferido era enfrentado utilizando outros medos que se impunham como maiores. Maximiano ressalta que os expedicionários lutavam devido ao “receio de decepcionar ou causar a morte ou ferimento de companheiros de armas” (MAXIMIANO, 2005, p. 168) e Souza afirma que “o medo era coisa medonha, mas que a covardia só tinha que ser ainda mais medonha” (SOUZA, 1973, p. 87). Ou seja, era preciso enfrentar o medo de morrer ou ser ferido através do medo de ser covarde e prejudicar o companheiro, demonstrando assim o forte laço entre os soldados brasileiros.

O filme gira em torno de um outro medo que também foi enfrentado pelos soldados brasileiros na Itália: enfrentar o conselho de guerra (MAXIMIANO, 2005, p. 32). Desde que houve a debandada os personagens se apresentam tensos frente ao que pode ser deles se descobrirem que fugiram por medo ou desertaram. Por causa desse medo é que acabam por tomar a decisão de assumir uma missão que não lhes havia sido dada: desminar a estrada 47.

Mesmo com todo perigo e medo enfrentados o filme termina com Guima enxergando a necessidade de estar no conflito para auxiliar os italianos que estavam sofrendo, sendo o seu sacrifício válido para auxiliar aquelas pessoas. Conclusão muito semelhante à qual chegou Souza: “E então de repente eu vi que precisava mesmo estar naquela guerra. Demais. E que tudo estava certo. E que se eu morresse não fazia mal. E aquilo foi uma das coisas mais importantes que aconteceram na minha vida. Sei lá.” (SOUZA, 1973, p. 135).

Relacionamentos

No filme o medo divide espaço com a falta de convicção de pelo que lutar. Ainda nas cenas iniciais do longa-metragem a voz-over de Guima de forma irritada afirma, enquanto passam imagens do filme de propaganda estadunidense sobre os treinamentos militares: “nem sei por que fazemos parte disso [...] agora estou aprendendo a matar e a morrer pela pátria”; e mais a frente, enquanto Piauí está com medo dos alemães subirem o morro e matar todo mundo: “e esse doido aí resmungando, será que ele sabe o que é pátria?”.

Essa falta de convicção sobre os motivos pelos quais lutar é característico dos soldados da FEB porque não havia a construção de um inimigo de forma clara para esses soldados. Inclusive havia soldados que embarcaram para a Itália sem a certeza de que os ataques sofridos por navios brasileiros fossem mesmo de origem dos países do Eixo, pensando que pudessem ser uma artimanha dos EUA para puxar o Brasil para a guerra (MAXIMIANO, 2005, p. 75).

O texto de Dennison de Oliveira (2001) aponta que a construção do alemão como inimigo se deu já no teatro de operações da Itália quando ocorria a morte de um companheiro. Ou seja, os soldados alemães se tornavam inimigos de fato não por uma convicção ideológica, mas por atingirem os laços pessoais entre os combatentes. Esse olhar para o alemão não como um inimigo prévio tem relação com o fato de que “não

houve, no caso brasileiro, um fator de catalização da vontade popular de revide” (MAXIMIANO, 2005, p. 56).

Um dos indicadores que a visão dos brasileiros frente aos alemães não estava alinhada a construção discursiva construída pelos aliados europeus é que, no relato de Souza (1973, p. 163), é possível perceber que havia uma certa admiração pela engenharia alemã entre os engenheiros brasileiros, sendo inclusive deixado claro que não havia ódio por parte dos brasileiros frente aos alemães (SOUZA, 1973, pp. 36-37).

O motivo pelo qual os soldados lutavam na prática era “o companheirismo [...] a lealdade ao grupo levava o soldado, de maneira geral, a enfrentar o medo, algumas vezes evitando até dar baixa quando ferido ou doente para não se afastar de sua unidade” (MERON, 2009, p. 117). Esses laços entre os expedicionários eram tão fortes que tornavam a experiência da guerra vivenciável, ou seja, possível de (sobre)viver com ou apesar dela. Sobre tais laços Souza afirma que “se não fosse essa camaradagem a gente virava uma animal mesmo, porque aquilo tudo que a gente estava fazendo era um *troço* muito feio” (1973, p. 36).

Ainda outro indicador é o fato de que houve poucos voluntários, demonstrando que o grosso da população brasileira não aderiu ideologicamente à guerra. Maximiano esclarece que, embora haja imagens de manifestações populares pedindo para que o Brasil adentrasse ao conflito, “a maioria dos que se envolveram em manifestações eram militantes do movimento estudantil, classe pouco representada na FEB” (MAXIMIANO, 2005, p. 57).

Outro grupo alinhado ideologicamente à participação do Brasil no conflito, inclusive incentivando que jovens se colocassem como voluntários, eram os comunistas (MAXIMIANO, 2005, p. 71). O Partido Comunista (PC) por estar ligado diretamente à URSS entendia a Alemanha nazista como sua inimiga e por isso defendia a efetiva participação na guerra. Essa defesa da FEB pelos comunistas foi um dos principais motivos para que, antes mesmo de deixar a Itália, Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra no período em questão, optasse por desmobilizar a FEB com medo dela se tornar uma propaganda do PC no Brasil (OLIVEIRA, 2015, pp. 268-269).

O outro grupo com algum alinhamento ideológico eram os militares que, segundo Rouquié e Suffern (2015, p. 206), tinham o nacionalismo como aglutinador político nas décadas de 1920 e 1930 na América Latina. Sobre esse posicionamento, Guima, antes do enfrentamento direto com os alemães, questiona: “onde estão os patriotas que inventaram esse destino de *merda* pra gente? Quem pode parar com isso

agora?”. Essa postura do personagem lança luz sobre a composição da FEB em que a maioria dos soldados incorporados o foram por “forças das circunstâncias” (MAXIMIANO, 2005, p. 71) e estavam longe de uma postura de convicção patriótica.

A formação da FEB é explorada tangencialmente no filme, não sendo ressaltados nem a relação com estudantes que pediram a participação do Brasil na guerra e nem o incentivo comunista. O que conseguimos perceber sobre o processo de formação de maneira mais evidente, a partir dos personagens principais, é que havia uma grande mistura de soldados de todos os lugares do Brasil, além de faixas etárias distintas (MAXIMIANO, 2005, p. 52).

A FEB deveria ser composta por uma determinada elite dos jovens brasileiros, com critérios de saúde física e tentando evitar ao máximo a incorporação de analfabetos. Entretanto, na prática, o grosso da tropa era formado por jovens de condições sociais menos privilegiadas (MAXIMIANO, 2005, p. 69), que não tinham apadrinhamento que lhes oferecesse a possibilidade de não servir no exército ou ser transferido para unidades não-combatentes (ALVES FERRAZ, 2020, p. 266).

Alves Ferraz ainda ressalta, sobre a formação étnica da FEB, que:

[...] devido às dificuldades de recrutamento seletivo e evasão de parte das classes média e alta, predominantemente brancas, foi enviada para a guerra uma tropa com origens raciais e culturais que pode ser considerada uma espécie de “amostra” da sociedade brasileira (ALVES FERRAZ, 2020, p. 271).

Quanto às relações étnicas, o filme coloca em voga a discussão sobre racismo quando Piauí usa a cor do sargento Laurindo como forma de argumento de que deveria ser Laurindo, não ele – Piauí -, a descer para o reconhecimento do ponto de observação que eles descobrem, depois, estar abandonado pelos estadunidenses. Mesmo com o longa-metragem pontuando nessa cena, Alves Ferraz ressalta que “ocorrências [de racismo] no Teatro de Operações da Itália foram raras e individualizadas” (ALVES FERRAZ, 2020, p. 246).

A presença de um sargento negro no filme traz à tona o fato da 1ª Divisão de Infantaria da FEB ser a única, dentre todos os exércitos, “racialmente integrada” (OLVEIRA, MAXIMIANO, 2001, pp. 155-156). O fato de haver sargentos negros dando ordens a soldados brancos foi algo que chamou a atenção de soldados da 92ª Divisão de Infantaria dos EUA - era uma divisão apenas de soldados negros, mas comandada por oficiais brancos -, entretanto a imagem de ausência de racismo na sociedade brasileira caiu por terra após a vinda do correspondente do *Pittsburgh*

Courier – jornal voltado para temática afro-americana -, quando se percebeu os problemas étnico-raciais que existiam e que infelizmente ainda persistem no Brasil (ALVES FERRAZ, 2020, p. 268). De toda forma, mesmo que a FEB tenha sido um exemplo para outros exércitos de integração racial e tenha sido usada como propaganda da suposta democracia racial que se vivia no Brasil (OLIVEIRA, MAXIMIANO, 2001), Maximiano (2005, p. 67) ressalta passagens em que foi pedido por comandantes para que negros não participassem de desfiles militares.

Quanto ao relacionamento de brasileiros e alemães, o filme o explora em alguns momentos, sendo o primeiro deles quando um prisioneiro alemão é protegido pelos expedicionários quando um *partigiano*¹⁵ queria matá-lo. Talvez o diretor tenha optado por contar dessa forma porque não houve nenhuma baixa entre os companheiros por parte direta dos alemães¹⁶. Embora os italianos tivessem outros motivos para estar em guerra com os alemães, o aspecto pessoal é ressaltado no longa-metragem porque o *partigiano* quer matar o alemão por vingança de um parente seu. A cena construída no filme é muito parecida com a narrada por Souza:

Quando ele viu os prisioneiros que vinham vindo deu a fúria nele, veio correndo, pegou a espingarda pelo cano e começou a malhar a coronha nas costas deles gritando ‘vigliacchi! vigliacchi!’¹⁷ e tome-lhe coronhada. Depois apontou e quis descarregar, e um dos quatro ficou tão apavorado que começou a chorar. Aí um cabo acho que da 1ª, não me lembro bem, sei que era meio mulato, ficou uma fera, já veio com a metralhadora de tampa aberta - uma ponto 45 que nem a minha – e quis peneirar o partigiano (SOUZA, 1973, p. 37).

Ainda sobre o respeito ao prisioneiro, Piauí, mesmo depois de limparem a estrada 47, resolve carregar sozinho o prisioneiro alemão até o povoado de *San Giusto*, inclusive dando-lhe parte de suas roupas, mesmo contra a vontade de seus companheiros que entendiam que o alemão estava quase morrendo e que se aguentasse chegar até o vilarejo os *partigianos* iriam matá-lo.

Outro momento em que essa relação entre brasileiros e alemães é demonstrada no filme é quando, depois de o soldado alemão ter mostrado o caminho para a estrada 47 e eles terem chegado lá, há uma conversa entre Piauí, Laurindo e o alemão dentro de um dos tanques estadunidenses inutilizados. Nesse momento intimidades que não haviam sido demonstradas aparecem, como a foto da família que o alemão mostra aos brasileiros, a conversa sobre futebol (o alemão conhecia Leônidas da Silva) e a canção cantada pelo sargento Laurindo e batucada por ele e Piauí.

Nessa cena estão presentes alguns detalhes importantes do cotidiano dos expedicionários. Primeiramente, algo que já havia aparecido em outros momentos e tornará a aparecer no final do filme: a relação com a música. Normalmente é o sargento Laurindo que aparece cantando no decorrer do longa-metragem, mas nessa cena percebemos o envolvimento de Piauí e também do soldado alemão, de forma singela, com um sorriso enquanto o samba é cantando e batucado.

Souza (1973) narra vários momentos em que a música foi central durante a vivência na Itália, citando alguns companheiros que faziam versos (p. 49) e a descontração com estadunidenses também regada à música (pp. 50-51). Meron (2009, p. 111) também afirma que os soldados cantavam para evitar o medo. Ou seja, a música era ponto de escape para a tensão, mas também meio de comunhão com os companheiros, mesmo de outros países. O filme apresenta recorrentemente o sargento Laurindo cantando e destaca, como é o objetivo do longa-metragem, o expedicionário como pessoa e não apenas como *soldado*.

Enquanto a canção aparece em outros momentos do filme, a conversa sobre a vida no Brasil é apresentada apenas nesse momento¹⁸. Pode ser pelo foco estar em explorar a vivência mais na Itália, mas há pouca menção feita à vida no Brasil, principalmente a familiar e romântica. Em especial no relato de Souza (1973), há uma recorrência grande de conversas entre os expedicionários sobre a vida no Brasil antes da guerra.

Enquanto há pouca menção à vida familiar no decorrer do filme, outro fator bastante significativo nos relatos dos expedicionários, mas que aparece ainda menos no longa-metragem, é a relação dos soldados com as mulheres. No filme aparece apenas Piauí perguntando para o alemão, quando se questionava se alemães não teriam mais o que fazer, se na Alemanha não tinham mulheres e depois se o soldado alemão tinha namorada.

Meron (2009, p. 64) destaca que era comum que as mulheres italianas lavassem o fardamento dos militares em troca de alimento, surgindo daí alguns relacionamentos amorosos. Relacionamentos amorosos com italianas é algo que aparece constantemente no relato de Souza (1973, p. 113, 154), inclusive ressaltando a tensão entre soldados brasileiros por causa de mulheres. Havia também prostituição, italianas vendiam seu corpo em troca de alimento, por exemplo. Souza (1973, p. 111) relata que havia às vezes filas de soldados para se deitarem com a mesma mulher. Inclusive conta de uma vez que ele e mais um companheiro tinham ido à casa de uma mulher para manter

relação com ela em troca de comida, mas chegando lá, ainda antes de entrar na casa, viram uma criança e com isso desanimaram, pesou a consciência, deixaram o alimento e foram embora sem fazer nada (SOUZA, 1973, p. 111).

É possível que essa temática não apareça de forma mais veemente no filme porque, como ressalta Maximiano,

[...] a revelação do envolvimento com prostituição poderia constranger famílias, namoradas e até esposas, e esse aspecto da experiência de campanha que tantos (certamente não todos) trouxeram de volta ao Brasil foi convenientemente perdido no emaranhado de narrativas menos desagradáveis (MAXIMIANO, 2005, pp. 353-354).

De toda forma, as condições de vida em que os italianos viviam no meio da guerra causava comoção aos expedicionários (SOUZA, p. 110-111). O filme trabalha essa comoção em dois momentos-chaves: primeiro quando os brasileiros encontram com uma família italiana na estrada indo para *San Giusto*; e depois, já no final, quando a voz-over de Guima afirma que “agora entendo por que você [pai] me mandou para cá. Esse povo sofrido mais do que nunca precisa de todos nós”.

Na primeira cena, do encontro entre brasileiros e a família italiana os expedicionários dão latas de comidas para os civis. Essa prática de auxílio dos soldados brasileiros era uma constante, possivelmente porque as tropas brasileiras recebiam alimentação que haviam ido do Brasil, mas também as que eram cedidas pelo exército estadunidense (OLIVEIRA, 2016, p. 140).

Essa relação de auxílio entre brasileiros e italianos é algo que chamou a atenção de Vicente Ferraz quando ele esteve na Itália. O diretor conta, em entrevista ao *podcast* História FM, que em Roma as pessoas com que ele teve contato para produção do filme não sabiam da participação do Brasil na guerra, entretanto quando foram para o interior, onde as tropas brasileiras estiveram, a população nutria carinho pelos brasileiros porque ajudaram a matar a fome daquela população.

Considerações Finais

Nossa intenção com esse texto foi comparar os fatos trazidos por relatos de expedicionários e pela historiografia com o que Vicente Ferraz escolheu mostrar no filme. Entendemos que houve uma preocupação por parte do diretor de fazer um filme

em que as experiências vividas pelos ex-combatentes fossem de fato levadas em conta na organização narrativa da obra.

O que apresentamos aqui é um primeiro passo para a análise mais completa do filme. Ou seja, o que fizemos foi uma decupagem histórica, no sentido de desconstruir o filme a partir dos fatos do passado e, a partir daí, ficam questões a serem aprofundadas e respondidas em outro momento.

Para encerrar, expomos algumas questões para próximos trabalhos: qual a relação entre o meio em que o diretor está inserido e a forma como ele enxerga a participação do Brasil na guerra? Como que Vicente Ferraz utiliza o passado para dar sentido à experiência no tempo? Qual a relação da narrativa sobre a participação do Brasil na II Guerra Mundial com o lugar geopolítico que o país ocupava e tensionava ocupar? Enfim, são questões abertas para que no processo de amadurecimento das reflexões possam ser respondidas.

Referências

A ESTRADA 47: fazendo um filme histórico no Brasil. Entrevistador: Icles Rodrigues. Entrevistado: Vicente Ferraz. [S./] História FM, 23 março de 2020. Podcast. Disponível em:

https://open.spotify.com/episode/0JVxbOgSfiV9hMiUcqTvB5?si=2_1ZbIvKOYOEakiHU8KwGg Acessado em: 04/08/2020.

ALVES FERRAZ, Francisco Cesar. “Todas as falhas e virtudes desse povo”: considerações sobre a composição racial da Força Expedicionária Brasileira. *Antíteses*, Londrina, v. 13, n. 25, pp. 242-277, 2020.

CAMACHO, Sandra Gonçalves. *Imagem de arquivo: entre a ficção e a realidade*. Dissertação de mestrado (Mestrado em Arte e multimídia – audiovisuais). Universidade de Lisboa, Lisboa, 2010.

MAXIMIANO, César Campiani. *Trincheiras da memória: brasileiros na campanha da Itália, 1944-1945*. Tese de Doutorado (Doutorado em História). Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2005.

MERON, Luciano Bastos. *Memórias do front: Relatos de guerra de veteranos da FEB*. (Mestrado em História Social). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

OLIVEIRA, D. de. Poder militar e identidade de grupo na Segunda Guerra Mundial: a experiência histórica da psiquiatria militar brasileira. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 35, p. 117-154, 2001.

OLIVEIRA, D. de. *Aliança Brasil-EUA: nova história do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Curitiba: Juruá, 2015.

OLIVEIRA, D. de. "O combatente melhor alimentado da Europa": a alimentação da Força Expedicionária Brasileira e a aliança Brasil-EUA durante a Segunda Guerra

Mundial (1943-1945). *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 21, n. 31, pp. 116-141, jul. 2016.

OLIVEIRA, Dennison de; MAXIMIANO, Cesar Campiani. Raça e forças armadas: o caso da campanha da Itália (1944/45). *Estudos de História*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 173, 2001.

PENAFRIA, M. Análise de Filmes - conceitos e metodologia(s). CONGRESSO SOPCOM, VI, Lisboa. *Anais do VI Congresso SOPCOM*. Lisboa: Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, 2009.

ROUQUIÉ, A.; SUFFERN, S. Os militares na política latino-americana após 1930. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: a América Latina após 1930: Estado e Política*. São Paulo: Edusp, 2015.

RÜSEN, J. *Teoria da História: Uma teoria da história como ciência*. Tradução de Estevão C. de Rezende Martins. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

SILVEIRA, Artur Correia Lima da. *Missões de desminagem da engenharia expedicionária: no teatro de operações na Itália: os desafios enfrentados pelos soldados brasileiros*. (Trabalho de conclusão do curso em Ciências Militares). Academia Militar das Agulhas Negras, Resende, 2018.

SOUZA, R. D. M. E. *Mina R*. São Paulo: Ouro Sobre Azul, 1973.

USA. War Office. War Department Field Manual 5-31: *Land Mines and Booby Traps*. Washington: United States Printing Office, 1943.

Filmografia

A estrada 47. Direção: Vicente Ferraz. Produção de Isabel Martinez Artavia; Matias Bracher Mariani e Joana Mariani. Brasil, Itália, Portugal: Europa Filmes; Montecristo Entertainment. 2014.

¹ A página do filme no Facebook dá conta de demonstrar como que o filme mobilizou interessados sobre o assunto. Isso é possível notar tanto nos comentários, como nas críticas postadas. Disponível em: <https://www.facebook.com/AEstrada47> Acessado em: 04/12/2020.

² Vale ressaltar que o interesse de Vicente Ferraz pela história dos soldados da FEB não ficou apenas no filme que aqui estamos discutindo, pois ele também dirigiu um documentário com uma série de entrevistas em parceria com o Canal Futura chamado *Relatos da Segunda Guerra Mundial*.

³ É possível encontrar comentários nesse sentido em sites de críticas cinematográficas. Disponível em: <http://www.adorocinema.com/filmes/filme-202584/criticas-adorocinema/> Acessado em: 09/12/2020.

⁴ Jorge Nóvoa (2008, p. 2) chega a destacar em seu texto que “a importância que o discurso cinematográfico, sobre os processos históricos adquiriu ao longo do século XX superou, ao menos em impacto, todas as outras formas de expressão historiográfica, sociológica ou pedagógica”.

⁵ Consideramos como traumática a participação no conflito porque ela arruína o sentido estabelecido de como as coisas deveriam ser – esse conceito de trauma está em Rüsen (2015, p. 55, 281). Podemos observar esse movimento quando Souza (1973, p. 87) afirma que o fato de “um grupo de gente encontra outro grupo de gente com uniforme diferente que ninguém nunca tenha se visto mais gordo começar a dar tiro no outro era de uma burrice fora de qualquer tamanho”, além de chamar a guerra de “inutilidade porca” (p. 97). O filme também trabalha essa falta de sentido quando a voz-over de Guima afirma: “Não consigo achar razão esse caos. Nem sei por que fazemos parte disso, alimentando esse monstro, esse redemoinho que vai tragando tantas almas”.

⁶ Os quatro são: Guima, responsável por desarmar minas, interpretado por Daniel de Oliveira; Piauí, o soldado que foi o gatilho para a debandada de pânico, interpretado por Francisco Gaspar; Sgto. Laurindo, interpretado por Thogun; tenente Penha, oficial do pelotão.

⁷ O drama bélico pode ser considerado um subgênero do Drama. Sua característica é quando em cenários de violência, como é a guerra, perante o inimigo e a morte o indivíduo entra num conflito interno sobre a sua humanidade e a humanidade (ou a ausência dela) ao seu redor (NOGUEIRA, 2010, p. 24).

⁸ Entrevista cedida a Revista do Cinema Brasileiro – RBC. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Wb5GoSpfcWE> Acessado em: 11/12/2020.

⁹ Maximiano (2005, p. 15) ressalta que a maioria dos relatos publicados sobre a vivência na Itália durante o conflito pertencem a oficiais.

¹⁰ Outro nome que aparece como responsável pela pesquisa histórica é o de Carla Siqueira. Ela é jornalista de formação, mestre e doutora em História. Chamamos a atenção para Maximiano no corpo do texto porque ele tem sua carreira acadêmica voltada para a história da FEB.

¹¹ Vê exposição virtual do Arquivo Nacional. Disponível em: http://exposicoesvirtuais.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&layout=edit&id=347 Acessado em: 07/12/2020.

¹² O trabalho de Silveira (2018) apresenta as minas enfrentadas pela FEB na Itália no período da guerra.

¹³ Missões noturnas são uma constante nos relatos de Souza (1973, p. 9, 30, 52).

¹⁴ Essa é uma mina antitanques de fabricação alemã, de cor acinzentada e com 12 libras de TNT (USA, 1943).

¹⁵ Como eram chamados os membros da resistência italiana.

¹⁶ Em algumas passagens Souza (1973) afirma que trabalhar com mina era melhor porque parecia que não estava matando o inimigo, por mais que soubesse o objetivo final.

¹⁷ Tradução livre: “covardes! covardes!”.

¹⁸ Há outras menções a vida no Brasil, como quando Piauí começa a dirigir o Jipe, diz que já dirigiu muito isso no Piauí, mas dizem para ele, em tom de descontração, que aquilo era Jipe e não jegue.

Artigo recebido em 22 de dezembro de 2020.
Aceito para publicação em 05 de maio de 2021.

A CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA EM UM REGIME DEMOCRÁTICO NO PENSAMENTO DE ANÍSIO TEIXEIRA

THE CONTRIBUTION OF EDUCATION FOR THE EXERCISE OF CITIZENSHIP IN A DEMOCRATIC REGIME IN THE THOUGHT OF ANÍSIO TEIXEIRA

Jorge Eschriqui Vieira PINTO*

Resumo: Este artigo analisa o pensamento do educador, intelectual e gestor público Anísio Spínola Teixeira (1900-1971) sobre o papel relevante da Educação para uma formação voltada para o exercício da cidadania e a constituição de uma cultura política de valorização do Estado Democrático de Direito. Nesse sentido, a escola pública seria um elemento primordial para a mudança da realidade histórica do país de exclusão social e política de grande parcela da população nacional, de desconhecimento dos direitos e deveres pelos cidadãos e de desprestígio e ataque à democracia. Para o autor, a Educação tem a tarefa fundamental de propiciar os aprendizados, as experiências, as condições elementares e os instrumentos didático-pedagógicos necessários para a valorização e a utilização consciente dos mecanismos institucionais e meios legais proporcionados por um regime democrático para o exercício da cidadania.

Palavras-chave: Educação; Cidadania; Democracia.

Abstract: This article analyzes the thought of the educator, intellectual and public manager Anísio Spínola Teixeira (1900-1971) about the relevant role of Education for a formation focused on the exercise of citizenship and the constitution of a political culture of valorization of the Democratic State of Law. In this sense, the public school would be a key element for changing the country's historical reality of social and political exclusion of a large portion of the national population, of citizens' lack of knowledge about their rights and duties, and of discredit and attack on democracy. For the author, Education has the fundamental task of providing the learning, the experiences, the elementary conditions and the didactic-pedagogical instruments necessary for the appreciation and conscious use of the institutional mechanisms and legal means provided by a democratic regime for the exercise of citizenship.

Keywords: Education; Citizenship; Democracy.

Introdução

Anísio Spínola Teixeira é um autor que retrata em livros, ensaios e conferências a história nacional até meados do século XX caracterizada pela exclusão da vida política de grande parcela da população, por um Estado inoperante por causa da excessiva burocratização e incompatibilidade entre as ações do governo central e as realidades

* Pós-Doutorando em História - Programa de Pós-graduação em História - Universidade Federal de Goiás - UFG. Goiânia, GO - Brasil. E-mail: jschriqui@yahoo.com.br.

locais, pelos privilégios e controle do poder político nos estados por uma elite tradicional agrária e pelas profundas desigualdades e injustiças sociais. A partir da análise desses fatores históricos que impediriam a formação de uma cidadania plena e a consolidação de um regime democrático no país, Anísio acredita que a Educação seria um fator essencial para a conformação de uma cultura política de participação ativa e consciente da população na política nacional e de respeito às instituições públicas democráticas e legalmente constituídas. Todavia, isso dependeria necessariamente de uma reflexão crítica e revisão do modelo de sistema educacional pensado para o Brasil até meados do século XX.

Tal modelo de sistema educacional é caracterizado por uma educação primária precária, uma expansão das escolas primárias e secundárias em decorrência do processo acelerado de urbanização, da demanda do setor industrial em crescimento nos centros urbanos por mão-de-obra que possuísse o domínio básico da leitura, escrita e cálculo, uma mentalidade equivocada sobre a incompatibilidade entre ensino propedêutico e técnico-profissional e uma desigualdade no acesso aos níveis mais elevados de ensino entre indivíduos de diferentes origens sociais. Dessa maneira, a educação escolar brasileira somente contribuiria para a reprodução de uma realidade histórica marcada pela exclusão social e política de grande parcela da população nacional, pelo desconhecimento dos direitos e deveres pelos cidadãos e pelo desprestígio e ataque ao Estado Democrático de Direito. De acordo com Anísio, em entrevista ao jornalista Odorico Tavares do Diário de Notícias da Bahia,

a civilização ocidental é a civilização baseada na ciência e na democracia. A ciência já nos deu os meios de governar o mundo físico e produzir a riqueza necessária para o bem estar humano. À democracia cabe dar-nos os meios de governar os homens com justiça e sem que os poucos explorem os muitos. As instituições básicas dessa civilização são as instituições educativas. Conforme for a educação, assim serão a ciência e a democracia de um país. Se as escolas elementares dão, a todos, aquele mínimo de conhecimentos técnicos, hábitos e atitudes necessários para que o homem seja homem, isto é, um cidadão capaz de ver, julgar e decidir por si, teremos a base da democracia, que é o regime do governo de todos para todos e não de alguns para alguns. Se, após essa base, as escolas secundárias e superiores redistribuírem os indivíduos mais capazes dessa massa educada pelas diferentes ocupações semiespecializadas e especializadas, que constituem o quadro das ocupações de uma civilização moderna, teremos produção e ciência e, com produção e ciência, bem estar e progresso. Logo a máquina fundamental da civilização moderna não é a das fábricas nem a dos campos, mas a das

escolas, com a qual se farão todas as demais (TAVARES, 1952, p. 15).

Para Anísio Teixeira, a escola com um ensino de qualidade é uma instituição social fundamental para a formação de indivíduos para o exercício da cidadania e o despertar de uma cultura política de valorização e respeito às instituições, às normas jurídicas e ao funcionamento do Estado Democrático de Direito pelos brasileiros. Com o fim da ditadura do Estado Novo, o início da redemocratização do país a partir de 1946, o acelerado processo de urbanização e êxodo rural e as mudanças na economia brasileira que deixava de ser baseada somente na atividade agrícola exportadora para tornar-se também industrial, exigindo uma mão-de-obra mais escolarizada, Anísio propõe várias iniciativas capazes de adequar o sistema escolar às transformações e demandas observadas no âmbito social, político, econômico e cultural do país.

À escola com um ensino de qualidade caberia a missão de contribuir para a formação de autênticos cidadãos capazes de participar e ter voz ativa na política nacional e serem conscientes de seus direitos e deveres em um regime democrático. Conforme Hermes Lima, a convicção em tal missão da escola por parte de Anísio Teixeira era justificada pela tese de que

apesar dos níveis de inteligência que distinguem os seres humanos, todos são educáveis, a todos a educação será suscetível de proporcionar senso de responsabilidade iluminativo da conduta no relacionamento coletivo. Matéria-prima da experiência social, o homem é, por excelência, educável. O educando, escreveu em *Educação e o Mundo Moderno*, 'não é o ser místico dos direitos naturais saído puro das mãos de Deus e corrompido pelo pecado ou pela sociedade, mas o animal altamente evoluído, irrecorrivelmente candidato a homem graças justamente à sua educabilidade' (LIMA, 1978, p. 83).

O processo de redemocratização iniciado em 1946 demandava que todos os brasileiros contribuíssem para a difícil tarefa de mudar estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais que eram permissivas para a construção de uma sociedade mais justa, livre e democrática. Entre os elementos estruturais apontados por Anísio Teixeira como heranças históricas do período colonial, que perpassam o Império, até meados do século XX, encontram-se: i) a exclusão de grande parcela da população do exercício do direito à cidadania política, civil e social; ii) a ausência de consciência política por parte das massas quanto ao papel relevante de uma democracia participativa para a melhoria da qualidade de vida da coletividade sem distinções de origem social, etnia, credo ou

quaisquer outros tipos de discriminação; iii) o domínio social, político e econômico das elites agrárias tradicionais existentes desde o período colonial que controlam as instituições do Poder Público estadual e municipal, utilizando-as em proveito pessoal e para impor um domínio de caráter autoritário e personalista sobre os demais membros das comunidades locais; iv) a excessiva burocratização que impede o adequado funcionamento dos diversos órgãos governamentais, prejudicando a prestação de serviços públicos de qualidade à sociedade nas áreas de educação, saúde, segurança, saneamento e outras; e v) a adoção de legislações e políticas públicas a partir de um poder central que não leva em consideração a diversidade, a cultura política e os problemas de cada região do território nacional, o que ocasiona um conflito entre o Brasil legal e o Brasil real.

Segundo Anísio Teixeira, o processo de redemocratização do país a partir de 1946 impunha não somente às legislações, aos documentos oficiais, às redes de ensino e às propostas didático-pedagógicas a questão sobre o porquê e para que educar no sistema educacional brasileiro, mas também a reflexão sobre o modelo de ensino público a ser implantado que deveria responder à altura os desafios impostos pela demanda de uma melhor qualificação profissional por parte de um mercado de trabalho inserido em um contexto de expansão da urbanização e da industrialização e pela formação do novo cidadão para um regime político democrático em nascimento. Anísio é um precursor da reflexão crítica profunda sobre o papel fundamental da Educação para a conformação de uma cidadania política, social e civil e a consolidação e viabilidade de uma cultura política democrática no país. Essa cultura política implica na internalização pelos indivíduos de conhecimentos, valores, hábitos e atitudes de valorização dos mecanismos de mobilização social e participação nas tomadas de decisões de interesse coletivo e de respeito às normas legais e instituições do Estado Democrático de Direito.

Nos países onde não há uma cultura política democrática consolidada, há uma tradição política amplamente difundida entre a população nacional de que mudanças políticas, sociais, econômicas e culturais somente são viáveis por meio de um ditador que se coloca diante da coletividade como o “salvador da pátria” e de governos autoritários. Tais governos caracterizam-se normalmente pela imposição de legislações de caráter centralizador e concentrador de poderes e por decisões políticas que reproduzem estruturas arcaicas e as desigualdades historicamente consolidadas e a perspectiva pessoal do ditador (impregnada muitas vezes de preconceitos) sobre a

realidade do país. Nesse sentido, “todas as ditaduras e todos os ditadores são profundamente imbuídos da ideia de salvação. Estão sempre a salvar alguma coisa. Na realidade, estão a salvar os seus preconceitos, os seus apriorismos, as peculiaridades de sua visão particular da vida nacional” (TEIXEIRA, 1960, p. 253).

Anísio Teixeira foi um intelectual que teve uma atuação administrativa destacada no estado da Bahia, no Distrito Federal e na União, exercendo cargos públicos que contribuíram para a sua compreensão dos problemas do sistema educacional brasileiro que impediam o acesso universal à educação obrigatória, principalmente ao ensino primário (1ª a 4ª séries na época, atualmente denominado como 1º ciclo do ensino fundamental com duração de cinco anos – 1º ao 5º ano), as condições favoráveis para a permanência das crianças e dos jovens na escola e a oferta de um ensino de qualidade.

Vida e obra de Anísio Teixeira

Anísio Spínola Teixeira nasceu em 12 de julho de 1900 no município de Caetité, estado da Bahia. Em sua cidade natal, iniciou os estudos no Instituto São Luís Gonzaga e, em 1914, ingressou no Colégio Antônio Vieira, em Salvador, sendo ambas as escolas pertencentes à ordem dos jesuítas. Nesta instituição de ensino, Anísio concluiu o ensino secundário e chegou a cogitar o seu ingresso na Companhia de Jesus. Entretanto, o seu pai, o médico e chefe político do município de Caetité Deocleciano Pires Teixeira, opôs-se veemente à ideia de Anísio tornar-se um jesuíta, pois projetou uma carreira política para o filho. Para impedir o ingresso do filho na vida religiosa, Deocleciano decidiu enviá-lo para estudar no Rio de Janeiro, onde Anísio cursaria o ensino superior na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro e se diplomaria em 1922.

De volta à Bahia, em 1924, Anísio Teixeira recebeu o convite do governador Góes Calmon para assumir o cargo de Inspetor Geral de Ensino (cargo equivalente atualmente ao de Secretário de Educação), iniciando, assim, a sua carreira de gestor público na área educacional. O período de 1924 a 1929 foi importantíssimo para a sua carreira de educador e administrador público, uma vez que Anísio teria os contatos iniciais com a realidade do ensino público e realizaria as suas primeiras leituras mais aprofundadas na área de Educação, entre as quais se destacaria a obra *Métodos americanos de Educação* de Omer Buyse (1908). A partir deste livro, Anísio mudaria a sua perspectiva a respeito do sistema educacional europeu, aproximando-se mais das

concepções filosóficas e pedagógicas norte-americanas e fazendo profundas reflexões críticas sobre a situação do ensino na Bahia.

A aproximação com as concepções filosóficas e pedagógicas norte-americanas seria ainda mais concretizada com as viagens ao exterior realizadas por Anísio Teixeira em 1925 e 1927. As duas viagens tinham como objetivo a observação do sistema educacional de países estrangeiros para a busca de possíveis soluções para os problemas enfrentados pelo ensino baiano. Em 1925, Anísio observou na Europa, durante quatro meses, os sistemas escolares da Espanha, Bélgica, Itália e França. Ao retornar, ainda em 1925, elaborou e transformou na Lei nº 1.846/1925, o seu projeto de reforma do ensino baiano, no qual constavam tópicos como a oferta de educação em tempo integral, a implantação de um programa curricular voltado para o desenvolvimento de qualidades cívicas, morais, intelectuais e de ação nos alunos e a ampliação da rede de escolas normais, privilegiando-se a formação de professores. Contudo, seria a viagem aos Estados Unidos em 1927 que iria marcar definitivamente o pensamento de Anísio Teixeira, pois nela ele teria o primeiro contato com as ideias do filósofo e pedagogo John Dewey.

A repercussão da corrente filosófica e pedagógica de John Dewey conhecida como pragmatismo ou instrumentalismo na produção intelectual e atuação na administração pública de Anísio Teixeira pode ser observada por meio da presença em ambos os autores de concepções como a utilidade das ideias somente enquanto instrumentos que sirvam para a resolução dos problemas reais, a formação integral da criança (desenvolvimento físico, emocional e intelectual), a relação entre teoria e prática no processo de ensino e aprendizagem, a importância da escola enquanto um espaço social para o aprendizado da vida em sociedade (instituição escolar como um local de reprodução do mundo social em miniatura, ou seja, de modo simplificado e organizado), a prática docente baseada em procedimentos que estimulem os alunos a raciocinar e elaborar os próprios conceitos para confrontá-los a posteriori com o conhecimento sistematizado (liberdade intelectual dos estudantes) e a democracia como uma ordem política que permite o maior desenvolvimento dos indivíduos ao proporcionar o papel de decisão conjunta do destino do grupo a que pertencem (a democracia é importante também no interior das escolas). As contribuições das ideias de John Dewey para a formação intelectual e profissional de Anísio explicam o retorno do educador baiano aos Estados Unidos em 1928, quando frequentou a Universidade de Colúmbia em Nova Iorque, sendo aluno do filósofo e pedagogo e obtendo o título de mestre em Educação.

Além disso, neste mesmo aluno, Anísio escreveria o seu primeiro livro intitulado *Aspectos americanos da educação*, no qual se encontram as suas observações da viagem e um estudo sistematizado do pensamento de Dewey.

Ao retornar ao Brasil em meados de 1929, Anísio Teixeira não conseguiu sensibilizar o novo governador da Bahia Vital Soares para uma proposta de reorganização progressiva do sistema educacional do estado, que incluía sugestões como a expansão do sistema escolar, a reconstrução do ensino primário, o aumento da escolaridade pública obrigatória até o nível secundário (era composto na época pelo ginásio com quatro anos – 5^a a 8^a séries – e pelo ensino médio de três anos, atualmente equivalente ao 2º ciclo do ensino fundamental – 6º ao 9º ano – e o ensino médio de três anos de duração), o aprimoramento dos métodos de ensino, a reorganização das escolas rurais para se cuidar intensivamente da educação adulta, a reestruturação das escolas normais e dos ginásios, a ampliação do quadro de professores e o crescimento do volume de recursos financeiros e técnicos para a Educação. Diante da resistência de Vital Soares à adoção de tais medidas, Anísio demitiu-se da Inspeção Geral de Ensino e passou a se dedicar ao magistério como professor de Filosofia da Educação na Escola Normal de Salvador.

Em 1930, Anísio Teixeira foi o responsável pela primeira tradução para o português da obra *Vida e Educação* de John Dewey, que reuniu os ensaios *A Infância e o Currículo* e *Interesse e Empenho em Educação*. No ano seguinte, a convite do prefeito Pedro Ernesto, mudou-se para a cidade do Rio de Janeiro e assumiu a Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal. Nesse período, Anísio instituiu a integração da Rede Municipal de Ensino, ampliou as matrículas nas escolas primárias, criou as escolas técnicas secundárias e transformou a antiga Escola Normal em Instituto de Educação. Todavia, a mais importante e polêmica iniciativa de Anísio foi a criação da Universidade do Distrito Federal em 1935.

Em 1932, Anísio Teixeira, ao lado de mais vinte e cinco intelectuais, participou da produção do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Este documento foi pioneiro ao apresentar um conjunto de ideias sobre a renovação do modelo educacional que o país tinha, enfatizando-se aspectos como a educação gratuita e laica, a superação de um sistema de ensino discriminador e seletivo (o ensino secundário propedêutico ou científico e a educação superior eram majoritariamente destinados à elite, enquanto que o ensino primário e a educação técnica eram voltados para a classe pobre) e a importância da formação docente e valorização do magistério. Além disso, Anísio

adquiriria projeção nacional também com a publicação de duas obras sobre Educação: *Educação progressiva: uma introdução à filosofia da Educação* (1932) e *Em marcha para a democracia: à margem dos Estados Unidos* (1934).

Aproveitando-se do contexto da Intentona Comunista de 1935, os adversários políticos e religiosos de Anísio Teixeira, passaram a acusá-lo de ser seguidor do comunismo, ateu e contrário às instituições de ensino confessionais católicas. Em um abaixo-assinado, os seus colaboradores, sobretudo os signatários do Manifesto dos Pioneiros, prestaram-lhe solidariedade. Contudo, considerando inviável a sua permanência à frente da Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal por motivos políticos, Anísio pede demissão. Em 1936, ainda publicaria o livro *Educação para a democracia: introdução à administração escolar* antes de sua fuga em 1937 para a Bahia devido às perseguições políticas e ameaças constantes de prisão por parte do Governo Vargas.

Entre 1937 e 1945, Anísio Teixeira permaneceu afastado da vida pública. Nesse período, exerceu os cargos de tradutor de livros para a Companhia Editora Nacional e de empresário do ramo de exploração e exportação de manganês, calcário e cimento. Todavia, mantinha contato por meio de correspondência com diversas personalidades do país na época, entre as quais o escritor Monteiro Lobato.

Em 1946, Anísio Teixeira retornaria à vida pública após aceitar um convite para colaborar nos serviços de implantação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), exercendo por mais de um ano as funções de Conselheiro para o Ensino Superior. Com a redemocratização do Brasil a partir de 1946 e a eleição de Octávio Mangabeira para governador da Bahia, Anísio receberia um convite para novamente assumir o comando da educação no estado, desta vez como Secretário Estadual de Educação e Saúde. O novo cargo público foi aceito em 1947. Iniciava-se uma etapa de transformações na Educação da Bahia devido à atuação de Anísio, entre as quais se pode citar a aprovação na Assembleia Legislativa do seu plano de organização do sistema escolar, a criação da Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia com o objetivo da fixação no estado de cientistas promissores para a realização de pesquisas sociais, chegando, inclusive, a estabelecer convênios com a UNESCO e a Universidade de Colúmbia, e a construção do Centro Popular de Educação Carneiro Ribeiro, também conhecido como Escola-Parque, no bairro da Liberdade em Salvador, no qual se oferecia ao estudante uma educação integral e os cuidados necessários com a sua alimentação, higiene, socialização e preparação para o

mercado de trabalho e o exercício da cidadania. Na mesma época, Anísio participava ativamente dos debates públicos em jornais, revistas e associações de classe, como a Associação Brasileira de Educação (ABE), sobre a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Em 1951, a convite do ministro da Educação e Saúde Ernesto Simões Filho, Anísio Teixeira assumiu a Secretaria Geral da Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, que seria transformada por ele, em 1961, em um novo órgão denominado Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). No ano seguinte, acumulou também o cargo de diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), no qual permaneceu até o golpe de 1964. Durante a sua gestão à frente da CAPES e do INEP, Anísio conseguiu a criação pelo governo federal, por meio do decreto nº 38.460 de 28 de dezembro de 1955, do Centro Brasileiro (Rio de Janeiro) e dos Centros Regionais (Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul) de Pesquisas Educacionais enquanto órgãos de consulta, informação e levantamento para a adoção de políticas públicas baseadas em estudos científicos sobre a situação dos sistemas de ensino em todo o país. Além disso, em 1957, coube ao INEP, com a participação direta de Anísio, a elaboração do plano do sistema escolar público de Brasília e o anteprojeto da Lei Orgânica de Educação do novo Distrito Federal e da estrutura administrativa de seu sistema educacional.

No período até o golpe militar de 1964, Anísio Teixeira também publicou as obras *A Educação e a crise brasileira* (1956) e *Educação não é privilégio* (1957), nas quais fez análises da realidade educacional do país e propôs a educação em tempo integral e a escola pública e laica com ensino de qualidade enquanto um direito fundamental a todos os brasileiros. Ao mesmo tempo, deu inúmeras conferências defendendo as suas ideias sobre o modelo ideal de sistema educacional para o país, o que lhe rendeu dissabores e perseguições, principalmente, por parte de educadores católicos e proprietários de escolas particulares. O ponto máximo da polêmica entre Anísio e os seus opositores no campo educacional aconteceu em 1958, quando os bispos gaúchos, por meio do documento Memorial dos Bispos, acusavam diretamente o educador baiano de ser comunista por defender a revolução social através da escola e contrário à liberdade de ensino por propor uma educação exclusivamente mantida pelo Estado, solicitando a demissão dele do INEP pelo presidente da República Juscelino Kubitschek. Em reação aos defensores do interesse do ensino confessional católico, Anísio distribuiu à imprensa um documento, no qual apresentava as suas diretrizes

como educador e administrador público, recebendo, em apoio, um manifesto assinado por 529 educadores de todo o país. O desfecho final do episódio foi a sua manutenção à frente da direção do INEP.

Anísio Teixeira participou diretamente dos debates em torno da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 e, nesse mesmo ano, foi diretor da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e atuou juntamente com Darcy Ribeiro pela lei que criaria uma universidade pública na nova capital federal, a Universidade de Brasília (UnB), a qual foi sancionada pelo presidente João Goulart. Darcy foi nomeado reitor e Anísio, seu vice. Quando, em 1962, Darcy Ribeiro assumiu o cargo de chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, afastando-se da reitoria da UnB, Anísio assumiria provisoriamente a função até o golpe de 1964.

Com o golpe militar de 1964, Anísio Teixeira foi afastado do INEP, da CAPES e da reitoria da UnB e teve os seus direitos políticos cassados. Ademais, passou a responder um processo administrativo, sendo indiciado pelo crime de peculato-furto em um convênio entre a Universidade de Brasília e o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Públicos (IPASE), no qual este órgão forneceria à instituição de ensino superior certa quantia em dinheiro, destinada à construção de residências, a ser pago, em um longo prazo, por meio de bolsas de estudo em favor de funcionários públicos. Temendo ser preso sem o pleno direito de defesa, Anísio viajou para os Estados Unidos, onde ministrou cursos nas universidades de Colúmbia (1964), de Nova Iorque (1965) e da Califórnia (1966).

Em 1967, Anísio Teixeira retornou ao Brasil, quando organizou e reviu coletâneas e reedições de antigos trabalhos, como *Pequena introdução à Filosofia da Educação* (1967), *Educação é um direito* (1967), *Educação no Brasil* (1969) e *Educação e o mundo moderno* (1969). Além disso, tornou-se consultor da Fundação Getúlio Vargas e voltou a trabalhar como tradutor na Companhia Editora Nacional. Em 1971, pressionado por intelectuais, Anísio aceitou candidatar-se a uma vaga na Academia Brasileira de Letras. Todavia, em 14 de março, o educador baiano seria encontrado morto no fosso do elevador do edifício onde residia Aurélio Buarque de Holanda, na Praia de Botafogo, no Rio de Janeiro.

O papel da Educação na constituição de uma cidadania efetiva e na consolidação de uma cultura política democrática na sociedade brasileira

Para Anísio Teixeira, a cidadania é o conjunto de direitos e deveres presentes nas normas legais que regem uma coletividade, proporcionando a igualdade jurídica efetiva necessária para a integração e a participação dos indivíduos na sociedade nacional. As pessoas tornam-se cidadãs à medida que passam a se sentir parte de uma nação e de um Estado, fato que depende de aspectos como o nível de mobilização e atuação dos indivíduos e segmentos sociais nas decisões políticas, o respeito às normas jurídicas e instituições existentes no país, a garantia pelo Poder Público de direitos fundamentais à vida, liberdade, propriedade e igualdade perante a lei e a participação de todos na riqueza e nos benefícios sociais proporcionados pela vida em coletividade, como por exemplo, o acesso à educação, à saúde, ao trabalho formal, à moradia digna, etc. Portanto, não há uma cidadania efetiva em uma sociedade quando se observam atitudes que resultam em desigualdade jurídica e situações de privilégio para uma pequena parcela da população que

pode afirmar seus direitos sem a contrapartida de sua responsabilidade. Privilégio nada mais é do que isto. Ter direitos e, por isto, deveres – não é privilégio, mas ônus, encargo, vigília, preocupação... Quando a nação se faz uma só e os direitos de todos são reconhecidos, nenhuma classe pode ter mais direitos do que os demais, sem que a estes direitos corresponda cota também maior de deveres (TEIXEIRA, 1976, p. 356-357).

A cidadania demanda não somente o reconhecimento formal por parte da sociedade e do Poder Público de que os indivíduos são dotados de direitos e deveres estabelecidos pelas normas jurídicas de um país. Depende também, sobretudo, da aprendizagem pelas pessoas de um conjunto de conhecimentos, valores e hábitos necessário para que cada um saiba exigir os seus direitos na mesma proporção que respeite os dos demais indivíduos e cumpra os seus deveres estabelecidos por lei e seja consciente de seu papel enquanto sujeito histórico capaz de transformar positivamente a realidade de sua comunidade, sua cidade, seu estado e seu país. Tal aprendizado acontece no ambiente escolar quando, de acordo com o discurso de Anísio Teixeira, a práxis pedagógica é regida pela

defesa do princípio democrático como valor universal, fortalecido pela convicção da democracia como forma de vida e pela crença de que os homens são inteligentes e iguais, portanto capazes de participarem e contribuírem para o projeto social. Acredita Anísio que democracia é educação, e que educação é o instrumento básico para o alcance de um regime de inteligência, liberdade e igualdade para todos. Defende por isso a escola pública, gratuita, para formar o homem comum, escola

para servir ao sistema social, em bases democráticas (ALMEIDA, 1990, p. 172).

Nesse sentido, a garantia das condições para o acesso e a permanência na escola é uma condição fundamental para o desenvolvimento dos cidadãos em formação, uma vez que cada instituição pode proporcionar o aprendizado de conhecimentos teóricos sobre conceitos relevantes como política, lei, estado de direito, justiça social, eleição, entre outros, e a adesão a uma cultura política democrática por meio da prática da participação comunitária (gestores escolares, famílias, alunos, docentes, funcionários, etc.) nas tomadas de decisões sobre a educação com uma gestão democrática das escolas e das redes locais de ensino. Segundo Anísio Teixeira,

a criança na escola deve poder sentir quanto o seu desenvolvimento é um desenvolvimento em conjunto, não podendo ela própria realizar-se a si mesma senão na medida em que se faz útil aos outros e os outros úteis a ela, medindo a sua capacidade pelo grau em que melhor realiza aquela parcela de atividade que lhe cabe, em virtude de suas aptidões particulares. Assim, mesmo o que é peculiar e próprio de cada um não se realiza senão em razão dos outros, sendo cada um devedor aos outros do que é, e credor dos outros do que os outros sejam. Esse existir em sociedade deve ser o quadro geral da escola, que, por isto mesmo, se organiza em comunidade de professores, alunos e pais, desenvolvendo o seu programa de atividades, em decorrência de tal viver associado, que marca toda a experiência escolar, transformada, assim, na experiência democrática por excelência. Com efeito, sem diferenças econômicas e sem conflitos outros de interesse dentro dela, a escola se faz um pequeno ideal de vida comunitária, com um plano de atividades em que o rigor exato do trabalho, a doce intimidade da família e a alegre animação do clube se casam, para produzir um ambiente capaz de conduzir com êxito a aventura do saber, do progresso social e da igualdade humana, que é a própria aventura da democracia (TEIXEIRA, 1977, p. 214).

A democracia é um ideal de organização da vida humana em sociedade caracterizado pela conscientização da importância da atuação das pessoas e dos diversos segmentos sociais nas decisões políticas que interferem nos destinos das comunidades local, regional e nacional e pela igualdade jurídica de direitos e deveres entre os cidadãos de tal forma que – apesar das peculiaridades físicas, emocionais e intelectuais e das diferentes histórias de vida que resultam na diversidade humana – todos possam partilhar de um sentimento de pertencimento a uma coletividade a partir do respeito mútuo entre as pessoas e os diversos grupos sociais e às normas jurídicas e instituições estabelecidas pela ordem democrática e da compreensão de que o desenvolvimento e o sucesso individuais dependem da participação de todos na riqueza gerada e nos

benefícios proporcionados pela vida em comum (educação, saúde, moradia, trabalho, etc.). Conforme Anísio Teixeira,

a sociedade não é um todo único, mas, de fato, e sobretudo a moderna sociedade, uma constelação de ‘sociedades’. Além da estratificação social, que nos dá as classes, há toda sorte de sociedades menores dentro da grande sociedade. A família, os amigos, companheiros de escola, companheiros de trabalho, de clubes, são outras tantas sociedades *dentro da sociedade*. E como tais micro sociedades existem até mesmo dentro de cada classe, temos, pelo menos, um múltiplo de todas elas. A sociedade democrática é a sociedade em que haja o máximo de comum entre todos os grupos e, por isto, todos se entrelacem com idêntico respeito mútuo e idêntico interesse. As relações entre todos os grupos e o sentimento de que todos têm algo a receber e algo a dar emprestam à grande sociedade o sentido democrático e lhe permitem fazer-se o meio do desenvolvimento de cada um e de todos. ‘Uma sociedade que consagre a participação em seus benefícios de todos os membros em termos iguais e que assegure o flexível reajustamento de suas instituições pela interação das diferentes formas de vida associada é, nessa medida, democrática’, afirma Dewey (TEIXEIRA, 1977, p. 209).

Na perspectiva de Anísio Teixeira, três aspectos são fundamentais para a consolidação do regime democrático nas sociedades contemporâneas: i) a correção das profundas desigualdades socioeconômicas existentes pelo Poder Público, o que implica no acesso de todos os indivíduos a direitos sociais fundamentais como educação, saúde, moradia, trabalho, etc. e na igualdade de condições para a ascensão social de acordo com o esforço, a dedicação e a capacidade intelectual de cada pessoa; ii) a distribuição de competências e o regime de colaboração entre as esferas central e local de poder (descentralização e ênfase na capacidade de tomada de decisão dos membros das comunidades locais para a solução de seus problemas cotidianos); e iii) um regime eleitoral sem a imposição de uma ditadura da maioria, mas certamente no qual se respeite e se dê voz à minoria (o voto de cada indivíduo deve contar nos pleitos e a participação e as demandas de cada grupo devem ser levados em consideração nas políticas públicas). Desse modo, Anísio

ênfatiza a democracia como método para corrigir a concentração de poder. Em primeiro lugar, o governo democrático é um modo de correção dos perigos da concentração de poder material e de poder econômico da vida moderna. Mas, o governo democrático para se conservar democrático e se aperfeiçoar como tal, exige cuidados especiais dos governantes e dos governados. Exige, por um lado, a mais extrema divisão de poder político, por meio de um regime de maior descentralização possível. Tudo que puder ser confiado à responsabilidade local e à cooperação voluntária dos indivíduos, lhes

deve ser confiado. E o regime eleitoral, por outro lado, deve ser de ordem a dar ao indivíduo o sentimento de que seu voto conta. De sorte que todo sistema em que isto não fique muito claro, como sucede com certas modalidades, por exemplo, do sistema proporcional, concorre para que a democracia, como regime de responsabilidade, perca a confiança que deve inspirar (LOVISOLO, 1990, p. 104).

A ideia de democracia no pensamento de Anísio Teixeira é influenciada diretamente pela obra do filósofo e pedagogo norte-americano John Dewey (1859-1952), de quem o educador brasileiro foi aluno quando frequentou a Universidade de Colúmbia, em Nova Iorque, em 1928. Dewey pertencia à corrente filosófica denominada pragmatismo ou instrumentalismo que defendia que os programas curriculares, os conteúdos e as atividades didáticas presentes na área educacional só tinham importância quando servissem de instrumento para a resolução de problemas reais relacionados à formação e à vida dos alunos. Em outras palavras, a Educação não pode ser mera memorização e reprodução de conhecimentos prontos, como acontece normalmente no modelo tradicional de ensino, no qual o professor utiliza-se da exposição verbal, de exercícios de memorização e fixação de conteúdos e de leituras em livros didáticos – como se fosse o próprio dono exclusivo do conhecimento – para entregar ao estudante saberes prontos, cabendo a este apenas um papel passivo no processo de ensino e aprendizagem, não sendo incentivado a questionar ou fazer qualquer relação entre o que aprende em sala de aula com a sua experiência de vida cotidiana. Desse modo, o processo de ensino e aprendizagem acontece de forma desvinculada da realidade do discente. Mas, afinal,

qual a razão por que, apesar de geralmente condenado, o método de ensino de verter conhecimentos – o mestre – e o absorvê-los passivamente – o aluno – ainda persiste tão arraigadamente na prática? Que educação não consiste unicamente em ‘falar’ e ‘ouvir’ e sim em um processo ativo e construtor, é princípio quase tão geralmente violado na prática, como admitido na teoria. Não é essa deplorável situação devida ao fato de ser matéria meramente exposta por meio da palavra? Prega-se; leciona-se; escreve-se. Mas para se pôr a matéria ou a teoria em ato ou em prática exige-se que o meio escolar esteja preparado, em extensão raramente atingida, como locais e condições para agir e fazer com utensílios e materiais de natureza física. Exige-se, ainda, que se modifiquem os métodos de instrução e administração de modo a permitir e assegurar o contato direto e contínuo com as coisas. Não que se deva restringir o uso da linguagem como recurso educativo; e sim que esse será mais vital e fecundo normalmente articulado com a atividade exercida em comum (DEWEY, 1959, p. 41).

Portanto, de acordo com John Dewey, à escola compete criar condições favoráveis a um aprendizado que possibilite a formação integral dos estudantes (físico, emocional e intelectual) de forma que eles possam adquirir as habilidades necessárias aos desafios que lhes são impostos cotidianamente pela sociedade. Ao invés de impor definições ou conceitos já elaborados, o professor deve adotar práticas pedagógicas que despertem o interesse, estimulem o raciocínio e façam o aluno elaborar os seus próprios conceitos que depois serão confrontados com o conhecimento sistematizado presente nos materiais didáticos das disciplinas escolares. Esse tipo de trabalho pedagógico só é viável em um ambiente escolar que seja democrático, isto é, em um espaço social onde seja possível o compartilhamento de experiências e não haja barreiras ao intercâmbio de pensamentos entre as pessoas. Referindo-se a este aspecto do ato de educar presente na produção intelectual de John Dewey, Anísio Teixeira afirma que

ainda o mais perfeito método de aquisição, digamos, de uma habilidade, não poderá ser aplicado rigidamente. O educador terá de levar em conta que o aluno não aprende nunca uma habilidade isolada; que, simultaneamente, estará aprendendo outras coisas no gênero dos gostos, aversões, desejos, inibições, inabilidades, enfim que toda a situação é um complexo de 'radiações, expansões e contrações', na linguagem de Dewey, não permitindo nem comportamento uniforme nem rígido. É importante conhecer todos os métodos e recursos já experimentados e provados de ensinar, mas a sua aplicação envolve tanta coisa a mais, que o mestre, nas situações concretas, é que irá saber até que ponto poderá aplicar o que a ciência da educação lhe recomenda, não no sentido de negá-la, mas, no sentido de coordená-la e articulá-la com o outro mundo de fatores que entram na situação educativa. Sendo assim, podemos ver quanto a função do educador é mais ampla do que toda a ciência de que se possa utilizar. É que o *processo educativo* identifica-se com um *processo de vida*, não tendo outro fim, como insiste Dewey, senão o próprio *crescimento* do indivíduo, entendido esse crescimento como um desenvolvimento, um refinamento ou uma modificação no seu comportamento, como ser humano. Em rigor, pois, o processo educativo não pode ter fins elaborados fora dele próprio. Os seus objetivos se contêm dentro do processo e são eles que o fazem educativo. Não podem, portanto, ser elaborados senão pelas próprias pessoas que participam do processo. O educador, o mestre é uma delas. A sua participação na elaboração desses objetivos não é um privilégio, mas a consequência de ser, naquele processo educativo, o participante mais experimentado, e, esperemos, mais sábio (TEIXEIRA, 1977, pp. 58-59).

A escola, sendo uma representação em miniatura do meio social em geral, é lugar onde as pessoas aprendem a se comunicar, trocar ideias, sentimentos e experiências, conhecer e refletir sobre as coisas mais simples e complexas do mundo e a

viver democraticamente em sociedade. Ao proporcionar práticas didáticas conjuntas, em vez de lidar com os alunos de forma isolada, a instituição de ensino desenvolve o espírito de comunidade e estimula a cooperação e a criação de um espírito social. Quando o professor desenvolve nos estudantes a competência do “aprender fazendo”, sem tratá-los como tábula rasa e sim como sujeitos ativos no processo de construção do conhecimento, desperta neles o espírito de iniciativa e independência, que é algo necessário em uma sociedade democrática. A democracia, mais do que um regime de governo, é uma forma de vida e um processo constante de liberação da inteligência. E à escola em uma democracia cumpre a função de ser um espaço de produção e reflexão de experiências relevantes de vida social, que permite o desenvolvimento de uma cidadania efetiva. A escola é um importante espaço social para o aprendizado teórico e prático de conceitos como direito, cidadania, democracia, constituição, Estado, etc. por meio do trabalho pedagógico com a relação deles com as histórias de vida dos alunos e dos membros dos segmentos sociais dos quais fazem parte. Como afirma John Dewey,

o legítimo princípio do interesse, entretanto, é o que reconhece uma identificação entre o fato que deve ser aprendido ou a ação que deve ser praticada e o agente que por essa atividade se vai desenvolver. Aquele fato ou ação se encontra na direção do próprio crescimento do agente, que reclama imperiosamente para se realizar a si mesmo. Assegure-se essa identificação ou correspondência entre o objeto e o agente, e não teremos que recorrer aos bons-ofícios da ‘força de vontade’, nem nos ocupar de ‘tomar as coisas interessantes’ (DEWEY, 1967, p. 65).

Seguindo a linha de raciocínio de John Dewey, Anísio Teixeira propõe que a escola que formará as crianças e os jovens para o exercício da cidadania no regime democrático brasileiro não será aquela que adota um modelo tradicional de ensino, no qual o estudante “é simplesmente o indivíduo cujo amadurecimento a escola vai realizar; cuja superficialidade vai ser aprofundada; e cuja estreita experiência vai ser alargada. O papel do aluno é receber e aceitar. Ele o cumprirá bem, quando for dócil e submisso” (DEWEY, 1967, p. 46). Pelo contrário, as instituições com ensino de qualidade, cujo acesso universal Anísio defende a todos os brasileiros, devem pautar-se por uma educação progressiva para que as pessoas possam evoluir intelectualmente, obter e ampliar conhecimentos, estimular o desenvolvimento psíquico e adquirir atitudes e valores sobre convivência e formas de integração social. Dessa maneira, o Brasil poderá pretender a formação para o exercício da cidadania por parte de todos os

indivíduos e a consolidação da ordem democrática. Segundo Anísio Teixeira, é imprescindível que a escola tenha dois objetivos bem definidos:

a formação geral e comum a todos os cidadãos e a formação dos quadros de trabalhadores e de especialistas de toda espécie exigidos pela sociedade moderna. A formação comum dos homens não é formação propriamente intelectual, embora exija certas técnicas intelectuais primárias, como a leitura, a escrita e a aritmética, e certo mínimo de informação e conhecimento. Precipualemente, é uma formação prática, destinada a dar, ao cidadão, em uma sociedade complexa e com o trabalho extremamente dividido, aquele conjunto de hábitos e atitudes indispensáveis à vida em comum. A escola, neste nível, longe de poder ser modelada segundo os antigos padrões acadêmicos, deve buscar os seus moldes na própria vida em comunidade, fazendo-se ela própria uma comunidade em miniatura, onde o aluno viva e aprenda as artes e relações da sociedade compósita e difícil de que vai utilmente participar. Para essa nova, ativa, vital e progressiva educação, somente agora vem o mundo descobrindo e aplicando as suas técnicas e os seus métodos. Depois da escola comum, eminentemente formadora de hábitos sociais e mentais, passa o aluno, já adolescente, a escolas especializadas, em que se habilita para a imensa variedade de trabalhos, que oferece a sociedade contemporânea, inclusive o trabalho do estudo e da pesquisa e das grandes profissões chamadas liberais, que, embora tremendamente importantes, constituem apenas um setor da vida hodierna. Em tais escolas especializadas, também hoje muito transformadas, é que se pode encontrar e se encontra ainda algo da velha tradição acadêmica e escolástica (TEIXEIRA, 1976, p. 37).

No pensamento de Anísio Teixeira, a escola constitui-se em vetor fundamental para a conformação do regime democrático com o ensino de conceitos como direito, cidadania, democracia, constituição, Estado, etc., mas, sobretudo, com o aprendizado prático pelas novas gerações de valores e atitudes como a obediência às normas de convívio, o conhecimento dos direitos e deveres, reflexão crítica sobre os problemas da coletividade, a participação na tomada de decisões em sala de aula e na escola, o respeito à pluralidade de opiniões e a valorização da diversidade social em um espaço físico que é a representação em escala menor da sociedade. Por este motivo, é fundamental repensar-se o sistema educacional brasileiro para que, por meio das escolas,

estabeleça-se para os brasileiros a oportunidade de uma educação contínua e flexível, visando prepará-los para a participação na democracia, ideal político herdado do século XIX, e também para a participação nas formas novas de trabalho de uma sociedade

economicamente estruturada, industrializada e progressiva (TEIXEIRA, 2005, pp. 216-217).

Em outras palavras, a escola é um importante canal de socialização política. A partir desta constatação, Anísio Teixeira elaborou em suas obras um modelo de sistema educacional que tornasse a escola em um espaço social importante para a aprendizagem das novas gerações sobre o exercício da cidadania em um regime democrático. Trata-se de um projeto de educação para todos os indivíduos que surgia, de acordo com Anísio, a partir da urgência de superação de determinados aspectos históricos – como a exclusão da vida política, as desigualdades sociais, a excessiva burocratização do Estado, o autoritarismo, a manipulação das massas, entre outros – que impediam a consolidação de uma cultura democrática na sociedade brasileira. Nesse sentido, segundo Serge Berstein (1998, p. 356), é preciso dar atenção aos vetores pelos quais passa a cultura política em uma dada sociedade, entre os quais se destacam,

em primeiro lugar, a família, onde a criança recebe mais ou menos diretamente um conjunto de normas, valores, de reflexões que constituem a sua primeira bagagem política, que conservará durante a vida ou rejeitará quando adulto. Depois, a escola, o liceu, a universidade, que transmitem, muitas vezes de maneira indireta, as referências admitidas pelo corpo social na sua maioria e que apoiam ou contradizem a contribuição da família. Vêm depois as influências adquiridas em diversos grupos onde os cidadãos são chamados a viver.

É importante frisar que a cultura política democrática difundida no ambiente escolar não deve ser uma doutrinação, mas o resultado de um processo de ensino e aprendizagem, no qual o aluno seja um sujeito ativo na construção do conhecimento, pois

a aquisição de uma cultura política faz supor um raciocínio, põ-la em prática a partir da confrontação com um dado fato da realidade que implica em análise pelo indivíduo ou, pelo menos, a adesão a uma análise proposta que não é um ato impulsivo e nem irrefletido. Simplesmente, e todos têm consciência disso, a interiorização das razões de um comportamento político acaba por criar automatismos que são apenas o atalho da diligência racional anteriormente realizada (BERSTEIN, 1998, pp. 360-361).

Mas, afinal, “de onde provêm os valores políticos de uma cultura política? Como podem ser explicadas as variações em ditos valores? Como explicarmos a

democratização?” (SOMERS, 1996/97, p. 49-50). Os valores políticos de uma cultura política constituem-se em um produto do sistema social que é compartilhado ao longo das diversas experiências de socialização vivenciadas pelos indivíduos em uma determinada sociedade. Por se constituir a partir dos valores políticos partilhados em uma coletividade e difundidos pelas sucessivas gerações de indivíduos nos diversos espaços de convívio social, a cultura política pode ser entendida como

o conjunto de atitudes, normas, crenças, mais ou menos largamente partilhadas pelos membros de uma determinada unidade social e tendo como objeto fenômenos políticos. Assim, poderemos dizer, a modo de ilustração, que compõem a Cultura Política de uma certa sociedade os *conhecimentos*, ou melhor, sua distribuição entre os indivíduos que a integram, relativos às instituições, à prática política, às forças políticas operantes em um determinado contexto; as *tendências* mais ou menos difusas, como por exemplo, a indiferença, o cinismo, a rigidez, o dogmatismo, ou, ao invés, o sentido de confiança, a adesão, a tolerância para com as forças políticas diversas da própria, etc.; finalmente, as *normas*, como por exemplo, o direito-dever dos cidadãos a participar da vida política, a obrigação de aceitar as decisões da maioria, a exclusão ou não do recurso a formas violentas de ação. Não se descurem, por último, a linguagem e os símbolos especificamente políticos, como as bandeiras, as contrassenhas das várias forças políticas, as palavras de ordem, etc. (SANI, 1995, p. 306).

Entre as diversas experiências de socialização durante as quais são compartilhados os valores políticos de uma cultura política, destaca-se a fase da escolarização. Para Anísio Teixeira, o estudante não deve ser apenas um mero expectador em sala de aula ou memorizador de conteúdos desconectados da sua realidade. Pelo contrário, propõe que todo aprendizado, inclusive sobre a cidadania e a democracia, deve ser o resultado da busca permanente pelo conhecimento a partir das relações estabelecidas e das reflexões feitas pelo discente entre o conteúdo teórico estudado na escola e a realidade vivida por ele cotidianamente, proporcionando, assim, uma aprendizagem significativa. Nesse sentido, Anísio (1997) compartilhava da ideia de John Dewey (1957) de que a escola somente se tornaria um espaço democrático quando proporcionasse a liberdade de pensar e aprender às crianças e aos jovens. O desenvolvimento de uma cultura política ainda no espaço escolar deve ser o resultado de uma tomada de consciência e reflexão em relação aos diversos fenômenos políticos que ocorrem em seu meio social, uma vez que,

a educação para a cidadania não pode deixar que o jovem se feche em um saber pautado em algumas noções essenciais, nem deve submetê-lo a práticas disciplinares desprovidas de sentido, sob o argumento da necessidade de organização política. Isso acaba docilizando seu corpo, enfraquecendo sua vontade, condicionando sua mente e endurecendo seu coração. De pouco adianta ir a museus, ler livros de história ou participar de solenidades cívicas se essas situações não forem significativas, ou seja, não tiverem valor para os alunos. A cultura política se desenvolve com uma tomada de consciência, mas é preciso que se enfatize que isso não se reduz a processos puramente intelectuais. Na formação para a cidadania, a ruptura que precisa ser feita vai além da opinião e do senso comum. Ela se incorpora em outra dimensão da vida social, exigindo uma nova ordem ética e uma outra estética. Inicia-se pelo questionamento dos valores em que se sustenta a ordem social, cobrando que se esclareça em nome de que e de quem essa ordem pretende se perpetuar. Significa, pois, buscar a legitimidade do sistema vigente, que precisa explicar-se, passando pela cognição, e justificar-se, mostrando os valores sobre os quais se assenta (FERREIRA, 1993, pp. 223-224).

Anísio Teixeira acredita que uma ordem social democrática não se constrói por uma imposição da dimensão institucional do Estado. A cultura política de exercício consciente da cidadania e de valorização e respeito às normas e aos órgãos do Estado Democrático de Direito não é somente o resultado de estruturas jurídicas e institucionais montadas e mantidas pelos poderes políticos instituídos de uma nação, mas também é produto de um conjunto de conhecimentos, valores e atitudes que pode ser despertado e desenvolvido nas novas gerações por meio da aprendizagem teórica e prática no cotidiano escolar de novas formas de agir e pensar. Isto é explicado por Anísio a partir da ideia de que

os seres humanos não vivem somente em um meio físico, mas em uma 'cultura', que impregna e transforma seus próprios comportamentos. Esse meio 'cultural' consiste em todo um sistema de sinais, significações, símbolos, instrumentos, instituições, tradições e crenças. O físico e o orgânico se fazem, eles próprios, sociais. E não apenas sociais, como nas formigas e abelhas, que dispõem de estruturas orgânicas para se comportarem socialmente. Mas, sociais por aprendizagem, por aquisição, por herança social. As relações dos homens entre si e com o seu meio são dominadas por símbolos e 'sentidos', – que têm de ser aprendidos e adquiridos, para a necessária integração social. Em virtude dos elementos culturais que o integram, o comportamento humano não é somente um processo de relações com o meio e com os outros indivíduos, mas de associações com um sistema de símbolos e significações, de sentido e uso comum em geral. Determina isto que os passos sucessivos do comportamento humano constituam atos partilhados com outros ou que tenham para os outros a mesma significação que para o indivíduo que os pratica, o

que importa em atos de compreensão comum (TEIXEIRA, 1968, pp. 94-95).

Entre os princípios legais essenciais para a transformação das instituições de ensino em espaços de aprendizado efetivo sobre a cidadania e a democracia estão a autonomia e a gestão democrática. A autonomia é pensada por Anísio Teixeira como um instrumento legal que possibilita às escolas se constituírem como instituições de ensino das localidades, capazes envolverem profundamente os diferentes segmentos da comunidade escolar e local em suas atividades e seus processos decisórios. Dessa maneira, a escola exerce o seu papel social devido, isto é, o de centro do processo educativo, levando-se em consideração sempre as necessidades das realidades locais e os anseios coletivos de equipes gestoras, professores, demais funcionários, pais e alunos por uma educação de qualidade. Para Anísio Teixeira,

a escola tem de ser instituição enraizada no meio local, dirigida e servida por professores da região, identificados com os seus mores, seus costumes. A regionalização da escola que, entre nós, se terá de caracterizar pela municipalização da escola, com administração local, programa local e professor local, concorrerá em muito para dissipar os aspectos abstratos e irrealis da escola imposta pelo centro, com programas determinados por autoridades remotas e distantes. Tal escola, com horários amplos, integrada no seu meio e com ele identificada, regida por professores provindos das suas mais verdadeiras camadas populares, percebendo os salários desse meio, será uma escola reconciliada com a comunidade. Esta será a escola fundamental de educação comum do brasileiro, regionalmente diversificada, comum não pela uniformidade, mas pela sua equivalência cultural (TEIXEIRA, 1957, pp. 50-51).

A grande preocupação de Anísio Teixeira é a descentralização do ensino, ou seja, municipalizar todas as escolas de Educação Básica do Brasil para impedir que a União e os Estados se percam nas tarefas burocráticas e estabeleçam normas de funcionamento das instituições de ensino e programas curriculares incompatíveis com as diversidades regionais e inflexíveis a ponto de prejudicarem a qualidade do ensino ofertado. Afinal, a centralização das decisões sobre a Educação Básica no Brasil resulta em processos de ensino e aprendizagem incompatíveis com os anseios e as demandas das comunidades locais e na constituição de escolas enquanto instituições desconectadas da realidade dos alunos. Conforme Anísio Teixeira,

os sistemas estaduais de educação representam os corpos – também eles próprios diversificados – componentes do super-sistema

complexo e amplo de educação nacional, enquanto não se chega até o município, ao que tenderá o sistema, à medida que amadureça a experiência administrativa brasileira. No momento, a prudência administrativa aconselha que se vá com a descentralização até o estado, mas sem desconhecer que os próprios estados ainda constituem unidades demasiado amplas para uma ação centralizada, cumprindo que se pense em levar a tendência descentralizadora até os municípios, que deverão ser, no final, as unidades administrativas básicas do ensino. Este ponto de vista encontra o seu maior fundamento na necessidade de íntima cooperação entre a comunidade e a escola. Se alguma instituição não pode ser implantada, em uma comunidade, de fora para dentro, é a escola. Ela deve nascer, sempre que possível, da própria comunidade. Tal localismo não a fará exótica, mas antes a integrará no meio a que serve, buscando obedecer, dentro das peculiaridades desse meio, às grandes normas gerais e nacionais. O ensino local e de responsabilidade local não ferirá em nada a unidade nacional, mas, antes, permitirá que essa unidade se faça diversificada e dinâmica, como realmente deve ser a unidade de nossa cultura e de nossa civilização (TEIXEIRA, 2005, p. 265).

O objetivo central do princípio legal da autonomia escolar é superar uma cultura organizacional centralizadora presente no sistema educacional do país que pensa a escola de forma subserviente, constituindo-se apenas em uma instituição que reproduz ordens e decisões elaboradas fora de seu contexto. Para Anísio Teixeira, não há como desvencilhar as concepções de autonomia e gestão democrática da escola de uma política pública descentralizadora e antiautoritária que implica no fortalecimento da atuação cidadã dos diferentes segmentos da comunidade na tomada de decisões para o alcance de um ensino de qualidade almejado pelos membros de uma localidade. Desse modo,

ajustaríamos as escolas às condições locais, sendo de esperar que se transformassem em motivo de emulação e orgulho das comunidades a que servem e que, a seu turno, lhes dariam apoio estimulante. Pela descentralização e autonomia, daríamos meios eficazes para a administração mais eficiente das escolas e responsabilidade dignificante a diretores e professores, que não estariam trabalhando em obediência a ordens distantes, mas sob a inspiração dos seus próprios estudos e competência profissional. A flexibilidade necessariamente impressa ao processo educativo melhor o aparelharia para atender às diferenças individuais, inclusive quanto à marcha da aprendizagem dos alunos e à verificação dessa aprendizagem. Os órgãos estaduais e federais, libertos dos deveres de administração das escolas, poderiam entregar-se ao estudo dos sistemas escolares e dar às escolas melhor assistência técnica, atuando para a sua homogeneidade pela difusão dos melhores métodos e objetivos, cuja adoção promovessem por persuasão e consentimento, e não por imposição (TEIXEIRA, 1957, pp. 120-121).

A gestão democrática diz respeito a um novo paradigma de gestão escolar, no qual há uma mobilização da comunidade em torno de órgãos colegiados, como por exemplo, Conselho Municipal de Ensino, Conselho Escolar, Associação de Pais e Mestres e Grêmios Estudantis, para a sua participação direta na tomada de decisões referentes às diretrizes, metas e estratégias de administração da instituição e às definições de propostas pedagógicas visando à melhoria da qualidade do ensino em consonância com os anseios e as demandas regionais e locais. Na perspectiva de Anísio Teixeira, tais órgãos colegiados teriam uma composição popular, sendo constituído por pais, estudantes e profissionais da Educação. Dessa forma, a Educação passa a ser concebida como um produto de um trabalho coletivo que implica no envolvimento de toda a comunidade e de um processo democrático, participativo e dialogado de tomada de decisões no âmbito escolar. Segundo Anísio Teixeira, a gestão democrática na Educação demanda

a transformação da escola em uma instituição educativa onde existam condições reais para as experiências formadoras. A escola somente de informação e de disciplina imposta, como a dos quartéis, pode adestrar e ensinar, mas não educa. Nesta escola, a democracia, se houver, será a dos corredores, do recreio, dos intervalos de aula, desordenada, ruidosa e deformadora. É necessário que professores, diretores, pais, alunos e toda a administração escolar aceitem o princípio democrático, que consiste no postulado de que cada um dos participantes da experiência escolar tem mérito pessoal bastante para ter voz no capítulo. Ninguém é tão desprovido que possa ser apenas mandado. Também ele deve saber o que está fazendo e porque está fazendo. Algo ficará mais difícil; nem tudo será tão bem feito – mas a grande experiência de participação, como igual, nas atividades, esforços, durezas e alegrias do trabalho escolar, se estará fazendo, e, com ela, a aquisição das disposições fundamentais de cooperação, de responsabilidade, de reconhecimento dos méritos de cada um, de participação integradora na vida comum e de sentimento de sua utilidade no conjunto. O processo democrático de educação surgirá, naturalmente, nessa nova organização escolar, como algo de intrínseco à própria atividade do aluno: em classe ou fora de classe, sugerindo, analisando, decidindo, estudando ou buscando informações e conhecimento, planejando, realizando, julgando, corrigindo, refazendo e tomando a planejar – estará ele crescendo em capacidade física, intelectual e moral e formando as disposições fundamentais necessárias à vida democrática: iniciativa, cooperação, espírito de equipe, isto é, de reconhecimento do próprio mérito e do mérito dos outros (TEIXEIRA, 1977, pp. 218-219).

A partir do aprendizado sobre o funcionamento e a importância da democracia na escola por meio da participação da comunidade na gestão democrática, a pessoa não apenas transforma o seu modo de refletir criticamente sobre o mundo, atuar enquanto

um cidadão consciente e dotado de seus direitos e deveres e transformar a realidade que o circunda, mas também de influenciar mudanças nos comportamentos, hábitos, valores e atitudes sobre a política, a cidadania e a democracia de indivíduos que fazem parte de seu círculo social de convivência cotidiana, como é o caso da família, dos colegas de trabalho e dos amigos. Anísio Teixeira entendia que

a autonomia da escola constituía pressuposto de sua função social de formação da personalidade e de habilitação do indivíduo a conquistar oportunidades iguais na sociedade, segundo os requisitos de aptidão. Para desenvolver essa tarefa, a escola precisava ser imune a imposições deformadoras (MARINHO, 2001, p. 54).

A escola é um importante espaço social para a desconstrução de traços de uma cultura política autoritária ainda presente na sociedade nacional, como o desinteresse pela participação ativa nas tomadas de decisão de interesse coletivo, a exclusão de parcela considerável da população do acesso aos benefícios que podem ser oferecidos pela sociedade – educação, saúde, moradia, trabalho, segurança –, o domínio do Poder Público por uma elite que usa o aparelho burocrático em proveito pessoal e impõe gestões centralizadoras, autoritárias e paternalistas sobre os demais segmentos sociais, etc. Para Anísio Teixeira, cabe aos homens e às mulheres do país a missão de construir e consolidar a democracia e à escola o papel de formá-los para o exercício da cidadania em um Estado Democrático de Direito, uma vez que

a escola brasileira é que lhes irá ensinar a compreender o Brasil, mostrar-lhe a sua evolução, apresentar-lhe a sua estrutura social em transformação, indicando-lhe os defeitos arcaicos e as qualidades novas em surgimento, dar-lhe consciência dos seus triunfos e dos seus característicos, com exaltação dos aspectos originais – a sua democracia, por exemplo – e crítica os defeitos maiores: a insensibilidade, por exemplo, para com a imensa parcela ainda desintegrada da nação – os analfabetos, os miseráveis, a população rural que vegeta por esse imenso país afora: o espírito de aproveitamento, que o estado de pobreza gera em todos que sobem à tona e escapam à desgraça de ser no país apenas povo, a corrupção generalizada que é, mais do que tudo, manifestação de alienação, de que o Brasil não é um bem comum, mas algo antes apropriado por privilegiados e hoje assaltado pelos que conseguem tomar um pouco das mãos de tais privilegiados e ganhar, desse modo, o direito de também explorá-lo em seu próprio benefício. Os inimigos do país são todos os que exploram e roubam o Brasil, seja pelo ato francamente espoliativo, seja por dificultarem que os seus recursos públicos se apliquem com as prioridades, a eficiência e a justiça indispensáveis, a fim de que se integrem na pátria todos os seus filhos, dentro de um mínimo de igualdade e decência. A primeira tomada de consciência,

pois, será a tomada de consciência de nossa atual pobreza e a austeridade com que nos teremos de conduzir, para apressar essa integração. Nacionalismo é assim antes de tudo uma aguda consciência de toda e qualquer situação de privilégio, acompanhada do desejo real e profundo de reparar essa situação de privilégio com os sacrifícios necessários para a correção da injustiça. Como o entendo, o nacionalismo corresponde a uma tomada de consciência do nosso atraso, à lúcida percepção de suas causas e à corajosa correção de todas as nossas atitudes, de todos os nossos comportamentos, que, de um ou outro modo, constituem as raízes desse desenvolvimento econômico, político, social e cultural. Só a escola e uma escola verdadeiramente de estudo e de conhecimento do Brasil poderá mostrar-nos o caminho para esse imenso esforço de emancipação nacional. Tal escola não poderá ser a escola privada, mas a escola pública, pois só esta poderá vir a inspirar-se nessa suprema missão pública, a de nacionalizar o Brasil (TEIXEIRA, 1976, pp. 321-322).

Além do aprendizado sobre a cidadania e a democracia, os princípios legais da autonomia e da gestão democrática da Educação proporcionam também o combate a um processo histórico da sociedade brasileira, que consiste, conforme Anísio Teixeira, na concentração de poderes nas mãos do governo central, o que dificulta a adoção de políticas públicas eficientes, uma vez que as autoridades centrais muitas vezes não levam em consideração as reais necessidades e as especificidades das diversas regiões que constituem o território nacional, impedindo-se, assim, a prestação de serviços públicos de qualidade. A solução proposta para o combate à concentração de poderes nas mãos do governo central para a tomada de decisões referentes à educação nacional está em instrumentos jurídicos – como a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – que estabeleçam a divisão de competências entre os entes federativos: União, Estados e Municípios. No que diz respeito à Educação Básica, cabem à União zelar pelo cumprimento das diretrizes e bases da educação nacional e prestar assistência financeira e técnica; atribuem-se aos Estados a organização de suas redes de ensino, a formação e o licenciamento dos profissionais do magistério e a manutenção das instituições de ensino secundário e superior; e aos Municípios compete a imediata direção e administração, principalmente, das escolas de ensino primário. Assim, descentralizam-se as tomadas de decisões e estabelece-se a participação das três órbitas do governo da República, que devem

harmonizar os seus poderes e os seus recursos no grande empreendimento comum: o desenvolvimento das instituições escolares. Presentemente, as atribuições dos poderes da República, municipal, estadual e federal, se duplicam ou se fragmentam e os seus recursos se mantêm totalmente independentes uns dos outros, nas iniciativas que toma cada uma deles. Dessa forma, os próprios poderes

públicos aumentam a confusão em que se debatem as escolas em seu ímpeto de expansão, gerando uma irresponsabilidade generalizada em relação às consequências globais ou de conjunto. Parece-nos, assim, que é chegado o momento de se pensar em um plano unificado de ação, em que os três poderes juntam os seus recursos para uma ação coordenada e contínua, nas órbitas do Município, do Estado e da União, em prol do desenvolvimento disciplinado de suas escolas. Se a política educacional do país em vez de optar pelo centralismo da sua autoridade executora, escolher corajosamente a orientação descentralizadora, confio em que venha a despertar insuspeitadas forças de cooperação nos Estados e Municípios. As linhas fundamentais da política educacional do país consistiriam, assim, na atribuição aos poderes municipais da função de administrar a escola primária e, em certos casos, a secundária; na atribuição ao Estado da função de formar os professores e manter o ensino secundário e superior; e à União, a função supletiva, de preferência mediante a assistência financeira e técnica, e, além dessa harmônica distribuição de funções, na unificação dos recursos das três ordens governamentais, despendendo o Município a totalidade dos seus recursos para educação no ensino primário, no que seria substancialmente ajudado pelo Estado e pela União, os quais, por sua vez, despenderiam, além do que fosse atribuído a essa assistência ao Município, os seus restantes recursos na formação do magistério e no ensino secundário e superior (TEIXEIRA, 1976, pp. 76-77).

Um importante órgão pensado por Anísio Teixeira que contribui para a descentralização e a participação democrática das comunidades locais nas decisões referentes à Educação é o Conselho Municipal de Ensino. Trata-se de um órgão administrativo das escolas de cada município formado por seis a nove pessoas representativas da sociedade local e com boa reputação, devendo ser renovado em um terço a cada dois ou três anos, mediante lista tríplex de nomes indicados pelo próprio conselho e de nomeação pelo prefeito. De acordo com Anísio Teixeira,

a organização da educação no Brasil está a exigir uma revisão corajosa dos meios até agora ensaiados para a sua implantação. Nenhuma sistematização rígida lhe pode ser aplicada, em virtude das proporções da tarefa e das condições profundamente desiguais a que necessariamente está sujeita a sua execução, para ser realidade e ter eficiência, com progressividade tanto quanto possível assegurada. Cumpre criar um mecanismo simples e dinâmico, capaz de se adaptar às contingências mais diversas e de trabalhar com os recursos mais desiguais; por isto e para isto, dotado de força própria, de autonomia e de responsabilidade, a fim de se desenvolver indefinidamente. E é o que se conseguirá e só se conseguirá entregando às comunidades a responsabilidade pela educação. Em vez das centralizações, sejam federal ou estaduais, a educação passa a ser, primordialmente, de responsabilidade local. Dir-se-á que as tradições dos nossos governos locais, entretanto, não são de ordem a nos animar nessa transferência. Dominados pela burocracia, embora de recente incremento, e pelo

eleitoralismo, seria lícito admitir que não fosse grande a vantagem alcançada. Algo mais ter-se-ia de fazer para dar à transposição de responsabilidade sua força estimuladora e criadora. Sugeriríamos, assim, a criação de pequenos *Conselhos Escolares locais*, constituídos por homens e mulheres de espírito público, e não propriamente partidário, dos municípios. Tais conselhos iriam administrar um *Fundo Escolar* municipal – outra sugestão de não menor alcance –, a ser instituído com os recursos provenientes dos 20% da receita tributária do Município constitucionalmente determinados, e com os auxílios estaduais e federal para a educação, decorrentes por seu turno das correspondentes porcentagens constitucionais (respectivamente 12% e 20%) de aplicação exclusiva. Dotados de poder financeiro e governamental, seriam tão importantes e tão desejados quanto o poder municipal (prefeito e Câmara), enriquecendo a comuna com um novo órgão representativo, singelo e fecundo, para expressão das aspirações legais. Os conselhos nomeariam o administrador local da educação e os professores, exercendo deste modo verdadeiro poder de governo e tomando sobre os ombros toda a responsabilidade da educação local (TEIXEIRA, 2005, pp. 218-219).

Anísio Teixeira acredita que um aspecto crucial para a redução das desigualdades e injustiças sociais históricas no Brasil como fundamento para o exercício da cidadania e a conformação de uma sociedade democrática é o estabelecimento de uma educação inclusiva, ou seja, a estruturação de um sistema educacional por meio do qual o Estado garanta a todos os brasileiros (indivíduos da cidade ou do campo, ricos ou pobres, homens ou mulheres, brancos ou negros, pessoas com maior ou menor facilidade de aprendizagem), sem quaisquer distinções ou preconceitos, as condições para o acesso e a permanência na escola. Para o educador,

enquanto a educação seletiva, por sua natureza, é uma educação de poucos e tem sua eficiência subordinada ao critério da qualidade do aluno, a educação de todos deve ser subordinada à qualidade do professor e da escola, que devem ser capazes de a todos educar, a despeito das resistências e dificuldades que oferece a heterogeneidade dos alunos distribuídos por todas as escalas de capacidade intelectual e de experiência social, conforme seus diferentes dotes hereditários e respectivos meios familiares e econômicos. Embora pareça um paradoxo, a educação seletiva, visando a oferecer educação supostamente adequada apenas a alunos selecionados, tem nas reprovações seu índice de eficiência. Este conceito de que a educação é um processo essencialmente de triagem, pelo qual se prepara a elite de um país, é conceito extremamente arraigado na própria história da educação do mundo. Só muito recentemente estão as próprias nações desenvolvidas chegando, relutantemente, ao conceito de que todos os homens são educáveis e que vale a pena educá-los mais longamente. Para isso, é evidente que há de se mudar o conceito de educação, pois já não se trata de fixar um tipo de educação e impô-lo a todos, eliminando os incapazes, mas de descobrir o tipo de educação capaz de levar cada um ao máximo desenvolvimento de suas capacidades. A

mudança não é só de programa, embora seja imprescindível mudá-lo. Trata-se, além disso, de descobrir o modo de aprender e o que pode o aluno aprender, a fim de levá-lo o mais longe que for possível no seu processo de educação. Infelizmente, tão retardada se acha a pesquisa educacional que não chegamos sequer a alcançar um método científico de ensinar a ler. Muita pesquisa se terá ainda de fazer para chegarmos em Psicologia e em Pedagogia à situação em que já estamos na Agricultura (TEIXEIRA, 1976, p. 249).

É impossível se pensar em educação inclusiva sem a aplicação do princípio jurídico do direito ao acesso e à permanência na escola. O objetivo deste princípio é a implantação de uma política de comprometimento com a igualdade de oportunidades e condições para que todos os indivíduos possam ser bem sucedidos educacionalmente. Desse modo, torna-se viável a possibilidade de transformação de uma realidade histórica caracterizada pela exclusão social e dificuldade de ascensão social das camadas mais pobres da sociedade brasileira por meio do estudo. Ao proporcionar as condições favoráveis para o acesso e a permanência de todos os brasileiros indistintamente na escola pública, o Estado brasileiro desenvolve uma política pública de correção das desigualdades e injustiças sociais históricas, uma vez que o ensino não pode ser um fator de privilégio para os setores mais abastados da sociedade. Por este motivo, de acordo com Florestan Fernandes,

Anísio Teixeira foi o campeão na luta contra a educação como privilégio. Ele sempre quis banir esse mal do solo brasileiro para que a educação fosse um valor universal, acessível a todos, capaz de criar no Brasil uma revolução brasileira que fosse realmente democrática em todos os seus aspectos (FERNANDES, 2002, p. 57).

Contudo, segundo Anísio Teixeira, não basta apenas que o Estado garanta o acesso e a permanência na escola como um princípio que estabelece a igualdade jurídica de todos os indivíduos ao exercício de uma cidadania efetiva. É necessário também que todos os brasileiros, independentemente de origem social e condição econômica, possam ter garantidas as condições para o acesso aos níveis mais elevados do ensino segundo a capacidade de cada indivíduo. A ideia do acesso aos níveis mais elevados do ensino, segundo a capacidade de cada um, tem como fundamento o princípio político liberal da igualdade de todos os indivíduos perante a lei enquanto norma geral. De acordo com tal princípio, é fundamental que em uma sociedade democrática haja a possibilidade de ascensão social baseada na meritocracia e não no critério do bom-nascimento ou da boa-estirpe. Portanto,

urge a organização de um sistema de educação livre, gratuito, que permita a qualquer indivíduo percorrê-lo do jardim de infância à universidade, com a só limitação de sua capacidade inata, e que dê a todos os indivíduos a indispensável formação política, econômica e social que os habilite a cooperar e a participar na civilização do país. Tal educação visará, assim, em suas últimas e, com certeza, ainda distantes realizações, dar a cada indivíduo o lugar na sociedade a que o destinem os seus méritos e a sua capacidade (TEIXEIRA, 1997, p. 253).

A lei deve ser igual para todos e, por conseguinte, deve dar a todos os cidadãos oportunidades idênticas de buscar uma melhor posição socioeconômica. Dar condições de ascensão social às pessoas indistintamente por meio de oportunidades educacionais implica em tornar a educação democrática.

Considerações finais

Segundo Darcy Ribeiro, o grande legado de Anísio Teixeira para a geração pós-redemocratização de 1985 é a percepção de que não há como desvencilhar a consolidação do regime democrático de uma educação pública universal e de qualidade no Brasil. Afinal, Anísio era

um homem que lutava pela intervenção do Estado na educação, pelo fortalecimento da escola pública estatal. O Anísio era um homem que estava muito fixado no paralelismo entre educação e democracia nos Estados Unidos. Os Estados Unidos se constituem em uma grande democracia através do sistema educacional. Este é o pensamento básico de Dewey, contrário ao dos políticos nossos, que nunca deram importância à educação. O Anísio também tinha a percepção de que a educação é que permitiria ao Brasil dar um grande salto e de que enquanto o Brasil não conseguisse dar uma boa escola a toda a sua população, estaria com uma bola de chumbo amarrada ao pé. As teses que o Anísio defendia há 30, 40, 50 anos atrás, de que a educação não é privilégio, educação pela democracia, são teses ainda atuais. Retomando os textos de Anísio é que podemos nos inspirar para saber... (RIBEIRO, 2002, p. 66).

É preciso resgatar o pensamento de Anísio Teixeira, que desde o seu falecimento em 1971 – no auge da ditadura militar – até os dias atuais, é desconhecido por uma grande parcela da população nacional, inclusive por gestores públicos, educadores e outros membros da sociedade engajados e organizados em torno de Organizações Não-Governamentais. Passados 36 anos do fim da ditadura, o Brasil depara-se com um contexto político de excessiva polarização entre esquerda e direita e de questionamentos

por parte da parcela mais radical deste agrupamento político sobre a validade e os rumos do regime democrático e do modelo educacional existente a partir da promulgação da Constituição de 1988 e da vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. Por este motivo, faz-se necessário retomar as contribuições de Anísio Teixeira, que pensou um modelo educacional voltado para a formação de indivíduos que possam exigir e exercer a cidadania política, civil e social em sua plenitude e a constituição de uma cultura política de efetiva representatividade e atuação consciente dos diversos segmentos sociais na elaboração das políticas nacionais por meio da valorização e do respeito às instituições e aos mecanismos legais existentes em um Estado Democrático de Direito.

Referências

ALMEIDA, Stela Borges de. O pensamento de Anísio Teixeira concretizado: escola parque, paradigma escolar. In: ALMEIDA, Stela Borges de et al. *Chaves para ler Anísio Teixeira*. Salvador: EGBA; UFBA, 1990, pp. 141-178.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Tradução Ana Moura. 1. ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 349-363.

DEWEY, John. *Democracia e educação*. Tradução Godofredo Rangel e Anísio Spínola Teixeira. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

DEWEY, John. *Vida e educação*. Tradução Anísio Spínola Teixeira. 6. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1967.

FERNANDES, Florestan. Anísio Teixeira e a luta pela escola pública. In: ROCHA, João Augusto de Lima. *Anísio em movimento: a vida e as lutas de Anísio Teixeira pela escola pública e pela cultura no Brasil*. 1. ed. Brasília: Senado Federal, 2002, pp. 51-58.

FERREIRA, Nilda Teves. *Cidadania: uma questão para a educação*. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

LIMA, Hermes. *Anísio Teixeira estadista da educação*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

LOVISOLO, Hugo. A concepção de História na obra de Anísio Teixeira. In: ALMEIDA, Stela Borges de et al. *Chaves para ler Anísio Teixeira*. Salvador: EGBA; UFBA, 1990, p. 86-140.

MARINHO, Josaphat. *Anísio Teixeira: o educador da cidadania*. Salvador: Edições Cidade da Bahia, 2001.

RIBEIRO, Darcy. Depoimento. In: ROCHA, João Augusto de Lima. *Anísio em movimento: a vida e as lutas de Anísio Teixeira pela escola pública e pela cultura no Brasil*. 1. ed. Brasília: Senado Federal, 2002, pp. 65-72.

SANI, Giacomo. Cultura política. In: BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de política*. Tradução João Ferreira. 8. ed. Brasília: Editora UnB, 1995, v. 1, pp. 306-308.

SOMERS, Margaret R. Qué hay de político o de cultural en la cultura política y en la esfera pública? Hacia una sociología histórica de la formación de conceptos. *Zona Abierta*, Madrid, n. 77/78, 1996/1997, p. 31-94.

TAVARES, Odorico. *Prioridade número um para a educação: entrevista de Anísio Teixeira*. 1. ed. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde; Serviço de Documentação, 1952.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. *A educação e a crise brasileira*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

TEIXEIRA, Anísio; SILVA, Maurício Rocha e. *Diálogo sobre a lógica do conhecimento*. 1. ed. São Paulo: EDART, 1968.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. *Educação e o mundo moderno*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. *Educação não é privilégio*. 1. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. *Educação no Brasil*. 2. ed. São Paulo; Brasília: Companhia Editora Nacional; Instituto Nacional do Livro, 1976.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. *Educação para a democracia: introdução à administração educacional*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. Lei e tradição: artigo publicado no Boletim Informativo da CAPES, maio de 1957. In: ABREU, Jayme et al. *Anísio Teixeira: pensamento e ação*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960, pp. 253-255.

Artigo recebido em 12 de dezembro de 2020.
Aceito para publicação em 09 de abril de 2021.

LIÇÕES DE MORAL E CIVISMO NO ENSINO DE HISTÓRIA: A FORMAÇÃO DO CIDADÃO IDEAL NA VISÃO DO PROFESSOR MELLO E SOUZA

MORAL AND CIVIC LESSONS IN HISTORY TEACHING: THE FORMATION OF THE IDEAL CITIZEN IN THE VIEW OF TEACHER MELLO E SOUZA

Sônia Maria da Silva GABRIEL*

Arnaldo PINTO JUNIOR**

Resumo: Este artigo reflete sobre as concepções de ensino de História do professor Mello e Souza (1888-1969), sujeito que iniciou a carreira nas primeiras décadas do século XX em meio a ambiciosos projetos de valorização da educação escolar e da cultura letrada. Para analisar suas memórias familiares e trajetórias profissionais, registradas em suportes textuais e imagéticos diversos, dialogamos com referenciais teórico-metodológicos da história cultural e da educação. Ao focalizarmos principalmente a tese elaborada para o concurso do Colégio Pedro II, que discutia a formação do caráter dos alunos a partir dos princípios morais e cívicos encontrados nos conteúdos históricos, problematizamos os limites dos projetos vigentes, que concentraram esforços na difusão de um modelo idealizado de cidadão patriótico.

Palavras-chave: Ensino de História; História cultural; Identidade docente; Moral e civismo; Primeira República.

Abstract: This article reflects on the conceptions of history teaching of the teacher Mello e Souza (1888-1969), an individual who began his career in the first decades of the twentieth century amid ambitious projects of valorization of school education and literate culture. In order to analyze his family memories and professional trajectories, recorded in various textual and visual supports, we dialogued with theoretical and methodological references of cultural history and education. By focusing mainly on the thesis prepared for the candidacy application to Colégio Pedro II, which discussed the students' character formation based on the moral and civic principles found in the historical contents, we problematize the limits of the current projects, which focused efforts on the diffusion of an idealized model of patriotic citizen.

Keywords: Teaching of History; Cultural history; Teaching identity; Moral and civism; First Republic.

Introdução

* Mestre em Educação - Programa de Pós-graduação em Educação - Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Campinas, SP - Brasil. E-mail: soniamgabriel@gmail.com

** Doutor em Educação - Programa de Pós-graduação em Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Campinas, SP - Brasil. E-mail: apjfe@unicamp.br.

Entre o final do século XIX e o início do século XX, a maioria das instituições escolares no Brasil era reconhecida como espaços ocupados por grupos privilegiados da sociedade, constituídos para atender demandas de manutenção – ou até de aquisição – de *status* social. Se não eram capazes de garantir aos alunos um futuro lugar entre as elites econômicas do país, estas instituições ao menos distinguiam seus integrantes pelos supostos dotes intelectuais; também pela possibilidade de trabalharem em cargos públicos importantes, isto é, posições profissionais em melhores condições se comparadas com as exercidas pela maioria da população sem formação escolar básica.

Professores oriundos do Curso Normal e de bacharelados diversos disputavam cargos docentes desde as pequenas cidades do interior do Brasil até aos, ainda, poucos colégios públicos renomados. As práticas docentes, os currículos escolares, as disciplinas, os registros das memórias de alunos e professores oferecem evidências para analisarmos o gradativo processo de expansão de vagas em instituições de ensino e sua relevância simbólica na recém instaurada República.

Nas primeiras décadas do século XX, apesar da crescente preocupação com a ampliação da escolarização para as camadas populares, o acesso e a permanência dos alunos oriundos desses grupos sociais eram efetivamente limitados, não correspondendo aos projetos republicanos que incorporavam visões mais democráticas (SCHUELER; MAGALDI, 2009). Os excluídos da ordem republicana apareciam como presença incômoda, dentre os quais estavam os analfabetos, sujeitos que supostamente impediam o progresso da nação. Nessa leitura promovida por determinados grupos políticos, a escola é “reafirmada como arma” (CARVALHO, 1989, p. 7) para superar os entraves herdados do passado imperial.

Segundo setores das elites republicanas, era preciso educar o povo para alcançar o estágio das nações civilizadas. Além disso, a escolarização das massas traria mais legitimidade aos poderes públicos do novo regime, principalmente a partir da participação democrática representada pelo voto.

É nessa conjuntura de valorização da educação escolar e de ambiciosos projetos de reforma moral e cultural do povo que encontramos o sujeito histórico João Baptista de Mello e Souza (1888-1969), professor, funcionário público e escritor que publicava textos em jornais e livros, nos quais registrou suas visões de mundo, suas relações pessoais, seus ideais socioculturais. Entre textos que expuseram memórias familiares, experiências de atuação na docência e em cargos governamentais, Mello e Souza

escreveu significativas representações (CHARTIER, 1990) de seu tempo, as quais foram analisadas para o desenvolvimento deste artigo.

Parte da vida profissional de Mello e Souza foi apresentada em seus escritos, como outras perspectivas tiveram destaque na organização de seu acervo pessoal, composto por álbuns de memórias e recortes jornalísticos, cartas, fotografias, depoimentos, impressos, anotações e correspondências oficiais. Guardado pela família após o seu falecimento, o acervo de Mello e Souza revela indícios da preocupação com a preservação de sua memória, construída no sentido de distinguir o exemplar professor de colégios das esferas pública e privada, o responsável funcionário do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o incansável propagador do esperanto e do escotismo.

Analisando textos diversos e um conjunto de documentos do acervo pessoal do referido sujeito histórico, neste artigo refletimos sobre a constituição de sua identidade docente na relação com as concepções de educação e ensino de História que defendia. Circulando por alguns lugares estratégicos da Primeira República, Mello e Souza ocupou a prestigiada cátedra de História do Colégio Pedro II a partir de meados da década de 1920. Como suas experiências sociais contribuíram para suas escolhas profissionais? Como os projetos socioculturais republicanos incidiram sobre suas concepções de educação e história? Tais questionamentos balizaram as análises aqui produzidas, que ao dialogar com referenciais da história cultural e da história da educação potencializaram a discussão do idealizado cidadão patriótico, explicitada sobretudo na segunda tese escrita por Mello e Souza para participar do concurso de ingresso no Colégio Pedro II. Na referida tese, o autor não deixa de destacar o papel do professor de História, visto que o futuro da nação passaria pela formação moral e cívica imbricada nos conteúdos dessa disciplina escolar.

Os Mello e Souza, uma família de professores

João Baptista de Mello e Souza¹ nasceu na cidade de Queluz, interior de São Paulo, em 28 de maio de 1888. O cotidiano da sua família era intimamente ligado à educação. Seu pai, João de Deus de Mello e Souza (1863-1911), vindo do Rio de Janeiro, fundou na pequena cidade paulista o Colégio João de Deus, quatro anos antes da Proclamação da República. Sua mãe, Carolina Carlos de Toledo (1866-1925), regia uma escola em sua própria casa, onde os nove filhos do casal tiveram o contato inicial com a profissão que a maioria deles seguiria na idade adulta.

Dentre os filhos do casal, tornaram-se professores Maria Antonieta, Laura Marieta e Julieta Carmem, que atuaram em escolas paulistas e, posteriormente, no Colégio Mello e Souza no Rio de Janeiro; João Baptista e José Carlos, que chegaram à condição de catedráticos do Colégio Pedro II; e Júlio César, o mais conhecido dos irmãos pela fama de propagador da matemática e pelas obras assinadas como Malba Tahan. As informações da infância e cotidiano escolar da família Mello e Souza foram registradas no livro memorialista do filho João Baptista, intitulado *Meninos de Queluz* (1949), fonte usada de forma recorrente nas dissertações e teses sobre a vida de Malba Tahan. Devido as representações registradas nessa obra, também a utilizamos neste trabalho com o intuito de analisar as experiências sociais do sujeito histórico focalizado.

O autor e os irmãos menores desenvolveram seus primeiros anos de estudo na própria casa da família, “pois vivendo numa escola, ali tínhamos livros, quadros murais, mapas, tudo o que nos era mister, inclusive a professora” (MELLO E SOUZA, 1949, p. 22). Ser filho da professora levava essa sua condição também para as ruas da cidade de Queluz, bem como de localidades próximas com as quais a família mantinha relações por meio de parentes, contatos profissionais e políticos. As crianças da família eram reconhecidas nas redondezas como “os filhos da Professora” (MELLO E SOUZA, 1949, p. 31). O apreço pela condição de professor também foi registrado em publicações organizadas por antigos alunos e companheiros de trabalho, como o livreto *Lembranças do Colégio São Paulo: 1914-1964* (1964) e no opúsculo comemorativo do aniversário de 80 anos do catedrático do Colégio Pedro II (1968). Em outro sentido, uma dada projeção intelectual e política é evidenciada nas crônicas e artigos que publicou em jornais como *O Imparcial e Jornal do Brasil* (Rio de Janeiro), *Correio Paulistano* (São Paulo) e *Correio Popular* (Campinas) durante a primeira metade do século XX, materiais que ele organizou em seu acervo pessoal, em parte, no álbum *Lembranças de In Illo Tempore*.

Com a realização dos estudos iniciais em Queluz, a família Mello e Souza preparou o filho João Baptista para ir ao Rio de Janeiro submeter-se às provas do Colégio Pedro II. Em 1900, conseguindo gratuidade após exame de admissão, ele ingressou no curso integral de Humanidades, recebendo o título de bacharel em Ciências e Letras no ano de 1905. Em longo depoimento de Luiz Pinheiro Guimarães para o livro *O professor do nosso tempo – Opúsculo comemorativo do 80º Aniversário do Professor João Baptista de Mello e Souza (28-5-1968)* –, o antigo mestre relata, que numa visita à residência do mesmo, o jovem aluno Mello e Souza deixou a impressão

[...] de maneiras simples, comedido, revelando certa timidez provinciana, gostava de versar, principalmente, assuntos históricos e literários. Acima do tipo meão, bem proporcionado, moreno, guardava natural compostura (GUIMARÃES, 1968, p. 8).

Guimarães registrou, ainda, que era transparente no jovem a satisfação que sentia quando suas opiniões encontravam eco no interlocutor e que foi pleiteado pelo mesmo ingressar na Escola Naval, sendo desaconselhado pelo mestre: “você nasceu para professor, menino. Conheço-o bastante para dizê-lo, sem receio de errar” (GUIMARÃES, 1968, p. 8).

Ao concluir o curso de Ciências Jurídicas no ano de 1910, Mello e Souza obteve o cargo de oficial do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (FRICK, 2013). O início da carreira como professor se deu no Colégio São Paulo, fundado por sua mãe no bairro de Copacabana, em 1914, quando a família, após a morte de João de Deus, mudou-se definitivamente da cidade de Queluz para o Rio de Janeiro. Em 1917, foi nomeado, por concurso, professor de História Geral e do Brasil da antiga Escola Normal do Distrito Federal. Entre suas inúmeras atividades socioculturais, Mello e Souza integrou a Sociedade de Geografia e Academia Carioca de Letras.

Um professor no Gabinete Ministerial durante a Primeira República

Na condição de funcionário público no Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Mello e Souza atuou como delegado do governo federal nas Conferências de Limites Interestaduais de 1920 e 1921, na organização das comemorações do Centenário da Independência (1922) e na pesquisa da Conferência Interestadual do Ensino Primário no Brasil, entre 1920 e 1922, ocupando as funções de secretário da comissão organizadora e organizador dos anais. Foi Chefe de Gabinete dos ministros Afonso Penna Júnior e Augusto Vianna do Castelo, no decorrer dos governos dos presidentes Epitácio Pessoa (1919-1922), Arthur Bernardes (1922-1926) e Washington Luís (1926-1930). Fora da esfera governamental, representou o Brasil em congressos internacionais de esperanto. Apesar do tempo que Mello e Souza dedicou aos assuntos do Estado, sua filha Carolina Frick² (2013) afirmou que o ideal dele não era entrar para a política. A despeito da parcialidade do registro da filha sobre as intenções políticas do seu pai, o fato é que até 1930 a aproximação de Mello e Souza com a administração pública é intensa, o que se comprova a partir dos lugares que ocupou no funcionalismo

federal. E mais, fazendo menção ao período anterior ao seu estabelecimento na cidade do Rio de Janeiro, ainda morador da cidade vale-paraibana, ele relata as relações de convivência de João de Deus com os políticos da região e as visitas que fazia aos mesmos, indicadas por seu pai (MELLO E SOUZA, 1949).

Ao tratar da Assembleia da Conferência Interestadual do Ensino Primário (1920-1922), referindo-se ao professor Mello e Souza, o jornalista Custódio de Viveiros (1964, p. 12) afirma:

A conferência Interestadual de Ensino Primário, convocada por Epitácio Pessoa, e da qual fizeram parte José Augusto, Carneiro Leão, Inácio Amaral, Sampaio Dória, e outros brasileiros ilustres, aprovou teu parecer, como relator da comissão presidida por Ester Pedreira de Melo, aconselhando que os preceitos da chamada “escola nova” fôssem adotados em tôdas as escolas elementares do Brasil. É o que se lê no livro do Primitivo Moacir.

Orestes Guimarães e Mello e Souza (1922) produziram o relatório sobre a difusão do ensino primário. No mesmo período, Mello e Souza e Valle Freitas (1922) escreveram o relatório sobre as escolas rurais e urbanas, documentos solicitados por Alfredo Pinto, titular do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, para ser apresentado durante a conferência. Das seis teses preparadas pela comissão, duas tiveram a participação de Mello e Souza, que também foi o organizador dos *Anais da Conferência Interestadual de Ensino Primário* (1922), realizada no Rio de Janeiro de 12 a 16 de outubro de 1922 e publicado pela editora O Norte.

Os relatórios apresentaram um Brasil, no contexto da Primeira República, que dispunha de 90% de crianças sem acesso à escola primária. Marta Maria Chagas de Carvalho (1998, p. 25) afirma que até o final da década de 1920 a educação no Brasil era elitista, voltada para “os interesses oligárquicos: ornamento cultural, preenchimentos dos quadros da burocracia do Estado e das profissões liberais. Nesse sentido, amplas camadas da população eram marginalizadas do processo educativo escolar”.

Os textos que Mello e Souza escreveu, a partir dos dados levantados para o relatório, trazem considerações sobre as condições físicas das escolas e não deixam “a menor dúvida quanto ao que se possa aguardar de tão precário aparelhamento pedagógico (sic)”³. O professor analisou escolas rurais e urbanas, seus programas de ensino, refletindo acerca da necessidade de transformação do ensino e do professorado; citou como exemplos de países com instalações dignas de escolas rurais os Estados Unidos da América e algumas nações vizinhas da América do Sul; avaliou o tempo de duração dos cursos escolares, criticando os muito curtos e os muito longos; sugeriu, a

partir de modelos estrangeiros, ampliar a duração dos trabalhos diários dos alunos para evitar que, fora do ambiente escolar, ficassem sujeitos a influências prejudiciais à educação que estariam recebendo na escola. Tais influências, segundo ele, poderiam comprometer a formação do indivíduo útil ao progresso da nação, pois se observa no projeto da escola primária republicana o “papel assumido por essa instituição na formação do caráter e no desenvolvimento de virtudes morais, de sentimentos patrióticos e de disciplina na criança” (SCHUELER; MAGALDI, 2009, p. 45).

Tais perspectivas estão presentes na tese intitulada *O ensino da História na formação do caráter* (MELLO E SOUZA, 1926), que o professor escreveu para o concurso de ingresso na vaga de catedrático do Colégio Pedro II. A preocupação com a formação moral e cívica dos sujeitos é observada também em suas obras literárias, nas quais são apresentados um rol de personagens que têm reforçadas as características consideradas por Mello e Souza relevantes para que o indivíduo fosse útil à sociedade.

A década de 1920 foi movimentada em relação aos diversos debates sobre a ampliação do acesso ao ensino. O movimento educacional do período aparentemente é unificado num debate que prestigiaria o conceito de novo, mas “no movimento educacional em 20 não estiveram engajados apenas apologistas do “novo”, sendo possível distinguir, nele, “tradicionalistas” e “renovadores”” (CARVALHO, 1998, p. 24). Segundo Carvalho (1998, p. 24), os dois grupos

Moviam-se num mesmo campo de debates. Propunham a questão educacional preponderantemente da ótica da “formação da nacionalidade”. Por isso, nas propostas, as semelhanças eram mais relevantes que as diferenças.

Tratava-se de um projeto marcadamente elitista cujo suposto principal era de que a “nação” só poderia constituir-se por um trabalho de direção das “elites”.

A criação de ligas e associações evidencia essa preocupação. Em 1915 é organizada a Liga Brasileira de Combate ao Analfabetismo e, em 1924, a Associação Brasileira de Educação (ABE)⁴. Nesse momento, a ABE surge “como espaço privilegiado de debates em torno de projetos relativos à escola pública brasileira, articulados, por sua vez, a projetos voltados para a construção da nação” (SCHUELER; MAGALDI, 2009, p. 47). Entretanto, sua abrangência não chegou a ser nacional durante a década de 1920, funcionando como o departamento carioca da entidade “que foi promotor das Conferências Nacionais, congregou número significativo dos católicos

que seriam adversários dos (...) Pioneiros” (CARVALHO, 1998, p. 31), afirmação que problematiza a suposição de que já fizessem parte da ABE aqueles que integraram o grupo dos Pioneiros da Educação Nova, a partir de 1930.

Nesse período pós-Primeira Guerra Mundial (1914-1918), no cenário do Tenentismo, a exemplo da Revolta dos 18 do Forte de Copacabana (1922), Revolução Paulista (1924), Coluna Prestes (1925-1927), no bojo da República do Café com Leite, a legitimação da República e do voto direto vinculava-se à educação do povo por meio de sua alfabetização. Após a Proclamação da República, “o Decreto nº 6 declarava eleitores todos os brasileiros, no gozo de seus direitos políticos e civis, que soubessem ler e escrever. Era o sufrágio universal adotado pelo novo regime, embora restrito ao voto masculino” (REIS FILHO, 1981, p. 13).

Nessa conjuntura, as disciplinas escolares seriam instrumentos importantes para a formação do cidadão útil aos interesses do progresso nacional.

Regenerar as populações brasileiras, núcleo da nacionalidade, tornando-as saudáveis, disciplinadas e produtivas, eis o que se esperava da educação, erigida nesse imaginário em causa de redenção nacional. Regenerar o brasileiro era dívida republicana a ser resgatada pelas novas gerações (CARVALHO, 1989, p. 10).

Ao citar o texto de apresentação da obra *O calvário de uma professora*, escrita por Dora Lice (1928)⁵, Denice Catani (2000, p. 592) seleciona o trecho que evidencia o projeto educacional para a formação do caráter desde os primeiros anos escolares, explicando que “é a personalidade da professora o mais importante elemento na educação da infância, é ela que mais coopera na grande obra da formação do caráter nacional”. A formação das crianças também contribuía ao estender esse viés civilizador, por meio da convivência familiar, para fora dos muros escolares, de modo a atingir toda a sociedade (SCHUELER; MAGALDI, 2009).

Em 1926, Mello e Souza concorreu com “Jonathas Serrano, Mecenas Dourado, Milton Barbosa, Jaime Coelho, Figueira de Almeida, Mário Guedes Naylor e Cornélio José Fernandes” (ACCIOLI, 1968, p. 34) para a cátedra de História do Colégio Pedro II; Mello e Souza e Jonathas Serrano foram aprovados, o primeiro para atuar no Internato e o segundo no Externato do Colégio Pedro II. Segundo Guimarães (1968, p. 10), “a conquista da cadeira de História da Civilização no Colégio Pedro II, em cuja regência interina já se achava, desvinculou o professor Mello e Souza de sua posição na esfera administrativa”. Antecedendo a cátedra, Mello e Souza lecionava “História Geral e do

Brasil desde 1º de julho de 1925 na instituição” (ACCIOLI, 1968, p. 34). A ambição intelectual de lecionar na tradicional instituição pode se explicar também pela relevância que os catedráticos tinham no cenário nacional, pois além de selecionar os conteúdos dos programas de ensino, eram reconhecidos como professores de grande conhecimento teórico e prático, o que facilitava a publicação de livros didáticos (SANTOS, 2011).

O Mello e Souza que produziu as teses para ingresso no Colégio Pedro II trazia em sua trajetória profissional marcas da educação no interior do estado de São Paulo do final do século XIX e início do século XX, a partir da convivência com uma família dedicada ao ensino. O trabalho no Colégio São Paulo, fundado e dirigido por sua mãe, a formação no Colégio Pedro II, a formação em Ciências Jurídicas posteriormente, a prática como professor formador de professores e o cargo de funcionário público que esteve em lugares estratégicos no âmbito do governo federal são alguns exemplos da diversificada atuação do sujeito histórico focalizado neste estudo.

Ensinar história para formar o caráter do cidadão: visões de educação do professor Mello e Souza

De acordo com Santos (2011), o decreto nº 1.602, de 23 de junho de 1882, estabelecia que as provas de concursos para catedráticos do Colégio Pedro II fossem realizadas com a defesa de teses que se constituiriam de uma dissertação com tema sorteado; a mesma deveria ser apresentada impressa quarenta dias após a entrega do tema. Em 1926, o candidato Mello e Souza concorreu com a encadernação intitulada *Theses apresentadas à Congregação do Collegio Pedro II*, na qual constavam os seguintes pontos: *I. A Ideia da Independência na América e II. O Ensino da História na Formação do Character*. Por conta da complexidade dos textos, este trabalho detém-se na segunda tese, em que o autor discorreu sobre o tema em seis capítulos: *Conceito moderno de História; Metodologia e finalidade do ensino da História; A educação moral e cívica nas aulas de História; Os homens célebres; As belas ações; e O ensino de História e as obras de ficção*. A disciplina escolar História, na concepção pedagógica do professor Mello e Souza, cumpriria entre suas possibilidades a missão de formar o caráter do futuro cidadão.

No relatório publicado nos anais sobre a Difusão do Ensino Primário no Brasil, em 1922, há a sugestão ao Conselho Nacional para elaborar os programas, tendo em

vista a formação do caráter nacional e evitando a influência do espírito regionalista; a História e demais disciplinas escolares foram alvos de projetos educacionais que visavam uniformizar a cultura escolar (BITTENCOURT, 1990). A disciplina História, nas escolas primárias e secundárias oficiais e particulares implantadas no Brasil, ocupou “um lugar específico que pode ser sintetizado nas representações que procuravam expressar as ideias de nação e de cidadão” (NADAI, 1992-1993, p. 149).

Mello e Souza iniciou o primeiro capítulo (*Conceito moderno de História*) de sua tese explicando as mudanças, em discussão na época, sobre o conceito de história recorrendo a autores como Mézeray, Mougelle, Voltaire, Vauban, La Fontaine e Michelet.

Foi a evolução social que culminou no século XVIII a causa principal da modificação que se deu no prisma pelo qual se faziam os estudos históricos. Surgiu, assim, a história democrática, que deixa de lado a biografia dos reis para estudar os usos e costumes das classes populares, assim como na literatura surgiu o gosto pelo *folk-lore*, e no teatro, em substituição à tragédia, que punha em scena figuras nobres, dominou a comedia, gênero popular em que se veem retratados tipos e cenas da vida burguesa ou plebéa. Enquanto a história se limitava quase exclusivamente à biografia dos reis, não podia aspirar a alta posição que hoje desfruta no quadro das sciencias sociais (sic) (MELLO E SOUZA, 1926, pp. 122-123).

Dos citados autores, às passagens bíblicas como as do rei Saul e José, governador do Egito, aos personagens Napoleão e Frederico Barba-Roxa, ele usava do estilo que o acompanharia por sua vida no magistério e na escrita, enredar seus leitores e ouvintes por passagens históricas e literárias de modo a despertar seu interesse. Técnica que ele sugeriu na tese como forma de prender a atenção dos alunos. Dessa forma, explorou o recurso no texto para reforçar que

Encarada a história sob esse aspecto, é evidente que ella não poderá constituir, nem por seus methodos, nem por sua exactidão, uma disciplina científica. Uma vez, porem, que ella passa a considerar os povos e as instituições, e procura subsídios na geografia, na estatística, ella já proporciona recursos para que se conheçam as relações que os factos mantêm entre si, e já permite uma conclusão sobre os acontecimentos que deles devem resultar. Assim considerada, a história é uma sciencia em formação, filiada à serie de sciencias Moraes (sic) (MELLO E SOUZA, 1926, pp. 124-125).

O uso de referência aos bons exemplos é constante em seu texto. A disciplina História tinha, em sua concepção, por fundamento a verdade e seria essencial para a formação, pois “sob qualquer forma, a história não pode e não deve prescindir de seu

valor moral” (sic) (MELLO E SOUZA, 1926, p. 126). Explicou que para o ensino de História, duas orientações seriam distintas, mas não antagônicas: a primeira destinava-se para alunos que não pretendiam cursar a faculdade, limitando-se a fortalecer a tendência nacionalista do ensino; e a segunda destinava-se para alunos que pretendiam cursar a faculdade. Sugeriu que no Colégio Pedro II as duas correntes deveriam ser simultâneas, pois naquele momento não havia programas especiais para a primeira nem para a segunda orientação. Retomou, no texto, a importância da disciplina História no sentido de que

Sem prejuízo da feição científica moderna de que se deve revestir, há de contribuir para a formação moral e cívica da juventude. É principio universalmente consagrado que não basta ilustrar o espírito: é mister – e de preferencia – *formar o caráter* (sic) (MELLO E SOUZA, 1926, p. 131).

Os valores morais e cívicos, na visão de Mello e Souza, deveriam ser trabalhados concomitantemente na educação escolar. No caráter idealizado para o cidadão brasileiro não poderiam faltar as perspectivas difundidas pelos sujeitos ilustrados e cientes da importância do processo civilizatório. Arlette Gasparello (2011, p. 109), ao analisar os caminhos da história da disciplina escolar, considera que a escola pode ser

[...] percebida como um emergente cultural próprio, cuja dinâmica atravessa o sentido do trabalho com diferentes saberes em uma experiência concreta, pressionada e limitada, por sua vez, pela hegemonia política, ideológica e cultural dominante.

Os projetos de educação escolar republicana respondem, em grande parte do caso brasileiro, às demandas apresentadas por suas elites administrativas. A defesa das concepções da modernidade – com as sedutoras promessas de contínuo progresso técnico, científico e econômico – parecia a única forma de ler e imaginar o mundo (SEVCENKO, 1998). Assim, a denominada escola moderna se incumbiu de inúmeras tarefas, incluindo a formação do caráter do cidadão culto, disciplinado e patriótico (PINEAU, 2013).

Encerrando o capítulo I, o professor Mello e Souza considerou que ao estudar as causas dos fatos nos aspectos natural e cronológico, reforçando seu caráter filosófico, a história seria “a sciencia que com maior esforço indaga o nexo causal dos phenomenos políticos e sociais que se relacionam” (sic) (MELLO E SOUZA, 1926, p. 125). Mello e Souza mencionou os nomes de Bain e Shopenhauer que, segundo ele, negavam o caráter

científico do conhecimento histórico, arrematando sua incursão pelo conceito fazendo referência a Cícero na derradeira linha da página 125 da tese: “a história é a mestra da vida”.

No capítulo II (*Metodologia e finalidade do ensino da História*), o autor retomou a denominada nova concepção da história que deixava de ser a escrita sobre as dinastias e se transformava em estudo sistematizado e racional da civilização. Em sua visão, essa mudança forçou a alteração da orientação do ensino da disciplina “para que o harmonizasse com os novos objectivos agora visados” (sic) (MELLO E SOUZA, 1926, p. 126). Tais objetivos estariam alinhados com as concepções socioculturais que o professor defendia? Os ideais republicanos de Mello e Souza eram contemplados com a alteração da orientação do ensino? Ele tratava de novos conteúdos curriculares ou novos objetivos políticos para a educação escolar? Sem contar com elementos suficientes para responder categoricamente essas questões, trabalhamos com a ideia de que “o currículo escolar é um artefacto social, concebido para realizar determinados objetivos humanos específicos” (GOODSON, 1997, p. 17). Por isso, seu processo de elaboração estabelece relações de pertencimento, impossibilitando neutralidade. A historiadora Maria do Carmo Martins (2007, p. 41) nos lembra das contribuições do mencionado pesquisador britânico no campo das discussões curriculares:

Goodson nos faz perceber como o currículo expressa distintas possibilidades de manutenção da hierarquia social e dos mecanismos de exclusão, em sociedades contemporâneas, tendo como referência a seleção cultural dos conteúdos para ensino.

Segundo Goodson (1997, p. 44), uma comunidade disciplinar “não deveria ser vista como um grupo homogêneo cujos membros comungam dos mesmo valores e definição de papéis, interesses e identidades”. Assim, no caso da disciplina escolar História não podemos esperar concepções curriculares e de ensino consensuais, visto que as ações de seleção cultural – focalizadas por Goodson em seus estudos – regularmente geram embates no âmbito das comunidades escolares.

Ao prosseguir no capítulo II sobre a questão da mudança do como ensinar os conteúdos selecionados na disciplina, Mello e Souza (1926, p. 126) deteve-se na distinção entre o que deveria ser ensinado na escola primária e na escola secundária “e com mais força de razão, entre esses estudos propedenticos que são apenas um *meio*, e o estudo especializado, que já representa um *fim*” (sic). Em seguida, afirmou que

independente do grau de estudo e “sob qualquer forma, a história não pode e não deve prescindir de seu valor moral” (MELLO E SOUZA, 1926, p. 126). Adiante no texto, complementou que “o fundamento da história é a verdade: o seu ensino não pode ser senão um culto perenne á verdade” (sic) (MELLO E SOUZA, 1926, p. 127).

Podemos observar no decorrer de sua tese que o verbo “dever” é colocado em ação de forma recorrente. Ao orientar como deveria ser realizado o ensino da disciplina, citando o “zelo patriótico” (MELLO E SOUZA, 1926, p. 128) com que alguns países – mas sem citar quais – prepararam programas de ensino primário para a educação do povo, explicou que de acordo com o material o professor poderia ampliar o campo de sua exposição. Para isso, sugeriu a utilização de estampas, projeções luminosas, filmes, visitas a museus e coleções escolares, recursos destinados ao progresso do aprendizado do aluno. No opúsculo comemorativo do 80º aniversário do professor, dentre os relatos publicados constam os que parecem confirmar práticas e estratégias que o autor apresenta em sua tese. A exemplo de Olmar Guterres da Silveira (1968, pp. 14-15):

Foi assim que conheci João Baptista Mello e Souza: com uma prosa agradável, versinhos e citações curiosas apropriadas a cada ensinamento, farto repositório de civismo, fazendo jornal escolar, levando ao palco seus alunos, colocando-os à frente de um microfone, realizando excursões...

Para o pesquisador francês André Chervel (1990, p. 203), “a tarefa primeira do historiador das disciplinas escolares é estudar os conteúdos explícitos do ensino escolar”. A partir dos relatos daqueles que conviveram com o professor Mello e Souza e da tese que analisamos neste trabalho, também podemos pensar na identificação, classificação e organização dos objetivos do ensino de História, mais uma das tarefas atribuídas por Chervel (1990) ao pesquisador desse campo.

Gonçalves e Faria Filho (2005), também dialogando com as contribuições de Chervel, trazem a concepção de que a organização dos conteúdos escolares em conjuntos independentes é um modo de disciplinar o espírito, oportunizando métodos e regras para abordagem dos domínios do pensamento, conhecimento e arte. O sistema de ensino é dotado de poder criativo “exercido na relação que a escola desenvolve com a sociedade, desempenhando um papel de formação do indivíduo e dessa forma, de uma cultura que impactará diretamente a vivência desse indivíduo na sociedade” (GONÇALVES; FARIA FILHO, 2005, p. 36). Assim, o sistema de ensino estabelece

padrões culturais que se desdobram em potenciais perspectivas de leitura de mundo e atuação dos sujeitos em sociedade.

Em relação ao ensino secundário, Mello e Souza (1926, p. 129) considerou que “o ensino não se pode desinteressar de tudo o que disser respeito ao nosso paiz” (sic) e discorreu que durante o período em que frequentariam o ensino secundário os adolescentes vivenciariam “condições mais favoráveis para receber e assimilar os preceitos de ordem moral que hão de contribuir para a formação definitiva de seu character” (sic). Em sua tese, explicou que na adolescência as faculdades dedutivas e reflexivas estariam aptas para a influência cultural da disciplina escolar História.

Nação ainda jovem, em vertiginosa evolução, em plena floração do progresso, o Brasil precisa elevar o nível de cultura de seus filhos; precisa do esforço de todos, cada qual na esfera de sua actividade, para o engrandecimento nacional.

O regimen liberal democrático sob o qual vivemos exige, de sua parte, um certo cabedal de conhecimentos em todos os cidadãos. Não se comprehende que um povo ignorante possa dirigir com acerto os proprios destinos.

Ora, a cultura basica, indispensavel para que cada qual consiga triumphar na carreira que houver escolhido, e concorrer com o seu esforço para a obra do engrandecimento da patria deve ser ministrada nos cursos secundários (sic) (MELLO E SOUZA, 1926, p. 129).

Ao destacar a importância dos conhecimentos históricos na formação cívica do aluno, a qual não traria prejuízo ao escopo geral da disciplina, o autor reafirmou que aos professores de História do ensino secundário caberia a maior parte dessa nobre responsabilidade. Posicionando o ensino de História como o que melhores oportunidades reuniria para despertar a admiração dos alunos pelos exemplos dos homens dignos, Mello e Souza elencou mais duas razões para a disciplina participar ativamente do desenvolvimento cultural da nação.

Na primeira razão, considerou as precárias condições do ensino primário elementar. Segundo o professor Mello e Souza, a maioria das escolas primárias públicas existentes no Brasil da década de 1920 e suas práticas de ensino eram modelos para as seguintes legendas: “Como não deve ser uma escola primária” e “Como não se deve ensinar” (MELLO E SOUZA, 1926, pp. 131-132).

Na segunda razão, elogiou a criação da cadeira de Instrução Moral e Cívica na reforma educacional de 1925 (VECHIA; LORENZ, 1998), alegando que o legislador havia reconhecido a deficiência da função do ensino secundário, uma vez que tal disciplina estaria a “remediar a lacuna” (MELLO E SOUZA, 1926, p. 132). Mas

criticou a ideia da cadeira ser apenas para primeira série ginasial e o aluno não estar ainda em idade que pudesse assimilar o proposto. Dessa forma, seria trabalho do professor de História, nas séries seguintes, prosseguir com a tarefa, pois “não há negar que na feitura do cidadão em uma sociedade verdadeiramente democrática, ao professor de história cabe uma função da mais alta relevância” (sic) (MELLO E SOUZA, 1926, p. 133).

No capítulo III (*A educação moral e cívica nas aulas de História*), Mello e Souza argumentou que o ensino de História, como o de qualquer outra disciplina, poderia ser monótono ou estimulante a depender da habilidade do professor, seus métodos, materiais e recursos didáticos. Elza Nadai (1992-1993, p. 143), em seu estudo acerca da história do ensino de História no Brasil, cita um fragmento do texto de Murilo Mendes que foi publicado em 1935:

Nossos adolescentes também detestam a História. Votam-lhe ódio entranhado e dela se vingam sempre que podem, ou decorando o mínimo de conhecimentos que o ‘ponto’ exige ou se valendo levemente da ‘cola’ para passar nos exames. Demos ampla absolvição à juventude. A História como lhes é ensinada é, realmente, odiosa.

Praticamente uma década depois de Mello e Souza escrever sua tese, Murilo Mendes trata de metodologias de ensino que distanciam os adolescentes dos conhecimentos históricos escolares. Tais observações não são exclusividade de alunos brasileiros. Ivor Goodson, ao mencionar sua experiência escolar no *Grammar school* (segundo ciclo do ensino elementar), revela que “não apenas o conteúdo era estranho e entediante, mas também a própria forma de transmissão e a estrutura (assim como a formação discursiva) eram extremamente confusas” (GOODSON, 2008, p. 215). Por fim, o referido pesquisador afirma que sua experiência com a educação formal se aproximou da condição de aprender uma segunda língua.

Despertar o interesse do aluno, buscando estratégias que evitassem sentimentos de tédio e/ou aversão aos estudos, foi preocupação apontada reiteradas vezes no texto de Mello e Souza. Com tal objetivo, sugeriu usar no ensino de História o elemento anedótico e narrar fatos relevantes relacionados ao tema estudado, ressaltando silenciar acontecimentos que causassem horror e indignação. Para despertar o interesse dos alunos, dever-se-ia recorrer aos episódios de bravura, dedicação, generosidade e patriotismo. Na visão do professor Mello e Souza (1926, pp. 135-136),

[...] em benefício da educação moral dos discente, convem obedeça o professor a um certo critério na seleção e na exposição dos episódios para os quaes deve ser solicitada de modo especial a atenção do alumno.

Esse critério, a nosso ver, decorre de três condições essenciais:

1^a – Justiça na apreciação dos factos:

2^a – Alcance moral dos episódios a comentar;

3^a – Sinceridade nas opiniões que estes suggerem (sic).

Seguiu o professor que em relação à primeira condição, seria preciso considerar o modo de encarar e julgar as ações humanas se alteraria de acordo com a época, o ambiente e a mentalidade, sendo necessário um exercício de transportar-se para o tempo em questão com o intuito de formar juízo sobre as ações. “A certeza dessa justiça imparcial e serena desperta a confiança do alumno, o que é da maior importância no ensino” (sic) (MELLO E SOUZA, 1926, p. 137).

Na segunda condição, orientou que independente da questão de justiça, o professor deveria selecionar temas que visassem a formação do caráter. Os acontecimentos que não contribuíssem para tal processo formativo deveriam ser mencionados brevemente.

Quanto à terceira condição, Mello e Souza (1926, p. 138) refletiu que ao professor caberia a sinceridade e o sentimento ao ensinar, pois “a sinceridade é vibrante e comunicativa; sabe agradar e convencer. O coração frio e indiferente não poderia conseguir esse resultado” (sic). Encerrou o capítulo lembrando que em cada oportunidade, o professor deveria relacionar ou comparar fatos da história geral com os ocorridos no Brasil, dando noção, em suas palavras, “de que o povo brasileiro não tem que temer o confronto com os demais povos civilizados do mundo” (sic) (MELLO E SOUZA, 1926, p. 138).

No capítulo IV (*Os homens célebres*), a tese foi encaminhada a uma reflexão na qual o autor considerou que não haveria incoerência entre as afirmações que fez na primeira parte do texto, em prol de uma história sem nomenclaturas exaustivas e feitos apenas das dinastias, e o que propôs no capítulo em questão sobre os homens célebres. Argumentou que certos homens possuem qualidades tão excepcionais que os serviços prestados ao seu país ou à humanidade não podem ser desconsiderados. Ocupando uma página na íntegra está uma gravura de José de Bonifácio, única ilustração da tese II. O professor continuou o texto orientando que a apresentação dos exemplos dos homens representativos seria útil à formação do caráter dos jovens, trazendo uma ideia de João Ribeiro para defender seu posicionamento.

Prefaciando a “História do Brasil pela biographia de seus heroes”, de Sylvio Romero, afirma João Ribeiro que “só existe um recurso verdadeiramente efficaz que possa vincular na escola a conducta cívica e patriótica. E’ o exemplo dos grandes cidadãos, a historia dos que a fizeram a ella própria, sobresaindo sobre a actividade anonyma das massas, dirigindo-a a seus destinos e a seus ideaes” (sic) (MELLO E SOUZA, 1926, p. 141).

Prosseguiu o capítulo analisando que não seria bom nem o rigor censurável, nem o excesso contrário, considerando que “as façanhas militares cederão, assim, a prioridade aos feitos que mais interessam á civilização e ao progresso das sociedades. Os exercitos e seus chefes figurarão nos quadros da historia, mas em plano afastado” (sic) (MELLO E SOUZA, 1926, p. 142).

No capítulo V (*As belas ações*), Mello e Souza (1926, p. 147) orientou ao professor, quando este julgasse necessário, rememorar as ações dignas de conhecimento, mesmo que de pessoas que não se tornaram célebres. Citou os ingleses e seu *Golden deeds*, lamentando que no Brasil essa literatura tida como educativa ainda não fosse desenvolvida e informando que a enciclopédia *Tesouros da Juventude* era o que se aproximava de tal característica, pois parte de seus volumes continham narrativas de belas ações, mas não era acessível devido seu elevado custo. Adiante em suas considerações, o autor indagou quais as ações deveriam ser levadas aos alunos, questão à qual ele mesmo responde:

São todas aquellas em que ha exemplos de patriotismo, fervor religioso, de amor, de amizade, de abnegação e altruismo, mas tudo isso sob *absoluto desinteresse*.

O que, a nosso ver, caracteriza esse gênero de ações humanas – verdadeiras pedras preciosas que o estudante de história vae encontrando pelo caminho – que é a circumstancia de serem praticadas por individuos que pertencem á massa anonyma da multidão (sic) (MELLO E SOUZA, 1926, p. 148).

Para o autor da tese, recorrer apenas aos homens célebres não inspiraria nobres sentimentos nos alunos, pois traria em seu bojo a percepção de serem exemplos impossíveis de serem seguidos. Os exemplos admiráveis deveriam estar ao alcance de todos, não se restringindo localmente nem mesmo a uma raça, deveriam inspirar toda a raça humana. Aos professores caberia conhecê-los. A sequência da tese traz exemplos desde a história romana, passando pela Escócia, França, Pompéia, Estados Unidos da América, Grécia, Inglaterra, Brasil⁶, Alsácia. Encerrou o capítulo reforçando que

Acreditamos que a narrativa de qualquer desses episodios (...) e quantos se acham ligados á realização de bellas acções, podem constituir uma parte utilissima, embora apenas anecdotica, do ensino de historia. Mais do que as generalizações theoricas, esses exemplos persuadem, porque os jovens preferem naturalmente á ficção, o facto real, que tem como prova de authenticidade, o testemunho da historia (sic) (MELLO E SOUZA, 1926, p. 152).

No capítulo VI (*O ensino de História e as obras de ficção*), o professor Mello e Souza (1926, p. 153) trouxe considerações sobre os denominados mestres da moderna pedagogia a respeito da utilização em sala de aula de lendas, contos de fadas e fábulas: “Parker é do parecer que o bom professor deve ser um bom narrador de histórias”. Seguiu seu texto elencando as vantagens dessa estratégia, valorizando a imaginação infantil e a fantasia no ensino primário, questionando se o professor deveria utilizar a mesma estratégia no segundo estágio.

Já se encaminhando para o desfecho do capítulo que encerra a tese, Mello e Souza (1926, pp. 155-156) sintetizou sua estratégia numa orientação que cabe o registro completo:

Vejamos, agora que proveito pode colher o professor de historia, das obras de ficção, e que inconvenientes deve evitar quando as utilize para os fins que procura obter.
Admittamos que é objecto de estudos a invasão normanda na Inglaterra, com suas consequencias, inclusive a Magna Carta.
Fornecidas as informações indispensáveis, poderia o professor consagrar o resto do tempo á narrativa dos principaes episodios do *Ivanhoe*, de Walter Scott. Certamente a classe inteira acompanharia com vivo interesse as peripecias do torneio de Ashby, a lucta do Desherdado contra os seus temíveis adversarios, as scenas empolgantes no castello sitiado, as proezas dos *outlaws*, a conspiração de João Sem Terra e o apparecimento inesperado de Ricardo Coração de Leão. Finda a narrativas os alumnos, com a vibração produzida pela historia, teriam assimilado conhecimentos varios sobre a constituição da sociedade anglo-saxã-normanda daquela epoca, costumes medievaes, condições da política européa durante a terceira cruzada, as ordens de cavallaria, etc.
Conheceriam, portanto, melhor a materia do que si houvessem decorado os nomes de todos os Plantagenets (sic)

Continuou a sugestão listando obras que seriam úteis para as aulas de História e considerou que ao professor caberia o

[...] direito de omittir tudo aquillo que não convenha referir aos alumnos, visto que o seu objectivo consistindo exactamente em elevar o character, aconselha, por coherencia que se evitem descrições de scenas que causam impressão nociva ou desagradavel aos ouvintes (sic) (MELLO E SOUZA, 1926, pp. 156-157).

Eliminar das narrativas descrições de crueldade, fanatismo, sacrifícios, androfagias, horrores é sugerido ao lado do reconhecimento, que o autor entendia utilizando a palavra ‘todos’, de que obras de ficção poderiam influenciar na formação do aluno. Por fim, citou autores como Henriqueta Beccher Stove e Castro Alves, os quais teriam sido fundamentais para a abolição nos Estados Unidos e no Brasil.

Considerações finais

A tese *O Ensino de História na Formação do Caracter*, escrita pelo professor Mello e Souza visando a participação no concurso do Colégio Pedro II no ano de 1926, tinha o total de 43 páginas. Apresentada dentro de um volume de 160 páginas, juntamente com a primeira tese – *A Ideia da Independência na América* –, o texto analisado neste trabalho trata de conteúdos e metodologias pelas quais o professor da disciplina História poderia contribuir efetivamente para a formação moral e cívica de seus alunos. Ao concluir a tese, o autor resumiu em parágrafos curtos a essência dos seis capítulos que construiu, enaltecendo o educador comprometido com a tarefa de ensinar o verdadeiro valor do Brasil. Sem meias palavras, ressaltou que o papel do professor de História era fundamental na consecução de tal empreitada, a qual adjetivou de grandiosa e patriótica. Colocando-se no texto, o autor esclareceu:

Somos dos que acreditam firmemente que a integridade, a grandeza, o futuro do Brasil dependem da cultura intellectual, moral e cívica dos seus filhos, e que, por isso mesmo, a cruzada mais nobre e patriota que em nossa patria e em nosso tempo se poderá emprehender, é a que tenha por objectivo libertar o povo brasileiro do flagello deprimente do analfabetismo. Todas as demais campanhas de fins politicos, sociaes ou econômicos dependem daquella, de que são simples corolários, afinal (sic) (MELLO E SOUZA, 1926, p. 160).

Em terceira pessoa, no referido trecho escrito na última página da tese, o autor não deixa dúvidas sobre as principais tarefas que a educação escolar deveria assumir: superar o problema do analfabetismo do país e, ao mesmo tempo, elevar a cultura intelectual, moral e cívica dos alunos. Somadas as ideias desenvolvidas no decorrer dos capítulos, a metáfora da cruzada nobre e patriótica remete o professor a um campo de batalha, na luta contra as barreiras que impediam o progresso do país, na disputa pelo reconhecimento de nação mais rica e desenvolvida do mundo.

Na sua tese, o então candidato a catedrático da prestigiada instituição de ensino do Rio de Janeiro dialoga intensamente com as concepções socioculturais da

modernidade brasileira. Entre os projetos republicanos, a educação aparecia como redentora de um povo atrasado, que precisava se aproximar da cultura letrada e dos conhecimentos científicos, enfim, das bases da civilização moderna. Entretanto, os limites dos projetos republicanos eram observados no viés elitista das instituições de ensino, que dentre outras especificidades atendiam, sobretudo, as classes mais favorecidas da sociedade brasileira.

A aproximação analítica das fontes, em particular da citada tese, e a trajetória docente do autor estimulam a reflexão sobre o ensino de História do início do século XX. Em relação aos catedráticos do Colégio Pedro II, eles eram referências intelectuais e modelos de práticas de ensino a serem adotadas na educação brasileira. Além da preocupação com a didática no ensino de suas respectivas disciplinas, os catedráticos demonstravam atenção para com a formação integral do aluno considerando os aspectos morais, afetivos e sociais (SANTOS, 2011).

O professor Mello e Souza, como não poderia deixar de ser, era um homem de seu tempo. Posicionando-se do lado dos conservadores, assumiu os projetos das elites republicanas brasileiras, tanto em relação aos discursos de progresso da nação quanto nas incoerentes proposta de solução para os problemas que eles mesmos pautavam. Com tais visões, o ensino de História teria um lugar especial na educação escolar, visto que seus conteúdos exemplares seriam fundamentais para a formação do ideal cidadão brasileiro, ou seja, o sujeito letrado, zeloso dos princípios morais e cívicos ditados pelos governantes, o incansável defensor de nossa pátria.

Referências

ACCIOLI, Roberto. Mello e Souza, historiador. In: *Opúsculo comemorativo do 80º Aniversário do Professor João Baptista de Mello e Souza (28-5-1968)*. O professor do nosso tempo. Organizado e elaborado por antigos alunos, colegas e amigos. Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1968, p. 33-34.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Pátria, civilização e trabalho*. O ensino de História nas escolas paulistas (1917-1939). São Paulo: Edições Loyola, 1990.

BRASIL. *Dois de Julho: a independência do Brasil na Bahia*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015. (Série Histórias não Contadas, 2)

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *A escola e a República*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. *Molde nacional e fôrma cívica*. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

CATANI, Denice Barbara. Estudos de história da profissão docente. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 585-599.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo. 2ª ed. Lisboa: Difel, 2002.

CHERVEL, André. *História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa*. Teoria & Educação, Porto Alegre, n. 2, p. 177-229, 1990.

FRICK, Carolina Mello e Souza. In *Illo Tempore: memórias de Carolina*. Rio de Janeiro: Edição da autora, 2013.

GASPARELLO, Arlette Medeiros. Uma pedagogia histórica: caminhos para a história da disciplina escolar. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 105-125, jan./abr. 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/15071>. Acesso em: 28 ago. 2019.

GONÇALVES, Irlen Antônio; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História das culturas e das práticas escolares: perspectivas e desafios teórico-metodológicos. In: SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa (orgs.). *A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa*. Campinas: Autores Associados, 2005.

GOODSON, Ivor Frederick. *A construção social do currículo*. Educa: Lisboa, 1997.

_____. Trajetória para o currículo. História pessoal e política social em estudos curriculares. *Educação Temática Digital*, Campinas, v. 9, n. esp., p. 213-233, out. 2008. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/1053>. Acesso em: 25 set. 2019.

GUIMARÃES, Luiz Pinheiro. O Professor J. B. Mello e Souza. In: *Opúsculo comemorativo do 80º Aniversário do Professor João Baptista de Mello e Souza (28-5-1968)*. O professor do nosso tempo. Organizado e elaborado por antigos alunos, colegas e amigos. Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1968, p. 8-10.

GUIMARÃES, Orestes; MELLO E SOUZA, João Baptista. Difusão do ensino primário no Brasil. In: *Anais da Conferência Interestadual de Ensino Primario, realizada no Rio de Janeiro de 12 a 16 de outubro de 1922*. Rio de Janeiro: O Norte, 1922, p. 426-439.

LEMBRANÇAS de In Illo Tempore. Álbum de recordações organizado por João Baptista de Mello e Souza.

MARTINS, Maria do Carmo. Histórias do currículo e currículos narrativos: possibilidades de investigação na história social do conhecimento. *Revista Pró-Posições*, Campinas, v. 18, n. 2(53), p. 39-50, maio/ago. 2007. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/2422/53-dossie-martinsmc.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

MELLO E SOUZA, João Baptista; VALLE, Freitas. Escolas ruraes e urbanas – estagio e programa de ensino escolas ruraes e urbanas. In: *Annais da Conferencia Interestadoal de Ensino Primario, realizada no Rio de Janeiro de 12 a 16 de outubro de 1922*. Rio de Janeiro: O Norte, 1922, p. 124-139.

MELLO E SOUZA, João Baptista. *Theses apresentadas á Congregaçãõ do Collegio Pedro II*. Rio de Janeiro: A Encadernadora, 1926.

_____. *Meninos de Queluz*. Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1949.

NADAI, Elza. O ensino de história no Brasil: trajetórias e perspectivas. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 143-162, set.1992/ago.1993. Disponível em: https://www.anpuh.org/revistabrasileira/view?ID_REVISTA_BRASILEIRA=17. Acesso em: 30 out. 2019.

PINEAU, Pablo. Por qué triunfó la escuela? o la modernidad dijo: “Esto es educación”, y la escuela respondió: “Yo me ocupo”. In: PINEAU, Pablo; DUSSEL, Inés; CARUSO, Marcelo (orgs.). *La escuela como máquina de educar: tres escritos sobre un proyecto de la modernidad*. Buenos Aires: Paidós, 2013, p. 27-52.

REIS FILHO, Casemiro dos. *A educação e a ilusão liberal*. Campinas: Autores Associados, 1995.

SANTOS, Beatriz Boclin Marques dos. *O currículo da disciplina escolar história no Colégio Pedro II – a década de 1970 – entre a tradição acadêmica e a tradição pedagógica: a história e os estudos sociais*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2011.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 26, p. 32-55, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v13n26/a03v1326.pdf>. Acesso em: 28 set. 2019.

SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil: da Belle Epoque a Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. (História da vida privada no Brasil, 3)

SILVEIRA, Olmar Guterres da. Culto de gratidão. In: *Opúsculo comemorativo do 80º Aniversário do Professor João Baptista de Mello e Souza (28-5-1968)*. O professor do nosso tempo. Organizado e elaborado por antigos alunos, colegas e amigos. Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1968, p. 14-15.

VECHIA, Ariclê; LORENZ, Karl Michael (orgs.). *Programa de ensino da escola secundária brasileira: 1850-1951*. Curitiba: Editora do Autor, 1998.

VIVEIROS, Custódio de. Carta do escritor e jornalista Custódio de Viveiros. In: *Lembranças do Colégio São Paulo: 1914-1964*. [s.l.; s.n.], 1964, p. 12.

¹ Nas fontes e referências consultadas, encontramos João Baptista de Mello e Souza entre distintas formas de apresentação e tratamento. Ele preferencialmente assinava suas obras literárias e didáticas como J. B. de Mello e Souza; suas crônicas publicadas em jornais do Rio de Janeiro e São Paulo receberam a

assinatura J. Meluza, pseudônimo que também estampou duas de suas obras literárias. Entre os colegas professores e alunos, era conhecido como professor Mello e Souza. Em seu período de trabalho no governo federal e na condição de representante do Brasil nos congressos de esperanto, referiam-se a ele nos textos como Dr. João Baptista de Mello e Souza. Neste texto, adotamos o tratamento recebido nas instituições de ensino, Mello e Souza.

² O nome completo da filha de Mello e Souza após o casamento era Carolina Pimenta de Mello e Souza Frick.

³ Citação retirada de um artigo publicado em jornal, o qual foi encontrado no álbum *Lembranças de In Illo Tempore*. Não consta a denominação do jornal, nem o autor do texto em análise, apenas uma anotação manuscrita localizando o tempo: 1920-1921. Os dados são a partir dos *Annaes da Conferência Interestadoal do Ensino Primário* (1922), organizados por Mello e Souza, então secretário da mesma. Os recortes de jornais sem indicação do título e data, infelizmente, são recorrentes no álbum de memórias de Mello e Souza e de muitos documentos avulsos de seu acervo pessoal.

⁴ Sociedade civil com adesão voluntária. Dela poderiam fazer parte professores e demais interessados em educação como jornalistas, escritores, políticos e funcionários públicos com distintas funções. A sede localizava-se no Rio de Janeiro, mas seções regionais distribuíam-se pelo país. A ABE organizou Conferências Nacionais de Educação de 1927 a 1954 (CARVALHO, 1998).

⁵ Pseudônimo de Violeta Leme, professora formada em 1904 pela Escola Normal de São Paulo. Atuou no ensino primário em escolas isoladas, rurais e urbanas e em grupos escolares, no estado de São Paulo, entre 1905 a 1935, quando se aposentou.

⁶ Como exemplo brasileiro de belas ações, Mello e Souza cita em sua tese a história de Joanna Angélica de Jesus (c.1760-1823), religiosa da Ordem das Reformadas de Nossa Senhora da Conceição, que em meio aos conflitos entre as forças brasileiras pró-independência e o exército português na Bahia, teria defendido com a vida a entrada do convento que estava sob sua responsabilidade. Por conta desse episódio, a religiosa foi considerada símbolo da resistência contra a dominação portuguesa (BRASIL, 2015).

Artigo recebido em 28 de março de 2020.
Aceito para publicação em 10 de agosto de 2020.

OS USOS DO PASSADO NOS ANOS DE CHUMBO: UMA ANÁLISE ICONOGRÁFICA E ICONOLÓGICA DE UM ATLAS DE EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA (1971)

THE USES OF THE PAST IN THE “ANOS DE CHUMBO”: AN ICONOGRAPHIC AND ICONOLOGICAL ANALYSIS OF AN ATLAS OF MORAL AND CIVIC EDUCATION (1971)

Marlos Vinícius Gama de MATOS*

Resumo: Este artigo se interessa pela cultura escolar, mais especificamente pela produção e circulação de livros didáticos, tema de interesse para o campo do Ensino de História. O objetivo deste artigo é estudar a representação do passado na produção imagética de um Atlas Moderno de Educação Moral e Cívica que foi escrito e comercializado no ano de 1971. Para isso, utilizamos o método iconográfico-iconológico proposto por Peter Burke para a análise de imagens, bem como os postulados de Circe Bittencourt e Kazumi Munakata sobre produção e circulação de materiais didáticos. Os resultados apontam que a representação visual de agentes históricos foi utilizada com a intenção de criar um cidadão brasileiro a partir de três baluartes: religião, pátria e família. Por outro lado, a ausência de negros, mulheres e indígenas como sujeitos históricos revelou uma noção eurocêntrica e masculina da formação do Brasil contemporâneo.

Palavras-chave: EMC; Livro didático; História, Brasil.

Abstract: This article is interested in school culture, more specifically in the production and circulation of textbooks, a topic of interest to the field of History Teaching. The aim of this article is to study the representation of the past in the imagetic production of a Modern Atlas of Moral and Civic Education that was written and commercialized in the year 1971. To do so, we use the iconographic-iconological method proposed by Peter Burke for the analysis of images, as well as the postulates of Circe Bittencourt and Kazumi Munakata on the production and circulation of teaching materials. The results indicate that the visual representation of historical agents was used with the intention of creating a Brazilian citizen based on three cornerstones: religion, homeland and family. On the other hand, the absence of blacks, women and indigenous people as historical subjects revealed a Eurocentric and masculine notion of the formation of contemporary Brazil.

Keywords: MCE; Textbook; History; Brazil.

Introdução

O tema dessa pesquisa é a cultura escolar, que se preocupa em estudar e compreender todo um conjunto de normas e práticas culturais, sociais e políticas que fazem parte de um espaço educacional em diferentes temporalidades (JULIA, 2001).

Documentos administrativos, curriculares e projetos pedagógicos se tornam objetos de

* Mestrando em História - Programa de Pós-graduação em História - Universidade Federal do Amapá - UNIFAP. Macapá, AP - Brasil. Bolsista CAPES. E-mail: marlos.vgm@gmail.com.

pesquisa da *cultura escolar*, bem como a própria materialidade da escola: salas de aula, trabalhos escolares, equipamentos e livros didáticos. Dito isto, o objeto desta pesquisa é um Atlas Moderno de Educação Moral e Cívica, publicado em 1971 pela Editora Egéria, com foco na sua produção imagética.¹

É preciso ressaltar que esta editora não existe mais (muito menos possui um endereço eletrônico). Porém, foi possível, por intermédio de uma busca direcionada na *internet*, descobrir que a Egéria publicou enciclopédias, compêndios de história universal e do Brasil, romances de cunho nacional e materiais didáticos que compunham diversas disciplinas escolares.²

Ora, o *Atlas Moderno de Educação Moral e Cívica* precisa ser contextualizado dentro dos estudos sobre disciplinas escolares e livros didáticos. A disciplina escolar, longe de ser apenas uma vulgarização do saber produzido na academia (saber de referência), possui uma organização própria (mas não independente do que é produzido na acadêmica) que varia de acordo com cada instituição de ensino (CHERVEL, 1990, p. 179). Entretanto, as disciplinas escolares seguem currículos pré-estabelecidos por municípios, estados e até mesmo pelo governo federal. Tais disciplinas escolares não estão a parte da legislação e muito menos de projetos políticos-educacionais, pois “o currículo escolar é um “artefato social, concebido para realizar determinados objetivos humanos específicos” (GOODSON, 1997, p. 17).

O livro didático é o principal material de auxílio de professores e professoras Brasil afora. Ele possui um papel fundamental nas escolas contemporâneas por meio das disciplinas escolares como História, Geografia, Sociologia e Educação Moral e Cívica. Circe Bittencourt (2015, p. 71-72) define o livro didático da seguinte maneira: 1) “mercadoria”, um produto elaborado a partir da lógica do mercado editorial (que estava nascendo no início da década de 1970 no Brasil). Além disso, o livro didático é um 2) “depositório de conteúdos escolares e um instrumento pedagógico”, sendo tal produto um sistematizador de temas e tópicos elaborados a partir de currículos e propostas pedagógicas, além de possuir técnicas de aprendizagem, questionários e outros elementos que visam fixar os assuntos. Por fim, o material didático é um 3) “veículo portador de sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura”, um produto que possui em seus textos e imagens diversos estereótipos e noções de mundo de determinados grupos dominantes.

De fato, livros didáticos manifestam ideologias, estereótipos e valores de mundo culturalmente compartilhados. Porém, todo cuidado é pouco. Kazumi Munakata, por

exemplo, nos alerta para o problema de abordar o livro didático de forma ingênua. Segundo Munakata (2012, p. 179-197), o pesquisador pode cair no maniqueísmo de analisar o livro didático sob o crivo da condenação de uma mercadoria da indústria cultural. O Atlas Moderno de Educação Moral e Cívica faz parte dessa indústria de livros didáticos, mas o importante é compreender que a “materialidade das relações que estão implicadas no livro, entre o autor e o leitor, é sobredeterminada pelo mercado” (MUNAKATA, 2012, p. 185). A discussão sobre o livro didático nos ajuda a compreender o Atlas Moderno de Educação Moral e Cívica enquanto uma mercadoria, que está sujeita às regras do mercado editorial brasileiro.

O Atlas Moderno de Educação Moral e Cívica é feito de textos e imagens que conversam entre si para estabelecer uma conexão pedagógica. Nosso interesse aqui perpassa pela análise de imagens e gravuras sem que o texto fique de fora. E para isso, a análise iconográfica e iconológica se torna fundamental. Segundo Panofsky (2017, p. 47-64), a iconografia é o estudo descritivo das imagens por meio de cores, personagens, objetos etc., enquanto a iconologia visa a interpretação dessas ilustrações, que são influenciadas pela política e pela filosofia; enfim, pela ideologia e valores de mundo dos autores.

A proposta de Panofsky de estudar as figuras por meio da iconografia e da iconologia possui o problema de ser demasiadamente interpretativo. Às vezes, o pesquisador acaba caindo na simples e pura especulação devido às interpretações que falam mais do pesquisador do que do autor (BURKE, 2017; GOMBRICH, 1999). Para lidar com esse problema metodológico, podemos seguir alguns postulados de Peter Burke (2017, p. 282):

- 1) As imagens dão acesso não ao mundo social diretamente, mas sim a visões contemporâneas daquele mundo [...]
- 2) O testemunho das imagens necessita ser colocado no contexto [...]
- 3) Uma série de imagens oferece testemunho mais confiável do que imagens individuais [...]
- 4) No caso de imagens, como no caso de textos, o historiador precisa ler nas entrelinhas [...]

A análise das imagens do Atlas de Educação Moral e Cívica deve ter em mente esses quatro itens. Dito isto, as nossas perguntas são: Qual era o mundo social desse material didático? Quais eram as ideias e visões de mundo do autor por meio das imagens? Para responder essas questões, na primeira parte, procurou-se contextualizar brevemente o período em que o Atlas Moderno de Educação Moral e Cívica foi

produzido, momento marcado pela Ditadura Militar e pela Guerra Fria. Após isso, buscamos analisar a equipe editorial e o livro de EMC. Na segunda parte, examinamos ilustrações que compreendem temas como família, nação, civismo, religião e trabalho. Tais temas são elaborados com o intuito de formar o cidadão brasileiro a partir de três baluartes: família, religião e nação. Por fim, na terceira e última parte, fizemos uma incursão nas imagens de cunho histórico com o objetivo de identificar os agentes históricos presentes (e ausentes) no Atlas de EMC.

A ditadura Militar brasileira e o Atlas de Educação Moral e Cívica

Em meados do século XX, o Brasil passou por uma ditadura civil-militar que se instalou no país entre 1964 e 1985. No ano de 1964, os militares – em conjunto com empresariado nacional e multinacional, bem como setores conservadores da igreja católica e outras entidades civis - coordenaram e planejaram um golpe de estado que tinha como objetivo combater os movimentos populares e a superar o populismo por meio da imposição de uma ditadura (CALIL, 2014, 2017; MELO, 2014). Com isso, os militares brasileiros governaram o país com perseguições, torturas e assassinatos de opositores ao regime político durante um período de 21 anos.

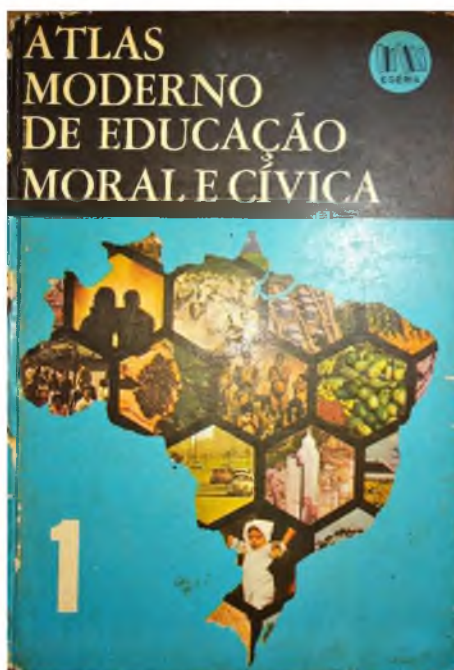
Com o golpe empresarial-militar de 1964, o Brasil somou forças com os países defensores do capitalismo contra os adeptos do comunismo soviético. Enfim, a guerra ideológica que se instalara ao nível mundial fazia sua aparição no cinema, na literatura, nas políticas públicas e, principalmente, na educação (NAPOLITANO, 2016, p. 7-12). Foi neste contexto que as disciplinas de Educação Moral e Cívica e de Organização Social e Política do Brasil, por meio do Parecer nº 94/71 do Conselho Federal de Educação, se tornaram componentes curriculares obrigatórios em todos os sistemas de ensino do país. As duas matérias, em seus objetivos, foram caracterizadas pelos “elementos formativos para os cidadãos, pois vinculavam (sic) conteúdos de instrução a finalidades de âmbito sociopolítico com o intuito de normalizar a sociedade assolada por um regime de exceção” (BRASIL, 1969). Ou seja, era preciso instrumentalizar os alunos para uma formação disciplinada e obediente à Lei e a Ordem Nacional, já que, foi a partir de 1968 que a guerrilha e a resistência armada se intensificaram devido à promulgação do Ato Institucional n.º 5.

O Atlas Moderno de Educação Moral e Cívica foi lançado no ano de 1971 pela Editora Egéria. O livro teve como equipe de elaboração o editor Sérgio Serra Tomé; texto e desenhos: Alcyr J. Matthiesen; planejamento editorial: Joseph Guidon;

planejamento gráfico: Marcus Danin; fotolitos: Grafcolor; impressão e encadernação: Impres (MATTHIESEN, 1971, p. Contracapa). Sobre a equipe editorial, encontramos informações sobre o editor Sérgio Serra Thomé e de Alcyr J. Matthiesen, responsável pelo texto e pelas ilustrações. Sérgio Serra Thomé é citado no livro *Guerra Fria e Política Editorial*, mais especificamente no Seminário de Editores, realizado entre os dias 16 e 27 de novembro de 1966. O evento tinha o objetivo de “criar um espaço de debates sobre os problemas atinentes à indústria do livro” (OLIVEIRA, 2015, p. 101). Neste sentido, as editoras passavam por reformulações que norteavam a produção e circulação do livro didático, criando assim uma indústria altamente lucrativa do ponto de vista do mercado.

Alcyr Matthiesen possui uma longa trajetória enquanto escritor e historiador. Nasceu em Araras-SP e, por 40 anos, foi professor da Área de Ciências Biológicas. Graduou-se pela PUC de Campinas e possui Mestrado em Farmacologia pela Unicamp. Em 1.956, em seus tempos de ginásio, sob a orientação do Prof. Francisco Salles Nogueira, ilustrou para o Jornal de Araras o Romance de Araras, escrito por Cardoso Silva em forma de tiras em quadrinhos. Tal trabalho despertou sua faceta de historiador que passou a escrever para jornais da cidade até 2012. No período da Ditadura Militar, o ararense publicou o Atlas Moderno de Anatomia e Fisiologia Humana (1978) e o Atlas Moderno de Educação Moral e Cívica (1971), sendo este último o objeto dessa pesquisa.³

Figura 1 – Capa do Atlas Moderno de Educação Moral e Cívica



Fonte: (MATTHIESEN, 1971, p. Capa)

O Atlas Moderno de EMC era utilizado nas escolas primárias de São Paulo, pois sua característica ilustrativa servia para atrair os estudantes mais jovens. Com isso, ele se divide em 3 livros e cada parte se foca em um assunto específico: no primeiro livro o tema gira entorno da vida em família, além dos deveres cívicos e sociais para com o Estado. No segundo livro, o Atlas se interessava em projetar uma genealogia da história do país, bem como abordar os principais ritos e símbolos nacionais. Por fim, a última unidade apresenta aos estudantes a Constituição Federal de 1969 e suas alterações realizadas pelos Atos Institucionais.

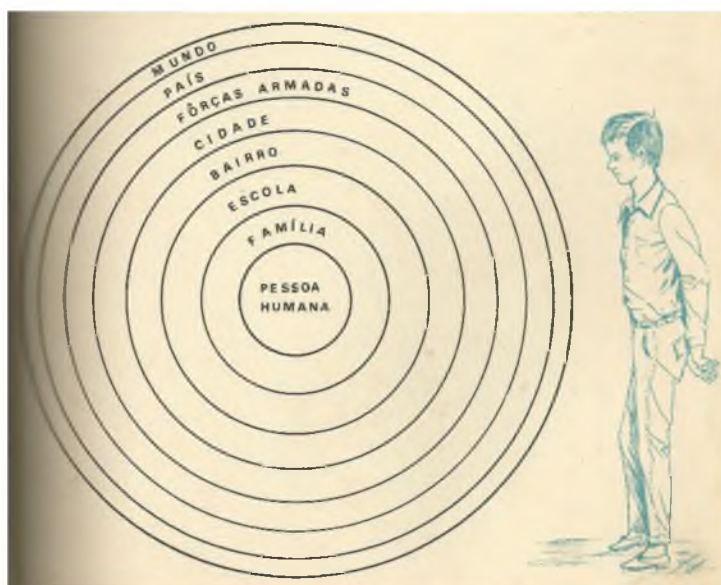
O civismo e a concepção de família

O livro n.º 1 do Atlas de Educação Moral e Cívica nos traz o seguinte sumário:

- 1 – Vida em família;
- 2 – A escola e sua vizinhança;
- 3 – A cidade, O município;
- 4 – O Estado de São Paulo em nossos dias;
- 5 – O Brasil em nossos dias; (MATTHIESEN, 1971, p. sumário)

A organização dos capítulos indica que a equipe editorial escolheu um percurso didático que começa com o espaço familiar, criando assim toda uma noção hierárquica entre os “mundos” dos quais o indivíduo faz parte:

Figura 2 – Círculo concêntrico da vida humana



Fonte (MATTHIESEN, 1971, p. 21)

A *figura 1* nos mostra um jovem branco com o olho fixado no círculo na sua frente. O círculo, segundo o Atlas de EMC se chama “gráfico da pessoa humana”. Tal imagem servia para ensinar aos alunos que todos os pontos do círculo deveriam trabalhar de forma harmoniosa, dado que, se uma dessas faixas falhassem, as outras tenderiam a ruir em cadeia. Podemos notar também a presença das Forças Armadas na ilustração, simbolizando o caráter natural desta instituição na vida de todo e qualquer cidadão brasileiro durante o contexto do domínio militar sobre o Estado.⁴ Matthiesen queria que os estudantes percebessem o círculo concêntrico enquanto manifestação ideal do civismo.

O civismo, segundo o Atlas de EMC, era o objetivo da disciplina. Tal ideia converteria os brasileiros em homens prontos para a vida pública. Contudo, a ideia de civismo que o livro nos apresenta operava a partir de três bases: família, religião e trabalho. Começando pelo primeiro pilar do civismo. Vejamos, por meio da *figura 2*, o ideário de família segundo o Atlas de Matthiesen:

Figura 3 – Representação de uma família



Fonte: (MATTHIESEN, 1971, p. 23)

Como podemos perceber, o desenho se caracteriza por cores pastéis e calmas. A pintura, ao unir as cores pasteis e calmas com a representação de uma família, cria o sentido de que ter e manter uma família traz segurança, calma, felicidade e boas sensações. Olhando atentamente a *figura 2*, a formação familiar que nos é apresentada é composta pelo pai, pela mãe e pelo filho, todos de origem branca.

Este alinhamento atribui papéis aos membros do grupo familiar a partir da idealização do *American way of life*. O “modo de vida americano” se evidenciava pela normatização de um único tipo de família considerada “natural”: que é o homem como pai, provedor e trabalhador; a mulher, como mãe e dona de casa e; os filhos, que devem estudar e crescer para reproduzirem este modelo familiar.⁵

Religião, educação e trabalho

Até agora abordamos dois dos três baluartes para a Educação Moral e Cívica proposto por Alcyr Matthiesen. O terceiro – aquele que fecha a noção de um cidadão brasileiro e patriota -, é a oração com Deus (cristão), ou seja: a prática da religião cristã. O raciocínio do autor acerca deste pilar fundante da moral e dos bons costumes percorre o universo e as galáxias, chegando até os átomos e as moléculas:

Ao contemplarmos o Universo, pontilhado por milhões de estrêlas, ao sentirmos a ternura no sorriso inocente de um bebê, ao observarmos a maravilhosa vida microscópica numa gotinha de água estagnada, um mistério profundo envolve a nossa mente [...] Neste ponto, temos, então, que escolher entre duas alternativas: ou tudo nasceu do nada onde as coisas organizaram-se por si mesmas ou foram criadas por alguém (MATTHIESEN, 1971, p. 15).

Esta passagem foi elaborada para servir de reflexão inicial, ou em outras palavras, o ponto de partida da disciplina. O caminho da reflexão começa pela formação do universo (grandeza) e pelos átomos (pequenez imperceptível). Com isso, algumas perguntas sobre a formação do universo e do mundo molecular são postas no debate entre o *design* inteligente e a teoria do *Big Bang*. O autor se posiciona com a hipótese de que não tem como “tudo surgir do nada” a não ser pela mão de “Um criador” (MATTHIESEN, 1971). Nessa lógica, todos possuem um dever para com Deus, pois, foi ele que criou tudo e todos.

Além de fazer parte de uma família e observar os ensinamentos de Cristo, o indivíduo deveria ser um membro ativo do mercado de trabalho. Os elaboradores de livros didáticos (incluindo o Atlas de Educação Moral e Cívica) queriam demonstrar em suas produções a importância de um ensino para o trabalho assalariado livre, como podemos observar na seguinte imagem:

Figura 4 – Mão-de-obra qualificada



Fonte: (MATTHIESEN, 1971, p. 28)

Na figura, podemos ver três homens brancos que estão caminhando em direção ao leitor com olhares sérios e focados. 1) A roupa do homem da esquerda nos remete a um médico devido ao estetoscópio, a maleta de primeiros-socorros, bem como a touca. 2) O homem do meio está representado como um engenheiro (provavelmente civil) a partir dos capacetes de segurança, enquanto 3) o personagem da direita é, sem dúvidas, um advogado, representado pelo terno e pela bolsa na mão esquerda.⁶

Neste sentido, *figura 3* se utilizam do mesmo personagem para passar a ideia de que os indivíduos teriam as mesmas oportunidades a sua frente, o que se torna contraditório, pois as três profissões que foram escolhidas para representar esse leque de opções nada mais são do que as três ocupações mais tradicionais e elitizadas historicamente. Segundo Maria Lúcia de Arruda Aranha (2006, p. 373-387), a vinda família real para a América-Portuguesa devido a invasão napoleônica em 1808 desencadeou uma série de reformas administrativas que demandavam profissionais altamente qualificados no exército, na política e também na sociedade. Os primeiros cursos superiores implementados no país foram os de médico-cirurgião em Salvador e Rio de Janeiro (1908), os de Engenharia no Rio de Janeiro (1908) e os cursos de Ciências Jurídicas em São Paulo e Recife (1827). Como vocês podem ver, existe uma relação de prestígio sobre estas profissões no Atlas de Educação Moral e Cívica, pois foram selecionadas como o modelo de todo e qualquer brasileiro na figura acima.

Em síntese, a proposta da escola, segundo o Atlas, seria a de orientar os alunos para o “mundo do trabalho”. Esta pedagogia é explicada pela naturalidade do trabalho, pois a labuta se caracteriza como uma atividade essencial para a vida humana. Ou seja, a labuta não seria só uma questão de sobrevivência, mas sim uma característica formadora de caráter. Ora, se é uma atividade intrínseca ao ser humano, logo, todos deveriam ser preparados desde cedo para a inevitabilidade do mercado de trabalho.⁷

A formação das almas brasileiras

Todo ser humano tem consciência de um passado, e este passado pode se manifestar de diferentes maneiras no tempo e lugar e em diferentes povos e culturas. O fato é que o passado pode ser (re)elaborado a partir de uma seleção de eventos e acontecimentos que ocorreram em uma época anterior. É por isso que durante muito tempo historiadores e outros pesquisadores das humanidades se interessaram (e se interessam) pelos usos e apropriações que os mais diversos grupos, comunidades, estados e estado-nações fazem desse “antes” enquanto uma herança do passado, sendo tal herança a definidora das relações humanas e culturais do presente (HOBBSAWM, 2013, p. 25-43).

Inicialmente, pensava-se que todo o sentimento de nacionalidade fizesse surgir todas as nações existentes, mas o que acontece é justamente ao contrário: são as nações que originam as nacionalidades. Portanto, ao contrário da visão romantizada da origem do sentimento de pertença à uma nação, o nacionalismo precisa ser entendido em sua historicidade (GELLNER, 1981). Neste raciocínio se busca um passado recheado de glórias, e, no caso do Brasil, um legado que explique a diversidade étnica do “povo brasileiro”. Essas referências (personagens e eventos) são buscadas em um passado de origem que serve para explicar o presente, tornando-se peças de um museu com exemplos virtuosos e morais para as futuras gerações (CARVALHO, 2017).

O Brasil é um estado-nação, ou seja, subentende-se que as pessoas que nascem no país se imaginem em uma comunidade que compartilha características em comum como a língua, os ritos, os símbolos e um passado que as unem.⁸ Na apresentação do Atlas Moderno de EMC, Alcyr Matthiesen (1971, p. 1) descreve tanto o contexto de produção da obra, quanto algumas definições básicas da disciplina:

Antes da revolução de março de 1964, as constantes greves paralisavam as forças de produção, o povo só ouvia falar em corrupção e os esteios da nacionalidade, gradativamente, desabavam.

Os grandes vultos e episódios de nossa história eram esquecidos, o povo estava desorientado em virtude das incertezas acerca dos dias que estavam por vir um sentimento de descrença aos destinos da Pátria começou a brotar no íntimo de cada brasileiro.

Entretanto, desde algum tempo, estava iminente uma campanha em prol de um Brasil melhor e, por iniciativa de líderes militares triunfou a sublevação que visava a moralização do país.

O Brasil restabeleceu, então, a paz social, o crédito exterior e trabalha, agora, voltado para o seu desenvolvimento em ascensão (sic) vertiginosa, confiante em seu futuro promissor. Dentre as inúmeras mudanças ocorridas neste período de reforma, no campo educacional foi incluído nos quadros curriculares dos estabelecimentos escolares, o ensino obrigatório de Educação Moral e Cívica visando o renascimento do culto à Pátria Brasileira.

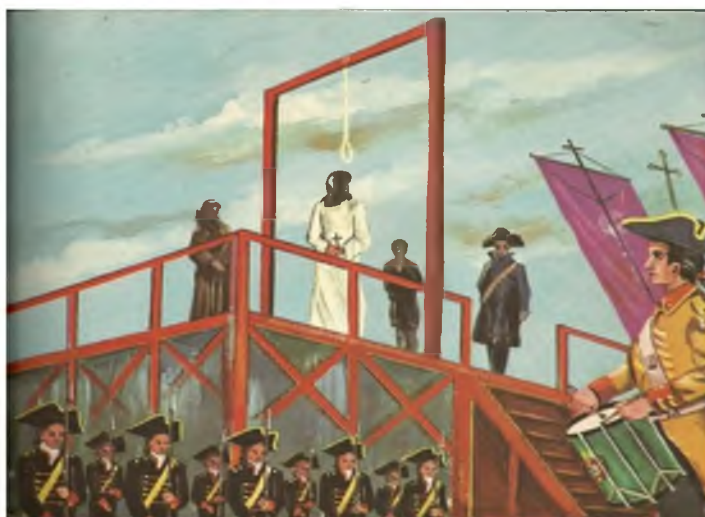
Neste modesto trabalho, sem a pretensão de estudar esta matéria profundamente, procuramos abordar apenas a essência das recomendações do programa oficial, todavia, tivemos o carinho de motivá-la com ampla ilustração que tomará seu ensino ameno e atraente

Esperamos que após a leitura deste livro, passe o leitor a sentir um flamejar mais ardoroso da chama do civismo, latente em cada um de nós.

Como podemos perceber, o autor começa delimitando o contexto ao qual a obra se insere quando Matthiesen explica a “Revolução de 1964”⁹ a partir das perturbações sociais e políticas que culminaram no regime de exceção. Nos parágrafos seguintes, temos a defesa de uma proposta que visa retomar a ordem social, o civismo e o patriotismo. Para alcançar esse objetivo, os brasileiros deveriam se lembrar dos heróis nacionais e de eventos memoráveis que “eram esquecidos”. Um sujeito histórico que recebeu destaque textual e imagético no Atlas de Educação Moral e Cívica foi José Joaquim da Silva Xavier, mais conhecido como Tiradentes.

Principal representante da Inconfidência Mineira (1789-1792), Tiradentes foi o único dos inconfidentes a ser sentenciado a morte pela força por ter liderado a revolta. Sua sentença de morte deveria servir de exemplo para todos que desejassem se rebelar contra a coroa portuguesa:

Figura 5 - A morte de Tiradentes



Fonte: (MATTHIESEN, 1971, p. 87)

Segundo José Murilo de Carvalho (2017, p. 58-78), os republicanos - que estavam interessados em dar sentido histórico para a mudança do regime monárquico para o regime republicano -, tiveram muitas dificuldades para escolher o panteão de heróis. Era preciso selecionar uma figura heroica que servisse de mártir na luta contra a monarquia, mas que se preocupasse em defender os ideais republicanos. O escolhido foi, com muita luta, Tiradentes. O primeiro esforço de transformar José Joaquim da Silva Xavier no grande mártir da república consistiu na elaboração de uma imagem messiânica do inconfidente, como podemos perceber na *figura 4*: Tiradentes, no caminho para a forca, se encontra vestido com uma túnica branca, seu cabelo grande e a cruz em suas mãos também ajudam na martirização do personagem.

Essa imagem de José Joaquim da Silva Xavier enquanto o messias republicano se solidificou na representação nacional, criando um símbolo que estabelecia uma conexão entre a República e o próprio Cristo. Tal conexão serviu de base para diversas pinturas ao longo do tempo sobre o líder da Inconfidência Mineira como o messias republicano.

Após essa breve explanação sobre a escolha de Tiradentes como um dos principais representantes da nacionalidade brasileira – bem como a análise de sua pintura no Atlas de Educação Moral e Cívica -, iremos prosseguir com a definição do “povo brasileiro” dos autores deste mesmo livro. Essa definição se ancora na teoria da miscigenação dos povos (portugueses, indígenas e negros) que constituem a sociedade brasileira.

A miscigenação do povo brasileiro

“Terra à vista!”, é este o primeiro tópico do capítulo 6 “Brasil, episódios e vultos de sua história”, do segundo volume do Atlas de Educação Moral e Cívica. O primeiro parágrafo é definido pela seguinte afirmação: “Após da descoberta da América por Cristóvão Colombo a serviço da Espanha em 1492, e o caminho das índias por Vasco da Gama em 1498, foram intensificadas as viagens marítimas pelas águas desconhecidas à oeste” (MATTHIESEN, 1971, p. 77). A escolha do marco inicial da história da nação selecionou, de forma bem clara e direta, a chegada dos portugueses a uma terra totalmente desconhecida e “inabitada” a partir de um olhar eurocêntrico e colonial. Em nenhum momento do corpo do texto, o autor do Atlas narra ou descreve o encontro entre portugueses e indígenas neste “Novo Mundo”. Tal encontro se manifesta por meio da famosa pintura de Vitor Meirelles intitulado de “A primeira Missa no Brasil”:

Figura 6 – Vitor Meireles: A Primeira Missa do Brasil (1861)



Fonte: (MATTHIESEN, 1971, p. 78).

O quadro de Vitor Meirelles possui algumas características que precisam ser contextualizadas: primeiro, a obra é datada de 1861; segundo, a pintura se baseia na “Carta de Pero Vaz de Caminha”, documento este que foi escrito pelo escrivão da armada de Pedro Álvares Cabral e; terceiro, a imagem possui características do romantismo, um movimento filosófico, artístico e político europeu dos séculos XVIII e XIX (PRESTES, 2011; SCHWARCZ; STARLING, 2018). No primeiro momento,

vemos alguns religiosos (sendo um deles o Frei Henrique de Coimbra, que está erguendo os braços para uma cruz de madeira improvisada. No segundo plano, temos os indígenas, que estão ao redor dos portugueses com movimentos e ações bem heterogêneas causados pela estranheza que tais personagens estejam sentindo. Destaca-se o ambiente que se ancora na paisagem do litoral nordestino durante os primeiros anos da colonização portuguesa e a iluminação do quadro, sendo o plano dos portugueses a parte mais clara, enquanto a luminosidade do plano dos indígenas é mais escura, criando assim uma ideia de que aqueles sujeitos estavam testemunhando a luz da fé cristã sem nenhum tipo de conflito ou hostilidade.

Além da pintura de Vitor Meirelles, os indígenas aparecem em uma outra imagem do Atlas de EMC:

Figura 7 – Viagens fluviais



Fonte: (MATTHIESEN, 1971, p. 45)

Sobre a iconografia, não existe nenhuma indicação de autoria e nem mesmo uma legenda, e, além disso, a figura não é referenciada em nenhum momento do Atlas, revelando o uso puramente ilustrativo da imagem. Todavia, a iconografia possui a capacidade de nos mostrar a representação do autor sobre a relação entre brancos europeus e indígenas. Na *figura 6*, o autor ilustrou uma viagem fluvial por intermédio de uma canoa com um português explorador e quatro indígenas. O ambiente está marcado por árvores, pequenos pedaços de terra e um rio estreito (uma representação muito comum da Amazônia colonial e das Entradas e Bandeiras).

Nota-se a posição das personagens e seus semblantes em uma paisagem monocromática, estática e já superada: o português explorador está na parte frontal da canoa (proa) com uma expressão que denota confiança e coragem, ao passo que os indígenas estão ocupados com a navegação da embarcação. Aqui “O Protagonista” é o branco europeu. Essa representação contrasta com a realidade dos séculos XVII e XVIII, principalmente na Amazônia Colonial. Os portugueses não sabiam andar e muito menos navegar pelos labirintos de uma terra que precisava ser explorada, então os europeus tiveram que recorrer aos nativos, ou seja, aos indígenas, que eram mestres por excelência das florestas e dos rios. Por esse motivo, os pilotos e os remeiros indígenas eram fundamentais para a exploração de locais desconhecidos do ponto de vista dos portugueses. (CARVALHO JÚNIOR, 2013)

Entre os anos de 1530 a 1888, a América-Portuguesa e, posteriormente, o Império do Brasil operavam a partir de uma economia baseada na escravidão por meio do comércio transatlântico. Segundo Lillian Schwarcz e Heloísa Starling (2018, p. 15), 40% de negros do continente africano vieram forçados para trabalhar no Brasil na condição de escravos. No livro de Educação Moral e Cívica, não aparece - em nenhum momento, nem mesmo em figuras ou em suas legendas -, que o país se apoiava no sistema escravista. Na verdade, a figura do negro é evocada para explicar “a união das raças” a partir da ótica de uma “paz étnica”:

Figura 8 – “A união das raças”



Fonte: (MATTHIESEN, 1971, p. 81)

A *figura 7* se refere ao evento denominado de Insurreição Pernambucana, contexto marcado pela “invasão” holandesa no nordeste da América-Portuguesa. Este evento culminou com a expulsão dos holandeses da capitania de Pernambuco pelos líderes André Vidal de Negreiros (português), Henrique Dias (negro liberto) e Filipe Camarão (indígena). Tais líderes estão representados na imagem acima, respectivamente. Aqui, eles fazem parte de uma chave explicativa que visa homogeneizar a formação do povo brasileiro.

Outro tema em que os negros (escravizados e alforriados) estiveram ausentes no Atlas de EMC, foi a Guerra do Paraguai (1864 a 1870):

Figura 9 – Soldados brasileiros durante a Guerra do Paraguai



Fonte: (MATTHIESEN, 1971, p. 91)

A *figura 8* procura definir o que foi a Guerra do Paraguai: Na ilustração podemos visualizar um ambiente caracterizado por uma paisagem “morta”. Temos ainda, no primeiro nível, três soldados brasileiros visivelmente abatidos por algum conflito que terminara. Reparem também que todos os soldados brasileiros são brancos, o que não correspondia com a realidade, como os estudos mais recentes podem afirmar. Segundo Boris Fausto (2018, p. 119), os senhores de escravos cediam cativos para lutarem no conflito, visto que existia uma Lei de 1866 que concedia liberdade aos escravizados que servissem ao exército. Por outro lado, Schwarcz e Starling (2018, p. 298), por meio do Jornal *The Times* datado no ano de 1869, lançam a estimativa de que 7.979 escravos libertos fizeram parte das fileiras do exército. Sendo assim, fica bastante

evidente a idealização de um conflito “sangrento” e cheio de baixas do lado brasileiro, fazendo com que o exército se erguesse enquanto uma instituição autônoma; além disso, a Guerra do Paraguai abriu caminho para o desgaste político e econômico do Império brasileiro, culminando assim na instauração da República em 1889.

Considerações finais

Em síntese, esta pesquisa buscou estudar a produção iconográfica de um Atlas de Educação Moral e Cívica do ano de 1971. Para a realização do estudo desse objeto de pesquisa, tivemos que entender em que consiste um livro didático e quais relações esse material de ensino possui com o mercado, com a sociedade e com as disciplinas escolares. Para isso, utilizamos as pesquisas de Bittencourt (2011; 2015), Munakata (2012), Goodson (1997) e Chervel (1990). Em outra chave teórica, o método iconográfico e iconológico de Erwin Panofsky (2017), juntamente com as contribuições de Ernst Gombrich (1999) e Peter Burke (2017), produziu análises frutíferas das imagens do objeto de pesquisa.

Com isso, chegamos à algumas conclusões ao longo dessa pesquisa. A primeira conclusão diz respeito a noção ideal de grupo familiar que os alunos deveriam se aproximar, que seria o modelo de família nuclear-burguesa: branca, heterossexual e cristã. Por outro lado, os usos do passado no Atlas de Matthiesen (1971) convergem para a formação dessa família idealizada, ainda mais quando negros, mulheres e indígenas pouco ou nada aparecem enquanto agentes de sua própria história.

A segunda conclusão se relaciona com uma incursão aos “heróis da pátria”, ou seja, o Atlas de Educação Moral e Cívica buscou no passado da história do Brasil personagens e heróis que fizessem aflorar o sentimento de nacionalidade dos indivíduos que seriam o futuro da nação: os estudantes. Dentre os heróis, o atlas destaca a figura dos portugueses-exploradores, dos bandeirantes, dos inconfidentes e dos soldados que lutaram na Guerra do Paraguai. A terceira conclusão compreende que negros, mulheres e indígenas pouco aparecem, e quando aparecem, servem como personagens secundários. Assim como na noção de família sintetizada no primeiro parágrafo das considerações finais, quase todos os agentes históricos são portugueses, brancos e adultos. A única vez em que um negro é elevado a condição de sujeito histórico se encontra na figura 7, mas com o objetivo de contribuir com o argumento da democracia racial.

Até os dias de hoje, negros, mulheres, crianças, indígenas e outros excluídos da história possuem pouco espaço nos nossos livros didáticos e nas disciplinas escolares.

Vamos tomar como ponto de partida a própria Educação Moral e Cívica, que teve o seu fim no ano de 1991 por meio da lei n.º 8.663, de 14 de junho de 1993 (BRASIL, 1993), oito anos após o período da Ditadura Militar. Ainda na década de 1980, com o início da redemocratização, as diversas secretarias estaduais de educação começaram a reelaborar os seus currículos, marcando uma primeira ruptura com o sistema de ensino antigo. Na década de 1990, tivemos o lançamento de dois documentos que servem até hoje como base da educação nacional: A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997; 1998), inaugurando assim um período de reformulações educacionais em todo o Brasil.

Contudo, foi somente a partir da primeira década do novo milênio (BRASIL, 2008) que pudemos criar leis que possibilitassem o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena na Educação Básica¹⁰. Estes grupos sociais - que até então eram estereotipados ou ignorados nos materiais didáticos da Educação Básica, incluindo no Atlas Moderno de Educação Moral e Cívica que foi analisado neste trabalho -, não seriam meros personagens passivos que foram engolidos pelas estruturas sociais, mas sim sujeitos que possuíram/possuem a capacidade de agir e fazer história.

Referências

ABREU, L. S. V. *Educação moral e cívica: entre comemorações e acusações, um projeto de pátria para o Brasil (ES - 1969-1975)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória. 2006.

ABREU, V. K. D.; INÁCIO FILHO, G. A Educação Moral e Cívica: doutrina, disciplina e prática educativa. *Revista HISTEDBR on-line*, n. 24, p. 125-134, Dezembro 2006. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4955/art11_24.pdf. Acesso em: 20 ago. 2020.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução de Denise Bottman. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARANHA, M. L. D. A. *História da Educação e da pedagogia: Geral e Brasil*. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Tradução de Plínio Dentzien. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BITTENCOURT, Circe. Produção didática de História: trajetórias de pesquisas. *Revista de história*, São Paulo, n. 164, p. 487-516, 2011.

BITTENCOURT, Circe. Livros didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, Circe. *O saber histórico na sala de aula*. 12. ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 69-90.

BRASIL. Decreto-Lei n. 869, de 12 de setembro de 1969. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências, 1969. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. lei nº 8.663, de 14 de junho de 1993. Revoga o Decreto-Lei nº 869, de 12 de dezembro de 1969, e dá outras providências, 1993. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1993/lei-8663-14-junho-1993-374625-publicacaooriginal-1-pl.html#:~:text=663%2C%20DE%2014%20DE%20JUNHO%20DE%201993.%20Revoga,dos%20sistemas%20de%20ensino%20no%20Pa%C3%ADs%20e%20>. Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. Lei n. 11.645 de 10 de março de 2008. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm. Acesso em: 16 nov. 2019.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais (1ª a 4ª Séries), 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12640:parametros-curriculares-nacionais-1o-a-4o-series>. Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais (5ª a 8ª séries), 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12657-parametros-curriculares-nacionais-5o-a-8o-series>. Acesso em: 20 ago. 2020.

BURKE, Peter. Iconografia e iconologia. In: BURKE, Peter. *Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica*. Tradução de Vera Maria Xavier dos Santos. 1. ed. São Paulo: Unesp, 2017. p. 55-72.

CALIL, G. G. O sentido histórico do Golpe de 1964 e da ditadura e suas interpretações. In: MATTOS, M. B; VEGA, R. *Trabalhadores e ditaduras: Brasil, Espanha e Portugal*. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 13-34.

CALIL, G. G. Elio Gaspari e a ditadura brasileira: uma interpretação revisionista. In: SENA JÚNIOR, Zacarias; MELO, Demian; CALIL, G. G (orgs). *Contribuição à crítica da historiografia revisionista*. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2017. p. 79-112.

CARVALHO JÚNIOR, A. D. D. Índios cristãos no cotidiano das colônias do norte (séculos XVII e XVIII). *Revista de História*, São Paulo, n. 8, p. 69-99, jan/jun 2013.

CARVALHO, J. M. D. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & educação*, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 177-229, 1990.

FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2018.

FILGUEIRAS, J. M. *A Educação Moral e Cívica e sua produção didática: 1969-1993*. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2006.

GELLNER, Ernest. *Nacionalismo e Democracia*. Tradução de Vamireh Chacon e outros. 1. ed. Brasília: UnB, 1981.

GRAMSCI, Antonio. *Americanismo e fordismo*. Tradução de Gabriel Bogossian. 1. ed. São Paulo: Hedra, 2008.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1992.

GOMBRICH, Ernest. Meditações sobre um cavalinho de pau ou As Raízes da forma artística. In: GOMBRICH, Ernest. *Meditações sobre um cavalinho de pau*. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. 1. ed. São Paulo: USP, 1999. p. 1-11.

GOODSON, Ivar. *A construção social do currículo*. 1. ed. Lisboa: Educa, 1997.

HOBBSAWM, Eric. Era dos extremos: O breve século XX: 1914-1991. Tradução de Marcos Santarrita. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSAWM, Eric. O sentido do passado. In: HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. Tradução de Cid Knipel Moreira. 1. ed. São Paulo: Companhia de Bolso, 2013. p. 25-43.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. Tradução de Gizele de Souza. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v. 1, n. 1, p. 9-43, 2001.

MATTHIESEN, Acyr. *Atlas Moderno de Educação Moral e Cívica*. 1. ed. São Paulo: Egéria, 1971.

MELO, Demian. Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: MELO, Demian (org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 157-188.

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático: alguns temas de pesquisa. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v. 12, n. 3, p. 179-197, 2012.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar brasileiro*. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2016.

OLIVEIRA, L. D. *Guerra fria e política editorial: a trajetória da Edições GRD e a campanha anticomunista dos Estados Unidos e no Brasil (1956-1968)*. 1. ed. Maringá: Eduem, 2015.

PANOFSKY, Erwin. Iconografia e iconologia: uma introdução ao estudo da arte da Renascença. In: PANOFSKY, Erwin. *Significados nas artes visuais*. Tradução de Maria Clara F. Kneese e J. Guinsburg. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017. p. 47-87.

PRADO JÚNIOR, Caio; FERNANDES, Floresntan. *Clássicos sobre a revolução brasileira*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

PRESTES, R. A Primeira Missa no Brasil em dois tempos. *Oficina do Historiador*, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 141-157, 2011.

SANTOS, M. R. D. *Signos de um ideal: livros escolares de educação moral e cívica em Florianópolis na década de 1970*. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis. 2015.

SANTOS, M. R. D.; CUNHA, M. T. S. Para civilizar uma nação: um estudo sobre um livro escolar de educação moral e cívica em Florianópolis/1978. *Atos de Pesquisa em Educação*, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 490-511, 2017.

SCHWARCZ, M.; STARLING, H. M. *Brasil: uma biografia*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

¹ Existem diversos trabalhos que se focam em estudar os livros didáticos de Educação moral e Cívica. Segue algumas produções, visto que a historiografia é extensa: (SANTOS, 2015), (SANTOS; CUNHA, 2017), (FILGUEIRAS, 2006), (ABREU. L., 2006) e (ABREU, V.; INÁCIO FILHO, 2006).

² A pesquisa foi realizada no sítio *Estante Virtual*, pois os outros resultados que surgiram na ferramenta de pesquisa da Google foram extremamente avulsos. Disponível em: <https://www.estantevirtual.com.br/editora/egeria>. Acesso em: 16 nov. 2019.

³ Segue, em ordem de lançamento, as seguintes obras do autor: *A Face Alegre das Araras* (1996), *Araras: Tempo e Memória* (2003), *Em...Cantos em Araras* (2005) *Araras: Temas do passado e do presente* (2007), *Resgatando Elos da Memória* (2010) e *Araras: terra de sonhos e do imaginário* (2019). Disponível em: <http://www.plataformaverri.com.br/index.php?bib=1&local=book&letter=A&idCity=23>. Acesso em: 16 nov. 2019.

⁴ “Podemos dizer que o verdadeiro civismo pode ser comparado ao gráfico da [...] pessoa humana que representa o centro irradiador do Civilismo, dependerá a formação do indivíduo que vai exercer influência na família, na escola, no bairro, na cidade, nas Forças Armadas, no país e no mundo. Quando uma destas faixas falham, as outras podem ser atingidas fazendo cair por terra o desenvolvimento cívico” (MATTHIESEN, 1971, p. 22).

⁵ O *American way of life* (estilo de vida americano) compreende um modelo de sociedade pautado na ética do trabalho, na observância e prática das leis de Deus (cristianismo) e também na liberdade enquanto o melhor caminho para a prosperidade. Neste sentido, o *American way of life* acabou se tornando o Sonho Americano (*American Dream*), criando a representação do estadunidense “médio” enquanto modelo ideal de indivíduo (e família) em diversos veículos de comunicação e entretenimento. Este modelo de sociedade surgiu durante “a era de ouro” do século XX (1945-1973), mais especificamente em um contexto marcado tanto pela ascensão econômica dos EUA pós 1945, quanto pela criação e manutenção de políticas de bem-estar social (*welfare state*) em países do Norte Global. (HOBSBAWM, 1995, p. 253-281) Por outro lado, o fordismo se tornou a principal característica do

American way of life, pois o modo de produção inaugurado por Henry Ford focalizava na disciplinarização e autocontrole moral de trabalhadores, na política de altos salários e também na busca pela formação de uma família nuclear-burguesa. Estas características foram pensadas por Ford com o intuito de evitar a rotatividade de sua mão de obra, mas tais características, durante “a era de ouro”, deveriam se materializar no estilo de vida ideal para todos os trabalhadores assalariados livres (no caso de trabalhadores homens que eram brancos, heterossexuais e que labutavam em países desenvolvidos). (BAUMAN, 2001, p. 164-209; GRAMSCI, 2008, p. 43-72; HARVEY, 1992, p. 121-134)

⁶ Em uma outra linha interpretativa, o sujeito de terno e mala poderia ser uma representação geral de trabalhadores do setor secundário, mais especificamente aqueles que trabalham em escritórios.

⁷ Devemos lembrar que nenhuma mulher aparece na imagem 3, essa questão nos expõe uma mensagem inconsciente de que o lugar de mulher é na cozinha, ou melhor, no lar, cuidando da reprodução da força de trabalho.

⁸ Em seu livro *Comunidades Imaginadas*, Benedict Anderson (2008, p. 9-34) entende que a nação é *imaginada*, porque os membros não se conhecem, mas todos tem em mente de que fazem parte de um país; é *limitada*, pois, as fronteiras são finitas em território; *soberana*, devido à queda dos absolutismos e as formulações de filósofos iluministas acerca do Estado Soberano; e, por fim, uma *comunidade*, pois, apesar da disparidade socioeconômica entre as classes sociais, a ideia de nação é arquitetada a partir de relações horizontais.

⁹ O fato que ficou conhecido como O Golpe de 1964 sofreu, ao longo do tempo, diversas disputas conceituais tanto no campo da história, quanto no campo da memória. Inicialmente, quando o golpe de Estado aconteceu, seus próprios articuladores (e até mesmo seus defensores contemporâneos) o definiam como “A Revolução de 1964”, pois segundo os golpistas, o Brasil tinha acabado de se livrar do comunismo (sic), restaurando assim a ordem e a harmonia social. Ao longo do final do século XX, este conceito já estava sendo duramente criticado. Temos como exemplo um texto escrito em 1981 pelo sociólogo Florestan Fernandes sobre o conceito de revolução. Segundo Fernandes, a atribuição revolucionária ao Golpe de Estado de 1964 estaria equivocada, pois a “conquista do Estado” por parte dos militares (e seus apoiadores civis) serviram justamente para frear o ímpeto reformista de João Goulart. Neste sentido, o que aconteceu em 1964 não seria uma revolução, e sim um golpe contrarrevolucionário. (PRADO JÚNIOR; FERNANDES, 2000, p. 55-148). Atualmente, a operacionalidade do conceito de “Revolução de 1964” já se encontra superada nas discussões historiográficas, porém, seu uso ainda se restringe à uma pequena parcela da extrema-direita brasileira que visa reabilitar a ditadura civil-militar enquanto uma era de ouro do país contra o “avanço do comunismo” (sic) no Brasil.

¹⁰ Pouco tempo depois, em 2013, o Ministério da Educação iniciou os trabalhos para a implementação de um currículo nacional sob o nome de Base Nacional Comum Curricular – BNCC. A implementação da Base Nacional Comum Curricular foi palco de diversas disputas entorno do debate que se interessa em definir o que os alunos da educação básica devem aprender. A primeira versão da disciplina de história acendeu uma fagulha de esperança no enfoque da História do Brasil e na inserção de temas e assuntos que estavam em conformidade com as pesquisas do ensino de história. Porém a segunda e terceira versão (definitiva) mantiveram, apesar de algumas mudanças, um currículo mais conservador com relação à primeira versão.

Artigo recebido em 04 de julho de 2020.

Aceito para publicação em 28 de outubro de 2020.

AGOSTINHO JOSÉ DE OLIVEIRA MACHADO, UM BACHAREL NEGRO NO SÉCULO XIX

AGOSTINHO JOSÉ DE OLIVEIRA MACHADO, A BLACK GRADUATE IN THE XIX CENTURY

Alessandro Cavassin ALVES*

Resumo: O presente texto tem por objetivo recuperar a biografia de um brasileiro negro no século XIX, Agostinho José de Oliveira Machado, advogado, professor, escritor e membro atuante do partido liberal. Nascido em Santos, conseguiu o título acadêmico de bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas pela faculdade de São Paulo, em 1843, o que lhe proporcionou autonomia profissional e intensa participação política. Seria mais um exemplo da referência do fenômeno da “ascensão do bacharel e do mulato” no Brasil do século XIX que Gilberto Freyre discute no seu clássico livro *Sobrados e Mucambos*. Tanto as biografias discutidas por Freyre, somada a de Agostinho, perpassam enfrentamentos aos preconceitos raciais, confirmando a necessidade de se forjar um novo país, aproximando-os da atual teoria decolonial e do lugar epistêmico de negro nesta sociedade.

Palavras-Chaves: Agostinho José de Oliveira Machado; bacharel negro; Brasil do século XIX;

Abstract: The present text aims to recover the biography of a black Brazilian in the 19th century, Agostinho José de Oliveira Machado, lawyer, professor, writer and active member of the liberal party. Born in Santos, he obtained a bachelor's degree in Social and Legal Sciences from the São Paulo University, in 1843, which gave him professional autonomy and intense political participation. He would be another example of the reference to the phenomenon of the "rise of the graduate and the mulatto" in 19th century Brazil that Gilberto Freyre discusses in his classic book *Sobrados e Mucambos*. The biographies discussed by Freyre, as well as the one by Agostinho, all go through confrontations with racial prejudices, confirming the need to forge a new country, bringing them closer to the current decolonial theory and the epistemic place of black people in this society.

Key words: Agostinho José de Oliveira Machado; black graduate; 19th century Brazil;

A ascensão do bacharel e do mulato no Brasil do século XIX

Gilberto Freyre, no livro *Sobrados e Mucambos*, publicado em 1936, sendo revisto e reeditado ao longo do tempo pelo próprio autor, apresenta, entre outros pontos, o fenômeno da “ascensão do bacharel e do mulato”, como duas grandes forças, novas e triunfantes, “às vezes reunidas numa só”, no século XIX brasileiro (FREYRE, 2004, p. 711)¹. Era impossível não percebê-los, diz Freyre. Bacharéis em direito ou médicos, engenheiros, padres, entre outras profissões, “valorizados pelo saber técnico ou

* Doutor em Sociologia - Programa de Pós-graduação em Sociologia - Universidade Federal do Paraná - UFPR. Curitiba, PR - Brasil. E-mail: alessandrocavassin@gmail.com.

acadêmico” (FREYRE, 2004, p. 748) e na qual negros e mulatos, embora em minoria, estavam a galgar. Assim, era também o “meio-termo” ou “a meia raça a fazer de classe média, tão débil dentro do nosso sistema patriarcal” (FREYRE, 2004, p. 430). Era a “assimilação da técnica do europeu ou do anglo saxão pelo ‘mulato da terra’” (FREYRE, 2004, p. 464).

A ascensão social para os negros e mulatos, entretanto, como bem salienta Freyre, era de enfrentamento e luta contra os “preconceitos de branquidade”, que “só raramente ocorreu de modo menos dramático” (FREYRE, 2004, p. 723). “Mulatos que tendo se bacharelado em Coimbra ou nas Academias do Império foram indivíduos que nunca se sentiram perfeitamente ajustados à sociedade da época: aos seus preconceitos de branquidade, mais suaves que noutros países, porém não de todo inofensivos” (FREYRE, 2004, p. 728).

Eis a tese da democracia racial brasileira de Gilberto Freyre, de que no Brasil, os preconceitos foram “mais suaves que noutros países”. Entretanto, Freyre tinha plena consciência das dificuldades raciais enfrentadas, em especial, quando biografias reais eram levantadas pelo sociólogo. Mas, de acordo com o autor, forjava-se um novo período na história brasileira. Bacharéis e doutores “moços” em oposição ao velho e branco ou quase branco “capitão-mor”; o urbano em oposição ao rural; os novos sobrados em oposição às velhas casas-grandes; era a “ascensão do brasileiro nato e até do mulato aos cargos públicos e à aristocracia de toga” (FREYRE, 2004, p. 714). Entretanto, da oposição não se fez aniquilação, mas o misto entre o novo e o arcaico, entre o burguês e o patriarcal, entre o branco e o negro. Enfim, “caracteristicamente brasileiro, isto é, mestiço; ou culturalmente plural” (FREYRE, 2004, p. 731) e na qual se carrega toda sorte de um passado patriarcal, escravista, tutelar e monocultor, sendo a família sua base nuclear. Eis o paradoxo, em Freyre, mas, eis, também, um porvir.

E, ao longo do livro, Gilberto Freyre vai destacando exemplos de um Brasil que se formou com a presença deste povo mestiço. No final do século XVIII, da Conjuração baiana de 1798, ficou o exemplo de ideais que buscavam a igualdade social, divulgada por negros e pardos, como *João de Deus Nascimento*.

Apressavam-se em ver realizado no País o que lentamente vinha já acontecendo, que era aquela ascensão de valores por meio da capacidade, isto é, da inteligência, do saber, da bravura dos indivíduos, a despeito de sua raça, de sua classe e de sua região de origem tenderem para a sua estagnação entre os elementos servis ou secundários da sociedade. (...).

[Entretanto], quando a origem, as alianças, as riquezas ou o mérito pessoal permitem a um mulato ambicionar um lugar – escreveu Rugendas – é muito raro, e pode-se mesmo dizer que não ocorre nunca, que sua cor ou a mistura do seu sangue se tornem um obstáculo para ele. Seja ele embora muito escuro é registrado como branco e nesta qualidade figura em todos os seus papéis, em quaisquer negociações e está apto a ocupar qualquer emprego (FREYRE, 2004, p. 757).

O pintor alemão Johann M. Rugendas, que viajou por todo o Brasil entre 1822 a 1825, verificava a extrema dificuldade de se conseguir tal ideário de igualdade social proposto na revolução os “alfaiates”. Mas, a “branca” nobreza da terra foi incorporando novos elementos, inclusive por casamentos, que se sobressaíam por sua bravura, por suas conquistas, por suas atividades, pela beleza, mas diferentes na cor; e no século XIX, destacaram-se os chamados “títulos escolares”, muitos deles conseguidos a duras penas por pessoas marginalizadas. Como o do *Dr. Henrique Félix de Dacia* que chegou a ser juiz de direito da comarca de Bragança, Pará, chefe de polícia e deputado provincial nessa província, e que se insurgia contra o preconceito e a falta de oportunidades aos negros.

Em 1834, o Dr. Henrique Félix de Dacia, não sabemos se negro ou mulato, mas ‘Bacharel e advogado público’ muito orgulhoso do seu título e até de sua cor, aparece n’*O Censor Brasileiro*, insurgindo-se contra o preconceito de se reservarem ‘as sciencias e os cargos’ para os brancos: ‘querem que um pobre homem de cor não passe de um simples artista’; ‘querem antes dar-lhe uma esmola do que franquear-lhe aquellas condecorações, e lucros, que por direito lhe pertencem: eu não tenho descançado; hei de ser sempre victima desses soberbos, porém, jamais serei humilde com elles’. Era a voz do bacharel de cor fazendo-se expressão já arrogante dos seus próprios direitos. Querendo livrar-se quase revolucionariamente da subordinação do branco (FREYRE, 2004, p. 28).

E os exemplos continuam, como as lutas do advogado, militante e revolucionário *José da Natividade Saldanha*, mulato; as figuras emblemáticas dos *engenheiros Rebouças*, negros; a ação do filósofo socialista, *Antonio Pedro de Figueiredo*, o “Cousin Fusco”, mulato, entre tantos outros. História de bacharéis que eram pobres, sem recursos próprios, sem protetores políticos para chegarem à Câmara, que se formaram graças “ao esforço heroico da mãe quitandeira ou do pai funileiro”, que precisava do “casamento com moça rica ou de família poderosa” para se consolidar numa sociedade estratificada.

Diz-se de alguns moços inteligentes, mas pobres ou simplesmente remediados, que não foi de outro jeito que chegaram a deputado às cortes e a ministro do Império. Uns, de nome bonito, ou sonoro, a quem só faltava o calor da riqueza ou do poder para se enobrecerem ou ganharem o prestígio. Outro, de nome vulgar, que, ligando-se pelo casamento com moças de nome ilustre os filhos do casal adotaram o nome da família da mãe (FREYRE, 2004, pp. 722-723).

Caso contrário, tinham de contar apenas com “a pena, com a palavra e com a ação”, citando Gilberto Amado, em “nome do pensamento liberal”, para fazer acontecer a abolição e a República (FREYRE, 2004, p. 724).

Tabela 1 – Alguns dos exemplos de mulatos e negros citados por Gilberto Freyre ao longo do livro *Sobrados e Mucambos*

Nome	Nascimento / Morte	Profissão	Índice onomástico FREYRE, 2004, pág.:
Padre Antonio Vieira	Lisboa, 1608 – Bahia, 1697	Padre	474, 482, 488, 528, 844
Henrique Dias	Pernambuco, sem registro – 1662	Líder militar	488, 534
João Fernandes Vieira	Funchal, 1613 – Pernambuco, 1681	Senhor de engenho, militar	112
Antonio Francisco Lisboa, Aleijadinho	Pernambuco, 1730 ou 1738 – 1814	Escultor	517, 730, 731, 772, 805
Domingos Caldas Barbosa	Rio de Janeiro, 1739 – Lisboa, 1800	Padre, poeta e músico	805
Manuel Inácio da Silva Alvarenga	Minas Gerais, 1749 – RJ, 1814	Poeta	188, 718, 759, 760, 805
Pedro da Silva Pedroso	Pernambuco, 1770 – RJ, 1849	Militar; insurreto de Pernambuco	726, 728, 752, 753
Jacinto Suriano Moreira da Cunha		Advogado	753
Francisco Jê Acaiaba de Montezuma, Visconde de Jequitinhonha	Salvador, 1794 – RJ, 1870	Advogado, político	801, 805, 814
José da Natividade Saldanha	Pernambuco, 1796 – 1830	Advogado	723, 728, 770, 805, 814
Ana Romana Lopes do Nascimento	1781 – ?	Conjuração baiana, 1798	756
José Félix		Conjuração baiana, 1798	756
João de Deus Nascimento	Salvador, Bahia, 1771 – Salvador, 1799	Alfaiate; Conjuração baiana, 1798	756
Joaquim Joze de Santa Anna		Barbeiro; Conjuração baiana, 1798, delator.	757
Henrique Félix de Dacia	Recife – Maranhão	Advogado, juiz	28, 852
Francisco de Paula Brito	Rio de Janeiro, 1809 – RJ, 1861	Jornalista	160
Filipe Nery Colaço	Pernambuco, 1813 - ?	Advogado, engenheiro	762
Antonio Pedro Figueiredo	Pernambuco, 1814/1822 – 1859	Filósofo, o “Cousin Fusco”	98, 156, 162-164, 174-175, 853
João Maurício Wanderley, Barão de Cotegipe	Bahia, 1815 – Rio de Janeiro, 1889	Advogado, político	789, 795

Joaquim Saldanha Marinho	Pernambuco, 1816 – RJ, 1895	Advogado, político, jornalista	96-98, 487, 772, 805, 811
Antonio Vicente do Nascimento Feitosa	Recife, 1816 – Recife, 1868	Advogado, jornalista e político	162, 164
Antonio Gonçalves Dias	Maranhão, 1823 – Guimarães, 1864	Advogado, poeta	196, 230, 728-730, 790, 798, 805, 809
Luís Gama (Luís Gonzaga Pinto da Gama)	Salvador, 1830 – SP, 1882	Escritor, Advogado	96-98, 802, 811
João Alfredo Correia de Oliveira	Pernambuco, 1835 – RJ, 1919	Advogado, Ministro	723-724
Francisco José do Nascimento, o dragão do mar	Ceará, 1839 – 1914	Líder jangadeiro, abolicionista	412
André Rebouças	Bahia, 1838 – Funchal, 1898	Engenheiro	98, 801-802, 805
Antônio Pereira Rebouças Filho	Bahia, 1839 – São Paulo, 1874	Engenheiro	98, 801, 805,
Joaquim Maria Machado de Assis	Rio de Janeiro, 1839 – Rio de Janeiro, 1908	Escritor	160, 734, 790, 795, 798, 805
D. Silvério Gomes Pimenta	Minas Gerais, 1840 – Minas Gerais, 1922	Arcebispo de Mariana	790
D. Luís Raimundo da Silva Brito	Maranhão, 1840 – Pernambuco, 1915	Arcebispo de Olinda	790
Francisco Glycerio de Cerqueira Leite	São Paulo, 1846 – Rio de Janeiro, 1916	Advogado, político	487, 790, 811, 814
José Carlos do Patrocínio	Rio de Janeiro, 1853 – Rio de Janeiro, 1905	Jornalista	98, 801, 811
Domício da Gama	Rio de Janeiro, 1862 – Rio de Janeiro, 1925	Jornalista, diplomata, escritor	734, 790
Tito Lívio de Castro	Rio de Janeiro, 1864 – Rio de Janeiro, 1890	Médico, ensaísta	98, 623, 690, 795, 805, 823
Nilo Procópio Peçanha	Rio de Janeiro, 1867 – Rio de Janeiro, 1924	Advogado, político	725, 790, 793, 811
Juliano Moreira	Bahia, 1872 – Petrópolis, 1932	Médico psiquiatra	790, 802, 805
Auta de Souza	Rio Grande do Norte, 1876 – Natal, 1901	Poetiza	795

Fonte: FREYRE, 2004, p. 951-968 – Índice onomástico.

Gilberto Freyre defende a tese de um país que vai se formando sob a estrutura de um povo novo, ainda que enverede para a sugestão de que aqui, os preconceitos, a violência, a marginalização contra o negro, indígena ou pobre tenha sido “mais suave do quem em outros países”. Mas, o que se destaca neste texto é a ideia de que Freyre não deixou de reconhecer a dificuldade da ascensão desses brasileiros, quando biografias eram citadas e, principalmente, apontar que já não é possível esconder estes personagens reais em ascensão. Portanto, devem ser valorizados e retomados em sua trajetória de lutas e enfrentamentos para que um novo país, justo e igual, se dê para todos. Eis o que a atual teoria decolonial também propõe, de se pensar o lugar epistêmico de negro nesta sociedade (BERNARDINO-COSTA e GROSFOGUEL, 2016).

E, agora, acrescenta-se a especificidade da trajetória do dr. Agostinho José de Oliveira Machado, o bacharel negro, alguém que enfrentou preconceitos, defendeu sua moral e seus méritos, denunciou injustiças e lutou, com seu “pergaminho”, do qual tanto se orgulhava, pela igualdade política e, conseqüentemente, igualdade social.

Agostinho José de Oliveira Machado, um bacharel negro no século XIX

Na manhã do dia 07 de novembro de 1852, na pequena vila de São José dos Pinhais, distante uns 15 km de Curitiba, sul da província de São Paulo (atual Paraná), aconteceu um tiroteio antes do início da eleição para *eleitores*, entre membros dos dois partidos políticos, liberal e conservador, ocasionando a morte de sete pessoas e mais dezesseis feridos e que foi notícia nos jornais do Brasil todo, merecendo inclusive um comentário por parte de D. Pedro II, na abertura dos trabalhos legislativos da Assembleia Geral no Rio de Janeiro no ano seguinte e sendo lembrado o episódio pelo primeiro presidente da nova Província do Paraná, Dr. Zacarias de Goes e Vasconcellos, em 1855. Além da barbárie, chamou à atenção a presença de um personagem, o “negro bacharel”, chamado assim pela acusação do delegado de polícia de Curitiba, na qual se percebe, de antemão, a conotação preconceituosa, e de que ele teria sido um dos líderes da batalha (MACHADO, 1861; ALVES, 2014). Como visto, o bacharel não foi chamado pelo nome, mas pelo título acadêmico e pela cor da sua pele. Portanto, quem seria esse “negro bacharel”, em 1852, no momento da luta política em São José dos Pinhais?

Era *Agostinho José de Oliveira Machado*. E a única biografia encontrada sobre o bacharel está no *Diccionario Bibliographico Brasileiro* de Sacramento Blake, de 1883:

Agostinho José de Oliveira Machado. Foi natural da província de São Paulo, e aí faleceu, ainda moço, sendo formado em sciencias sociaes e jurídicas pela faculdade da mesma província, exercendo a profissão de advogado, e o magistério como professor primário. Escreveu: *A facção saquarema: considerações políticas do bacharel Agostinho José de Oliveira Machado*. Santos, 1851, 119 págs. *O futuro do partido liberal na província de São Paulo: considerações políticas de Agostinho José de Oliveira Machado*. S. Paulo, 1861, 22 págs. (BLAKE, 1883, p. 16).

Agostinho, portanto, foi mais uma personalidade emblemática de ascensão social, do negro, do mulato, do bacharel, como demonstrou Gilberto Freyre sobre o século XIX e, ao mesmo tempo, como se verá adiante, exemplo de um homem que teve

de enfrentar de forma veemente os “preconceitos de branquidade” e, principalmente, teve de dar razões, constantemente, de sua capacidade intelectual e moral.

A metodologia utilizada, então, para entender melhor a biografia do Dr. Agostinho foi pesquisar em fontes primárias sobre o que se pode encontrar sobre sua pessoa e acompanhar o nome do bacharel através da hemeroteca disponibilizada pela Biblioteca Nacional, procurando as referências que apareciam nos jornais de época sobre sua atuação profissional e seus artigos, além de ler suas duas obras publicadas, disponíveis na Biblioteca Brasileira Mindlin da Universidade de São Paulo (USP).

Biografia de Agostinho

Agostinho nasceu em Santos, litoral paulista, porém não foi ainda possível identificar a data de seu nascimento (provavelmente teria nascido na década de 1810) e nem o nome e o status social de seus pais e familiares. Consta ser irmão de Joaquim Luiz Marques (*Correio Paulistano*, 15/11/1864)².

Diz Agostinho sobre si mesmo:

Sou filho do povo, (...) humilde nascimento, (...) enfeitado da fortuna, e pertencendo a uma classe tão espezinhada, e para a qual ainda não soou a hora da redenção política, não posso invocar em meu abono prestígio de família, pois que abri os olhos no albergue da pobreza, e a pobreza neste *vale de misérias* não tem títulos à proteção dos contemporâneos, e antes os inimigos se lhe surdem gratuitos a cada canto, para armados da calúnia fisnar-lhe a reputação, e envenenar lhe a vida! Devo morrer, como tenho vivido, pois que tenho vivido, como nasci, sempre pobre, e com o povo, (e nisso consiste o meu brasão); mas o povo achará em mim um dos seus mais extremados defensores (MACHADO, 1851, pp. xiv-xv).

Também, não foi encontrado onde estudou e nem como conseguiu entrar para a faculdade de Ciências Sociais e Jurídicas em São Paulo. Mas, concluiu e foi diplomado no dia 11/11/1843, turma 12³. Seria o único negro da turma? Posteriormente, Agostinho dizia exercer uma “profissão honrosa na sociedade”, a advocacia, e também, sobre os ganhos dessa profissão, concluía: “me contento com essa migalha de meios, que a sorte põe à minha disposição” (MACHADO, 1851, p. xiv). E, ao que se percebe, foi assim até o fim de seus dias.

Depois de formado, de acordo com suas próprias informações publicadas no seu último livro, de 1861, ele foi sempre árduo militante no partido liberal, prestando

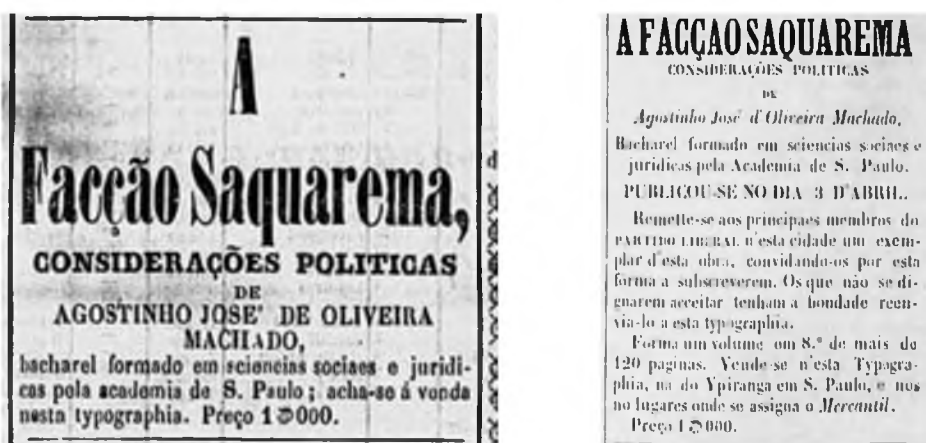
serviços ao mesmo, escrevendo artigos políticos, morou por três anos no Rio de Janeiro, provavelmente entre 1844 a 1846, onde auxiliou o dr. Martim Francisco Ribeiro de Andrada (Filho), da importante família Andrada, chegando a escrever e ajudar como redator chefe do jornal *Nacional*, dessa família. Teria sido a sua ligação com a família Andrada, também da cidade de Santos, que lhe abriu as portas para o estudo? Em 1846 serviu no cargo de Procurador Fiscal Interino da Fazenda. Ao voltar para Santos, passou a escrever em periódicos locais e afirma que foi eleito vereador em sua cidade natal com 240 votos (mas sem dizer o ano de tal acontecimento) (MACHADO, 1861), além de advogar⁴.

Nesta volta a Santos, se pôs a escrever o livro *A facção saquarema, considerações políticas*, publicado em 1851. Provavelmente esse livro ampliou para ele novas possibilidades de trabalho no meio político e intelectual.

A facção saquarema, considerações políticas, 1851

Em 1851 lança, então, o livro *A facção saquarema, considerações políticas*. Typ. Imparcial de F.M.R. d'Almeida [Francisco Manuel Raposo de Almeida], 1851, 102 páginas.

Figura 1



Fontes: *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, 12/04/1851; *O Mercantil*, Santos, São Paulo, 05/04/1851.

Este livro é o resultado de suas reflexões sobre a política partidária no Brasil na década de 1840.

Na *introdução*, o autor apresenta o objetivo de sua obra que era entender a diferença entre os chamados partidos políticos brasileiro, o conservador (saquarema) e o liberal (luzia), bem como a situação política nacional, na qual ambos disputam o poder. De acordo com o autor essas reflexões foram possíveis graças aos seus três anos em que viveu no Rio de Janeiro, de suas observações do Parlamento, de suas atividades no jornal *Nacional*, de seu contato com personalidades importantes, como o desembargador e deputado Joaquim Nunes Machado, um dos líderes da Revolução Praieira em Pernambuco, entre 1848-1849, morto em combate e da qual teve profunda admiração por seus ideais liberais. Enfim, os anos na capital do Império foram fundamentais para se pensar a política nesse país.

Na *primeira parte* do livro, intitulado *A facção saquarema*, comenta sobre os partidos políticos na França e Inglaterra, da figura de seus líderes e como cada partido existe para defender determinados ideais e sendo diferentes entre si. No Brasil, entretanto, os ideais partidários eram muito confusos, desorganizados e seus líderes acabavam apenas galgando postos públicos na Corte e/ou o Senado vitalício. Como interpretar, então, os partidos políticos no Brasil? Que diferenças há entre eles, já que disputam ferozmente o poder no Rio de Janeiro e em suas respectivas províncias? Daí, Agostinho aponta serem aqui, os partidos, ainda facções. Se fossemos perguntar o que defende um saquarema e qual seu programa político, ele responderia: “sustentar a constituição, morrer pela monarquia, defender a ordem pública e proteger os cidadãos”. Quanto ao liberal: “defender as liberdades públicas, proteger os direitos do povo, respeitar a constituição e a forma de governo por ela reconhecida” (MACHADO, 1851, p. 10). Enfim, expressam os mesmos fins, por variantes diversas. Mas, para o autor, o que diferencia os saquaremas dos luzias no Brasil era a forma de governar. Daí, nesta *parte I* do livro, Agostinho critica contundentemente o modo de conduzir o governo por parte dos conservadores, que utilizavam de métodos autoritários e violentos para imporem seus objetivos e para manterem a ordem, citando, principalmente, o caso da revolta liberal de 1842 em São Paulo e Minas Gerais e a revolução praieira de 1848/49 em Pernambuco, em que os liberais foram sufocados ou mortos. E conclui: “um (o saquarema) vive só de violências e arbitrariedades e o outro (o liberal) da moderação e meios pacíficos de governar” (MACHADO, 1851, p. 21).

Na *parte II* do livro, Agostinho faz uma análise do chamado “terceiro” governo dos conservadores, assumido pelo ministério de 28/09/1848, com Pedro de Araújo Lima, o Visconde de Olinda, na qual destaca, principalmente, “as obras de violência”

que praticaram em especial na revolução praieira, literalmente reprimida pelos guabirus (saquaremas). O modo de governar dos saquaremas revelam que são facções, ao defenderem apenas interesses de grupos e a perseguirem e “destruírem” seus opositores.

Na *parte III*, Agostinho analisa a eleição de 1849 para a nova Câmara geral no Rio de Janeiro, como um ato de inúmeras arbitrariedades dos conservadores por se fazerem valerem da força por estarem no governo e assim utilizarem de todos os meios, inclusive violentos, para vencerem as eleições nas províncias, formando uma Câmara unânime, o que seria uma afronta à democracia.

Só o fato da existência de uma câmara unânime, fenômeno nunca visto na história parlamentar dos países constitucionais, é a mais formal acusação, que tem contra si o governo, de haver influído diretamente nas eleições – e este escândalo sem exemplo, pondo em sua dependência a filha bastarda das urnas, converte a câmara numa verdadeira fantasmagoria de representação nacional (MACHADO, 1851, pp. 55-56).

E continua suas reflexões sobre o momento político brasileiro do início da década de 1850, em suas relações internacionais, em especial com a Inglaterra e Argentina, na qual os conservadores estavam a envergonhar o país com a postura da inércia.

Por fim, o autor defende a importância do partido liberal e das razões do porque o partido, por vezes, tem de se “agitar” quando “descido do poder”. Isto é necessário “porque o nome de cada ministro saquarema significa uma ameaça contra as instituições do país, ou antes, representa um atentado contra tudo que há de respeitável, e sagrado entre os brasileiros” (MACHADO, 1851, p. 62). As revoluções, “liberal” e a “praieira”, por exemplo, foram necessárias devido ao “perigo” de se deixar o governo nas mãos dos saquaremas e o perigo das nomeações de personalidades arbitrárias para as províncias. E termina seu livro analisando a conjuntura política da década de 1840, os ministérios, a guerra civil com o Rio Grande do Sul, na Alagoas, enfim, e sempre tendo em vista o modo de ação dos saquaremas e o modo de ação dos luzias, comparando sempre quando um e outro estavam no poder, e conclui que o partido político brasileiro deveria ser, através de seus líderes, sob a monarquia constitucional, sem dúvidas, o liberal.

Assim, um livro que defendia de forma veemente o seu partido político, apesar de apontar as falhas do sistema político brasileiro, considerando ainda aqui todos como facções, isto é, grupos específicos com interesses próprios, independente, por vezes, da

ideologia partidária. Mas, para Agostinho, apenas os liberais teriam condições de realizar as mudanças significativas para a nação.

Novos rumos para Agostinho

Após a publicação deste livro, novas oportunidades aconteceram a Agostinho, como a de ser candidato a deputado provincial de São Paulo, nos anos de 1852 e de 1854, pelo partido liberal, entretanto, os resultados lhe proporcionaram ser apenas suplente.

Tabela 2 – Resultado eleitoral do Dr. Agostinho para deputado provincial de S. Paulo

Deputado	Votos	Legislatura	Situação
Agostinho José de Oliveira Machado	253	9ª Legislatura – 1852/1853	Suplente
Agostinho José de Oliveira Machado	146	10ª Legislatura – 1854/1855	Suplente

Fonte: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Secretaria Geral Parlamentar. Departamento de Documentação e Informação. Acervo Histórico. Base de Dados. Império – Deputados. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/acervo-historico/base-de-dados/imperio/imperio_deputados.html>. Acesso em 15.jan.2020.

No ano de 1852, como visto acima, Agostinho foi auxiliar como advogado dos liberais nas eleições para *eleitores* na pequena localidade de São José dos Pinhais, na qual se envolveu na batalha que ocasionou mortos e feridos e que teve de responder judicialmente sobre o ocorrido no dia. Em relação às acusações contra ele, assim se refere ao episódio, no seu livro de 1861:

E já que falei na minha pessoa cumpre-me esclarecer ao público, que nas disputadas eleições de *eleitores* em S. José dos Pinhais, hoje parte da Província do Paraná, onde me achei presente, e assisti ocularmente a essa sanguinolenta tragédia, só daí me retirei, quando vi mortos os Juizes de Paz Pereira [Manoel Alves Pereira], a quem fui guiar na mesa da eleição, Cruz [Custódio Teixeira da Cruz, 4º juiz de paz], e outros muitos votantes, e a minha sobrecasaca ficou salpicada com sangue desse mártir dos seus deveres, o desafortunado Manoel Alves Pereira!!! Fui injustamente acusado de ter sido o causador dessa cena de horrores, com a voz de – avança liberais, eu não conhecia ninguém nessa Vila, e por isso é falso, que eu mandasse avançar liberais (MACHADO, 1861, pp. 9-10).

Agostinho era o advogado que foi designado para ir a esta localidade no dia 6 de novembro para ajudar os liberais⁵ na eleição do dia seguinte, porém, no dia da eleição,

devido ao tiroteio, em que quase foi atingido pelas balas, acabou se retirando, e foi acusado por Joaquim Ignácio Silveira da Motta⁶, chefe de polícia em Curitiba, de ser um dos líderes deste episódio. Ele, entretanto, se defende desta acusação e, principalmente, do racismo proferido pelo delegado de Curitiba e seus correligionários, que o chamaram, entre outras, de “pretinho” e “negro”, ao que se percebe, pejorativamente. E assim Agostinho termina o artigo contestando, inclusive, a formação e até a “branquidade” do próprio delegado doutor Motta:

(...) E já que o Sr. Joaquim Motta esforçou-se por ludibriar-me por não ser branco, sem se lembrar que possui um pergaminho dado por uma academia, ao passo que ninguém é capaz de dizer que jeito tem a sua carta de médico obtida lá pela Alemanha, Deus sabe como, lembro a esse indivíduo e ao seu digno irmão [José Ignácio Silveira da Motta, deputado provincial por São Paulo e, depois, senador] que se informem a respeito de certo pardo que do Brasil foi a Portugal, e de lá não voltou, por isso que esse pardo tinha parentes na Bahia, hoje espalhados nesta província, que devem ser conhecidos de todos os srs. Mottas. O Sr. barão de Iguape [Antônio da Silva Prado] sabe a fundo destas cousas, e pode dar amplas informações aos Srs. Mottas acerca desse pardo muito notável pela figura, que hoje fazem os seus descendentes na política do país, querendo ser fidalgos de sangue azul, quando não passam de paus de laranjeiras, como nós todos somos neste império. Esse pardo era avô desses figurões a quem me refiro! (...) Felizmente minha vida política não tem manchas, e não troco meu nome, e nem minha posição de pardo pelo nome e posição desses brancos, que por suas ações estão muito abaixo não só dos pardos, como ainda de todos os pretos que sabem prezar sua honra, e não são carrascos dos seus concidadãos! – Santos, 01/04/1853. Dr. Agostinho José de Oliveira Machado (*Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, 30/09/1853).

Como visto, Agostinho tinha de se defender contra preconceitos e reafirmar sua capacidade intelectual e moral, e denunciar, igualmente, os “carrascos dos seus concidadãos” que utilizavam da escravidão, outro mau moral de nossa nação. Além de lembrar aos seus acusadores a origem dos mesmos, referindo-se ao avô pardo da família Motta⁷.

No ano de 1853, em Santos, Dr. Agostinho iniciou a publicação do jornal *O Paranapiacaba*, em sua cidade natal, sendo que a primeira folha saiu no dia 20/01/1853, impressa na *Tipografia Comercial*, pertencente à *Revista Comercial* de propriedade do médico alemão Guilherme Délius. Era um jornal “político, noticioso e literário”. Porém, não foram encontrados os seus exemplares, mas apenas discussões que Agostinho teve com Guilherme Délius sobre as formas de pagamento das impressões (*Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, 30/03/1854). O periódico durou apenas um ano. Consta,

ainda, que foi Redator Chefe do *Precursor*, publicado em 1851⁸, mas também não foram encontrados seus exemplares. Em 1855 chegou a ser promotor público interino da comarca de Santos (*Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 28/01/1855).

É provável que a partir de 1857 tenha residido na capital São Paulo, sendo professor público de primeiras letras e com atividades na área do direito. Mas, um fato polêmico ocorreu em sua vida no ano de 1860 quando foi impedido de ser qualificado como votante pelo seu próprio partido político na capital paulista. Fato que provocou sua mudança de agremiação partidária, deixando-o extremamente descontente com seus correligionários. E, para justificar sua mudança de partido político, escreve o livro *O futuro do partido liberal na província de São Paulo*.

Afinal, ao buscar sua qualificação como votante, dizia apenas querer exercer seu “direito constitucional” e, nesse sentido, apresentou todos os documentos necessários para se qualificar como votante, como a residência na cidade, já há três anos, e o exercício da advocacia, que lhe proporcionava o ganho de 1:000\$000 réis por ano, mas, mesmo assim, foi rejeitado pela mesa de qualificação.

O futuro do Partido Liberal na Província de São Paulo, 1861

Em 1861 publicou, então, seu segundo opúsculo, com 22 páginas, *O futuro do Partido Liberal na Província de S. Paulo. Considerações Políticas de Agostinho José d'Oliveira Machado*, S. Paulo, *Typographia Litteraria, Rua do Imperador*, n.12⁹.

O livro possui uma introdução e mais três artigos. Na *introdução*, Agostinho relembra suas ações políticas em prol do partido liberal, destacando seus méritos e reforçando a motivação principal de se escrever o livro, do descontentamento para com o seu, agora, ex-partido e para com seus líderes.

Um passo, que dei na minha carreira política, e do qual não me arrependo, foi a solene declaração, que fiz no *Monitor* n.3 de 10 de agosto do corrente ano [1861], que desde 7 de setembro p. [1860] pertencia ao partido conservador: é justo que eu exponha ao país, que tem de julgar, quais os motivos, que atuaram no meu ânimo para este passo, que tem sido acremente censurado por alguns amigos meus, pertencentes ao lado liberal.

Liberal ainda no tempo, que frequentava as aulas de preparatórios na Academia de S. Paulo, porque já colaborava o *Observador Paulistano*, continuei a militar debaixo das bandeiras desse partido, não só escrevendo vários artigos políticos, como ainda prestando-lhe importantes serviços (MACHADO, 1861, p. iii).

Agostinho destaca, ainda, algumas personalidades com quem trabalhou, os jornais em que publicou artigos políticos e literários, como *Marmota Fluminense*¹⁰, *Honra*, *Ypiranga*, *Pyralampo*, *Publicador Paulistano*, *Cruzeiro do Sul*, jornais liberais, além dos trabalhos que realizou, como em São José dos Pinhais em 1852, eleições de que participou, como forma de mostrar suas atividades como militante de um partido, bem como de seus ideais (MACHADO, 1861, p. iv). Tudo, como pano de fundo, para comprovar sua capacidade intelectual, suas virtudes, seus atos cívicos em prol do partido que, agora, lhe negava a qualificação como votante na cidade de São Paulo.

Agostinho foi impedido de ser votante pela mesa qualificadora conduzida por Francisco José de Azevedo, que se opôs à sua qualificação “sob frívolos pretextos”. Nesse sentido, após tentativas frustradas com os liberais, acabou sendo qualificado para votante pelos conservadores, em especial pelos senhores Hypolito José Soares de Sousa e tenente coronel Manoel Antonio Bittencourt, e com quem votou nas eleições de 7 de setembro e 30 de dezembro de 1860 e para os *eleitores* da Freguesia da Sé em 1861. Enfim, Agostinho queria exercer seu direito constitucional de votar.

E finaliza, em sua *introdução*, com a denúncia política contra a seguinte prática dos liberais paulistas, sobre o “fatal sistema do *filhotismo e bairrismo da ninhada do Piques*”¹¹ que impede que cidadãos qualificados, com méritos e virtudes, participem igualmente da política, numa crítica às famílias que estão arraigadas no poder e na pérfida escravidão, representada pela região do Piques em São Paulo, e do seu bairrismo, que igualmente impede que pessoas de “fora” participem da política. E conclui não ter medo das represálias pelo opúsculo que estava a lançar: “não tenho medo dos piões dos filhotes, nem dos anátemas do Vaticano do Piques” (MACHADO, 1861, p. v), demonstrando, assim, sua convicção política cidadã e sua personalidade forte.

Quanto ao *primeiro artigo* no seu livro de 1861, continua a falar sobre sua vida e da injustiça que seu próprio partido fez para com ele. Enfim, que futuro tem um partido que se fecha aos seus correligionários virtuosos, possuidores de títulos acadêmicos e de atividades relevantes, privilegiando, apenas seus “filhotes” e seu “bairro”? Este partido está, logicamente, fadado ao insucesso.

No *segundo artigo*, Agostinho defende que à província de São Paulo falta um líder político, um “chefe”, como foi o brigadeiro Raphael Tobias d’Aguiar, “paulista honrado, talhado à guisa de Amador Bueno da Ribeira”. Para ele, Tobias d’Aguiar conduzia de forma isenta o “recrutamento” de candidatos aos cargos políticos, não era

“bairrista” e nem adepto ao “filhotismo”, diferente do que fazem os novos “chefes” liberais, a quem Agostinho não mais os reconhece; todos, de alguma forma, não possuíam mais a qualidade de serem bons chefes liberais, muitos deles apenas interessados em defender seus interesses particulares, de utilizarem do “sistema do *filhotismo*” para formarem chapas de candidatos apenas com seus favorecidos. Agostinho reclama, também, de vários homens “talentosos” terem sido deixados de fora da chapa da última eleição para deputado provincial em São Paulo, inclusive ele mesmo, isto feito pelo coronel Joaquim Floriano de Toledo, a quem chama de “sr. Florianal”. E diz, “do alto do Piques foi fulminada a nossa exclusão!!!” (MACHADO, 1861, p.12). Enfim, era “fulminada” qualquer tentativa de “oxigenação” para o partido liberal. Dessa forma, alienando “do partido liberal a muitos moços talentosos” os novos “chefes” vão “assassinando atroz, e calculadamente o futuro do partido liberal na província”, com o “espírito do *filhotismo e bairrismo*” que predomina tanto nas eleições como nos empregos públicos. Contra isso, Agostinho defende o mérito e a virtude, de qualquer brasileiro (provavelmente se referindo a questão racial), tanto para cargos eletivos, como para cargos públicos e militares em geral.

No *terceiro artigo* de seu livro, Agostinho demonstra que, o que está a acontecer com os liberais em São Paulo, não os qualifica mais como um partido político, portanto, seriam apenas uma facção. Para ele, partido é “uma reunião de indivíduos, a cuja testa se ache um chefe prestigioso, que saiba traduzir em atos as ideias e os princípios políticos e torná-los numa realidade, saindo fora dessas idealidades e utopias, que não podem atingir ao fim almejado” (MACHADO, 1861, p. 16). Com isso posto, Agostinho apresenta brevemente a ação partidária na Europa e no Brasil, além de reforçar sua opinião citando autores clássicos como Jean-Jacques Rousseau, Aléxis de Tocqueville e juristas.

E conclui, voltando ao problema da exclusão das listas de votação de indivíduos talentosos, de pessoas que realmente possuem capacidades comprovadas por suas práticas políticas, de que isso decreta o fim de um partido.

Supor, que hoje se possa fazer prosperar a Província de S. Paulo, afastando do seio da representação provincial aqueles, que tem direito a um assento por seu acrisolado patriotismo, talentos, e serviços meritórios a ela prestados, seria fazer falsa suposição. Uma Assembleia composta só dos filhotes da ninhada florianal seria soberanamente absurda, e ridícula (MACHADO, 1861, p. 22).

Enfim, Agostinho lança seu segundo livro como desabafo contra seu próprio partido político.

O fim de sua carreira

Depois dessa trágica experiência na cidade de São Paulo, provavelmente ele se dirigiu à cidade de Limeira, na mesma província, onde continua a atuar como advogado. Em 1864, por exemplo, consta estar atuando em processos jurídicos (*Correio Paulistano*, São Paulo, 04/11/1864), além de suas atividades políticas partidárias. O que chama a atenção, entretanto, é o seu retorno ao partido liberal. Novamente, percebe-se, pelas publicações, sua adesão ao partido que sempre defendeu.

No jornal *Correio Paulistano*, Agostinho publica inúmeras “*Necrologias*”, como a de José Bonifácio de Andrada¹², líder liberal, seu amigo e que sentia muito seu passamento e na qual lembrava que Santos era o berço dos Andrada; e do falecimento de José Innocêncio Alves Alvim, de Iguape (*Correio Paulistano*, São Paulo, 19/11/1864); do conselheiro Manoel Joaquim de Amaral Gurgel, seu professor na faculdade (*Correio Paulistano*, São Paulo, 30/11/1864); de José Antônio da Silva Viveiros Costa, empregado público da alfândega em Santos, seu amigo (*Correio Paulistano*, São Paulo, 01/02/1865); de Antônio Luiz da Rocha Camargo, juiz municipal suplente em Limeira, membro do partido liberal, seu amigo (*Correio Paulistano*, São Paulo, 18/02/1865).

Em Limeira, Agostinho, junto com outras autoridades municipais, fez um discurso de louvor aos voluntários da pátria da cidade, falou sobre os perigos que o país passava com o início da guerra contra o Paraguai e deu “vivas ao Imperador, à família Imperial, aos supremos poderes nacionais, e aos voluntários da pátria e ao bravo povo brasileiro” (*Correio Paulistano*, São Paulo, 21/02/1865). Em outubro, seu nome aparece numa lista de sugestão para concorrer a deputado provincial no 3º Distrito Eleitoral de São Paulo, representando agora a cidade de Franca, para a qual tinha mudado (*Correio Paulistano*, São Paulo, 01/10/1865 e 18/10/1865), mas, ao que se percebe, não recebeu votos.

Teria, ainda, composto “uma farça [farsa] – *O Fazendeiro* – que dedicou ao sr. Antonio Augusto Botelho, e entregou-lhe para em tempo competente ser levado à cena” (*Correio Paulistano*, São Paulo, 24/11/1864), demonstrando seu interesse pela literatura.

Dr. Agostinho faleceu em Batataes, São Paulo, em 25/10/1866, em “pobreza completa”, por não poder mais advogar devido à doença. Foi encontrado morto em uma pequena casa em que habitava.

A notícia de sua morte traz ainda, mais algumas informações sobre a vida de Agostinho:

Franca, 25 de outubro de 1866. Comunicam-nos que falecera em Batataes o dr. Agostinho José de Oliveira Machado. De há muito que vivia doente. Não são certamente desconhecidos os serviços que o ilustre doutor prestou ao país. Serviu como promotor público da comarca de Santos, donde era natural, e quando na tribuna judiciária, sabia, pelo seu luminoso talento e reconhecida eloquência prender a atenção dos ouvintes. Distinguia-se nos debates, nos quais revestia-se de grande calma, elucidando as questões mais intrincadas com toda prontidão – nada deixando a desejar. Naquela cidade de Santos se conservou por algum tempo, estimado de todos, e admirado por seu brilhante talento. Repentinamente de lá retira-se, vem à S. Paulo, onde vimo-lo em estado de miséria! Dizia-se que ele havia enlouquecido. Não se conservou muito tempo neste estado. Um seu colega acolheu-o em sua habitação, onde obteve melhoras de seu incomodo. Pouco tempo aí se demorou. Veio a Limeira onde serviu como promotor interino; porém, já não era a mesma inteligência de outrora, suas palavras já não tinham a mesma força, suas ideias eram como que completamente emaranhadas. Dali veio para esta cidade [Franca] onde teve ocasião de ir à tribuna judiciária, onde nada fez; o brilho de sua inteligência ia-se pouco a pouco sumindo. Daqui foi a Batataes, continuando a advogar, porém, ultimamente já ninguém o procurava, porque reconheceram-no inutilizado para semelhante mister. Ali faleceu o ilustre doutor em pobreza completa. Foi achado morto em uma pequena casa onde habitava. O dr. Agostinho sempre se distinguiu também como escritor público. Escrevia para diversos jornais tanto desta província como do Rio de Janeiro. Era liberal, propugnou sempre por esta ideia. Ass.: carta particular. (*Correio Paulistano*, São Paulo, 10/11/1866).

Enfim, a breve biografia de Agostinho aponta para a complexa vida de um negro com o título de bacharel no século XIX, vivendo praticamente sozinho e das rendas de seu trabalho. E, como assinalou Gilberto Freyre (2004), pode-se considerar que a vida do doutor Agostinho revela as novas tensões sociais que vão moldando o Brasil, igualmente, pela concretização de exposição de seu pensamento via publicação de livros e concretas ações de enfrentamento das desigualdades sociais e raciais.

Referências

ALVES, Alessandro Cavassin. Liberais e conservadores. A luta política em São José dos Pinhais em 1852. SEMINÁRIO NACIONAL SOCIOLOGIA E POLÍTICA, V,

2014, Curitiba, PR. *Anais do V Seminário Nacional Sociologia & Política*. Curitiba, PR: UFPR, 2014.

_____. *A Província do Paraná e sua Assembleia Legislativa (1853 a 1889)*. A força política das famílias tradicionais. Curitiba, PR: Máquina de Escrever, 2015.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. *Revista Sociedade e Estado*. V. 31, N. 1. Janeiro/Abril 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100015>. Acesso em 28.out.2020.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Vol.1. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano*. 15ªed. rev. São Paulo: Global, 2004.

MACHADO, Agostinho José de Oliveira. *A facção saquarema, considerações políticas*. Typ. Imparcial de F.M.R. d'Almeida, 1851.

_____. *O futuro do Partido Liberal na Província de S. Paulo*. Considerações Políticas de Agostinho José d'Oliveira Machado. S. Paulo, Typographia Litteraria, Rua do Imperador, n.12, 1861.

PULS, Mauricio. (2016). A intelectualidade negra do Império. *Pesquisa FAPESP*. Ed. 249, novembro/2016. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2016/11/18/a-intelectualidade-negra-do-imperio/>>. Acesso em: 16.fev.2020.

Jornais consultados, disponíveis na Hemeroteca digital brasileira:

O Philantropo: órgão da sociedade contra o tráfico de africanos, e promotora da colonização, e civilização dos indígenas. Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1851. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/717991/348>>. Acesso em 25.jun.2020.

O Mercantil, Santos, SP, 05 de abril de 1851. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/213527/265>>. Acesso em 25.jun.2020.

Correio Mercantil, Rio de Janeiro, 12 de abril de 1851. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/217280/4549>>. Acesso em 25.jun.2020.

O Grito Nacional, Rio de Janeiro, 10/12/1852. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/341185/1917>>. Acesso em 25.jun.2020.

Correio Mercantil, Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1853. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/217280/8042>>. Acesso em 25.jun.2020.

Correio Mercantil, Rio de Janeiro, 30 de março de 1854. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/217280/8769>>. Acesso em 25.jun.2020.

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1855. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_04/8077>. Acesso em 25.jun.2020.

O Republico, Rio de Janeiro, de 22 de outubro de 1855. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/332704/604>>. Acesso em 25.jun.2020.

Correio Paulistano, São Paulo, 04 de novembro de 1864. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/090972_02/410>. Acesso em 25.jun.2020.

Correio Paulistano, São Paulo, 15 de novembro de 1864. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/090972_02/442>. Acesso em 25.jun.2020.

Correio Paulistano, São Paulo, 19 de novembro de 1864. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/090972_02/463>. Acesso em 25.jun.2020.

Correio Paulistano, São Paulo, 24 de novembro de 1864. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/090972_02/478>. Acesso em 25.jun.2020.

Correio Paulistano, São Paulo, 30 de novembro de 1864. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/090972_02/498>. Acesso em 25.jun.2020.

Correio Paulistano, São Paulo, 01 de janeiro de 1865. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/090972_02/688>. Acesso em 25.jun.2020.

Correio Paulistano, São Paulo, 18 de fevereiro de 1865. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/090972_02/746>. Acesso em 25.jun.2020.

Correio Paulistano, São Paulo, 21 de fevereiro de 1865. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/090972_02/754>. Acesso em 25.jun.2020.

Correio Paulistano, São Paulo, 18 de outubro de 1865. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/090972_02/1551>. Acesso em 25.jun.2020.

Correio Paulistano, São Paulo, 10 de novembro de 1866. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/090972_02/2830>. Acesso em 25.jun.2020.

Correio Paulistano, São Paulo, 25 de julho de 1875, Secção Histórica. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/090972_03/6213>. Acesso em 25.jun.2020.

¹ *Sobrados e Mucambos* é o segundo livro do conjunto denominado por Freyre como “*Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*”, sendo o primeiro, *Casa-grande & Senzala*, de 1933, e o terceiro, *Ordem e Progresso*, de 1957. *Sobrados e Mucambos* apresenta o período imperial, entre 1822 a 1889, na qual destaca a decadência do patriarcado no ambiente rural e o desenvolvimento das cidades.

² *Joaquim Luiz Marques*, mestre da música, possuindo uma orquestra, em Limeira, São Paulo (*Correio Paulistano*, São Paulo, 06/06/1867).

³ Associação dos Antigos Alunos da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Antigos alunos. Disponível em: <http://www.arcadas.org.br/antigos_alunos.php?pagina=27&ano=>>. Acesso em 15.jan.2020.

⁴ *O Philantropo: órgão da sociedade contra o tráfico de africanos, e promotora da colonização, e civilização dos indígenas*, Rio de Janeiro, 17/01/1851. Consta ser advogado de defesa do português Valêncio Augusto Teixeira Leomil, acusado por desembarque ilegal de africanos livres na sua fazenda Perequê, em Santos. Eis um ponto nebuloso, Agostinho defendendo, no início de sua carreira, um possível traficante de escravizados.

⁵ *Correio Paulistano*, São Paulo, 25/07/1875, Secção Histórica. Agostinho José de Oliveira Machado estudou no início da década de 1840 com Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, Manoel Marcondes de Sá Ribas e Domingos Martins de Araujo, líderes liberais no Paraná. Provavelmente, a convite destes liberais, veio a São José dos Pinhais.

⁶ *Joaquim Ignácio Silveira da Motta* (Bahia, 1818 – Rio de Janeiro, 1891). Formado em Medicina, na Alemanha [título questionado por Agostinho José de Oliveira Machado]; vem para Curitiba para ocupar cargos públicos e casa-se com Maria Theolinda da Conceição Ribas, da importante família Ribas desta cidade. Teve vários cargos no Paraná, como o de delegado, inspetor e diretor de instrução pública, eleito deputado provincial e deputado geral. Seus filhos continuaram a atuar em funções públicas e políticas (ALVES, 2015, p. 410-411).

⁷ Sobre detalhes da batalha em São José dos Pinhais e da defesa de Agostinho, conferir os seguintes jornais: *O Grito Nacional*, Rio de Janeiro, 10/12/1852; *O Republico*, Rio de Janeiro, de 22/10/1855; entre outros textos.

⁸ História da Imprensa de Santos. Disponível em: <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0318z01.htm>>. Acesso em: 16.jan.2020.

⁹ Livro que se encontra na Biblioteca Brasileira Mindlim da USP, e de forma manuscrita é oferecido para o major *Gabriel Marques Cantinho*, chefe político da cidade de São Paulo, comendador, vereador e presidente da Câmara nessa localidade e que morava na Rua do Imperador, n.13, e, provavelmente, dono da *Typographia Litteraria*. Dr. Cantinho, em 1861, assumiu como Deputado provincial de São Paulo.

¹⁰ A revista *Marmota Fluminense* era de propriedade de Francisco de Paula Brito, “tipógrafo negro”, que formou uma “das maiores editoras do Segundo Reinado”. “Entre seus acionistas figurou o próprio D. Pedro II, que em 1851 lhe concedeu o título de impressor da Casa Imperial”. Paula Brito publicou, entre tantos outros trabalhos, obras dos escritores negros “Teixeira e Sousa e Machado de Assis” (PULS, 2016, p. 80), além de ser pioneiro no debate público sobre questões raciais. Portanto, Agostinho fez questão de lembrar que publicou num periódico importante e significativo para a intelectualidade negra, num país em que “o preconceito fechava muitas portas” (Idem) como destaca Maurício Puls.

¹¹ Sobre o *Piques*, é provável que esteja se referindo ao “Largo dos Piques” em São Paulo e aos líderes liberais que aí moravam. Era ali, também, que se dava o “espetáculo triste” onde se “realizava o leilão de escravos”, “ao meio dia, ao som do sino de São Francisco, no outro lado da encosta”. Em 1814 foi inaugurado no local o obelisco do Piques. Disponível em: <<http://bibliotecaclubeportuguessp.blogspot.com.br/2013/06/piques-o-primeiro-monumento-da-cidade.html>>. Acesso em 12.jun.2020.

¹² A princípio, José Bonifácio de Andrada e Silva faleceu em 06/04/1838, e seu sobrinho/neto José Bonifácio de Andrada e Silva, o moço, faleceu em 26/10/1886. Portanto, não foi possível identificar a que José Bonifácio de Andrada estava se referindo Agostinho em 1864.

Artigo recebido em 09 de julho de 2020.
Aceito para publicação em 11 de novembro de 2020.

**“EM BUSCA DOS ASILOS DO IRMÃO IGNACIO”:
IMPrensa E RELIGIÃO NOS SERTÕES DO IMPÉRIO
(1878)**

**“IN SEARCH OF BROTHER IGNACIO'S ASYLUMS”: PRESS AND
RELIGION IN THE HINTERLANDS OF THE EMPIRE (1878)**

Noemia Dayana de OLIVEIRA*

Resumo: As Casas de Caridade foram instituições educacionais e de acolhimento religioso que funcionou nos sertões do Norte Imperial de 1860 a 1883, sob a organização do padre José Antônio de Maria Ibiapina. Essas casas, também entendidas como “asilos”, tornaram-se conhecidas na Corte imperial devido o trabalho do irmão Ignacio, que foi designado a recolher esmolas, por ocasião da vulnerabilidade material causada pela seca de 1877. Dito isto, objetivamos analisar as sátiras do jornal *Revista Illustrada* a respeito dos asilos do beato, que tomou proporções consideráveis a partir da propaganda feita por esta gazeta, que resolveu enviar um correspondente para os sertões, com o propósito de averiguar a existência dos “asilos” ou determinar o fanatismo religioso daquela região.

Palavras-chave: Casas de Caridade; Revista Illustrada; Sertões.

Abstract: The Charity Houses were educational institutions and religious shelters that operated in the hinterlands of the Imperial North from 1860 to 1883, under the organization of Father José Antônio de Maria Ibiapina. These houses, also understood as "asylums", became known in the Imperial Court due to the work of Brother Ignacio, who was assigned to collect alms on the occasion of the material vulnerability caused by the drought of 1877. That said, we aim to analyze the satires of the journal *Revista Illustrada* regarding the asylums of the beato, which took considerable proportions from the propaganda made by this gazette, which decided to send an associate to the hinterlands, with the purpose of ascertaining the existence of the "asylums" or determining the religious fanaticism of that region.

Keywords: Charity Houses; Revista Illustrada; Hinterlands.

Introdução

As províncias do Norte imperial¹ conheceram o trabalho missionário do padre José Antônio de Maria Ibiapina na segunda metade do século XIX, impulsionado, entre outras coisas, pelas precariedades em que estavam inseridos os sertanejos dessas localidades. Com o intuito de abrigar meninas órfãs, as Casas de Caridade tornaram-se a principal obra deste sacerdote, o qual virou notícia na Corte através do periódico carioca *Revista Illustrada*. Diante disso, analisaremos as sátiras produzidas por este jornal a

* Doutoranda em História - Programa de Pós-graduação em História - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Porto Alegre, RS - Brasil. Bolsista CAPES. E-mail: noemia_oliveira@hotmail.com.

respeito de tal obra a partir das indicações metodológicas sugeridas por Luca (2008) acerca do uso de jornais na pesquisa histórica, isto é, o tratamento das fontes considerando principalmente os seus produtores e o contexto em que circulou. Através dessa análise, pontuamos a divergência entre o projeto da república emergente mencionados por Saliba (2012), e da *Revista Ilustrada* em específico, tratados por Mendes (2013), e as generalizações feitas acerca do sertão, em especial o do Norte Imperial (atual Nordeste), pontuados por Amado (1995) e Coser (2005). Com isso, o projeto do padre Ibiapina através das considerações feitas pelo periódico, que era representante da emergente intelectualidade republicana, como se intitulavam os “ilustrados”², foi considerado incapaz de motivar e transformar o país, haja vista a condição que os impuseram de fanáticos religiosos.

Nesse sentido, a força motriz das Casas de Caridade eram os leigos, a exemplo do irmão Ignacio, que se tornou o principal “esmoler” dessas instituições, uma vez que foi enviado ao Rio de Janeiro-RJ, com o intuito angariar mantimentos e dinheiro por ocasião de mortes e miséria, ocasionada pela grande seca de 1877. É através do trabalho que este beato realizou em prol das casas que a revista noticiou o projeto com escárnio, ridicularizando a figura do religioso – mal vestido, descalço e “fanático” – em contraposição a luxúria da Corte.

Este periódico fluminense dedicou páginas ao assunto das Casas a partir de uma ótica progressista republicana, muito comum na imprensa das últimas décadas do século XIX, cujo tom satírico era acompanhado de edições ilustradas que evidenciavam a decadência em que os simpatizantes da carcomida Monarquia (maioria católica) insistiam em defendê-la. Dito isto, o editor do periódico era Angelo Agostini, um ítalo-brasileiro que “carregou as tintas” nas críticas ao governo imperial, investindo na linguagem verbal e não-verbal durante a sua participação a frente do referido jornal.

A intelectualidade carioca da década de 1870 era abolicionista, liberal-democrata e tinha pretensões de modernizar o país, como Angelo Agostini e, conseqüentemente, a *Revista Ilustrada* defendiam. No entanto, essa modernização se orientou pelas concepções do determinismo biológico e étnico, acentuando estigmas, principalmente, àquelas populações que não se adequassem ao projeto político republicano, como por exemplo, os sertanejos. Entretanto, que não havia rigidez entre os letrados quanto as suas filiações teóricas, de modo que “positivismo, cientificismo, darwinismo social, spencerianismo, evolucionismo e outros tantos ismos foram

misturados numa receita que se prestava aos usos mais diferenciados” (SALIBA, 2012, p. 240).

Desse modo, a figura perambulante do irmão Ignacio na Corte tornou-se facilmente alvo das críticas do citado periódico e, portanto, do discurso republicano excludente, que investiu na política de branqueamento da sociedade brasileira, com vistas à “superação” dos negros, dos indígenas e dos sertanejos. Por isso, escritos como *Os Sertões* de Euclides da Cunha, foram expressões que revelou quem eram os sujeitos “indesejados” no projeto republicano. O irmão Ignacio, portanto, era o indesejado em função da promoção das Casas de Caridade na Corte e, conseqüentemente, o representante dos “incivilizados e fanáticos das províncias do Norte”, segundo a *Revista Ilustrada*.

No entanto, o que mais incomodava a Corte brasileira, considerada aqui a partir das publicações da *Revista Ilustrada*, era o mesmo que incomodava a todos os senhores donos de terras do país, isto é, a atuação pastoral do padre Ibiapina que visava o conhecimento profundo dos sofrimentos e das angústias dos sertanejos, oriunda da exploração de mão-de-obra e da concentração de terras naquelas províncias.

O missionário, considerado pela revista como “quebra-quilo mor”³, atuou como promotor de obras em localidades onde imperava a seca e a miséria, fazendo “açudes, hospitais, escolas, as chamadas Casas de Caridade, [constituindo-se] focos de atividades globais e socializantes, intensificado o espírito associativo, num lúcido aproveitamento do mutirão, de raízes ancestrais” (MONTENEGRO, 1984, p. 28) (grifo nosso). Ora, as ações coordenadas por Ibiapina fugiram, até então, o que vinha sendo feito por missionários capuchinhos, os quais pregavam sem incidir materialmente sobre a realidade dos sertanejos.

Por esse motivo, a sua proposta pastoral que conciliou “material” e “espiritual” não agradou aos poderosos, tornando-o alvo de críticas, sátiras e mentiras, como se verá com as publicações da *Revista Ilustrada*, bem como de outros discursos, a exemplo da Assembleia Provincial da Paraíba, onde se viram pronunciamentos de deputados para condenação das Casas de Caridade⁴.

Por esse motivo, é importante esclarecermos que este padre trabalhou em função da conciliação de classes, “apaziguando ânimos e desfazendo inimizades”. Não foi à toa que se tornou benfeitor de obras em terras doadas por fazendeiros, que tinham interesses na extensão das escolas de Primeiras Letras nas suas localidades, com vistas a alfabetização de suas filhas. Entretanto, o público-alvo dessas instituições eram as

meninas órfãs, que não teriam outra sorte na sociedade imperial a não ser a prostituição ou a vida religiosa, mas em decorrência das Casas pôde optar por manter-se na Caridade como professora e/ou beata ou ainda casar-se.

Por fim, com a seca de 1877, as questões que haviam sido amenizadas pelas obras do padre Ibiapina, tornaram-se tímidas frente as necessidades materiais que se alastravam com a escassez da água. Foi preciso, portanto, maior mobilização dos pobres, sendo estes ligados ou não ao projeto das Casas de Caridade, para a arrecadação de mantimentos, roupas, medicamentos e dinheiro. Ademais, a designação de beatos como “esmoler” na *Revista Illustrada* acarretou a visibilidade do projeto na Corte, suscitando, entre outras coisas, dúvidas e desmerecimentos ao padre. O irmão Ignacio, portanto, tornou-se a “vitrine” dessas acusações.

Casas de Caridade: Um oásis no sertão

As Casas de Caridade foram instituições construídas em terras distantes do litoral, isto é, em localidades onde a educação não estava presente e a exploração da mão-de-obra se dava pela concentração de terras sob o domínio de uma minoria. Nas províncias do Norte Imperial, as atividades agrícolas e pecuaristas se desenvolveram a partir do trabalho escravo, que foi cedendo lugar para os homens pobres e livres devido a expansão das lavouras de café no Oeste Paulista e no Vale do Paraíba, bem como a proibição do tráfico negreiro, em 1850.

Essa mão-de-obra livre, na lavoura canavieira, se dividia em duas categorias, a saber: os moradores e os foreiros. Os primeiros trabalhavam e habitavam as terras cultivadas e os segundos moravam em sítios distantes, cultivados por conta própria, mediante pagamento de aluguel (o foro) ao proprietário. Já na colheita do algodão, os trabalhadores recebiam uma meação pelo algodão cultivado; e na pecuária, o “vaqueiro” que cuidava do gado, recebia um bezerro a cada quatro nascidos (PRADO JR., 1979). No entanto, das três atividades mencionadas acima, somente a pecuária desenvolveu-se mais acentuadamente no interior das províncias do Norte.

Entretanto, antes mesmo do estabelecimento dessas atividades agropastoris, os colonizadores atentaram para a diferença existente entre as terras do litoral e àquelas do interior, cujos viajantes, já no século XVI, para melhor dominá-las, resolveram utilizar a palavra “sertão”, com o intuito de designar “terras sem fé, lei ou rei”, áreas extensas afastadas do litoral, de natureza ainda indomada, habitadas por índios ‘selvagens’ e

animais bravios, sobre as quais as autoridades portuguesas, leigas ou religiosas, detinham pouca informação e controle insuficiente” (AMADO, 1995, p. 148). Tal concepção de dominação portuguesa estendeu-se mesmo após a independência em 1822, optando por uma organização centralizada na Corte imperial, uma vez que as localidades mais distantes do litoral eram consideradas “bárbaras”.

Para tanto,

As primeiras cidades marítimas seriam caracterizadas como regiões com a presença maior da ilustração e do trabalho livre. Esses dois fatos parecem fornecer a base necessária para o progresso em bases liberais. Por exclusão, podemos desenhar o ‘sertão’ como marcado pelo oposto: predomínio do sistema de cativo e falta de uma educação” (COSER, 2005, p. 242).

Considerados como “bárbaros”, os habitantes dessas localidades mais afastadas do litoral eram atingidos duas vezes: uma pela exploração da mão-de-obra pelos proprietários de terras e a outra pelo governo imperial centralizado, especificamente após o “regresso conservador” de 1840, que ansiava pelo progresso construído em cima da exclusão dos escravos, mulheres e pobres livres. E, muitas vezes sem trabalho e sem educação, o que restava aos moradores das cidades do interior era a vida retirante, os quais eram interpretados como “uma massa de homens sem vínculos para com o mundo do interesse” (COSER, 2005, p. 247). Ora, se o interesse que faltava a essa população estava ligada à propriedade, ao trabalho e a educação, era conveniente mantê-los incapacitados para melhor dominá-los.

Diante das fragilidades vivenciadas pelos sertanejos (pobres livres), a figura emblemática do Padre Ibiapina teve êxito por intervir socialmente com estratégias que garantissem a sobrevivência, que segundo o projeto da caridade, seriam guiados para o trabalho de acordo com os preceitos da fé e da religião cristã. Esse missionário que logo tornou-se um líder era cearense, recém-ordenado pelo seminário de Olinda/PE e responsável por inúmeras obras como hospitais, igrejas, açudes e, sobretudo, as Casas de Caridades.

As Casas tornaram as obras mais conhecidas e tinham por objetivo a educação moral e do trabalho, ambas regidas pela doutrina cristã, ainda que não tivessem o objetivo de formar mulheres para a vida conventual. O resultado que essa formação gerava é o que Celso Mariz (um dos biógrafos do Padre Ibiapina) avalia como “boas esposas, companheiras práticas e sérias a moda cristã e sertaneja daquele tempo”

(MARIZ, 1980, p. 205-206). Mas essas instituições não abrigavam somente meninas pobres e órfãs, mas também pensionistas, filhas de fazendeiros, que pagavam de 10\$000 a 13\$000 réis mensais, em trimestres adiantados (REGULAMENTO INTERNO DAS CASAS DE CARIDADE (1860) In: VERAS, 2009).

O fato de atrair pensionistas se dava, muitas vezes, pela oportunidade de obter boa educação na própria região de morada, cujo terreno das Casas, em sua maioria, foi doado por pais de pensionistas. Por sua vez, a educação oferecida era baseada no letramento e na profissionalização, conhecimentos suficientes para tornar os indivíduos que dele se beneficiassem capacitados para atuar no contexto em que estavam inseridos. Ou seja, mesmo que as moças fossem orientadas por regras e disciplina conventual, o trabalho e a educação fornecidos nessas instituições gerava oportunidades concretas para a vida das moças.

Embora o projeto das Casas de Caridade viabilizasse outras oportunidades aos pobres, este não foi capaz de romper com a conciliação de classe, nem tão pouco com os dogmas da Igreja Católica Oficial. Ao contrário, por receber doações de terras para a construção dessas instituições e a manutenção financeira de fazendeiros, sem falar na reafirmação dos preceitos cristãos, o missionário e os seus seguidores não romperam com os interesses da classe dominante, apesar de terem incomodado os poderosos e ilustrados da Corte, como se verá a seguir.

A imprensa ilustrada e o despertar republicano

O aparecimento de revistas ilustradas no Brasil marcou uma nova fase para a imprensa, inicialmente pela ampliação do público leitor, haja vista o ineditismo da circulação de periódicos com textos e imagens, bem como a atuação de artistas brasileiros que encontraram na caricatura (imagens vinculadas nesses jornais) um recurso para se contrapor ao regime em vigência, a Monarquia. Além disso, a caricatura viabilizou uma leitura mais concreta do que queriam os republicanos, isto é, “concisa e rápida, completamente despida de ornamentações” (SALIBA, 2012, p. 256).

Das revistas ilustradas de maior impacto no Brasil, seja pela crítica presente nas caricaturas de seu fundador, seja pela sátira expressa em seus escritos, esteve a *Revista Ilustrada*. Contudo, ela não deixou de ser um “instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social” (LUCA, 2008, p. 118), pois que não raras vezes, os intelectuais e/ou jornalistas estiveram subordinados aos interesses de facções

oligárquicas, que eram proprietários de jornais e detentores de expressivo poder econômico. No entanto, ela imprimiu estratégias diferentes de outros periódicos, como por exemplo, atacar jornais discordantes do ideário republicano e não vincular anúncios, tornando a venda de exemplares a sua única fonte de renda (MENDES, 2013).

A *Revista Ilustrada* tipicamente sarcástica, trazia estampada no título a ambiguidade de interpretação, a qual está atrelada a presença de imagens no periódico, como também a ambição de transmitir “para o homem rude razões e conselhos que lhe deem luzes” (COSER, 2005, p. 238). Nesse sentido, a revista priorizou, segundo a preferência republicana, atacar monarquistas e católicos através de imagens que pudessem tornar algo pouco claro em algo acessível a todos.

Fundada no Rio de Janeiro pelo caricaturista italiano Angelo Agostini, a *Revista Ilustrada* circulou entre 1º de janeiro de 1876 a agosto de 1898, “composto por quatro páginas tipografadas e quatro litografadas, cada uma medindo 36,4cm x 27,7 cm” (MENDES, 2013, p. 33). Possuía periodicidade regular e trazia sempre na capa a ilustração crítica ou a caricatura de algum artista, político, jornalista ou alguém conhecido.

Como “imprensa e progresso, letras e luzes eram frequentemente associados” (LUCA, 2008, p. 137), a *Revista Ilustrada* não esteve à revelia disso. Em 1878, o periódico fluminense resolveu investir suas críticas na figura do Irmão Ignacio, o qual como se vê relatado na primeira notícia (outubro/1878), que foi objeto de sérias discussões na Corte. Para tanto, com o intuito de coletar informações sobre os “asilos”, ou melhor, as Casas de Caridade propagadas pelo “esmoler”, resolveram então enviar um correspondente para as províncias do Norte, mais exatamente Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Entretanto, mais do que buscar uma confirmação sobre a existência dessas instituições religiosas, a “missão jornalística” confirmou o contraste econômico e social presente na sociedade do século XIX, reafirmando o caráter excludente da república que visava substituir o governo imperial.

Essa empreitada ganhou espaço na revista através da coluna “Revista Irmão Ignacio”, a qual foi assinada por Antony e apresentada, inicialmente, por A. Gil., pseudônimo de José Ribeiro Dantas Júnior⁵. Em formato de uma correspondência, o texto era publicado semanalmente, endereçada ao “patrão”, bem como aos leitores do periódico. Foi vinculada durante os meses de novembro e dezembro de 1878, um ano depois da seca de 1877, que ainda era sentida penosamente pelos sertanejos, contudo, dispensada pelos olhares do “Stanley ilustrado”.

Levando em consideração que o “jornalista é alguém que observa o mundo e o seu funcionamento... [Ele] não consegue fazer este trabalho sem julgar o que vê. [Logo] a informação objetiva é um *logro* total. Uma impostura” (LUCA, 2008, p. 139) (grifo nosso), Antony estabeleceu a partir do interesse republicano quem era o irmão Ignacio e o projeto “atrasado” que ele representava, sendo os primeiros sinais disso expostos na abertura da coluna “Revista Ir. Ignacio”. Além disso, fez questão de pontuar a divergência com *O Apóstolo*⁶.

O irmão Ignacio está sendo objeto de sérias discussões. Uns dizem que o homem dos pés descalços está ao serviço de uma obra pia; outros que o homem sem chapéu é uma esparrela armado pelo quebraquilo Ibiapina, que o mandou para cá de lata ao lado, colher e dinheiro dos incautos, e que os tais asilos são uma história mal contada. Eu quanto mais o vejo, tanto mais o acho incapaz de inventar a pólvora... Em todo caso, pelo vapor de 10 partiu para o norte um companheiro nosso. A *Revista Illustrada* julgou-se na obrigação de bem informar aos seus leitores, e no próximo número, Antony, que é o nosso Stanley, nos dirá se os dinheiros para os asilos têm o mesmo fim que o da subscrição *Apostólica*... Esperem e lucrarão.

A. Gil⁷

(REVISTA ILLUSTRADA, 1878, nº 135).

A *Revista Illustrada* questionava a veracidade e/ou benefício do projeto das Casas de Caridade, uma vez que este tipo de organização colocava em xeque a subordinação de mulheres e homens pobres, sobreviventes nas localidades por onde se concentrou as obras do padre Ibiapina. No entanto, com a maioria católica e o horizonte político apontando para ameaças ideológicas ao cristianismo, a opinião pública sobre esse tema se dividiu, e o periódico *O Apóstolo*, mencionado pelo redator A. Gil, era quem mais fazia frente aos impressos republicanos.

A revista, contudo, não acreditava que o beato seria capaz de enganar, mas se sentiu na obrigação de enviar um correspondente à procura dos asilos nas províncias do Norte, afinal, elas haviam se tornado um incômodo para o projeto republicano emergente. Com a intenção de “informar aos leitores ilustrados”, o periódico abria espaço nas edições seguintes para retratar o cotidiano dos pobres e “fanáticos” do Norte, pois que o sertanejo era o protótipo que os republicanos não desejam para o projeto nacional em ascensão.

Em contrapartida a visão excludente dos republicanos, a designação de beatos para a arrecadação de esmolas para as Casas de Caridade fazia parte de um projeto leigo no interior da Igreja Católica, movimento malquisto tanto pelos católicos, quanto por

aqueles que lutavam contra os resquícios exagerados da religião. Não é à toa que a participação desses sujeitos nessas instituições ficou relegada a descrições sumárias nas Crônicas das Casas de Caridade, sendo exemplo maior o irmão Ignacio, que acompanhou Ibiapina a partir de 1862, quando este pregava missões. Inicialmente foi nomeado como supervisor de uma das Casas de Caridade, mas não tardou nessa atividade, despontando a fama como principal esmoler da caridade.

Inácio é especialmente lembrado por ter conseguido mantimentos e auxílios em tempos de fome, miséria e muitas mortes por causa da terrível seca da 1877. Nessa situação, tendo sido mandado ao Rio, diz o texto [Crônica das Casas de Caridade] que “é mui visível a ação da providência, porque a figura do irmão Ignacio é desprezível por seu vestuário. Sem chapéu, descalço e vestido com desalinho, deveria na Corte, onde impera somente o luxo e grandeza e os nobres, ser desprezada e exposto ao ridículo, como tem sido em outras cidades, onde até pancadas e pedras tem levado, como em Mamanguape” (CARVALHO, 2010, p. 897) (grifo nosso).

Em sua grande maioria, os beatos, assim como Ignacio, atuaram em exercícios externos às Casas, isto é, sem interferir nas demandas internas de educação, acolhimento e trabalho das órfãs. Ou seja, a figura do beato estava subordinada, embora sem prescrição nos Estatutos Internos das Casas de Caridade, a Irmã Superiora. A presença deles foi, portanto, resultante da necessidade material a que estavam fadados os sertanejos por onde passou o padre Ibiapina. As Casas e as demais obras que ele desenvolveu acabou atraindo muitos pobres, os quais não viam outra saída a não ser a da caridade. Esta, por sua vez, não teve apenas o caráter dogmático, mas principalmente prático.

Ao fim e ao cabo, pouco se sabe sobre os beatos/irmãos que atuaram efetivamente no projeto das Casas, sabe-se que eles não viviam em comunidade, como as Irmãs de Caridade e se relacionavam de igual para igual, sem a hierarquia presente na organização interna das Casas (CARVALHO, 2010). Eram considerados homens de confiança do padre Ibiapina, uma vez que desempenhavam funções muito mais públicas do que privadas, isto é, tornaram-se as “vitrines” do projeto. Não é à toa que os “asilos” tornaram-se conhecidos pela *Revista Illustrada* e a Corte Imperial através do trabalho de Ignacio, o qual serviu de parâmetro para descaracterizarem as obras como se verã adiante.

Em viagem pelas cidades mais costeiras do Norte imperial, o correspondente “ilustrado” enviou a primeira notícia a *Revista Illustrada* em outubro de 1878, cujas impressões sobre os asilos e o Irmão Ignacio parecem iguais àquelas que possuía antes de embarcar para as províncias setentrionais:

Pau D’Alho, 26 de outubro.

Querido patrão.

A tua mania de elevares a *Revista Illustrada* à altura do *New-York-Herald* tem me feito passar torturas por esta província de Pernambuco, para onde malvadamente me atiraste em busca dos asilos do irmão Ignacio. Há cinco dias que viajo, tendo experimentado todos os meios de transporte, e os tais asilos fogem diante de mim como os oásis nos desertos africanos. Algumas velhas, entretanto, me falam do Ibiapina o quebra-quilo; mas tão vagamente que está me parecendo que os asilos bem podem figurar nos *Contos das mil e uma noites*. As autoridades policiais deram-me, todavia, informações mais positivas a respeito do Quebra-Quilo sobre quem elas têm as vistas. Este homem, que é inteligente, mas pouco ilustrado, começou por ser mal advogado, foi depois pior juiz, hoje é um péssimo perturbador das populações do norte que ele tem a todo transe procurado fanatizar. Tem a vida nômade do cigano, e é de vez em quando atacado de manias. Fez-se missionário...

No foro do Ceará, sabe-se por quê. A princípio quiz que todo mundo se chamasse Maria; e os tolos que não eram Maria de baptismo, tornaram-se João Maria, Joaquim Maria, Manuel Maria... Tudo é Zé Maria aqui.

Esta Mania Maria só lhe passou quando em 1866 apareceu a moda das crinolinas, essas carcaças postiças que ele teve o bom gosto de reprovar. Então foram fogueiras de crinolinas, alimentadas por babados, que parecia estar-se aqui em um S. João perpetuo. Esta incineração concluída, surge o homem contra o sistema métrico. Somente desta vez foi-lhe negada a cremação, e d’isto estão todos ainda bem lembrados. Ele esbravejou, incitou o povo a algumas cenas de canibalismo, etc. e tal... Um elogio merece ele, sabe fanatizar os que o rodeiam e não perde de vista o seu fim, que é tornar-se um dia temível. Todos que o acompanham tornam-se logo exageradamente fanáticos; exceto, porém o irmão Ignacio que, segundo a legenda, apesar de ignorante, tem olho vivo, e há de enfiar o seu chefe pelo fundo de uma agulha. Tive, confesso, certo escrúpulo em dar credito ao que por aqui se pensa a respeito do homem de lata ao lado; mas eis o que se diz dele: O irmão Ignacio, antes de tudo não é irmão de ninguém. Por aqui sempre andou de chapéu e calçado. Tentou o mesmo que está hoje tentando no Rio de Janeiro com sucesso. Somente, aqui, as bichas não pegaram; porque? Não sei. O que sei é que tudo riu-se aqui às gargalhadas, quando ali a crônica da *Revista*, em que A. Gil. (perdoa colega), de chapéu na mão, pedia para o irmão Ignacio. Não! Desculpa-me querido companheiro; mas eu afinal também ri... E já que tenho sofrido tanto, deixa-me acabar rindo-me esta primeira missiva. Adeus, patrão querido; os gêneros ainda estão

muito caros, manda-me um extraordinariozinho ou então os honorários do mês de Janeiro, porque os de dezembro estão parados. D. Antony. Correspondente da Revista Illustrada, em busca dos asilos do irmão Ignacio (REVISTA ILLUSTRADA, 1878, nº 136).

A cidade de Pau D'Alho estava localizada na província de Pernambuco há 37 quilômetros da capital. Nesta primeira notícia enviada a revista, o correspondente ofereceu indícios de quais são os interesses com esta coluna, isto é, vender exemplares como o periódico estadunidense New-York-Herald. Para tanto, o interesse da *Revista Illustrada*, entre outras coisas, era também igualar-se com o periódico do “primeiro mundo”: vender muitos exemplares com assuntos polêmicos e estereotipados.

A chegada de Antony à província o fez encontrar com senhoras que não eram simpáticas ao padre Ibiapina, apelidado pejorativamente de “quebra-quilo”. Esse fato corrobora para a ideia preconcebida que tinha o periódico quando enviou um representante ao Norte, isto é, de considerar os asilos uma narrativa fantasiosa que só poderia constar no livro dos “Contos de mil e uma noites”. Ao contrário das senhoras, as autoridades policiais, as quais o próprio sacerdote teve problemas durante a revolta do Quebra-Quilos, quatro anos antes, oferecem informações positivas.

No balanço disso, o correspondente oferece uma descrição de Ibiapina que é a de um homem inteligente, mas pouco ilustrado, pois que se envolveu em “perturbações sociais”, tornando-o um homem popularmente santo, seguido por “fanáticos” e em busca de tornar-se temível. Mas não para por aí, a descrição da vida do padre-mestre é detalhada com referências que remontam a época em que ele atuou em profissões liberais como as de advogado e juiz, contudo, incapazes de destruir a alcunha de “fanático”.

Vale ressaltar que nesta mesma tendência republicana adotada pela *Revista Illustrada* para destratar o padre Ibiapina e as Casas de Caridade, foi visto também Antônio Mendes Maciel, o Antônio Conselho, considerado pela literatura consolidada⁸ como pioneiro dos movimentos messiânicos. No entanto, veremos ao longo deste artigo que outros religiosos, como Ibiapina, já atuavam contra a miséria nas províncias do Norte durante o século XIX, ocasionada pela concentração de renda e terras. Os sertanejos por não se incorporarem a mão-de-obra na pecuária, atividade que necessitava de menos pessoas do que na lavoura, acabaram por se tornarem retirantes, muitas vezes seguidores de figuras religiosas, como o padre Ibiapina.

Porém, a descrição dada pelo periódico ao padre – fanático, mas com certo grau de “ilustração” – não levaria tais condições materiais em consideração, bem como ao beato Ignacio, que foi tratado como um “empregado” que ludibriava os outros para esconder o real interesse do seu “chefe”, isto é, angariar dinheiro e utilizá-lo em benefício próprio. Percebe-se, com isso, que considerar os sertanejos como fanáticos, atrasados e mentirosos era mais conveniente do que denunciar a situação precária dessas populações como uma consequência do capitalismo mercantil em decadência.

A correspondência enviada por Antony em 5 de novembro de 1878, mais uma vez, reforçava o estigma sobre os sertanejos, mas sem apontar as mazelas sociais a que estavam fadados:

Cachoeira da Cebola, 5 de novembro de 1878.

Patrão querido.

Tenho caminhado mais de setenta léguas e quanto mais me interno por estes desertos, tanto mais receio pela minha vida de Ashaverus a cavalo em busca dos asilos do Ir. Ignacio. Bem me tinham dito no Recife. Esta gente d'aqui tem sempre na boca o nome de Deus e na cintura uma grande faca de ponta (*Parnaíba*) que não é de certo destinada a enferrujar na bainha. Imagina como eu ando fino e mando com todos eles. Quase nenhum sabe ler, e, no entanto, todos tem de cor a frase de Prud'home *la propriété c'est un vol*, princípio que adoptaram mesmo pelo inverso: o roubo é uma propriedade. Foi assim que eu fiquei sem meu cavalo de que um larapio agradeu-se, e não pude partir para Mamanguape, na Paraíba, onde o Quebra-Quilo faz atualmente missões, santas missões, como dizem as beatas. Mas, lá irei ter, se antes disto não me derem cabo da pele. Vou pouco a pouco me convencendo de que os asilos do irmão Ignacio são uma verdadeira lenda, explorada pela ganancia jesuítica. Inutilmente percorri as circunvizinhanças de Pedra de Fogo, onde a imaginação do bispo do Pará havia fundado um asilo. Mas vou achando o seu quê de poético nesta esparrela armado a caridade fluminense; os tais asilos fogem diante de mim como os oásis do Saara, o que aguça ainda mais a minha curiosidade de repórter sequioso. Tenho, todavia, obtido algumas notícias do frade Ibiapina, que fugiu da Fortaleza para acoitar-se no habito de missionário acoitado pelos credores e meirinhos. Conserva ainda, como pregador, a verbosidade, que adquiriu como advogado, e os credores que lhe venderam fiado.

- É um homem de dar e tomar, dizem uns.

- Um santo padre, afirmam as beatas entre um *padre-nosso* mal acabado e uma *ave maria* a rolar entre o polegar e o indicador.

Do irmão Ignacio propriamente dito, é que as informações vão escasseando como a farinha de mandioca. Ninguém conhece o homem da lata ao lado; e sempre que pergunto por ele, todos escancaram a boca, admirados. Já indaguei mesmo de um vigário que me respondeu:

- Irmão Ignacio... Não! eu sou filho único e de mulher viúva.

Apenas ontem, mostrando o retrato que lhe pintou o bortalho, exclamou o subdelegado do lugar:

- Olhem o Manoel Ignacio!

Fiquei embatucado, confesso; e pensei logo comigo: *il y a quelque chose au fond de tout ça*. O subdelegado deve almoçar amanhã comigo; e hei de tirar a limpo a questão de Manoel Ignacio por irmão Ignacio... Algumas garrafas de vinho, uns copos de conhaque farão falar a autoridade. No caso que ele fale bem, transmitirei um telegrama. Já sabes bebedeiras e telégrafo, tudo por conta da *Revista Illustrada*, que os meus ordenados vão minguidos como correia no fogo. Manda-me um semestre^o adiantado para a Paraíba, pela casa de Pedro Baptista & C. que me conhecem. Incluso te remeto uma lista de cinquenta assinantes para a *Revista Illustrada*, todos de ano; manda lançar na minha conta. Eles são oitenta, mas eu tiro trinta de comissão, que não estou para trabalhar para o bispo. Não te esqueças de mandar dizer as missas de que te falei; já esta noite não pude dormir com as almas a me puxarem os cabelos. Incômodos credores! Quanto aos dez réis de Santo Antônio, ficam por minha conta. E adeus, patrãozinho querido, abraço o Junior e pede ao A. Gil, que não se zangue com o saudoso companheiro.

D. Antony. Correspondente da Revista Illustrada, em busca dos asilos do irmão Ignacio
(REVISTA ILLUSTRADA, 1878, nº 138).

Após alguns dias, o correspondente adentrou a província da Paraíba, mais especificamente a Cachoeira da Cebola (atualmente município de Itatuba-PB), há 120 quilômetros da capital. Mais distante, portanto, do litoral, Antony compara-se a Ashaverus a cavalo, que foi um personagem mítico, personificado em judeu errante, cuja tradição oral cristã ainda hoje conserva. Essa comparação faz transparecer mais uma crítica ao cristianismo, como também a presença de figuras cristãs no vocabulário daquela época.

Já os asilos que o correspondente procurava, sem grandes descobertas, estavam distantes do litoral, aspecto que nunca foi trabalhado por nenhum estudioso do Pe. Ibiapina e das suas obras religiosas. Esse detalhe é deveras importante para pensarmos a existência e a sobrevivência das Casas, tendo em vista a discussão que se pontuava desde a Questão Religiosa¹⁰, isto é, do endurecimento das práticas cristãs, cujos leigos estiveram na mira, além da discrepância que existia entre a assistência educacional e cultural nas capitais (localizadas no litoral brasileiro) e o descaso das vilas e cidades do interior.

Mas a insistência em falsas informações não parou por aí. Antony insistiu na informação de que o padre Ibiapina havia fugido de Fortaleza, local onde ele nunca morou, embora tivesse nascido na província do Ceará (na vila de Sobral, mais especificamente). A pretensão do jornalista era a de fortalecer a imagem de homem perigoso para o estabelecimento da ordem republicana, mas a inversão dos fatos por parte do correspondente da *Revista Illustrada* ia confirmando o “lugar” que a imprensa

ilustrada desejava para os sertanejos – mentirosos, ladrões, ignorantes e, sobretudo, fanáticos.

Nesta edição o correspondente questionou a veracidade da figura do irmão Ignacio, pontuando mais uma vez a sede dos republicanos em buscar a verdade (positivismo) e acreditar no progresso (evolução), em contrapartida ao modo de vida dos sertanejos e dos religiosos. A busca pelo beato fez Antony buscar pela autoridade policial da localidade, que não reconheceu Ignacio como “irmão”, já que este tratamento correspondia a um termo próprio das Casas e/ou da comunidade católica.

No entanto, foi a autoridade policial que fez transparecer o verdadeiro objetivo de Antony no Norte: Angariar assinantes para a *Revista Illustrada*. A sede por divulgar o periódico em terras tão longínquas da Corte tinha a intensão de juntar todos os “ilustrados” em torno de uma só opinião – a de que o Brasil republicano deveria desconsiderar os sertanejos e as suas crenças atrasadas, e mais do que isso, desprezar a pobreza e o atraso do sertão nacional.

Para tanto, na notícia seguinte, Antony mencionou o valor da assinatura anual da revista:

Mamanguape 20 de Novembro.

Patrão querido.

Ao receberes esta, tenho a esperança de ter fígado o Quebra-Quilo, que está em Canguaretama, pregando contra os que não dão esmolas para os seus fantásticos asilos e os vestido apertados das canguaretamenses, que já começaram a usar a nova moda, copiada de uma figurino da *Saison* que veio para a filha do juiz municipal daqui. Este juiz municipal é uma excelente criatura e o único homem desta redondeza que assigna jornais estrangeiros, isto é, a *Revista Illustrada*, a *Gazeta de Noticias* e a *Saison*. Não é que eles não gostem aqui de jornais; lambem-se todos os contentes, quando lhes mostro os “registros” da *Revista*; somente quando lhes digo que é 20\$000 réis por ano, exclamam todos:

- Vinte mil réis! Santa Maria!... por 20\$000 réis a gente compra dois garrotes que no ano seguinte são dois bois. Se deixa mais barato...

Regateiam, como ciganos; mas ainda assim inclusa te remeto uma lista de 80. Vê com contas a minha comissão, senão para outra vez, passo-te a perna. Devo partir amanhã para Canguaretama; estou curiosíssimo por encontrar o Quebra-Quilo, já que me tem sido impossível descobrir os asilos do mesmo. E já vai sendo tempo que eu o encontre; estou cansado de viajar por estes centros, desertos de comodidade e de asilos, e morro de saudades, pela rua do Ouvidor e pelo Alcazar. Adeus, patrão adorado, dá lembranças aos pequenos e pergunta ao A. Gil se ainda arde em paixão pelo homem da lata ao lado.

D. Antony,

Correspondente da *Revista Illustrada*, em busca dos asilos do irmão Ignacio.

Post-scriptum. – Acabo de receber a seguinte comunicação que nada tem de animadora: “Se tu prossegues nas suas indagações se não volta sobre seus passos, arrepende-se!” Que hei de fazer? O mesmo. N. da R. – Vai para diante, se te matarem, não faz mal (REVISTA ILLUSTRADA, 1878, nº 140).

Em terras paraibanas, desta vez mais próximas do litoral, há 52 quilômetros da capital e, conseqüentemente, mais longe das Casas de Caridade, Antony julgava o padre Ibiapina de mentiroso. E independentemente de onde ele visitasse, a fama do sacerdote continuava a de ser um homem fanático e perigoso para a “nova ordem” que se projetava: a República. O missionário representava o atraso com suas pregações religiosas contra vestidos apertados e/ou periódicos estrangeiros, isto é, de outras províncias.

Em contrapartida, o juiz municipal, para o correspondente e o seu periódico, representava o que havia de mais “civilizado” nas redondezas de Mamanguape, pois que era um homem letrado e assinava jornais, como por exemplo, a *Revista Illustrada*. A ilustração não deixou de estar ligada a condição material, como se observa ao longo das correspondências com a menção a autoridade policial e ao juiz municipal, ambos pertencentes a classe dominante.

Evidentemente que por não terem o direito de usufruir de um “recurso natural”, os canguaretenses, mencionados por Antony, não poderiam desconsiderar um bezerro em vistas da assinatura de um periódico. Embora gostassem de ler, “não era apenas o analfabetismo que afugentava os leitores, mas o alto preço dos livros [e/ou impressos], sobretudo quando comparados ao baixo poder aquisitivo dos leitores” (SALIBA, 2012, p. 247) (grifo nosso). Apesar de tudo, o correspondente não deixava de lembrar ao chefe que recolheu assinaturas, querendo comissões e reafirmando o seu objetivo nos “desertos de comodidade”.

Além disso, para “naturalizar a pobreza e a miséria”, as concepções dualistas não deixavam de aparecer nas palavras do correspondente, já que naquelas terras não existia nada e nem asilos, muito menos a civilização/progresso da rua do Ouvidor e o Alcazar, ambas localizadas na Corte. Daí observa-se que o projeto republicano, do qual Antony e os leitores acreditavam era alheia à realidade de exploração sofrida pelos sertanejos. No mais, não se mencionava a fome, a miséria e as necessidades materiais e nem se apresentava proposta para a “violência” dos sertanejos, aspecto tão recorrente no discurso do jornalista, como se vê abaixo:

Canguaretama, 9 de dezembro de 1878.

Patrão querido.

Enfim posso escrever-te, patrãozinho adorado; posso dar-te notícias minhas já que me é impossível dá-las dos asilos do Quebra-Quilo, que inútil e arriscadamente tenho procurado por estes sertões, onde se mata muito diplomaticamente e sem espalhafatos. Arriscadamente, é verdade, patrão adorado, porque a minha vida anda desde que vim para aqui pendente de um cabelo, seguro a uma Parnaíba. Imagina tu que eu vinha muito sossegadamente de Mamanguape para Canguaretama, quando topei (topei é o termo d'aquí) com dois barbaças de chapéu de couro e permeiras¹¹ montados em dois cavalos bem possantes. Completavam suas toilettes: dois *cravinotes*, duas Parnaibas e dois grandes isqueiros de chifre.

- Deus o salve, meu amo, disse-me um deles.

- Deus os salve, camaradas.

- Então para onde se bota?

- Para Canguaretama, se não manda o contrário; e os Srs.?

- Vamos a isso...

Um deles sacou uma *broaca*¹² um rolo de fumo e uma porção de palhas de milho de tamanho natural, e pôs-se a cortar o fumo. O outro perguntou-me então:

- Como é a sua graça¹³, ainda que mal pergunto?

- Pergunta muito bem¹⁴... Chamo-me D. Antony, um seu criado...

- Criado seja Vosmecê dos anjos.

Apenas pronunciei meu nome, os dois trocaram um olhar, que não me deixou muito à vontade, palavra! O cigarro estava pronto; e o tipo tomou do isqueiro e acendeu-o logo. Tomou algumas baforadas, passando-me depois:

- É puro *mapinguinho*¹⁵.

Tirei algumas fumaças, e passei o tabuco ao outro:

- Bom! Boa viagem, camaradas; eu sigo.

- Oh! Não tenha tanta pressa... Meu amo vai atrás do santo padre Ibiapina? Pois acho melhor que volte.

- Acho melhor que volte.

E começou a afagar o seu cravinote, em quanto o outro sacava da Parnaíba... sem ser para limpar as unhas. E então! O que fazer?... Se pensas que teimei, enganas-te redondamente, patrãozinho da minha alma. Aceitei o conselho e voltei muito sossegadamente. Eles acompanham-me até a pousada. Dormimos n'uma fazenda... isto é eles dormiram, porque eu por mais que lesse o *Ver, ouvir e contar*... Impossível! Não consegui pregar olhos! No dia seguinte separamo-nos muito bons amigos, eu para um lado eles para outro. Caminhei algumas horas, triste e desconcertado, até que encontrei um pequeno destacamento, uma precatória que seguia para Canguaretama. Juntei-me a eles, e segui, desfazendo-me em amabilidade para com o alferes. Assim guardado, cheguei a Canguaretama; mas, palavra que tenho calafrios sempre que boto o nariz de fora. O Quebra-Quilo já anda longe; e não sei como agarra-lo. -¹⁶

D. Antony. Correspondente da *Revista Illustrada* em busca dos asilos do irmão Ignacio

(REVISTA ILLUSTRADA, 1878, nº 143).

Em direção a província do Rio Grande do Norte, agora o correspondente dá notícias da cidade de Canguaretama, localizada a 78 quilômetros da capital. E a cada

nova notícia, o jornalista persistia na máxima entre civilizados *versus* sertanejos, ausentando-se de analisar a realidade destes últimos, onde matar parecia algo comum. Portanto, aos olhos do estrangeiro, branco e letrado da Corte, esses homens eram perigosos, pois que andavam com armas na cintura, esbravejando ignorância.

Nas andanças pelo sertão, Antony descreveu encontros que reforçam esta visão superficial da violência no interior das províncias do Norte, como por exemplo, os dois homens que ele mencionou acima, os quais fumavam e possuíam duas armas cada um deles. Como e para quê dois homens teriam duas armas? Seja para assustar quem estivesse atrás do padre Ibiapina, seja pelas atividades desenvolvidas no campo, a vila de Canguaretama em fins do século XIX não possuía grandes índices demográficos, o que implicava em baixos índices de violência.

Mas segundo Antony, o sertão era o lugar de apenas duas coisas: selvagens armados ou fanáticos em procissão. Para tanto, ao ser ameaçado prontamente pelos dois senhores armados, o correspondente refugiou-se entre um destacamento que rezava e seguiu para o vilarejo mais próximo. Mas tal ameaça só se justificaria em caso de perseguição ao padre Ibiapina, uma vez que o envolvimento com a revolta do Quebra-Quilos ainda estava presente no imaginário daqueles sertanejos, que reagem como verdadeiros protetores do missionário. Com uma narrativa empolgante, a infelicidade dos leitores viria através do correspondente, que afirmou, mais uma vez, não ter encontrado o Pe. Ibiapina, que já realizava missões em outro lugarejo àquelas alturas.

Alguns dias depois, o jornalista resolveu embrenhar-se ainda mais no interior daquelas províncias, escolhendo visitar a cidade de Cabaceiras/PB:

Canguaretama, 17 de dezembro de 1878.

Patrão adorado.

Escrevo-te ainda d'esta vila; mas chego felizmente em paz de uma excursão a Cabaceiras. Tinha tido notícias de um missionário que lá estava pregando e fui ver se era o Ibiapina. Não era o Quebra-Quilo que eu procuro; todavia não perdi o meu tempo, por que já posso julgar pelo que vi e ouvi do fanatismo d'esta gente, cuja ocupação é correr a via-sacra de povoado em povoado para escutar as predicas dos "padres santos". Tem o seu que de fantástico o missionário que ora amedronta o povo de Cabaceira... Antes de tudo, porém devo dizer-te o que ele é.

Chama-se Luigi "o santo padre Luigi" é da pátria do macarrão e do pinta-monos que enche a *Revista* por fora. Se me não engano, está desde pouco no Brasil, onde veio ter em companhia de um realejo velho e em busca de algum macaco habilidoso, pois fala mais cerrado que qualquer barbadinho do Castello... Pensou depois que era mais cômodo fazer missões, abandonou o velho realejo algures e deixou o

macaco ao *Besouro* e ei-lo “padre santo”, pregando furiosamente e ameaçando o povo com os raios celestes e outras cousas ainda mais terríveis. Estava desde dois dias em Cabaceiras, e antes de sua primeira predica, tive o cuidado de informar-se dos nomes dos animais da terra. De todos os nomes que a sua memória pôde reter, tem lugar o conspícuo o camaleão, que ele julga o bicho mais feroz das florestas brasileiras. Enfim, armado com uma ladainha dos nossos animais, subiu ao púlpito, improvisado fora da igreja, por que a matriz é pequena para não conter todos os fiéis. Eram cinco horas da tarde, quando ele soltou a língua, orando e seguramente mais de nove mil crentes e contritos. Falou sobre Nossa Senhora, lembrou os milagres de Santo Antônio e contou diversas histórias do filho de Deus, tudo isso com grande dificuldade de exprimir-se, n’uma linguagem mais carcamana que portuguesa, com licença do nosso companheiro A. Gil. Passando depois a estigmatizar o pecado, tomou-se mais eloquente e vingativo. Chegou mesmo a implorar muitos raios contra o povo de Cabaceira; e como rode celeste estivesse baldo de eletricidade, clamou ele: Arapongas, tatú-bôla, tatú-perra tiguassú, sussuarama, jacarés e camaleão, vinde comer os hereges de Cabaceira!... A esta ameaça terrível, o povo prostrou-se contrito e batendo piedosamente nos peitos implorou: “Misericórdia! Meu Deus! Misericórdia! Meu padre santo! As suas iras abrandaram-se então diante de tantos humildes e, pondo-se de joelhos, implorou também:

“Misericórdia! Meu Deus! Misericórdia!” E assim concluiu-se misericordiosamente a primeira predica do santo padre Luigi, a cujo apelo não acudiram nem os raios, nem os tatú-perra, nem mesmo o camaleão sobre que ele tanto contava. No dia seguinte continuou as suas missões, sempre com o mesmo êxito; mas eu voltei para esta vila, d’onde sigo amanhã em busca do Quebra-Quilo e dos asilos do homem da lata. A mortandade por aqui é espantosa; e o povo aproveita-se d’isso para não fazer alguma. Os que não morrer, *ajudam os outros a morrerem*. É uma caridosa ocupação, mas que toma muito tempo. Logo que o doente está grave, senta-se o *ajudante* e manda o moribundo repetir:

- Jesus seja comigo.
- Jesus não me desampare.
- Jesus...

Até soltar o último suspiro. Ser *ajudante* é uma profissão, uns dizem bem ruidosa, e há alguns que tem fama. Desejo muito não lhes dar a ganhar; mas quem sabe?... Adeus, patrãozinho querido; dá lembranças aos companheiros.

D. Antony. Correspondente da Revista Illustrada em busca dos asilos do irmão Ignacio (REVISTA ILLUSTRADA, 1878, nº 144).

O enviado da *Revista Illustrada*, embrenhou-se pelo sertão, chegando à distância de 180 quilômetros da capital, sendo este o lugar mais distante do litoral em que ele esteve. Em busca de um missionário, o qual pensava ser o padre Ibiapina, encontrou o “santo padre Luigi”, de origem italiana. As observações de Antony seguiam as mesmas afirmações de antes, os moradores de Cabaceiras só sabiam correr atrás de via-sacra e prédicas de padres santos, incapazes de falar o “português brasileiro”, por isso a

comodidade do padre de pregar e mentir ameaçando os sertanejos (ignorantes e facilmente ludibriados) a morte.

A mania de estigmatizar o pecado fazia com que a narrativa do padre italiano fosse, segundo Antony, capaz de juntar nove mil crentes em torno dele. A presença desse sacerdote em terras distantes da capital apontava para a recorrência de trabalhos religiosos no interior, cuja utilização da terra não se dava “em função da população que nela trabalha e exerce suas atividades, e sim essencialmente e em primeiro lugar, em função de interesses comerciais e necessidades inteiramente estranhas àquela população” (PRADO JR., 1979, p. 50). Por isso, o refúgio dos pobres acabava sendo em torno de líderes religiosos, encarado pelos republicanos como exagerados, místicos, fanáticos.

Não tendo maiores exotismos para apresentar sobre os cabaceirences, o corresponde voltou então ao mesmo ponto de outras correspondências: a morte. No sertão, segundo ele, “se não mata, ajuda a matar”. Dessa vez, Antony descreveu com surpresa que os mortos no interior recebiam a extrema unção de leigos, mas esqueceu de apresentar que a ausência de padres nas diversas paróquias do Brasil acabou habilitando os pobres (principalmente os mais habilidosos na oratória) a exercer determinadas funções. Além disso, a configuração do catolicismo na zona rural é diferente do catolicismo oficial, praticado nas paróquias urbanas e/ou dioceses luxuosas. O catolicismo dos pobres se configurou com a fé aos santos, a realização de procissões e oferendas, isto é, uma crença que tornou os fiéis mais próximos das suas divindades (AZZI, 1978).

Ao final da coluna “Revista Ir. Ignacio”, Antony que se debruçava sobre o cotidiano dos sertanejos, descaracterizando essa crença mais intimista, de modo a estereotipá-la de acordo com o seu julgo republicano, amargou de um ataque de beribéri¹⁷, como se vê abaixo:

Coyocó, 21 de Dezembro de 1878.

Patrão querido.

Estou gravemente enfermo; procurei por toda parte os asilos do padre Ibiapina e encontrei apenas um ataque de beribéri que me tem posto bambo. Seria praga do Ir. Ignacio? Dirijo-me a toda pressa para o agreste em busca de um porto de mar, onde me possa embarcar para a Corte. Não posso mais, estou exausto e se a peste negra me apanha, mate-me com certeza. Dos asilos... Nem noticia obtive deles. Que sirva isso de lição á credulidade dos cariocas. Tenciono embarcar-me em Natal; se não morrer, em breve te abraçarei. Se porém o beribéri me der cabo da pele, remete os meus ordenados para o outro mundo,

pois segundo as notícias que tive, morreram aí dois credores meus aos quais tinha prometido pagar em novembro o mais tardar. Prepara-me um bom almoço, que os jejuns forçados me vão entisicando. Deve ser esta a última carta que te escrevo e a última vez que saio de casa em busca de asilos que não existem, sobretudo se eu esticar a canela. Agora se eu resistir a peste, o caso é outro. Adeus, patrão adorado...
D. Antony. Correspondente da Revista Illustrada em busca dos asilos do irmão Ignacio
(REVISTA ILLUSTRADA, 1878, nº 146).

Na sua última notícia a *Revista Illustrada* pela coluna “Revista Ir. Ignacio”, o correspondente se despediu dos leitores, os quais confirmavam que os asilos eram mentirosos e/ou inventados pelo padre Ibiapina e o irmão Ignacio. No entanto, se atentarmos bem para o itinerário de Antony, veremos que em menos de um mês, andando pelo território litorâneo das províncias da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, a pretensão do enviado era outra: a de angariar assinaturas e não a de buscar, verdadeiramente, pelos asilos.

Ter ido às províncias do Norte em busca das Casas de Caridade foi apenas um pretexto para reforçar estigmas, ausentando-se de refletir e publicar informações sobre a realidade miserável em que viviam os sertanejos. A intenção era mesmo a de expandir o público leitor do periódico. Ao final, ao voltar para Corte enfermo, Antony assinando pela *Revista Illustrada*, chamou muito mais a atenção de seus leitores para a incapacidade de viver civilizadamente nos sertões, do que alertar os “ilustrados” sobre as dificuldades materiais a que estavam condenados os pobres. Não é à toa que o jornalista afirmou que a única coisa que encontrou naqueles confins foram doenças, violência, morte e fanatismo, características que foram abundantemente evidenciadas pelos republicanos.

Considerações finais

As províncias do Norte Imperial, mais especificamente Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte foram laboratórios da análise jornalística durante o final do ano de 1878, por ocasião da propaganda realizada pelo irmão Ignacio, sobre as Casas de Caridade na Corte imperial. Esse projeto religioso, que se estendeu ainda por outras duas províncias (Ceará e Piauí), teve como o seu promotor o padre José Antônio de Maria Ibiapina. Tal apostólico, que abdicou da vida eclesiástica em ascensão,

embrenhou-se pelos sertões com o intuito de conciliar classes numa missão que combinou o “material” e o “espiritual”.

As repercussões desse projeto, mais conhecido pelas obras das Casas de Caridade, chegaram até a Corte imperial, na cidade do Rio de Janeiro, que ao final do século XIX, especialmente após a difusão de ideias republicanas, tornou-se palco da modernização do país, seja em termos políticos, arquitetônicos, sociais, mas, sobretudo, em termos culturais. Entretanto, este projeto excluía boa parte da população brasileira, dentre eles os negros, os indígenas, os sertanejos, os religiosos, e, principalmente, os iletrados.

O espaço por excelência dessas ideias republicanas e modernizadoras foi a imprensa ilustrada, entre elas, a mais conhecida foi a *Revista Illustrada*. Com tom jocoso, tal gazeta investiu na procura pelas Casas de Caridade, tomadas a partir de visões estereotipadas dos sertanejos, que se debatiam sobre os resultados da seca de 1877 e, mais do que isso, da exploração de mão-de-obra e concentração de terras desde o processo de colonização. Interessados em “informar aos seus leitores” se as Casas de Caridade eram uma história mal contada, a gazeta que foi reconhecida como mentirosa pelo próprio redator José Ribeiro Dantas Júnior na edição de nº 44 do ano de 1876, cuja coluna assumia a responsabilidade de fazer transparecer a “verdade sobre os asilos”.

Independentemente dos percursos feitos pelo correspondente Antony, a busca pelos asilos tornou-se apenas um pretexto para expandir as ideias republicanas e, mais do que isso, angariar assinaturas para o referido jornal. Ao final dessa aventura, o resultado que os “ilustrados” buscavam teria sido atendido: demarcar com os leitores fluminenses quem eram os sujeitos indesejados para o projeto político em ascensão, através das ideias preconcebidas e reafirmadas do olhar de um estrangeiro sobre os sertanejos daqueles confins setentrionais.

Referências

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. In: *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, n.15, p.145-151, 1995. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewfile/1990/1129>. Acesso em: 12 dez 2019

AZZI, Riolando. *O Catolicismo Popular no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.

CARVALHO, Ernando Luiz Teixeira de. *Ibiapina e Santa Fé nos desafios do tempo: um manuscrito do século XIX em confronto com outros textos*. João Pessoa: Ideia, 2015.

_____. Ibiapina e seus beatos. In: *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 70, fasc. 280, p. 886-909, out./2010. Disponível em: <http://revistaeclesiasticabrasileira.itf.edu.br/reb/article/view/1107>. Acesso em: 13 jan. 2020.

COSER, Ivo. Civilização e sertão no pensamento social do século XIX. In: *Caderno CRH*, Salvador, v. 18, n. 44 p. 237-248, maio/ago. 2005. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18524/11900>. Acesso em: 06 jan. 2020.

FACÓ, RUI. *Cangaceiros e fanáticos: gêneses e lutas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

LUCA, Tania Regina. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: Fontes Históricas. PINSKY, Carla Bassanezi (org.). 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.

MARIZ, Celso. *Ibiapina, um apóstolo do Nordeste*. 2ª ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1980.

MENDES, Fernanda Coelho. *O ideário republicano na Revista Ilustrada (1876-1889)*. 76f. Monografia (Graduação em Comunicação Social/Jornalismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

MONTENEGRO, João Alfredo de Souza. Ibiapina e a história regional do Nordeste. In: DESROCHERS, Georgette e HOORNAERT, Eduardo (orgs.). *Padre Ibiapina e a Igreja dos pobres*. São Paulo: Edições Paulinas, 1984. p. 27-45.

NOGUEIRA, Ataliba. *Antônio Conselheiro e Canudos*. Companhia Editora Nacional. Coleção Brasileira, vol. 355. São Paulo. 1974.

OLIVEIRA, Noemia Dayana de. Um missionário subversivo: o padre Ibiapina na Revolta do Quebra-Quilos. In: *Revista Trilhas da História*, Três Lagoas, v. 6, nº 12, p. 101-116, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/RevTH/article/view/3653>. Acesso em: 16 out. 2017.

REVISTA ILLUSTRADA, Rio de Janeiro, nº 135, out./1878. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=332747&pesq=>. Acesso em: 03 jan. 2018.

REVISTA ILLUSTRADA, Rio de Janeiro, nº 136, out./1878. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=332747&pesq=>. Acesso em 03 jan. 2018.

REVISTA ILLUSTRADA, Rio de Janeiro, nº 138, nov./1878. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=332747&pesq=>. Acesso em 03 jan. 2018.

REVISTA ILLUSTRADA, Rio de Janeiro, nº 140, nov./1878. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=332747&pesq=>. Acesso em 03 jan. 2018.

REVISTA ILLUSTRADA, Rio de Janeiro, nº 143, dez./1878. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=332747&pesq=>. Acesso em 03 jan. 2018.

REVISTA ILLUSTRADA, Rio de Janeiro, nº 144, dez./1878. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=332747&pesq=>. Acesso em 03 jan. 2018.

REVISTA ILLUSTRADA, Rio de Janeiro, nº 146, dez./1878. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=332747&pesq=>. Acesso em 03 jan. 2018.

SALIBA, Elias Thomé. Cultura/As apostas na república. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História do Brasil Nação: 1808-1930: A abertura para o mundo*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 239-294.

PRADO JR., Caio. Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil. In: *A questão agrária*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1979. p. 15-85.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O catolicismo rústico no Brasil. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, (5), p. 104-123, 1968. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/45715/49311>. Acesso em: 11 mar. 2019.

VERAS, Elias Ferreira. *O “Echo das Maravilhas”*: O jornal A Voz da Religião no Cariri e as missões do padre Ibiapina no Ceará (1860-1870). Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2009.

¹ Estamos considerando aqui as províncias que correspondem atualmente aos estados da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí.

² Utilizaremos este termo para designar aqueles que faziam parte do jornal *Revista Ilustrada*, contudo, sem desconsiderar a aproximação dele com o pensamento ilustrado, isto é, com as críticas a teoria do conhecimento, que até então era referenciado pelos princípios cristãos e, posteriormente, com o advento da República, passou a considerar o cientificismo, o positivismo e o laicismo como princípios para o conhecimento.

³ A revolta do Quebra-Quilos aconteceu na província da Paraíba, em 1874, estendendo-se para outras províncias, cuja reivindicação estava ligada a imposição do novo sistema métrico pela lei de 1862. No entanto, nesse bojo de transformações sociais, as manifestações expandiram-se para outras discussões, a exemplo da Questão Religiosa, que obteve a participação efetiva de padres como Ibiapina. Ao ser chamado para fazer missões em Campina Grande/PB em 1873, um ano antes da explosão da revolta, o nome do missionário é indicado como incitador de devassas. Para maiores informações ver Oliveira (2017).

⁴ “As acusações à Casa de Caridade partem do Padre Joel Esdras Lins Fialho (13.07.1842-19.09.1931), em discurso na Assembleia Provincial da Paraíba. [...] Sua passagem pela Assembleia ficou marcada por um pronunciamento acusatório contra as Casas de Caridade do Padre Ibiapina, especialmente contra a de Santa Fé. [...] Tudo começa depois de propostas de alguns deputados para que parte dos recursos do

Governo, provindos dos dízimos de miunças (tributos) pudesse ser direcionada para a Casa de Caridade de Santa Fé” (CARVALHO, 2015, p. 51-53) (grifo nosso).

⁵ Era jornalista e redator da *Revista Ilustrada*. Atentou para a falta de veracidade, já no primeiro volume (1876) do periódico, das informações divulgadas, pois que para acreditar nas notícias era preciso confirmá-las por meio da leitura de outros jornais (SANT’ANNA, 2011).

⁶ A publicação em defesa dos asilos e do Padre Ibiapina feita pel’*O Apóstolo* foi reproduzida pela *Revista Ilustrada* na edição nº 139/1878: “O *Apóstolo* defendeu e defenderá o padre Dr. Ibiapina, porque não pôde, à vista de tão *claros testemunhos*, negar sua existência e a existência de seus asilos, onde abriga a infância desvalida”.

⁷ Optamos por atualizar a ortografia das publicações feitas pela *Revista Ilustrada*, com vistas a facilitar a compreensão do nosso leitor.

⁸ Exemplos são Maria Isaura Pereira de Queiroz (1968), Ataliba Nogueira (1974) e Rui Facó (2009).

⁹ Se quiseres mandar um ano para arredondar a conta... Bem sabes que nunca me zango contigo, patrãozinho.

¹⁰ A Questão Religiosa foi um conflito entre a Igreja Católica e a Maçonaria, ocorrido na década de 1870, cujas divergências remontam discussões entre o ultramontanismo, o sistema de padroado e o liberalismo.

¹¹ Calça de couro curtido, agarrada a perna, como se fosse de borracha.

¹² Pequeno saco de couro.

¹³ - Graça quer dizer nome.

¹⁴ - É de etiqueta da terra.

¹⁵ Alteração de Baependi.

¹⁶ N. da R. Não tenhas medo, se te matarem, não faz mal... pela primeira vez...

¹⁷ Doença causada pela falta de vitamina B1, ocasionando a perda de peso, falta de ar, dores nos membros e inchaço nas pernas.

Artigo recebido em 16 de julho de 2020.

Aceito para publicação em 07 de novembro de 2020.

DOS MERCADOS MEDIEVAIS AOS *SHOPPING CENTERS*: UM ESTUDO SOBRE AS DINÂMICAS TERRITORIAIS DO EMPRESÁRIO DO COMÉRCIO

FROM MEDIEVAL MARKETS TO SHOPPING MALLS: A STUDY ON THE TERRITORIAL DYNAMICS OF THE TRADE ENTREPRENEUR

Clenio Ricardo Fonseca SANTOS*
Eunice Maria Nazarethe NONATO**

Resumo: O presente artigo busca apresentar as dinâmicas territoriais da microempresa, pessoa jurídica de considerável importância no desenvolvimento da economia brasileira, pela sua atuação em *shopping centers*, ambientes que agregam lazer e serviços ao comércio, com o objetivo de atrair pessoas para mais consumir e gerar mais receita. A existência dessa forma de exercício da atividade comercial, os *shopping centers*, decorre do surgimento dos *halles*, os mercados localizados nas praças locais das primeiras cidades europeias destinados à troca de mercadorias e interação de comunidades distantes. Esse espaço de troca de mercadorias e venda dos excessos de produção veio a se constituir no ápice do consumo, o que culmina com o desenvolvimento de uma nova territorialidade do empresário do comércio nesse local.

Palavras-chave: Empresário; *Shopping Center*; Consumo; Territorialidades.

Abstract: This article seeks to present the territorial dynamics of the microenterprise, a legal entity of considerable importance in the development of the Brazilian economy, for its performance in shopping malls, environments that combine leisure and services to commerce, in order to attract people to consume more and generate more revenue. The existence of this form of commercial activity, the shopping malls, stems from the emergence of the *halles*, the markets located in the local squares of the first European cities for the exchange of goods and interaction of distant communities. This space for the exchange of goods and sale of excess production became the apex of consumption, which culminates with the development of a new territoriality for the commercial entrepreneur in this location.

Keywords: Entrepreneur; Shopping Mall; Consumption. Territorialities.

Introdução

O empresário que atua no setor de comércio, notadamente através da forma de microempresa, encontra no espaço de um *shopping center* características específicas

* Mestre em Gestão Integrada do Território - Programa de Pós-graduação em Gestão Integrada do Território - Universidade Vale do Rio Doce - UNIVALE. Governador Valadares, MG - Brasil. E-mail: drcleniosantos@gmail.com.

** Doutora em Ciências Sociais - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais - Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. São Leopoldo, RS - Brasil. E-mail: territorio@univale.br.

que o trabalho neste local exigirá de quem se estabelece. No *shopping center* o empresário busca o lucro em um espaço cada vez mais relevante no mercado nacional por gerar empregos e atividades empresariais impulsionadoras da economia brasileira e atrair um contingente considerável de consumidores para suas dependências.

O *shopping center* (adotaremos como sinônimos os termos “centro de compras” e “*mall*”) cria um centro comercial no qual inúmeros empresários se estabelecem ou neles abrem filiais para atender a um público consumidor que está em busca de comodidade e segurança para compras e lazer aproveitando os estacionamentos protegidos, espaços climatizados e horários de funcionamento diferenciados face ao comércio tradicional.

O surgimento dos *shopping centers* é explicado como oriundo, em boa parte, pela escalada dos hábitos de consumo em decorrência da melhor condição econômica das sociedades capitalistas em geral, notadamente a partir da década de 1950. A necessidade de satisfação dos hábitos de consumo levou ao surgimento dos *shopping centers* nos subúrbios urbanos, e que com o passar do tempo se adaptaram para melhor atender ao público consumidor e se manter à frente da concorrência do comércio de rua.

O percurso do comércio, em termos de estrutura física até o advento do *shopping center* tem destaque no momento em que essas atividades ganharam corpo pela transição do comércio na Idade Média, notadamente a partir das feiras temporárias e itinerantes que ocorriam em toda a Europa até o estabelecimento dos centros comerciais, os *halles* assim denominados na França, cuja importância não se resumiu ao fato de concentrar os comerciantes sob um mesmo teto, mas também por contribuir para a socialização dos moradores das cidades europeias que cresciam consideravelmente. Esse modelo de organização comercial modificou-se à medida que o número de consumidores aumentou bem como em razão de os hábitos de consumo terem se transformado, razões pelas quais houve a criação de galerias comerciais e posteriormente das lojas de departamentos que ampliaram a disponibilidade de bens em um mesmo local para satisfação de um público cada vez mais consumidor.

Ao agregar serviços, expandir suas atividades e integrar espaços de lazer, os *malls* criaram meios para atrair e reter a presença dos consumidores e assim aumentar o faturamento através de uma nova forma de exercer a mesma atividade comercial dos primeiros *halles*.

No contexto social e econômico atual tem-se que o estabelecimento *shopping center* superou sua proposta original de ser apenas um local destinado à venda de

produtos e serviços. Surgido num momento de crescimento da vida suburbana, com a perda de importância dos centros das cidades, os *shopping centers* congregam atividades comerciais e de lazer, fazendo por vezes o papel de espaços públicos.

A partir do instante em que ultrapassam os aspectos comerciais, estes *malls* passam a ter características distintas, personalizam-se como ambiente de comércio e criam uma nova postura comportamental e de consumo e, assim, transformam-se em território uma vez que permitem a exploração de diferentes formas de ocupação e expressão pelos seus frequentadores. Em razão das interações havidas entre seus ocupantes, das relações sociais que vêm a ser condição para viver, habitar e produzir, é que o território se apresenta, o que permite entender o centro de compras como uma realidade relacional decorrente das interações entre seus diferentes usuários.

No contexto das diversas territorialidades que surgem neste ambiente, a microempresa em *shopping center* é um resultado destas ações que envolvem a interação entre homem e território, pois muitas vezes o ato de se estabelecer nestes novos ambientes é reflexo do surgimento de novos protagonistas naquele que seria o seu território natural, o comércio de rua, modificando a sua territorialidade de tal forma que levam o microempresário a buscar no *mall* o meio seguro para exercer sua atividade.

No entanto, esse empresário encontra uma realidade específica para exercer sua atividade pois este local tem características específicas por se tratar de um ambiente único, fechado, que concentra diversas atividades de venda que formam um conjunto integrado de opções ao consumidor, além daquelas voltadas ao lazer.

Por suas particularidades para o exercício da atividade comercial, o *mall* oferece aos consumidores uma experiência diferente no ato de comprar que vai demandar uma forma distinta de execução do comércio. Ser comerciante é algo que demanda talento e habilidade, mas ser comerciante em *shopping center* implica atuar de forma específica pelas características deste tipo de estabelecimento. Desta forma, a atividade profissional exercida em um território, marcado pela diversidade de interesses simultâneos e regramentos próprios leva à necessidade de se pesquisar essas novas territorialidades no exercício da atividade comercial por parte dessa pessoa jurídica nesse tipo de espaço.

Dos halles aos shopping centers

A humanidade passou a exercer atividades comerciais recentemente, em termos

de história, a partir da fixação dos grupos sociais ao solo, a domesticação de animais e o desenvolvimento da agricultura, para então iniciar a prática comercial, normalmente com a troca do excedente de produção com outro grupo social:

No fim do paleolítico — idade da pedra lascada — há 12.000 anos, após centenas de milhares de anos de evolução biológica e cultural, as sociedades humanas haviam chegado a fabricar utensílios cada vez mais variados, aperfeiçoados e especializados, graças aos quais tinham desenvolvido modos de predação (caça, pesca, coleta) diferenciados, adaptados aos meios mais diversos. Essa especialização foi acentuada no neolítico — idade da pedra polida — e foi ao longo desse último período da Pré-história, menos de 10.000 anos depois, que várias dessas sociedades, entre as mais avançadas do momento, iniciaram a transição da predação à agricultura. (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 97).

Com a fixação das populações desenvolvem-se outras atividades e hábitos, os quais, segundo (MAZOYER E ROUDART, 2010, p. 108) “testemunham a importância das transformações que ocorreram na organização social e na cultura dessas sociedades, na época de sua passagem da predação à agricultura”. Os grupos familiares e sociais se organizam em aldeias nas quais trocavam bens excedentes e prestavam favores entre si – e eventualmente a prática do escambo com pessoas de outras aldeias ou viajantes. No entanto, a especialização de produção em certas regiões indicava que o escambo ou a troca de favores não eram suficientes para as necessidades daquela localidade:

Uma economia baseada em favores e obrigações não funciona quando grandes números de estranhos tentam cooperar. Uma coisa é fornecer assistência gratuita para uma irmã ou um vizinho, outra bem diferente é cuidar de estranhos que podem nunca retribuir o favor. É possível recorrer ao escambo, mas ele só é eficiente quando se troca uma gama limitada de produtos. Não serve para formar a base de uma economia complexa. (HARARI, 2017, p. 183).

Por este crescimento de novas necessidades, (HARARI, 2017, p. 183) entende que a vontade de adquirir um produto diferente não produzido naquela aldeia e arredores – ou mesmo produzido, mas com melhor qualidade, assinala a ideia de consumo, posto que a vontade de ter faz com que a troca de produtos aguce o desejo das pessoas, e ao perceber o interesse alheio, o proprietário deste bem agora cobiçado pode acabar por exigir mais do que seria uma troca justa e positiva para as partes.

Para equilibrar as trocas de mercadorias havia a necessidade de um mecanismo que não privilegiasse uma das partes em detrimento da outra, bem como permitir que

aquilo que vier a ser recebido pudesse ser utilizado pelo recebedor para adquirir outra coisa desejada. A busca desse equilíbrio e a possibilidade de tornar viáveis diversas trocas seguidas foram os fatores que levaram à criação de um meio de trocas que fosse interessante para todos os negociantes, o dinheiro:

O dinheiro é, portanto, um meio universal de troca que permite que as pessoas convertam quase tudo em praticamente qualquer outra coisa. Força física é convertida em intelecto quando um soldado dispensado do exército financia sua faculdade com os benefícios militares recebidos. Terras são convertidas em lealdade quando um barão vende uma propriedade para sustentar seus empregados. Saúde é convertida em justiça quando um médico utiliza o dinheiro que cobra pelas consultas para contratar um advogado – ou subornar um juiz. (HARARI, 2017, p. 186)

Com a disseminação do dinheiro a aquisição de mercadorias se tornou algo corriqueiro, e em razão da possibilidade de se obter bens oriundos de diferentes lugares fez com que surgisse uma nova forma de trabalho, deslocada da produção agrícola ou da exploração de animais, fundada na obtenção de mercadorias para serem vendidas. Este profissional trabalha não para obter um bem como resultado do seu esforço, mas sim o dinheiro que a sua atividade poderia lhe proporcionar; surge assim o comerciante.

Os desdobramentos da atividade comercial ao longo da história podem ser entendidos como elemento determinante para os comportamentos sociais e mudança de hábitos a partir do continente europeu (e assim de todas as regiões colonizadas ou influenciadas pelos povos europeus) desde a Idade Média, momento histórico em que o dinheiro – moeda, passou a influenciar no cotidiano de diferentes povos:

Observa-se uma ampliação generalizada das redes de troca. Um volume cada vez maior de mercadorias circulava nas feiras e mercados: produtos agrícolas, alimentícios, tecidos, vestimentas, calçados etc. Além destes, produtos exóticos como perfumes, joias e especiarias, tecidos finos trazidos do Oriente, da Ásia e norte da África chegaram aos mercados ocidentais. (REIS, 2015, p. 44).

A mobilidade era característica do comércio pelo deslocamento dos seus agentes com os produtos em busca de interessados. No entanto, dados os riscos inerentes aos negócios pela insegurança dos precários caminhos europeus, ocorreu a fixação do negociante em locais que traziam alguma proteção, que ao se estabelecerem nas cidades e povoados levam ao crescimento estas localidades:

Pirenne pensava tê-los descoberto nos mercadores itinerantes (as primeiras jurisdições comerciais na Inglaterra não se chamaram *courts of piepowders*, cortes de pés poeirentos?), os quais se teriam fixado junto de um castelo forte (*burgus, castrum, wik*) ou de uma antiga cidade (*civitas*); seus entrepostos e suas habitações (*portus*) teriam se tornado um “burgo de fora” (*foris-burgus*, de onde “falso-burgo”), e este, cercado por muralhas, teria sido integrado nos limites da cidade ampliada. Sem negar o papel que podem ter desempenhado os comerciantes vindos de longe, destaca-se atualmente aquele que desempenharam os mercadores locais e os artesãos, tanto do setor têxtil quanto da metalurgia no crescimento de numerosas cidades. (ANTONETTI, 1977, p. 22)

A atividade comercial torna-se um elemento de suma importância para a formação e desenvolvimento das cidades, não sendo incomum o surgimento de várias destas e a expansão de outras em razão do desenvolvimento comercial experimentado:

As relações entre o comércio e a cidade perdem-se no tempo. Se nem todas as cidades são «filhas do comércio», como sugeriu Pirenne (1969), a verdade é que em nenhuma civilização a vida urbana floresceu sem a presença das trocas. O comércio faz parte da razão de ser da cidade. Viabiliza a sua existência, explica a sua organização interna e justifica muita da animação que nesta acontece. Através do comércio as pessoas satisfazem necessidades, veicula-se informação, difundem-se inovações, criam-se laços de sociabilidade, a vida acontece. Em suma, no comércio reside o embrião da vida urbana naquilo que esta pressupõe de interação, de troca em sentido lato e de produção de inovação. (CACHINHO; BARATA-SALGUEIRO, 2016, p. 91),

A atividade comercial expandiu-se de tal forma que atravessou regiões, cidades-estado, estendendo-se da Península Ibérica até a Itália atual, movimento este que passou a exigir cada vez mais conhecimento e organização:

Mercadores venezianos, genoveses, florentinos e pisanos compravam esses produtos e os distribuíam através de rotas comerciais dos Alpes, Reno e Mediterrâneo. Aos poucos, juntaram-se aos representantes das cidades italianas, os mercadores franceses, catalães e castelhanos, que acabaram por ligar as rotas comerciais da Península Ibérica aos mercados da França e do norte da Europa.

Essa “revolução comercial” impôs a necessidade, por parte dos mercadores, do conhecimento das praças e pontos de comércio, assim como das espécies de mercadorias, de sua qualidade e durabilidade, além dos pesos, taxas e medidas praticados nos diversos mercados. (REIS, 2015, p. 45).

A expansão da venda de mercadorias trouxe a criação de espaços específicos para a atividade comercial nos quais era possível apresentar os produtos para os

eventuais interessados – as feiras. Assim, o comerciante não dependia apenas de suas viagens para encontrar compradores, estes vinham às feiras, mistura de comércio e lazer, que surgiam como o meio para apresentar produtos e vendê-los:

Toda a Europa tinha suas feiras. Havia as de inverno e as de verão. De início, elas duravam algumas semanas, mas logo passaram a durar meses.

Especiarias do oriente, joias, verduras, legumes, grãos, remédios miraculosos, roupas, tecidos, sapatos, vacas – tudo estava à venda. Circulando por ali, toda uma fauna de gente que vinha vender, comprar ou simplesmente olhar aquele movimento inaudito.

Para chamar a atenção no meio da balbúrdia, armava-se um pequeno tablado – tipo um banco – e, em cima dele, eram realizados espetáculos. Vem daí o termo saltimbanco, *saltare in banco*. (CASTRO, 2005, p. 38)

Como o comércio ganhava cada vez mais significado, tornava-se interessante para este empresário histórico ficar estabelecido em um ponto, e a partir deste local controlar o seu negócio, receber e distribuir mercadorias, e ter o consumidor em sua porta, e não mais partir em busca de quem quisesse seus produtos.

O fenômeno mais importante a partir do século XIII foi a *sedentarização* do comércio local. O mascate frequentemente desapareceu, substituído pelo lojista. Um comércio permanente instalou-se nas cidades, representado em primeiro lugar pelos *merciers* (de *merx*, mercadoria: armarinheiros), que vendiam por atacado (“armarinheiro, fabricante de nada, vendedor de tudo”). (ANTONETTI, 1977, p. 88).

A modificação da prática comercial levou à expansão da atividade dos mercadores para estruturas mais complexas que passaram a incorporar outras funções em razão da importância que passaram a ter, como aponta (PADILHA, 2003, p. 47):

Por volta de 1137, os reis franceses começam a transferir os mercados para fora dos muros das “cidades” de forma a favorecer as comunidades locais e orientar o desenvolvimento urbano. Na época medieval, os mercados, que passaram a ser grandes galpões cobertos, representavam um importante papel cultural para as “cidades”, já que eram pontos de encontro para agricultores, cavaleiros, mercadores e religiosos. Os mercados cobertos (denominados de *halles*, em francês) chegaram a substituir as igrejas quando estas estavam em reformas ou, eram espaços apropriados para festas e bailes populares. Na verdade estes *halles* eram lugares plenamente utilizados pela vida da cidade.

É preciso compreender que a ideia que se faz de “França”, neste momento histórico, não corresponde ao que se entende na atualidade como o país posto que a

formação deste Estado nacional decorreu de um processo político específico que culminou com a união de diferentes regiões com realidades econômicas distintas:

A fisionomia econômica da França é muito mais complexa do que a da Inglaterra. A palavra França não corresponde, é certo, a nenhuma unidade econômica antes do fim da Idade Média. Design determinado número de regiões justapostas que não têm, umas com as outras, maiores relações do que com o estrangeiro. Ao Sul, em primeiro lugar, os portos da Provença, Montpellier, Aiguesmortes, Narbona e, principalmente, Marselha participam no comércio mediterrâneo, e no decorrer do século XIII praticam ativamente a exportação dos tecidos de Flandres e a importação das especiarias. (PIRENNE, 1968, p. 159)

O período feudal foi de importância considerável para o desenvolvimento e expansão do comércio, uma vez se tratar do momento em que houve a fixação da figura do comerciante, do crescimento das cidades e da criação de todo um novo extrato social a partir do desenvolvimento do espaço urbano:

Quanto aos aspectos mais notáveis da dinâmica feudal – o desenvolvimento das cidades e do comércio, o reforço dos poderes monárquicos –, sua importância apenas aumenta. Se considerarmos globalmente os séculos XIV e XV, e, apesar das baixas brutais provocadas pelas sucessivas passagens da peste, a população das cidades ocidentais aumenta, embora a um ritmo mais moderado do que antes. As características já mencionadas no capítulo II acentuam-se e os meios urbanos continuam a diversificar-se. Se o entrelaçamento entre a aristocracia urbana e os meios de negócios continua sendo a regra, algumas cidades tomam medidas que os obrigam a se diferenciar mais claramente, dando, assim, um novo relevo à oposição entre “nobreza” e elites urbanas. Ao lado dos mercadores, artesãos e banqueiros, os homens da lei têm ali um lugar crescente, do mesmo modo que os “oficiais”, encarregados das tarefas do governo urbano ou principesco, ou ainda os intelectuais, universitários ou os primeiros “humanistas”. (BASCHET, 2011, p. 259)

Embora tenham diminuído sua expressividade em termos de local agregador de atividades, os *halles* acabaram por influenciar o surgimento de um novo modelo de exploração da atividade comercial, as galerias e lojas de departamentos, surgidas no século XIX, caracterizadas pela reunião de diversas lojas.

Entre as semelhanças das galerias com os futuros shopping centers estavam a elaboração de uma paisagem interior própria, que seduzia os clientes, e o estabelecimento de códigos de postura peculiares, ao banir pessoas indesejáveis (como as prostitutas e os mendigos) e fazer a exploração imobiliária do espaço como negócio, ao alugar as lojas para comerciantes. (GARREFA, 2011, p. 39)

A partir da disseminação das galerias cria-se uma experiência para além da compra em si, é incluído para as pessoas também o gosto de comprar enquanto flanar, perambulam pelas lojas, veem e são vistos, em um verdadeiro espetáculo:

A ideia de agrupamento não é nova. Ela tem seu primeiro momento de glória, tanto em Londres como em Paris, com as famosas passagens cobertas, ponto da poesia urbana e da *flânerie*, que surgem nos anos 1820-30. O sucesso das passagens resulta, em boa parte, do fato de que a iluminação a gás possibilita uma nova vivência da cidade, de que constituem a vitrine luminosa e mágica, em contraste com as ruas escuras e suas velhas lojas tradicionais. Como observa com razão Christine Rheys, “luxo, riqueza, iluminação, mostradores, espelhos: a multidão se dava a si mesma em espetáculo. Contemporâneas da *flânerie* e do dandismo, concepções tão sociais quanto culturais, elas encarnavam também o advento do comércio elevado ao nível de arte”. É nessas luxuosas galerias envidraçadas onde “a arte se põe a serviço do comerciante” que o *flâneur*, admirando as vitrines de novidades, pode se entregar ao culto moderno da mercadoria, aos sonhos de consumo, às “fantasmagorias do mercado”: as passagens, forma primitiva do shopping center, “brilhavam na Paris do Império como grutas habitadas por fadas”. (LIPOVETSKY; SERROY, 2016, p. 189)

A Revolução Industrial modifica hábitos de consumo pela expansão da produção de bens. Uma vez aumentada a capacidade de produção, necessário se faz crescer o mercado. No entanto, (PADILHA, 2003, p. 58) aponta que o modelo de exploração de mão de obra em condições precárias de trabalho e salários aviltantes não gerava a massa de consumidores necessária para a aquisição do que se produzia em maior volume.

Em razão desse baixo poder aquisitivo generalizado as lojas de departamentos ainda não tinham condição de atrair um grande público, posto que, como afirma (PADILHA, 2003, p. 57), “as lojas de departamento não eram ambientes frequentados por operários ou camponeses, uma vez que se dedicavam ao público da classe média e dos burgueses.”. Era necessário mudar o perfil dos itens e surgem então, em paralelo aos *halles*, os comércios de bens industrializados vendidos com preços fixos:

A loja de departamentos não é apenas o incremento em área do espaço da loja tradicional, mas sobretudo uma nova forma de consumir. Entre os rasgos distintivos desta nova forma estava a adoção de um sistema de organização de vendas que trazia como principais inovações a ampla variedade de artigos em todos os ramos e preços fixos claramente marcados. Como explica Sennet, esta nova forma de vender e comprar, que inaugura a multidão de compradores, consistiu em um paradigma para as mudanças no domínio público que ocorriam

no século XIX. Se nas galerias se vendiam produtos exclusivos a públicos seletos, nas lojas de departamentos o que se vendia era a quantidade que a máquina podia de repente colocar à disposição de um público cada vez mais anônimo, e a esperança de alguma participação no sonho, ainda que somente através da experiência do consumo. (CABRAL, 2000, p. 36)

A expansão das lojas de departamentos contribuiu para a definição de novos hábitos de consumo, agora possibilitados pela produção em massa de bens. Permitiu a disseminação de uma nova forma de comprar posto que os produtos desejados estavam em prateleiras ao alcance do comprador, o qual sequer precisaria ter consigo toda a quantia necessária para adquiri-los uma vez criadas as linhas de crédito ao consumidor:

Lojas de departamentos, como o Bon Marché em Paris e Marble Dry Goods em Nova York, inaugurados em meados do século XIX, foram elementos importantes tanto na disseminação da moda como na democratização do consumo. Elas atiçavam o desejo dos consumidores, fornecendo um mundo de sonhos e impondo uma nova tecnologia do olhar ao apresentar as mercadorias em cenários e ao alcance das mãos dos consumidores sem a obrigatoriedade da compra. Simultaneamente, ofereciam meios para o financiamento dos sonhos que suscitavam, como foi o caso do crédito direto ao consumidor criado por Aristide Boucicaut, dono do Bon Marché. (BARBOSA, 2014, p. 27)

O desenvolvimento desta nova forma de venda, uma vez que a prática de compras até então se restringia apenas àqueles com maior poder aquisitivo, leva as pessoas a desenvolver o hábito de adquirir produtos ainda que não para uso imediato, que, nos dizeres de (ROCHA; FRID; CORBO, 2016, p. 225) indica que o público consumidor foi formado uma vez ter sido doutrinado nesta forma de acumular objetos:

Ao transformar o espaço de venda em espaço de comunicação e fazer do ato da compra uma experiência prazerosa e memorável, os grandes magazines propuseram novos gostos, hábitos, comportamentos e alternativas de sociabilidade. Essas lojas atuaram de forma pedagógica, materializaram valores da burguesia ascendente tomando o consumo um fim em si mesmo e constitutivo da experiência cotidiana nas grandes cidades. (ROCHA; FRID; CORBO, 2016, p. 225)

O surgimento e expansão das lojas de departamentos traz uma mudança pela despersonalização da relação entre consumidor e comerciante pois a produção em massa faz importante, além do produto, a marca e o fabricante, fatores que até então tinha

pouco significado pois ainda não havia uma vinculação dos produtos a determinada empresa. Adquiria-se o que o vendedor tinha disponível, os produtos eram anônimos:

O aparecimento das grandes marcas e dos produtos acondicionados transformou profundamente a relação do consumidor com o varejista, este perdendo as funções que até então lhe estavam reservadas: daí em diante, não é mais no vendedor que se fia o consumidor, mas na marca, sendo a garantia e a qualidade dos produtos transferidas para o fabricante. (LIPOVETSKY, 2017, p. 29)

O consumidor passa então a exigir identidade nos produtos que compra, e para (LIPOVETSKY, 2017, p. 47) cria-se um novo meio de vender, de satisfazer os desejos do indivíduo que buscava não apenas adquirir bens, mas coisas com origem, significado e também que agregasse algum valor para além da simples utilidade do objeto.

Com o término da 2ª Guerra Mundial, a economia dos países europeus passou um processo contínuo de crescimento não apenas como forma de se recuperar das perdas do período de guerra, mas também como caminho para evitar o surgimento de novos pontos de atrito que causassem novo conflito:

Recuperar-se da guerra era a prioridade esmagadora dos países europeus e do Japão, e nos primeiros anos depois de 1945 eles mediram seu sucesso tomando como base o quanto se haviam aproximado de um objetivo estabelecido em referência ao passado, não ao futuro. Nos Estados não comunistas, a recuperação também significava deixar para trás o medo de revolução social e avanço comunista, herança da guerra e da Resistência. (HOBSBAWM, 2007, p. 254)

Em decorrência da expansão da atividade comercial na França, com o crescimento das lojas de departamentos, surge o negócio empresarial *shopping center*, destinado a unir na mesma estrutura diferentes comerciantes de forma a permitir atender ao público como uma loja de departamento, mas de modo ampliado e diversificado:

Quando se fala em shopping, no senso comum do brasileiro, parece não haver dúvida de que essa palavra se refere a um tipo de estabelecimento comercial que reúne várias lojas sob um mesmo teto, que conta com uma administração centralizada e que geralmente possui estacionamento para automóveis. No senso comum, portanto, shopping é, de um lado, um edifício, um ambiente físico e, de outro, uma instituição na qual as pessoas físicas e jurídicas estão sujeitas a determinadas convenções. Essa percepção, todavia, corresponde a uma parte apenas da etimologia da palavra, originária da língua inglesa, que deriva de *shop*, que é um substantivo e também um verbo (UNIVERSITY OF OXFORD, 2005). Enquanto substantivo, refere-se

a loja, a lugar onde se compra algum bem ou serviço. De certo modo, este é o uso que se aproxima da versão brasileira. Enquanto verbo, *to shop*, significa tanto comprar em lojas quanto ir às compras, no sentido de uma atividade por si. Ou seja, *go shopping* é uma atividade duradoura da qual a compra, em si, é apenas uma parte. (...) Essa análise da origem da palavra auxilia a perceber o shopping enquanto uma atividade, uma experiência. (OLIVEIRA, 2008, p. 16)

O centro de compras veio a ter expressão nos Estados Unidos da América como meio de criar um ambiente diferente do típico das cidades norte-americanas:

O moderno *shopping mall* (expressão usada pelos americanos e canadenses) foi uma “invenção” do arquiteto europeu Victor Gruen, de Viena, que, se inspirando nas galerias de Milão e Nápoles do século XIX, desejou, nos anos 1950, recriar uma cidade europeia na América. (PADILHA, 2003, p. 69)

O *shopping center*, enquanto nova forma de comércio, alcança sua expressão máxima nos Estados Unidos a partir dos anos 1950 em razão, segundo destaca (PINTO, 1992, p. 2), de fatores preponderantes como “o aumento do poder aquisitivo da população; o desenvolvimento da indústria automobilística; a descentralização para as zonas periféricas, além de outros fatores”. A loja de departamentos tem nova dimensão pois agora a diversidade de mercadorias surge da variedade de empresários vendedores, os quais, unidos sob um mesmo teto, oferecem bens ao público de forma diferenciada:

Shopping Center significa um empreendimento imobiliário de iniciativa privada que reúne, em um ou mais edifícios contíguos, lojas alugadas para comércio varejista ou serviços. Distinguem-se umas das outras não somente pelo tipo de mercadoria que vendem (o *tenant mix* planejado pela empresa prevê a presença de várias lojas do mesmo ramo para permitir a compra por comparação), como também por sua natureza distinta (lojas-âncora e lojas de comércio especializado e serviços – que podem ou não pertencer a redes). A estrutura e funcionamento do empreendimento são controlados por um setor administrativo, necessário para o funcionamento eficaz do SC, o que significa dizer que é o setor cuja responsabilidade é zelar pela reprodução do capital da empresa. Além disso está a presença de um parque de estacionamento, cujo tamanho depende do porte do empreendimento e da sua localização. (PINTAUDI, 1992, p. 15)

Um dos aspectos do crescimento da economia dos Estados Unidos decorre da descentralização urbana no período após a 2ª Guerra Mundial (1939-1945), que é fator apontado por (GARREFA, 2011, p. 42) como elemento que permitiu o avanço dos *shopping centers* pelo novo modelo de urbanização daquele país:

Nas décadas iniciais do século XX, os novos modelos urbanos, especialmente os da cidade-jardim, provocaram grande interesse nos Estados Unidos. Aí seu conceito original foi adotado e transformado pelo mercado imobiliário, dando origem aos bairros-jardins, uma fórmula de grande sucesso. Inicialmente, nesses empreendimentos, o comércio – cujas instalações e localização na comunidade eram planejadas – teve destaque no abastecimento da população suburbana. O viés imobiliário desses bairros era a habitação; assim as operações comerciais serviam como infraestrutura do bairro, contribuindo para convencer o consumidor a habitar a maiores distâncias do centro. (GARREFA, 2011, p. 42)

O abandono das áreas centrais pela população, em busca de melhores condições de vida, trata-se de um processo de desterritorialização, caracterizado pelo rompimento com o território, uma vez que “simplicadamente, podemos afirmar que a desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território, ‘é a operação da linha de fuga’, e a reterritorialização é o movimento de construção do território.” (HAESBAERT, 2016, p. 127). No caso dos centros urbanos que perderam sua força para as periferias, (DELEUZE e GUATTARI, 1997, p. 151) apontam que esse processo significa o que pode ser interpretado como uma verdadeira inversão de valores:

Dir-se-á mesmo, sob certos aspectos, que a periferia e o centro trocam suas determinações: uma desterritorialização do centro, um descolamento do centro em relação aos conjuntos territoriais e nacionais faz com que as formações periféricas se tornem verdadeiros centros de investimento, enquanto as formações centrais se periferalizam. (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 151)

A expansão da urbanização para outras áreas abertas e ainda desocupadas foi possível, em muitos casos, pela criação dos *shopping centers* cuja força, como meio de satisfação do consumismo crescente, dava-se com o erguimento de grandes estruturas destinadas à venda de mercadorias, cercadas por enormes áreas de estacionamento haja vista a crescente popularização do automóvel na primeira metade do século XX, nos dizeres de (PADILHA, 2003, p. 69):

A típica cidade americana havia se tomado irremediavelmente congestionada pelo tráfego intenso de automóveis e de pedestres. Gruen percebeu, então, a oportunidade de fazer um novo centro urbano que pudesse acomodar bem os carros, respeitando também os pedestres. O primeiro passo na reconstrução da cidade americana foi construir um vasto espaço fechado para compras cercado por estacionamento. Nos anos do pós-guerra, a sociedade urbana estadunidense concretiza, então, não só a explosão da comunicação de massa como também a criação e expansão de supermercados e *shopping centers*. (PADILHA, 2003, p. 69)

Simultaneamente no Brasil, ainda que em condições econômicas modestas face às da América do Norte, houve um enfraquecimento da importância e estrutura dos centros da cidade pressionados pela expansão populacional e a definição de novas áreas de comércio mais especializadas naquilo que (ALVES, 2006, p. 112) denomina “diversificação de escalas”, também a partir da década de 1950:

Ainda que possa ser analisado em várias escalas, o centro tem como atributo a centralidade, ou seja, a capacidade de concentrar, em um determinado espaço, vários elementos necessários à reprodução da vida e, no sistema capitalista, a reprodução do próprio sistema como equipamentos de circulação (de fluxos de informações, mercadorias, pessoas), comércio (banal e especializado), serviços (sofisticados e comuns). Se no passado (até os anos 1950 no Brasil) podia-se dizer que o centro das cidades era único, hoje temos vários tipos de centros, alguns com centralidades específicas e monofuncionais, muitas vezes destinados a grupos específicos da sociedade, outros mais tradicionais, com comércio diversificado e uma mescla maior de grupos sociais.

Os centros da cidade têm sua importância diminuída pela expansão dos subúrbios, novos espaços caracterizados pela existência de áreas maiores, dotadas de melhores corredores viários e facilidades de estacionamento, além de oferecerem atrativos ausentes no centro, agora visto como estrutura antiga e de ocupação restrita:

É a estratégia da administração dos Shopping Centers, enquanto negócio único, que concorre de forma desequilibrada com o comércio nas ruas tradicionais, que não possuem lojas âncoras, facilidade de estacionamento e segurança, áreas de lazer e praças de alimentação, mix de lojas adequado e atraente, e qualidade no atendimento do consumidor. (VARGAS, 2000, p. 7)

A necessidade de comercialização desses produtos ao cidadão comum, posto que, em (HOBSBAWM, 2007, p. 263), “a gama de bens e serviços oferecidos pelo sistema produtivo, e ao alcance deles, tornava antigos luxos itens do consumo diário” levou o *mall* a possibilitar a expansão da atividade comercial a um novo patamar, além da forma usual da atividade mercantil, o comércio de rua.

A microempresa – Do comércio de rua ao centro de consumo

Com o advento do Código Civil de 2002, a atividade comercial é definida para um conjunto maior de atos eliminando restrições como a distinção de tratamento entre

gêneros, algo incompatível com a igualdade garantida na Constituição Federal de 1988, e deixou-se em aberto quais seriam os atos que configurariam essa atividade, transformando o *comerciante* em *empresário*, nova denominação do profissional:

Art. 966. Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.

Parágrafo único. Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa. (BRASIL, 2002, *online*)

Entre as diversas formas de se exercer a atividade empresarial, com a entrada em vigor da Lei Complementar nº 123/2006, foram estabelecidos critérios objetivos de tributação para as pessoas jurídicas, o que culminou com a adoção da forma de microempresa como a majoritária, constituindo-se no meio mais adequado para o exercício regularizado do outrora denominado comércio.

Embora exerça a mesma atividade, o microempresário que atua no centro da cidade enfrenta dificuldades no trabalho em relação ao comércio suburbano haja vista não funcionar nos mesmos dias e horários de um *shopping center*, não proporcionar abrigo contra condições climáticas desfavoráveis, sem estacionamento, segurança e o atrativo de unir compras e lazer no mesmo local para o consumidor e seus familiares:

Mas a verdade é que não são só estes factores que devem ser tidos em conta. O comércio é dependente do ambiente global da área urbana. Assim variáveis como a segurança, a limpeza, a mobilidade, e a composição comercial, têm um grande impacto na qualidade do acto de realizar compras e no número de pessoas que resolvem deslocar-se a um determinado local. Por exemplo, é conhecido que num centro comercial privado a localização das lojas é feita com muito cuidado pois uma loja mal localizada pode levar à falência de outras cinco lojas adjacentes (Still, 1996), mas no centro da cidade esta preocupação é praticamente inexistente. (BALSAS, 2003, p. 123)

O *shopping center* pode ter contribuído para o agravamento da deterioração da área central das cidades ao gerar um ponto de atração longe desse centro, em decorrência das alterações nos hábitos de consumo; mas também pelo efeito sobre o pequeno comércio, incapaz de concorrer com centro de compras e que assim, sucumbe:

Por outro lado, a instalação dos SC promove impactos nas cidades, não só no aspecto territorial, como também, no social, através do consumo. Acrescente-se a isso a inexistência de leis que amparem os

pequenos comerciantes no Brasil e que, portanto, estão à mercê de enfrentar, de uma hora para outra, não apenas capitais de grandezas diferentes, mas concorrentes com grande poder de atração sobre o mercado consumidor. (PINTAUDI, 1992, p. 32)

Além das dificuldades estruturais que o centro da cidade acaba por gerar para a microempresa exercer sua atividade, bem como a perda de clientela para o *mall*, aquela ainda tem que lidar com a concorrência de um adversário por vezes estabelecido no mesmo ramo de atividade e de frente para seu comércio: o ambulante ou camelô:

A expressão ‘ambulante’ designa trabalhador normalmente autoempregado que vende diretamente ao consumidor (varejo) produtos diversos (normalmente miudezas e mercadorias de mais baixo valor), ou presta serviços (normalmente de alimentação), em vias e logradouros públicos (ruas, calçadas, praças, jardins, etc.), fora de lojas, em postos, fixos ou móveis, ou de forma itinerante levando sua mercadoria junto ao corpo, com ou sem permissão oficial.” (PAMPLONA, 2013, p. 230).

O trabalhador ambulante normalmente exerce essa atividade por não estar inserido no mercado formal de trabalho ou por não querer fazer parte desse mercado a ainda por ter desistido de tentar se inserir nesse contexto formal de trabalho:

O trabalho de camelô surge como uma possível alternativa de fonte de renda em períodos de crises econômicas, determinado tanto pela falta de perspectivas e baixos salários oferecidos pelo setor formal, ou mesmo informal, quanto por determinações culturais, que fazem parte da formação do trabalhador. (SALVITTI, 1999, p. 3).

O surgimento desse profissional decorre do fato de que os bens disponibilizados no mercado passam a ser desejados pelas pessoas, independentemente da classe social. Desta forma, a satisfação dos diversos interesses de consumo demanda respostas específicas e o atendimento desses desejos, por parte das camadas economicamente menos favorecidas, vai encontrar no camelô o indivíduo capaz de fornecer os produtos desejados pelo público-alvo notadamente em termos de custos para a aquisição.

O campo de consumo é, pelo contrário, um *campo social estruturado* em que os bens e as próprias necessidades, como também os diversos indícios de cultura, transitam de um grupo modelo e de uma elite directora para as outras categorias sociais, em conformidade com o seu ritmo de <<promoção>> relativa. Não existe a <<massa de consumidores>> e nenhuma necessidade emerge espontaneamente do consumidor de base: só terá de aparecer no <<standard package>> das

necessidades se já tiver passado pelo <<select package>>. A *fileira das necessidades*, de modo análogo à dos objetos e dos bens, começa por ser socialmente selectiva: as necessidades e as satisfações escoam-se para baixo (<<tricking down>>) em virtude de um princípio absoluto e de uma espécie de imperativo social categórico, que constitui o suporte da distância e da diferenciação por meio dos signos. (BAUDRILLARD, 1995, p. 61, grifos do autor).

O acesso aos bens de consumo é livre, mas tem restrições no tocante à capacidade econômica de cada um, e é neste espectro amplo de consumidores que o camelô vai encontrar sua área de atuação.

Além das eventuais dificuldades que a disputa de clientes pode trazer entre lojista e camelô, a degradação da área central pode exercer pressão econômica sobre uma microempresa cujos rendimentos são modestos, e esta, premida pela falta de recursos, não dispõe dos meios para se manter em atividade, encerrando sua atuação comercial, como narram (CACHINHO; BARATA-SALGUEIRO, 2016, p. 100), e, com isto, acaba por impulsionar a degradação do espaço em que atuava pelo fechamento de mais uma atividade comercial, criando assim um ciclo nocivo para a cidade:

Algumas áreas entram em declínio porque muitos comerciantes, descapitalizados, se mostram incapazes de reagir às mudanças que afetam a atividade comercial. Sem formação e os recursos necessários para se modernizarem, inovarem ou simplesmente ajustarem a oferta às mudanças das necessidades dos consumidores, acabam por perder competitividade e cessar o exercício da atividade. (CACHINHO; BARATA-SALGUEIRO, 2016, p. 100)

Além da concorrência comercial, um fator que dificulta a atuação dos empresários nos centros urbanos está na crescente violência que afasta os compradores e que, em muitos casos, traz mais prejuízos pela perda da mercadoria em casos de furtos e roubos, posto que o desaparecimento dos bens desequilibra seu capital e estoque:

O comércio tradicional é aquele que apresenta maiores problemas estruturais de segurança e, quando da ocorrência de crimes, em especial crimes contra a propriedade, é aquele que sofre maior impacto em termos de dinheiro, clientes e segurança. O furto em estabelecimentos comerciais é considerado uma das maiores adversidades do setor de vendas e a principal fonte de quebras e de investimento para os retalhistas (Cardone, 2006). No que concerne ao comércio tradicional, os furtos representam uma erosão significativa da sustentação do comércio e da própria qualidade de vida dos proprietários e clientes da loja. (MIRANDA, 2016, p. 8)

O comércio de rua, portanto, tem passado por significativas transformações, haja vista que concorre com o *shopping center*, e também com o comércio virtual que tem conquistado mais espaço. A loja tradicional, ante a existência de novos centros de interesse, deve adotar outras formas de se manter em atividade, pois, embora tenha um público cativo, vê este incapaz de resistir ao poder de sedução do ato de comprar, por exemplo, em um *shopping*, o “templo de consumo” (PADILHA, 2003, p. 242):

O templo do consumo (claramente distinto da “loja da esquina” de outrora) pode estar na cidade (se não construído, simbolicamente, fora dos limites da cidade, à beira de uma autoestrada), mas não faz parte dela; não é o mundo comum temporariamente transformado, mas um mundo “completamente outro”. O que faz “outro” não é a reversão, negação ou suspensão das regras que governam o cotidiano, como no caso do carnaval, mas a exibição do modo de ser que o cotidiano impede ou tenta em vão alcançar – e que poucas pessoas imaginam experimentar nos lugares que habitam normalmente. (BAUMAN, 2014, p. 126)

Em razão desta mística, a quase sacralidade inerente ao *shopping center*, pois “os espaços de compra/consumo são de fato templos para os peregrinos” (BAUMAN, 2014, p. 126), resta ao empresário desenvolver novas formas de existir face a um concorrente de tamanha força ou aliar-se a ele, e buscar, nas entranhas do centro de compras, o caminho para a sobrevivência profissional e quiçá, a expansão de suas atividades comerciais para obter lucros que o comércio da rua talvez não proporcione.

O shopping center – Territorialização da microempresa

O *shopping center*, essa forma de comerciar, embora desprovida de regras próprias, permite o desenvolvimento do ato de consumir em nova escala pela junção de diferentes atividades em um mesmo espaço, um ambiente específico, livre, inclusive, da influência das condições externas, como frio, calor; dia ou noite, como discorre (UNDERHILL, 2004, p. 34) em relação a esse tipo de atividade:

O shopping center foi criado por um shopping menor, por sua vez criado por uma humilde faixa de lojas de frente para o estacionamento, a primeira forma shopping gerada pelos subúrbios. O princípio de organização do varejo mais antigo inspirado pela vida automotiva foi essa faixa de lojas – às vezes ancoradas por um supermercado – com seis ou oito pequenos estabelecimentos comerciais. Havia uma fila de vagas na frente e fácil acesso à estrada principal. A inovação do shopping center consistiu em inverter as coisas, de modo que as lojas ficassem voltadas não para fora, mas, sim, umas de frente para as outras, em uma espécie de círculo, cercadas pelo estacionamento, e

não mais voltadas para ele. Daí para se colocar um teto sobre todas as lojas não foi preciso muito. (UNDERHILL, 2004, p. 34)

Os *shopping centers* adotam modelos específicos de atuação voltados para o atendimento das necessidades de uma dada localidade em termos de contingente populacional ou demandas personalizadas em busca da melhor forma de lucrar. A vantagem que se busca obter terá mais probabilidade de ocorrer caso a exploração da atividade comercial seja praticada de forma personalizada. Na atualidade, os centros de compras são classificados de acordo com o modo como se inserem no mercado a partir da estratégia de ancoragem de negócios adotada, o que revela como esse *mall* conseguirá se firmar junto ao público-alvo:

O sistema de ancoragem é imposto no planejamento e deverá ser calibrado para poder suprir, junto ao público alvo, o conjunto de fatores de motivação que venha a conduzi-lo ao shopping-center. Então, se o sistema de calibragem da ancoragem não for de grande eficácia, o empreendimento não apresentará atrativos para o público alvo, inviabilizando-o, por consequência. (ROCHA LIMA JR., 1996, p. 22)

Assim, um *shopping center* proporciona vantagens aos seus usuários, representa objetividade nas compras, integração de atividades e, em especial, segurança que traga a tranquilidade que a pessoa busca no momento de consumo ou lazer:

O consumidor, por sua vez, também aufere vantagens desse centro comercial. Além da facilidade de estacionamento e de economizar tempo, encontra num único local os mais variados ramos de comércio, tendo opção de escolha, o que lhe permite a verificação da variação de preços de uma loja para outra, podendo ainda utilizar as áreas de lazer como cinemas, restaurantes, divertimentos infantis, num clima de segurança contra assaltos ou furtos. (VIEIRA; BERTONCELO; RILLO; FONDAZZI, 2003, p. 31)

Ao constituir um conjunto de lojas voltado para as mais variadas necessidades de produtos, o *shopping center* surge como um lugar destinado a realizar a prática organizada e maciça do consumo de bens, “[...] porque, nas rotinas, os espaços específicos estão socialmente equacionados a atividades específicas” (DAMATTA, 2000, p. 41) não apenas voltada para a sobrevivência (como a aquisição de alimentos e outros gêneros), mas para algo além da necessidade, e torna-se uma conduta social.

O empresário explora esse desejo do consumidor de querer o imediato, ainda que desnecessário e nem sempre conveniente, oferecendo a satisfação desta vontade

com a venda de seus produtos, e age desequilibrando a relação razão-emoção, pois o “desejo que surge do conhecimento verdadeiro do bem e do mal, enquanto tal conhecimento diz respeito a coisas contingentes, pode ser ainda mais facilmente refreado pelo desejo de coisas que estão presentes.” (SPINOZA, 2016, p. 285). O mal se destaca nessa realidade do desenvolvimento dos hábitos de consumo para além da aquisição do necessário:

La gran fuerza que confiere al centro comercial su lugar primordial en la solidaridad orgánica postmoderna es su enorme capacidad de normalizar comportamientos, de unificar la diversidad, de convertir lo personal en social, de fragmentar lo masivo en particular –para cada público su objeto– y de masificar lo particular; todo vale si entra en el canal comercial, que absorbe e integra las preferencias incluso más características, minoritarias y particularistas si presenta potencialidades de venta. (ALONSO, 1999. p. 29)

Filiando-se ao pensamento de (GILLES LIPOVETSKY, 2017, p. 76) da existência de um *hiperconsumo*, altera-se o modo de consumir ao viver uma experiência em que o prazer da compra não está mais em ter ou posicionar-se socialmente pelo que se ostenta, mas também pelas sensações que o consumo pode proporcionar ao indivíduo. O *mall* passa a ser um ambiente preparado para consumidores ávidos por mercadorias, como destaca (SANTOS JÚNIOR, 1992, p. 73):

A variação das ruas internas (*malls*, na linguagem original), os corredores labirínticos, o sistema de circulação devem responder eficientemente aos requisitos de percurso entre o consumo programado (que leva o consumidor a deslocar-se até o SC) e o consumo por impulso (motivado pela atmosfera do mesmo). (SANTOS JÚNIOR, 1992, p. 73)

O poder inerente ao *mall* é perceptível pelo fato de o modo de consumo sofrer alterações, mas a existência destes centros não ter corrido risco de extinção, pelo contrário, expande-se cada vez mais. Como o consumir tornou-se mais sofisticado, estético, os *shoppings* assimilaram esse novo perfil do consumidor e a ele se moldaram, demonstrando sua territorialidade pela capacidade de adaptação a novos tempos, pois “justamente por ser relacional, o território é também movimento, fluidez, interconexão – em síntese e num sentido mais amplo, temporalidade.” (HAESBAERT, 2016, p. 82).

O dinamismo da sociedade impõe ao empresário um constante repensar da sua ação posto que atende a diferentes tipos de pessoas, e, quando se trata de microempresa em *shopping center*, a necessidade de ajustes é permanente, posto que ao mesmo tempo

deve se relacionar com empregados, clientes e dono do empreendimento, ora como quem pretende fazer prevalecer sua vontade, ora como quem se sujeita à vontade alheia.

Cabe salientar que a riqueza da multiplicidade dos processos de territorialização é evidenciada pela multiplicidade escalar (espaço-temporal) em que eles acontecem, visualizando processos de formação de territórios que estão sobrepostos, que mantêm fronteiras fluidas, difusas e de natureza mutante pela diversidade de estratégias/ações, tanto políticas como econômicas e culturais, que se alternam e alteram o espaço geográfico (COSTA, 2008, p. 181)

É possível perceber que a territorialidade é fluida, um processo contínuo de troca e relações que demandam um constante ajuste. A microempresa deve se adequar a diferentes contextos quando interage com os demais atores no seu ramo de comércio, ora se territorializa pela sua vontade, ora figura como elemento da territorialidade alheia, como na relação contratual com o dono do empreendimento, que faz valer sua vontade ao direcionar a atividade empresária para a maior obtenção de lucros.

Nessa territorialidade, o ato de consumir é sobrevalorizado com o entendimento de que o bem-estar da pessoa depende das compras que faz, pois “O consumo passa por uma lógica essencial: a ideologia igualitária do bem-estar, uma ideologia que traz consigo um discurso baseado nas necessidades da propensão dos seres humanos para a busca da felicidade” (ARANGO LOPERA; ALVAREZ MORENO, 2011, p. 21, tradução nossa), como se sucesso e realização pessoal, viessem através das compras.

Das coisas, esperamos menos que nos classifiquem em relação aos outros e mais que nos permitam ser mais independentes e mais móveis, sentir sensações, viver experiências, melhorar nossa qualidade de vida, conservar juventude e saúde. Naturalmente, as satisfações sociais diferenciais permanecem, mas quase já não são mais que uma motivação entre muitas outras, em um conjunto dominado pela busca das felicidades privadas. O consumo “para si” suplantou o consumo “para o outro”, em sintonia com o irresistível movimento de individualização das expectativas, dos gostos e dos comportamentos. (LIPOVETSKY, 2017, p. 42)

Assim, o consumir assume novas conotações para além da ideia de que ter determinados bens levam à inserção na escala social, do possuir para não ser diferente; o objeto a ser consumido tem que atender também a exigências de ordem estética, agradar a quem o adquire e não apenas demonstrar sua sintonia com o contexto social:

No tempo da estetização dos mercados de consumo, o capitalismo artista multiplica os estilos, as tendências, os espetáculos, os locais da arte; lança continuamente novas modas em todos os setores e cria em grande escala o sonho, o imaginário, as emoções; artealiza o domínio da vida cotidiana no exato momento em que a arte contemporânea, por sua vez, está empenhada num vasto processo de “desdefinição”. É um universo de superabundância o de inflação estética que se molda diante dos nossos olhos: um mundo transtético, uma espécie de hiperarte, em que a arte se infiltra nas indústrias, em todos os interstícios do comércio e da vida comum. (LIPOVETSKY; SERROY, 2016, p. 27)

O estabelecimento exerce sua força de atração relativamente aos consumidores/passantes de forma orquestrada através de cuidadoso estudo prévio, notadamente na formação do *tenant mix* “[...] ou seja, a distribuição dos espaços físicos dos estabelecimentos no interior do shopping, impedindo a concorrência predatória entre os lojistas e oferecendo um padrão de qualidade ao público consumidor [...]” (GAMA, 2002, p. 195) e sua organização ao longo dos caminhos do centro de compras.

O poder de atração do centro de compras, cujo sucesso é caracterizado pelo fluxo contínuo de pessoas e volume de negócios, faz com que o *mall* seja um território, por ser um espaço compreendido por todos os atores em seu entorno capaz de criar uma identidade, distinto embora formalmente idêntico à atividade do comércio de rua:

Portanto, hoje o território é mais do que nunca movimentos, ritmos, fluxos e redes. Mas não se trata de um movimento qualquer ou um movimento de feições meramente funcionais; ele é também um movimento dotado de significados, de expressividade, isto é, que tem um determinado significado para quem constrói e/ou para quem usufrui dele. (UEDA, 2008, p. 80)

Percebe-se o *shopping center* como um território a partir do planejamento de seu criador ao apresentar o negócio para os prováveis consumidores e, assim, estabelecer o caminho pelo qual o *mall* será aceito como um espaço para se territorializarem:

Tendo em conta os potenciais frequentadores do centro é que o empreendedor define qual será o perfil do *shopping* e estrutura os ramos de atividades ideais para serem realizadas pelos futuros lojistas, distribuindo-as de forma organizada no interior do prédio (*tenant mix*). O plano de uso deve levar em consideração o posicionamento das grandes lojas, sendo o ideal que o empreendedor consiga um firme comprometimento de que tais lojistas irão integrar o centro, o que será importante para a estratégia de comercialização dos demais espaços. (BARCELLOS, 2009, p. 76)

Embora busque atrair clientes para volumes cada vez maiores de vendas e margens de lucro, há posturas discriminatórias veladas em diversos estabelecimentos, mais para satisfação de alguns grupos sociais que se fazem presentes em um *shopping* do que postura empresarial em si:

Assim é que o West Shopping, principalmente em horários que coincidem com a mudança de turnos nas escolas das redondezas, é tomado território dos estudantes, que transformam seus corredores em palco de “zoação”, de paquera e, em grande medida, de dissensos com a segurança do empreendimento que, além de observá-los atentamente, chega, em algumas ocasiões, a interditar sua entrada. Já nos finais de semana, o *shopping* torna-se programa para todos e assume cariz mais familiar. Enquanto as famílias de classe média ocupam os cinemas e demais áreas de lazer (principalmente o parque infantil), as famílias mais pobres contentam-se em circular pelos corredores ou sentar-se na praça de alimentação, onde o grande programa é lanchar no McDonald’s. (MAIA, 2008, p. 203)

Neste aspecto, (BITTENCOURT, 2012, p. 95), verifica que há uma organização das lojas pelo perfil do público de um *mall*. Essa disposição reflete o poder aquisitivo dos frequentadores pois a gestão do negócio busca criar meios para receber quem pode gastar dinheiro, pois que ainda de modesta condição financeira, são compradores:

A configuração espacial de um Shopping Center não é de forma alguma aleatória; existe uma disposição física das lojas de modo a se gerar nos frequentadores-consumidores uma sensação de atração comercial por determinados gêneros e produtos específicos, através da identificação social do indivíduo para com as marcas que fazem parte do seu padrão de consumo usual. Nas entradas de pedestres raramente se encontram lojas mais sofisticadas; estas se situam geralmente nos setores dos shoppings onde em geral afluem os frequentadores-consumidores que lá chegam através de automóveis, evitando assim contato maior com a “plebe”. (BITTENCOURT, 2012, p. 95)

O *shopping center* assume um papel de atração para as pessoas/consumidores e por esta razão não pode ser restritivo, segregacionista e discriminador. Pelo bem dos negócios, o *mall* deve se apresentar de forma marcante, se constituir em um território, um local caracterizado pela liberdade da prática dos atos de consumo.

A existência dos *malls* é uma realidade inevitável pela materialização da “revolução comercial” declarada por (CACHINHO; BARATA-SALGUEIRO, 2016, p. 94), que estabelece uma dualidade em termos de atividade comercial:

Em suma, a revolução comercial está a gerar nas nossas cidades um sistema polarizado por dois tipos de espaços comerciais. De um lado, deparamo-nos com um pequeno número de lojas, que investindo na *mise-en-scène* das mercadorias, na teatralidade das imagens e na simulação do ambiente construído, exploram os *musées imaginaires* dos consumidores, oferecendo-lhes autênticas experiências de vida. Do outro lado, encontramos um grande número de unidades comerciais que, desprovidas de signos e valor simbólico significativo para os consumidores, continuam a ser percebidos como simples espaços de trocas e abastecimento. Usando uma velha classificação modernista, enquanto o primeiro grupo de estabelecimentos deixou o mundo tangível dos produtos para explorar a hiper-realidade dos signos e dos símbolos e através destes venderem sonhos aos consumidores, o segundo grupo permanece ligado ao mundo terreno dos produtos orientados para a simples satisfação das necessidades básicas dos consumidores que, por vezes, já nem existem, a não ser na mente de alguns vendedores. (CACHINHO; BARATA-SALGUEIRO, 2016, p. 94)

A satisfação destes indivíduos e a existência do *shopping center* dependem da atuação da microempresa comerciante que oferece bens de consumo e lazer a serem usufruídos, pois seu sucesso empresarial depende da completa percepção de que um *shopping center* é mais do que um conjunto de lojas, e sim uma forma própria de levar a prática do consumo de bens a um novo patamar.

Considerações finais

O *shopping center* é uma realidade comercial e social que compõe a vida daqueles que habitam os centros urbanos, em que há a presença deste tipo de estabelecimento, pois são atraídas pela experiência de consumo que o centro de compras proporciona e buscam, em suas dependências, o lazer com segurança, que nem sempre é possível encontrar nos espaços públicos existentes para este fim.

O frequentador de um *shopping* vivencia uma forma diferente de comprar, seja pela estrutura existente no centro de compras, seja pelas características de heterotopia deste lugar, que é frequentado em razão das utilidades que proporciona mas que permite, ao trafegar pelos seus corredores, ao sentar-se em um grande espaço repleto de pessoas e comer sem a necessidade de qualquer interação social, uma forma diferente de ser, mas sentir-se seguro e confortável assim mesmo.

Assim, destaca-se a pessoa jurídica da microempresa, atividade empresária por meio da qual a maioria dos *shopping centers* encontra o meio de proporcionar as atividades e satisfação de desejos buscados pelos frequentadores. A presença cada vez

mais significativa dessa espécie de pessoa jurídica, assim regulamentada em lei, é o sustentáculo para serviços, compras e lazer que o *mall* proporciona.

No entanto, a microempresa que busca se estabelecer em um *shopping center* tem que lidar com as especificidades deste território notadamente com a forma diferente de consumir que esse espaço estimula a existir para o atendimento das expectativas dos clientes, que frequentam esses locais em busca de produtos e serviços apresentados de forma diferenciada face ao comércio tradicional.

Diante dessa complexidade de exigências, tem-se a microempresa no contexto do *shopping center* entendida como um ser de múltiplas interações que se relaciona de forma específica com os demais indivíduos e classes coexistentes no território do *mall*. É múltipla porque lida de forma distinta com cada um daqueles que interage, firma sua atuação profissional e papel neste território em função de cada encontro, e em razão de cada relação que desenvolve ao longo dos dias de trabalho em um centro de compras.

É possível entender que a microempresa face às particularidades das suas atividades em *shopping center* é surpreendida por um novo conjunto de normas comportamentais e mesmo contratuais, ao mesmo tempo em que age de forma própria, devido às especificidades que o território centro de compras lhe apresenta, constituindo assim novas territorialidades.

Referências

ALONSO, Luis Enrique. Los grandes centros comerciales y el consumidor postmoderno. *Distribution y Consumo*, 27, 28-30. 1999. Disponível em: https://www.mapa.gob.es/ministerio/pags/biblioteca/revistas/pdf_DYC/DYC_1999_48_22_25.pdf. Acesso em: 02 dez. 2017.

ALVES, Glória da Anunciação. A mobilidade/imobilidade na produção do espaço metropolitano. *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. Ana Fani Alessandri Carlos [et al.]. São Paulo: Contexto, 2006.

ANTONETTI, Guy. *A economia medieval*. São Paulo: Atlas, 1977.

ARANGO LOPERA, Carlos Andrés; ALVAREZ MORENO, Mauricio Andrés. Nuevas recepciones, viejos consumos Las recientes ofertas de contenidos como agentes de transformación de lo imaginario. *Anagramas rumbos sentidos comun.*, Medellín, v. 10, n. 19, p. 17-34, dic. 2011. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1692-25222011000200002&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 22 mar. 2017.

BALSAS, Carlos José Lopes. (2003) Urbanismo Comercial: Mitos e Boas Práticas na Revitalização de Centros urbanos. In: *Sociedade e Território – Revista de Estudos*

Urbanos e Regionais, Vol.36: 116-130. Nutau 2002. Conferencia Magna sobre Comércio e Urbanismo, SP.

BARBOSA, Livia. *Sociedade de consumo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2014.

BARCELLOS, Rodrigo. *O contrato de shopping center e os contratos atípicos interempresariais*. São Paulo: Atlas, 2009.

BASCHET, Jérôme. *A civilização feudal: do ano 1000 à colonização da América*. São Paulo: Globo, 2006.

BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. Rio de Janeiro: Elfos Ed.; Lisboa: Edições 70, 1995.

BAUMAN, Zigmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

BITTENCOURT, Renato Nunes. O sistema panóptico da topologia do Shopping Center, a assepsia humana e a exclusão social da pobreza. *Revista Espaço Acadêmico*. Maringá, n° 139, p. 92-102, Dezembro 2012. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/17599> . Acesso em: 18 set. 2016.

BRASIL. LEI Nº 10.406 DE 10 DE JANEIRO DE 2002. *Código Civil*. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm . Acesso em: 18 mar. 2017.

CABRAL, Claudia Pianta Costa. Da rua corredor ao centro comercial: tipologias comerciais em Porto Alegre dos anos 30 ao princípio dos 90. *Arqtexto*. Porto Alegre. N.0 (2000), p.31-43. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/22142> . Acesso em: 02 abr. 2017.

CACHINHO, Herculano; BARATA SALGUEIRO, Teresa. Os sistemas comerciais urbanos em tempos de turbulência: vulnerabilidades e níveis de resiliência. *Finisterra*, Lisboa, n. 101, p. 89-109, abr. 2016. Disponível em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0430-50272016000100006&lng=pt&nrm=iso . Acesso em: 02 abr. 2017. <http://dx.doi.org/10.18055/Finis4134>.

CASTRO, Alice Viveiros de. *O Elogio da Bobagem*. Rio de Janeiro: Editora Família Bastos, 2005.

COSTA, Benhur Pinós. Microterritorializações urbanas: análise das microapropriações espaciais de agregados sociais de indivíduos same sex oriented em Porto Alegre/RS. In: HEIDRICH, A. L.; COSTA, B. P. da; PIRES, C. L. Z.; UEDA, V.. (Org.). *A emergência da multiterritorialidade: a ressignificação da relação do humano com o espaço*. 1ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, Canoas: Editora da ULBRA, 2008.

DAMATTA, Roberto. *A Casa & A Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia*, vol. 5. São Paulo: Ed. 34, 1997.

GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. Contrato de Shopping Center. *Revista da EMERJ*, v.5, n.18, 2002. Disponível em: http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista18/revista18_187.pdf. Acesso em: 21 ago. 2017.

GARREFA, Fernando. *Shopping Centers: de centro de abastecimento a produto de consumo*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

HARARI, Yuval Noah. *Sapiens – Uma breve história da humanidade*. Porto Alegre: L&PM, 2017.

HOBBSAWM, Eric. J. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LIPOVETSKY, Gilles. *A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

LIPOVETSKY, Gilles.; SERROY, Jean. *A estetização do mundo: Viver na era do capitalismo artista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

MAIA, Rosemere. O poder dos símbolos: disputas territoriais nos *shopping centers*. In: HEIDRICH, A.; COSTA, B. P. da; PIRES, C. L. Z.; UEDA, V. (orgs.) *A emergência da multiterritorialidade: a ressignificação da relação do humano com o espaço/organização de Álvaro Luiz Heidrich [et al.]*. Canoas: Ed. ULBRA; Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. *História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea* Marcel Mazoyer, Laurence Roudart; [tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira]. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília: NEAD, 2010

MIRANDA, Jéssica Ribeiro. *Comércio tradicional: contributos para a prevenção situacional de comportamentos antissociais*. 2016, 181 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Policiais) Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna. Lisboa, 2016. Disponível em: https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/15553/1/tese_%20jessica_final.pdf. Acesso em 07: jan. 2018.

OLIVEIRA, Sérgio Augusto Lana. *O homem e o shopping: um estudo de marketing sobre o significado de “ir ao shopping”*. 2008. 239 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Ciências Econômicas. Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/FACE-7Q3SWV>. Acesso em: 31 ago. 2016.

PADILHA, Valquíria. *Shopping Center: a catedral das mercadorias e do lazer reificado*. 2003. 317 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2003. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280103> . Acesso em: 31 ago. 2016.

PAMPLONA, João Batista. Mercado de trabalho, informalidade e comércio ambulante em São Paulo. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 225-249, Junho 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982013000100011&lng=en&nrm=iso . Acesso em: 02 dez. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-30982013000100011>.

PINTAUDI, Silvana Maria. O shopping center no Brasil – condições de surgimento e estratégias de localização. In: PINTAUDI, S.M.; FRÚGOLI JR, H. (orgs.). *Shopping Centers: espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

PINTO, Dinah Sonia Renalt. *Shopping Center: uma nova era empresarial*. Rio de Janeiro: Forense, 1992.

PIRENNE, Henri. *História econômica e social da Idade Média*. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

REIS, Jaime Estevão dos. Os manuais de mercadores da idade média: uma análise comparada do Zilbadone da Canal e o La Pratica della Mercatura / The manuals of middle age's merchants: a compared analysis of Zilbadone da Canal and La Pratica della Mercatura. *Revista de História Comparada*, [S.l.], v. 9, n. 1, p. 43 - 68, jul. 2015. ISSN 1981-383X. Disponível em: <https://revistas.ufri.br/index.php/RevistaHistoriaComparada/article/view/2350> . Acesso em: 27 jan. 2017.

ROCHA, Everardo; FRID, Marina; CORBO, William. Modas de mulher, modos de comércio: camadas médias, cultura e economia na história do consumo moderno. *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, v. 22, n. 45, p. 217-247, June 2016. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832016000100217&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22 mar. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832016000100009>.

ROCHA LIMA JR., João da. Planejamento de Shopping Centers. 1996. 266 f. *Boletim Técnico da Escola Politécnica da USP*. Departamento de Engenharia Civil, São Paulo, 1996.

SALVITTI, Adriana et al. O trabalho do camelô: trajetória profissional e cotidiano. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, São Paulo, v. 2, p. 1-23, dec. 1999. ISSN 1981-0490. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/25816>. Acesso em: 02 abr 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v2i0p1-23>.

SANTOS JÚNIOR, Wilson Ribeiro. Shopping center: uma imagem de espelhos. In: PINTAUDI, S.M.; FRÚGOLI JR, H. (orgs.). *Shopping Centers: espaço, cultura e*

modernidade nas cidades brasileiras. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

SPINOZA, Benedictus de. *Ética*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

UEDA, Vanda. O território organizado pelas redes. In: HEIDRICH, A.; COSTA, B. P. da; PIRES, C. L. Z.; UEDA, V. (orgs.) *A emergência da multiterritorialidade: a ressignificação da relação do humano com o espaço/organização* de Álvaro Luiz Heidrich [et al.]. Canoas: Ed. ULBRA; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

UNDERHILL, Paco. *A magia dos shoppings: como os shoppings atraem e seduzem*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

VARGAS, Heliana Comim. O comércio e os serviços varejistas: principais agentes e sua inserção urbana. *GEOUSP Espaço e Tempo*. N 8 FFLCH-USP /Humanitas, p 77-87. dezembro/2000. Disponível em: <www.labcom.fau.usp.br/wp-content/uploads/2015/08/2000-O-COMÉRCIO-E-OS-SERVIÇOS-VAREJISTAS-PRINCIPAIS-AGENTES-E-SUA-INSERÇÃO-URBANA.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2017.

Artigo recebido em 21 de fevereiro de 2020.
Aceito para publicação em 29 de setembro de 2020.

“AE IRMÃO, QUER SABER DO NOSSO DIA A DIA? COLA NA ESQUINA DA PERIFERIA”: REFLEXÕES SOBRE O MOVIMENTO *HIP-HOP* E A FORMAÇÃO IDENTITÁRIA DE SUJEITO PERIFÉRICO NO EXTREMO-LESTE ORLANDINO (1990-2010)

“HEY MAN, DO YOU WANNA KNOW US? COME TO OUR HOOD”: REFLECTIONS ON THE HIP-HOP MOVEMENT AND THE IDENTITY FORMATION OF A PERIPHERAL SUBJECT IN THE FAR-EAST OF ORLÂNDIA (1990-2010)

Bruno César PEREIRA*

Resumo: Ao longo deste artigo, buscaremos analisar o movimento *Hip-Hop* no município de Orlandia, localizado na região nordeste do Estado de São Paulo. Destacaremos neste estudo que este movimento no contexto dessa cidade tomou forma através das músicas do grupo de *rap* *Mente Armada*, da dança *breaking* dos *Maincon's* e pelas pichações com frases de ordem pela cidade. Da mesma forma, nesta investigação destacaremos as contribuições desse movimento na construção identitária de “sujeito periférico”, sobretudo na região do extremo-leste orlandino, que corresponde aos bairros Jardim Santa Rita e Conjunto Habitacional José Vieira Brasão.

Palavras-Chave: Hip-Hop; Orlandia; Identidade.

Abstract: Throughout this article, we will seek to analyze the Hip-Hop movement in the city of Orlandia, located in the northeastern region of the State of São Paulo. We will highlight in this study that this movement in the context of this city took shape through the songs of the rap group *Mente Armada*, the breaking dance of the *Maincon's* and the graffiti with slogans around the city. In the same way, in this research we will highlight the contributions of this movement in the identity construction of the "peripheral subject", especially in the far-eastern region of Orlandia, which corresponds to the neighborhoods Jardim Santa Rita and Conjunto Habitacional José Vieira Brasão.

Keywords: Hip-Hop; Orlandia; Identity.

Introdução

O município de Orlandia, localizado na região metropolitana da cidade de Ribeirão Preto, nordeste do Estado de São Paulo, é uma das inúmeras cidades brasileiras que o movimento cultural do *Hip-Hop* se fez presente. Notadamente, este movimento

* Mestrando em História. - Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná – UNICENTRO. Irati, PR – Brasil. Bolsista CAPES. E-mail: bruno_08cesar@outlook.com.

no contexto orlandino se originou em sua região periférica, o extremo-leste do município, que corresponde aos bairros Jardim Santa Rita e Conjunto Habitacional José Vieira Brasão. Nestes espaços, o movimento tomou forma através das músicas do grupo de *Rap Mente Armada*, das danças *breaking* do *Maincon's* e das pichações em espaços públicos (como escolas, posto de saúde e quadras de esporte) e privados (como residências de moradores e estabelecimentos comerciais).

Este movimento na cidade de Orlândia, não se difere do movimento *Hip-Hop* ocorrido nas grandes cidades, como na capital paulista, São Paulo, e carioca, Rio de Janeiro. Em suma, a dança, as músicas e as pichações neste município interiorano de São Paulo abordavam questões como a marginalização dos moradores e dos espaços na periferia, a violência policial, o racismo e a discriminação, bem como a falta de infraestrutura e o abandono do poder público sobre a região periférica.

O presente artigo, no qual corresponde a reflexões de uma dissertação de mestrado em História que se encontra em andamento, se propõe, primeiramente, a realizar uma análise acerca do movimento cultural do *Hip-Hop* no contexto brasileiro, destacando seus objetivos, pautas e lutas, bem como sua discriminação por parte de um setor da sociedade civil, notadamente a elite e pelas chamadas mídias tradicionais, que observam neste movimento uma representação de “exaltação a violência”. Neste sentido, temos como um dos objetivos centrais deste texto evidenciar a importância desse movimento cultural e social e contribuir na desconstrução dos estigmas e preconceitos sobre este movimento.

Em um segundo momento, concentraremos nossas discussões acerca do movimento no contexto do município de Orlândia, evidenciando seu nascimento, influências, pautas, representações e lutas.

Destacaremos que o nascimento deste movimento em Orlândia coincide com a criação das estratégias que estigmatizaram e marginalizaram a população e os espaços do extremo-leste orlandino (bairros Santa Rita e Brasão). E, que o movimento *Hip-Hop* se constituiu enquanto uma das táticas dos jovens periféricos, na busca de quebrar este processo, bem como na construção de um novo acervo de representações pautadas na valorização (autoestima) dos moradores e do espaço.

Da mesma forma, salientaremos que este movimento foi de grande importância no que tange a criação de uma certa identidade local, a identidade de “sujeito periférico”.

Para a construção desta reflexão, partiremos de produções bibliográficas das ciências humanas e sociais, notadamente das áreas da História e Sociologia, bem como utilizaremos como fontes nesta investigação as músicas do grupo *Mente Armada*, entrevistas com moradores¹ e algumas frases de pichações encontradas entre espaços públicos e privados ao longo do extremo-leste orlandino.

Este estudo se faz necessário, pois contribui para a derrocada de um estigma histórico sobre a região do extremo-leste orlandino, bem como sobre a representação dos moradores que habitam este espaço. Tal representação, construiu um imaginário acerca desta região e de sua população a partir de interpretações negativas, como um local violento, “lugar de marginal”, “submundo de Orlândia”.

Nesta investigação, ao destacarmos as táticas que vão na contramão destas estratégias que estigmatizam o local e os indivíduos, buscaremos dar visibilidade, voz e rostos aos sujeitos que sempre estiverem invisíveis e às margens da sociedade orlandina.

Movimento Hip-Hop: notas acerca de sua trajetória de luta e valorização da periferia

O *Hip-Hop* nasceu enquanto movimento político-cultural nos bairros negros das grandes cidades estadunidenses da década de 1970. Este movimento teve seu nascimento marcado por um período caracterizado por lutas pelos direitos civis e políticos por parte dos negros estadunidenses e, ao longo dos anos, se espalhou pelas periferias do mundo. Cabe destacar que este movimento artístico, cultural e político, teve uma relação estreita e essencial com cada lugar no qual se desenvolveu, ou seja, em determinados países e regiões teve cada qual, suas particularidades.

Andréia Moassab (2011, p. 48), em importante estudo sobre o desenvolvimento da “cultura *Hip-Hop*”, destaca que “[...] a criação do hip-hop se constituiu numa resposta à violência urbana à qual as populações afro-descendentes e hispânicas foram submetidas com as transformações urbanas das cidades estadunidenses das décadas anteriores”. A pesquisadora ainda ressalta que o nascimento deste movimento coincide com um momento (década de 1970), “[...] caracterizado por lutas pelos direitos civis e políticos por parte dos negros americanos” (MOASSAB, 2018, p. 48).

Moassab salienta que o movimento teve, e tem, por objetivo: colocar “[...] em funcionamento uma produção coletiva interessada menos na aferição de lucros e mais no bem comum por meio da construção de outro imaginário para a periferia e para a população pobre e negra deste país” (MOASSAB, 2011, p. 25). Da mesma forma, por

tratar-se “[...] de um movimento dos dias atuais, não é um universo fechado, ao contrário, está em curso, constitui-se uma rede em constante ampliação e alterações” (MOASSAB, 2011, p. 42).

Com relação ao contexto brasileiro, o *Hip-Hop* foi rapidamente transformado em "uma produção política e cultural dos guetos, das periferias e das favelas" (SOUZA; RODRIGUES, 2004, p. 101-102), surgindo em São Paulo (capital), por volta da década de 1980 nos tradicionais encontros do metrô de São Bento e na praça Roosevelt. Alguns nomes importantes da cena contemporânea do *Hip-Hop* surgiram neste período, como *Racionais MCs*, *Thaíde*, *Dj Hum*, *Styllo Selvagem*, *Região Abissal*, entre outros. Na década de 1990, foram criadas as primeiras comunidades organizadas de *Hip-Hop*. Estas comunidades, “[...] reuniam diversos grupos de uma mesma região da capital paulista, e buscavam instigar a vertente cultural, social, política e educacional do *Hip-Hop* junto às comunidades” (MOASSAB, 2011, p. 50-53).

Na década de 1990, este movimento através do *rap* de *Racionais MC's* com seu álbum *Holocausto Urbano*, ganhou enorme destaque no cenário musical brasileiro. O álbum deste grupo contém músicas que destacam questões do negro, da pobreza, da periferia e da violência policial. Foi nesta mesma década que despontavam outras importantes figuras do *Hip-Hop* nacional, como *GOG* (Brasília), *MV Bill* (Rio de Janeiro), *Sabotage* e *Rappin'Hood* (São Paulo), entre outros. Na década de 2000, outros grupos nasceram, sob influência dos versos cantados pela geração de 1990, entre os novos grupos destacamos: *Z'África Brasil* e *Núcleo* (São Paulo), *Clã Nordestino* (Maranhão), *Simple Rap' ortagem* (Bahia), entre outros.

Cabe destacar que não é apenas através da música que se manifesta o movimento *Hip-Hop*. A expressão cultural e artística deste movimento encontra-se presente em várias manifestações, como no *break*, dança dos *b-boys* e *b-girls* e nas pinturas urbanas do *graffiti* (sobretudo através das pichações).

Da mesma forma, é necessária a distinção entre o *rap* enquanto estilo musical e o *rap* integrante de um movimento cultural-social. O *rap* enquanto parte do movimento corresponde às músicas que carregam em seus versos narrativas de protestos contra a pobreza e marginalização, a denúncia da violência policial e do racismo e, da mesma forma, também trazem mensagens de valorização que visam a construção de autoestima da população das periferias.

Em síntese, como ressalta Moassab (2011):

[...] a história contada e cantada pelo hip-hop apresenta dois vetores fundamentais: aquele que congrega e dá identidade ao próprio grupo (periféricos) e aquele que expõe para a sociedade, através de seu próprio ponto de vista, a imagem de si e dos outros problemas do mundo. Estes dois conjuntos temáticos (a identidade coletiva para a própria comunidade e a imagem de si para o mundo e sobre o mundo) podem ser identificados nos diversos temas abordados nas letras, agrupados aqui da seguinte maneira: (a) construção da identidade, (b) violência policial, (c) narrativas do cotidiano, (d) assuntos de interesse geral (globalização, capitalismo, neoliberalismo) e (e) questão de gênero (MOASSAB, 2011, p. 186).

Ressaltamos que as mídias tradicionais não observam a construção do *Hip-Hop* como um espaço de reflexão social que discute temas como a periferia, o racismo, pobreza, violência policial e desemprego. Em especial, as mídias tradicionais têm destacado neste movimento uma certa exaltação da violência e do tráfico de drogas. Porém, as temáticas tratadas nas músicas são questões que correspondem ao cotidiano periférico, bem como a violência, em especial a violência policial sofrida por moradores periféricos, “[...] não é uma preferência temática aleatória, ao contrário, é uma denúncia da violência policial sofrida cotidianamente pelos moradores dos bairros pobres” (MOASSAB, 2011, p. 201).

Outra pesquisadora do movimento *Hip-Hop*, Vanessa Vilas Bôas Gatti (2018, p. 270), destaca que no contexto brasileiro, sobretudo a partir das músicas de *rap*, seus versos têm colocado em xeque as estratégias de “[...] estigmatização e marginalização sofridas por seus idealizadores e por toda a população moradora de bairros periféricos”, suas músicas podem ser compreendidas enquanto táticas, frente as estratégias de estigmatização e marginalização da população periférica (CERTEAU, 2014).

Ainda segundo a pesquisadora:

O gênero rap apresenta uma complexa teia de tensões, tanto em sua produção social como em seus versos, cujos autores pertencem, em sua maioria, aos estratos mais baixos da sociedade brasileira. Seus versos abordam uma encruzilhada de questões sociais, políticas e raciais (GATTI, 2018, pp. 270-271).

No contexto de Orlândia, o movimento cultural do *Hip-Hop* nasceu no extremo-leste do município, que corresponde aos bairros Jardim Santa Rita e Conjunto Habitacional José Vieira Brasão. Nestes espaços, o movimento tomou forma através das músicas do grupo de *Rap Mente Armada*, das danças *breaking* do *Maincon's* e das pichações em espaços públicos e privados.

Ao longo do extremo-leste, o movimento cultural do *Hip-Hop* serviu como importante ferramenta para questionar a estigmatização do espaço e marginalização de seus moradores, seja através das pichações, das danças, bem como das músicas de *rap*.

Destacamos que a produção artístico-cultural deste movimento, em Orlândia, se deu sobretudo através dos e para os jovens periféricos, que construíram e consolidaram este movimento através dos encontros e apresentações realizadas na periferia e fora dela.

É, sobretudo, através do movimento *Hip-Hop*, através da construção dos “pedaços” (MAGNANI, 1992), ou seja, espaços de sociabilidade e lazer frequentados por jovens que dividem os mesmos gostos, estilos musicais, bem como dividem das mesmas concepções identitárias, que estes jovens constroem um novo acervo de representações para com o espaço e com os sujeitos que o habitam.

Neste sentido, compreendemos que este acervo é construído através da organização de grupos de dança (como o grupo *Os'Maicons*), grupos de *rappers* (como o grupo *Mente Armada*), e pelas pichações espalhadas pelo bairro que por um lado denunciam as mazelas na periferia, a violência policial, bem como “formalizam” os grupos que vivem ali.

Hip-Hop Orlândia: movimento de contra-estigmatização e de construção identitária

Inicialmente o *Hip-Hop* no extremo-leste tomou forma a partir do grupo *Os'Maicons*, criado por jovens do Conjunto Habitacional José Vieira Brasão e Jardim Santa Rita, no início dos anos 1990. Este grupo possuía o intuito, segundo um de seus participantes, de “retirar a criançada da rua, construir um lugar pra eles dançar, socializar se divertir, mas também conversar sobre tudo, sobre a vida deles aqui” (WILLIAM, 2020).²

O grupo de dança *Os Maincon's*, que teve como um de seus criadores Rodrigo Lima no bairro Brasão ao longo da década de 1990, foi um entre vários outros grupos criados no município que se dedicavam às danças do estilo *Hip-Hop*. Segundo William, o grupo partia inicialmente do estilo *street dance*, mas, com o passar dos anos, migrou para o estilo *break*. Um dos principais professores e coreógrafos do grupo era Rodrigo Lima, que foi responsável por ensinar William a dançar.

Os Maicon's, nome inspirado no cantor, compositor e dançarino estadunidense Michael Jackson, realizava diversas apresentações na cidade de Orlândia e fora dela.

Como é destacado por William, o grupo participou de diversas competições em cidades como Ribeirão Preto, Santos e São Paulo.

Para a participação nestas competições, os gastos com transporte, inscrição, hospedagem e alimentação, foram financiados pelos próprios dançarinos. Para a arrecadação de dinheiro, os jovens que compunham o grupo realizavam rifas, festas e apresentações no bairro.

Foi somente após o grupo conquistar as primeiras colocações em competições regionais, que estes jovens conseguiriam algum financiamento do poder público, mas este financiamento consistia apenas na disponibilização de vans e ônibus para o transporte dos jovens para as competições em outras cidades.

Este grupo, aos poucos passou a criar um “pedaço” para estes jovens. Consideramos que seja a partir dos encontros para ensaios e apresentações do grupo e o contato com a cultura *Hip-Hop* (nacional e internacional), que os jovens na região periférica de Orlandia passaram a criar uma unidade e uma identidade pautada em questões como: compreender o processo histórico de estigmatização da periferia e de seus sujeitos e, passaram a buscar formas de quebra e de ressignificação de tal processo, a partir da valorização do espaço e dos moradores.

Se, por um lado, o grupo no qual William participou possibilitou a criação de uma unidade, na qual os jovens periféricos como ele se sentiam acolhidos e podiam conversar sobre suas realidades e extravasar os seus problemas particulares e coletivos a partir da dança, destacamos que é através de um outro estilo do movimento *Hip-Hop*, o *rap*, que os jovens na periferia poderiam dialogar com um público mais amplo, para além dos colegas, dos “manos” de seu grupo, de seu “pedaço”.

Como destaca Amaral (2014, p. 03), “[...] ao falar sobre o espaço onde vivem, os sujeitos evidenciam também suas relações sociais: expressam consentimentos, reprovações, cumplicidades e silenciamentos que compõem a trama de seu cotidiano”.

Era através das músicas de *rap* que se falava abertamente o que se passava na periferia para um público mais amplo, narrava-se o cotidiano, cantavam sobre suas vidas, sobre seus dilemas, denunciavam ou ridicularizavam o que ocorria na sociedade de modo geral e na periferia. Sposito (1993), ao discutir sobre as músicas de *rap* e sobretudo as temáticas abordadas por tal estilo, destaca que era “[...] está a tônica de denúncia predominante na produção musical dos rappers, podendo ser traduzida em expressões variadas, pois cada grupo que se forma desenvolve o seu estilo peculiar

acentuando o humor ou a sátira, a denúncia política ou o romantismo” (SPOSITO, 1993, 168).

No extremo-leste orlandino, um grupo que se destacou no estilo *rap* foi o *Mente Armada*, composto pelos *rappers* Sam, Mano Wolf, Pixota e RJ. Alguns destes integrantes do grupo de *rap* participavam também do grupo de dança *Os Maicons*, e foi a partir da amizade formada no grupo de dança que fundaram o grupo de *rap*.³

Este grupo, fundado no início dos anos 2000, construiu um repertório de músicas que tratavam sobre temáticas como o cotidiano periférico, as amizades, as perdas, a violência na e contra a periferia (em especial a violência policial contra jovens), conscientização sobre o uso de drogas, a falta de infraestrutura e o abandono por parte da prefeitura sobre este espaço.

No repertório deste grupo, encontramos músicas como *Vida difícil*, *Oposição vai se ferra*, *É sempre assim na periferia*, *Mano vai lá*, *Vou me vinga*, *Maldita polícia e Venha mano*, todas de autoria do grupo.⁴ Da mesma forma, o grupo, em suas apresentações, também cantavam músicas de outros grupos de *rap*, notadamente de grupos como *Racionais MC's* e do *rapper Sabotage*.

Podemos observar no repertório deste grupo, que as letras de suas músicas evidenciam as tramas do dia a dia, do viver nesta região de Orlandia. Cotidiano, violência, sociabilidade, laços de solidariedade e de amizades, são pontos apresentados por estes sujeitos ao longo das melodias.

Partindo da perspectiva de Napolitano (2002), no qual destaca as músicas enquanto fontes para a pesquisa histórica, este autor utiliza-se do binômio “documento-canção” para se referir às músicas. Para Napolitano (2002, p. 110) as músicas constituem “um grande conjunto de documentos históricos para se conhecer não apenas a história da música brasileira, mas a própria História do Brasil, em seus diversos aspectos” (NAPOLITANO, 2002, p.110).

Em suas investigações acerca da potencialidade das músicas, o autor destaca estas enquanto um documento histórico e não apenas um arranjo sonoro, e ressalta que estas são passíveis de serem exploradas em investigações sobre diferentes temas. Da mesma forma, entendemos que a música é uma fonte pela qual o conhecimento histórico circula e é, também, uma produção cultural, que possui uma historicidade.

O autor, ainda acrescenta que:

[...] é fundamental a articulação entre ‘texto’ e ‘contexto’ para que a análise não se veja reduzida, reduzindo a própria importância do

objeto analisado. O grande desafio de todo pesquisador em música popular é mapear as camadas de sentido embutidas numa obra musical, bem como suas formas de inserção na sociedade e na história, evitando, ao mesmo tempo, as simplificações e mecanicismos analíticos que podem deturpar a natureza polissêmica (que possui vários sentidos) e complexa de qualquer documento de natureza estética (NAPOLITANO, 2002, p. 53).

Neste sentido, partindo das considerações de Napolitano (2002), se faz necessário analisar o contexto da criação, a produção, sua circulação e recepção bem como sua apropriação por parte de seus consumidores.

Com base na produção historiográfica sobre o assunto, ou seja, sobre as músicas enquanto fontes para a História (MORAES, 2013), pode-se afirmar que a utilização das músicas como fonte documental para os estudos historiográficos traz à tona novas perspectivas exploratórias ao revisitar e analisar determinados períodos e realidades.

Outro pesquisador que se debruça sobre a importância e potencialidade das músicas/canções para as investigações em História, é Diogo Silva Manoel (2014, p. 04), em seu estudo, o autor salienta que:

Não há dúvida de que as canções são vestígios importantes e pouco utilizados pelos historiadores na tentativa de produzir um discurso histórico que tenha como fonte primária um bem cultural de fácil poder de apropriação e disseminação, composto por elementos que traduzem e ilustram a ‘realidade’ de um período. As informações presentes nas canções ajudam a ilustrar os acontecimentos sociais, políticos, econômicos e eventos do cotidiano de determinado país. Grosso modo, podemos dizer que a canção é uma interlocutora de acontecimentos culturais e sociais no mundo contemporâneo.

Assim, podemos afirmar que as músicas reúnem uma infinda quantidade de informações acerca de diversos aspectos de um período histórico, seja por seu poder de comunicação, bem como a apropriação pelos indivíduos.

José Wisnik (1999, p. 214), outro importante pesquisador da relação história x músicas, destaca que “[...] as canções absorvem frações do momento histórico, os gestos e o imaginário, as pulsões latentes e as contradições, das quais ficam impregnadas, e que poderão ser moduladas em novos momentos, por novas interpretações” (WISNIK, 1999, p. 214). Sua proposta reforça nossa compreensão acerca da utilização das músicas enquanto fontes documentais para a História.

Retomando as considerações de Napolitano (2002), as quais corroboram para as questões destacadas pelos dois autores citados anteriormente, Wisnik (1999) e Manoel (2014), o autor salienta que “[...] a canção ocupa um lugar especial na produção

cultural, em seus diversos matizes, ela tem o termômetro, caleidoscópio e espelho não só das mudanças sociais, mas, sobretudo das nossas sensibilidades coletivas mais profundas” (NAPOLITANO, 2002, p. 77). Desta forma, o pesquisador constata que as músicas/canções se configuram enquanto expressões artísticas que contém o reflexo do que uma sociedade sente nos seus mais infindos aspectos.

Partindo das considerações realizadas nos últimos parágrafos, propomos que, ao analisarmos as músicas de *rap*, em especial as produzidas pelo grupo *Mente Armada*, poderemos compreender melhor alguns aspectos do cotidiano periférico do extremo-leste, bem como a sua importância e contribuição no que se refere a uma construção identitária.

Como destaca Maria Rita Kehl “[...] o real é a matéria bruta do dia-a-dia da periferia, é a matéria a ser simbolizada nas letras do *rap*. Uma tarefa que, como todo trabalho de simbolização, depende de um trabalho de criação de linguagem que só pode ser coletivo” (KEHL, 1999, p. 104).

Boa parte das músicas do grupo *Mente Armada* são cantadas em primeira pessoa, seja do singular como do plural (eu ou nós), e se pautam em narrativas do dia a dia, sobretudo, narrando os problemas enfrentados na periferia, como a violência (policial e do tráfico de drogas), a pobreza, o abandono do poder público sobre este espaço e o preconceito (principalmente o racial e de classe). Estes jovens cantam sobre a sua realidade social, bem como a relacionam com contextos mais amplos, seja a nível local, colocando em evidência experiências de outros sujeitos, os “irmãos” e “manos” das “quebradas” (extremo-leste e outros espaços periféricos de Orlândia), bem com o nacional, ao abordarem outros espaços do Brasil, notadamente os grandes centros urbanos, com destaque as quebradas da capital paulista (São Paulo).

Em *Oposição vai se ferra*, o grupo narra um cotidiano marcado pela pobreza e pela falta de oportunidades, o que acaba por gerar a saída dos sujeitos do espaço (periferia) na busca de melhores condições, bem como a entrada de muitos no tráfico de drogas, sendo está colocada enquanto única possibilidade para muitos.

Um dia na periferia onde nasci, vivi, cresci Junto com a pobreza/
Humildade, malandragem, vários que tiveram sair cedo ou tarde/ para
fazer alguma coisa/ Ei irmão nunca se esqueceremos da sua pessoa/
Morreu nessa vida, vida louca, afim de ter vida boa/ O crime foi a
única escolha (MENTE ARMADA, 2009).

Esta mesma temática, é tratada em outras músicas, como *Mano vai lá*, onde o grupo se pauta em detalhar a vida diária de um “mano” que recentemente havia saído da prisão, e, pela falta de oportunidade, este acabaria retornando ao crime, como única forma de sobrevivência.

Nunca fui convidado pra emprego ou pra trabalho/ Sempre requisitado pra vender pedra ou assalto/ Desde moleque observava os malandro mais velho/ Saindo da cadeia ou indo pro cemitério/ Mesmo sabendo que é sem futuro você se envolve/ Cara quer andar se Cherokee/ Hoje em dia tá difícil levantar vendendo/ Muita gente no mesmo corre, no mesmo veneno/ Por isso não posso perder tempo vou me envolvendo em 157/ Vou pro arrebento pra chegar a hora/ O processo não é lento/ A quadrilha está unida, esquematizando o momento/ A juventude na periferia a sociedade fechou as portas/ Então não adianta ficar em choque agora (MENTE ARMADA, 2009).

O desfecho da vida deste mano, e de muitos outros como é narrado nesta música, iria variar entre apenas duas possibilidades, novamente a prisão ou o cemitério (morte). Para o sujeito, protagonista da narrativa cantada pelo *Mente Armada*, seu desfecho, após a uma frustrada tentativa de assalto a um banco, foi novamente retornar a prisão.

O grupo se utiliza da história deste mano como forma de conscientização. Busca-se evidenciar, por exemplo em *Vida difícil*, que mesmo com a falta de oportunidades na periferia, o crime, o “dinheiro rápido” através de assaltos, roubos e pelo tráfico de drogas, corresponde apenas a uma ilusão, onde o destino destes sujeitos, os quais optam por tal caminho, seria a cadeia ou o cemitério. Tratando-se sobre a primeira opção (cadeia), o grupo, através da música citada acima, narra o dia a dia em um presídio, evidenciando o abandono destes sujeitos nesse espaço, e, o caracterizam enquanto um “inferno na terra”, local onde não existe “redenção”.

Ao longo do repertório deste grupo, um tema que se sobressai é o da violência, sobretudo a violência policial. Isto pode ser observado, por exemplo, nas letras das músicas *É Sempre assim na periferia*, *Maldita polícia*, *Mano vai lá* e *Vou me vinga*.

Quer saber do nosso dia a dia/ Cola na esquina da periferia/ Venha ver o que acontece todo dia/ Só correria, só bandido tá nas pistas/ Chega devagar, mas não demora/ Pra chegar de boa sente o cheiro da marola/ É o que rola pra tirar a depressão/ Ameniza a mente dos irmãos/ Que o dia a dia não tá fácil não/ A polícia tá de camburão/ Loco pra jogar na detenção/ Os maloqueiros do mundão, né não/ É sempre assim, como cão e gato/ Um sai correndo o outro pula o telhado/ Filho da puta tá dizendo que quer me ver algemado/ Tá enganado, Dessa vez não vai conseguir/ Sou mano Wolf, vou me esconder ali/ Pra ver se um dia eu consigo a vitória/ Mas com a polícia eu só encontro a derrota/ É foda

saber que não tem jeito/ É foda pra sempre eu sou suspeito/ Porque sou pobre, sou negro/ É desse jeito, é puro preconceito (MENTE ARMADA, 2009).

Mas uma vez eu vejo a viatura/ A blazer coral, quatro porta cheia de filho da puta/ O que dá proteção deles, a intenção deles é maldade/ Trazendo a violência a comunidade/ Proteção dos playboy/ Mas aqui Mente Armada desabafa, fala que é nois/ Fala que é nois/ [...] A polícia humilha, esculacha os manos da periferia/ Não tenho medo desses porcos, tenho a voz ativa/ Cachorro rapper Sam, pago pro sistema e denuncio a violência/ Violência, violência policial, tratando qualquer um como marginal/ E eles vem com a sua valentia, desrespeitando os manos da periferia/ E eles dizem que são a proteção, eles vêm aqui para humilhar os irmãos/ Pra humilhar os irmãos (MENTE ARMADA, 2009).

Os dois trechos acima, retirados das músicas *É sempre assim na periferia* e *Maldita polícia* respectivamente, evidenciam a dimensão da forma como o braço armado do Estado é representado nas letras de *rap*. Coxinhas, porcos, palhaços de farda, gambé, estas são algumas expressões encontradas nas letras de *rap* (e nas pichações espalhas pelos muros dos bairros no extremo-leste) para se referir aos policiais militares.

Esta descrença na polícia militar nas músicas se dá, sobretudo, devido as abordagens truculentas dos jovens nas periferias (ANUNCIAÇÃO; TRAD; FERREIRA, 2020). Partindo da narrativa de William Bonetti, o entrevistado narrou que era comum os jovens sofrem abordagens policiais, os famosos “enquadros”, que, na maioria das vezes, eram truculentos, recheadas de tapas e ofensas.

Esta representação da PM, também pode ser observado na letra de *Vou me vingar*, onde o grupo *Mente Armada*, em certo momento da música, narra a chegada da PM na periferia, e esta é, segundo a narrativa, sempre observada com receio, medo e preocupação, pois a chegada dos “homens fardados”, muitas vezes, tinha por objetivo “fazer outra vítima”.

Na hora da blitz só tapa na cara/ Não conversa vagabundo se não vai pra vala/ É assim em todas as quebradas/ No Brasil filho da puta anda de farda/ Blêizer colorida é a polícia/ Vieram aqui só pra fazer outra vítima/ Outra correria na periferia (MENTE ARMADA, 2009)

Como salienta Gatti (2018) os repertórios das músicas de *rap* “[...] abordam uma encruzilhada de questões sociais, políticas e raciais” e partem da perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos *rappers*. Estas músicas, podem ser compreendidas enquanto narrativas que tratam “[...] de um cotidiano marcado pela violência extrema, em que a

morte prematura é um destino quase inescapável, evidenciando o baixo valor que as vidas de pobres e negros têm para a sociedade brasileira” (GATTI, 2018, p. 270).

Partindo da perspectiva desta autora, ao abordar as temáticas das músicas de *rap* e sua relação com o cotidiano periférico, destacamos que o grupo *Mente Armada*, em músicas como *Vou me vinga* e *Venha mano*, constroem narrativas que se caracterizam enquanto desabafos. Em *Vou me vinga* especificamente, o grupo, através da voz de Mano Wolf, narra a trajetória de um jovem que teria perdido seu pai assassinado em uma operação policial, e evidencia seu drama cotidiano, a violência, seja ela policial bem como a do tráfico, a falta de oportunidades e o preconceito, identificando, sobretudo, o governo, a polícia, bem como as mídias, enquanto culpadas e coniventes de tais problemas.

To cansado de ver desordem nessa terra/ Tráfico de drogas, homicídios, guerras/ Aqui a violência sempre quebra as pernas/ A mídia sempre se fez de cega/ Não vê o problema que acontece na favela/ Problema social tipo fome miséria/ O desemprego integra esse palco de medo/ Orlandia interior sou mano Wolf/ Tirando o teu sossego/ O governo vê e não faz nada/ Deixa irmão de pregos de farda/ Que sobem aqui só com bala e granada/ Na hora da blitz só tapa na cara/ Não conversa vagabundo se não vai pra vala/ É assim em todas as quebradas/ No Brasil filho da puta anda de farda (MENTE ARMADA, 2009)

Podemos dizer que as músicas de *rap* têm por objetivo, ou melhor, têm por função falar/narrar as questões que se passam no dia a dia dos sujeitos periféricos, dando atenção aos problemas enfrentados na periferia, como a violência, preconceito e o abandono. Cantam sobre seus dilemas e dificuldades sempre com um tom de denúncia.

Nas músicas *Vida difícil* e *É sempre assim na periferia*, o grupo através das vozes de Sam, Wolf e RJ, identificam e traduzem as funções do *rap* para o grupo.

O rap é a nossa alternativa/Para nos distanciar do mal/A justiça na periferia não foi leal a comunidade/Por isso nós relatamos a verdade/Mente enfumaçada não é viagem/ A família Mente Armada no seu estilo de vida/ [...] O rap é a nossa alternativa/ Para nos distanciar do mal/ A justiça na periferia não foi leal a comunidade/ Por isso nós relatamos a verdade/ Mente enfumaçada não é viagem (MENTE ARMADA, 2009)

Nem mesmo assim, vão me segurar/Nem mesmo assim, vão me conseguir parar/Que eu tô pronto, pronto pra disparar/Varias rajadas de palavras/E agora o que que eu vou fazer/Vem aqui na esquina só pra você ver/Tá na hora da ronda da polícia/Vamos sair da esquina (MENTE ARMADA, 2009)

Na perspectiva dos *rappers*, suas músicas servem para “tirar o seu sossego”, “relatar a verdade”, bem como servem enquanto uma forma para “se distanciar do mal”. Este último ponto pode ser entendido como a segunda função do *rap*, ou seja, para além da denúncia este também serviria como forma de conscientização ao uso de drogas e os malefícios do tráfico.

Contudo, cabe salientar que, mesmo que as músicas deste grupo tenham foco principal o tom de denúncia, em especial dos problemas encontrados no cotidiano periférico, outro tema tratado nas letras deste grupo de forma significativa se refere aos laços de solidariedade na periferia, principalmente os laços entre os jovens.

Como destaca Amaral (2014, p. 14), as temáticas das músicas de *rap* não se concentram apenas nas questões que envolvem a pobreza e a violência, “[...] existem nestas músicas uma complexa construção de significados que transitam, relacionados à amizade, as redes de solidariedade, aos códigos morais, à produção cultural, entre outros, que se destacam como elementos constitutivos dos processos de produção de sujeitos”.

Em todo o repertório do grupo *Mente Armada* encontramos referências aos “manos” e “irmãos” que seguem ou seguiam juntos na mesma caminhada do dia a dia, que dividem e dividiam juntos problemas comuns, bem como estes mesmos irmãos e manos dividem as vitórias neste mesmo dia a dia. Esses laços de solidariedade são construídos devido aos problemas enfrentados em comum, como a violência, o preconceito e a falta de oportunidades destes sujeitos.

Ainda no contexto orlandino, as pichações, uma das classificações do *grafitti*, que também faz parte do movimento *Hip-Hop*, assim como o *rap* e o *break*, foram importantes instrumentos de protesto e visibilidade ao movimento *Hip-Hop*. As pichações, que consistem em pequenas frases que, na maioria das vezes, representam marcas de um grupo ou sujeito, também servem para marcar território ou correspondem a frases de protesto, se encontram espalhadas pelos muros da escola Sylvia Ferreira Jorge Schaffer, da igreja Santa Rita e de algumas casas ao longo do bairro e fora dele. Estas pichações carregam frases como: “fora porcos”, “PM bom é PM morto”, “FBZ” (Família Brazão), entre outras.

Como salientamos em parágrafos acima, o movimento cultural do *Hip-Hop*, seja através da dança, das pichações e do *rap*, construindo, ocupando ou reinventando os espaços (pedaços) ao longo dos bairros que compõem o extremo-leste e fora dele, serviu

como um movimento aglutinador, que acabou por forjar uma identidade jovem na periferia, identidade esta que corresponde ao “sujeito periférico”.

Esta identidade, construída através deste movimento, em um primeiro momento serviu para denunciar as mazelas sofridas por esses sujeitos e pelo abandono do espaço. Da mesma forma, tal identidade também serviu na construção de conscientização ao uso de drogas, de uma autoestima e pertencimento a periferia independente dos problemas enfrentados. Sem sombra de dúvidas, tais questões podem ser observadas ao longo do repertório do grupo *Mente Armada* construído por versos que visam a denúncia, da criação de laços de solidariedade e da valorização que se traduzem através da criação de uma autoestima para os sujeitos que habitam a região periférica orlandina.

Outrossim, salientamos que esta identidade forjada a partir dos encontros, shows, músicas, danças e pichações, se dá sobretudo a partir de um sentimento de oposição entre o “nós” (manos, irmãos, moradores da periferia) que sofrem diariamente com o racismo, preconceito e violência, em contraponto ao “eles” ou “outros” (os boys, playboys, coxinhas) que correspondem aos sujeitos “pertencentes a uma elite econômica, com privilégios, acesso ao consumo e ao poder e serviços públicos, principalmente à proteção policial”, observa-se “eles” como aqueles que propagam os estereótipos, violência e estigmas sobre esta região e seus moradores (GATTI, 2018, p. 271).

Salientamos ainda, que esta identidade foi propagada, incorporada, significada e ressignificada entre os jovens desta região através do consumo das músicas em encontros nas esquinas quadradas, ruas etc., bem como, a partir de sua participação em shows dos grupos de *rap* e dança. O *Hip-Hop* no extremo-leste, e fora dele, acabou por formar uma rede de sociabilidade que impulsionou a criação desta imagem/identidade (nós), bem como construiu uma coesão a este (a) grupo/identidade (FELIX, 2005).

Ao longo do final da primeira década do século XXI, os grupos *Mente Armada* e *Os Maicons* chegariam ao fim. Os motivos que levaram ao encerramento destes grupos variam, sejam por brigas internas, a falta de tempo para a realização de ensaios e shows, bem como pela falta de recursos para a compra de equipamentos e locomoção para eventos.

Contudo, a identidade e os laços construídos entre os jovens na periferia através das contribuições destes grupos se mantiveram. Ressalta-se que estes grupos contribuíram significativamente na construção desta identidade periférica que pode ser traduzida atualmente através do grupo *Família Brazão*.

A *Família Brazão* foi criada inicialmente enquanto um bloco de carnaval de moradores da periferia (especialmente jovens). O grupo criou, ao longo dos anos, uma série de abadá que traziam o nome do grupo, estampas como imagens de figuras ligadas ao *Hip-Hop* ou de outras sujeitos. Os abadá também traziam frases que valorizam a periferia e os sujeitos que a compõe.

Entretanto, a FBZ não corresponde apenas a um grupo criado para “pular carnaval”. Em suas entrelinhas, o grupo também serve enquanto um dispositivo de solidariedade, ativado muitas vezes em situações de confronto (em especial contra outros grupos de outras regiões). O grupo criou uma página na plataforma *Facebook*, o qual serve enquanto espaço de divulgação de eventos (sobretudo de *Hip-Hop* e *Funk*) realizados na cidade e região. Da mesma forma, serve para a interação dos membros e divulgação de trabalhos, oportunidades de empregos e convites para encontros para “jogar conversa fora”, “tomar uma bera [cerveja]” e “queimar uma carne [fazer churrasco]”.

André Marcos, “Chicão para os manos e para os chegados”⁵, é um dos fundadores da FBZ. Nascido e criado no Conjunto Habitacional José Vieira Brasão, ao falar um pouco sobre a trajetória do grupo, das suas influências, explicitou que

A FBZ a gente criou pra se divertir com o carnaval, aí depois criou o grupo [no *Facebook*], que também no início era pra divulgar a camisa [abadá] pra ver quem queria comprar. Só que depois que acabava o carnaval, a gente usava o grupo pra interagir, pra conversar, pra marcar uns encontros ali na quadra, jogar um futsal depois tomar uma cerveja no Gordim [Bar no bairro Brasão, localizado na rua 12] (André Marcos, 2020).

Nota-se, que o grupo FBZ, na perspectiva de André, pode ser compreendido da mesma forma que o grupo *Os'Maicons*, era para William, ou seja, o grupo serve enquanto espaço de criação e aprofundamento de laços de amizade e solidariedade. Bem como serve para os sujeitos conversarem sobre questões pessoais e coletivas, especialmente questões do cotidiano na periferia e fora dela.

A gente se encontrava mais ali na quadra, no meio do Brasão ali [avenida Z], ia todo mundo do grupo ali, tudo as molecadas, a gente jogava uma bola ali e depois sentava por ali mesmo e ia tomar uma cerveja, ia conversar sobre o que aconteceu na semana de cada um, sobre os problemas que os cara tava passando, via no que cada um podia ajudar, conversava sobre o que tava rolando na cidade, jogava umas conversa fora (André Marcos, 2020).

Marcos Flavio⁶, outro integrante do grupo, ao ser perguntado sobre as influências deste grupo, nos narrou que:

O grupo nasceu da molecada que tava tudo junto aí entende? se encontrando nas esquinas, que curtia um rap, tinha uns que dançava até, que cantava, mas daí os grupo daqui morreu [acabou], aí a gente criou esse grupo pra divulgar outros que cantavam, pra gente ir prestigiar os eventos dos maluco (Marcos Flavio, 2020).

Marcos ainda destaca que o grupo FBZ, para ele,

“[...] é mais que um grupo de Facebook, ou um grupinho ali que vai pro carnaval, tem mais coisa aí, entende? Ali a gente é um grupo de galera da periferia que divide umas ideias, marca pra dar uns pião [encontros] pra falar dos problemas, mas também pra se divertir (Marcos Flávio, 2020)

Mente Armada, *Os'Maincons* e na atualidade a *Família Brazão*, foram, e são, grupos que possibilitaram e possibilitam a criação e ocupação de espaços onde jovens periféricos dialogam e divergem sobre suas realidades cotidianas.

Através dos versos do grupo *Mente Armada*, conhecemos um dia a dia marcado por uma realidade brutal. Mas, mesmo com as dificuldades “batendo a porta”, a periferia se cerca de laços de amizade e solidariedade. *Os'Maicons* criou e ocupou espaços na periferia através da dança, mas também serviu como importante grupo de criação de uma consciência e identidade através dos encontros para ensaios e para as apresentações.

Por fim, na atualidade a FBZ configura-se para além de um grupo criado para pular o carnaval. A criação de seus abadás reforça a identidade criada pelos outros dois grupos citados, bem como o grupo passa a ocupar, mesmo que por um breve momento (semana de carnaval) espaços para além da periferia.⁷ Em um campo simbólico, estes jovens, ao caminhar entre a multidão nos dias de carnaval, com abadás com estampas que exaltam o movimento *Hip-Hop* e com frases que valorizam a periferia e seus laços, mostram que a periferia vive, excluída e estigmatizada, mas ainda viva, presente e ocupando outros espaços na cidade.

Considerações Finais

O movimento *Hip-Hop* em Orlândia, assim como em outras cidades e regiões do país, tem contribuído significativamente para “ampliar a visibilidade e a discussão

pública de uma série de tensões vividas por boa parte das pessoas que vivem em territórios onde a falta de perspectivas é uma constante” (FLORES; CAMPOS, 2007, p. 274).

Salientamos que este movimento nessa cidade não se encontra encerrado. As pichações ainda fazem parte do cenário urbano orlandino. Quando apagadas, voltam a ser reescritas no mesmo local ou em outros espaços, uma tentativa insistente em continuar evidenciando a existência de sujeitos e grupos que se encontram as margens.

Ressaltamos que, atualmente, outros grupos de *rap* vêm dominando o cenário musical local. Estes grupos, *Mc's* e *Rappers* que se destacam no cenário do movimento *Hip-Hop* em Orândia, são *Dimas*, *SP-Doug*, *Mano LP*, *MerKaBah*, *Ricardin VH* e os grupos *Classe A* e *Kamikaze Fantasma*. Estes sujeitos e grupos pertencem a outros espaços estigmatizados da cidade de Orândia, como a “Vilinha” (extremo-oeste de Orândia) e Mutirão (que corresponde ao conjunto habitacional CECAP, localizado no nordeste do município). Estes grupos e *rappers* despontaram no movimento *Hip-Hop* a partir do final da década de 2010.

Em síntese, as produções artísticas e culturais destes sujeitos, sejam dos *rappers*, dançarinos e/ou pichadores, contribuem significativamente enquanto táticas para a quebra e resignificação do processo de estigmatização e marginalização da região periférica, o extremo-leste e de outros espaços de Orândia.

Como é destacado por Moassab (2011, p. 86), a periferia, nas músicas do *rap*, na dança *break* e nas pichações dos sujeitos, em sua maioria sem rostos, aos poucos reformulam a perspectiva da periferia enquanto uma “não-cidade”, de “um espaço fora do ideário de cidade hegemonicamente construído”. Estas novas “reformulações” buscam modificar a imagem de um espaço compreendido enquanto “lugar da violência, da criminalidade, da desestruturação familiar, da pobreza, da falta de recursos, de infraestrutura e de cultura da criminalidade e de outras tantas imagens desqualificadoras”.

Esta periferia aos poucos vem ganhando outras imagens e significações através das táticas destes sujeitos, que visam incluir outros adjetivos aos espaços, sobretudo positivos. Estas táticas, como propõe Certeau (2014), estes pequenos “golpes”, aos poucos resignificam as regiões periféricas.

Referências

AMARAL, Márcio de Freitas. Jovens e seus modos de viver: experiências de sociabilidade na periferia. X Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação - Sul. Florianópolis: *Anais da X ANPED - Sul*, 2014, p. 1-16. Disponível em:

http://xanpedsul.faed.udesc.br/publicacao/trabalhos_completos.php. Acessado em: 28 de outubro/2020.

ANUNCIACÃO, Diana; TRAD, Leny Alves Bonfim; FERREIRA, Tiago. “Mão na cabeça!”: abordagem policial, racismo e violência estrutural entre jovens negros de três capitais do Nordeste. *Saúde & Sociedade*, v. 29, n. 01, 2020, p. 01-13. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902020190271>. Acesso em: 29 de outubro/2020.

BRITO, Eleonora Zicari Costa de. História e música: Tecendo memórias, compondo identidades. *Textos de História*, v. 15, n. 01-02, 2007, p. 209-223. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/27993>. Acessado em: 09 de out./2020.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: Artes de fazer*. 4ª edição. Petrópolis: Ed. Vozes, 2014.

FELIX, João Batista de Jesus. *Hip hop: Cultura e política no contexto paulistano*. Tese (Doutorado em Antropologia), São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2005.

GATTI, Vanessa Vilas Boas. Manos e Playboys: uma análise da construção da imagem-nós nas músicas de Racionais MC's. *Teoria e Cultura*, v. 13, n. 02, 2018, p. 269-282. Disponível em: <https://doi.org/10.34019/2318-101X.2018.v13.13917>. Acessado em: 09 de outubro/2020.

KEHL, Maria Rita. Radicais, raciais, racionais: a grande fratria do rap na periferia de São Paulo. *São Paulo em Perspectiva*, v. 13, n. 03, 1999, p. 95- 106. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88391999000300013>. Acessado em: 09 de outubro/2020.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Da periferia ao centro: pedaços & trajetos. *Revista de Antropologia*, 1992, v. 35, p. 191-203. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.1992.111360>. Acessado em: 26 de outubro/2020.

MANOEL, Diogo Silva. Música para historiadores: [re] pensando canção popular como documento e fonte histórica. In: XIX Encontro Regional de História Profissão Historiador: Formação e Mercado de Trabalho. Juiz de Fora: *Anais do XIX ERH (ANPUH-MG)*, 2014. p. 1-10. Disponível em: <http://www.encontro2014.mg.anpuh.org/site/anaiscomplementares>. Acessado em: 09 de out./2020.

MORAES, Maria Silva de; PRIULI, Roseana Mara Aredes. Migração e Saúde: os trabalhadores do corte da cana de açúcar. *Revista Interdisciplina de Mobilidade Humana - REMHU*, a, 09, n. 37, 2011. p. 231-245. Disponível em: <http://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/285>. Acessado em: 25 de maio/2020.

MORAES, José Geraldo Vinci de. *História e Música no Brasil*. São Paulo: Alameda Editorial, 2013

NAPOLITANO, M. *História & Música: história cultural da música popular*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SILVA, Juliana do Carmo. *Cultura periférica, a voz da periferia*. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia em Gestão de Projetos Culturais). São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, 2013. Disponível em: <http://celacc.eca.usp.br/?q=pt-br/celacc-tcc/495/detalhe>. Acessado em: 26 de outubro/2020.

SPOSITO, Marília Pontes. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. *Tempo Social*, v. 05, n. 01-02, 1993, p. 161-178. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ts.v5i1/2.84954>. Acessado em: 09 de outubro/2020.

WISNIK, José Miguel. *O som e o sentido*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

¹ As entrevistas foram coletadas ao longo dos meses de julho a outubro. Ao utilizarmos fragmentos destas entrevistas, utilizaremos, a partir de autorização prévia, os nomes reais dos entrevistados. Todas as entrevistas foram realizadas, seguindo as orientações de isolamento social (devido a pandemia gerada pelo COVID-19), através de telefonemas, bem como se utilizou aplicativos de troca de mensagens (como *WhatsApp* e *Messenger*).

² William Bonetti Carvalho, 36 anos, empresário. Entrevista realizada via telefonema em 16 de julho de 2020

³ Salientamos que existiram no contexto do extremo-leste outros grupos de *rap*. Contudo, neste estudo daremos destaque ao *Mente Armada*, pois foi o único que encontramos um acervo disponível para a realização das investigações, bem como é o principal grupo lembrado ao longo das entrevistas.

⁴ As músicas gravadas deste grupo encontram-se disponíveis na plataforma *Youtube*.

⁵ André Marcos Silva Rodrigues, 25 anos, paulista, operário da Indústria Inteli. Entrevista realizada através de plataforma digital (*WhatsApp*) em 26 de outubro.

⁶ Marcos Flavio Enos, 27 anos, paulista, assistente técnico eletrônico. Entrevista realizada via telefonema em 20 de outubro de 2020. Nesta entrevista, utilizamos também a plataforma digital *Messenger*.

⁷ Tradicionalmente, o carnaval da cidade de Orlandia tem sido realizado no centro da cidade, em um espaço ao lado do cinema e da Biblioteca Municipal, localizado na avenida do café - centro histórico do município.

Artigo recebido em 21 de novembro de 2020.
Aceito para publicação em 19 de abril de 2021.

NOS ENREDOS DE VIVÊNCIAS DE ADEMAR VIDAL: CONSTRUÇÕES DE AFETIVIDADES E INTELLECTUALIDADE

THE PLOTS OF EXPERIENCES OF ADEMAR VIDAL: CONSTRUCTIONS OF AFFECTIVITY AND INTELLECTUALITY

Maria Joedna Rodrigues MARQUES*

Resumo: Este artigo faz parte de uma pesquisa desenvolvida em torno da obra e vida do intelectual paraibano Ademar Vidal (1897-1986). Para este texto, optamos por destacar a apresentação de alguns traços biográficos e do lugar social de Vidal na intenção de compreender seu processo de erudição. Partimos da problematização do sujeito descrito por Alice Vidal no livro *Ademar Vidal: para não esquecer* (2010), destacamos o sujeito narrado e memorizado. Seguindo neste caminho, nos direcionamos para aspectos da sua formação intelectual, sua atuação em instituições, grupos sociais, trocas epistolares e encontros com outros intelectuais. Essas vivências e espaços influenciaram Ademar Vidal e sua produção no campo cultural, com ênfase nos estudos folclóricos da década de 1940 e consequentemente a formulação de uma identidade cultural para Paraíba. Dialogamos com Sérgio Vilas Boas (2008), Jean-François Sirinelli (2003) e Aleida Assmann (2011).

Palavras-chave: Biografia; Memória; Intelectualidade; Ademar Vidal.

Abstract: This article is part of a research developed around the work and life of the intellectual Ademar Vidal (1897-1986). For this text, we chose to highlight the presentation of some biographical features and Vidal's social place in order to understand his erudition process. Starting from the problematization of the subject described by Alice Vidal in the book *Ademar Vidal: para não esquecer* (2010), we highlight the narrated and memorized subject. Following this path, we turn to aspects of his intellectual formation, his activities in institutions, social groups, epistolary exchanges, and encounters with other intellectuals. These experiences and spaces influenced Ademar Vidal and his production in the cultural field, with emphasis on the folklore studies of the 1940s and consequently the formulation of a cultural identity for Paraíba. We dialogue with Sérgio Vilas Boas (2008), Jean-François Sirinelli (2003) and Aleida Assmann (2011).

Keywords: Biography; Memory; Intellectuality; Ademar Vidal.

Introdução

“[...] o sujeito compreendido pelo biógrafo não é o sujeito; a interpretação de uma obra não é a obra e muito menos a arte.” (BOAS, 2008, p. 32).

* Mestranda em História - Programa de Pós-graduação em História - Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Natal, RN - Brasil. E-mail: joednarodrigues@gmail.com.

Evidencia-se a partir das discussões contemporâneas que narrar uma história de vida perpassa por uma série de percepções, intenções e lacunas, principalmente, com a enfática *ilusão biográfica* de Pierre Bourdieu, na qual critica a tentativa de construir um “relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção” (BOURDIEU, 2006, p. 185). Desta forma, não conseguimos abarcar um sujeito em um todo e narrar suas vivências em plenitude, sem recortá-las, selecioná-las e até silenciar algumas. Assim, as lacunas são bem vindas e necessárias.

Se por um lado, Bourdieu nos questiona sobre os enredos prontos e acabados na narração de uma história de vida, em uma perspectiva linear, um roteiro perfeitamente amarrado, apontando as “tendências naturais” ao sucesso ou fracasso, ou seja, uma vida previsivelmente já escrita e destinada; por outro, alguns escritores cometem o erro de cortar o sujeito em única face ou perspectiva, sem considerar a própria complexidade do homem e suas vertentes, personalidades e singularidades, ou ainda, o entremeio dessas vertentes. Assim, por exemplo, ao enaltecer o escritor esquecemo-nos de pensar no sujeito privado, nos desafios pessoais que também compuseram sua obra, a motivaram, impulsionaram e permitiram. Além de suas colaborações familiares no processo de criação. Silenciamos em muitos momentos o sujeito, enaltecendo e evidenciando sua dimensão pública para enfatizar sua produção, mesmo que o entrelaçar dessas vertentes/personalidades tenha sido fundamental na singularidade de seus escritos ou trajetórias.

Ainda para Vilas Boas, a “biografia é a vida de uma pessoa (acima de tudo) narrada com arte por outra pessoa. Incluo o ‘acima de tudo’ porque há muitas obras de caráter biográfico em que a bio é parcela menos importante.” (BOAS, 2008, p. 22), o mesmo refere-se a supervalorização de uma produção literária, que mantém o seu ator como mero coautor. Assim, o sujeito biografado deve estar “presente” na narrativa, não para servir de “amostra”, ou apenas, como um produtor de algo. Deve-se buscar apresentá-lo, caracterizá-lo enquanto sujeito e ao mesmo tempo, evidenciar as lacunas que constroem essa narrativa de vida. Mas, como fazer isso? Como apresentar um sujeito sem determinismos, predestinações ou reduzir uma vida à sequência de atos cronológicos? Como não cometer o erro destacado por Pierre Bourdieu?

O mesmo alerta a biógrafos para não tratar a história de vida como uma sequência lógica e cronológica, fundamentada e premeditada em grandes acontecimentos ou destaques (BOURDIEU, 2006). Segundo Giovanni Levi em *Usos da biografia* (2006), os historiadores estão atentos a esses processos de elaboração da

história de vida, mas as fontes “não nos informam acerca dos processos de tomada de decisões, mas somente acerca dos resultados destas, ou seja, acerca dos atos. Essa falta de neutralidade da documentação leva muitas vezes a explicações monocausais e lineares.” (LEVI, 2006, p. 173). Por isso, nos questionamos: como apresentar Ademar Vidal sem cometer o erro de enquadrá-lo em uma única vertente ou sobre uma face constante, seja no cenário intelectual ou demais espaços de suas vivências? Como pensar o escritor, folclorista ou procurador da República sem refletir sobre o homem, o pai, o sujeito? Sem considerarmos seus desejos ao ampliar discussões culturais em suas produções ou a própria construção de si no plano intelectual, ou até mesmo nas dificuldades enfrentadas ao longo das fases.

Narrar momentos e histórias da intimidade familiar não é tarefa fácil. Sobretudo quando o sujeito principal dessa produção foi alguém de tantas vivências públicas, um sujeito que circulou em diversos espaços e cenários, atuando em cargos formais, enquanto dedicava suas madrugadas a outro ofício: o de escritor. Alice Vidal em seu livro *Ademar Vidal: para não esquecer* (2010), faz o exercício de rememoração na intenção de homenagear ao pai, relatando momentos pessoais e familiares ao lado do mesmo. Desta forma, indagamos: quem foi Ademar Vidal segundo Alice Vidal? E como essas percepções sobre o sujeito contribuem para entendermos suas atuações enquanto intelectual e escritor? Como as observações da filha sobre suas vivências cotidianas nos ajudam a perceber o sujeito que narra uma versão sobre a Paraíba em sua obra?

Para entendermos as rememorações, partimos da intenção da autora ao elaborar o livro: “Este livro é um tributo a meu pai, Ademar Vidal, e minha proposta aqui é escrever tudo o que sei dele, tudo o que vi nele e o que vivi com ele.” (VIDAL, 2010, p. 9). Evidencia-se na referida epígrafe e no próprio título do livro o desejo de rememorar a imagem do pai, partindo da intimidade para demonstrar que Ademar Vidal deve permanecer vivo na memória nacional.

A memória caracteriza-se por se tratar de processos contínuos de edição, permitindo uma reelaboração e reinterpretação dos momentos registrados. De forma particular, a elaboração de uma memória vidaliana por parte de Alice Vidal é reflexo do próprio momento de rememoração.

Aleida Assmann (2011, p. 20) aponta que “[...] a memória é um fenômeno que nenhuma disciplina pode monopolizar. [...] não é transdisciplinar somente no fato de que não pode ser definido de maneira unívoca por nenhuma área; dentro de cada

disciplina ele é contraditório e controverso.” Assim, não há uma única compreensão do conceito, mas formas de defini-lo de acordo com as concepções que se deseja atribuir como suas funções.

Sobre recordar, a autora afirma que: “[...] os processos de recordação ocorrem espontaneamente no indivíduo e seguem regras gerais dos mecanismos psíquicos, no nível coletivo e institucional esses processos são guiados por uma política específica de recordação e esquecimento” (ASSMANN, 2011, p. 19).

Ainda:

A recordação procede basicamente de forma reconstrutiva: sempre começa do presente e avança inevitavelmente para um deslocamento, uma deformação, uma distorção, uma reavaliação e uma renovação do que foi lembrado até o momento da sua recuperação. Assim, nesse intervalo de latência, a lembrança não está guardada em um repositório seguro, e sim sujeita a um processo de transformação. (ASSMANN, 2011, pp. 33-34).

Evidencia-se que a memória não depende de meios ou lugares fixos para se estabelecer e se preservar, estando em construção no momento em que é chamada à tona. Ao iniciar o processo da recordação, o indivíduo inicia também um processo de elaboração, de transformação e ressignificação.

De acordo com Le Goff (1990, p. 476), “[...] a memória é um instrumento e objeto de poder.” A partir dela são expressas percepções e crenças. São fundamentados discursos que pretendem ser verdadeiros ou legítimos, justamente por projetar sobre a *memória* o caráter testemunhal do passado, como se a mesma não passasse por um processo de elaboração. Como aponta Michael Pollak (1992), a memória é *construída* e *seletiva*. Ela decorre de um momento de produção, de indagações presentes e também pode atuar na consolidação de discursos sobre um acontecimento ou um sujeito. A vinculação ao passado não se dá em forma de reviver, mas como meio de conectar e elencar as percepções sobre os acontecimentos. A memória definitivamente não é ingênua ou natural.

O que autoriza o seu discurso é o testemunho, que “[...] deve ser entendido tanto como a apresentação do ponto de vista de um terceiro [...] como também deve ser abordado como a tentativa de se apresentar *uma experiência que resiste a esta apresentação*.” (SELIGMANN-SILVA, 2009, p. 131, grifo do autor). Neste caso, lidamos com as vivências familiares, em particular, da filha Alice, que narra essa intimidade familiar na pretensão de “fixar” essas experiências. Sendo assim, “O

testemunho é uma modalidade da memória.” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 73), trata-se de um discurso pautado em uma percepção sobre o visto ou vivido.

Para Seligmann-Silva (2010, p. 5):

Devemos aceitar o testemunho com o seu sentido profundamente aporético de exemplaridade possível e impossível [...] minha proposta é entender o testemunho na sua complexidade enquanto misto entre visão, oralidade narrativa e capacidade de julgar: um elemento complementa o outro, mas eles relacionam-se também de modo conflituoso. O testemunho revela a linguagem e a lei como constructos dinâmicos, que carregam a marca de uma passagem constante, necessária e impossível entre o ‘real’ e o simbólico, entre o ‘passado’ e o ‘presente’.

Assim, partimos das versões de Ademar Vidal, primeiramente a partir da filha, compreendendo que essas visões e falas partem de um contexto singular pela familiaridade dos sujeitos, pelas possibilidades de perceber e caracterizar o sujeito e também pela edição dos olhos de uma filha sobre o pai. O testemunho é carregado de mensagens e sentidos, nos revelando muito sobre quem é produzido e quem produz. Embarcamos nesses sentimentos despertados ao longo das narrações em decorrência da própria ausência de Ademar Vidal, visto que se trata de um livro publicado e elaborado posteriormente ao seu falecimento.

Também nos inclinamos sobre outras formas de testemunho que contribuíram na elaboração de versões sobre este sujeito. Assim, trilhamos por seu processo de elaboração intelectual, trajetórias e escolhas que marcaram e singularizaram sua produção folclórica. Sendo assim, utilizamos ainda a tese da professora Maria Nilza Barbosa Rosa, principalmente por seu caráter científico e por apresentar dados e informações sobre os trajetórias vidalianos intelectuais e de produção.

Trajetos e Vivências: Breves Considerações

Ademar Victor de Menezes Vidal foi um paraibano que nasceu em 07 de outubro de 1897, na atual João Pessoa-PB. Filho de Francisco de Assis Vidal, que possuía alguns jornais que foram incendiados por motivações políticas, e Amélia Augusta de Menezes Vidal, ambos pertencentes a elites locais¹

Vidal, circulou entre as principais instituições acadêmicas e intelectuais da Paraíba.

O contato de Ademar Vidal com a imprensa de maior circulação ocorreu para ajudar financeiramente em casa, trabalhando durante anos na redação do periódico *A União*, órgão estatal. Ele colaborou nos principais jornais da Paraíba, fundando, inclusive, uma revista: *A Novella* (1922), juntamente com Antenor Navarro. A revista possuiu vários colaboradores nacionais e estrangeiros. Foi a partir dela que Vidal publicou seu primeiro livro: *A Fome* (1922). No entanto, o periódico não sobreviveu em decorrência dos gastos das publicações, como aponta Maria Nilza Barbosa Rosa (2006, p. 33):

Para os idealizadores de *A Novella*, Ademar Vidal e Antenor Navarro, ‘um dos principais objetivos é interferir modesta e lealmente na educação intelectual da nacionalidade’. Percebe-se aí o esforço da conquista de Vidal e de Navarro, da possível recepção do público-leitor. Na palavra de Ademar Vidal, *A Novella* é ‘a precursora no Nordeste, do Movimento Modernista promovido em São Paulo’. A revista marcou época nos anais do jornalismo da capital, pela sua feição literária [...].

Assim, a revista tinha como proposta divulgar o movimento modernista que alvoroçava e agitava o âmbito literário na década de 1920, tendo como principal representante Mário de Andrade que, ao visitar a Paraíba, foi acolhido por Vidal.

No âmbito pessoal, em 1926, na igreja da Candelária, no Rio de Janeiro, foi celebrado o casamento de Ademar Vidal e Maria do Céu Lins Vidal. Um romance testemunhado, como apresentou Alice Vidal (2010), por José Lins do Rego, que os acompanhava quando criança ao cinema, e simbolizado por cascas de laranjas, pois Maria do Céu “[...] secretamente escrevia bilhetes para ele nas cascas de laranjas. Ela mesma descascava. E para disfarçar [...] arrumava a casca bem colada à laranja, não deixando vestígio de que ela fora tocada nem de seu gesto de amor escondido.” (VIDAL, 2010, p. 14). O casamento possibilitou uma relação com a família Lins, Vidal visitou algumas vezes a fazenda da família da esposa e coletou material para trabalhos de âmbito cultural, publicando parte dessa produção no periódico *Brasil Açucareiro*.

O casal teve cinco filhos, entre eles Alice Vidal que elaborou o livro sobre o pai. No livro ela destacou a relação dos pais, o pedido de casamento e um episódio que a deixara paralisada: após a comemoração das Bodas de Diamante, “[...] encontrei-o de mãos dadas com mamãe. Ele deitado no sofá de seu gabinete e ela sentada na cadeira ao lado. Pareciam dois namorados.” (VIDAL, 2010, p. 52), pois ela declarou nunca ter presenciado aquela cena. Logo, o pai tratou de responder: “[...] nunca pensei que isto

fosse tão bom, perdi muito tempo sem namorar sua mãe, ficando assim com ela. Vou aproveitar este restinho, antes de morrer.” (VIDAL, 2010, p. 53). Maria do Céu dividira o esposo com as constantes viagens nacionais e internacionais, realizadas por Ademar Vidal em decorrência dos cargos desempenhados ao longo da vida.

Vidal atuou no cenário político da Paraíba, principalmente na década de 1930, sendo um dos propulsores da literatura sobre a chamada *Revolução de 1930*², além de produzir textos memorialísticos sobre os políticos João Pessoa e Epitácio Pessoa, e até uma biografia de Augusto dos Anjos. A política foi um tema de destaque em sua obra, sendo, inclusive, comentarista político em alguns jornais, o que também lhe gerou problemas e adversidades políticas. Isso resultou na desvalorização ou desconsideração do mesmo e de sua obra na Paraíba, o que se caracteriza pelas poucas produções acadêmicas sobre ele e seus escritos. Como aponta Rosa (2006, p. 10), tornando-se um obstáculo:

[...] quando iniciamos a pesquisa na Academia Paraibana de Letras e um dos funcionários disse-nos para pensar bastante, se compensaria pesquisar sobre um autor que não é benquisto na Paraíba. Naquele momento nada entendemos; algum tempo depois percebemos que ainda se tratava de resquícios, possivelmente da Revolução de 30 na Paraíba.

Em decorrência da formação na área do direito, desenvolveu uma carreira jurídica, exercendo, por exemplo, o cargo de Secretário de Segurança na Paraíba. Para desempenhar o cargo de Procurador da República, em 1944, mudou-se para o Rio de Janeiro, facilitando o contato com renomados escritores da época e com algumas autoridades.

Vidal costumava incentivar os filhos a ler e aventurar-se no mundo das letras, presenteando-os com obras clássicas, como *Os Lusíadas*, de Camões³. Atribuía ao constante hábito de ler e escrever como provedores dos espaços e cenários desfrutados. Ao mesmo tempo, mantinha os livros “impróprios” como aponta a filha, na parte mais alta da estante. Embora, em nome da curiosidade, ela bisbilhotava e assustava-se com as cenas descritas.

Dentre os costumes praticados, estava o de passear após o jantar à praia de Copacabana, geralmente acompanhado por um dos filhos e em seguida iam ao Copacabana Palace para degustar um sorvete. Os filhos participavam dos eventos públicos, indo aos almoços com autoridades e frequentando os espaços nos quais o pai

trabalhava e atuava. Nesta lista de contatos estava Assis Chateaubriand, compadre, proprietário dos *Diários Associados* e do periódico *O Jornal*, tendo como um colaborador assíduo Ademar Vidal. Além disso, havia outras figuras com quem mantinha contato, como Mário de Andrade e Câmara Cascudo.

Foi nesse cenário de encontros, afetividades e intelectualidade que viveu Ademar Vidal. Nele, o público e o privado misturaram-se nos hábitos cotidianos. Partilhava seus gostos literários com os filhos, incentivava e os conduzia às manifestações de uma vida pública. O mesclar de personalidades esteve também na memória dos filhos, afinal todas as faces pertenceram a Vidal, o homem que saiu da sua terra natal e que perpetuou suas vivências como forma de homenagear esse espaço e estabelecer seu sentimento de pertencimento. Portanto, compreendemos o sujeito e percebemos que os espaços circulados foram fundamentais para a elaboração dessas faces, e sobre esses espaços nos inclinamos.

O “Tributo” ao Pai: Ademar Vidal Segundo Alice Vidal

Figura 1: Fotografia de Ademar Vidal em seu gabinete (s.d.)



Fonte: VIDAL (2010, p. 25).

O ambiente retratado na fotografia era o “pedacinho do céu”. Ao menos, foi assim intitulado por Alice Vidal o gabinete do pai, Ademar Vidal, o sujeito rodeado por estantes carregadas de livros. Podemos observar na figura 1 diversos materiais espalhados. A desordem sugere uma contínua movimentação, o mexer constante nos

arquivos. Ao lado da poltrona, pastas empilhadas com inéditos. Ao centro da foto nos deparamos com um indivíduo com trajes formais, evitando o contato direto com quem está fotografando-o, quase como se quisesse fazer parte da paisagem registrada, algo natural e, ao mesmo tempo, o centro desse cenário. A intenção de naturalizar essa cena demonstra um perfil, o intelectual. A intenção da foto está em retratar um sujeito em seu hábitat, o intelectual em seu espaço de produção, local no qual essa face parece “frutificar”.

Essa autoria se revelava no isolamento de seu gabinete, reservado ao homem público, o procurador e escritor. A máquina de escrever era sua companheira de horas. A datilografia, efetuada em alta velocidade por apenas dois dedos ecoava, permitindo saber que naquele momento era inadmissível a interrupção. Em decorrência dessa rotina noturna, tomava o café da manhã por volta das dez horas, mantendo o costume de comer a macaxeira, que tanto lembrava a Paraíba, distante fisicamente desde 1944, quando se mudou com a família para o Rio de Janeiro-RJ. Uma característica pessoal destacava-se até mesmo à mesa, o rigor, já que todos(as) deveriam estar com camisas de manga. Ainda, mantinha o hábito de corrigir os filhos ao utilizarem um vocabulário diferente daquele ensinado e que reafirmava um pertencimento. Desta forma, “aipim” e “abóbora” não deveriam ser pronunciadas para substituir os termos macaxeira e jerimum. Se isso ocorresse o mesmo questionava se haviam esquecido as “raízes” (VIDAL, 2010).

Os hábitos destacados pertenceram, segundo sua filha, ao sujeito Ademar Victor de Menezes Vidal que escreveu um livro memorialístico sobre o pai, no qual relata os hábitos narrados anteriormente. A escrita elaborada por Alice Vidal é enfatizada pela própria dor da perda paterna, o que caracteriza o registro da saudade ao longo do livro. Esse sentimento destaca-se em muitas passagens do texto, tornando-se um elemento importante na própria rememoração, já que o momento de produção ocorre após o falecimento do pai. As narrativas também possuem o caráter de homenagem, de enaltecimento de lados positivos e dos atos tidos como importantes em sua trajetória. Como podemos analisar no trecho destacado:

Cinco horas da tarde. Ah, meu Deus! Esta era a hora de nossas confidências, naquele gabinete que só falta falar, pois é a sua cara, tem o seu cheiro, o seu jeito. A sua escrivaninha, os seus livros ainda por editar, uma pilha enorme, quanto trabalho, quanta preciosidade. Só desejo que não se perca no tempo a sua obra, de tamanha sabedoria. (VIDAL, 2010, p. 70).

A partir do trecho elencamos algumas caracterizações associadas ao sujeito descrito, como o espaço do gabinete que remete ao homem e suas atividades cotidianas desempenhadas. O horário de confidências nos evidencia a própria relação afetiva entre ambos. A filha reconhece nesse espaço o pertencimento do escritor, que se isolava na produção intelectual, mas que também cultivava naquele ambiente momentos de lazer e de partilha. A intelectualidade é uma característica evidenciada até em momentos de recordações de convívio privado, como elemento construtor, tido como “naturalmente” pertencente ao pai.

É possível perceber certo ressentimento pela ideia de não ter alcançado o reconhecimento almejado para o pai. Por isso, há um constante enaltecimento de suas vivências públicas para corroborar a singularidade da obra e do sujeito. As narrativas caracterizam-se por serem curtas e sem uma sequência cronológica. Enaltecendo, juntamente com depoimentos dos demais irmãos, a figura paterna. A autora declara-se uma observadora constante dos “hábitos cotidianos” do pai (VIDAL, 2010, p. 23).

O uso da memória como ferramenta de propagação de uma visão e versão vidaliana, ao mesmo tempo, fortaleceu a construção da figura paterna para a autora, já que a memória faz parte da formulação de identidade (LE GOFF, 1990). Inclusive enquanto inspiração literária, já que o costume de observar o pai e sua produção, juntamente com o seu incentivo, a orientam para o ramo literário.

Com efeito, a autora em suas narrações parte dessa ausência paterna, perpassando pela formação intelectual do pai como ferramenta importante no processo de tornar uma figura privada em pública, enaltecendo a relação amorosa com a mãe, evidenciando o metódico escritor e o pai com quem desabafava, mantinha uma relação afetiva tão evidente que produzira uma obra para lembrá-lo.

Alice Vidal aponta como essa relação com o pai foi construída, estando em constante contato com a sua produção e ajudando-o com as correspondências: “Quem tomava conta de sua correspondência, especialmente quando se aposentou, era eu. E, na época do seu aniversário e das festas de fim de ano, ele me entregava a tarefa de responder e enviar cartões e cartas aos seus amigos.” (VIDAL, 2010, p. 23). A interação e afetividade entre eles foi compreendida pela filha, justamente, em decorrência da proximidade:

De todos os filhos, a que teve maior convivência com ele fui eu, talvez por ser a filha mais velha. Por isso, acho que tem sido mais doloroso, para mim, suportar a sua ausência. Por outro lado, essa é uma das razões pelas quais me considero privilegiada. Porque sentia e compreendia o que diziam seu olhar e seu sorriso. Das filhas, a que mais se parecia fisicamente com ele era eu. Daí, todos dizerem que ele tinha uma preferência por mim. Não sei ao certo se isto é verdade, mas havia entre nós um entrosamento absoluto. E ele ainda dizia que eu lembrava minha avó Amélia, sua mãe. (VIDAL, 2010, p. 75).

Sob essas insígnias do testemunho e da memória, Alice Vidal toma para si a missão de dar continuidade à obra vidaliana através da publicação dos inéditos, como evidencia no trecho: “[...] temos que tornar a ausência em presença.” (VIDAL, 2010, p. 76). Com esse fim, após o falecimento do pai, em 1986, ela enviou cartas para o então governador da Paraíba, Tarcísio Burity, e sua esposa, Glauce Burity. No entanto, não foi possível a publicação dos inéditos.

Diante dessas elaborações e interpretações sobre Ademar Vidal, podemos evidenciar ou elencar alguns pontos. As vivências do homem público estiveram evidentes na vida privada, mesclando as próprias lembranças dos espaços circulados. Perceber esse sujeito enquanto intelectual e não tentar compreender o homem, a partir de seus hábitos e do relacionamento com os filhos, é deixar uma lacuna para a própria compreensão de sua produção. Dessa forma, ao lembrar-se das broncas do pai por utilizar termos que não faziam parte do vocabulário nordestino, por exemplo, Alice evidencia como Ademar Vidal tentava preservar vivências e hábitos de sua terra natal, tão enfatizada em sua obra e em sua vida, ao menos sob uma versão elaborada, vivida e percebida por este sobre a Paraíba. Cabe-nos então apresentar alguns trajetos. Nossa intenção é abordar algumas experiências e caminhos trilhados, perpassando por hábitos e costumes.

Segundo Alice Vidal (2010), Ademar Vidal foi um sujeito que trilhou diversos espaços e cenários, permitindo-se uma mescla de vivências entre o público e o privado. Desta forma, de um lado as múltiplas atuações como procurador da República, escritor aplicado e metódico, o intelectual que recebia visitas ilustres, como autoridades, além dos encontros com sujeitos destacados no cenário literário, e de outro o pai com quem Alice tinha momentos simples, de caminhadas à praia e também de desabafos, mantiveram-se como faces do mesmo sujeito.

Alice, provavelmente, aprendeu muito cedo que “aquelas” versões pertenciam ao mesmo sujeito, não havendo necessidade de separá-los. Embora, como a mesma aponta,

o pai: “Não admitia que entrassem pela manhã no seu gabinete, quando estava trabalhando. Ficava brabo quando o interrompiam. Também o respeito aos costumes alheios era uma norma que seguia à risca.” (VIDAL, 2010, p. 24). O gabinete marcava o “espaço” do homem público, dedicado ao escritor. O espaço também era capaz de estabelecer um tempo e marcar a necessidade de isolamento do sujeito, visto que naquele momento, a face do homem de letras se sobressaía.

Alice Vidal (2010) elabora uma *memória oficial*⁴ perpassada por significados, ao elencar trajetórias pessoais, dotada de autoridade por se tratar de uma guardiã da memória paterna. Segundo Ângela de Castro Gomes, um guardião da memória “[...] tem como função primordial ser um ‘narrador privilegiado’ da história do grupo a que pertence e sobre o qual está autorizado a falar.” (GOMES, 1996, p. 7). Além desse testemunho pessoal, expressado pelas lembranças e narrativas de seu livro, Alice Vidal foi responsável por decidir os últimos detalhes do velório e produziu o inventário dos bens do pai, “o primeiro e único cliente.” (VIDAL, 2010, p. 64) em sua curta carreira de advogada, além disso ela organizou sua biblioteca, doando a obra e produções inéditas ao IHGP.

Esse processo reafirmou a imagem da figura paterna para Alice, seus olhos ficaram apurados pelas ações que representavam esse homem intelectual e pela contribuição em sua formação pessoal. Através de suas narrativas e ações, a filha procurou homenagear tudo o que Ademar Vidal significou para ela:

Cada vez que eu conseguia esvaziar um pouco mais a biblioteca no primeiro cômodo da casa, levava comigo a saudade e toda sua figura de um homem essencialmente intelectual. Quando voltava no dia seguinte, iniciava tudo de novo. Um verdadeiro processo espiritual, como se tivesse que reconquistar o vazio que encontrava naquele ambiente. Sentia um pânico indescritível, uma incapacidade de concluir aquela tarefa tão árdua para mim. Era como se eu fosse obrigada a ver o meu próprio desaparecimento. Que confusão de sentimentos. (VIDAL, 2010, p. 64).

Essa despedida, além do lado afetivo, também significou a perda de um incentivador de sua carreira literária. Apesar de continuar escrevendo, o seu maior apoiador não estava mais ali para os conselhos e conversas das 17:00 horas da tarde. Assim, ao mesmo tempo em que esta alicerça um espaço para o pai, evocou para si o papel de guardiã dessa memória familiar. Esse processo também é autobiográfico, visto que são

elencados momentos seus ao lado do mesmo. Rememorar e narrar o pai, permitiu a Alice escrever-se e vice-versa.

A Construção do Intelectual: Entre a Efervescência Política e Instituições de Sociabilidades

A elaboração intelectual pauta-se em processos de vivências e sociabilidades que se desenrolam ao longo de uma trajetória, perpassando por uma atuação pública que gera o reconhecimento do sujeito dentro dessa categoria. A própria atuação e contribuição política, ideológica e/ou literária são fundamentais nesse processo, pois qualificam e autorizam a utilização desta titulação. Como aponta Ângela de Castro Gomes e Patrícia Santos Hansen (2016, p. 10), os intelectuais são produtores “[...] de conhecimentos e comunicação de ideias...”, estabelecendo relações e atuações que transbordam sobre seu meio social. Por isso, estão fortemente vinculados ao espaço “político-social”.

Ainda, em decorrência dessa circularidade de ideias e espaços, “[...] tais sujeitos podem e devem ser tratados como atores estratégicos nas áreas de cultura e da política que se entrelaçam, não sem tensões, mas com distinções, ainda que historicamente ocupem posição de reconhecimento variável na vida social.” (GOMES, HANSEN, 2016, p. 10). Jean-Jacques Sirinelli (2003, p. 235) define o *intelectual* enquanto um “ator do político”, pertencente a uma elite simbólica, primeiramente, portadora de um espaço de atuação em seu meio social.

Sob essas caracterizações, refletimos os trajetos vidalianos na elaboração e reconhecimento intelectual. Pretendemos apontar alguns elementos que colaboraram e permitiram essa construção intelectual em Ademar Vidal. Para isto, partimos de cenários que proporcionaram uma circulação em redes intelectuais, destacando três contextos importantes nesse processo: a atuação política e produção literária nesse âmbito; ativa colaboração em periódicos sobre diversas temáticas (como atualidades das épocas dos escritos sobre os momentos marcantes nacionais e internacionais); e a presidência do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), do início a meados da década de 1940.

Esses espaços permitiram uma *sociabilidade*, encontros, divulgação e propagação de seu trabalho literário. E são fundamentais para localizar a obra vidaliana, bem como os enredos que marcaram suas diversas abordagens e os contextos de

divulgação e até de silenciamento. Também para a ampliação e direcionamento ao âmbito cultural, captado através de encontros eruditos e percepções sobre seu próprio espaço. Desta forma, evidenciamos como essas experiências foram importantes para a elaboração e ampliação intelectual de Vidal. Por isso, interações sociais estão presentes, seja na forma, nas linhas ou entrelinhas dos seus escritos.

Essa sociabilidade pautou-se na organização de um grupo intelectual em “[...] torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver.” (SIRINELLI, 2003, p. 248). Esses grupos passaram a formular “redes” que estruturam essas relações sociais a partir de projetos, cenários e espaços de atuações.

Assim, pensar os trajetos também é perceber os espaços de formação escolar/acadêmica. Vidal foi filho de uma elite simbólica dotada de privilégios e com discursos autorizados, afetada por problemas financeiros, em decorrência dos incêndios dos jornais que pertenciam ao seu pai, assim algumas estratégias foram formuladas para contornar essa decadência capita. A “[...] única possibilidade de reconversão depende das possibilidades de fazer valer o capital de relações sociais [...]” (MICELI, 2001, p. 23). Essas estratégias partem da inserção em espaços que permitem uma aproximação social. O que pode ser percebido pelas próprias instituições frequentadas por Vidal no início do século XX, como o Liceu paraibano e a Faculdade do Recife, onde cursou Direito, tradicional às elites da época.

Dentre essas vivências, destacamos os cargos ocupados na área jurídica como Procurador da República no Estado da Paraíba durante o governo de Sólton Barbosa de Lucena (1920-1924), além de exercer as Secretarias de Interior e Justiça, e Segurança no governo de João Pessoa (1928-1930). Ainda, após a chamada “Revolução de 1930”, foi designado para a função de consultor jurídico da Comissão de Reparações de Guerra. Em decorrência da sua atuação no setor jurídico e político, Vidal proferiu diversas conferências no País e no exterior, acerca de assuntos jurídicos, sociais e políticos, assim, percorrendo os continentes europeu e americano, entre outros lugares. Participou ainda de reuniões da Organização das Nações Unidas (ONU).

Ao mesmo tempo em que desempenhava essas funções, o hábito de escrever persistia, inclusive influenciando uma parte da sua obra, fortemente vinculada à política e aos lugares percorridos, como *Europa* (1949), *Mundo livre* (1945), *Espírito de Reforma* (1945), entre outros. Outra temática de destaque, principalmente até na primeira metade do século XX, foi a chamada “Revolução de 1930”, tratada como um

momento de renascimento político do Brasil, além do enaltecimento da figura de João Pessoa, que desponta como figura central de alguns trabalhos. Destacam-se sobre esses temas: *O incrível João Pessoa* (1931), *O grande Presidente* (1931), *História da Revolução na Paraíba* (1933), *Recordações sentimentais de Epitácio Pessoa* (1942), *Epitácio Pessoa ou o sentimento de autoridade* (1942), além de colaborações em periódicos da época⁵.

As produções abrem espaço para Ademar Vidal no cenário literário da Paraíba. Em decorrência dessas interações sociais, colaborou também para os periódicos *Brasil Açucareiro* e *Cultura Política*, ambos vinculados ao Estado. Essa divulgação ideológica do regime vigente na época é resultado de uma estratégia do próprio Estado, de cooptar esses intelectuais para fortalecer a própria estrutura do poderio. Como aponta Sergio Miceli (2001, p. 197): “[...] os intelectuais recrutados pelo regime Vargas assumiram as diversas tarefas políticas e ideológicas determinadas pela crescente intervenção do Estado nos mais diferentes domínios de atividade.”

Podemos perceber como a pluralidade de atuação e elaboração dos escritos vidalianos manteve ligações com o momento de interligação das classes intelectuais com o Estado. Na Paraíba, Ademar Vidal encontrava-se nos altos cargos, exercendo uma atuação contínua, até mudar-se para o Rio de Janeiro, onde continuou atuando na área jurídica. Ainda, como destaca Miceli (2001, p. 210), o “[...] traço mais característico da contribuição dessa elite intelectual e burocrática reside nas diversas frentes em que desdobrava sua atuação política e cultural.” Assim, ser uma figura ativa nesse cenário significou uma múltipla performance, uma circularidade de ações e ideias, além da propaganda sobre o Estado.

Estamos diante também de uma prática intelectual na qual ideologias e concepções de mundo vincularam-se aos seus escritos na elaboração de uma historiografia, ou de uma história nacional, como aponta Ângela de Castro Gomes (1996, p. 37-38) sobre essa geração:

[...] a maioria nascida no último terço do século XIX e desaparecida nas décadas de 20 e 30. Homens, por conseguinte, cuja maturidade intelectual foi alcançada no momento da virada do século. [...] Em tese [estes são] todos aqueles que produziram na área dos ‘estudos históricos’ [...] O ofício de historiador era executado por uma categoria mais abrangente de intelectuais: a dos ‘homens de letras’.

Ademar Vidal fez parte desse grupo intelectual que pensou o Brasil, seja a partir de recortes espaciais voltados aos seus lugares de pertencimento, ou pensando as singularidades nacionais que também se somavam com os projetos do Estado. Por isso havia a interação entre o poder político e os intelectuais. Esses “homens de letras” utilizaram como matéria prima para desenvolver suas produções, os registros, documentos diversos e observações de práticas culturais na intenção de elaborar uma história e cultura oficiais.

Nesse perfil intelectual, ainda evidenciamos dois elementos fundamentais para a atuação, permanência e propagação de escritos, bem como para a própria elaboração e reconhecimento desses sujeitos: as instituições de diversos âmbitos, principalmente de vínculos com estudos culturais, pesquisas etnográficas e literárias; e a imprensa, como veículo de divulgação de forma mais rápida e econômica, em comparação com as publicações de livros.

A imprensa desempenhou um papel central por permitir aos intelectuais, uma presença constate em colunas e colaborações exclusivas sobre diversos temas, principalmente a conjuntura sócio-política. Para Miceli (2001, p. 17): “Em termos concretos, toda a vida intelectual era dominada pela grande imprensa, que constituía a principal instância de produção cultural da época e que fornecia a maioria das gratificações e posições intelectuais.” O cenário das letras mostrou-se como um catálogo de produções, além de permitir a formulação das “redes” intelectuais.

Ademar Vidal também atuou nessas corporações culturais, tanto na imprensa paraibana como em periódicos de outros estados, em destaque estavam: *A União*, *O Jornal*, *Diário de Pernambuco*, entre outros. Também colaborou com revistas internacionais, como aponta Itapuan Bôto Targino, em *Ademar Vidal & Raul de Goes* (1996), sua colaboração para as revistas: *Atlântico* (Portugal), *Ocidente* (Espanha) e *Pretexto* (França). A imprensa permitiu uma “fermentação intelectual”, contatos e trocas de erudições que marcaram essas trajetórias, também construindo nesses grupos “uma matriz em comum” (SIRINELLI, 2003, p. 247 e 249). Além de outras características, como a formação e o lugar social, que marcaram uma geração.

No cenário paraibano, uma entidade que fez parte desse histórico de consolidação e elaboração intelectual foi o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP). Ao qual Ademar Vidal se vinculou em 14 de julho de 1926. Ele desempenhou a função de presidente, sendo eleito em 1941 e reeleito, atuando até 1944.

O IHGP foi fundado em 7 de setembro de 1905, sua finalidade pauta-se em investir e gerar “[...] estudos, pareceres e pesquisas de história e geografia, bem como suas ciências auxiliares e correlatas, contribuindo para um melhor conhecimento da realidade paraibana sob os aspectos histórico, geográfico, político, social e econômico.” (INSTITUTO, s/d). Segundo Luiz Hugo Guimarães, presidente do Instituto entre 1995 a 2009, o “[...] Instituto Histórico é o guardião da Memória Paraibana.” (GUIMARÃES, s/d), isso em decorrência do investimento de divulgação e construção de um discurso, não apenas para apresentar, como também no intuito de definir a Paraíba e sua identidade.

A historiadora Margarida Maria Dias de Oliveira (2011) evidencia que o Instituto inicia sua atuação a partir da dissociação da Paraíba do estado pernambucano, assim, “[...] além da organização das fontes e outras tarefas tidas como importantes, o objetivo maior era de escrever a história da Paraíba. Quando a isso se adicionava o fato de ser escrita pelos próprios paraibanos, a relevância do objetivo era multiplicada.” (OLIVEIRA, 2011, p. 39). Em relação aos fundadores e membros, havia um perfil comum. Além de manterem contato direta ou indiretamente com cargos políticos, também partilhavam de uma formação. Assim, o Liceu Paraibano, a Faculdade de Direito de Recife, os cargos burocráticos e a imprensa marcavam essa geração do início do século XX, que atuava no IHGP enquanto porta voz de um discurso paraibano (OLIVEIRA, 2011).

O Instituto carregava para si, desde então, a missão de definir uma *paraibanidade*, pautada nos elementos característicos do seu povo, passando a abrigar diversos documentos sobre o estado. Consta na página oficial do Instituto, que o mesmo possui cerca de 30.000 títulos (IHGP, s/d). Desta forma, ele se constrói como detentor de uma história oficial pela própria instituição física, abrigando inclusive o acervo de Ademar Vidal, doado pela família. Outro mecanismo de divulgação e propagação desses discursos foi através dos periódicos da entidade, com a publicação constante de livros, como os exemplos do primeiro tópico.

Considerações Finais

Esses espaços e cenários não apenas possibilitaram a divulgação de uma obra ou sujeito, mas também foram detentoras de possibilidades que atuaram e influenciaram na elaboração de um intelectual. Ademar Vidal circulou entre gabinetes, adentrou o

Instituto, subiu e desceu as escadas que lá estão. Foram madrugadas depositando na máquina de escrever suas observações, partilhas, ensejos, travando para si muitos trajetos, em partes pela carreira jurídica, principalmente, pelas relações estabelecidas.

Ele fez parte de uma geração que tinha a necessidade, fruto do próprio momento histórico, de escrever o Brasil, de expor seus espaços de pertença, de partilhar suas versões. Entendemos esse sujeito enquanto um “ator político” em constante efervescência, buscando espaço, construindo-se. As múltiplas atuações intelectuais, formas e perfis foram elaborados diante das necessidades da época e espaço de cada geração, originando novas atividades interligadas às interações intelectuais. Como podemos observar nos vários espaços circulados por Ademar Vidal, conciliando com sua carreira profissional.

Em uma carta datada de 15 de agosto de 1977, enviada ao potiguar Luís da Câmara Cascudo, Vidal relatou como a carreira jurídica tornara-se uma necessidade diante das dificuldades econômicas, ao invés de uma carreira exclusivamente intelectual: “Desde 1923 que fui obrigado a abraçar o foro com suas terríveis implicações jurídicas tão contra meu gosto. Exerci funções públicas a ele ligadas intimamente. Que jeito? A pobreza do nosso Nordeste tem obrigado a muitos se dedicarem a posições não de seu agrado.” (VIDAL, 1977, s.p). No momento da escrita, ele já estava com 80 anos, evidenciando uma bagagem e uma carga de análise dos seus feitos ao longo da vida. Como o mesmo explica, muitos de sua geração necessitaram permanecer nessas variadas atuações profissionais, vinculando-se aos cenários jurídicos e políticos, porém permanecendo com as produções pessoais.

Compreendemos que o folclorista também é uma formulação intelectual, tendo em vista não apenas o perfil de quem elaborava os estudos culturais, mas também as motivações inseridas nas pesquisas e nos escritos folclóricos. O contexto histórico-social da década de 1940 foi um dos propulsores nessas diversificadas atuações profissionais e intelectuais, que marcaram a geração nascida no final do século XIX. Assim, o folclorista foi uma ferramenta de expansão e formulação de discursos intelectuais.

Como observou Albuquerque Júnior (2013, p. 127) “[...] o folclorista, em nossa sociedade, estaria longe de se ser um especialista, mais sim um profissional que transita por distintos campos do saber e por distintas profissões [...]”. Assim, partindo primariamente de uma formação erudita e intelectual, tendo suas ações valorizadas pelo Estado, nas décadas de 1930 e 1940, por investir em um discurso identitário,

valorizando e criando Brasis. Nesse trajeto de produção, Ademar Vidal atuou fortemente em instituições que valorizaram o discurso folclórico e a elaboração de uma identidade local e nacional, orientando sua produção e fortalecendo a construção desse intelectual enquanto representante da Paraíba.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *A feira dos Mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular (nordeste 1920-1950)*. 1. ed. São Paulo: Intermeios, 2013.

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Ed. Unicamp, 2011.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos & abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 183-192.

GOMES, Ângela de Castro. A guardiã da memória. *Acervo - Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v.9, nº 1/2, p.17-30, jan./dez. 1996.

_____. Intelectuais, geração e sociabilidade. In: GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 33-43.

GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. In: GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (Orgs.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 7-37.

GUIMARÃES, Luiz Hugo. *Instituto Histórico, nossa ong cultural*. In: Instituto Histórico Geográfico Paraibano (IHGP). Disponível em: <http://www.ihgp.net/texto1.htm>. Acesso em: 21 maio. 2018.

INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO PARAIBANO. *O que é o IHGP?* João Pessoa. Disponível em: <http://www.ihgp.net/oqueeoihgp.htm>. Acesso em: 21 maio. 2019.

INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO PARAIBANO. *Biografia de Ademar Vidal*. João Pessoa. Disponível em: <http://www.ihgp.net/memorial9.htm>. Acesso em: 12 de ago. 2016.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: _____. *História e memória*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990. p. 423-484.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos & abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 167-182.

MELLO, José Octávio de Arruda. *Ademar Vidal: diversidade, erudição e “entusiasmo” nos seus inéditos*. João Pessoa: Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, 1999.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias. Paraíba: “heroica desde os primórdios”. *Patrimônio e Memória*. v. 7, n. 1, p. 38-53, jun. 2011.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

_____. Memória e Identidade Social. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro. v. 5. n. 10, p. 200-212, 1992.

RAMOS, Aduino. *Ademar Vidal: súmula bio-bibliográfica*. João Pessoa, 1999.

ROSA, Maria Nilza Barbosa. *Usos, costumes e encantamentos: a cultura popular na obra de Ademar Vidal*. Tese (Doutorado em Letras) - Área de concentração em Literatura Brasileira, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006. Disponível em: http://www.cchla.ufpb.br/ppgl/wp-content/uploads/2012/11/images_nilza1.pdf. Acesso em: 12 de ago. 2016.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Grande Sertão: Veredas como gesto testemunhal e confessional. Rio de Janeiro: *Alea: Estudos Neolatinos*, v. 11, n. 1, p. 130-147, 2009.

_____. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psic. Clin.*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008.

_____. O local do testemunho. *Tempo e argumento: revista do Programa de Pós-graduação em História*, Florianópolis, vol. 2, n. 1, p.3-20, jan./jun. 2010.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

TARGINO, Itapuan Bôtto. *Ademar Vidal e Raul de Goes: personagens da história da Paraíba*. João Pessoa, 1996.

VILAS BOAS, Sergio. *Biografismo: reflexões sobre as escritas da vida*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

VIDAL, Ademar. *[Carta]* Rio de Janeiro. Destinatário: Luís da Câmara Cascudo. Natal, 15 ago. 1977. 2 f. Rememorações

VIDAL, Alice. *Ademar Vidal: para não esquecer*. [S.l.]: Personal, 2010.

¹ Informações contidas na tese: ROSA, Maria Nilza Barbosa. *Usos, costumes e encantamentos: a cultura popular na obra de Ademar Vidal*. Tese (Doutorado em Letras). Área de concentração em Literatura Brasileira, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006. Disponível em: http://www.cchla.ufpb.br/ppgl/wp-content/uploads/2012/11/images_nilzaI.pdf. Acesso em: 12 de ago. 2016.

² Movimento político que culminou em um golpe de Estado e ascensão de Getúlio Vargas, que se manteve no poder até 1945, a partir da instauração de uma ditadura.

³ Relata Ademar Filho, que ganhou a obra com dez anos, confessa ainda que não leu, assustando-se com a quantidade de páginas do mesmo. Ver mais em: VIDAL, Alice. *Ademar Vidal: para não esquecer*. Personal, 2010

⁴ Utilizamos esse termo no sentido de construção de um discurso oficializado a partir do próprio testemunho da filha, partindo de um lugar de privilégio. Tal produção tem como proposta marcar o pai a partir de discursos afetivos. Nos pautamos na discussão apontada por Michael Pollak no texto *Memória, esquecimento, silêncio* (1989).

⁵ Cf. RAMOS, Adauto. *Ademar Vidal: súmula bio-bibliográfica*. João Pessoa, 1999. TARGINO, Itapuan Bôtto. *Ademar Vidal e Raul de Goes: personagens da história da Paraíba*. João Pessoa, 1996.

Artigo recebido em 24 de julho de 2020.
Aceito para publicação em 04 de fevereiro de 2021.